Políticas de Assentamento e Localidade

Os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil

Luiz Antonio Cabello Norder

Promotor:
Prof.dr.ir.J.D. van der Ploeg, hoogleraar rurale sociologie

Promotiecommissie:
Dr. A. Arce, Wageningen Universiteit
Prof.dr. Eduardo Sevilla Guzman, Universidad de Cordoba, Spanje
Prof. Sonia Maria Pessoa Perreire Bergamasco, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brazil
Dr. K. Konings, Universiteit van Utrecht

Dit onderzoek is uitgevoerd binnen de onderzoekschool Mansholt Graduate School

Políticas de Assentamento e Localidade

Os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil

Luiz Antonio Cabello Norder

Proefschrift
ter verkrijging van de graad van doctor
op gezag van de rector magnificus
van Wageningen Universiteit,
prof. dr. ir. L. Speelman,
in het openbaar te verdedigen
op maandag 3 mei 2004
des namiddags te vier uur in de Aula

ISBN nr. 90-8504-034-5

Indíce

	p.
Indíce	V
Agradecimentos	VII
1 Introdução	1
1.1 Globalização e localidade	1
1.2 Conflitos agrários e políticas de assentamento	9
1.3 Objetivos e metodologia da pesquisa	13
Notas	19
2 Terra, trabalho e poder na escravidão	21
2.1 A ocupação do território colonial	21
2.2 A Lei de Terras de 1850	27
2.3 Escravidão, imigração, trabalho livre	33
Notas	37
3 Crise agrária e urbanização	39
3.1 Café, indústria e urbanização	39
3.2 Desenvolvimento industrial e crise agrária	45
3.3 Estado e modernização 'conservadora'	50
Notas	56
4 A política agrária na redemocratização	57
4.1 Transição democrática e questão agrária	57
4.2 Conflitos sociais e implementação de assentamentos	61
4.3 A política agrárias pró-mercado	68
Notas	75
5 Conflitos sociais e assentamentos em São Paulo	77
5.1 A formação dos assentamentos rurais em São Paulo	77
5.2 Questão agrária e poder local em Promissão	82
5.3 *Quebrando porteiras*: a hora e a vez da confrontação	86
5.4 Assentamento Fazenda Reunidas: autoconstrução e resistência	94
Notas	99
6 Sistema de créditos, Estado e arranjos locais	101
6.1 Provisoriedade e irregularidade	103
6.2 Condições e contradições do crédito	106
6.3 Os impasses da produção em escala	109
6.4 Os descaminhos do Procera	113
6.5 A confrontação jurídica	116
6.6 A precarização na localidade	120
Notas	122

7 Desenvolvimento endógeno e trabalho rural 125
7.1 As transformações na base rural da agricultura 125
7.2 Diversificação e intensificação no assentamento 134
7.3 As práticas endógenas de produção agropecuária 137
7.4 A recomposição do processo de trabalho 160
Notas 165
8 A centralidade da produção agropecuária 167
8.1 A abrangência da produção agropecuária 171
8.2 Arrendamento: o direito achado na roça 178
8.3 Proletarização e projetos familiares 181
8.4 Projovem: escolarização e sucessão familiar 184
8.5 Evasão e permanência 189
8.6 Atividades agrícolas e não-agrícolas 193
Notas 197
9 Produção e consumo de alimentos 199
9.1 Segurança alimentar e questão agrária 201
9.2 A importância nutricional da produção para autoconsumo 206
9.3 O gasto da casa: cultura e sociabilidade 212
9.4 Da fazenda ao assentamento 220
9.5 Produção de mercadorias e autonomia alimentar 227
Notas 237
10 Estado, mercado e organizações locais 239
10.1 A política do descaso 242
10.2 Os agentes do mercado 247
10.3 As organizações locais 252
10.4 Mercados e políticas 273
Notas 277
11 Considerações Finais 279

Referências bibliográficas 289
Resumo 303
Samenvatting 307
Summary 311
Lista de Siglas 314
Curriculum Vitae 315

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada com a contribuição de várias pessoas e instituições. Nas várias pesquisas de campo que efetuei no Assentamento Fazenda Reunidas, a partir de 1994, conheci a hospitalidade de um bom número de assentados. Gostaria de manifestar meu agradecimento àqueles com quem desde então mantive contato, especialmente às famílias de Gidalva e Zé Carlinhos, Alice e Benê, Fátima e Toninho Barbosa, D. Ana e Sr. João Pereirinha, Inês e Adelino, Joana e Toninho Bustos, D. Maria e Sr. Betinho, D. Marta e Sr. Antonio Casemiro, D. Cecília, Andrelino, Sr. Nadir, Sr. João Pereira, Manuelzão e Sr. Jaime; aos monitores Djalma, Walcir e Everaldo e estudantes do Projovem; a Geraldinho, Lurdinha, Claudinho e Severino; a sempre animada interlocução com Joseph Jansen e a atenção de funcionários do ITESP, sobretudo a Cláudio Dadásio, José Murilo Rino, Lourenço, Argeu, Edson, Márcia Andrade e Carlão, Ana, Fábio e José Miguel.

Foi a partir do empenho de Frank de Jong, Gilles Marechall, Sonia Bergamasco e Guy Durand para a criação da Rede Estrela de Desenvolvimento Rural, no quadro do Projeto Alfa, financiado pela União Européia, que pude chegar até a Universidade de Wageningen, onde recebi, desde os primeiros momentos, apoio e incentivo de Jan Douwe van der Ploeg; sua disposição para a leitura em português e suas precisas e relevantes sugestões foram de grande importância para o encaminhamento e aprimoramento de meu trabalho. Para a conclusão da pesquisa em Wageningen, contei com suporte financeiro e sugestões bibliográficas do Mansholt Graduate School of Social Sciences. I thank Ans van der Lans, Willy Baak and Marianne Wijkniet for the kind support in several administrative and technical issues.

Agradeço à solidária e bem humorada recepção de Henk, Cathe e Jureno; a companhia de Lali, Daniel, Cecília, Berta, Pim, Silvia, Maguil, Bas, André, Frederick Oberthur, Alenka Verbole, Marian Stuiver, Alejandra Moreyra, Alan Dzidic, Ana Barbic, Sander Meurs, Rodolfo e Érica, Key Otsuki, Pablo Laguna, Lola Domingues; às diferentes formas de colaboração de Sonia Bergamasco, Maria Antonia Galeazzi, Maria de Nazareth B. Wanderley, Rodrigo Toledo, Luís Fabrini Filho, Dalva Oliveira Soares, Eliana Nunes, Leonardo Barros, Rosângela Oliveira e Sandra Molina; José Luiz Cerveira, Silvia e Flávia Carvalho, Elsio Lenardão, Miriam Lourenção, Terezinha D'Aquino, Patrícia Buim, Leonilde Medeiros, Marión Aubrée, Bernardo Mançano, Wirley Jerson Jorge, Luiz Antonio Barone, Fábio Fraga e Paula Daniela; aos meus pais, José Luiz e Maria Isabel; ao Kauê, Carolina, Bruna, Nicole, Caíque, Milena, Diego, Mateus e meus irmãos José Luiz, Ricardo, Eduardo e Rodrigo, pela divertida e solidária convivência; à Alessandra, pela especial companhia; y a los Cabello y Sánches, por los muy agradables momentos.

Em Londrina, desfrutei do diálogo e da amizade com Lúcia Helena Oliveira Silva, Sérgio Suzart, João Carlos Zuim, Valentin Wanzyniak, Cristiano Simon, Denis Hiron, Neli Belotti, Ana Maria e Ana Cleide Chiarotti, Jefferson Cesário, Alexandre Brasil, Cíntia, Edilene e Moraes, Rodne Lima, Marcão, Júlio Nunes, Jairo Pacheco, Luiz Rogério, Galdino, Denise Lapa, Jackson Liash, Samir, Joaquim e dos estagiários Diego e Adir; agradeço também aos demais professores, funcionários e alunos da Universidade Estadual de Londrina, especialmente aos colegas do Departamento de Ciências Sociais que prontamente me ofereceram a possibilidade de realizar parte desta pesquisa em regime de dedicação integral.

1 Introdução

Este livro discute alguns relevantes temas na agenda política e acadêmica brasileira dos últimos anos: conflitos fundiários, trabalho rural e desenvolvimento local; ou ainda: a importância da alteração na distribuição da terra e da criação de assentamentos rurais para a geração de empregos no campo e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento local e regional, especialmente para o crescimento econômico e populacional de pequenos municípios. As interpretações sobre a história brasileira reservam um lugar de destaque para a interação entre a ocupação do solo, as relações de trabalho e as formas de exercício de poder político, ou seja, a dinâmica entre terra, trabalho e política em uma perspectiva simultaneamente macro e micro, social e territorial, global e local.

Os capítulos iniciais analisam as principais características históricas da formação agrária brasileira; em seguida, há uma pesquisa de campo sobre vários aspectos relacionados ao desenvolvimento da produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas, situado no município de Promissão, Estado de São Paulo. Este primeiro capítulo situa a pesquisa em termos teóricos e conceituais; traça um rápido panorama sobre a atual problemática agrária no Brasil; apresenta algumas considerações metodológicas; indica os procedimentos utilizados durante a pesquisa de campo; e sumariza os objetivos e o conteúdo dos capítulos.

1.1 Globalização e localidade

A formação dos assentamentos rurais pode ser analisada a partir dos debates sobre a complexa relação entre os condicionantes estruturais e as formas de ação social; entre as esferas macro e micro; entre globalização e localidade. As particularidades locais no processo de desenvolvimento rural e, inversamente, a influência de fatores nacionais e internacionais na produção agropecuária tem se constituído como tema de várias pesquisas. Valcárcel-Resalt (1995:410), após arrolar algumas das mais importantes formas de ação local no processo de desenvolvimento rural, ponderava que

> *'o problema da articulação micro-macro está ainda por ser resolvido, tanto na teoria econômica como nas políticas de desenvolvimento. É possível inclusive que não tenha solução. Mesmo assim, se reconhece uma 'complementaridade' dos processos locais e regionais ou globais'.*

Alguns autores procuram inserir a noção de classes sociais na análise do desenvolvimento econômico local e regional – e a formação macrossocial da divisão em classes é compreendida em sua relação com as disputas políticas e sociais ocorridas em determinadas bases territoriais. Considera-se ainda que na interação, negociação e

confrontação entre vários projetos sociais são estabelecidas disputas políticas e implementadas estratégias para criar certas relações sociais ou para obter o acesso e a utilização de recursos.

> *'A forma como os agricultores reagem às novas condições e tendências depende do leque de opções abertas a eles; das avaliações sobre estas opções e das suas habilidades para perseguir um curso de ações. Estes fatores envolvem a agricultura familiar como um todo e o específico conjunto de regras sociais e divisões já estabelecidas. A interação entre influências externas e as estruturas internas da agricultura necessita um foco sobre o externo e o interno juntos, isto é, as formas como as famílias agrícolas se articulam em sistemas de relações sociais e econômicas'* (Murdoch e Marsden 1994).

Nesta linha de reflexões, levantam-se algumas questões sobre os papéis desempenhados por agentes locais na reprodução de estruturas supralocais; os elos construídos historicamente entre atores locais e não-locais; os múltiplos usos do espaço físico e os efeitos provocados por atores sociais operando a partir de variáveis distâncias. As pesquisas passam então a focalizar as estratégias adotadas por diversos atores sociais na busca de efetivação de seus interesses. Esman e Uphoff (1984) acrescentam que as variadas formas de interação entre as organizações locais e os centros político-administrativos de controle e distribuição de informações e recursos repercute na forma de utilização de recursos públicos; Berthelot (1997:213-214) chega a afirmar que as chamadas *'fontes intangíveis de crescimento econômico'* são essencialmente institucionais e organizacionais. A criação de organizações e instituições locais, por exemplo, constituídas a partir de inúmeras composições sociais e políticas e com diferentes objetivos, podem desempenhar um papel de destaque no processo de desenvolvimento rural. A construção e transformação das relações sociais e institucionais que compõem o mercado passam a ser analisadas em articulação com as formas de ação social em determinadas estruturas sócio-econômicas locais e regionais.

> *'As instituições econômicas não emergem automaticamente em resposta às necessidades econômicas. Mais do que isso, as instituições são construídas por indivíduos cujas ações são facilitadas ou dificultadas pelas estruturas e pelos recursos disponíveis nos sistemas sociais nos quais estão articulados'* (Granovetter 1992:7)

Uma revisão da literatura sobre a interação entre globalização e localidade no processo de desenvolvimento agrário foi realizada por Remmers (1998), que reforça, através de pesquisas no Sul da Espanha, a importância da identificação e observação sobre a heterogeneidade de conhecimentos e das práticas produtivas locais para o fortalecimento das atividades econômicas em áreas marginalizadas e para o repovoamento do meio rural. As várias correntes de interpretação sobre o tema também são analisadas por Guivant (1997), com um enfoque sobre a relação entre conhecimento científico e conhecimento local. A autora alerta para os limites de uma dicotomia estanque entre conhecimento local e científico, bem como de uma identificação do conhecimento local com o conhecimento tradicional. A interação

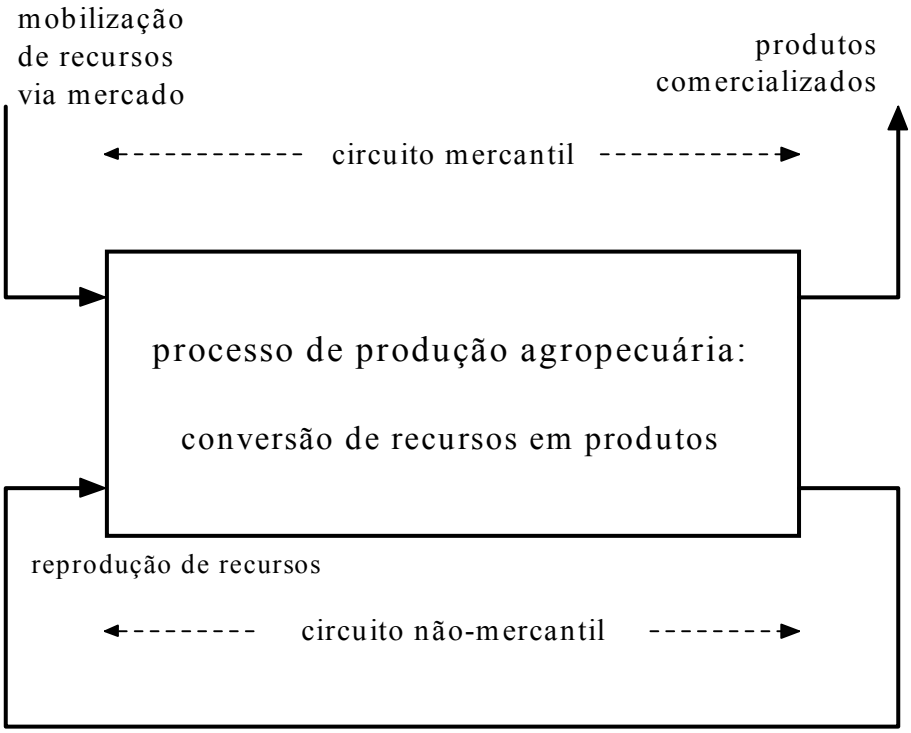
entre o conhecimento local e o científico produz, segundo ela, conhecimentos 'híbridos', heterogêneos, interativos e dinâmicos.

Uma abordagem centrada nos atores sociais (*actor-network approach*), procura salientar a importância das variadas interações históricas entre globalização e localidade, entre estrutura e ação social, levando a uma releitura do processo de mercantilização, da heterogeneidade nos processos de produção agropecuária e das disputas sociais efetuadas no âmbito local. Apresentaremos a seguir, nesta seção, os principais conceitos que têm orientado a realização de uma série de pesquisas e discussões teóricas na Universidade de Wageningen. Veremos que, partindo-se de uma reavaliação crítica dos pressupostos teóricos e dos impactos sociais e ambientais da modernização da produção agropecuária, da transferência hierarquizada de projetos, saberes e tecnologias e da mercantilização e padronização dos processos produtivos, chega-se a uma reinterpretação sobre a heterogeneidade de processos sociais e produtivos no desenvolvimento rural.

Vale destacar, inicialmente, a concepção de que a produção agropecuária consiste em um processo de mobilização e conversão de recursos, através do qual são estabelecidas diferenciadas relações sociais e políticas. A conversão de recursos produtivos obtidos no mercado resultam em um certo volume de produção, que em parte retorna ao mercado na forma de mercadoria; trata-se de um circuito mercantil. Outra parte dos resultados da produção pode, sob diferentes formas e com variáveis proporções, reingressar no processo produtivo de forma autônoma em relação ao mercado. Há, com isso, uma ênfase na combinação entre mercantilização e autonomia na mobilização e conversão de recursos no processo de produção agropecuária, o que vem a ser ilustrado através da figura 1.1 (Ploeg 2003:56). A proporção entre a quantidade de insumos oriundos do mercado e o volume de produção indica o *grau de mercantilização* do processo de produção e das relações sociais (cf. Ploeg 1986:43).

O aprofundamento da modernização da produção agropecuária representa um aumento no grau de dependência com relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção: *'em uma situação de elevada dependência com relação ao mercado, muitos recursos entrarão no processo produtivo como mercadoria'*. A alocação e o uso dos recursos produtivos tornam-se bastante rígidos; há um contínuo aumento na escala de produção, um incremento no consumo de insumos externos e uma redução no rendimento líquido por unidade de área ou de produto final; amplia-se a especialização e a dependência com relação à disponibilidade de tecnologias; as atividades são realizadas de forma padronizada, uniformizada, seguindo prescrições técnicas definidas por agências externas de planejamento; os mercados e os preços são pouco flexíveis e, portanto, seguidos passivamente pelos produtores; o trabalho é substituído pela aquisição de insumos e novas tecnologias; a produção torna-se desconectada dos ecossistemas e relações sociais locais; a obtenção de rendimentos aceitáveis se realiza através de uma base relativamente grande de recursos financeiros (Ploeg 2003:352).

Figura 1.1 Fluxo de recursos na produção agropecuária



Uma das mais evidentes contradições desta forma de desenvolvimento rural está na tendência de redução na margem de rendimentos líquidos obtidos pelos produtores rurais tanto por unidade de área como por unidade de produto[1]. O aumento na escala de produção e o aprofundamento da mercantilização tornam-se pressupostos para sua continuidade. O projeto de modernização da produção pode então seguir basicamente dois caminhos: um deles é a intensificação no consumo de tecnologias e insumos externos em uma pequena unidade de área, como ocorre com a produção de aves e suínos em granjas vinculadas a empresas de grande porte (ou cooperativas), com o aprovisionamento vertical de recursos e saberes (matrizes, rações, assistência técnica, controle sanitário) e uma predefinição da comercialização[2]. O segundo caminho é o do aumento da área cultivada. É o caso, entre outros, da produção de soja e milho no Brasil, que apesar ter sido recorrentemente apontada, nos últimos anos, como a principal fonte de divisas para a balança comercial do país, tem provocado um aumento na concentração fundiária, uma redução na criação de empregos por unidade de área e uma acentuada devastação ambiental[3].

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento rural representado pela modernização agrícola pode ser contrastado com um diversificado elenco de estratégias e práticas sociais visando estabelecer outros parâmetros para a produção agropecuária, alcançar maior autonomia técnica e produtiva e obter, entre outros resultados, maior rendimento por unidade de área ou unidade de produto. Este tem sido um dos mais urgentes e atuais desafios colocados para a agricultura familiar e para os assentamentos rurais no Brasil.

> *'O balanço entre a dependência com relação ao mercado e uma relativa autonomia pode ser alterada. Isso tem sido demonstrado em um conjunto de estudos empíricos. Mas provavelmente até mais importante é que tal balanço pode ser alterado precisamente através de e durante os processos de reforma agrária'* (Hebinck e Ploeg 1997:221).

Trata-se, enfim, de avaliar o potencial das formas de produção agropecuária através das quais são estabelecidos diferenciados balanços entre mercantilização e autonomia na produção; e, portanto, de identificar a criação de espaços de manobra que permitem alcançar distanciamentos estratégicos em relação aos padrões de modernização indicados acima. É nesta perspectiva que reside a relevância teórica e política da análise sobre a interface entre globalização e localidade e sobre a geração da heterogeneidade no processo de produção agropecuária. Estas considerações têm claras implicações para a análise da dinâmica produtiva da agricultura familiar e para a avaliação de seu potencial para geração de emprego e distribuição de renda. O reconhecimento da heterogeneidade produtiva na agricultura familiar reforça a importância de pesquisas empíricas sobre as formas de ação local dos agricultores familiares na construção social dos processos produtivos e no estabelecimento de relações sociais e institucionais (formais e informais) através das quais se realiza a integração aos circuitos locais, regionais, nacionais ou internacionais de aquisição de insumos e comercialização e distribuição da produção.

> *'Embora a integração aos mercados e às estruturas institucionais externas possa reduzir o leque de alternativas econômicas disponíveis aos agricultores, a disponibilidade de trabalho não-assalariado e outros recursos, aliada a manutenção de relações locais baseadas no parentesco, amizade ou patronagem, permite que os produtores continuem resolvendo alguns de seus meios de vida e problemas de consumo fora do mercado'* (Long 1986:19).

Nos sistemas de produção em grande escala, a maleabilidade torna-se cada vez mais restrita. Todavia, do ponto de vista das relações sociais e da disponibilidade de recursos materiais, bem como da gestão técnica, administrativa e comercial da produção, verifica-se empiricamente a continuidade e a recriação da flexibilidade e maleabilidade no processo de trabalho na agricultura (Ploeg 1990:26; 2003). A heterogeneidade na produção agropecuária não decorre apenas de variações geográficas ou de desiguais ordenamentos estruturais, nem pode ser concebida como um mero resíduo a ser suplantado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico; sua persistência está, diferentemente, associada a uma multiplicidade de fatores sócio-econômicos e político-culturais (que precisam estar incluídos nas formulações teóricas e nos programas de políticas públicas para o campo). A maleabilidade na produção agropecuária e as estratégias locais e regionais de resistência aos impactos da globalização e mercantilização dos processos de trabalho e dos meios de vida passam a ser compreendidas como um processo histórico de disputas sociais e políticas, particularmente como uma interface entre globalização e localidade:

> *'a heterogeneidade é de importância estratégica para qualquer análise voltada para o desenvolvimento rural e agrário nos países do Terceiro Mundo. O mesmo pode ser*

> *dito para uma adequada compreensão das conexões micro-macro. A heterogeneidade está fundamentada na construção e reprodução de um conjunto altamente diferenciado de conexões micro-macro, entre outras coisas... Temos também mostrado que algumas regularidades (ou 'leis de ferro') que emergem no nível macro (aggregate level) podem muito bem ser desconstruídas ao se passar do nível macro para o nível micro, onde tendências contrastantes podem ser encontradas'* (Hebinck e Ploeg 1997:223).

O desenvolvimento da produção e a integração econômica não implicam, necessariamente, na destruição das práticas sociais e produtivas que conferem certa autonomia à organização camponesa. Ao lado da reedição das estratégias tradicionais de reprodução das condições sociais de vida e da força de trabalho familiar, é preciso observar em que medida o processo de produção e, mais especificamente, a composição de cada processo produtivo (insumos, tecnologias, instrumentos de trabalho, quantidade e qualidade do trabalho, etc) revela a formulação de diferenciadas estratégias deliberadamente não-mercantis. A contínua reelaboração e adaptação das práticas locais/tradicionais pode ser então interpretada como forma de resistência aos impactos sociais e econômicos provocados pelos projetos de padronização, externalização e mercantilização da produção.

> *'Muitas teorias sobre o desenvolvimento agrário simplesmente assumem que a autonomia e o funcionamento da produção camponesa são solapados pela extensão das relações mercantis, mas evidências empíricas mostram que o assunto é muito mais complexo'* (Long 1996:56).

Esta abordagem reforça a relevância da cuidadosa identificação e observação das *práticas endógenas de desenvolvimento rural* e tem claras implicações nos debates sobre a sustentabilidade ambiental, modernização da produção agropecuária e geração de emprego e renda no meio rural. A noção de desenvolvimento endógeno (cf. Ploeg 2003:352) pode ser compreendida a partir da articulação de diversos aspectos técnicos e sociais, entre os quais: a manutenção ou ampliação dos ingressos econômicos mediante o controle direto sobre o desenvolvimento e utilização de recursos produtivos; o uso múltiplo e flexível dos recursos; o desenvolvimento passo-a-passo das atividades, com base nos recursos disponíveis; o incremento no rendimento líquido por unidade de produto final; o estabelecimento de empresas com multipropósito; a realização de inovações em bases locais; a alteração gradual na produção; o aprendizado com a prática; a ativa construção das relações sociais que compõem os mercados; a redução no uso de insumos externos e nos custos administrativos e financeiros; a (re)conexão da produção com os ecossistemas locais; a mobilização de uma quantidade relativamente pequena de recursos para gerar rendimentos aceitáveis.

O avanço das relações de mercado provoca alterações na lógica de produção agropecuária camponesa, mas não um desaparecimento completo, automático ou generalizado das práticas sociais e da mobilização e conversão de recursos econômicos no interior da unidade produtiva. Trata-se, portanto, de focalizar as estratégias sociais e produtivas de construção da autonomia e sua particular interação com a mercantilização e externalização do processo de produção, principalmente porque isso

pode significar um aumento na absorção de trabalho e um aumento na rentabilidade das atividades. Diferentes combinações entre escala e intensidade são operacionalizadas na produção agropecuária familiar através da mobilização de recursos externos e internos (mercantis e não-mercantis), gerando um mosaico de processos produtivos nas localidades – a despeito da padronização tecnológica almejada por agentes de fornecimento de insumos e processamento e comercialização de produtos agropecuários.

> *'Os diferenciados graus de mercantilização [commoditization] e as transformações no balanço entre relações mercantis e não-mercantis (por exemplo, baseadas na comunidade, na família e outras redes sociais) não deveriam ser interpretadas simplesmente como indicativos de estágios no processo de desenvolvimento agrário. Nem deveriam ser vistos simplesmente como resposta a alguma 'lógica' externa baseada no mercado e nas 'necessidades' de acumulação do capital. As variações nos padrões podem resultar de estratégias de organização da produção criadas por agricultores ou organizações de agricultores para resolver as situações por eles enfrentadas. Um dos pontos críticos na resolução de problemas relativos a sua manutenção é como melhor combinar relações mercantis com não-mercantis'* (Long e Ploeg 1988:34).

Boa parte dos trabalhos nesta linha de pesquisa tem refutado as premissas estruturalistas presentes tanto na teoria da modernização como no marxismo[4] – explanações marcadas por um forte determinismo e por projeções unilineares e teleológicas sobre o desenvolvimento da produção agropecuária e as transformações sociais no campo.

> *'As teorias da modernização tanto quanto o marxismo... estão fundamentadas na concepção de 'integração' ou 'submissão' do mundo rural e de seus atores na estrutura global do capitalismo. Em ambas, as tendências deterministas e centralistas prevalecem e são reificadas, obscurecendo assim a natureza e o potencial de indivíduos e/ou estratégias e respostas coletivas'* (Long e Ploeg 1989:238).

O desenvolvimento econômico e as mudanças sociais são interpretados, nas abordagens estruturalistas, a partir dos movimentos ocorridos nos centros de poder, que tomam forma através de intervenções políticas operacionalizadas, direta ou indiretamente, por grandes corporações empresariais e pelo Estado. Vale adiantar que a crítica ao estruturalismo não desconsidera, necessariamente, as relações de poder no processo de globalização: *'há regularidades e padrões que não se evaporam com a simples aplicação da retórica pós-moderna. No entanto, rejeitamos fortemente a noção de 'leis de ferro'* (Hebinck e Ploeg 1997:219). Neste sentido, busca-se reformular o conceito de estrutura para permitir uma observação dos espaços de manobra criados pelos agentes sociais nas localidades.

> *'Embora possa ser verdade que algumas importantes mudanças estruturais resultem do impacto de forças externas (devido à expansão do mercado ou do Estado) é teoricamente insatisfatório basear a análise sobre o conceito de determinação externa. Toda intervenção externa necessariamente assume a realidade preexistente*

> *de indivíduos e grupos sociais afetados, e desta forma são mediatizados e transformados por estes mesmos atores e estruturas locais'* (Long e Ploeg 1994a:64).

Esta interpretação sobre a dinâmica entre estrutura e ação social enfatiza a relevância da interação local/territorial dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural. O conceito de *atuação*[5] adquire uma importância central, não apenas como uma derivação de iniciativas individuais, mas como produto de relações sociais:

> *'ações efetivas demandam a geração/manipulação estratégica de redes de relações sociais e o encaminhamento de itens específicos (como reivindicações, solicitações, produtos, instrumentos e informações) através de certos pontos de interação'* (Long e Ploeg 1994a:66).

Os atores sociais são então compreendidos como participantes ativos na construção do desenvolvimento rural; busca-se, desta forma, avaliar como cada segmento processa informações e coloca em prática suas estratégias, em interação com outros atores e instituições. Há com isso uma recusa da noção de transferência vertical de projetos econômicos, políticos e sociais, uma vez que isso implica na desconsideração da dinâmica de construção e reconstrução das condições técnicas e sociais de produção:

> *'Os projetos dos atores não são simplesmente atados a cenários estruturais determinados pelo circuito de mercadorias ou por programas de desenvolvimento organizados pelos Estado. Mais do que isso, é através das formas pelas quais tais projetos se articulam que particulares 'estruturas' são criadas, reproduzidas e transformadas. Somente assim pode-se chegar a uma completa apreciação teórica e empírica da diferenciada natureza e das transformações na vida agrária'* (Long 1997:231).

Há neste enfoque uma ênfase sobre a avaliação da interação dos vários projetos e ações sociais – e por este caminho chega-se a uma apreciação mais detalhada sobre a diversidade nas formas de vinculação entre estruturas macropolíticas e localidades.

> *'É através do complexo encontro e da mediação entre diversos atores com seus respectivos projetos que emerge a organização das estratégias de desenvolvimento, que são as rotas específicas em direção ao futuro. Essa organização é o resultado da interface de diferentes estratégias, ou o que podemos designar de Interação de Projetos Sociais. É neste sentido que conceitualizamos estrutura. Do ponto de vista de qualquer ator nela implicado, tal estrutura consiste em um heterogêneo sistema [network] de permissões e restrições institucionalizadas (legal e materialmente). Ela comporta múltiplas visões e diferentes funções para atores situados em diferentes posições... Uma das vantagens desta abordagem sobre as relações ator-estrutura é que ela facilita uma exploração sistemática de como atores tornam-se envolvidos ou distanciados de projetos que lhe são apresentados...'* (Long e Ploeg 1995:68-69).

A partir destas considerações sobre a interação entre globalização e localidade e a contínua recriação da heterogeneidade na produção agropecuária, uma série de pesquisas vêm analisando, entre outros assuntos: os processos de inovação técnica, social e institucional visando a promoção do desenvolvimento endógeno e sustentável;

as diversas estratégias e estilos de produção (Dries 2002; Commandeur 2003); a presença de atores sociais não-agrícolas nas arenas de disputas e negociações políticas locais e nacionais, que passam a reivindicar a ampliação de reservas ambientais ou o fortalecimento de atividades de turismo e recreação, a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, a valorização paisagística, a criação de novos espaços para habitação no meio rural, etc. (Ploeg, Long e Banks 2002; Verbole 1999). Ganha destaque, tanto no plano político como acadêmico, as diferentes formas de articulação entre o desenvolvimento endógeno da produção agropecuária e o uso múltiplo do meio rural, algo que vêm tornando as diversidades nacionais e regionais ainda maiores e mais complexas (Daniel 2003).

A pesquisa apresentada neste livro procura mostrar que os atuais conflitos agrários e a criação de mais de quatro mil assentamentos rurais no Brasil, desde os anos 80, representam uma das expressões do diferenciado processo de desenvolvimento endógeno na produção agropecuária e de surgimento de multifuncionalidades no meio rural. Sua particularidade está nas características e nos objetivos de seu principal protagonista: a população rural e urbana que procura romper com um longo processo de exclusão, violência, miséria e pobreza. A geração de emprego e renda nos assentamentos será interpretada a partir das discussões, delineadas acima, sobre a heterogeneidade de transformações técnicas e sociais na produção agropecuária. Ademais, precisa ser ressaltado que os assentamentos também levam à formação de novos espaços habitados no meio rural – e com isso há a recriação de formas comunitárias de convivência e a redefinição de manifestações culturais. Verifica-se, por exemplo, uma ampla reinvenção de eventos religiosos, lúdicos, esportivos, políticos e culturais; a construção de escolas, igrejas, bares, pontos de comércio, agências governamentais e outras edificações. Reinventam-se formas de povoação do meio rural, enfim. Não se trata, portanto, tão-somente de uma ampliação na produção e comercialização de mercadorias agropecuárias, apesar de sua importância e centralidade, como veremos, mas de uma reconstrução do meio rural visando o estabelecimento de um uso multifuncional do território, ou seja, para aperfeiçoar as condições sociais de vida e de trabalho das camadas mais pobres da população.

1.2 Conflitos agrários e políticas de assentamento

A questão agrária pode ser compreendida a partir das diversas manifestações históricas da interação entre terra, trabalho e poder[6]. Veremos nos primeiros capítulos desta pesquisa que a transição da escravidão para o trabalho livre e a alteração do estatuto jurídico da ocupação do solo, ao longo do século XIX, estiveram associadas à decadência do poder monárquico e à formulação de políticas migratórias; da mesma forma, o desenvolvimento da produção industrial contou com um significativo aporte de recursos financeiros provenientes das grandes fazendas de café. Houve, nestes processos, a formação e consolidação de oligarquias agrárias locais com considerável poder político, em articulação com as formas autoritárias de exercício de poder no governo central.

Com a modernização da produção agropecuária, esboçada na década de 1950 e sistematicamente apoiada pelas políticas estatais a partir da década seguinte, a questão agrária ganhou uma nova configuração. Iniciava-se uma das mais significativas transformações sociais, demográficas e políticas da história brasileira. A expansão da produção agrícola em grande escala (sobretudo soja, cana-de-açúcar, milho, laranja e algodão) e da pecuária ultra-extensiva, ambas em grandes propriedades monocultoras, permitiu, por um lado, a formação de pólos industriais em algumas metrópoles e capitais regionais, mas desencadeou, por outro, uma série de problemas ambientais (como a devastação de ecossistemas e as variadas formas de poluição) e sócio-econômicos (como a tênue vinculação econômica com um elevado número de pequenos municípios; a redução na ocupação de força de trabalho; o despovoamento do meio rural). Além disso, o rápido e massivo êxodo de trabalhadores rurais destituídos de recursos levou também à expansão desordenada de centros metropolitanos, onde se encontra, ainda hoje, um grande contingente em situação de pobreza e miserabilidade.

A emergência das disputas fundiárias a partir do início dos anos 80 e a recriação de organizações populares (reprimidas e banidas nas duas décadas de governos militares) se inserem nesta longa trajetória histórica da questão agrária brasileira. Como parte da (re)construção da democracia representativa no país, foram se difundindo os acampamentos de trabalhadores rurais organizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e outras organizações populares e sindicais, que passaram reivindicar, de forma cada vez mais incisiva, a desapropriação de grandes propriedades rurais improdutivas ou irregulares para fins de reforma agrária e a redistribuição de áreas públicas. A luta pela terra foi se consolidando com base em uma organização política local dos trabalhadores rurais, ou seja, a partir da delimitação de bases sociais e territoriais de confrontação fundiária, em coordenação e encaminhamento político nacional. Isso resultou, entre outras coisas, na criação de milhares de pontos de conflito social e no assentamento de aproximadamente 500 mil famílias, até o final da década de 90, em todas as regiões do país.

A grande maioria dos assentamentos tem em sua origem a ocorrência de conflitos que, em muitos casos, chegam a incluir enfrentamentos armados e variadas formas de violência física e simbólica. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, 349 pessoas foram assassinadas nos conflitos pela terra em 1993 e 2002; aproximadamente 400 ou 500 mil pessoas estiveram diretamente envolvidas em conflitos fundiários nos últimos anos. A demanda pelo acesso a terra por camadas pobres da população vem aumentando ainda mais. Pode-se dizer que os movimentos populares criaram uma tecnologia relativamente eficaz de confrontação social e política. As disputas fundiárias incluem freqüentemente a invasão/ocupação de grandes fazendas, sobretudo aquelas dedicadas à criação ultra-extensiva de bovinos, que mais facilmente são classificadas como improdutivas e, portanto, passíveis de desapropriação[7]. A multiplicação desta forma de confrontação transformou-se em uma das mais importantes questões políticas no país. Os assentamentos foram sendo então criados mais como uma resposta governamental ao acirramento dos conflitos sociais e à pressão das organizações populares e sindicais do que como um deliberado programa

estratégico de Estado visando o aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho no campo.

Os projetos de assentamentos implementados no Brasil nas últimas duas décadas resultam da aplicação de diversas políticas fundiárias: a desapropriação de grandes propriedades rurais com base na legislação sobre reforma agrária; a redefinição da forma de ocupação de áreas públicas; a criação de reservas extrativistas em áreas florestais; o reassentamento de populações atingidas por barragens[8]. De qualquer forma, os assentamentos se caracterizam por uma intervenção estatal com a finalidade de promover a distribuição de terras para grupos de trabalhadores. No final dos anos 90, o governo federal, começou a implementar alguns programas de crédito fundiário, com o apoio do Banco Mundial - e a oposição de diversas organizações populares.

As famílias que chegam a se inserir nos assentamentos procuram desenvolver formas de ocupação de sua força de trabalho e a buscar um aperfeiçoamento de suas condições habitacionais, sociais e comunitárias; procuram, enfim, reconstruir uma localidade no meio rural. Isso significa uma ruptura com as diferentes relações de exploração nas grandes propriedades rurais e também com a trajetória de migração para os centros urbanos. O retorno ao campo significa, para muitas famílias assentadas, a criação de novas oportunidades de trabalho em municípios com baixo dinamismo econômico e/ou um afastamento em relação às condições urbanas que, no limite, se aproximam do cenário traçado por Goldsmith (1994:25):

> *'Em São Paulo... a exemplo do que ocorre nas grandes cidades de quase todo o Terceiro Mundo, um número ínfimo de pessoas de sorte encontra emprego saudável e gratificante e consegue viver em cercanias agradáveis e seguras. Mas a maioria esmagadora, não. Essa maioria vive em pequenas casas em superpovoados subúrbios operários, em favelas situadas em encostas ou beira de avenidas, em cortiços no centro da cidade, ou sobrevive pelas ruas. Enfrenta longas jornadas diárias de trabalho para receber pagamento escasso, em condições freqüentemente perigosas e insalubres. Perde de duas a três horas por dia em transporte, em meio a um gigantesco, superpoluído e lento emaranhado de carros, caminhões e ônibus que levam as pessoas de casa para o trabalho e do trabalho para a casa'.*

Os assentamentos rurais têm se apresentado como uma alternativa colocada não apenas para a população rural, mas também para trabalhadores urbanos com origem rural. Uma pesquisa por amostragem realizada no centro metropolitano de Campinas, distante 100 quilômetros de São Paulo, indicava que algo em torno de 38% da população de suas áreas periféricas, incluindo os jovens ali nascidos, afirmava estar disposta a deixar a cidade para morar e trabalhar em programas de reforma agrária (Porto e Norder 1995). Parte da pesquisa de campo apresentada neste livro refere-se justamente ao assentamento de famílias com origem rural que passaram de dez a vinte anos exercendo as mais variadas atividades em centros urbanos do Estado de São Paulo, sobretudo na região metropolitana de Campinas.

A reocupação do meio rural por populações com alguma experiência urbana vem sendo observada em assentamentos de todo o país. É o caso, no Estado de São Paulo, dos assentamentos situados na região do Pontal do Paranapanema e em Araraquara,

Andradina, Porto Feliz, Promissão, Iaras, Sumaré e vários outros municípios. Alguns assentados trabalharam como assalariados rurais sazonais, no corte de cana e na colheita de laranja; outros foram para a construção civil e outras atividades manuais; muitas mulheres ingressaram em uma das maiores categorias profissionais do país: a das empregadas domésticas e das prestadoras de serviços de limpeza. Mas há também os que trabalharam como funcionários públicos, operários industriais mais qualificados, pedreiros, encanadores, costureiras, eletricistas, marceneiros, cozinheiras, serralheiros, catadores de papelão e subempregados de vários tipos. Quase todos experimentaram o desemprego e as formas metropolitanas de violência.

Os assentamentos rurais já foram indicados para reduzir a pressão populacional em áreas densamente povoadas; ou para melhorar os níveis de vida da população rural; para evitar ou diminuir o êxodo rural; para ampliar as oportunidades de emprego através do aumento e diversificação da oferta de produtos agrícolas; para introduzir novas formas de organização e novos processos de produção (Takes 1975). Além disso, pode-se também ressaltar sua importância para o estabelecimento de uma nova dinâmica econômica entre a produção agropecuária e os pequenos municípios que, nas últimas décadas, têm permanecido, em grande número, em estado de estagnação ou decadência populacional e econômica (Faria 1991), o que pode ser atribuído, ao menos em parte, aos efeitos da modernização agrícola implementada nas últimas décadas.

O atual desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos rurais no Brasil expressa as conflituosas relações políticas entre as organizações representativas dos trabalhadores rurais e as instâncias estaduais e federais de governo. Por isso, as condições de infra-estrutura social e produtiva nos assentamentos permaneceram, de forma geral, bastante precárias. Ainda assim, alguns assentamentos chegaram a ser apresentados por agências governamentais como 'experiências-piloto' a serem exibidas como 'modelo de reforma agrária', entre os quais está o Assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão, Estado de São Paulo, criado a partir de 1987, em uma área de mais de dezessete mil hectares; são 629 lotes familiares com 19,36 hectares e mais de cinco mil hectares de reservas florestais.

A análise apresentada neste livro sobre a história agrária brasileira e sobre a produção agropecuária do Assentamento Fazenda Reunidas procura contribuir para um aprofundamento da compreensão deste processo de assentamento rural de trabalhadores, destacando a importância da construção das relações políticas e institucionais no âmbito local para a reconstituição da produção agropecuária enquanto fonte de geração de emprego e renda.

Por tratar-se de um estudo sobre deslocamentos populacionais e sobre a redefinição da ocupação de mão-de-obra, torna-se interessante avaliar a formação histórica das relações de trabalho e sua articulação com os regimes de apropriação fundiária e com as formas locais, regionais e nacionais de exercício de poder político. Isso permite situar a criação dos assentamentos como uma nova expressão da questão agrária no Brasil. As *políticas de distribuição fundiária* podem ser então interpretadas como políticas de transformação do mercado de trabalho, na medida em que contribuem, ainda que parcialmente, para reduzir a oferta de mão-de-obra. Essa é justamente uma

das mais importantes dimensões das políticas de reforma agrária no Brasil: a de promover uma *desmercantilização* da força de trabalho e das condições sociais de vida, sobretudo no que se refere à habitação e à alimentação. Nesta perspectiva, pode-se dizer que os conflitos sociais visando a criação de assentamentos exprimem a determinação de parte dos trabalhadores no sentido de reduzir sua dependência para com as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, de reconstruir espaços habitáveis no meio rural e de estabelecer uma nova relação política com o Estado. Modifica-se a dinâmica entre terra, trabalho e poder.

O aproveitamento do potencial dos assentamentos para a absorção de força de trabalho e para a reconstituição do espaço habitado no meio rural pode ser avaliado como um produto histórico da interação, negociação e confrontação entre assentados e diversas agências estatais, públicas e privadas relacionadas à construção da infra-estrutura (eletrificação, construções de estradas e edificações, etc), à prestação de serviços públicos (de saúde, educação e cultura, crédito habitacional, preservação ambiental, etc.) e ao desenvolvimento da produção (sistemas de crédito, assistência técnica, canais de comercialização, etc). Desta forma, as diferentes relações sociais, políticas e institucionais, que envolvem tanto a esfera nacional como a local, serão tomadas neste estudo como expressões de determinadas *políticas de assentamento*. Veremos também que a crítica aos pressupostos políticos e tecnológicos e aos impactos sociais, locais e ambientais da modernização agrícola constitui-se em um relevante parâmetro para a identificação das formas de produção agropecuária capazes de viabilizar um aumento na absorção de trabalho e, conseqüentemente, uma retomada do povoamento do meio rural.

1.3 Objetivos e metodologia da pesquisa

O enfoque sobre as formas de interação entre processos globais e locais reforça a relevância dos métodos etnográficos de pesquisa social. Neste sentido, vale a pena tecer aqui um comentário, ainda que breve, sobre o significado e a relevância dos estudos de caso. A literatura sobre este assunto é, evidentemente, bastante ampla[9]. Esta seção apresenta algumas considerações sobre a metodologia utilizada na pesquisa, sobretudo a dinâmica entre formulação teórica e coleta de dados empíricos, sua forma de operacionalização e seus principais objetivos.

Uma consideração a ser levada em conta é a de que as metodologias de estudo de caso, como mostra Ragin (1997), podem ser interpretadas como construções elaboradas para servir aos interesses teóricos do investigador: *'a interação entre idéias e evidências resulta em um progressivo refinamento do caso, concebido como uma construção teórica'*. Wieviorka (1997) também argumenta que um trabalho de campo não pode ser compreendido como algo meramente empírico, mas como um procedimento de pesquisa social que procura relacionar fatos a conceitos, realidades a hipóteses: '*ao se falar sobre um caso, propomos trazer a teoria e a prática juntas de uma forma especial'*. No mesmo sentido, Walton (1997:121) discute a relação entre a análise empírica e a construção teórica:

> *'os casos são 'elaborados' invocando teorias, seja implícita ou explicitamente, para justificação ou ilustração... Esta interpretação apóia uma renovada apreciação sobre o papel dos estudos de caso na pesquisa social e abre caminho para relevantes estratégias para o desenvolvimento de teorias'.*

Ele observa que, por este motivo, sociólogos e antropólogos costumam apresentar seus trabalhos não apenas como descrições de uma certa cidade, comunidade ou localidade, mas como manifestações de características mais gerais ou como indicação de enfoques e abordagens teóricas; e acrescenta que muito do conhecimento geral produzido nas Ciências Sociais deriva de abordagens histórica e/ou territorialmente delimitadas: *'estes estudos de caso se tornaram clássicos porque possuem certa transferibilidade instrutiva para outros cenários'*. É por isso que muitas das generalizações na Sociologia teriam sido desenvolvidas a partir dos métodos de pesquisa de campo.

> *'Os estudos de casos são evolvidos em teorias. São casos porque representam processos casuais operando em um microcosmo. Basicamente, a lógica dos estudos de caso é demonstrar como as forças sociais gerais tomam forma e produzem resultados em cenários específicos'* (Walton 1997:125).

Boa parte das pesquisas qualitativas baseia-se na realização de entrevistas, procedimento que é avaliado por Queiroz (1988:21-23) a partir de uma distinção entre *depoimentos* e *histórias de vida*. São diferentes formas de comunicação. Com um *depoimento*, o pesquisador vai diretamente ao encontro das informações que julga essenciais para o seu trabalho: *'a obediência do narrador é patente; o pesquisador tem as rédeas na mão... O pesquisador guia, portanto, a narrativa do informante'*. Já na metodologia da *história de vida*, o pesquisador inicia a análise com base nos temas colocados espontaneamente pelos entrevistados: *'o colóquio é conduzido pelo narrador, que detém a condução do relato... Este é quem determina o que é relevante ou não narrar'*. Cada uma destas metodologias tem suas próprias características, dinâmicas e finalidades:

> *'as diferenças recaem sobre o tipo de pesquisa que se quer realizar, pesquisa esta que, na sua especificidade, deverá requerer a aplicação da história de vida, ou a coleta por meio de depoimento'.*

Esta distinção entre *depoimentos* e *história de vida* pode nos servir para apresentar a forma pela qual a pesquisa de campo foi conduzida. Após ter participado de projetos de pesquisa em vários assentamentos no Estado de São Paulo e no Paraná, efetuei, entre 2000 e 2002, um conjunto de pesquisas qualitativas no Assentamento Fazenda Reunidas especificamente para a elaboração deste livro. Foram várias estadias no assentamento, três ou quatro vezes por ano, cada uma com duração aproximada de dez a quinze dias. A comunicação com os entrevistados foi pautada, em um primeiro momento, pela metodologia de *história de vida*, ou seja, sem que houvesse um claro e inequívoco direcionamento dos assuntos a serem tratados. Em várias ocasiões, preferi começar as entrevistas apenas dizendo que a pesquisa tinha o objetivo de escrever a história do assentamento, incluindo os tempos da luta pela terra, a busca de alternativas de geração de emprego e renda, o papel das políticas governamentais, etc.

Esta forma de comunicação permitiu estabelecer longos diálogos e identificar os assuntos que os assentados julgavam relevantes para a história local. Assim, recebi inúmeras sugestões temáticas para a realização de pesquisa: *'essa é uma história interessante para sua pesquisa...';* avaliações que aprofundavam minhas conjecturas: '*vamos fazer uma conta para um alqueire'*; *'vamos voltar nessa questão dos insumos'*; sugestões de outros contatos no interior da comunidade: *'você precisa entrevistar Fulano sobre isso'*. Com o transcorrer dos diálogos, as entrevistas passavam a adquirir a forma de um *depoimento*, no qual os temas que mais me interessavam eram comentados com maior detalhamento e profundidade pelos entrevistados.

A pesquisa de campo tinha o objetivo inicial de chegar a uma visão abrangente sobre a formação histórica do assentamento, identificar as discussões locais, avaliar seus principais problemas e potenciais, compreender suas contradições e assimetrias e, além disso, integrar fatos e conceitos, teoria e prática. Isso implicava na coleta, formal e informal, sistemática e aleatória, de um vasto, complexo e diversificado conjunto de informações. Há também uma dimensão territorial a ser considerada: são mais de dezessete mil hectares, distribuídos entre mais de 600 famílias. Diante disso, procurei, primeiramente, manter amplos diálogos com o maior número possível de assentados e técnicos governamentais. Estes diálogos, eram registrados apenas parcialmente em pequenos blocos de notas. Apenas algumas frases eram anotadas por sintetizarem um pensamento ou pelas singularidades da fala: *'eu trouxe só a boca'*, dizia sr. João Pereirinha sobre a sua chegada no acampamento. Somente a partir do momento em que meus diálogos com os assentados e técnicos tornaram-se bem informados é que procurei delimitar com maior precisão os assuntos que deveriam pautar a realização de entrevistas qualitativas mais detalhadas. Parte dos assentados e técnicos foram entrevistados em várias ocasiões; e algumas entrevistas foram particularmente longas. Foi também possível acompanhar algumas reuniões, assembléias e eventos políticos locais com finalidade de discutir as políticas de assentamento na localidade. No período final da pesquisa de campo, foram gravadas cerca de dezoito horas de entrevistas com os assentados e técnicos com quem mantive um diálogo mais intenso.

A análise sobre a formação do Assentamento Fazenda Reunidas apresentada aqui procura oferecer uma contribuição para os debates teóricos e políticos sobre os rumos do desenvolvimento rural no Brasil. No entanto, é preciso ressaltar que houve também a deliberação de registrar e documentar a formação histórica do assentamento, ou seja, narrar o projeto de reconstrução de uma localidade por um grupo específico de trabalhadores. Desta forma, tem-se, em alguns momentos, uma descrição mais detalhada de suas especificidades. A pesquisa de campo foi concluída no final de 2002 e não faz menção às políticas implementadas pelo governo federal ou estadual a partir de então.

A escolha do Assentamento Fazenda Reunidas para a realização da pesquisa não se deve a qualquer condição que o torne substancialmente distinto dos demais assentamentos no Estado de São Paulo; várias semelhanças com outros assentamentos podem ser apontadas. No entanto, como será demonstrado na pesquisa de campo, as particularidades históricas e as contingências nacionais e locais de cada assentamento são fundamentais para a compreensão de sua formação e desenvolvimento[10]. Ao longo

dos últimos quinze anos, as políticas governamentais para os assentamentos foram continuamente modificadas, ainda que preservando uma clara instabilidade e imprevisibilidade. O Assentamento Fazenda Reunidas apresenta ainda a particularidade de ser o mais populoso no Estado de São Paulo (embora a região do Pontal do Paranapanema tenha concentrado o maior número de famílias assentadas no Estado – e certos casos, em áreas contíguas; por outro lado, parte dos assentamentos abriga apenas um pequeno número de famílias e situa-se em áreas relativamente isoladas de nucleações urbanas).

O objetivo dos capítulos 2, 3 e 4 é elaborar uma síntese sobre as principais características históricas do problema agrário no Brasil, destacando a forma como a concentração fundiária esteve associada à concentração de poder político, tanto no âmbito local como nacional, e ao controle e subordinação da força de trabalho. A análise do processo histórico de mercantilização das relações sociais evidencia que a formação do mais importante dos mercados, o mercado de trabalho, influencia a formação de outros mercados, na medida que por aí se definem a geração e distribuição de renda e, portanto, os níveis e tipos de consumo (doméstico e produtivo). No entanto, e isso Marx o mostrou de forma bastante clara, o mercado de trabalho é criado por meio das mais variadas formas de ação política, incluindo a violência. Assim, falar de *mercantilização* das relações sociais e das relações de trabalho, de mercado de terras e de outros mercados é falar de determinadas *políticas de mercantilização.*

A dinâmica entre concentração fundiária, poder político e controle da força de trabalho pode ser observada já na forma de ocupação colonial, bem como nas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas ao longo do século XIX, sobretudo com a passagem da regulamentação fundiária do sistema de sesmarias para o da propriedade privada, durante a expansão do complexo cafeeiro. Veremos que a redefinição do ordenamento fundiário precedeu a organização da política de subsídios governamentais à atração de imigrantes. Trata-se, em um sentido mais amplo, de uma certa 'política de assentamento', voltada para o deslocamento de populações para o interior das grandes propriedades rurais e o estabelecimento de relações de subordinação do trabalho livre em um contexto de abundância de terras e escassez de mão-de-obra (capítulo 2).

Esta política simultaneamente fundiária e social/demográfica favoreceu a criação de uma incipiente produção industrial e o crescimento de algumas aglomerações urbanas, o que fez de São Paulo o principal núcleo econômico do país. No entanto, a persistente crise da cafeicultura no mercado internacional, acentuada a partir da década de 50, estimulou a substituição do *complexo rural* pela criação bovina ultra-extensiva ou pelo *complexo agroindustrial* – com a expansão, nas antigas áreas cafeeiras, dos cultivos de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão; a produção agropecuária passou a basear-se em uma elevada mecanização e consumo de insumos agroindustriais e, simultaneamente, com uma acentuada redução na ocupação de força de trabalho. Segue-se então, sobretudo com o regime militar, um aprofundamento da modernização agrícola, que levou ao êxodo ('desassentamento') de grande parte da população rural e à continuidade da elevada concentração fundiária (capítulo 3).

Os programas de distribuição de terras formulados pelos governos estaduais e federal a partir de meados dos anos 80 podem ser compreendidos com base nestas transformações políticas, econômicas, fundiárias e demográficas ocorridas no longo prazo. A pesquisa historiográfica se estende até as políticas agrárias implementadas nos anos 80 e 90, destacando a difusão das organizações populares no campo, a redefinição das estratégias políticas e a formulação de programas fundiários por parte dos governos estaduais e federal (capítulo 4). No capítulo 5 será apresentado um mapeamento do conjunto de disputas agrárias ocorridas no Estado de São Paulo e dos conflitos sociais e políticos que levaram à criação do Assentamento em Promissão. Esta primeira parte da pesquisa tem como objetivo evidenciar a complexidade da história agrária brasileira, ressaltando sua importância para uma interpretação da emergência, nos últimos anos, de inúmeras situações de conflitos sociais e da criação dos assentamentos rurais em todas as regiões do país. Esta abordagem histórica poderá ser útil para a compreensão das relações macro-micro nos assentamentos rurais.

Há, nos demais capítulos, uma análise da produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas. A política de assentamento será interpretada como resultado histórico das formas de interação entre assentados, Estado, mediadores políticos, agentes do mercado, instituições bancárias, serviços de assistência técnica e extensão rural. A pesquisa focalizou os vários aspectos relacionados à produção agropecuária, especialmente: as condições e contradições das políticas governamentais de crédito; os significados da diversificação e das práticas endógenas de desenvolvimento da produção agropecuária; as relações entre as diversas fontes de renda; a importância da produção de alimentos para consumo familiar; os limites e potencialidades das organizações locais e suas formas de interação com o Estado e com o mercado. Procura-se demonstrar a articulação entre estes vários aspectos relativos à reconstituição do trabalho nos assentamentos rurais.

O capítulo 6 analisa os embates, as negociações e a reconstrução local das políticas de crédito para o assentamento, com destaque para os impactos do precário direcionamento para a produção de grãos e fibras em escala. Há também uma avaliação dos principais impasses institucionais e das confrontações jurídicas decorrentes da forma de implementação das políticas de crédito. O capítulo 7 volta-se para a discussão, identificação e análise dos principais processos produtivos na agricultura e na pecuária que permitiram aos assentados ampliar a ocupação de força de trabalho e a geração de renda. Para tanto, retoma-se a discussão sobre heterogeneidade e desenvolvimento endógeno na produção agropecuária, destacando-se a forma pela qual os assentados procuraram modificar o balanço de recursos mobilizados e convertidos no processo produtivo. Há uma ênfase para a noção de que a redução na proporção de insumos agroindustriais de curto ciclo, com um aumento gradual na disponibilidade de recursos produtivos permanentes, é um dos principais componentes da estratégia dos assentados para a geração de emprego e renda.

O capítulo 8 procura traçar um perfil da situação sócio-econômica das famílias no assentamento, levando em conta os limites e as contradições das políticas governamentais e as variadas estratégias de desenvolvimento endógeno. A análise combina métodos etnográficos e quantitativos com a finalidade de avaliar a

importância da produção agropecuária como fonte de renda entre as famílias assentadas. A reduzida disponibilidade financeira (tanto pelas restrições do sistema de créditos como pela ausência de recursos familiares) pode ser apontada entre os principais fatores a bloquear a formação da base permanente de recursos necessários ao desenvolvimento de processos endógenos de produção agropecuária. Isso estimulou a proletarização, sobretudo dos jovens, o arrendamento de terras e as evasões. Veremos também que algumas das atividades rurais não-agrícolas conduzidas no assentamento se configuram como respostas às desfavoráveis políticas de crédito para a produção agropecuária – e não aos desdobramentos de processos endógenos de desenvolvimento. A pesquisa reforça a importância do fortalecimento da produção agropecuária no assentamento e analisa as conexões entre as diversas fontes de renda mobilizadas pelos assentados.

Acampamento Dandara, que completou quatro anos em novembro de 2001

O capítulo 9 discute o tema da segurança alimentar nos assentamentos rurais – principalmente a atualidade e importância nutricional da produção autônoma de alimentos e sua inserção no universo das relações comunitárias. Há uma exposição sobre as principais transformações na articulação entre a produção de alimentos para consumo doméstico e a produção comercial, seguida de uma pesquisa etnográfica sobre a forma como esta articulação continua sendo explorada por uma família assentada com fortes tradições camponesas. A diversificada produção de alimentos pode levar a um uso múltiplo e alternativo dos recursos disponíveis, a um aumento na absorção de trabalho, a uma associação com o desenvolvimento endógeno da produção e a uma redução de riscos econômicos. O capítulo 10 analisa a interação entre

assentados, Estado e MST na construção das organizações locais voltadas para a reorganização da produção e das relações sociais de comercialização e distribuição da produção. Há uma análise sobre a trajetória do conjunto de organizações criadas no assentamento, destacando-se seus aspectos organizacionais, suas formas de interação política e institucional e seus impactos na constituição de processos produtivos e comerciais.

Momentos iniciais da transformação de uma área de pecuária de corte em assentamento. Assentamento Fazenda Coqueirão, município de Guarantã/SP, 2002.

Notas

1 No caso dos produtos voltados para exportação, há uma forte dependência em relação aos preços vigentes internacionalmente e às políticas monetárias nacionais.

2 Tedesco (1999) analisa a 'contratualização' da produção animal no Sul do Brasil.

3 Os milhares de hectares destinados à plantação de soja criaram corredores de destruição em vários pontos da região amazônica. Calcula-se que mais de 25% da área de florestas destruídas em toda a história do Brasil ocorreu ao longo dos anos 90, principalmente para a produção de soja (cf. Carlos Tauts, 'Soja, a vilã da Amazônia', *Caros Amigos*, edição especial, n. 6, setembro de 2003). O impacto no ecossistema dos cerrados tem sido também bastante acentuado. O jornalista Washington Novaes relata, utilizando dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), alguns dos efeitos da expansão dos plantios de soja: *'em quatro décadas, levou-se à posição de um dos mais ameaçados de extinção no planeta um bioma que tinha mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, quase um quarto do território brasileiro… Quase nada resta do cerrado originário do Centro-Oeste*

brasileiro. A reserva legal obrigatória, de 20% da área, é uma imensa ficção praticamente em toda parte. E quanto mais recente a ocupação, maior a devastação, graças a tecnologias mais modernas… Todas as bacias hidrográficas estão em processo acelerado de degradação, por causa da forte erosão nas culturas de grãos, da poluição por agrotóxicos e de efluentes de criações' ('Uma política para o cerrado', *O Estado de São Paulo*, 29 de agosto de 2003, p. A2).

4 Segundo Brass (2000:15), *'todos os Marxistas vêem o camponês como uma forma sócio-econômica que se fragmenta em uma burguesia rural e um proletariado rural... O tema/assunto histórico da questão agrária é o proletariado, a identidade econômica ligada historicamente ao desenvolvimento da indústria em larga escala no setor urbano; sua identidade política é internacional, baseada em classe; e os conflitos almejam uma transformação sistemática (=revolução)'*.

5 Para a edição brasileira do livro de Giddens (2001), que formulou o conceito nos anos 80, Roneide Venâncio Majer e Klaus Brandini Gerhardt assim traduziram o vocábulo *agency* (p. 330).

6 Para autores marxistas, a *questão agrária* refere-se à expansão do capitalismo no campo, com a difusão da produção agropecuária em grande escala, a destruição do campesinato e a formação de classes sociais (burguesia agrária e proletariado rural). Por outro lado, muitos autores no Brasil procuram conferir um significado mais amplo para a noção de *questão agrária* – e, com isso, chegaram a um reconhecimento de suas diversidades históricas, sócio-econômicas e regionais. A definição marxista passa a ser compreendida como uma das expressões históricas e uma das dimensões da questão agrária.

7 'Ocupação' de áreas subutilizadas ou mal aproveitadas, no vocabulário do MST e outras organizações favoráveis aos movimentos sociais, e 'invasão' em boa parte da grande imprensa, documentos governamentais do período e instituições patronais e empresariais. Os aspectos éticos, políticos e jurídicos desta terminologia foram discutidos por Gomes da Silva (1996:116).

8 Há também a regularização das terras pertencentes a populações tradicionais, como os remanescentes de quilombos: *'esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos*; *Estado de tipo africano formado, nos sertões brasileiros, por escravos fugidos'*, cf. Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira). No Estado de São Paulo, no final dos anos 90, havia sido identificado um total de 33 quilombos, totalizando 835 famílias.

9 Um balanço bibliográfico pode ser encontrado em Hamel (1997). Uma das questões refere-se à 'ilustratividade' dos métodos qualitativos/etnográficas e a 'representatividade' dos métodos quantitativos/estatísticos, bem como suas articulações e complementaridades. Para uma análise dos métodos de coleta de dados etnográficos na história da Antropologia, ver Sanjek (1990).

10 O Assentamento de Promissão está entre um pequeno número de projetos implementados no Estado de São Paulo nos anos 80. No momento em que começou a ser implementado, em 1988, o governo estadual havia participado do re-assentamento de 1.500 famílias atingidas por barragens de usinas hidrelétricas e do assentamento de 663 famílias em áreas públicas, distribuídas em quinze áreas; já os programas de reforma agrária, baseados na desapropriação de grandes propriedades consideradas improdutivas, tinham permitido o assentamento de apenas 336 famílias, em quatro municípios. A partir de então, foram criados mais de cem assentamentos em várias regiões do Estado, principalmente no Pontal do Paranapanema, envolvendo mais de oito mil famílias.

2 Terra, Trabalho e Poder na Escravidão

O objetivo deste capítulo é delinear um panorama histórico da questão agrária brasileira desde os primeiros momentos da colonização até o final do século XIX, época em que se observa um importante conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas de múltiplas dimensões: a criação de um novo regime de apropriação fundiária; o desenvolvimento da produção cafeeira no sudeste do país, que começava a suplantar a já decadente economia açucareira da região nordeste; a crise do escravismo; a constituição das modalidades de trabalho livre nas grandes fazendas; e a definição de uma sistemática política governamental de atração de trabalhadores estrangeiros. A concentração fundiária afigurava-se como um dos principais ordenadores da formação das relações sociais e de exercício do poder político. A reconstituição deste processo permite compreender a particular articulação entre questão agrária e expansão do capitalismo no Brasil.

2.1 A ocupação do território colonial

O regime de sesmarias no Brasil foi uma forma jurídica e política específica de apropriação territorial privada, na qual o poder monárquico fazia uma *concessão* de lotes de terras a particulares com alguma disponibilidade financeira para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, sobretudo aquelas com elevada expressão no comércio internacional. Criada em 1375, a Lei das Sesmarias visava incrementar a ocupação produtiva da terra em uma época de crise no abastecimento alimentar em Portugal. Na colônia brasileira, esta prerrogativa de efetiva utilização do solo tinha a particularidade de estar associada à necessidade do Estado português garantir sua soberania geopolítica sobre um vasto território a ser colonizado, sem, no entanto, que houvesse bases militares e população para ocupar efetivamente ao menos o litoral.

Duas relevantes cláusulas restritivas estavam presentes em tal concessão de terras no Brasil dos séculos XVI e XVII: a limitação de apenas um lote por pessoa e a obrigação de construir fortificações militares, o que esboçava a complexa relação entre formação do aparelho estatal e o fortalecimento de elites agrárias locais e regionais. Além disso, eram obrigatórios o pagamento do dízimo católico e a destinação de áreas para a construção de igrejas, vilas, estradas e logradouros, numa tentativa de evitar que tal doação de terras viesse a bloquear a constituição de um espaço público no processo de ocupação agrária. Entretanto, conforme enfatiza Fachin (1995:127-128), *'não é possível historiar o regime de terras no Brasil tão somente através do exame dos textos legais*'. A concentração fundiária, tantas vezes atribuída apenas ao regime de

sesmarias, teria ocorrido a despeito e para além de suas prescrições jurídicas. Um dos exemplos mais notáveis neste sentido pôde ser observado no final do século XVII, quando foram introduzidas novas exigências formais para a concessão de terras:

> *'o teor da Carta Régia de 1695 limitava as dimensões* [das sesmarias] *a quatro léguas de comprimento por uma de largura, comprimento reduzido dois anos depois para três léguas'.*

Isso significa que uma sesmaria deveria ter não mais que 17.424 hectares, e que, posteriormente, chegou a ser reduzida para 13.068 hectares.

Na passagem para o século XVIII, o regime das sesmarias começou a ser objeto de diversas alterações jurídicas e políticas. Através de uma Carta Régia de 22 de janeiro de 1699, o Estado passou a exigir outros procedimentos formais:

> *'além do pedido e do registro, a confirmação régia, o pagamento de um foro, e, talvez, depois de 1753, a demarcação e a medição obrigatória, tudo constituindo condições resolutivas, cuja inadimplência importava caducidade da doação'* (Costa Porto 1965:88).

A imposição de novas condições para a concessão e validação das sesmarias, ao lado das prescrições anteriores, sobretudo sua necessária utilização produtiva, não chegaram, no entanto, a se transformar em parâmetros eficientes na ordenação da distribuição fundiária. A ausência de efetiva demarcação e medição de cada sesmaria permitia sua expansão para além de seus limites legais, o que veio a gerar inúmeras situações de conflito social. Veremos adiante que os recursos extralegais de apropriação territorial e de constituição do poder político local pelas oligarquias agrárias, fenômenos fortemente articulados, vieram a caracterizar os tempos coloniais (até 1822), monárquicos (até 1889) e republicanos. Em um notável estudo historiográfico, Viotti da Costa (1987:144) mostra que algumas práticas ilegais de arrecadação privada da terra eram fundamentadas em certas relações de poder local:

> *'A fim de aumentar suas propriedades, recorreram a vários expedientes, adquirindo doações* [de sesmarias] *em nome de membros de suas famílias ou de amigos. Desta forma, foram bem-sucedidos em acumular terras além de satisfazer suas necessidades imediatas de produção'.*

Dentre os demais expedientes, deve ser lembrado que o uso da violência física (ameaças, expulsões, torturas, assassinatos) adquiriu um caráter permanente e sistemático. Estes procedimentos ilegais de concentração fundiária geravam, ainda no período colonial, uma contraditória relação entre o *caudilhismo local* e o poder central. A análise de Oliveira Vianna (na década de 1940) salientava que a atuação do Estado – notadamente durante a ocupação e povoamento colonial da Província de São Paulo – teria uma abrangência territorialmente circunscrita:

> *'...'arranhando como caranguejos' os litorais, ou acantonados apenas nas cidades e vilas importantes. Para além desses centros urbanos, na imensa amplitude sertaneja, onde ressoa o tropel dos caudilhos, a sua ação é fraca, reticente ou, mesmo, inteiramente nula'* (Vianna 1987:179).

Esta condição político-militar, como veremos adiante com mais detalhes, foi um dos fatores determinantes da efetivação da concentração de terras no Brasil Colônia.

O programa de colonização portuguesa no Brasil, até início do século XIX, tinha outras duas diretrizes específicas: a prioridade para o desenvolvimento dos engenhos de cana-de-açúcar, sobretudo na região nordeste, e a viabilização do escravismo. Concentração fundiária, monocultura exportadora e trabalho escravo são muito freqüentemente apontados como os mais sólidos pilares sócio-econômicos do período colonial brasileiro. Todavia, ainda que largamente predominantes, as relações sociais não se limitaram à escravidão: com base na concentração fundiária, eram exercidas também outras modalidades de subordinação e exploração da população rural formalmente livre.

Em uma inovadora interpretação da história brasileira, Caio Prado Jr., em 1933, inspirado no marxismo, salientava a constante disposição das elites agrárias para manter não apenas a população escrava, mas também a população livre sob seu domínio. Assim, os pequenos lavradores livres precisariam enfrentar *'a vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários, que lhes move uma guerra sem tréguas'*. Neste enfrentamento cotidiano, formava-se uma determinada organização política entre as classes sociais e um aparato governamental que, contraditoriamente, expressava, reforçava e reproduzia a dominação de uma classe sobre outra:

> *'A luta destas classes, pequenos e grandes proprietários, enche a história colonial, degenerando não raro em violentos conflitos à mão armada. Estas lutas terminam quase sempre pela espoliação dos primeiros em benefício dos segundos'* (Prado Jr. 1947:30).

Ao lado da precária regulamentação oficial e das coercitivas relações de poder político local, que bloqueavam o acesso à terra para a população livre, a difusão da ocupação rural em lotes de pequeno porte no período colonial teria sido contrariada por diversos outros fatores. O elenco de obstáculos incluía ainda, segundo Prado Jr., considerações de ordem técnica e econômica. Ele estimava, por exemplo, que a construção de um engenho de cana-de-açúcar exigia um elevado montante inicial de investimentos financeiros, parte deles destinados à compra de escravos:

> *'No Brasil colônia, salta logo aos olhos a impossibilidade de se adaptarem os nossos produtores ao regime de pequenos lavradores sem recursos de monta. A instalação de um engenho de açúcar – a principal riqueza da colônia – mesmo dos mais modestos, exigia... de cento e cinqüenta a duzentos trabalhadores'* (p. 29).

Dificultada a inserção de pequenos lavradores no circuito de produção para o comércio internacional, ou seja, a produção de açúcar, restava apenas o mercado de consumo interno, muito pouco dinâmico, já que

> *'as grandes propriedades rurais produziam mais ou menos todo o necessário para seu consumo interno, especialmente no que diz respeito aos produtos agrícolas, e dependiam muito pouco do exterior'* (p. 29).

Não podemos esquecer que o isolamento tornava pequenos lavradores independentes do grande domínio altamente vulneráveis aos violentos ataques de populações

indígenas. Todos estes e outros fatores contribuíram para que a economia agrária colonial viesse a ser constituída preponderantemente através do grande domínio rural:

> *'mesmo o pequeno proprietário que lavra terras próprias – aliás raro – é pouco mais que um servo. Sua gleba é antes uma dependência do grande domínio com que confina que outra coisa qualquer'.*

Deste complexo processo de formação da grande lavoura, ressalta-se a organização, até meados do século XVII, de uma estrutura de classes sociais bastante polarizada:

> *'de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazendas; de outro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos ou semi-livres'* (Prado Jr. 1947:45; 47).

No mesmo sentido, Alberto Passos Guimarães, ressaltou em 1963 que a pequena propriedade independente teria se formado apenas posteriormente à constituição do latifúndio, e em aberta oposição a ele. Destaca-se também em sua análise a associação entre o processo de apropriação territorial no Brasil colonial e a formação de uma determinada estrutura de classes sociais:

> *'a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária'* (Guimarães 1963:151).

Portanto, ao lado do escravismo, o latifúndio mantivera relações sociais de subordinação nas áreas marginais à lavoura canavieira escravista. Sem competir com a produção comercial do grande domínio, trabalhadores livres praticavam uma precária atividade de subsistência, sob o controle e a exploração dos senhores de escravos.

> *'O costume de permitir que arrendatários e meeiros morassem nas fazendas criou uma rede de relações pessoais nas quais o proprietário funcionava como mediador entre os arrendatários, os meeiros e a Coroa, com a propriedade da terra sendo a base de seu poder'* (Viotti da Costa 1987:144).

A conquista de grandes lotes de terra nem sempre esteve condicionada à sua vinculação à produção comercial, mas à sua capacidade de controlar o acesso à terra e aos recursos naturais e, desta forma, subordinar não apenas escravos, mas também trabalhadores formalmente livres. Esta subordinação da população livre era viabilizada através de um sistema produtivo que contava com estratégias de subsistência habitacional e alimentar extremamente precárias, e fundamentava-se principalmente no arrendamento de terras. Como a concentração fundiária era fonte de poder político e controle social, articuladamente com o escravismo, o grande domínio detinha uma quantidade de terras superior à sua capacidade produtiva. Mais que um meio de produção, a posse concentrada da terra era fonte de prestígio, poder político e controle social, bem como reservatório de força de trabalho para a produção comercial e para a guerra.

Mesmo assim, como parte do permanente conflito presente neste processo, já no período colonial, a pequena propriedade veio a se estabelecer de forma autônoma com relação ao latifúndio, em condições de precariedade, marginalidade, instabilidade e

vulnerabilidade política e institucional. No final do século XVIII, a presença da pequena propriedade atingia certo volume e era já um fato consumado. Multidões de camponeses deixavam evidente que suas posses, ainda que desprovidas de regulamentação jurídica, não mais poderiam deixar de ser reconhecidas pelo Estado, nem cerceadas pelas aristocracias agrárias locais. Os episódios de confrontação fundiária foram interpretados por Guimarães (1963:113; 121) como momentos de conquista e transformação na situação política dos camponeses:

> *'Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra. Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa'*.

No final do século XVIII, espalharam-se os conflitos sociais em torno da posse da terra. A desorganização na doação de sesmarias e os decorrentes embates entre os *sesmeiros*[1] e o grande contingente de *posseiros* motivaram a edição de um Alvará em 1795 contendo novas determinações sobre a ocupação da terra: o Estado reafirmava que a utilização produtiva iria preponderar sobre a titulação adquirida pelos sesmeiros. Sua validade foi, no entanto, suspensa no ano seguinte:

> *'o poder dos grandes senhores de terras, sesmeiros ou grandes posseiros, era suficientemente forte para desconsiderar as imposições da Coroa Portuguesa'* (Motta 1998:125).

O regime de sesmarias demonstrava claramente os sinais de sua inócua capacidade de ordenamento do espaço agrário.

> *'Durante a época colonial, desenvolveu-se uma outra forma de apropriação que aos poucos obteve o reconhecimento das autoridades. Essa nova forma, a posse, era mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se praticava. Aos poucos, ela tornou-se a forma principal de apropriação territorial'* (Osório Silva 1996:333).

A difusão das *posses* (tanto a do pequeno como a do grande domínio, mas com uma clara predominância deste contra aquele) insere-se em um caótico ordenamento jurídico e burocrático, diante das limitações do Estado para exercer eficientemente a regulamentação fundiária, do desinteresse dos detentores de terras e da específica vinculação entre poder político local e central. Desenvolveu-se, portanto, uma dupla forma de ocupação territorial: por um lado, uma população inserida no regime de sesmarias, em boa parte com base em uma burla sistemática de seus limites e determinações; de outro, os posseiros que estavam completamente à deriva das regulamentações governamentais sobre a apropriação territorial. Outros fenômenos contribuíram para a constituição de uma classe de pequenos lavradores independentes do latifúndio, ainda que de forma secundária e periférica: a concessão de parte da grande propriedade para a criação de reservatórios de mão-de-obra; a decomposição das fazendas após seu esgotamento ambiental; a produção em pequena escala para o consumo urbano e a colonização governamental ou privada com imigrantes estrangeiros, já a partir das primeiras décadas do século XIX. Estes processos tiveram,

de acordo com Alberto Passos Guimarães e outros autores, apenas uma importância secundária diante do enfrentamento constante no exercício da *posse*, considerada um movimento criador e decisivo na formação da pequena propriedade.

Com a transferência da realeza portuguesa para o Brasil, em 1808, a monarquia procurou mais uma vez retomar o controle institucional sobre a distribuição fundiária. No ano seguinte, o Príncipe Regente reafirmava sua intenção de

> *'remediar o abuso de se confirmarem as Sesmarias sem proceder a necessária medição, contra a expressa decisão do Decreto de 20 de outubro de 1753 e de muitas ordens minhas'* (Apud Motta 1998:125).

As inúmeras disputas entre *posseiros* e *sesmeiros* foi um fator de primeira ordem na decisão governamental de suspender, naquele momento, a concessão de novas sesmarias, e reforçava a determinação da Coroa de dar prioridade aos posseiros. Essa crise do instituto das sesmarias foi bem analisada por Motta (1998:126):

> *'o fim do sistema de sesmarias consagrou, na prática, a importância social da figura do posseiro. Além disso, o fim do sistema significou também o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação. Em detrimento, portanto, da importância do título. Contudo, terminara o instituto jurídico da sesmaria, e não a categoria social dos sesmeiros'*.

No início do século XIX, o Estado procurou impor restrições ao poder exercido pelos *senhores de terras* que vinham se estabelecendo desde os tempos coloniais. Emergiram, então, diversas insurreições em vários pontos do país, onde foi acirrada a situação anterior de conflito social[2]. A alteração da postura do governo quanto à ocupação da terra vinha associada a um processo de transformação de suas relações com o poder político já estabelecido localmente com base no latifúndio. Oliveira Vianna chamou a atenção para este descompasso entre a dinâmica da ocupação agrária e a lenta regulamentação estatal – fenômeno, segundo ele, ainda presente em sua época:

> *'Este estado de caudilhagem onipotente e franca anarquia... resulta da manifesta disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público – disparidade inteiramente particular à nossa história. Entre nós, o poder público tem uma marcha mais demorada do que a massa social, cujos movimentos a ele incumbe regular e dirigir'* (Vianna 1987:178)[3].

Durante a primeira metade do século XIX, foram intensos os debates sobre a política agrária, e no início da década de 1840 duas relevantes assuntos continuavam pendentes: a regularização jurídica das posses e sesmarias e a política de colonização com imigrantes europeus. Configurava-se uma situação diversa daquela da segunda metade do século XVIII e a tônica dos debates políticos voltava-se então para as conseqüências da generalização do regime de posses em um momento em que se buscava a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes europeus.

2.2 A Lei de Terras de 1850

Um significativo período de transformações nos procedimentos de apropriação territorial veio a ocorrer ao longo do século XIX. Como parte do conjunto de transformações institucionais resultantes da declaração de Independência, em 1822, cancelava-se automaticamente todo o regime de sesmarias e sua concepção da terra como uma *concessão* do Rei a seus *súditos*, mediante condições previstas em legislação, algumas mencionadas acima. Inaugurava-se um período de crise institucional: as apropriações privadas da terra ficaram destituídas de suporte jurídico. Acentuava-se a já precária regulamentação fundiária herdada do período colonial, ao mesmo tempo em que o Estado anunciava sua intenção de promover uma retomada do controle sobre a distribuição fundiária, o que não foi o bastante para impedir a continuidade dos apossamentos de terras públicas e sua comercialização irregular. Nesta conjuntura, ganhavam novos impulsos as manifestações internas em favor da abolição da escravatura, sobretudo a partir de 1831, quando, sob intensa pressão da Inglaterra, o Brasil ratificava um acordo internacional de combate ao comércio de escravos. Mesmo assim, a compra de escravos pôde ser realizada legalmente no Brasil até 1850. Isso não diminuía, conforme Viotti da Costa (1987:159), a visibilidade da grave crise em que se encontrava o regime escravista:

> *'Diante da perspectiva de extinção da mão-de-obra escrava (que a lei de 1850 colocara) alguns fazendeiros começaram a se interessar pela imigração como alternativa para o problema da mão-de-obra. Não foi por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos'.*

O crescimento da demanda de café no mercado internacional, a crise do escravismo e a política de incentivo à imigração de trabalhadores europeus para servir de 'braços para a lavoura de café' ou para a intensificação do povoamento das províncias do Sul do país, cuja soberania ainda não havia sido inequivocamente definida, constituíram o principal campo de discussões para a realização de uma significativa reorganização política e institucional do país. Para os grandes fazendeiros interessados na produção de café, tornava-se cada vez mais urgente a resolução do dramático problema do abastecimento de força de trabalho. Assim, relações de trabalho livre, reordenamento agrário, contestação à ordem monárquica e crise do escravismo eram partes integrantes de um mesmo processo.

Os debates parlamentares sobre regulamentação governamental do acesso à terra foram intensificados a partir de 1830, e acabou por predominar a suposição de que

> *'num país onde a terra era disponível em grandes quantidades, o imigrante poderia se tornar proprietário rural em vez de trabalhar numa fazenda'. Diante disso, seria necessário 'tornar mais difícil o acesso à terra, a fim de forçar os imigrantes a trabalharem nas fazendas'* (Viotti da Costa 1987:150).

Motivadas pelos interesses dos fazendeiros das emergentes regiões produtoras de café (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), tais discussões evidenciam a transferência do centro econômico do país, do nordeste canavieiro (centrado na Província de Pernambuco) para sudeste cafeeiro. Emblemática neste deslocamento foi a venda de

escravos provenientes dos antigos engenhos das províncias nordestinas para a Província do Rio de Janeiro e para o Vale do Paraíba, na Província de São Paulo, já nos primórdios da produção cafeeira, por volta de 1840[4].

A difusão dos cultivos com base no trabalho escravo logo se mostrou insuficiente, conflituosa e custosa, uma vez que exigia um volumoso investimento prévio para a constituição e manutenção dos cafezais e implicava no enfrentamento de uma população escrava já bastante rebelde. O trabalho escravo permaneceu, no entanto, como a principal relação de trabalho na produção de café até o final da década de 1880. Veremos adiante que as discussões sobre o ordenamento agrário vinham acompanhadas de ponderações sobre seu impacto na política de incentivo às imigrações, bem como na administração da crise do trabalho escravo.

Por volta de meados do século XIX, algumas políticas de atração de imigrantes começaram a ser implementadas por alguns governos provinciais. É indispensável observar, no entanto, que as políticas agrárias e os programas de atração de imigrantes europeus em São Paulo não tiveram as mesmas características que aquelas implementadas principalmente nas três províncias do Sul do país a partir do final da década de 1820.

No Rio Grande do Sul, os programas de incentivo à imigração de trabalhadores europeus e sua instalação em pequenos lotes tinham como objetivos: o aperfeiçoamento na produção de alimentos para o abastecimento das outras províncias, principalmente com a produção de carne, levando a uma dinamização do mercado nacional; a criação de uma classe média rural; a consolidação da hegemonia geopolítica do Estado brasileiro sobre a região; a realização de publicidade visando a atração espontânea de imigrantes com recursos para o custeio da viagem e início da produção (Machado 1996). Buscava-se o povoamento através da imigração de trabalhadores europeus, com base na distribuição de pequenos lotes de terra em determinados núcleos de colonização. Na segunda metade do século XVIII, ficava clara a precariedade na administração de tais programas oficiais de ocupação agrária com base em pequenas propriedades, inclusive com conseqüências diplomáticas. Algo similar começava também a ser praticado em determinadas áreas das províncias de Santa Catarina e Paraná.

Por outro lado, a despeito da disparidade entre os programas oficiais e sua implementação, os *colonos* que, nas décadas seguintes, vieram a se instalar em lotes familiares através das políticas de atração espontânea de emigrantes europeus, principalmente no Sul do Brasil, não podem ser confundidos com aqueles imigrantes inseridos nas relações de trabalho conhecidas como *colonato*, bastante comuns em São Paulo, ou ainda com os *agregados*, *foreiros* e *moradores*, no Nordeste. São diferentes formas de ocupação da terra e diferentes relações de trabalho.

> *'O agregado, conforme a própria expressão indica, surgiu diretamente subordinado aos interesses do senhor de engenho ou da grande fazenda: é sua clientela. O sitiante surgiu da crise da cafeicultura numa região de grandes fazendeiros de café. O colono representa o imigrante estrangeiro que se*

> *estabeleceu livremente no Sul em pequenos lotes ou glebas, onde a ocupação se fez independente do fazendeiro'* (Brandenburg 1998:84).

A expansão do cultivo do café, o 'ouro verde' das elites agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, exigia crescentemente a substituição do trabalho escravo, já bastante caro e rebelde, pelo trabalho livre. No entanto, o trabalhador deveria estar livre não apenas da escravidão, mas também 'livre' do acesso à terra. As primeiras experiências com a introdução de relações de trabalho livre de imigrantes europeus não vinham obtendo resultados animadores para os fazendeiros de café, situação assim expressa por Alberto Tôrres em 1859:

> *'o certo é que o desânimo e arrefecimento que em geral tem manifestado os nossos fazendeiros pela colonização, prova que os colonos ultimamente vindos da Europa têm sido mais pesados que lucrativos aos mesmos fazendeiros, pois que só assim pode-se explicar a preferência que têm dado a despender somas enormes com a aquisição de escravos comprados por preços que absorvem anos de renda'* [5].

Entre 1829 e 1861, mais de cinco milhões de pessoas haviam se deslocado da Europa para os Estados Unidos, ao passo que no Brasil, até 1850, não chegaram mais que cinqüenta mil (Viotti da Costa 1987:157). Diversos fatores dificultavam a atração de emigrantes europeus, dentre os quais a persistência da escravidão, a incerteza no acesso à terra e as notícias relacionadas à brutalidade das relações de trabalho nas grandes fazendas. Os emigrantes tinham preferência pela partida para os Estados Unidos, cujo transporte chegava a ser duas vezes mais barato que para o Brasil, e, secundariamente, para a Argentina, onde as relações de trabalho e o acesso à terra eram considerados mais favoráveis. O clima mais temperado era outro critério relevante na definição desses fluxos populacionais.

A imigração européia para o Brasil veio a se constituir como solução para o problema da mão-de-obra nas fazendas de café apenas a partir de 1884, após um elenco de experiências mal sucedidas. Nesta época, a concentração fundiária fundamentada na Lei de Terras já havia sido aplicada largamente em várias regiões do país. O Estado passou então a subsidiar integralmente a imigração em massa de populações rurais pobres, principalmente do sul da Itália. Mas, do ponto de vista dos grandes fazendeiros que controlavam o Estado naquele período, a política de incentivo à imigração pressupunha a resolução jurídica do problema fundiário. Um primeiro projeto de lei havia sido apresentado em 1843, e depois de amplamente debatido (dando continuidade a um tema candente desde a supressão na concessão de sesmarias), a Lei nº 601 acabou por ser aprovada em 18 de setembro de 1850. Vários autores, nas últimas décadas, resgatam uma crítica elaborada por Karl Marx, no capítulo XXV de *O Capital*, e indicam que no conteúdo da *Lei de Terras* havia uma forte influência das idéias do economista inglês Edward Gibbon Wakefield, que desde 1830 vinha propondo alterações no sistema de povoamento nas colônias britânicas.

> *'o projeto* [de Lei de Terras] *baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão'* (Viotti da Costa 1987:146).

As teorias de Wakefield estavam inseridas em um contexto em que a burguesia inglesa, diante de um enorme acúmulo de capitais e de um considerável excedente populacional em vias de emigração, buscava estabelecer relações de trabalho assalariado em seus domínios coloniais. Ele propunha, então, entre outras medidas, que o Estado passasse a exercer um rigoroso controle sobre o espaço agrário. Isso contrariava o que vinha ocorrendo nos Estados Unidos, onde o acesso praticamente livre a terra trazia como resultado um número bastante reduzido de trabalhadores na condição de assalariados. Além disso, o nível de remuneração era considerado bastante elevado para os padrões vigentes na Inglaterra. Para Wakefield, o acesso à terra nas colônias deveria ser permitido apenas aos que comprassem as terras do Estado, e seu preço deveria ser artificialmente mantido acima daqueles praticados no mercado. Assim, os imigrantes precisariam trabalhar vários anos como assalariados, para só depois atingirem a condição de camponeses, através da compra das terras do Estado[6].

Alguns dos principais pontos da Lei de Terras demonstram uma inequívoca filiação aos princípios anunciados por Wakefield[7]: *'Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra'*, determinava a Lei[8]. Os artigos 14º, 18º e 19º conferiam maior coesão a este projeto político, respectivamente: tornando o Estado vendedor das áreas públicas, necessariamente com valor elevado; autorizando o governo a promover a imigração e determinando que os recursos provenientes da venda de terras pelo governo fossem utilizados na promoção da imigração. Alberto Passos Guimarães observou que isso não representava necessariamente uma completa inovação no regime de apropriação territorial brasileiro, pois uma espécie de exclusão fundiária sistemática vinha sendo implementada desde os tempos coloniais:

> *'os postulados de Wakefield apenas consagram, em termos modernos, um sistema que, noutras condições, já vigorava em nosso território desde os instantes iniciais da colonização lusitana. Remontam, pois, ao primeiro século, as barreiras que obstavam a fixação à terra dos cultivadores carentes de recursos'* (Guimarães 1963:113).

A experiência colonial brasileira chegou a fazer parte da argumentação de Wakefield sobre a abolição do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho assalariado:

> *'Eu penso que, de uma forma geral, os indícios de que a importação de trabalho por capitalistas poderia ser tão grande como são no Brasil e em Cuba; talvez maior, se considerarmos a superioridade do trabalho livre em relação ao escravo no que se refere ao poder de produção'* (citado por Osório Silva 1996:103).

Entretanto, se a inspiração da Lei de Terras no Brasil era wakefieldiana, sua aplicação exigiu certas 'adaptações' ao quadro político e social vigente.

A Lei de Terras encontrara pelo menos quatro situações distintas com relação à apropriação territorial: a) sesmarias legítimas e ocupadas produtivamente; b) sesmarias em situação irregular; c) áreas ocupadas por posseiros, grandes e pequenos; d) áreas desocupadas e não concedidas na forma de sesmarias. Tal distribuição territorial seria submetida, por intermédio da Lei n. 601, a uma transição para a forma moderna de propriedade privada, em um cenário político em que o Estado procurava retomar o

controle sobre os recursos fundiários, '*que desde o fim do regime de concessão de sesmarias, vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio familiar*' (Osório Silva 1996:334). Aos infratores da nova legislação era apresentado um conjunto de punições, como apontou Costa Porto (1965:177):

> *'se alguém se apoderasse das terras devolutas, como vinha sendo de praxe, ou ocupasse as terras alheias, 'derrubando o mato', pondo-lhe fogo, etc., seria despejado à força, perdendo as benfeitorias por acaso efetuadas, e sujeitando-se, ainda, à pena de dois anos a seis meses de prisão e multa de 100$000'*.

Ademais, a Lei estabelecia as condições para a conversão das sesmarias em títulos de propriedade privada, tanto quanto o reconhecimento e titulação formal das posses iniciadas até 1850. E mais uma vez a tênue fronteira entre o público e o privado, entre a lei e a política, veio a promover uma modificação na regulamentação fundiária oficial:

> *'a legitimação das posses era obtida por aqueles que conseguiam os favores da máquina governamental, mediante falsificações, suborno de funcionários, testemunhas convenientemente arranjadas'* (Sallun Jr. 1982:17).

Ainda assim, a posse continuou a ser praticada, mesmo depois da Lei de Terras, e de forma a dar continuidade e ampliar o processo de concentração fundiária. Nestes casos, tornava-se indispensável a atividade de um novo personagem na expansão da ocupação do solo: o *grileiro*, um especialista na produção fraudulenta de documentos, que atuava principalmente através de dois expedientes: a falsificação de títulos de sesmarias ou a montagem dos processos de regularização de posses supostamente anteriores a 1850. A denominação *grileiro* advém da técnica de envelhecer papéis por intermédio da ação corrosiva de grilos, que ficavam presos, por exemplo, em uma gaveta de escritório. Em consonância com os *grileiros*, atuavam os chamados *bugreiros*, especialistas na expulsão, subordinação ou extermínio dos *bugres* – denominação pejorativa para as populações indígenas. As alterações no regime de apropriação e controle territorial estão relacionadas às transformações nas formas de subordinação política e de exercício do poder estatal.

> *'O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado esteve especialmente vinculado a um fenômeno típico da Primeira República, o coronelismo. Controlando a vida municipal por meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis 'fiéis' às oligarquias que dominavam a política estadual representaram um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporaram ao patrimônio privado'* (Osório Silva 1996:336)[9].

Em um estudo clássico sobre as relações de poder no Brasil, publicado originalmente em 1949, Victor Nunes Leal chegou a caracterizar o *coronelismo* como uma forma de dominação que teria atingido seu auge no final do século XIX, e se prolongado até o final da década de 1920, época em que se ampliava o direito ao voto:

> *'os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal... É ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais*

> *dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violência e outras arbitrariedades'* (Leal 1997:71).

A 'adaptação' no Brasil das idéias de Wakefield sobre a *colonização sistemática*, ou ainda, a 'aplicação' da Lei de Terras, passaria por este e outros condicionantes políticos. O controle do Estado sobre as áreas públicas, presente na proposta de Wakefield, foi substituído pelo controle oligárquico local sobre o aparato governamental responsável pelo ordenamento fundiário.

> *'Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município'* (Leal 1997:279).

E era justamente no município, em cartórios de registro de imóveis, que a apropriação territorial passou a ser consolidada:

> *'a longo prazo não adiantava, portanto, ao pequeno posseiro, a pouca vigilância que se exercia sobre as terras públicas. Sua permanência nas terras era temporária e instável; durava apenas até que forças mais poderosas os viessem a expulsar'* (Osório Silva 1996:337).

A concentração fundiária passou a ser exercida através de novos meios, o que abria novas formas de conflito social e de relações com o Estado. Na porção Sul do Estado do Mato Grosso, por exemplo, na segunda metade do século XIX, o Barão de Antonina procurou legitimar (na forma de propriedade privada) a 'posse' de um território que abrangia os municípios de Miranda, Nioac, Aquidauana, Ponta Porã, Porto Murtinho e Belavista, além de vastas áreas na região Norte do Paraná, diversas fazendas em São Paulo e em outros Estados – tudo isso representando apenas uma parcela de seu vasto patrimônio fundiário em 1858, quando foi eleito Senador (Wissenbach 1995). Tal acumulação de terras ocorria através de procedimentos que foram refutados judicialmente na década de 1920, diante da constatação de que se tratava de um *'processo de amigos e compadres, em que o Estado não fosse parte, e donde fosse excluído, para se facilitar a empreitada'* (Saboya 1995). A apropriação territorial realizada pelo Barão de Antonina veio a ser contestada judicialmente pelo Estado, dada sua notável dimensão, que chegava a milhares de hectares contíguos. Por outro lado, muitos outros grandes fazendeiros tiveram suas sesmarias, posses ou fraudes legitimadas e convertidas em títulos de propriedade privada.

Durante a formação de elites políticas locais e regionais foram sendo definidos os mais eficazes procedimentos de apropriação privada da terra no Brasil. Desta forma, a concentração fundiária, a exclusão social nela inscrita e dela decorrente, e a montagem de um aparato político repressivo e autoritário são elementos indissociáveis de diferentes momentos da história brasileira.

Traçadas estas notas sobre o encaminhamento da política fundiária e indicadas suas principais conseqüências sociais e políticas, podemos iniciar uma avaliação sobre sua articulação com as iniciativas de atração de parte do fluxo imigratório europeu, que

vinha ocorrendo durante o século XIX, e também sua inserção nas estratégias de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

2.3 Escravidão, imigração, trabalho livre

Vimos anteriormente que até 1859 a grande lavoura cafeeira não havia sido bem sucedida no estabelecimento de relações de trabalho livre com imigrantes europeus. As primeiras tentativas de emprego de trabalhadores europeus nas fazendas de café na Província de São Paulo ocorreram no final da década de 1840. O Senador Nicolau Vergueiro obteve um empréstimo governamental para promover a vinda de imigrantes europeus, o que resultou na chegada de 64 famílias provenientes da Alemanha e da Suíça. Em sua propriedade havia cerca de 300 escravos. O êxito inicial de tal experiência atraiu a atenção de muitos outros fazendeiros do café[10].

Uma rápida expansão da produção cafeeira na Província de São Paulo tinha como pressuposto o estabelecimento de novas relações sociais de trabalho. O Senador Nicolau Vergueiro iria então tentar resolver este impasse através do estabelecimento dos chamados *contratos de parceria*, nos quais cada família receberia como tarefa a manutenção de uma determinada quantia de pés de café, e teria direito, como contrapartida, à metade dos resultados da produção. Seriam descontadas, no entanto, as inversões financeiras realizadas pelo fazendeiro no processo produtivo. Além disso, o imigrante deveria restituir, nos primeiros anos, todos os gastos com a viagem e demais despesas contraídas durante sua instalação na fazenda, correndo uma taxa de juros que variou de 6% a 12% ao ano.

O Senador Nicolau Vergueiro foi sucedido nesse empreendimento por seu filho José Vergueiro no início dos anos 50. Este procurou obter rendimentos não apenas com a produção cafeeira, mas com o próprio fluxo migratório. No interior das fazendas, os colonos livres, 'parceiros' dos grandes fazendeiros, deveriam pagar aluguel das residências e comprar os diversos produtos necessários à manutenção da família em empórios comerciais organizados pelos próprios fazendeiros, cujos preços eram em geral superiores àqueles vigentes nas imediações, e também através da cobrança de taxas e comissões para as transferências de colonos para outras fazendas.

Havia a expectativa de que o imigrante pudesse pagar sua dívida em três ou quatro anos, mas o que vinha sendo verificado era justamente a sua ampliação. Foram estabelecidas relações de intenso controle social sobre a vida cotidiana destas famílias:

> *'No início, os imigrantes achavam que a ausência de autoridade policial na fazenda representava liberdade muito gratificante. Mais tarde perceberam que isso significava o poder absoluto dos empregadores. As cartas enviadas aos familiares na Europa eram censuradas pela Companhia Vergueiro'* (Wagner 1989:33).

Possuindo informações bastante imprecisas, cerca de mil famílias de origem alemã e suíça vieram para a Província de São Paulo, a maior parte apoiada nos contratos de parceria para a produção de café.

Uma seqüência de rebeliões, protestos, greves, os freqüentes abandonos das fazendas e a proibição da emigração para o Brasil por parte do governo prussiano em 1859 eram

sinais claros de que o empreendimento comercial da família Vergueiro no ramo da imigração de trabalhadores europeus e a fórmula dos contratos de parceria não poderiam fornecer aos fazendeiros do café o montante suficiente de força de trabalho, nem um padrão duradouro de relações sociais necessários para a expansão e manutenção dos cultivos do 'ouro verde'. Em meados da década de 1860, os fazendeiros continuavam mostrando desalento diante dos resultados das iniciativas com o trabalho livre. Os próximos esforços seriam voltados para a resolução destes dois problemas: os termos das relações de trabalho livre no interior das grandes fazendas de café e o endividamento dos estrangeiros, principalmente por ocasião da viagem transoceânica.

O sistema de parceria passou então a ser substituído por uma espécie de contrato de prestação de serviços, no qual o pagamento pelo cultivo e colheita ficava estabelecido em função da quantidade produzida. A partir do final da década de 1870, a colheita continuaria a ser paga conforme a produção obtida, mas com um pagamento fixo pelos tratos culturais de manutenção do cafezal, ampliando assim o controle do fazendeiro sobre a qualidade do trabalho realizado. Os barões do café haviam encontrado uma modalidade de relações de trabalho capaz de manter e expandir a produção em suas grandes fazendas. Estava criado o *colonato*, que durou várias décadas [11]. A população afro-descendente, até então a principal força de trabalho do sistema cafeeiro, começava a ser preterida pelo novo contingente de trabalhadores imigrantes, dando origem a variados fluxos migratórios, um incipiente êxodo rural, e a ampliação da pobreza urbana (Silva, 2001). Ao lado destas alterações sociais e contratuais no mundo do trabalho, houve uma forte atuação do Estado na promoção da imigração subsidiada. A articulação entre estes processos, de acordo com Stolcke (1994:79), foi de importância decisiva:

> *'O incrível 'boom' cafeeiro na passagem do século é a melhor prova de que a imigração subsidiada, combinada ao sistema de colonato, foi bem-sucedida em resolver o problema da mão-de-obra. Estima-se que no período entre 1884 e 1914 cerca de um milhão de homens e mulheres, agora de origem predominantemente italiana, entraram em São Paulo para trabalhar nas plantações de café. Esse novo suprimento de mão-de-obra, mais as ainda abundantes terras virgens, fizeram com que os fazendeiros pudessem triplicar os pés de café plantados entre 1888 e 1902'.*

Calcula-se que, neste período, poucos imigrantes conseguiram transformar-se em pequenos proprietários rurais: *'fazer os estrangeiros proprietários não nos convém'*, dizia em 1896 o então Presidente da Província de São Paulo, Armando Campos Salles. *'Precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e mediante a lei da oferta e procura, diminuir o salário'*, na complementação de um deputado. Em 1905, os aproximadamente 800 mil imigrantes italianos representavam cerca de um terço da população do Estado de São Paulo, mas apenas cinco mil possuíam propriedades rurais. Calcula-se que metade dos imigrantes partia para a Argentina (Hall 1989:5-7). Isso colocava para os fazendeiros a necessidade de um contínuo programa de atração e incentivo à imigração européia.

Para garantir a permanência dos trabalhadores imigrantes nas províncias do café, era preciso elaborar uma série de estratégias de inserção social:

> *'a importância da Sociedade Promotora da Imigração* [fundada em 1886] *advém do fato de que de nada adiantava a eliminação das dívidas pelos subsídios se não aportassem na Província os trabalhadores cujas despesas de viagem se queria subsidiar'* (Sallun Jr. 1982:93).

Também era preciso selecionar famílias de agricultores sem recursos, e não jovens solteiros e 'aventureiros' provenientes de centros urbanos. A situação de pobreza limitava o deslocamento das famílias imigrantes para outras regiões do país, e mais ainda para a Argentina. Esses trabalhadores eram inseridos em diversas relações de trabalho, sendo os *formadores*, os *colonos* e os *assalariados* os principais protagonistas da produção cafeeira nas décadas finais do século XIX.

A constituição de uma fazenda de café partia da regularização jurídica do domínio territorial, atividade em grande medida desempenhada, como indicamos anteriormente, pelo *grileiro*. Em seguida, povos indígenas eram expulsos ou massacrados por *bugreiros*, especialistas nessas atividades. A produção era iniciada com a derrubada da mata. Essa tarefa, bastante penosa e de alta periculosidade, era realizada sobretudo por populações vindas do nordeste brasileiro e remuneradas em dinheiro para preparar a terra para o plantio das mudas de café. Os *formadores* recebiam a terra e a encomenda de uma determinada quantidade de pés de café. Nessa etapa do processo produtivo, predominavam duas modalidades contratuais: na primeira, os *formadores* entregavam ao proprietário o cafezal após seis anos, tendo o direito de ficar com os resultados da produção durante esse período; na segunda, recebiam uma quantia pré-determinada em dinheiro e deixavam a fazenda no quarto ano após o início do cultivo, quando o café era colhido pela primeira vez.

Esses trabalhadores tinham o direito de usar a terra para outros cultivos, algo que ficava sujeito a permanentes negociações. Construíam habitações bastante rústicas e provisórias, uma vez que após o sexto ano, deveriam deixar a fazenda e nada receberiam pelas construções realizadas. Após concluir o plantio, era reiniciada a *formação* de um novo cafezal em outra área. Com o cafezal já produzindo, era preciso empregar grande volume de força de trabalho nos tratos culturais, na colheita, em diversos serviços especializados e em postos de controle político-administrativo da produção. Foi, portanto, indispensável uma complexa divisão do trabalho para que a grande lavoura cafeeira pudesse ser estabelecida. Esta divisão do trabalho era efetuada a partir da articulação de diferentes relações sociais: remuneração por tarefa, arrendamento, assalariamento, subcontratação, permeadas por acordos para o uso da terra e dos recursos naturais:

> *'as famílias de formadores... contratavam por conta própria trabalhadores assalariados para efetuar totalmente a limpeza do terreno ou para ajudá-las na sua consecução. Limpo o terreno, as famílias de formadores encarregavam-se das operações posteriores de constituição do cafezal*' (Sallun Jr. 1982:61-67).

Estima-se que as relações de trabalho com estas características abrangiam cerca de 75% da população de São Paulo no final do século XIX. O *colonato* predominou

amplamente até o final da década de 1920 e continuou bastante freqüente no meio rural brasileiro até os anos 60. Através deste sistema, várias fazendas em São Paulo chegaram a contar com milhões de pés de café. O Coronel Schmidt, conhecido na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho como o 'Rei do Café', chegou a ter pouco mais de 7,5 milhões de pés de café, e empregava oito mil colonos. Em suas propriedades existiam 1.026 casas em 1910 (Carone 1970:30). O contrato de trabalho envolvia toda a família, e não apenas trabalhadores individuais. Stolcke (1994:69-70) enfatiza que a reprodução social das famílias de colonos através da utilização de áreas marginais para um cultivo autônomo era um elemento de importância central nessa forma de organização da produção:

> *'a família meeira constituía uma unidade de produção e consumo, que podia, em princípio, produzir sua própria subsistência sem comprometer a produção para o comércio. Desta maneira, o custo de sua própria reprodução era ainda mais reduzido, e o trabalho familiar totalmente aproveitado'*.

Este duplo direcionamento das atividades desempenhadas pelos colonos imigrantes veio a gerar diversas disputas com os proprietários e converteu-se, em muitas ocasiões, em objeto de negociações e disputas, já que os trabalhadores desviavam sistematicamente o trabalho para a produção nessas áreas de produção para subsistência, onde era maior o seu controle e seus benefícios diretos, seja pelo aumento do consumo doméstico, seja pelos dividendos auferidos mediante a comercialização de seu excedente. As variações na demanda na Europa e a superprodução oriunda principalmente do Brasil provocaram, em 1897, uma acentuada queda nos preços do produto, com conseqüências imediatas na precarização das relações de trabalho. Em 1902, o governo brasileiro proibiu a ampliação dos cultivos de café enquanto as autoridades italianas proibiam a imigração subsidiada para o Brasil. Em 1910, também a Espanha proibira a imigração subsidiada, diante das condições de vida e da intensidade da exploração nas relações de trabalho.

A expansão da cafeicultura esteve condicionada, na segunda metade do século XIX, ao encaminhamento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Isso desencadeou um inovador processo de diversificação econômica, com a realização de várias atividades de processamento e comercialização da produção cafeeira. Foi viabilizado o desenvolvimento de uma malha ferroviária. O sistema financeiro teve sua atuação ampliada. Houve um certo incremento na comercialização de bens de consumo de massa, estimulando o surgimento dos primeiros segmentos de produção fabril no país. O alcance das transformações decorrentes da expansão da cafeicultura no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais não se restringe, portanto, apenas ao mundo rural e agrícola.

Neste sentido, vale registrar as considerações de Sérgio Buarque de Holanda, outro clássico intérprete da história brasileira, sobre as diferenças entre o *senhor de engenho de cana* e o *fazendeiro do café*, naquilo que se refere às relações sociais e econômicas no meio rural e suas relações com os núcleos urbanos. A grande propriedade ocupada com o café estabelecia relações comerciais mais amplas, sobretudo na medida em que a produção afastava-se do Rio de Janeiro e tomava o rumo oeste de São Paulo:

> *'o domínio agrário deixou, aos poucos, de ser uma baronia, para se aproximar, em muitos dos seus aspectos, de um centro de exploração industrial'.*

A grande fazenda de café, na medida em que conhecia sua expansão, ampliava a mercantilização das relações sociais e da produção agropecuária.

> *'Decai rapidamente a indústria caseira e diminuem em muitos lugares as plantações de mantimentos, que garantiam outrora certa autonomia à propriedade rural'* (Buarque de Holanda 1995:175; 174).

A instabilidade no comércio internacional de café não impedia, no curto prazo, o avanço da produção para o interior de São Paulo, a construção de ferrovias, a criação de entrepostos comerciais e a fundação de centenas de vilarejos e pequenos municípios. Dinamizava-se a diversificação econômica, mas mantinha-se uma intensa e brutal exploração do trabalho. A concentração fundiária, bem como a sistemática exclusão e subordinação que ela presume e pressupõe, continuava como um dos mais importantes parâmetros na definição da vida política e social no Brasil do século XX.

Pode-se dizer, em síntese, que a alteração do estatuto jurídico da propriedade da terra no Brasil com o advento da Lei de Terras de 1850 representou um novo ciclo de concentração fundiária, diante de transformações nas relações sociais provocadas pela abolição do trabalho escravo e pela importação massiva de trabalhadores estrangeiros, sobretudo do sul da Europa, em um período em que a principal mercadoria produzida para exportação, o café, demandava um significativo aporte de força de trabalho. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre exigiu o estabelecimento de contratos de trabalho que não se confundem exatamente com o assalariamento, uma vez que envolvia o pagamento por produção e a negociação de acesso a parcelas de terras para produção de alimentos para consumo doméstico.

Desta forma, a produção de uma mercadoria com elevado valor no mercado internacional mantinha articulação com uma policultura voltada para a reprodução das condições sociais. Ao longo destas transformações demográficas, sociais e econômicas ocorridas durante a expansão do complexo cafeeiro, o Estado de São Paulo tornou-se o principal pólo de desenvolvimento econômico do país, incluindo um primeiro ciclo de industrialização, em cuja base estava a inversão de capitais provenientes do meio rural. Esta específica conformação histórica e geográfica da questão agrária no Brasil destaca-se por sua acentuada absorção de trabalho em meio a uma redefinição das formas concentradas de apropriação privada do território.

Notas

1 A designação 'sesmeiro' pode referir-se tanto aos encarregados da Coroa pela condução administrativa da distribuição e fiscalização das concessões de terras como dos que recebiam as concessões de terras. Utilizaremos aqui apenas esta segunda acepção.

2 A descentralização política, a criação de Assembléias Provinciais e a intensificação de uma forte crise econômica motivaram a emergência de várias rebeliões na década de 1830, como a Cabanagem (Pará 1834-36), a Sabinada (Bahia 1837-38), a Balaiada (Maranhão 1837), a Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul 1835-45), a Insurreição Praieira (Recife 1834), e a formação de inúmeros

quilombos. Naquelas diversas revoltas, combatia-se a concentração de terras e o poder político oligárquico; em algumas, buscava-se o separatismo; em outras, houve uma luta nacionalista contra os portugueses.

3 *'No meio dessa anarquia geral, os grandes proprietários, para se defenderem e aos seus, necessitam de meios materiais de reação e luta. É a violência que os ataca; só a violência os pode defender. Daí, a instituição da capangagem senhorial... Numa sociedade, como a colonial, com uma plebe ociosa e abundante, vagueando nos latifúndios, os grandes proprietários rurais podem, com facilidade, congregar junto de si e, de fato, congregam, com a simples concessão de um retalho de terra e de uma choça de palha, um exército temível'* (Vianna 1987:160; 163).

4 *'Enquanto se retrai a economia do Nordeste, com a decadência do algodão, do açúcar e do tabaco, desenvolve-se a economia cafeeira nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo'*. A população brasileira em 1872 foi estimada em 10,1 milhões de habitantes, sendo pouco mais de três milhões no Nordeste. Em 1900, a população era de 17.318.556, com uma taxa de crescimento bem menor no Nordeste (1,36% ao ano) do que no restante do país (2,58% ao ano). A porção meridional apresentava as maiores taxas de crescimento populacional, devido, sobretudo, à imigração européia (Carone 1970:27; 9-14).

5 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, em 2 de fevereiro de 1959 (citado por Beiguelman 1968:102).

6 Para maiores detalhes sobre as teses de James Gibbon Wakefield e sua época, ver Smith (1990).

7 Ver também Sallun Jr. (1982:14).

8 Terras devolutas referem-se às sesmarias que foram ou deveriam ter sido 'devolvidas' ao Estado por não terem cumprido as exigências produtivas e sociais que sua *concessão* definia.

9 A pedido de Victor Nunes Leal, Basílio de Magalhães traçou algumas linhas sobre a origem da expressão 'coronel' como forma de tratamento, e, portanto, do 'coronelismo' como fenômeno político no Brasil. Com a criação da Guarda Nacional em 1831, que durou quase um século, *'em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de 'coronel' era geralmente concedido ao chefe político da comuna... Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial'* Apud: Leal (1997, nota 1).

10 Um relato dos principais episódios dessas primeiras experiências de introdução do trabalho livre em grandes fazendas de café pode ser encontrado em Wagner (1989); ver também Stolcke e Hall (1983).

11 *'Esse novo sistema, o colonato, uma mistura de contrato por serviços e quantidade produzida, persistiu nas plantações de café até 1950'* (Stolcke 1994:71). Carone (1991:124-125) relata a prática desta 'maneira clássica de produção de café' nos anos 50: *'o formador... derruba o mato (ou o proprietário encarrega-se deste trabalho), faz o aceiro e a queima; sobre o chão queimado, alinha as ruas do café, marca o lugar das covas, faz um buraco de 30 cm de profundidade por 20 de largura, planta sementes de café em cada um dos cantos da cova e depois cobre com gravetos para proteger do sol as futuras mudinhas que começarão a brotar'*. Ele realiza também os tratos culturais até a planta começar a produzir. Depois de formado, o cafezal é entregue aos cuidados de famílias de *colonos*: *'um homem, em chão de areia, pode cuidar de 3.000 pés, até um pouco mais; uma família de quatro enxadas chega a tratar de 10.000 pés... Na colheita, porém, é preciso contratar maior número de trabalhadores'*.

3 Crise Agrária e Urbanização

Este capítulo analisa a importância da questão agrária para a compreensão do processo de urbanização e industrialização do país, a partir do início do século XX, e os pressupostos políticos e os impactos sócio-econômicos e ambientais da modernização da produção agropecuária, que, notadamente nos anos 60 e 70, desencadeou amplas transformações nas relações sociais, no exercício de poder político, no desenvolvimento de tecnologias, na ocupação de força de trabalho e nos fluxos demográficos. Os grandes centros urbanos do país começaram a reunir uma inaudita massa de pobres e miseráveis, cuja proporção, em uma perversa estabilidade, permanece a mesma até os dias atuais.

3.1 Café, indústria e urbanização

A partir da última década do século XIX, a produção cafeeira, contando com decisivas intervenções governamentais, mantinha não apenas a posição de principal atividade econômica do país, mas continuava como a mais importante propulsora de uma notável diversificação econômica. Café e indústria, desde meados da década de 1880, intensificam uma contraditória articulação e inauguram um novo processo de acumulação de capitais, dando origem a um *complexo cafeeiro-industrial* de grande dinamismo, resultando em uma acentuação da mercantilização das relações sociais em geral (Silva 1985; Cano 1975). Simultaneamente ao crescimento urbano, as fazendas de café passaram, cada vez mais, a utilizar o trabalho assalariado, ainda que quase sempre em combinação com outras modalidades de relações de trabalho. Desta forma, ampliou-se consideravelmente o mercado interno de bens de consumo não-duráveis nas décadas iniciais do século XX – e a cidade de São Paulo concentrou, em grande medida, a diversificação econômica daí resultante.

Vários processos articulados contribuíram para a diversificação econômica, como a construção de rede ferroviária acompanhando e/ou definindo a rota do café; a formação de centenas de pequenos núcleos urbanos em seu percurso; o beneficiamento da produção cafeeira; o estabelecimento de modalidades de relações de trabalho livre, principalmente nas fazendas da porção oeste do Estado de São Paulo, onde a cafeicultura, devido a suas características organizacionais e produtivas, rompia com boa parte do caráter autárquico da atividade agrícola até então vigente no país e ampliava sua conexão com setores industriais, financeiros e comerciais.

Na última década do século XIX, iniciava-se no Brasil um primeiro ciclo de desenvolvimento industrial, bastante concentrado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Delineava-se a formação de uma incipiente burguesia industrial, boa parte dela

associada à acumulação cafeeira e ao comércio internacional. O capital estrangeiro, notadamente o de procedência inglesa, foi pouco aplicado no setor industrial, tendo se deslocado, preferencialmente, para as atividades de importação e exportação, para a construção de estradas de ferro, para a eletrificação e para o setor bancário (Silva 1985:97). Com isso, despontavam novos centros urbanos, de diferentes características, tamanhos e inserções na divisão do trabalho. Nas áreas de produção de café, ampliava-se o número de pequenos municípios, ao mesmo tempo em que a cidade de São Paulo e várias nucleações urbanas de referência econômica regional apresentavam um crescimento bastante rápido.

Como decorrência principalmente da continuidade da imigração européia, ocorrera um acentuado crescimento populacional com relação ao início do século, quando residiam no Brasil cerca de 18 milhões de pessoas. Apesar do crescimento de diversas cidades neste período, o percentual da população urbana manteve-se bastante baixo até 1920. Em 1872, apenas 5,9% da população no Brasil residia em áreas urbanas; em 1900, este índice aumentou para 9,4% e em 1920 para 10,7%. Em números absolutos, a população rural era a que obteve os mais destacados acréscimos[1]. No início dos anos 20, estava localizado em São Paulo e no Rio de Janeiro 55,3% do total de 13.436 estabelecimentos industriais do país e 50,8% do total de 275.514 operários (Carone 1970). Os trabalhadores da indústria formavam, no entanto, uma minoria absoluta entre uma população que se aproximava de 30 milhões de habitantes. O Estado de São Paulo contava com 4,59 milhões de pessoas, sendo 579 mil na capital, e respondia por 31,5% da produção industrial brasileira[2].

Acentuavam-se as disparidades entre a região nordestina, preponderantemente açucareira, tendo em Recife seu centro urbano de maior relevância econômica, e a região sudeste cafeeira, centralizada na cidade de São Paulo. A região Centro-Sul iniciava uma expansão das atividades agropecuárias, mas que, de forma inédita, por sua intensidade e abrangência, vinha associada a um crescimento urbano e industrial. Assim, se por um lado, houve um incremento na integração econômica entre as várias regiões do país, que até então mantinham escassos intercâmbios comerciais (Santos 1996:26), por outro, intensificou-se a concentração industrial e econômica em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Tabela 3.1 População urbana de municípios selecionados (1872, 1890 e 1900).

Região	*Cidade*	*1872*	*1890*	*1900*
Norte	Belém	61.997	50.064	96.560
Nordeste	Salvador	129.109	174.412	205.813
Nordeste	Recife	116.671	111.556	113.106
Nordeste	São Luís	31.604	29.308	36.798
Nordeste	Fortaleza	42.458	40.902	48.369
Sudeste	Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.565
Sudeste	São Paulo	31.385	64.934	239.820
Sul	Porto Alegre	35.987	52.421	73.674
Sul	Curitiba	12.621	24.553	49.755

Fonte: IBGE 1960

Nas décadas finais do século XIX, várias cidades da região cafeeira vinham apresentando um crescimento populacional bem mais acentuado do que o das capitais nordestinas, como mostram os dados da Tabela 3.1.

Tal crescimento urbano implicou no fortalecimento de um setor agrícola direcionado para a produção de alimentos e matérias-primas para o atendimento do mercado interno. Milho, algodão, arroz, açúcar, feijão e fumo adquiriram destacada importância na economia brasileira. Ampliava-se a heterogeneidade do meio rural, devido aos aspectos fundiários, ambientais e econômicos; e também pela desigual infraestrutura viária, bancária e comercial; pela predominância de diferentes relações de trabalho; pela diversidade política na formação das oligarquias locais e regionais; pela desigual distribuição das políticas governamentais.

Apesar da significativa heterogeneidade, destaca-se a continuidade da concentração fundiária e da estrutura de classes sociais bastante polarizada, com um enorme contingente de camponeses subordinados a grandes fazendeiros. Isso pôde ser constatado no *Censo da Agricultura*, realizado em 1920. Foram levantadas informações sobre 648.153 imóveis rurais brasileiros, num total de 175 milhões de hectares. No grupo de propriedades com até 40 hectares, havia 317.785 estabelecimentos (49,0% do total), ocupando 3,5% da área recenseada. A área média deste estrato era de 19 hectares. No pólo oposto, 26.315 propriedades com mais de mil hectares (4,1% do total de imóveis) ocupavam 63,4% da área recenseada. O nível de investimento técnico na produção era ainda bastante baixo. Estimava-se que, para o conjunto de propriedades de diferentes tamanhos em todo país, 78,8% de seu valor era formado pela terra. As benfeitorias e construções representavam 18,1% do patrimônio rural; e, por fim, as máquinas e instrumentos de produção representavam apenas 3,1% do valor dos estabelecimentos rurais brasileiros em 1920.

Para uma grande parte dos trabalhadores rurais, o acesso à terra era condicionado a uma relação de dependência com o latifúndio. Essa população estava inserida em diferentes relações de trabalho, expressão da construção de modalidades históricas e regionais de gestão do processo de trabalho e de controle político-ideológico, de formas específicas de utilização de meios de produção e recursos naturais. As relações sociais mais comuns eram o colonato, o arrendamento de terras, a parceria e o assalariamento – além de suas múltiplas conjunções.

Alguns dados estatísticos mostram que apenas uma pequena parcela dos imigrantes conseguiu romper com o bloqueio fundiário esboçado pela Lei de Terras em 1850. Entre os aproximadamente 800 mil italianos que residiam no Brasil em 1905, havia pouco mais de cinco mil proprietários de terras. Essa situação pouco foi alterada nas décadas seguintes. Em 1920, um total de quase dois milhões de estrangeiros de várias nacionalidades, a grande maioria habitando o meio rural, ocupavam apenas 79.169 estabelecimentos rurais no Brasil, ou seja, 6,14% do total recenseado. Nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a presença de imigrantes era bem maior do que no restante do país. Em São Paulo, por exemplo, havia 54.245 imóveis rurais pertencentes a proprietários nascidos no Brasil e 22.065 pertencentes a

estrangeiros. Para os três Estados do Sul, o *Censo* contabilizava 42.750 propriedades em nome de estrangeiros e 142.731 em nome de brasileiros.

Registrava-se que os italianos, que somavam mais de um milhão de pessoas, possuíam 35.894 imóveis rurais no Brasil, 33,2% dos quais localizados no Estado de São Paulo e 38,4% no Rio Grande do Sul, além de outra boa parte no Paraná e Santa Catarina. Imigrantes de outros países também se concentraram nestas regiões. Mais de 500 mil portugueses detinham apenas 9.552 propriedades rurais; alemães e austríacos, 11.179; e os espanhóis, 4.725 – dentre muitas outras nacionalidades. A quantidade de propriedades rurais em posse de imigrantes teve alguma repercussão nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (14,6 e 20,8% do total de propriedades, respectivamente). Nas regiões Norte e Nordeste do país, a chegada de imigrantes foi praticamente irrelevante para a transformação da distribuição fundiária.

Os dados para o conjunto do país revelam uma forte exclusão fundiária da massa de imigrantes e a continuidade da concentração fundiária nas primeiras décadas do século XX. (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1922: i-xxix).

No Nordeste, a intensificação da crise econômica açucareira implicou em uma ampla reorganização econômica e social do meio rural, na qual pequenos agricultores arrendavam áreas dos latifúndios e passavam a dedicar-se a produtos voltados para um tênue mercado interno regional, pressupondo uma produção de alimentos para o consumo doméstico e a manutenção de precárias condições de reprodução social. Em muitos casos, ocorria a combinação da utilização de relações de trabalho assalariado na produção canavieira com formas não-monetárias de remuneração, notadamente com o estabelecimento de determinados acertos para o uso da terra. Desta forma, ao longo das décadas seguintes, a estrutura agrária nordestina, a despeito do declínio produtivo do setor canavieiro, permaneceu mais concentrada do que na região cafeeira e Sul (Sorj 1980).

Com base na concentração fundiária e em uma relevante disparidade regional, o Brasil tornara-se, em 1920, o maior produtor mundial de café, com uma produção mais de dez vezes superior à do segundo maior produtor, a Colômbia; tornara-se também o segundo maior produtor mundial de milho e de cacau e o terceiro maior de tabaco e açúcar; dispunha ainda do quarto maior rebanho de bovinos, suínos e caprinos. A produção agrícola para o mercado interno – praticada em grande parte por camponeses situados no interior de grandes fazendas, ou por pequenos agricultores com acesso direto a terra (proprietários ou posseiros) – começava a ganhar importância econômica, principalmente na região Centro-Sul, acompanhando uma expansão na demanda por produtos alimentícios no mercado interno, particularmente nas conjunturas em que ocorriam consideráveis elevações no custo de vida, afetando não apenas os centros urbanos, mas também o meio rural em crescente mercantilização das relações sociais.

Mas, apesar de sua importância, sobretudo para a manutenção dos baixos níveis salariais na indústria emergente, o abastecimento alimentar era instável, desorganizado e contava com programas governamentais bastante limitados ou praticamente inexistentes. Nos momentos de crise do setor de exportação, quando a capacidade de importação de alimentos declinava, eram elaboradas e implementadas algumas

inconsistentes e irregulares políticas governamentais de incentivo à produção de alimentos (Mueller 1983:340). Também foi de grande destaque a atividade agrícola voltada para o fornecimento de matérias-primas para a indústria ou para o mercado internacional, como foi o caso do algodão, produzido no nordeste e em São Paulo. A indústria têxtil vinha despontando como um setor privilegiado para a inversão de capitais acumulados no complexo cafeeiro, e contava com facilidades para a importação de máquinas e equipamentos, além da redução da oferta no mercado internacional, como decorrência da I Guerra, e da obtenção de tarifas alfandegárias contrárias à importação de tecidos, entre outros fatores. Assim, São Paulo foi constituindo o principal parque têxtil do Brasil, cuja produção sobe de 33,5 mil metros de tecido em 1900 para 186,5 mil em 1920 (Albuquerque 1983:86-99).

Criara-se, desde a expansão da cafeicultura no final do século XIX, uma nova dinâmica entre o campo e a cidade, devido, como mencionado acima, a vários fatores de atuação simultânea: a chegada de uma massa de imigrantes, que alterou profundamente as bases demográficas e econômicas da sociedade brasileira, e que contribuiu para o fortalecimento de um mercado interno; a construção de ferrovias; a comercialização e o processamento da produção de café; a ampliação do assalariamento e outras formas de pagamento em dinheiro pela prestação de serviços nas fazendas; o surgimento das primeiras fábricas. Ocorria uma diversificação das atividades econômicas, ao lado de uma intensificação do crescimento urbano, que, por sua vez, fortaleceu os setores de comércio e serviços. Este tipo de expansão e crescimento econômico, por ser intensivo na ocupação de força de trabalho, contrasta com o projeto de desenvolvimento que predominou a partir da segunda metade do século XX.

O processo de urbanização e industrialização foi acelerado após a crise de 1929. A drástica queda nas exportações de café teve como resultado imediato uma acentuada redução na capacidade de importação no país. O Estado brasileiro começou a implementar, a partir de 1937, sob a Presidência de Getúlio Vargas, um programa de substituição de importações de produtos industriais e agrícolas. Foram fixadas tarifas alfandegárias restritivas a importação de alguns produtos de origem industrial, e também aplicadas políticas cambiais e fiscais visando alavancar a diversificação econômica e industrial esboçada nas décadas anteriores. Do ponto de vista político-ideológico, o Estado foi decretando, paulatinamente, um novo conjunto de leis e regulamentações trabalhistas (válido apenas para os trabalhadores urbanos), durante a montagem de um arcabouço institucional populista, paternalista, corporativista e autoritário. O federalismo do período anterior foi substituído por uma centralização política, dando maior consistência ao programa nacionalista de desenvolvimento econômico e industrial.

O setor agrícola deixava de ser uma finalidade das políticas governamentais e transformava-se em um instrumento no sentido de modernizar, industrializar e urbanizar o país. A até então propalada ideologia da *vocação agrária*, associada a uma restrita concepção liberal, em que prevalecia o temor de retaliações internacionais para o caso do Estado brasileiro adotar políticas de apoio à indústria, começa a ser fortemente questionada nos principais centros urbanos. A industrialização torna-se o

eixo de uma nova política econômica e social, em um momento de recomposição política entre as classes sociais rurais e urbanas (Oliven 1980:62-64). As oligarquias agro-exportadoras, ao longo da década de 30, continuaram a fazer parte do novo arranjo político no interior do Estado, ainda que sem a preponderância e influência do período anterior. Esta permanência não foi, evidentemente, destituída de fundamento. Considerava-se que qualquer possibilidade de geração de divisas era indispensável para a economia e para as contas do Estado. Além disso, uma imensa massa de trabalhadores rurais permanecia subordinada diretamente aos grandes fazendeiros do café e da cana (Sorj 1980:22). Foi possível, assim, garantir a continuidade da formulação e execução de programas governamentais de proteção e incentivo de seus interesses.

A ausência de regulamentação das relações de trabalho no campo, tal como vinha sendo definido para os trabalhadores urbanos, permitia a reprodução da acentuada exploração, compensando a prioridade da política cambial ao setor industrial e o papel secundário das oligarquias agrárias no novo arranjo político no interior do Estado. As mais relevantes políticas para a agricultura foram organizadas por produto, especialmente para o café e a cana. Assim, criou-se em 1930 o Departamento Nacional do Café (DNC), que retirou do mercado e destruiu milhões de sacas de café, com o objetivo de sustentar sua cotação no mercado internacional, dando continuidade ao que vinha sendo aplicado desde o início do século. A partir de 1933, o setor canavieiro contou com a proteção, o incentivo e a regulamentação oferecida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com a reorganização das agências previamente existentes.

A formulação e a implementação de políticas estatais, no entanto, não mais dependiam exclusivamente dos interesses das oligarquias exportadoras, que enfrentavam os efeitos de uma crise que se prolongava. Assim, os programas de proteção e incentivo às atividades agrícolas deixaram de ficar restritos e condicionados ao atendimento dos interesses dos setores tradicionais da agricultura. Buscava-se, no entanto, medidas conciliatórias. Uma das evidências disso está no decisivo apoio estatal ao deslocamento de parte da produção cafeeira para a cotonicultura, visando estimular indiretamente a indústria têxtil.

Neste período de *autarquização* da economia brasileira, a produção para o abastecimento interno tornou-se estratégica, e algumas medidas governamentais procuraram apoiar a produção de alimentos. Em comparação ao que ocorria no início do século, a atuação do Estado, sobretudo a partir de 1937, ganhou intensidade, diversificação e complexidade. Houve uma redução do poder e influência dos setores rurais sobre as políticas estatais, mas atribuiu-se um novo papel às atividades agrícolas, tanto as de exportação como as destinadas ao atendimento do mercado interno. Isso fez com que o Estado viesse a elaborar e implementar políticas agrícolas mais amplas que aquelas do período anterior (Mueller 1983:342).

No final da década de 30, a agricultura brasileira desempenhava um novo papel no conjunto da economia, uma vez que a população urbana passava de 30%. As capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo reuniam, respectivamente 1,76 e 1,32 milhões de habitantes. A terceira maior cidade era Recife, com 348 mil habitantes, seguida por

Salvador, com 290 mil (IBGE 1981:4-5). A população urbana brasileira aproximava-se ou superava a marca de 11,5 milhões de pessoas[3]. Por outro lado, a manutenção do crescimento industrial vinha acentuando as disparidades econômicas inter-regionais. Em 1938, São Paulo concentrava 43,5% da produção industrial brasileira; dez anos depois, concentrava pouco mais da metade.

3.2 Desenvolvimento industrial e crise agrária

O crescimento urbano e industrial, verificado desde o início do século, notadamente a partir de 1930, foi intensificado ainda mais ao longo da década de 50, o que levou a um notável redimensionamento da questão agrária. A população urbana elevou-se de 11,5 milhões de pessoas em 1930 para aproximadamente 32 milhões em 1960; e aumentava de 31,24% (de um total de 41.2 milhões de pessoas) em 1940 para 36,16% (de um total de 51,9 milhões) em 1950 e para 45,08% (de um total de 70,9 milhões) em 1960. Vejamos com mais detalhes alguns dados demográficos.

A cidade de São Paulo tinha cerca de 2,2 milhões de habitantes em 1950; após dez anos, esse número chegava a 3,8 milhões, crescimento proporcionalmente acompanhado pelo Rio de Janeiro. Outras cidades também conheciam uma rápida expansão, ainda que menos vigorosa. Recife, Salvador e Porto Alegre tinham, em 1960, uma população entre 650 e 800 mil habitantes cada. Sete municípios tinham mais que 500 mil; 58 municípios reuniam entre 100 e 500 mil pessoas; e 144 municípios contavam com uma população de 50 a 100 mil habitantes. A população rural, ainda que apresentando índices de crescimento menores que os verificados entre a população urbana, cresceu de 28,3 milhões de pessoas em 1940 para 33,1 milhões em 1950, e para 38,9 milhões em 1960 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1981:10-11; ver também Oliven 1980; Santos 1996; Sorj 1980:121).

A migração para os principais centros urbanos do país foi impulsionada pelo crescimento econômico centrado na produção industrial, que acenava para a geração de novos e melhores postos de trabalho. Como a industrialização foi geograficamente bastante concentrada, grande parte da população migrante deixava a zona rural de pequenos municípios para habitar as capitais de Estado ou cidades de importância econômica regional. Isso explica a decadência econômica e populacional de boa parte dos pequenos municípios a partir desta época. Nos grandes centros urbanos, houve a chegada de um significativo contingente rural destituído de recursos sequer para uma adequada instalação habitacional. Além disso, a precariedade das políticas de abastecimento de água e de saneamento, eletrificação, saúde e educação fizeram com que os problemas sociais urbanos viessem a adquirir consideráveis dimensões nos anos 50.

Essa transformação demográfica foi simultânea a uma transformação na distribuição ocupacional. A população empregada no *setor primário*, segundo as classificações censitárias, declinou de 64% do total em 1940 para 59,9% em 1950 e para 53% em 1960. Já a população economicamente ativa no *setor secundário* oscilou de 10,1% em 1940 para 14,2% em 1950 e para 13,1% em 1960; ou seja, a população ocupada neste setor subiu de 1,5 para 2,6 milhões de pessoas. Nos *setores secundário e terciário*

encontravam-se 5,3 milhões em 1940, números que chegaram a 6,8 em 1950 e a 10,2 milhões em 1960. Uma das características deste setor terciário é que nele atuavam trabalhadores subempregados ou com vínculos empregatícios instáveis e informais. As informações contidas na Tabela 3.2 indicam que em meados do século XX o país vinha experimentando uma expansão da economia urbana/industrial, sobretudo se levarmos em conta o aumento populacional naquele período.

Tabela 3.2 Estrutura de emprego no Brasil, 1950-1960 (em %).

Setor de Atividade Econômica	*1950*	*1960*
Agricultura	62,4	55,1
Indústria de Transformação	9,8	9,1
Extração Mineral	0,7	0,5
Construção Civil	3,6	3,6
Energia Elétrica	0,2	0,3
Comércio	5,8	6,9
Transportes e Comunicação	4,2	4,9
Serviços	10,2	12,4
Governo	3,1	7,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, citado por Rattner 1980:40.

Vários autores procuram mostrar que a partir de meados da década de 40 iniciou-se uma segunda etapa no processo de substituição de importações no Brasil. A partir de 1930, havia o objetivo de incrementar a produção nacional de bens não-duráveis, geralmente produtos voltados para a reprodução da força de trabalho; ao longo da década de 50, notadamente em sua segunda metade, foi esboçado e executado um novo programa de planejamento estatal com o objetivo de ampliar a capacidade do setor industrial produtor de bens de produção. Esta foi a principal diretriz na política econômica do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), cujo *Programa de Metas* buscava melhorar as condições de infra-estrutura para a produção industrial, priorizando investimentos estatais nos setores de energia elétrica, transportes, alimentação e educação, além do fortalecimento da chamada *Indústria de Base* (minérios, papel e celulose, borracha, materiais elétricos, indústria automobilística e construção naval).

A expansão da industrialização foi impulsionada pela adoção de uma política comercial protecionista, substitutiva de importações de bens de produção, associada a medidas visando a atração de capitais estrangeiros para investimento na produção industrial. Desta forma, diversas empresas industriais multinacionais foram instaladas no país. Calcula-se que ao longo da década de 50, a produção de bens de produção aumentou mais de quatro vezes, ao passo que a produção de bens de consumo foi ampliada em 78%. A instalação de multinacionais da indústria automobilística teve um impacto bastante significativo, dada a diversificação industrial daí resultante. Na infra-estrutura de transportes, foi priorizado o sistema rodoviário, estratégico para a expansão do segmento automotivo, com a pavimentação de 6,2 mil km de estradas e com a abertura de novas conexões, como a Rodovia Belém-Brasília. A geração e transmissão de energia elétrica, que tinha uma capacidade de 3,5 milhões de kw em 1956, chegou a 5,2 milhões de kw em 1961.

Houve no período 1956-1962 um crescimento médio anual do PIB em torno de 7%, sendo que nos qüinqüênios anteriores essa taxa vinha sendo de 5,2%. No entanto, tal crescimento urbano-industrial continuou regionalmente concentrado e o Estado de São Paulo veio a abrigar 57,6% da produção industrial do país em 1960. Além disso, os variados investimentos estatais em infra-estrutura e apoio à industrialização resultaram em uma ampliação sem precedentes do endividamento externo. O planejamento para o setor de alimentação incluía incentivos à mecanização e à utilização de fertilizantes, mediante a importação de equipamentos e insumos com taxas especiais de câmbio. No entanto, ainda que o número de tratores no Brasil tenha se elevado de 49 mil em 1957 para 77,3 mil em 1960 (Lafer 1997:43-48), e que tenha ocorrido um pequeno avanço no uso de alguns insumos de origem industrial, o nível técnico da agricultura brasileira continuou fortemente fundamentado em procedimentos tradicionais, com o uso intensivo de força de trabalho e tração animal. Além disso, as relações de trabalho mantiveram um baixo, ainda que crescente, percentual de assalariamento. Não houve substanciais alterações técnicas e sociais em comparação ao que havia se estabelecido nas décadas anteriores e a expansão da produção permaneceu em grande medida condicionada à expansão da área cultivada.

Após 1945, o preço do café continuou sendo mantido através da política cambial e outros programas estatais, ao lado de uma ligeira recuperação da demanda no mercado internacional. Outros produtos de exportação, como algodão, cacau, borracha e açúcar, foram perdendo competitividade, o que veio a ser parcialmente compensado pela expansão da atuação de agências estatais de financiamento, incentivo e regulação. Além disso, a urbanização tornava mais agudos os problemas de abastecimento alimentar. Registra-se, naquela conjuntura, um amplo debate acerca da *crise agrícola* e seus desdobramentos na questão agrária. O economista Celso Furtado esteve entre os mais importantes difusores da tese segundo a qual a agricultura tradicional, calcada na concentração fundiária, representava um obstáculo para o desenvolvimento econômico e industrial: *'a estrutura agrária anacrônica como um obstáculo ao desenvolvimento deixou de ser uma suposição para transformar-se em evidência gritante'* (Furtado 1964:122). Por outro lado, economistas como Ruy Muller Paiva, Ignácio Rangel e Antônio Delfim Neto, entre outros, afirmavam que o crescimento da oferta agrícola havia sido suficiente para acompanhar o crescimento industrial na década posterior a 1953 e enfatizam, além disso, que o setor agrícola havia desempenhado outras importantes funções para o processo de industrialização, como a liberação de mão-de-obra, a geração de divisas através das exportações e o incremento do consumo de bens de consumo e de produção.

O problema agrário continuava a apresentar, no início da segunda metade do século XX, uma natureza multidimensional, envolvendo aspectos sociais, políticos, jurídicos e econômicos. A transformação nas relações de trabalho e na estrutura demográfica exprime esta complexidade e pode ser indicada como seu elemento central. As relações de trabalho no campo vinham passando por abruptas transformações, expressas principalmente na desestruturação do colonato e de outras formas de subordinação nas quais os trabalhadores residiam no interior de grandes fazendas e mantinham relações assalariadas e não-assalariadas. A crise agrária deste período, de

acordo com Ignácio Rangel, refere-se ao descompasso entre a desestruturação das relações sociais no campo e a absorção de trabalho nos centros urbanos.

> *'um dos mais complexos problemas do ordenamento do desenvolvimento econômico está relacionado com este fato, isto é, trata-se de fazer com que o processo de desmantelamento da autarquia familiar... seja feito em ritmo que se harmonize com o processo paralelo de organização da economia social extrafamiliar, que deve receber e utilizar proveitosamente o tempo de trabalho liberado pela economia natural familiar. Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária'* (Rangel 1979:173-174*).*

Pode-se mencionar diversos fatores relacionados ao esgotamento das formas tradicionais de dominação e controle social. A renovação dos cultivos, particularmente com o plantio de novas variedades e a adoção de novos métodos de produção, como a introdução de adubação química, de agrotóxicos e da mecanização de algumas atividades, levaram a uma redução na absorção de trabalho. Além disso, várias regiões assistiram ao desenvolvimento da pecuária de corte ultra-extensivas em grandes propriedades. Abria-se caminho para a proletarização na agricultura e para o êxodo rural em massa.

> *'Quando os colonos foram privados de plantar para sua subsistência, e ainda mais não compensados por um aumento correspondente nos salários, começaram a abandonar as fazendas em busca de melhores oportunidades na indústria ou mesmo ainda no campo'* (Stolcke 1994:85).

Com a desagregação do *complexo rural*, a reprodução da força de trabalho tornava-se dependente de relações sociais exclusivamente mercantis, dada a desconexão entre trabalho e moradia e a destruição da articulação entre produção de autoconsumo e produção de mercadorias agrícolas. O custo da força de trabalho assalariado passou a incluir novos componentes monetários, sobretudo moradia, transporte, alimentação e encargos trabalhistas. No plano macroeconômico, a queda na produção de alimentos para o mercado interno provocou uma elevação geral de preços; e os baixos salários fizeram com que as famílias agrícolas levassem ao mercado de trabalho o maior número possível de seus integrantes, criando uma imensa massa de população marginal.

> *'o efeito mais mensurável desse desdobramento da crise agrária é o violento processo de urbanização... A mão de obra (população) se urbaniza, não porque a cidade dela careça para algum emprego útil, mas, simplesmente, porque a economia camponesa de autoconsumo, em que estava inserida, desagregou-se... Isso implica em um custo social da localização no quadro urbano'* (Rangel 1979:182).

O declínio das relações tradicionais de dominação e dos mecanismos de reprodução da força de trabalho foi contemporâneo ao início de marcantes alterações nas formas de ação política por parte dos trabalhadores rurais, que, diante deste inaudito processo de proletarização e migração, realizaram intensas mobilizações sindicais e partidárias

visando a conquista dos mesmos direitos trabalhistas e previdenciários obtidos pelos trabalhadores urbanos, além da luta pela reforma agrária (Silva 2002).

Destacam-se as Ligas Camponesas, criada em 1945 com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), que organizavam os trabalhadores rurais na resistência contra a expropriação ou expulsão das fazendas. Mas com a ilegalidade do PCB, em 1947, as Ligas foram reprimidas, e só ressurgira em 1954, no Estado do Pernambuco e outros pontos da região nordeste. Também com apoio e controle do PCB, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que teve atuação em boa parte do território nacional. Na Estado do Rio Grande do Sul, a partir do final da década de 50, foi organizado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola, que, eleito para o governo estadual, manifestou apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais. Além destes, houve uma intensificação da atuação das organizações sindicais (Medeiros 1989).

No final dos anos 50 e início dos 60, o país se deparava, portanto, com relevantes transformações sociais e políticas no meio rural: o enfraquecimento econômico da burguesia rural, em grande medida dependente diretamente de apoio estatal; a proletarização e migração da população rural; a acelerada urbanização; uma intensificação das demandas dos trabalhadores rurais pela realização da reforma agrária e pelo reconhecimento de direitos trabalhistas. Tal situação não tardou a figurar em articulação com o desencadeamento de uma grave crise política-institucional do regime democrático-representativo instituído a partir de meados dos anos 40.

A vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960 aguçou a instabilidade política. Eram flagrantes as contradições entre, por um lado, uma composição ministerial repleta de personalidades ligadas ao capital internacional, e, por outro, uma retórica nacionalista de esquerda. A renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 veio a potencializar a crise, já que a posse de seu vice, João Goulart, foi vetada por ministros militares. Diante de forte reação, sua postura foi a de buscar apoio popular para a realização das *Reformas de Base:* reforma agrária, urbana, bancária, administrativa, tributária, universitária, cambial. Outras propostas, como o questionamento da dívida externa e a regulamentação da remessa de lucros ao exterior, dividiram o país e a classe política.

Naquele contexto, Goulart procurou formular mecanismos de maior integração política e ideológica das classes sociais às suas instituições de representação. Assim, foi promulgado em 1963 o *Estatuto do Trabalhador Rural*, conferindo aos camponeses os mesmos direitos já obtidos pelos trabalhadores urbanos. A estabilidade no emprego após dez anos e a indenização por tempo de serviço nos casos de demissão inviabilizavam as condições tradicionais de subordinação do trabalho no interior das fazendas. E diante de uma nova crise internacional nos preços do café, a reação de muitos fazendeiros foi a de promover uma rápida demissão ou a expulsão de trabalhadores, independentemente de como seria, posteriormente, resolvida a disputa em torno dos direitos trabalhistas adquiridos. Em substituição aos colonos e outros moradores, ampliou-se a incidência do trabalho assalariado temporário, que não vinha

sendo caracterizado como um vínculo empregatício passível de enquadramento na legislação trabalhista. A reivindicação da reforma agrária ganhou maior consistência e recebeu um impulso a partir de novos dispositivos jurídicos anunciados por Goulart, como um decreto desapropriando uma faixa de 10 km em torno de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal.

O golpe de Estado em 31 de março de 1964, apoiado abertamente pela embaixada e agentes norte-americanos, foi um desdobramento dos embates envolvendo, no meio rural, a crise da agricultura de exportação; a alteração nas relações de trabalho; as mobilizações populares pela regulamentação dos direitos trabalhistas e pela realização da reforma agrária; o impacto do êxodo para as grandes cidades e outras questões. Ademais, houve uma inédita mobilização popular em torno das propostas expressas nas *Reformas de Base*. Tudo isso em uma complexa conjuntura política e ideológica, na qual as transformações sociais na América Latina dificilmente poderiam ser interpretadas sem que houvesse comparações com o que vinha ocorrendo no curso recente da revolução cubana. Todas estas organizações populares foram perseguidas, reprimidas e eliminadas, com exceção dos sindicatos submetidos a diversas ingerências governamentais. Com isso, os conflitos no campo deixaram a esfera institucionalizada e a violência adquiriu intensidade ainda maior, entre outros efeitos perversos da truculência militar que apenas se iniciava.

3.3 Estado e modernização 'conservadora'

A instauração do regime militar levou a uma imediata alteração nas políticas estatais e ao início de uma abrangente transformação social, econômica e tecnológica na agricultura e na industria. As tendências já existentes no período anterior foram não apenas aceleradas e completadas, mas, em certa medida, redirecionadas e redimensionadas pelos militares. O impacto social das políticas agrárias e agrícolas deste período está entre os mais intensos em toda história brasileira. O Estado autoritário reforçou a implementação de uma deliberada política de modernização da agricultura, visando o desenvolvimento das indústrias de bens de produção e insumos, bem como da indústria de transformação dos produtos agrícolas. A implementação de um amplo sistema de créditos foi o mais importante dentre um conjunto de instrumentos para se atingir esse objetivo. Com isso, as relações sociais no campo foram bruscamente alteradas. O colonato e outras formas tradicionais de dominação foram substituídos pelo estabelecimento de relações de trabalho assalariado, temporário e permanente. Boa parcela da força de trabalho rural partiu para os centros industriais ou para as áreas em que ocorria uma expansão da fronteira agrícola. A estrutura fundiária tornou-se ainda mais concentrada.

Nesta seção, iremos abordar este processo, conhecido como *modernização conservadora*, que se estendeu até o final dos anos 70 – época em que a sociedade civil começava a se organizar mais ostensivamente pela retomada de um regime democrático-parlamentar. Veremos que esta modernização agrícola veio acompanhada de um programa de colonização na região amazônica. Verifica-se uma transformação econômica, tecnológica, ocupacional, demográfica e política-administrativa de grandes

proporções, com impactos substanciais no desenvolvimento da industrialização e urbanização que vinha ocorrendo no país.

Do ponto de vista político, o regime militar caracterizou-se por uma forte repressão. Logo após o golpe, foram inicialmente cassados três ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores, dois senadores, 63 deputados federais e outros 300 políticos (entre deputados estaduais, prefeitos e vereadores). Dez mil funcionários públicos foram demitidos. Em poucos meses, mais de 50 mil pessoas foram presas e julgadas sem bases legais por comissões militares. Nas Forças Armadas, mais de 100 oficiais perderam seus direitos políticos. Sindicatos de trabalhadores começaram a ser rigidamente controlados e movimentos sociais rurais e urbanos foram banidos. Houve a suspensão das eleições para Presidente da República e para Governadores de Estados, e os prefeitos das capitais de Estados foram nomeados pelos governadores escolhidos pelo Congresso Nacional já 'depurado'. Em 1968, instituiu-se o bipartidarismo e o Congresso Nacional foi fechado; as cassações de políticos chegaram a atingir alguns dos aliados no momento do golpe. Mesmo os jornais que apoiaram a investida militar, como *O Estado de São Paulo*, começaram a ser censurados. Instalou-se um regime de terror: prisões, torturas, exílios, assassinatos e outros expedientes ditatoriais (Chiavenato 1994).

Por outro lado, a repressão não foi o único recurso utilizado pelos militares. O meio rural chegou a contar com algumas das medidas de integração ideológica, como a expansão das redes de atendimento médico-hospitalar e educacional, a aposentadoria por velhice ou invalidez, o cooperativismo (tutelado), o sindicalismo (rigidamente controlado) e a distribuição de terras em programas de colonização na Amazônia. A legislação passou a incluir novos dispositivos legais para a execução da reforma agrária e garantia de direitos trabalhistas para os assalariados (Sorj 1980:73-77). Assim, o *Estatuto da Terra* (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964) definia que as desapropriações seriam indenizadas através de títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos (até então, as desapropriações apenas eram possíveis *'mediante pagamento prévio e justo em dinheiro'*). Além disso, o *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963) estendia aos assalariados do campo os mesmos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais estabelecidos para trabalhadores urbanos desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

Houve, com isso, uma ampla transformação nas relações de trabalho, com uma rápida e intensa proletarização, da qual podem ser ressaltados os seguintes aspectos: a) destruição dos vínculos tradicionais de dominação no interior do latifúndio; b) aprofundamento da separação entre os trabalhadores e a posse ou propriedade de meios de trabalho; c) destruição das tradicionais formas de reprodução da força de trabalho, com a separação entre local de trabalho e local de habitação, e também o condicionamento da obtenção de alimentos às relações mercantis; d) simplificação e especialização de tarefas no processo de trabalho, ou seja, uma expropriação e destruição do saber camponês. Todo este processo foi caracterizado por um aumento da mercantilização das relações sociais e das formas de reprodução social do trabalhador rural.

Neste contexto político, o Estado desempenhou um papel de primeira importância na passagem do *tradicional complexo rural* para o *moderno complexo agroindustrial*. Começou a ser instalada no Brasil a indústria de insumos, máquinas e implementos para a agricultura e a agroindústria processadora de produtos agrícolas, o que resultou no surgimento de canais específicos de comercialização, armazenamento, transporte, distribuição e financiamento da produção agropecuária (Muller 1989:45-49). Abria-se um período inédito de expansão na instalação de grandes empresas multinacionais no país, sobretudo da indústria de tratores, máquinas e implementos, defensivos agrícolas e animais, inseminação artificial e indústria de rações. Fertilizantes e sementes selecionadas começaram a ser produzidos por empresas estatais, muitas vezes a partir de importações de matérias-primas (Sorj 1980:35-41).

O mais incisivo mecanismo promotor da modernização agrícola foi o sistema estatal de crédito rural, acoplado a um conjunto de políticas agrícolas. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) condicionava a concessão de financiamentos subsidiados à utilização na agricultura de modernos insumos industriais. Desta forma, no bojo de uma modernização compulsória, dirigida, definiam-se os *pacotes tecnológicos*, que contariam com serviços estatais de pesquisa, assistência técnica, extensão e seguro rural. A estatização abarcou outras atividades, como controle de preços, armazenamento, distribuição e comércio varejista para populações urbanas de baixa renda. Além disso, o Estado disponibilizou outros recursos aos produtores agrícolas inseridos no sistema de créditos: programas de preços mínimos; canais de comercialização para alguns produtos, como açúcar e álcool, papel e celulose, soja, cacau e café; diferenciação nas taxas de câmbio; isenções e descontos fiscais (Belik 1997:410-414).

A modernização agrícola no período 1965-1980 foi, no entanto, altamente parcial, seletiva e concentrada, já que veio a atingir apenas a um pequeno número de produtos, produtores e regiões. Calcula-se que 60% do crédito agrícola tenha sido direcionado para cinco produtos: soja, café, algodão, açúcar e milho. Em geral, os produtos de exportação ou de substituição de importação foram priorizados na política de créditos, enquanto produtos voltados para o mercado interno, com expressiva participação na economia nacional, como feijão e mandioca, por exemplo, foram objeto de controle de preços com a finalidade de reduzir o custo da reprodução da força de trabalho no meio urbano (Kohl 1981:197).

A prioridade aos produtos acima mencionados articulou-se com um apoio direcionado especialmente a um tipo de produtor: o proprietário de grandes áreas rurais. Assim, 40% do crédito beneficiou a apenas 1% dos produtores, que desta forma chegaram a empregar 3% da força de trabalho na agricultura. Até 1980, 80% dos produtores não tiveram acesso ao sistema de créditos. A maior disponibilidade de terras permitia a obtenção de garantias para os financiamentos governamentais, dada a específica regulamentação para o sistema bancário, na qual o crédito rural, por exemplo, foi distribuído exclusivamente por bancos estatais (Belik 1997:412; Martine 1987:22; Grindle 1986).

Do ponto de vista regional, a porção Centro-Sul, onde se situava grande parte da produção industrial e agroindustrial, obteve a maior parcela dos financiamentos rurais, o que acentuou as desigualdades com relação às regiões Norte e Nordeste. No período 1973-1977, a produção nas regiões Norte e Nordeste representava 23,4% do produto agrícola brasileiro. Para estas regiões foram destinados, no entanto, apenas 12,0% dos recursos estatais de crédito. Já para a região Sudeste e Sul, onde se encontrava 68,9% da produção agrícola, foram destinados 79,9% das linhas de crédito governamental (Pinto 1981:73). A região Centro-Oeste, dada sua importância na expansão da fronteira agrícola no período, sobretudo através da produção de soja em grande escala, teve participação crescente no sistema de créditos.

> *'Cálculos complementares poderiam ser apresentados para exemplificar a injustiça na distribuição do crédito, enfatizando-se o valor dos contratos de produtos beneficiados em regiões discriminadas, de produtos discriminados em regiões beneficiadas, de produtores beneficiados em ambos os tipos de regiões, tipo de produtos explorados por produtores beneficiados ou discriminados, etc.'* (Gonçalves Neto 1997:176).

As medidas governamentais visando a modernização agrícola do período militar foram implementadas em estreita articulação com o programa de *Colonização Dirigida* em pontos específicos da região amazônica. Considerava-se que a região Nordeste abrigava um milhão e 300 mil famílias subempregadas, das quais 560 mil deveriam ser deslocadas para áreas públicas pouco ocupadas no próprio Nordeste, e que, mesmo adotando a reforma agrária e realizando programas de irrigação, haveria uma 'população excedente' de 309 mil famílias que deveriam ser ocupadas em atividades agrícolas em outras regiões do país. Estimando-se um custo menor do que aquele atribuído às medidas de reforma agrária, a *colonização dirigida* na região amazônica foi apontada como a principal alternativa para a geração de empregos rurais e para a expansão na utilização de insumos industriais na agricultura. Para o êxito desses projetos seria necessário, todavia, o desenvolvimento de um eficiente sistema de transporte marítimo e rodoviário (Tavares, Considera e Silva 1972) e uma ampla redefinição da matriz energética, com a construção de grandes usinas hidrelétricas e siderúrgicas.

Portanto, a crise agrária, longe de ter sido resolvida, modificava sua natureza para tornar-se ainda mais aguda. A expulsão massiva de força de trabalho para as áreas desabitadas na região amazônica ou para grandes e desordenados centros urbanos tornava-se a característica dominante do período militar. Também a natureza do processo de produção na agropecuária se alterava com a dissolução de sistemas intensivos no uso de força de trabalho para outros dependentes de tecnologias externas e elevado uso de insumos agroindustriais em larga escala.

A *colonização dirigida* tem sido interpretada como um elemento decisivo na estratégia de contra-reforma agrária promovida pelo governo militar. Primeiramente, pelo controle que do Estado sobre a ocupação espontânea que os camponeses vinham empreendendo na região; pelo incentivo direto e indireto às grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que ampliavam sua atuação na agropecuária, na mineração,

na extração de madeiras e na agroindustrialização – muitas vezes com apoio estatal para a apropriação de vastas áreas do território amazônico; pelo cancelamento da aplicação da reforma agrária nas regiões Nordeste e Centro-Sul. A política de modernização e o programa de colonização na Amazônia foram considerados por diversos autores como uma contrapartida ao apoio da burguesia rural ao golpe de Estado em 1964, como uma tentativa de redirecionar as lutas sociais no campo. Ao mesmo tempo, forneceram recursos ideológicos de perfil nacionalista e desenvolvimentista com a finalidade de legitimar o domínio autoritário (Ianni 1979; Cardoso e Muller 1977).

Cerca de 160 mil famílias foram instaladas em 262 projetos de colonização criados entre 1965 e o final do regime militar, em 1984. No conjunto de programas sob responsabilidade direta de agências governamentais foram instaladas cerca de 135 mil famílias, que ocuparam 19,8 milhões de hectares; outras 27,6 mil famílias deslocaram-se para áreas administradas por empresas particulares de colonização, que distribuíram 3,8 milhões de hectares. Deixando de lado o acentuado êxodo rural-urbano, que avaliaremos adiante, observa-se que os fluxos migratórios, em grandes linhas, ocorreram no sentido da região Nordeste para a Amazônia Oriental e no sentido da região Sul para a Amazônia Ocidental. Um reduzido número de famílias veio a ser instalada nas regiões nordeste e centro-sul (Tavares dos Santos 1995).

Boa parte dos núcleos de colonização na região amazônica deixou de contar com políticas sociais mínimas nas áreas de saúde, educação, transporte, moradia e eletrificação, precariedade que fez com que parte dos migrantes acabasse caindo na proletarização, após a venda e abandono de suas glebas, resultando muitas vezes em um aumento regional da concentração fundiária. Além destes fatores, o uso da força física paramilitar e a ausência de canais institucionalizados de encaminhamento dos conflitos sociais durante a ocupação do território fizeram do regime militar um dos mais violentos da história brasileira. Registram-se inúmeros confrontos armados envolvendo camponeses, grandes fazendeiros, seringueiros, povos indígenas, mineradores, especuladores imobiliários e outros grupos. O principal núcleo da colonização na Amazônia Ocidental era o território de Rondônia, cuja população aumentou de 111 mil habitantes em 1970 para aproximadamente 650 mil em 1982. Na região Ocidental, o crescimento populacional mais intensivo veio a ocorrer no Sul do Pará. A construção da Rodovia Transamazônica representou um eixo e um norteador de integração entre estes dois pólos.

No final dos anos 70, o meio rural brasileiro havia sido substancialmente modificado. Boa parte das grandes propriedades foi convertida em modernas empresas agropecuárias, articuladas com o setor agroindustrial, e usando largamente o trabalho assalariado, principalmente temporário. Outras propriedades, inversamente, voltaram-se para a pecuária ultra-extensiva, mantendo-se próximas da situação de improdutividade definida pela legislação sobre reforma agrária. Da mesma forma, uma parte da agricultura familiar alcançou uma forte inserção no complexo agroindustrial, enquanto outra ficou limitada a precárias práticas de subsistência, com base no minifúndio, no arrendamento de terras ou na parceria, também recorrendo ao trabalho assalariado temporário. Em termos gerais, as grandes empresas rurais se

especializaram em alguns poucos produtos, como cana-de-açúcar, soja, pecuária de corte, algumas frutas e poucos outros, permanecendo uma ampla gama de produtos de abastecimento interno gerados por agricultores familiares de condições e características bastante variadas (Sorj 1980).

Durante o regime autoritário, como resultado das mudanças sociais no campo, desencadeou-se um acentuado êxodo rural. Dados censitários indicam que a população urbana brasileira aumentou de 31,9 milhões em 1960 para 76,4 milhões em 1980, e que de 45% do total chegava-se a 65%. A população rural, que era de 38,4 milhões em 1960, atingiu 41,0 milhões em 1970, mas declinou para 38,5 milhões em 1980. A população agrícola, por sua vez, passou de 15,4 milhões em 1960 para 17,5 e 21,1 milhões em 1970 e 1980, respectivamente. A população rural e agrícola teve maiores índices de crescimento nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, enquanto nas Regiões Sudeste e Sul verifica-se uma estagnação ou um ligeiro crescimento, em números absolutos. A população rural e agrícola de vários Estados foi reduzida. Em São Paulo, por exemplo, houve uma diminuição de 17,7% na década de 60 e de 20,3% na de 70. A queda da população agrícola é, no entanto, menos intensa do que a da população rural, uma vez que parte da população que continuava trabalhando no campo, com a proletarização, começou a fixar residência nas periferias dos centros urbanos. A natureza da questão agrária se transformava: o incremento na produção agropecuária ocorria com base em um regime autoritário, com uma significativa marginalização social e uma acelerada destruição ecológica, não apenas na Amazônia, mas em várias regiões do país.

Notas

1 Santos (1996) apresenta estatísticas com ligeiras variações em relação aos dados oficiais apresentados pelos censos demográficos.

2 Outros dados podem ser encontrados em Silva (1985:79-91).

3 Oliven (1980:69) estimou que a população urbana em 1940 era de 12,88 milhões de pessoas.

4 A Política Agrária na Redemocratização

Ao longo da transição do regime militar-autoritário para o democrático-parlamentar, diversos movimentos sociais e sindicais passaram a organizar milhares de famílias entre as mais pobres do país e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi se consolidando como um dos mais ativos protagonistas na luta pela reforma agrária no Brasil. No entanto, o número de pessoas inseridas em programas de assentamentos rurais permaneceu bastante reduzido. O governo civil sucessor do regime militar, eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral, formou uma aliança entre segmentos conservadores e liberais sob a presidência de José Sarney (1984-1989); e da meta inicial de destinar 15 milhões de hectares a um milhão e quatrocentas mil famílias entre 1985 e 1989, apenas 5,8% foi realizado, num total de 82 mil famílias assentadas. Já o governo civil eleito pelo sufrágio universal em 1989, presidido por Fernando Collor de Mello, promoveu um sucateamento das agências estatais relacionadas à reforma agrária, até então envolvidas em vários episódios de corrupção e clientelismo. O debate sobre a reforma agrária na sociedade brasileira ganhou maior impulso após o *impeachment* de Collor, em 1992; e a partir da eleição presidencial de 1994, a reforma agrária reaparece como um dos temas mais relevantes na política brasileira, envolvendo um crescente número de famílias acampadas e assentadas.

Veremos neste capítulo as características da questão agrária brasileira durante as últimas duas décadas do século XX, época de recomposição política de diversos atores sociais e de ampliação dos espaços democráticos. As propostas de realização da reforma agrária e de conferir prioridade à agricultura familiar nas políticas públicas representaram uma das mais expressivas transformações na cultura política brasileira ao longo dos anos 90. No entanto, sua implementação deparou-se, até a virada de milênio, com diversas contradições e limitações. A exposição sobre este contexto macropolítico é particularmente importante para a compreensão das condições de formação dos assentamentos.

4.1 Transição democrática e questão agrária

Nos últimos anos de governo militar, já na década de 80, o modelo de intervenção governamental voltado para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial começou a ser parcialmente desativado[1]. O Estado passou a remover, de forma gradual e supervisionada, os mecanismos de regulação instituídos na década anterior, da mesma forma que começou a administrar uma transição *'lenta, gradual e segura'* do regime militar autoritário para um regime de representação parlamentar. Assim, o arrefecimento da 'fúria regulatória' do Estado no processo de modernização agrícola

foi simultâneo ao arrefecimento da 'fúria repressiva' no plano das liberdades civis e políticas. Neste período, constatava-se que a modernização da agropecuária não havia sido difundida completamente para muitas regiões brasileiras, nem para todos os imóveis rurais das regiões mais desenvolvidas, independentemente de seu tamanho.

O questionamento ambiental, a insatisfação dos assalariados agrícolas, o aumento no desemprego e o desgaste da *Colonização Dirigida* na região amazônica indicavam que o programa fundiário do regime militar estava esgotando sua capacidade de convencimento perante uma parcela crescente da sociedade brasileira. A organização de novos movimentos sociais no campo e na cidade foi sendo consolidada, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras organizações passaram a disputar a representação política de segmentos sociais surgidos e sufocados durante a ditadura militar. A reforma agrária voltava à cena política nacional, mas protagonizada por atores sociais com um novo perfil ideológico e organizacional, e em um novo contexto político e sócio-econômico. Parte dos agricultores familiares, desde os mais empobrecidos aos mais tecnificados e integrados aos sistemas agro-industriais, começavam a questionar os rumos da política agrícola e o modelo econômico que vinham sendo adotados pelo Estado.

O *Estatuto da Terra* havia definido em 1964 as condições para a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Entretanto, transcorreram-se vinte anos de governos militares sem que houvesse qualquer esboço de transformação na distribuição fundiária, senão naquela concepção de *Colonização da Amazônia* exposta no capítulo anterior. O *Estatuto da Terra* determinava que '*a reforma agrária será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais*'. Mas foi somente em maio de 1985 (justamente quando os conflitos trabalhistas na agricultura brasileira, principalmente no setor sucro-alcooleiro, atingiam um acentuado grau de enfrentamento e violência) que o governo Sarney incluiu a reforma agrária como um dos elementos do *'pacto social da transição democrática'*. A *'proposta'* de reforma agrária de Sarney foi anunciada entusiasticamente durante o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a maior instituição sindical rural da América Latina, reunindo mais de nove milhões de trabalhadores em 3.200 sindicatos em todo o país. Isso provocou uma imediata reação de proprietários e produtores rurais, sobretudo por intermédio da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão este reconhecido oficialmente como representante sindical do empresariado rural brasileiro no modelo corporativista.

A violência armada vinha se tornando um componente decisivo, público e visível, da questão agrária no Brasil. O surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) evidenciava esta nova situação:

> *'o embate, contudo, extrapola o campo institucional quando, nas regiões onde o conflito de terra é mais grave, os grandes proprietários organizaram grupos de resistência e solidariedade e formaram milícias na defesa da classe e da propriedade'* (Simon 1998:16).

Por outro lado, acentuavam-se as manifestações de rua contra os baixos salários e o desemprego – e a CUT, o MST, o PT e a CPT, entre outras organizações, começavam a disputar e a ganhar espaço na organização política dos trabalhadores rurais em luta por melhores condições de trabalho, política agrícola, reforma agrária e democracia. No Estado de São Paulo, entre 70 e 90 mil cortadores de cana entraram em greve em maio de 1985, da mesma forma que em outros pontos do país. Naquele contexto, o deputado Herbert Levy chegou a questionar a ação do governo nos seguintes termos: '*por que se avivar aquela inquietação dos espíritos provocada deliberadamente nos últimos meses de Goulart?'* [2]. Houve quem afirmasse, em tom de ameaça, que a *transição democrática* conduzida por Sarney estivesse em risco devido ao seu audacioso plano de reforma agrária.

Um outro ponto do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que provocou grande resistência por parte da classe patronal/proprietária foi a reafirmação do Art. 15 do *Estatuto da Terra*:

> *'a implementação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social'*.

Segundo a CNA, a SRB, a UDR e outras agremiações, esse dispositivo provocaria um aumento das invasões e dos conflitos pela posse da terra. Além disso, o governo salientava e garantia que, apesar da irreversibilidade da reforma agrária, as propriedades produtivas permaneceriam intocadas[3].

Segundo José Gomes da Silva, de 1º de setembro a 10 de outubro de 1985, a 'proposta' apresentada em maio, agora com um atraso que impedia sua implementação no ano agrícola de 85/86, foi significativamente modificada, e sua versão final foi sigilosamente confiada ao advogado Fábio Luchési,

> *'um dos maiores especialistas em direito fundiário do País, que conduz centenas de processos de demanda de terras em quinze Estados... Em São Paulo, 90% dos agricultores que tiveram terras desapropriadas pelo INCRA são seus clientes',* conforme o jornal *O Estado de São Paulo* (citado por Gomes da Silva 1987:186).

Após suas sugestões, aceitas por José Sarney, o PNRA deixou de ser uma proposta de estímulo à mudança social e transformou-se em mais um obstáculo jurídico à reforma agrária.

O recuo do governo Sarney restabeleceu a tranqüilidade nos setores proprietários /empresariais, e causou indignação entre os trabalhadores rurais, sobretudo pela forma obscura e antidemocrática como a questão foi encaminhada. A reforma agrária tornara-se difícil e lenta. A desapropriação por interesse social deixou de figurar como principal recurso do PNRA, as áreas prioritárias não foram definidas e o governo federal centralizaria a decisão final sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs). As condições para o cumprimento da função social da propriedade permaneceram praticamente as mesmas na Constituição de 1988. Entretanto, a grande bandeira política da UDR e de outras organizações ruralistas foi a exclusão das 'propriedades produtivas' daquelas passíveis de serem desapropriadas para fins de

reforma agrária, conforme o Art. 185 da Constituição de 1988, regulamentado cinco anos depois através do Art. 6º da Lei n.º 8.829, a *Lei Agrária* de 1993:

> *'considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente'.*

Configurou-se, na década de 80, um novo e contraditório arranjo na tensa coexistência entre a vigência dos entraves da legislação agrária e o aumento das mobilizações populares, até então sufocadas e represadas. Surgiram inúmeros obstáculos jurídicos, operacionais e legislativos para a realização de uma reforma agrária. Entre 1964 e 1985, o *Estatuto da Terra* foi completado, regulamentado ou alterado por dezessete decretos, duas portarias e quatro instruções especiais. Ao passar pela Constituinte e pela regulamentação de seus artigos, a questão agrária na legislação brasileira tornou-se uma enorme confusão, avaliada por Luiz Edson Fachin, ex-Procurador Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da seguinte forma:

> 'existem] *mais de mil dispositivos legais, decretos, portarias, resoluções e atos normativos assemelhados, criando um verdadeiro cipoal legal de poucas saídas muitas entradas tortuosas, o que passa a exigir verdadeira garimpagem jurídica para encontrar exceções a essa ótica... Hoje, na falta de lei processual, argumenta-se que a reforma agrária no sentido estrito não se realiza porque há falta da lei. Mas quando temos a lei, falta o quê? Aí, a falta é outra'* (Fachin 1993).

Verificou-se, ao longo dos anos 80, um desmonte dos instrumentos legais para a realização da reforma agrária. Configurava-se um bloqueio não apenas político, mas também jurídico, administrativo e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais. A reforma agrária parecia ter sido banida ou eliminada. Do ponto de vista político, o governo Sarney engavetou suas ambiciosas metas; do ponto de vista jurídico, a Constituição de 88, um 'catálogo de casuísmos', conforme expressão de José Gomes da Silva (1996:74), selava a derrota da reforma agrária. Ainda assim, mais de 700 assentamentos foram criados nos anos 80, atendendo a aproximadamente 110 mil famílias, cuja distribuição pelo país pode ser observada na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 Assentamentos rurais no Brasil, por regiões (1979-1989)

Região	*nº de assentamentos*	*nº de famílias assentadas*	*Área total (em hectares)*	*Área média (ha) por família(*)*
Norte	109	49.233	3.431.358	69,70
Nordeste	243	28.803	989.468	34,35
Centro-oeste	76	13.339	710.612	53,27
Sudeste	112	9.862	224.171	22,73
Sul	190	9.576	184.681	19,29
Brasil	730	110.813	5.540.290	39,86

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (Unesp/MST). Base de Dados: INCRA, MST, ITESP, CPT; citado por Fernandes 2001:268; (*) Inclui reserva ambiental e áreas de uso comum.

Diante dos mencionados entraves políticos e jurídicos, uma das alternativas foi a formulação de programas de distribuição fundiária por parte de governos estaduais, que começaram a utilizar áreas públicas para o assentamento de trabalhadores rurais.

O Estado, agindo *a reboque* dos movimentos sociais, criou assentamentos como medida de atenuação de conflitos sociais sem, no entanto, que tivesse elaborado e disponibilizado qualquer política sistemática de financiamento para o desenvolvimento da produção e de construção de obras de infra-estrutura nas áreas reformadas.

4.2 Conflitos sociais e implementação de assentamentos

Ao longo dos anos 80 foi se difundindo a concepção de que os assentamentos vinham sendo implementados, na maior parte dos casos, como decorrência de conflitos sociais provocados justamente pela ocupação das áreas em disputa, ou seja, como resultado da ação política dos movimentos sociais organizados, sendo o MST o mais importante. Os assentamentos teriam sido 'conquistados' pelos trabalhadores rurais e não exatamente 'implementados' pelo Estado.

Neste sentido, torna-se relevante traçar algumas linhas acerca da forma como a luta política dos movimentos sociais pelo acesso à terra veio a ser organizada nas últimas décadas. Entre 1979 e 1984, foram sendo aglutinadas diversas experiências isoladas de luta pela terra em Estados do Sul do Brasil e no Mato Grosso do Sul. A ocupação de grandes fazendas por grupos de trabalhadores rurais interessados em sua transformação em assentamentos constituiu-se na mais importante estratégia para alcançar tal objetivo. A articulação política entre estas várias iniciativas de luta pela terra resultou na realização do Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no município de Cascavel (PR), e na fundação do MST em 1985. Com apoio de parte da Igreja Católica, inspirada pela Teologia da Libertação, o MST começaria a se difundir gradualmente para vários outros pontos do país.

A partir de então, o MST foi se expandindo para todo o país e reforçou o encaminhamento da demanda por uma política de financiamentos para os projetos de assentamento, o que resultou na criação do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) em 1986. Além disso, procurou atuar no sentido de montar cooperativas coletivizadas e fundar escolas para formação técnica e política de jovens militantes e assentados, entre várias outras iniciativas.

Por outro lado, segue-se a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, cujo governo ficou caracterizado pela aplicação de medidas neoliberais com a mesma eficiência e rapidez com que efetuou amplos, diversificados e criativos esquemas de corrupção. Tornava-se ainda mais remota a possibilidade de se colocar em prática qualquer programa de reforma agrária. Os primeiros anos da década de 90 acentuaram a situação paradoxal da questão agrária: enquanto o Estado não demonstrava qualquer interesse em concluir os projetos de reforma agrária em andamento, ou mesmo cumprir as metas de assentamento apresentadas em seus programas eleitorais, os movimentos sociais ligados ao MST e à CUT (Central Única dos Trabalhadores) começaram a ganhar espaço no meio rural e indicavam que somente através de grandes ocupações de terras é que a reforma agrária poderia conhecer algum avanço. 'Ocupar, Resistir e Produzir', o lema do MST, parecia ter se transformado na principal

alternativa que o Estado deixara para os trabalhadores rurais interessados na reforma agrária.

> *'Funciona no Brasil, a todo vapor, uma organização camponesa de caráter leninista. Ela se organiza como se fosse um partido bolchevique, tem células para discutir suas ações e distribui tarefas entre seus militantes. A organização está instalada em dezenove Estado do país... É o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra'.*

Foi desta forma que Arlete Salvador iniciou uma reportagem publicada em 5 de maio de 1993 na revista *Veja*. A reivindicação da reforma agrária estava apenas iniciando sua reinserção na pauta política brasileira dos anos 90. O tom alarmista, bastante instrumentalizado durante o regime militar, encontrava eco e expressava a apreensão de alguns setores conservadores com o fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais para a reivindicação da reforma agrária naquele momento em que Fernando Collor de Mello já havia sido afastado por *impeachment* da Presidência da República e que uma nova eleição presidencial estava programada para o ano seguinte. Durante a campanha presidencial de 1994, a reforma agrária tornou-se mais uma vez um tema obrigatório para todos os candidatos. As propostas dos partidos e coligações passaram a incluir compromissos programáticos com a distribuição de terra para os trabalhadores. E como a luta pela terra através de acampamentos e ocupações não deixou de cessar durante os primeiros anos da década de 90, cerca de 65 mil famílias foram assentadas, como mostra a Tabela 4.2.

Tabela 4.2 Assentamentos rurais no Brasil, por regiões (1990-1994)

Região	*nº de assentamentos*	*nº de famílias assentadas*	*Área total (em hectares)*	*Área média (ha) por família**
Norte	106	37.130	2.674.183	72,02
Nordeste	186	14.682	454.306	30,94
Centro-oeste	33	4.817	551.071	114,40
Sudeste	46	3.259	66.754	20,48
Sul	107	5.677	97.256	17,13
Brasil	478	65.565	3.843.570	50,99

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (Unesp/MST). Base de Dados: INCRA, MST, ITESP, CPT; citado por Fernandes 2001:269. * Inclui reserva ambiental e áreas de uso comum.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 assegurou, em novas bases, a presença de setores conservadores no governo federal, e os movimentos populares redefiniram e reforçaram suas estratégias de ação diante do quadro político então estabelecido. Já nos primeiros meses de 1995, o MST realizou seu III Congresso, e decidiu pela intensificação da mobilização social através da criação de novos acampamentos e da realização de ocupações em massa.

Naquele contexto, um crime brutal chocou o país: dezessete trabalhadores rurais integrantes do MST foram assassinados por forças policiais na extremidade oeste da Rodovia Transamazônica, no município de Corumbiara (Estado de Rondônia). A repercussão do episódio catalisou as discussões sobre a reforma agrária em vários fóruns da sociedade civil. Os maiores jornais do país apresentaram editoriais sobre a urgência da implementação da reforma agrária, justamente naquele período em que a acentuação do desemprego tornava-se um problema de amplo reconhecimento público.

Ocorre um novo assassinato de dezenas de acampados, na região Sul do Pará. O governo de Fernando Henrique Cardoso não mais poderia deixar de tratar do problema agrário, visto agora pelo governo como um potencial gerador de graves problemas políticos; e pela sociedade, como uma fonte de geração de empregos e melhorias na qualidade de vida da população rural. A reforma agrária tornava-se um dos pontos mais conturbados na agenda política do governo federal diante da sociedade civil e o MST tornara-se um dos mais enfáticos opositores da política de liberalização em implementação no Brasil.

Do ponto de vista das organizações dos trabalhadores rurais, o MST obteve um notável fortalecimento político e expansão durante o primeiro governo FHC, ao mesmo tempo em que a Contag começou a ser dirigida pela CUT, em composição com dirigentes da moderada formação política anterior. Parte da direção da Contag e algumas de suas Federações Estaduais permaneciam considerando que a legislação agrária poderia ser aplicada sem a necessidade de se recorrer à montagem de acampamentos em beiras de estrada e às ocupações de terras como forma de pressão. Na segunda metade dos anos 90, o Estado precisou atuar sobre a questão fundiária de forma mais incisiva e abrangente que os governos anteriores, com a desapropriação de áreas improdutivas e a implementação de assentamentos rurais, o que implicava em investimentos governamentais para o pagamento das áreas desapropriadas, criação da infra-estrutura social e financiamento da produção agropecuária das famílias assentadas, contrariando assim as diretrizes oficiais e acordos internacionais de contenção do déficit fiscal e de redução da participação direta e indireta do Estado em atividades econômicas e sociais. Junto a isso, ampliaram-se as ações de regularização fundiária de áreas em disputa, acoplando estas medidas, com finalidade publicitária, segundo o MST, ao rol de ações de reforma agrária.

De qualquer forma, consta-se oficialmente que a partir de 1995 houve um significativo aumento no número de famílias assentadas. Nos anos 80, foram assentadas em média cerca de 10 mil famílias por ano; entre 1990 e 1994 essa cifra sobe para 13 mil e entre 1995 e 1999 chega-se a uma média de quase 60 mil famílias assentadas anualmente em todo país. Apesar do tratamento governamental cuidadoso para esta delicada questão política, e de uma ampliação do número de famílias assentadas anualmente, houve uma imposição de limites orçamentários à reforma agrária e assentamentos rurais durante todo o primeiro mandato de FHC (1995-1998) e o anúncio de novos arranjos institucionais logo no início do segundo mandato, como veremos adiante.

Tabela 4.3 Assentamentos rurais no Brasil, por regiões (1995-1999)

Região	*n. de assentamentos*	*nº de famílias assentadas*	*Área total (em hectares)*	*Área média (ha) por família**
Norte	490	98.657	6.148.016	62,32
Nordeste	1.369	114.450	3.680.691	32,16
Centro-oeste	405	57.876	3.033.421	52,41
Sudeste	253	16.068	484.126	30,13
Sul	233	12.272	266.623	21,73
Brasil	2.750	299.323	13.612.877	45,48

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (Unesp/MST). Base de Dados: INCRA, MST, ITESP, CPT; citado por Fernandes 2001:271. ***** Inclui reserva ambiental e áreas de uso comum.

Fernandes (2001:301) mostra que neste mesmo período em que foram assentadas quase 300 mil famílias, ocorreram 1.855 ocupações de terras, envolvendo 256.467 famílias:

> *'o número de famílias ocupantes representa 85% das famílias assentadas... Neste sentido, a luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Por essa razão é que questionamos: que reforma agrária? Chamar de reforma agrária essa realidade é interpretá-la na linguagem do Estado, das classes dominantes'.*

Além da crescente conquista de áreas para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ampliou-se consideravelmente a visibilidade política e a articulação dos movimentos sociais no campo com organizações urbanas:

> *'o MST tem mostrado como pode transformar uma derrota tática – massacre de camponeses – em vitória estratégica – protestos nacionais que tornam a opinião pública favorável à sua luta'* (Petras 1997:271-277).

O repertório de ações políticas do MST incluía marchas de centenas de quilômetros e outras variadas formas de manifestação que fizeram com que o problema agrário se tornasse permanente na mídia brasileira. O tema da reforma agrária começa a ganhar espaço nas universidades brasileiras. Do ponto de vista artístico, o lançamento do livro de fotografias de Sebastião Salgado, com apresentação de José Saramago e músicas de Chico Buarque de Holanda arrebatou qualquer tentativa de conservadorismo fácil por parte de classes médias urbanas. É difícil indicar uma exposição de fotografias que tenha alcançado tamanha repercussão e impacto cultural e político na história brasileira.

A partir de então, a retórica anticomunista e conservadora perdeu muito de sua eficácia ideológica, ainda que as entidades representativas do setor patronal viessem a reforçar as críticas ao viés paternalista destas iniciativas, justamente em um momento em que a cadeia produtiva agroindustrial passava por uma reestruturação organizacional, com o desmonte da regulação estatal e a emergência de uma auto-regulação corporativa, também afinada com as recomendações neoliberais. Houve, contudo, uma clara alteração na cultura política brasileira com relação à questão da reforma agrária, seja no campo ou na cidade. Essa é ao menos a avaliação no interior do MST:

> *'há vinte anos atrás, havia um sentimento, generalizado na sociedade, de que lutar pela reforma agrária era coisa de comunista. Não que não fosse bom identificar reforma agrária com socialismo. É evidente que há esta identidade. Mas ela era colocada de uma forma estigmatizada... Nos últimos anos, a reforma agrária passou para o imaginário da população como uma coisa boa, uma luta generosa, como uma luta justa e, sobretudo, como uma necessidade para a sociedade brasileira resolver os seus problemas. Sob este aspecto, nós consideramos que houve um avanço muito grande sobre a forma como o povo comum vê a necessidade de uma reforma agrária'* (Stédile 1997:94).

Junto a este novo contexto político-ideológico da disputa pela reforma agrária está o impacto da reorganização da produção agroindustrial na estrutura de empregos. Segundo Belik (1997:420-422), *'o complexo agroindustrial brasileiro tem sido sujeito a uma perda de poder (econômico e político) nos anos 90... Aqueles produtores não articulados aos complexos mais organizados têm sido deixados desprotegidos...'*. Esta desativação das políticas estatais para a produção agropecuária em grande escala e de seus canais de industrialização e comercialização evidencia que *'do ponto de vista social, e considerando a falta de uma estrutura institucional capaz de absorver estes interesses mais frágeis, este novo contexto é perverso e desintegracionista'*.

Além disso, a produção agropecuária empresarial em grande escala deparou-se, entre as décadas de 80 e 90, com uma redução média de 50% no preço das *commodities* mais produzidas no Brasil: algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, milho e soja[4].

> *'O resultado foi uma brutal queda na rentabilidade das atividades agropecuárias tradicionais...* [e uma] *redução nos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente a terra, que... tem apresentado queda constante nos seus preços a partir de 1995'* (Graziano da Silva 1997).

O aumento nos níveis de desemprego no setor agropecuário foi um de seus resultados mais imediatos:

> *'o subemprego e a precariedade dos empregos no campo continuam a refletir as distorções da modernização capitalista, em particular sua incapacidade de realocar a força de trabalho tornada supérflua pelo desenvolvimento tecnológico...'* (Kageyama 1997).

A *'crise agrária'* identificada nos anos 60 por Ignácio Rangel continuava em vigor.

Este conjunto de fatores ocupacionais no campo e na cidade e a precarização das condições de vida nos centros urbanos certamente deram um novo impulso à luta popular pela reforma agrária nos anos 90. Houve, com bem apontara Stédile, uma significativa transformação no imaginário social brasileiro sobre a vida urbana e sobre o meio rural, o que se reflete em um redirecionamento dos fluxos migratórios. Desemprego, violência e precariedade são talvez os mais relevantes componentes deste imaginário sobre a vida urbana no Brasil. Uma pesquisa por amostragem na área urbana de Campinas, cidade com aproximadamente um milhão de habitantes, situada a 100 km de São Paulo, indicou que um total de 24,8% da população entrevistada

manifestava disposição para abandonar a cidade diante da possibilidade de morar e trabalhar em um programa de reforma agrária. Em áreas periféricas da cidade, este índice chegou a 38,9% (Porto e Norder 1995). As características políticas e sociais do êxodo rural, ocorrido a partir dos anos 50 e 60, fazem com que o retorno ao campo continuasse a ser cogitado mesmo entre a população habitante dos maiores centros urbanos do país. As condições restritivas e mesmo repressivas das políticas fundiárias podem ser pensadas em vista deste massivo potencial de demanda social pelo acesso a programas de reforma agrária.

A articulação entre o MST e outros movimentos sociais urbanos fez com que uma pequena parcela da população urbana em situação de pobreza e exclusão viesse a concretizar esta difusa disposição de retorno ao meio rural[5]. Assim, o MST chegou a organizar a ocupação de uma propriedade rural no Estado de São Paulo com um grupo urbano composto por desempregados, mendigos e sem-teto, que posteriormente foram assentadas em uma área estatal no município de Avaré. Gilmar Mauro, da coordenação nacional do Movimento, imaginava que *'um dia a sociedade vai nos agradecer por estarmos transformando em cidadãos o que o governo considera lixo humano'* [6]. A observação dos projetos e experiências como esta não deve, no entanto, ofuscar a informação de que, para o total de famílias assentadas em projetos do governo federal, quanto à história ocupacional do chefe de família, havia uma predominância de trabalho anterior no meio rural: 54% eram agricultores/camponeses, 8,3% trabalhadores rurais e 1,3% bóias-frias, conforme dados do *I Censo Nacional da Reforma Agrária*:

> *'A presença de ocupações anteriores de natureza urbana é notável entre os assentados de áreas de fronteira social. Isto indica a capacidade de atração, combinada com prováveis efeitos da fragilidade das estruturas de emprego urbano na atual conjuntura do País'* (Schmidt, Marinho e Rosa 1998:35).

Houve ainda uma redução na mobilidade geográfica da população incluída em políticas fundiárias governamentais, quando comparamos com as diretrizes vigentes no período militar.

A aproximação entre as políticas de assentamento e as esferas locais de deliberação política, nas décadas de 80 e 90, é um dos produtos da forma de organização social da luta pela terra no Brasil. Em geral, a estratégia de ação do MST e de outras organizações parte da mobilização de um grupo populacional específico, interessado em participar da luta pela terra; paralelamente, identifica-se uma área específica a ser disputada por este grupo, prioritariamente no mesmo município ou em suas imediações. Delimitado o território a ser disputado, levanta-se um acampamento próximo a ela e iniciam-se as negociações com o Estado visando a obtenção do acesso àquela área, para aquela população. A disputa em torno da implementação da reforma agrária adquire assim um caráter parcial. Por outro lado, a ação política dos trabalhadores rurais deixa de ser uma luta indiscriminada, genérica e abstrata contra o latifúndio.

Durante os impasses nas negociações, recorre-se a uma ocupação da área em questão, com o objetivo de criar um fato político que acelere a ação do Estado. Diante de pouca

possibilidade de êxito, o grupo desloca-se para outras áreas, reiniciando o processo de reivindicação. As propriedades em disputa são 'selecionadas' de acordo com as possibilidades que oferecem para a negociação política: índice de improdutividade já constatado pelo Estado, dívidas do proprietário para com o sistema financeiro governamental, titulação de propriedade irregular, posse privada de áreas públicas por grandes fazendeiros, área de empresas estatais, etc. O próprio superintendente do INCRA em São Paulo, Geraldo Leite, reconheceu que a 'identificação' das áreas improdutivas a serem desapropriadas geralmente vinha sendo feita pelo próprio MST:

> *'os sem-terra têm grande capacidade de identificar áreas improdutivas. Os assentamentos via de regra eram realizados onde os sem-terra se mobilizavam'* [7].

Com a instalação dos acampamentos, as famílias recebem um suporte alimentar emergencial, ainda que instável, através do apoio da Igreja e comunidades locais, de assentamentos próximos, da produção própria em suas imediações ou de políticas assistenciais do governo. É bastante comum, no entanto, a inadequação e a insuficiência dos alimentos e medicamentos disponíveis nos acampamentos, gerando tensões e mobilizações políticas localizadas. Lonas de plástico são utilizadas como material básico para as precárias construções habitacionais. Esta população acampada busca em geral empregar-se temporariamente em atividades assalariadas na região. Desta forma, o acampamento permite que as negociações da área com o Estado possam resistir a um período mais longo. Seu posicionamento nas margens de rodovias confere maior visibilidade às mobilizações. A deliberação do MST é a de não resistir à força policial encarregada de efetuar as ações judiciais de desocupação. Os trabalhadores geralmente desocupam pacificamente as propriedades em disputa para reocupá-las posteriormente. Entretanto, em várias regiões do país, em alguns casos, o contingente de policiais foi insuficiente para reverter ocupações em massa. Mandatos de reintegração de posse deixaram de ser cumpridos por absoluta falta de policiais para executá-os, criando situações de forte tensão social[8]. Diante do acirramento dos conflitos agrários, o governo federal baixou, a partir de 2000, medidas legislativas 'antiinvasão' com o objetivo de coibir a ação do MST e outros movimentos populares[9].

A estratégia de ação fundamentada na *territorialização* das áreas em disputa permitiu a constituição do MST como organização popular de abrangência nacional e com significativo papel nos rumos da política brasileira (Fernandes 1996). A conquista efetiva de frações dispersas do espaço agrário e sua transformação em assentamentos rurais, fortalecendo a organização nacional do movimento, representou uma nova forma de ação política de grupos populares no campo brasileiro[10]. Esta prática rompe com pressupostos decisivos das organizações revolucionárias vanguardistas, centralizadas e baseadas em estratégias de guerrilha:

> *'os novos movimentos são democráticos: os movimentos agem por eles mesmos e são autônomos – não são correias de transmissão de partidos eleitorais ou guerrilhas... O MST demonstra que é possível combinar diferentes formas de luta (ocupação de terras com atividades eleitorais) na qual a ação direta tem primazia sobre a atividade eleitoral'* (Petras 1997).

Uma articulação, no plano discursivo, de conceitos marxistas, religiosidade popular, práticas comunitárias, princípios de cidadania e radicalização do pensamento democrático dão eficácia e facilitam a adesão da população à organização. A construção permanente de alianças políticas e logísticas com setores partidários, sindicais, civis e religiosos de núcleos urbanos facilitam a inserção política e cultural da proposta de reforma agrária no conjunto da sociedade. Estes elementos fizeram com que a estratégia de mobilização do MST se afastasse da dogmática stalinista e leninista, ou da exaltação de 'modelos externos' de implementação vertical de projetos socialistas.

Por outro lado, vários aspectos da ação política do MST têm sido criticados por alguns autores. Navarro (2002) salienta alguns pontos a serem rediscutidos: a) o mandonismo dos quadros intermediários da organização, com a ocorrência de um *ethos* militarista, com uma devoção 'quase religiosa' às lideranças, em geral as nacionais; b) a ausência de eleições para as lideranças locais e nacionais; c) a organização hierarquizada com acentuada intolerância às dissensões por parte dos acampados; d) a desqualificação dos outros movimentos sociais que disputam a organização política dos trabalhadores rurais. Sua perspectiva procura evitar a reprodução de interpretações *'meramente idealizantes e superficiais'* que acabam *'confundindo-se com a própria literatura apologética da organização'*.

Ainda assim, há o reconhecimento de que o MST criou uma forte identidade social e motivou sua base social para uma mobilização política que alcançou grande visibilidade política, permitindo a manutenção do tema da reforma agrária na política brasileira,

> *'demanda que provavelmente seria enfraquecida ou até mesmo eliminada, sem a existência da organização dos sem-terra'*. Além disso, ele acrescenta que *'os resultados de suas ações têm sido razoavelmente significativos, pois já conseguiu forçar o nascimento de milhares de novos assentamentos em todo o Brasil',* levando a uma *'renovação política de rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas exclusivamente pelos grandes proprietários de terras'* (Navarro 2002:189-232).

4.3 A política agrária pró-mercado

A partir de 1999, quando se iniciou o segundo mandato de FHC, houve uma alteração nas políticas agrárias do governo federal. A mais relevante diretriz dessa reformulação institucional foi a de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral, buscando superar o que foi considerado *'um conceito equivocado que estabelecia uma diferenciação artificial entre agricultores familiares e assentados de reforma agrária'*. Essa premissa levava a alterações tanto nas políticas fundiárias como nas formas de financiamento da produção nos assentamentos.

O governo prometia a continuidade da desapropriação de latifúndios improdutivos como principal instrumento para a obtenção de terras, mas recorrendo também a

medidas 'complementares', como compra direta pelo governo (via leilões), organização de um programa de crédito fundiário (Banco da Terra), utilização de terras públicas federais e estaduais, regularização fundiária de áreas em conflito e outras medidas capazes de ampliar a distribuição de terra para os trabalhadores rurais. Em todos esses casos em que a terra viesse a ser obtida pelo governo e destinada aos trabalhadores, ficava estabelecido um prazo de 20 anos para o pagamento, com três anos de carência. Para os assentamentos originados com as desapropriações de latifúndios, o governo passou a oferecer uma *concessão de direito real de uso da terra*, ou seja, uma titulação de propriedade com cláusulas restritivas, mas que permitiria aos assentados ingressar no sistema de crédito disponível para a agricultura familiar em geral.

Portanto, o governo buscava promover uma certa homogeneização das condições de reembolso para os programas de reforma agrária por desapropriação de latifúndios e os programas de crédito fundiário. Mais precisamente, a reforma agrária começou a ser tratada como uma modalidade de crédito fundiário. Após a obtenção da terra, a concessão dos financiamentos para topografia e construções viárias e habitacionais seria condicionada a montagem de um Plano de Desenvolvimento, elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), cuja composição não havia sido sequer regulamentada. Nesta instância decisória, na qual também deveriam estar organizados os demais agricultores familiares e vários segmentos da sociedade civil, inclusive fazendeiros, comerciantes e empresários rurais, é que passaria a ser definida a forma de assistência técnica, as prioridades de infra-estrutura, a agenda de pesquisas e extensão, bem como a prestação de demais serviços sociais para os assentamentos e outros produtores da localidade.

A tentativa de implementar tal sistema de crédito fundiário iniciou-se com uma experiência em vários Estados do projeto Cédula da Terra, apoiado financeiramente pelo Banco Mundial e enfaticamente criticado por diversas organizações com dimensão nacional. O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que reunia trinta organizações[11], recusou o programa com base na seguinte avaliação:

> *'o projeto não atinge os seus objetivos de combate à pobreza; não está sendo implementado como um projeto piloto e está sendo implementado como uma alternativa e não um complemento à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária'.*

Além disso, quanto ao processo de implementação, indicava que

> *'documentos comprovam as denúncias do Fórum sobre corrupção, superavaliações e favorecimentos no processo de implementação do Cédula'* [12].

A Contag também criticara o formato do programa Banco da Terra enquanto substituto das supostamente 'onerosas' desapropriações, bem como suas cláusulas contratuais:

> *'a análise da Contag é que estes empréstimos se tornarão impagáveis. A crise da agricultura impedirá que o agricultor produza o suficiente para pagar as parcelas corrigidas por estes índices'.*

Num contexto de desaquecimento do mercado de terras, com preços declinantes nos anos anteriores, a proposta de ampliar os canais de financiamento estaria transformando a reforma agrária em uma simples operação de compra e venda:

> *'a solução de mercado para a reforma agrária vem, mais uma vez, a beneficiar os grandes proprietários, abrindo a possibilidade de comercializar as terras que foram mantidas improdutivas e como reserva de valor'* (Soares e Sauer 1999).

O Banco Mundial constituiu-se como um interlocutor privilegiado na condução da questão agrária brasileira pelo governo federal. A destinação de financiamentos para a implementação do programa Cédula da Terra, convertido posteriormente no Banco da Terra, foi uma das mais claras evidências neste sentido. A experiência com o Banco da Terra vinha a reforçar a disposição do governo federal em buscar soluções supostamente conciliatórias e consensuais para o problema agrário, não apenas para aquelas regiões de intensos conflitos onde predominava a violência física, mas também para os casos onde a disputa vinha sendo realizada em bases públicas e formais. Na formulação governamental, os movimentos populares estariam insistindo no '*fundamento das desapropriações*', ou seja:

> *'a idéia de que a redistribuição de terras tem um caráter necessariamente conflitivo e, portanto, o instrumento de desapropriação constitui a forma de realizar transferências forçadas dos latifundiários para os trabalhadores rurais sem-terra... A hipótese subjacente é a de que os proprietários não têm interesse em qualquer processo de negociação...'* (MEPF 1999).

Outras instituições reforçaram a oposição à concepção e operacionalização do programa. De acordo com discussões no interior do Partido dos Trabalhadores, tal descentralização do poder decisório teria a finalidade de conter a expansão dos movimentos sociais organizados, notadamente uma

> *'desarticulação nacional dos movimentos de luta pela reforma agrária, em especial do MST... com as maiores propensões de capitulação política de lideranças locais de trabalhadores 'sem terra' em função da municipalização do poder decisório sobre o acesso à terra e ao crédito...'* (Teixeira e Hackbart 1999).

Pode-se argumentar que os movimentos sociais urbanos não obtiveram êxito na construção de uma instituição de representação social com alcance e força política nacional. O MST, ao contrário, como vimos acima, associou sua expansão nacional com a promoção de iniciativas locais diretas, em uma notável articulação entre formas macro e micro de organização política.

A proposta de descentralização formulada pelo governo estaria pretendendo, conforme avaliação dos movimentos sociais, criar um novo personagem político: o sem-terra não-integrante do MST ou de qualquer outra organização popular; um 'sem-terra' vinculado a instituições políticas criadas no plano local, em torno do poder municipal, envolvido em uma operação coletiva de compra e venda mediada por um sistema estatal de financiamento. A avaliação dos movimentos sociais e partidos de oposição era a de que a descentralização, daquela forma específica, naquele momento específico, estaria objetivando uma fragmentação, uma dispersão da luta pela terra[13].

A segunda parte do programa governamental de redefinição do modelo de reforma agrária consistia na integração dos assentados ao 'sistema de agricultura familiar'. Argumentava-se que o Estado havia concedido aos assentados, ao longo dos anos 90, créditos *'altamente subsidiados por tempo indefinido... enquanto seus vizinhos, agricultores familiares que tiveram acesso à terra por compra e herança, continuariam contando com subsídios muito menores'*. Mais do que isso, o governo afirmava estar '*cuidando da vida*', '*tutelando*' e mantendo '*vínculos de dependência*' com a população assentada, algo que poderia ser refutado tanto do ponto de vista ético-político como financeiro-administrativo. A grande inadimplência e as deficiências na análise das propostas financiadas foram apresentadas como motivação e justificação para a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) e sua diluição no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Estes dois programas de financiamentos possuíam diferentes montagens institucionais e diferentes níveis de atendimento e incentivo.

O Procera foi criado em 1986 e difundido somente a partir de 1993. Sua ampla abrangência relacionava-se ao fato de que cada família tinha direito a um *crédito de investimento* no valor de R$ 7.500,00 como parte da implementação do programa de assentamento[14]. Em muitos casos, esses recursos foram utilizados não apenas para a constituição do processo produtivo, mas também para a construção de infra-estrutura da área ou ainda para a aquisição de bens de consumo domésticos pelas famílias, dada a enorme precariedade das condições de vida desta população. Nos anos 90, o *Procera Teto Dois* previa a oferta de uma suplementação no valor de R$ 7.500,00 por família, desde que inserida em um projeto cooperativo, vigorando as mesmas condições dos financiamentos individuais já concedidos. Todavia, apenas uma pequena parte das famílias assentadas foi contemplada com tal linha de créditos[15].

O pagamento de tais créditos de investimento não trazia qualquer dificuldade para os assentados até 1994, devido aos elevados subsídios (a cobrança de 50% do valor financiado) e ao quadro inflacionário vigente: *'a inflação sozinha derrubava a dívida, bastando que o agricultor esperasse o tempo passar'* (Rezende 1999:6). O crédito de custeio para os assentamentos era de R$ 1.000,00 por família ao ano, com juros de 6% ao ano e desconto de 50% sobre o valor do crédito. Assim, cada assentado teria que pagar R$ 560,00 após um ano. A renovação automática, no ano seguinte, garantia o pagamento e a continuidade do crédito. A partir de 1997 estes valores foram duplicados. Vale ressaltar que este crédito de custeio, conhecido como *Procerinha*, era de baixo montante, tinha seu valor pré-determinado pelo governo federal e suas condições eram padronizadas para todos os assentamentos do país. Além destes créditos voltados para o incremento da produção agropecuária, houve um instável suporte alimentar no primeiro ano do projeto e, posteriormente, a distribuição de um crédito habitacional no valor de R$ 2.000,00 por família.

As linhas de crédito subsidiado para investimento e custeio nos assentamentos tornaram-se alvo de intensas críticas por parte dos vários formuladores de políticas públicas. Uma das formas de se problematizar a questão parte de uma completa distinção entre a produção agropecuária comercial e a produção para autoconsumo, procedimento complementado por uma segmentação entre aquisição de bens de

produção e aquisição de bens de consumo doméstico. Uma vez eleitos tais parâmetros, tem-se como resultado a constatação de

> *'uma forte evidência quanto ao desvio de recursos do Procera em direção a bens de consumo';* e uma ineficiência atribuída à *'utilização do empréstimo para consumo imediato ou produção para autoconsumo e não para investimento produtivo voltado para o mercado',* segundo as conclusões de Rezende (1999:13-15).

Veremos no capítulo 6 que tal abordagem revela-se claramente insuficiente para a compreensão das situações locais dos assentamentos.

A experiência do *Procera Investimento* teria ainda evidenciado elevado índice de inadimplência, ausência de garantias de pagamento e elevados subsídios automaticamente renováveis: *'o que acontece em nível local é inseparável do contexto maior, localizado em Brasília...*' (Rezende 1999:16). As agências dos bancos oficiais desempenharam apenas o papel de intermediários. As demais decisões vinham sendo tomadas em comissões estaduais do Procera e repassadas para Brasília. A inserção dos assentados no *'sistema de agricultura familiar'* deslocou parte do processo decisório sobre a realização dos financiamentos para a localidade, mais precisamente para o interior de agências bancárias, que se tornavam responsáveis pela efetivação da operação de crédito e pela obtenção das garantias de pagamento. Belik (1999:26-27) avalia a atuação do sistema bancário na operacionalização do Pronaf da seguinte forma:

> *'a experiência mostra que quanto menor for o espaço de decisão colocado para o gerente da agência bancária, maior é a agilidade na obtenção do empréstimo. Isso explica o enorme sucesso alcançado pelo Pronaf-Rápido. Neste caso, os controles sobre os saldos das contas funcionam quase que automaticamente, evitando a interferência do gerente e a assinatura de contratos'.*

O Pronaf acabou sendo colocando como substituto do Procera sem que houvesse uma prévia resolução de diversos impasses e obstáculos que vinham sendo verificados em sua efetivação. Isso pode ser demonstrado, inicialmente, pela falta de abrangência no atendimento das demandas apresentadas pelos agricultores familiares:

> *'o universo da agricultura familiar brasileira é muito maior que o contido nos números dos contratos de financiamento do Pronaf... O crédito tende a concentrar-se em dois de seus segmentos: aqueles cujos contratos com a agroindústria lhes fornecem garantias de comercialização, e também os que possuem base patrimonial para assegurar os empréstimos bancários e renda suficiente para oferecer contrapartidas aos bancos'* (Veiga e Abramovay 1999:30)[16].

A redefinição das linhas de financiamento para os assentamentos e agricultores familiares pressupunha uma reavaliação dos problemas não só do Procera, mas também do Pronaf, cujo atendimento atingia apenas a um pequeno segmento da agricultura familiar – e em apenas algumas regiões do país. A implementação do Pronaf vinha evidenciando uma concentração muito acentuada na região Sul, particularmente no Rio Grande do Sul, e uma predominância na destinação para alguns poucos produtos. Em 1997, o Pronaf direcionou nada menos que 20% da verba de

custeio para a produção de fumo. Em 1998, 42% dos recursos para o custeio foram aplicados em fumo, milho e soja. Em 1997, estes três produtos haviam absorvido 45% dos recursos para o custeio (Andrade da Silva 1999:5). Boa parte destes créditos foi direcionada para agricultores que já estavam inseridos em outros sistemas de financiamento ou integrados em cadeias agro-industriais. Em outros termos, pode-se dizer que a sistemática do Pronaf direcionou-se em grande medida para uma ampliação da integração de agricultores familiares ao padrão de modernização agrícola caracterizado por uma elevada aplicação de recursos exógenos de origem industrial que vinha sendo desenvolvido no país, desde os anos 50 e 60. O governo federal extinguiu o Procera sem que o Pronaf tivesse uma institucionalização abrangente e consolidada.

Desta forma, as políticas de desenvolvimento para os assentamentos acabaram por ser praticamente desativadas. Isso certamente abriria uma nova frente de confrontos entre o Estado e os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais, e foi justamente isso o que veio a ocorrer durante o conturbado processo de negociação dos créditos para os assentamentos em 2001 e 2002. Entre as representações patronais, houve uma boa acolhida à nova política agrária governamental, conforme se depreende da manifestação da CNA:

> *'será um marco na história da política fundiária adotada pelo atual governo... Esta guinada é tudo o que o setor rural brasileiro queria em matéria de reforma agrária no Brasil, tudo o que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)... vinha pregando há muito tempo'* [17].

Pode-se dizer, em síntese, que a idéia de incrementar a modernização da agricultura com o apoio e incentivo de políticas governamentais, principalmente da forma vigente durante o regime militar, teve como resultado uma notável expansão de relações sociais capitalistas na produção agropecuária e agroindustrial. A partir dos anos 90, a desativação dos instrumentos de política agrícola e de intervenção estatal fez com que parte deste setor entrasse em acentuada crise. Além disso, o aumento da produção agroindustrial em grande escala e a adoção de novas tecnologias, como a mecanização do corte de cana, para citar apenas um exemplo, acabaram reduzindo o volume de trabalhadores assalariados empregados na agropecuária. Neste contexto, a luta pela terra tornou-se uma alternativa política para os trabalhadores rurais diante da precarização das condições de vida e de trabalho no campo e na cidade. Cerca de 475,7 mil famílias foram assentadas até 1999, num total de 22,9 milhões de hectares em quase quatro mil projetos de assentamento (a despeito das polêmicas a respeito destes números). Mais do que isso, a difusão dos movimentos sociais rurais, com destaque para o MST, contribuiu para iniciar uma ampla revisão do papel da agricultura familiar no Brasil, tanto entre organizações da sociedade civil como nos meios acadêmicos e governamentais.

A agricultura familiar chegou a ser apontada como prioridade de investimentos governamentais para meio rural, dada sua capacidade de geração de emprego e renda, e seu potencial para a redução da pobreza rural. Entretanto, esta reorientação de diretrizes programáticas nas agências estatais de desenvolvimento rural não conduziu à

montagem de uma estrutura institucional capaz de impulsionar efetivamente a melhoria das condições produtivas de uma ampla parcela da agricultura familiar e assentamentos rurais. A ênfase na oferta de financiamentos condicionados exclusivamente à produção comercial, ainda que com taxas de juros e encargos financeiros inferiores àquelas 'do mercado', como via para a superação da pobreza, não abordava consistentemente a importância da formulação de políticas públicas de desenvolvimento da produção para além das bases teóricas e políticas da modernização e da agroindustrialização da produção agropecuária. Assim, os debates sobre sustentabilidade, agroecologia, desenvolvimento local/endógeno e outras propostas de desenvolvimento rural alternativas à modernização ficavam excluídas da concepção e execução de programas estatais para a agricultura familiar e assentamentos. Além disso, minimizava-se a importância da oferta de políticas sociais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população rural. A superação da pobreza aparecia como um resultado condicionado exclusivamente à 'integração ao mercado', o que acabava por confundir-se com a extensão da aplicação dos princípios da modernização e da agroindustrialização para estes produtores 'recém-integrados'.

No final dos anos 90, as políticas fundiárias exibiam os contornos de um financiamento, independentemente de sua origem (desapropriação, crédito fundiário ou ocupação de áreas públicas), visando apenas oferecer as condições mínimas para que seus integrantes viessem posteriormente a produzir comercialmente. Agricultores familiares e assentados precisariam se organizar politicamente visando a negociação das condições do Pronaf, que, no final dos anos 90, estava atendendo a apenas uma pequena parcela da agricultura familiar, notadamente os produtores familiares integrados contratualmente ao setor agroindustrial. A ampliação no acesso ao Pronaf para outros segmentos da agricultura familiar e para os assentamentos exigia uma nova organização institucional, sobretudo naquilo que se refere às atribuições do sistema bancário na oferta de financiamentos, e uma redefinição do formato e do conteúdo das políticas sociais para o setor.

As políticas governamentais para os assentamentos, bem como as políticas de financiamento da produção, no período que se estende da primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, foram marcadamente instáveis e ficaram sujeitas a diferentes regulamentações e rupturas administrativas e programáticas. Assim, a diversidade e heterogeneidade das condições históricas de implementação dos assentamentos, em conjunção com outros fatores, reafirmam a importância da análise histórica de cada situação local específica e sua relação com o contexto nacional.

Notas

1 Para uma análise mais detalhada sobre o tema desta seção, ver Bergamasco e Norder (1995:169-184), texto originalmente apresentado à Associação Brasileira de Reforma Agrária como parte das discussões sobre os 30 anos do *Estatuto da Terra*; ver ainda os demais artigos publicados no volume 25 número 1 da revista *Reforma Agrária,* Campinas: ABRA; sobre as políticas fundiárias na segunda metade dos anos 90, ver Norder e Bergamasco (2001).

2 Cf. revista *Senhor*, 05 de junho de 1985.

3 Era possível encontrar, nos meses seguintes a este contexto, diversos anúncios publicitários de empresas especializadas numa espécie de 'produtivização' da terra, que contava com a solidariedade de outros fazendeiros. Em questão de horas, uma área poderia tornar-se produtiva – estratégia que continuou a ser utilizada nos anos seguintes.

4 Esse panorama foi parcialmente alterado com uma desvalorização da moeda brasileira a partir de 2001.

5 *'Com a participação ativa de membros do MST, surgiu na cidade de Campinas (SP), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), que se volta para a organização dos setores 'excluídos', principalmente os desempregados'* (Almeida e Sánches, 1998:89). Durante esta organização, que inclui ocupação de áreas urbanas em disputa, manifestações públicas e eventos religiosos, parte desta população acaba por transformar-se de 'sem-teto' em 'sem-terra'. Experiências como esta foram se difundindo em todas as regiões do Brasil. O retorno ao campo tem sido verificado em diversos países. Cristóvão, Oostindie e Pereira (1994:39) relatam que na região norte de Portugal *'migrantes enviam recursos, retornam com economias, constroem casas e/ou investem suas economias na compra de terra e outros investimentos agrícolas'*.

6 Athias, G., 'MST transforma excluídos urbanos em militantes', *O Estado de São Paulo,* 15 de março de 1999.

7 Cf. Fábio Zanini, 'Assentamentos de famílias sem-terra pára em SP', *Folha de São Paulo*, 07 de outubro de 2001, p. A12.

8 A violenta desocupação policial de áreas em disputa no Estado do Paraná em maio de 1999, por exemplo, foi denunciada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelo MST: *'A onda de arbitrariedades legais, que ferem a Constituição e a Democracia traz à tona os piores momentos da perseguição e terror vividos pelo povo brasileiro no passado recente de ditadura militar'* (CPT/ MST, 1999).

9 Trata-se das medidas provisórias 2.109 e 2.183, que estipularam que qualquer imóvel rural invadido *'não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação'*; a legislação previa também que os participantes das invasões deveriam ser excluídos dos programas oficiais de assentamento.

10 Para uma caracterização das famílias inseridas em programas de assentamento rural no Brasil, é importante indicar algumas informações educacionais: em uma amostra de 300 mil famílias assentadas em programas do governo federal até 1996, verificou-se que cerca de 30% dos titulares de lotes de assentamentos eram analfabetos; que outros 50% eram semi-alfabetizados ou com até três anos de ensino formal; 92% do total dos titulares de lotes nos assentamentos e programas de colonização tiveram, no máximo, quatro anos de ensino formal (Schmidt, Marinho e Rosa, 1998).

11 Entre elas: MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), DESER (Departamento de Estudos e Serviços Rurais) e MAB (Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens).

12 Carta de D. Tomas Balduíno, Secretário Executivo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo a Jim MacNeil, Presidente do Painel de Inspeção do Banco Mundial em Washington, em 1999.

13 *'Existem, especialmente no RS e SC listas de sem terra, organizadas pelas prefeituras, políticos e todo tipo de interesseiro, prometendo terra fácil e sem necessidade de lutar, de se organizar'*, cf. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*, n. 196, dezembro de 1999/ janeiro de 2000, p.10-11.

14 Estas informações precisam ser avaliadas em função de sua base monetária. Entre 1994 e 2002, ocorreram diversas alterações não-simultâneas ou proporcionais no valor do salário-mínimo, no índice geral de preços e nas cotações do dólar. O dólar variou de R$ l,00 a R$ 3,4 (1994:0,88; 1996:1,04; 1998:1,21; jan. 1999:2,05; set. 2001:2,83; jun. 2002:2,72; ago. 2002:3,10; set. 2002:3,40); o valor do salário-mínimo, visando acompanhar o reajuste de preços gerais ao consumidor, passou de R$ 120,00 a R$ 200,00; o valor do trabalho assalariado diário no setor agrícola permaneceu em torno de R$ 10,00.

15 Para uma avaliação da implementação do Procera no âmbito nacional, ver Jorge e Souza (2003); as condições de implementação do *Procera Teto Dois* no Assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão, será analisada no capítulo 10.

16 Esta observação é reforçada por Andrade da Silva (1999:5): '*importa reter o fato de que há, ainda, para ser incorporado ao crédito do Pronaf um segmento expressivo de agricultores familiares que se encontra fora dos esquemas de integração agroindustrial...'*.

17 Cf. entrevista de Antonio Ernesto de Salvo, Presidente da CNA; *Gazeta Mercantil* 26 de abril de 1999; p. A-2, citada por Carvalho, 1999.

5 Conflitos Sociais e Assentamentos em São Paulo

Este capítulo analisa o processo político através do qual se constituíram mais de 140 assentamentos rurais no Estado de São Paulo, até o final dos anos 90, envolvendo cerca de 10 mil famílias – e a redistribuição de uma área de 200 mil hectares em dezenas de municípios. Em seguida, o foco da pesquisa volta-se para o município de Promissão, ressaltando sua história agrária, as disputas fundiárias e o impacto demográfico da criação de um assentamento que passou a receber, a partir de 1987, um contingente equivalente a mais de 10% de sua população total. As formas locais de poder político e econômico não representam uma exceção diante das características gerais da ocupação territorial do Estado de São Paulo e de muitas outras regiões do país. Da mesma forma, a criação do Assentamento Fazenda Reunidas está associada a um histórico de conflitos sociais e políticos ocorrido simultaneamente nos planos local, regional e nacional.

5.1 A formação dos assentamentos rurais em São Paulo[1]

As primeiras medidas estatais voltadas para a criação de projetos de assentamento no Estado de São Paulo (não levando em conta os núcleos de colonização do início do século XX; ver Martins 1979) foram formuladas pelo governo estadual com base no programa de Revisão Agrária (Lei 59.994, de 31 de dezembro de 1960), num contexto em que a reforma agrária vinha se tornando um dos temas mais polêmicos na sociedade brasileira. Era uma proposta *desenvolvimentista* de intervenção na estrutura fundiária que pretendia evitar o *'radicalismo'* dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda que acenavam para uma atuação articulada mais ampla. A meta da Revisão Agrária era o assentamento anual de algo entre 500 e 1.000 famílias no Estado. Os argumentos chegaram a entusiasmar segmentos urbanos interessados em uma ampliação na oferta de alimentos, bem como na neutralização ideológica do *'avanço comunista'* no campo. A criação de uma classe média rural afigurava-se como uma possibilidade de encaminhamento da questão agrária sem a conotação política-ideológica do socialismo, versão freqüentemente identificada com as organizações agro-reformistas ligadas ao Partido Comunista. Ainda assim, o projeto sofreu a resistência de setores representativos do empresariado rural (Tolentino 1990).

Apenas dois projetos foram implementados: um em Campinas, com 72 famílias, em uma área desapropriada mediante negociação amigável do governo estadual com um proprietário particular; e outro em Marília, inicialmente com 103 famílias, em uma área da Secretaria Estadual de Saúde, transferida para a Secretaria da Agricultura, numa experiência rapidamente dissolvida e transformada em chácaras recreativas. Para

estes dois projetos estava prevista a instalação de quase mil pessoas. A implementação de mais dois projetos, nos municípios de Meridiano e Jaú, não chegou a ser iniciada, sendo abandonada na gestão seguinte, de Adhemar de Barros. O saldo ficou limitado às 175 famílias dos dois primeiros projetos criados em 1960 (Bergamasco et al. 1991:259).

Após o intervalo de mais de duas décadas, com o fim dos governos militares, diversos tipos de assentamentos rurais começaram a ser implementados: assentamentos realizados em áreas desapropriadas com base na legislação sobre reforma agrária; reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; assentamentos em áreas públicas pertencentes ao governo estadual, em boa parte em posse de grandes fazendeiros. Mas estes assentamentos não podem ser concebidos como resultado unicamente da implementação de uma política de governo: os assentamentos foram formados a partir de longas disputas políticas travadas entre três atores sociais: organizações de trabalhadores rurais, Estado e detentores de grandes imóveis rurais.

Os conflitos agrários ocorridos a partir dos anos 80 resultaram não apenas na conquista de áreas isoladas para criação de assentamentos, mas também na formação de movimentos sociais, em especial o MST e a CPT, que protagonizaram a reinserção da reivindicação de reforma agrária na agenda de debates políticos nacionais nos anos 90. A organização e expansão do MST como representação de dimensão nacional dos trabalhadores rurais em luta pela reforma agrária foi simultânea à disputa e conquista de frações específicas do espaço agrário e sua transformação em assentamentos rurais; estas são duas articuladas dimensões de ação política.

A constituição dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo emerge de uma pluralidade de relações de trabalho e conflitos pela posse da terra. Trata-se da luta de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens, ou seja, trabalhadores que disputaram áreas rurais por eles já ocupadas. Em outros casos, os assentamentos originaram-se da organização sindical de trabalhadores rurais assalariados no corte de cana que, vivendo sob péssimas condições de vida urbana, resolveram fazer do acesso à terra uma alternativa à sua condição econômica e social. Há ainda a luta de trabalhadores rurais sem terra que migravam pelas várias regiões do país, e que, a partir dos anos oitenta, passaram a procurar nos movimentos sociais politicamente organizados um novo caminho para alcançar sua fixação no campo. Muitas são as trajetórias profissionais, familiares, políticas e culturais que levaram esta população aos acampamentos, e dali aos assentamentos.

Do total aproximado de 9,6 mil famílias assentadas em pouco mais de 200 mil hectares até 1999 no Estado de São Paulo pelos governos federal e estadual, 5,7 mil (cerca de 60% do total) encontravam-se no Pontal do Paranapanema – e dentre estas assentadas no Pontal, 3,6 mil famílias (38%) o foram a partir de 1995. A região tornou-se o palco dos principais conflitos agrários no Estado: na década de 90 o MST realizou 336 ocupações de terras com a participação de mais de dezoito mil famílias. Em 1999, cerca de três mil famílias estavam acampadas na região do Pontal[2].

Algumas das áreas onde foram implementados programas de assentamentos rurais eram propriedades de empresas estatais, como a Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (Codasp), a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.); outras eram propriedades do Governo do Estado de São Paulo; um outro grupo de assentamentos, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema, tem como origem a recuperação de propriedades estatais ocupadas irregularmente havia décadas por fazendeiros interessados em convertê-las em propriedades particulares legalizadas. Dois projetos, localizados em Porto Feliz e Iperó, foram criados em fazendas experimentais de agências de pesquisas em fase de desativação, vinculadas ao governo federal. Apenas um pequeno número das famílias veio a ser assentada com base em programas federais de reforma agrária envolvendo a desapropriação por interesse social. Há, portanto, uma acentuada diversidade nas políticas fundiárias que deram origem aos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, uma decorrência de sua conflituosa formação política.

Muitos dos lotes destinados aos assentados foram inicialmente concedidos de forma *provisória* ou *emergencial*, seja porque a área disponível para cada família era inferior àquela prevista no projeto traçado pelo Estado, ou porque os assentamentos não dispunham de infra-estrutura social e produtiva minimamente adequada à instalação de novos agricultores. Em diversos casos, as famílias chegaram iniciar a ocupação dos assentamentos sem saber exatamente a localização de seus lotes definitivos, inibindo assim a realização de investimentos habitacionais e produtivos de maior durabilidade e/ou intransferíveis – situação que por vezes chega a durar vários anos.

Apesar da morosidade, instabilidade e descontinuidade com relação às políticas governamentais, registra-se um elevado índice de permanência nos assentamentos. Segundo levantamento do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), órgão do governo estadual encarregado da administração e prestação de serviços nos assentamentos do Estado de São Paulo, *'são poucos os casos em que as famílias de trabalhadores desistem e abandonam o projeto de assentamento'*. Dados referentes a 5,6 mil famílias assentadas até 1997 indicam que 83% delas estavam no projeto desde o início. Em vários assentamentos no Estado, a permanência média para um período de dez anos era superior a 95% ao ano[3].

Houve, na grande maioria dos casos, o estabelecimento de formas de luta pela terra que geraram variadas respostas por parte do Estado no sentido de criar assentamentos, sobretudo para evitar que os conflitos sociais viessem a gerar problemas políticos e ideológicos para o governo. Aos movimentos sociais era atribuído o protagonismo inicial a partir do qual eram formulados, de modo emergencial e improvisada, determinados projetos de assentamento. As políticas fundiárias estatais criadas até o final dos anos 90 limitaram-se à aplicação de instáveis políticas de assentamento voltadas especificamente para o atendimento da população que se aventuravam a desafiar e a resistir à repressão e ao descaso do Estado, ao poder local e a múltiplas manifestações de violência física e simbólica. Assim, o processo formação dos assentamentos rurais no Brasil e em São Paulo pode ser caracterizado a partir da tensa e conflituosa relação entre Estado e organizações de trabalhadores rurais.

Os programas implementados no Estado de São Paulo pelo governo federal nos anos 80 e 90 com base na legislação sobre reforma agrária permitiram o assentamento de 3.114 famílias, distribuídas em 33 projetos. Os dois mais populosos estão localizados em Promissão e Andradina, com 629 famílias e 343, respectivamente, e representavam cerca de 31% do total de famílias assentadas pelo INCRA no Estado. Cinco projetos reuniam de 120 a 175 famílias cada; treze projetos abrigavam menos de 100 famílias e onze assentamentos tinham capacidade para menos que 50 famílias.

Diante dos limites políticos e institucionais para a realização de medidas de distribuição de terras com base na legislação sobre reforma agrária, parte dos assentamentos rurais no Brasil acabaram por ser criados por governos estaduais. No Estado de São Paulo, o governador Franco Montoro, a partir de 1983, precisou lidar com várias questões fundiárias não solucionadas e represadas por seus antecessores. As políticas fundiárias estaduais voltaram-se para o equacionamento de conflitos já antigos, mas que eclodiam apenas naquele contexto de ampliação de liberdades políticas para os movimentos sociais e sindicais. Em uma época de substituição de governadores 'biônicos' (nomeados pelos militares no governo federal) por governadores eleitos pelo voto popular, as intervenções pontuais dos governos estadual e federal respondiam às iniciativas dos movimentos populares, *'estes sim os principais responsáveis pelas poucas iniciativas concretas de acesso dos trabalhadores rurais à terra'* (Maluf e Bilbao 1988:20).

No final de 1985, o Governo do Estado de São Paulo criara duas leis reguladoras de sua atuação fundiária: a lei n. 4.925, de 19/12/1985; e a lei 4.957, de 30/12/1985. Esta legislação é posterior aos projetos de assentamentos localizados em Itapeva, Casa Branca, Araraquara, Araras e Sumaré – o primeiro em uma área pública em negociação desde os anos 60, e os dois últimos em hortos florestais pertencentes a uma empresa ferroviária estatal, a Fepasa (que veio a ser privatizada em 1998). Na segunda metade dos anos 80, com base no Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP), foram criados outros assentamentos em áreas públicas estaduais nos municípios de Araraquara, Andradina, Itapetininga, Porto Feliz e Euclides da Cunha, atendendo a parte da demanda dos trabalhadores por acesso à terra (Barbosa e Leite 1994).

Como as políticas estaduais de assentamento eram respostas improvisadas às situações de conflito, temos a criação de assentamentos de pequeno porte ou geograficamente dispersos, com a exceção da região do Pontal do Paranapanema. Assim, no período de 1984 a 1994, as sucessivas administrações do governo estadual promoveram o assentamento de aproximadamente 1.675 famílias em 24 projetos, localizados em áreas estaduais de dez municípios. Em seguida, entre 1995 e 1999, o governo estadual assentou ou iniciou o assentamento de mais 3.837 famílias, das quais 3.287 no Pontal do Paranapanema. Em outra frente de disputas sociais, os hortos florestais da Fepasa, em geral voltados para a produção de dormentes para as ferrovias, foram assentadas 715 famílias até 1998, boa parte delas de forma provisória, em uma área total de quatorze mil hectares.

A região do Pontal do Paranapanema, dada sua importância política e abrangência territorial (cerca de um milhão de hectares), transformou-se em uma das principais

frentes de disputas fundiárias no Estado de São Paulo. Os conflitos sociais nesta região são constantes desde os primórdios de seu povoamento. Nos primeiros anos do século XX, um longo processo judicial já envolvia vários fazendeiros e grileiros que divergiam entre si e confrontavam-se com trabalhadores rurais e com o Estado. Alguns destes litígios permanecem ainda hoje sem resolução. Na década de 30, o governo estadual já havia declarado que as terras que formavam a antiga Fazenda Pirapó/Santo Anastácio, que abrange boa parte do Pontal do Paranapanema, eram propriedades do governo estadual. Com isso, passou a desaconselhar oficialmente a comercialização de terras na região. Parte das ocupações irregulares, no entanto, veio a ser legalizada e se transformou em legítimas propriedades privadas, através de operações jurídicas sobre as quais recaem suspeitas as mais diversas (Fernandes 1996:101-113).

Embora a ocupação do Pontal do Paranapanema tenha ocorrido de forma similar àquela verificada em outras regiões do Estado, o fato de ter ocorrido tardiamente, apenas ao longo das primeiras décadas deste século, dificultou a conversão do 'grilo' em títulos de propriedade particular. Mas a ausência de titulação oficial sobre a posse da terra não impediu a difusão de relações de poder e dominação na região:

> *'os grandes grileiros cediam terras para pequenos posseiros em troca do pagamento em renda, quase sempre em produto. Muitas vezes o pagamento de renda era feito sob ameaça, através do uso de capangas. A violência imperava na área contra os trabalhadores'* (Silveira 1994:88).

São justamente os remanescentes desta população que no início dos anos 90 seriam atingidos pela construção das barragens de usinas hidrelétricas e que dariam início a um período decisivo de lutas sociais naquela região.

As primeiras manifestações dos embates que vieram a ser difundidos no Pontal do Paranapanema ocorreram em 1983, principalmente aqueles associados às inundações provocadas pelas barragens. Os debates políticos sobre a redistribuição fundiária de toda região do Pontal foram intensificados a partir de 1990, quando cerca de 800 famílias decidiram ocupar uma área de 387 hectares da Fazenda Nova Pontal, em Teodoro Sampaio, com o objetivo de reverter sua situação jurídica. Iniciava-se ali a efetivação de uma série de estratégias políticas visando a conquistas destas áreas pelos trabalhadores. Em meados de 1995, uma área de 17.694 hectares de doze fazendas já havia sido ocupada por famílias acampadas no Pontal. Uma seqüência de acordos e desacordos entre Estado, grileiros e sem-terra, permeados por diversas ações jurídicas e policiais, ocupações e desocupações, acabaram por dar visibilidade à questão da reforma agrária, justamente naquele período em que a opinião pública brasileira ficara estarrecida com o massacre de dezessete trabalhadores rurais por forças policiais e milícias no Norte do país.

A 'redescoberta' do Pontal pelo MST e a implementação de assentamentos na região, na segunda metade dos anos 90, teve uma relevância não apenas local ou regional, mas um significativo alcance político nacional, assim analisado por Navarro (1997):

> *'é preciso perceber que a organização dos sem-terra assumiu uma feição nacional somente a partir de sua inserção no Pontal do Paranapanema, quando foi notado por nossas elites e projetou-se às páginas dos principais jornais...'.*

Houve certamente um fortalecimento político do MST nacionalmente a partir de suas investidas contra a estrutura fundiária então vigente no Pontal do Paranapanema. Neste período de recuperação de áreas públicas pelo governo do Estado, parte das fazendas em disputa entre grileiros e sem-terra passou a ser destinada aos acampados, após indenização prévia e em dinheiro pelas benfeitorias realizadas na área. Das quase seis mil famílias assentadas/reassentadas nesta região entre o início da década de 80 até 1999, um total de 1.640 o foram em dois municípios contíguos: Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha, o que transformou a dinâmica sócio-econômica e política da localidade.

Destas considerações sobre o processo político de implementação dos assentamentos rurais criados no Brasil e no Estado de São Paulo até o final dos anos 90 destacam-se os seguintes aspectos: a) a instabilidade e descontinuidade nas políticas fundiárias governamentais; b) a presença de conflitos sociais precedendo a implementação dos assentamentos, de forma que um mapeamento dos assentamentos em grande medida se assemelha ao mapeamento dos acampamentos e ocupações nos anos imediatamente anteriores; ou em outros termos: o principal impulso para criação dos assentamentos está nas mobilizações dos trabalhadores rurais, através de acampamentos, manifestações e ocupações de áreas em disputa; c) o atendimento de apenas uma pequena parcela da força de trabalho, ou seja, as políticas agrárias não chegaram a produzir uma alteração significativa na constituição do mercado de trabalho senão em algumas regiões ou localidades específicas[4]. As restrições nas políticas fundiárias governamentais atuaram no sentido de arrefecer a demanda social de acesso à terra. Com isso, o impacto das políticas fundiárias nos mercados de trabalho teve um alcance bastante inferior ao seu potencial, sobretudo se considerarmos que amplos segmentos populacionais rurais e urbanos passaram a manifestar disposição para regressar ao campo.

Apresentaremos na próxima seção uma avaliação mais detalhada sobre a história agrária do município de Promissão, onde situa-se o Assentamento Fazenda Reunidas, cuja formação permite ilustrar a conflituosa relação entre Estado e trabalhadores rurais no processo de implementação dos assentamentos. No capítulo seguinte, iniciaremos a análise sobre as políticas governamentais e o papel dos atores sociais envolvidos em sua formação sócio-política e produtiva-tecnológica.

5.2 Questão agrária e poder local em Promissão

Os principais vetores da ocupação territorial do Estado de São Paulo foram, como vimos, a expansão da produção de café e a construção de ferrovias. De acordo com o *Censo Demográfico* de 1872, a Província de São Paulo contava com 837.354 habitantes, sendo 156.612 submetidos à escravidão, que perdurou até 1888. Com uma população pouco superior a dois milhões de indivíduos em 1900, efetivou-se o

desmatamento para a colonização e cultivo do café, tendo o *colonato* como principal relação social (cf. capítulo 2). A partir de então, houve um acentuado incremento populacional. Em 1920, São Paulo ultrapassava a marca de 4,5 milhões habitantes, somando aproximadamente 15% da população brasileira. Mais de 800 mil habitantes

eram imigrantes estrangeiros, vindos principalmente da porção sul da Europa. As áreas a serem desbravadas ainda eram muitas:

> *'no início do século XX, quase metade do espaço paulista ainda se encontrava despovoada, com pontos extremos do povoamento, a oeste, estabelecidos em Rio Preto e, ao Norte, em São Pedro do Turvo/Conceição do Monte Alegre, no Paranapanema'* (Governo do Estado de São Paulo 1991).

Essas regiões continuaram como pontos extremos da ocupação territorial até 1920. Nas duas décadas seguintes, o povoamento expandiu-se para a porção oeste do Estado, cuja ocupação do território somente viria a ser completada ao longo da década de 40, quando foram atingidos o Rio Paraná e o Rio Grande.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, a região na qual insere-se Promissão começou a ser povoada com base na expansão do *complexo cafeeiro*, atraindo fazendeiros, companhias de colonização, ferrovias, grileiros, migrantes e imigrantes, trabalhadores diversos, pequenos proprietários de outras áreas, comerciantes, pequenos industriais, agências estatais, financistas e vários outros agentes econômicos. O caráter itinerante, extrativista e predatório da cafeicultura impulsionava sua expansão para as regiões nas quais a fertilidade natural do solo permitia a continuidade de sua produção, o que implicava na derrubada de vastas áreas de florestas nativas. Outro pressuposto da expansão cafeeira, iniciada nesta região na primeira década do século XX, foi o 'desbravamento' das terras, ou seja, a eliminação ou expulsão das populações Kaingang que habitavam suas imediações. O jornal *O Bauru* noticiava, em 20 de março de 1910, um desses episódios de conflito ocorridos em Promissão (denominada Hector Legru até 1924), durante a construção da Ferrovia Brasil-Bolívia, que precedeu seu povoamento:

> *'Em 11 de março de 1910, os silvícolas atacara a turma 21 nas proximidades de Hector Legru. A turma era composta de apenas 4 homens, que foram assaltados por mais de cem índios. Um trabalhador português foi alvejado por certeira flecha em pleno peito, caindo morto. O feitor enfrentou corajosamente os silvícolas despejando-lhes vários tiros e conseguiu escapar com dois companheiros restantes que sofreram ferimentos. Os índios apoderaram-se do morto. Esquartejaram-no e levaram as pernas, os braços e a cabeça'* (citado por Reys 1972).

Neste ambiente beligerante, muitos indígenas fugiam temendo a atroz perseguição de *bugreiros* e outros agentes de colonização. Também a gripe espanhola dizimou boa parte dos indígenas que permaneceram na região; os sobreviventes/remanescentes foram transferidos pelo governo federal para uma fazenda em outra região (Icatú Braúna).

A produção de café em Promissão foi realizada tanto em médias e grandes fazendas, nas quais predominava o *colonato,* como também com base na agricultura familiar, esta última em sua maioria formada por pequenos proprietários que compravam lotes de companhias de colonização. Em 1927, o município contava com mais de cinco milhões de pés de café, chegando, em 1940, a reunir uma população rural de 19.960 habitantes (Reys 1972:38). No entanto, ao longo das décadas seguintes, a população rural declinou vertiginosamente, enquanto o crescimento da população urbana não

alcançou a mesma intensidade, resultando em um decréscimo da população total, algo bastante similar ao que se verifica em muitos outros pequenos municípios do Estado de São Paulo.

Faria (1991:103; 105) aponta para a dupla característica da urbanização brasileira a partir de meados do século XX: por um lado, o crescimento de grandes centros metropolitanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e de um variado grupo de 'capitais regionais' ou 'sub-regionais'; por outro, o decréscimo populacional de um vasto número de pequenos municípios:

> *'houve um deslocamento do campo para a cidade, das cidades pequenas para as cidades grandes e de todo lado para as áreas metropolitanas de maior porte'.*

Promissão situa-se justamente nas imediações de um conjunto de *capitais regionais*: em um raio de 120 km encontram-se São José do Rio Preto, Marília, Bauru e Araçatuba; localiza-se há 401 km em linha reta da capital do Estado, ou há 463 km pelas estradas rodoviárias. Nesta mesma região, dezenas de pequenas cidades passaram por decréscimos populacionais de diferentes intensidades.

A Tabela 5.1 nos permite avaliar a dinâmica demográfica do município, que parte de uma rápida ocupação a partir dos anos 20 para em poucas décadas iniciar um despovoamento do meio rural e um decréscimo na população total, embora com um crescimento da população urbana.

Tabela 5.1. Evolução da distribuição demográfica em Promissão (1950-1980)

	Pop. Total	*Pop. Urbana*	*(%)*	*Pop. Rural*	*(%)*
1940	27.548	7.588	27,54	19.960	72,46
1950	21.770	6.883	31,62	14.887	68,38
1960	20.174	10.026	49,70	10.148	50,30
1970	20.544	15.593	75,90	4.951	24,10
1980	20.177	15.854	78,57	4.323	21,43

Fonte: IBGE – *Censos Demográficos* 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

Esta transformação demográfica em Promissão foi bem avaliada por Borges (1997:55-72), que aponta a vinculação entre a decadência da economia cafeeira e a expansão da pecuária de corte: *'o avanço da pecuária e a redução da área de lavouras em Promissão antecede a erradicação final do café'*. Foi erradicado quase 85% de um total de 12 milhões de pés de café, provocando uma acentuada alteração nas relações de trabalho: o *colonato* foi substituído pelos contratos de trabalho assalariado e pelo êxodo rural. Com o alargamento da pecuária de corte, houve uma significativa redução no emprego de força de trabalho por unidade de área em comparação com a produção de café. Além disso, verificava-se o surgimento de um agente econômico com um novo perfil na localidade:

> *'Na atividade pecuária do município não poderíamos deixar de destacar o nome do sr. José Ferreira Ribas, recentemente falecido, que foi uma das maiores expressões dessa atividade, não só na Noroeste como em todo Estado de São Paulo. Nascido em Vila Viçosa, Portugal, a 17 de abril de 1880, veio para o Brasil em 1913 já então casado com D. Maria Cândida Ribas, sendo seus filhos: Hermínia, Antonio, Manoel, Herculano, João e Olga. Os três últimos nasceram em Promissão, para onde o casal*

> *veio em 1921, com o objetivo de trabalhar em vendas de madeira. Posteriormente a família dedicou-se à criação e abate de gado tendo adquirido inúmeras propriedades para esta finalidade. A firma J. Ribas e Cia. Ltda foi uma das maiores e mais importantes abatedoras de gado em S. Paulo e posteriormente em Santos e São Vicente. Seus filhos continuam as atividades do pai, no trato das fazendas, engorda de gado e inclusive um deles mantém um frigorífico na cidade de Garça'* (Reys 1972:141-142).

A atividade principal da Família Ribas consistia, basicamente, em negociar gado *pantaneiro* (bastante arredio) nas regiões de fronteira, sobretudo Goiás e Mato Grosso, e trazê-lo para a criação e engorda em suas fazendas em Promissão e região, chegando a reunir cem mil cabeças de bovinos. Há muitos relatos que parecem ter se transformado em lenda popular local sobre um provável '*milagre da multiplicação do gado*', segundo a qual os Ribas compravam um certo número de cabeças de gado e, durante o trajeto, '*misteriosamente*', chegavam em Promissão com um número notadamente maior. Esta lenda muitas vezes é complementada por outra, igualmente muito popular, sobre o longo conflito entre José Ferreira Ribas e os pequenos agricultores imigrantes japoneses que chegaram em Promissão a partir de 1918. Com o desfecho da II Guerra Mundial, imigrantes japoneses, italianos e alemães passaram a ser vigiados, reprimidos e perseguidos pelo governo brasileiro (Borges 1997). Em tal contexto nacional, os japoneses foram sistematicamente atacados localmente pelos Ribas. Dispondo de considerável poder econômico e de *jagunços* armados, a família de pecuaristas ameaçava os pequenos proprietários cujas terras tinham interesse em adquirir, quebravam as cercas e permitiam que os bois devastassem os plantios, particularmente aqueles dos vulneráveis japoneses.

> *'Eles soltaram bois na roça de meu pai num domingo de noite. Meio alqueire* [1,2 hectare] *de arroz... Soltaram boi, cinco mil, né? Numa pequena área dessa aí, comeram tudo... Não adiantava ir ao fórum, em lugar nenhum, porque os homens não davam importância mesmo. E assim ele foi comprando várias fazendas, tudo na marra, espancando e soltando boi em todo canto'* (cf. entrevista de um imigrante japonês concedida a Borges 1997:83).

Os rituais de intimidação provocariam uma certa *'desvalorização fundiária'* – e os japoneses e demais sitiantes acabavam vendendo suas glebas por preços satisfatórios para a família Ribas:

> *'tudo mentira! É que na época, o sujeito oferecia a terra para ele porque não tinha outro comprador. Oferecia, ele comprava. Quando alguém te oferece alguma coisa que te interessa, você compra... O capitalismo é assim'* (cf. entrevista de Antônio Correia Ribas concedida a Buim 1996:50).

O acentuado êxodo rural verificado em Promissão a partir de meados do século XX e a substituição da produção agrícola pela pecuária ocorreram em meio a um violento processo de expulsão dos pequenos agricultores, especialmente os japoneses. O êxodo rural está diretamente relacionado à longa crise da cafeicultura e à dissolução do *colonato;* à violência nas disputas fundiárias entre grandes fazendeiros e pequenos proprietários, sitiantes e posseiros; ao crescimento do setor urbano-industrial. Além

disso, o *Estatuto do Trabalhador Rural* de 1963, ao estender aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas e previdenciários válidos para os trabalhadores urbanos (carteira de trabalho regulamentada, férias remuneradas, abono anual e vários outros), desencadeou uma rápida e disseminada reação por parte de inúmeros fazendeiros, acentuando as tendências anteriores de dissolução do *colonato*, cuja informalidade e abrangência familiar era um de seus mais sólidos pilares de sustentação.

Vimos anteriormente que, com o golpe militar em 31 de março de 1964, foram reforçadas as condições políticas para um aumento da concentração fundiária em praticamente todo o país. Nesta época, em Promissão, segundo o jornal *O Promissense* (01 de junho de 1964), replicava-se mais uma Marcha da Vitória com Deus pela Liberdade, *'demonstração de regozijo pela vitória da Democracia e de repúdio ao credo vermelho'*, com ativa participação do Rotary Club, de igrejas católicas e protestantes e diversas escolas e colégios. Homenagens, discursos, desfiles e faixas complementavam esta *'pública manifestação de fé e de civismo do povo promissense'*. Alguns dias depois, a Campanha Cívica do Ouro para o Bem do Brasil *'alcançou pleno e absoluto êxito'*: a arrecadação de 3,67 kg de ouro, sendo quase um quilo oferecido pelos 'generosos doadores' J. Ribas & Cia Ltda e Sr. João Ribas. *'Os promissenses cumpriram seu dever Cívico!'* (*O Promissense,* 28 de junho de 1964).

Em pouco anos, a população rural de Promissão foi reduzida a um quarto do que havia sido nos 30 anos anteriores. Já na primeira metade dos anos 80, a família Ribas vivenciou uma série de desentendimentos e impasses sucessórios, como se depreende da narrativa de Antônio Correia Ribas:

> *'Com a morte do meu avô, entraram no inventário de José Ribas todos os sete filhos. Mas com a morte do meu pai, entramos nós seis filhos, 1/6 de 1/7 e já ficamos dentro do inventário... Aí começaram as desavenças, as brigas entre os herdeiros... Alguns herdeiros levantaram a hipótese de que poderia ser desapropriada... uma área dessas no Estado de São Paulo, uma área muito grande e praticamente com duas pessoas, os herdeiros em briga judicial, poderia ser desapropriada...'* (cf. entrevista concedida a Buim 1996:50).

5.3 *Quebrando a porteira*: a hora e a vez da confrontação

'Promissão
[Do latim promissione.]
Substantivo feminino
1. Promessa (1 e 2): a Terra da Promissão [Canaã, que também se chama 'a Terra Prometida']; '*Já a longa e cansada peregrinação do deserto deste mundo, vê o desejado termo da terra de Promissão.'* (P.e Manuel Bernardes, Exercícios Espirituais, II, p. 370, 2ª col.).'

Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Portuguesa*.

> *'Pois eu vim te avisar ocê que hoje às três horas eles vão bagaçar vocês todos aí. E eu falei: mas como que vai? Ele falou: ó, ele já tem capanga lá buscando gado lá da floresta aí pro lado da Bola Branca, sabe? Está juntando os boi tudo; vai meter mil*

boi em cima do barraco d´oceis. Eu falei: Mané, cê está com brincadeira. Ele falou: não, eu estou falando sério; e eu só estou te avisando você porque eu conheço muito você e sei que ocê está com criança aí. Eu falei: não! Não tem minhas crianças, tem oitenta e nove crianças aí! E falei: Mané, é sério? É sério, ocê pode contar, que eu sou seu amigo e eu não vim falar merda aqui pr´ocê não. E o Ribas não pode saber disso senão ele manda me matar. Aí eu falei: tá bom. Já esquentei a cabeça... E chamei o João e disse: João, vamos pra Promissão'.

O tempo é uma das mais importantes dimensões da luta pela terra no Brasil. Primeiramente, porque os inúmeros conflitos fundiários fazem parte de toda história brasileira, adquirindo diferentes formas e conteúdos, desde tempos coloniais; conflitos que atravessaram o conturbado período de urbanização e industrialização e que continuam intensos e disseminados na era da globalização. Além disso, a luta pela terra é longa ou bastante longa do ponto de vista daqueles que a experimentam e que a vivenciam em seu cotidiano. O tempo da história e o tempo da memória se intercalam e se confundem. Em conversas com acampados e assentados, chama a atenção a precisão com que estes recordam, ou se esforçam para recordar, as datas que representam alguma ruptura, encaminhamento ou enfrentamento na luta pela terra da qual fizeram parte. São muitas datas que não deixam cair no esquecimento. Para esta população em grande parte analfabeta, a memória resiste como um documento. Arrolaremos nesta seção as principais etapas do embate político travado em Promissão, e, em uma exposição intercalada, os desdobramentos de um de seus episódios de enfrentamento, cuja duração não poderia passar de apenas algumas poucas horas.

'João, vamos pra Promissão buscar rojão. Ele falou: uai, cê tá ficando doido, Ademar, buscar rojão? Ó, eles vão soltar mil boi em cima de nós, e se for verdade, não se sabe se é, mas se for verdade, vai bagaçar tudo os barraco aí. Os boi é tudo bravo e ele vai fechando, os boi... e quando os boi vê os barracos e vê gente, né? Mas quem falou pra´ocê? Alguém falou pra mim e eu num tô mentindo pr´ocê, João. Então vamos reunir. Eu falei: vamos reunir só a comissão. Se passar pelo povão, o povão vai desesperar, criança, mulher, começa a chorar, né? Eu falei vamos reunir só a comissão. Nós era em nove...' (cf. entrevista de sr. Ademar concedida a França 1995).

A organização dos grupos de trabalhadores rurais com a finalidade de transformar Fazenda Reunidas em uma área de assentamento foi analisada, entre outros, por Paccola (1995), Borges (1997) e D´Aquino (1994)[5]. Alguns breves extratos da documentação disponível sobre este caso poderão reforçar e ilustrar as considerações anteriores sobre a implementação dos assentamentos rurais no Brasil e no Estado de São Paulo, quase sempre precedida por intensos conflitos sociais e longas e lentas negociações entre trabalhadores rurais, grupos de mediação e Estado.

O período em que transcorrem o conjunto de ações políticas expostas nesta seção têm início por volta de 1983, quando começou a ser colocada a possibilidade de desapropriação da Fazenda Reunidas, e se estendem por quase uma década. Conflitos similares começavam a se difundir por todo o país. O MST ainda não havia se organizado em todas as regiões do Estado de São Paulo e somente após alguns anos

veio a alcançar outras unidades da federação (Fernandes 2001). A disputa social pelas terras da Fazenda Reunidas iniciou-se em meados dos anos 80 com poucas dezenas de trabalhadores rurais, organizados com apoio de setores progressistas da igreja católica, através da CPT, e um grupo de outras organizações locais.

> *'E dinheiro? Não tinha dinheiro para os rojões. Eu falei: o dinheiro eu empresto. Aí tem o Minoro, Minoro Kasaoki – um japonês muito bom... buscamos dez caixas de rojão no Zequinha, ali perto da rodoviária. Buscamos essas caixas de rojão e ficamos esperando. Quando foi três horas em ponto, conforme nós oiava pra cima, eu chego a me arrepiar, óia... sabe o que é poeira tampar assim de gado? E só se via aquela peãozada: 'Oh! Oh!' E aquele gado vinha vindo, vinha, vinha. E falei: vai bagaçar tudo!'.*

Em vários pontos do Estado de São Paulo assistia-se a uma reorganização política dos trabalhadores rurais para buscar alternativas para a proletarização, percebida como a causa das péssimas condições de vida e de trabalho em que viviam. Essa reorganização política implicava muitas vezes no deslocamento espacial dos trabalhadores de várias regiões do Estado para as imediações do território em disputa. Assim, história da luta pela conquista de determinada fração de solo, neste caso, a Fazenda Reunidas, foi simultaneamente a história de certos deslocamentos populacionais. O mesmo vinha ocorrendo em vários outros acampamentos e assentamentos no Estado de São Paulo e no Brasil.

Em alguns casos, no processo de formação dos movimentos sociais, os trabalhadores rurais reivindicavam a ocupação de áreas governamentais para tentar atenuar, ainda que de forma paliativa e emergencial, a situação de pobreza absoluta em que se encontravam; a partir destas experiências, muitas famílias decidiram conduzir politicamente a demanda de acesso aos programas de reforma agrária. Foi desta forma que, no município de Castilhos, no Pontal do Paranapanema, 36 famílias decidiram fazer uma ocupação de uma área de uma empresa estatal, a Companhia Energética de São Paulo (CESP). O primeiro grupo de trabalhadores rurais a migrar para Promissão no início dos anos 80 com a finalidade de obter acesso às políticas governamentais de assentamento ia acumulando uma bagagem de organização e enfrentamentos. O primeiro espaço de disputa foi uma área estatal.

> *'Epitácio: Eu vivia trabalhando de empregado. Trabalhei na* [Construtora] *Camargo Corrêa; trabalhei na CBPO, estava trabalhando de empregado. Então surgiu esse jeito de entrar nas terras. Nós... no dia 20 de outubro de 82, não é, sr. Nelson?*
>
> Nelson: Dia 20 de outubro de 83.
>
> *Epitácio: Dia 20 de outubro de 83, então. Nós nos reunimos em 36 famílias e entremo numa fazenda do Estado na beira do rio Paraná, mas não conseguimos ficar lá'* (cf. entrevista concedida a Poker 1995:100).

Em vista deste problema, a CESP ofereceu a concessão provisória de uma pequena área para estas famílias no município de Promissão, para onde 32 resolveram partir. Ali, chegaram a algumas conclusões: que a terra concedida não era suficiente para atender às necessidades do grupo; que algumas áreas públicas não apresentavam

qualquer ocupação produtiva e que em muitas áreas particulares vinha ocorrendo o mesmo; que um longo enfrentamento estava apenas começando. Consolidava-se a organização de um acampamento em Promissão – e iniciava-se uma série de conflitos com a família Ribas.

> *'Mas aí nós já tinha avisado o grupo, né? Nós pegamos, e cada um pegou um rojão e cada um ficou com um cigarro aceso, até quem não fumava. Porque o fósforo ali não ia ligar direito – e cada um ficava com um cigarro... E veio, e os peão veio também. Tinha uns vinte peão de Goiás, tudo peão estranho. E essa boizada vinha vindo e veio de lá assim cercando, foi cercando... mas uma nuvem! A poeira cobria. Pra regaçar, pra acabar com tudo e acabava mesmo. E que jeito que ia falar: é gado, né? Acidente...'*

Em 1985, durante as reformulações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as discussões locais sobre reforma agrária e democracia resultaram na formulação de uma demanda concreta: a desapropriação da Fazenda Reunidas. Vários grupos vinham montando acampamento e disputando áreas rurais no Estado de São Paulo e outros pontos do Brasil. A disputa pela Fazenda Reunidas não poderia deixar de estar referida e articulada, portanto, a este contexto político nacional. Em 30 de março de 1986, o jornal *O Estado de São Paulo* anunciou a inclusão de Promissão entre *'os municípios que sofrerão desapropriação a curto prazo'*. Logo em seguida, foi constituído um grupo local de apoio, formado pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), Faculdade de Serviço Social de Lins, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Promissão, representantes de partidos políticos e membros de setores progressistas da igreja católica. Cerca de 140 trabalhadores rurais participaram de uma assembléia realizada em abril de 1986; formava-se um Comitê Regional de Apoio à Reforma Agrária (CRARA) e prepara-se uma ocupação da Fazenda pelos integrantes do acampamento.

> *'As condições de vida no acampamento são extremamente precárias. Não se tem o mínimo de infra-estrutura. Vivem sob barracas de lona, suportando um calor superior a 40 graus, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, doentes ou deficientes. Faltam alimentos, leite para as crianças, remédios. Os barracos de lona plástica em que moram estão em péssimas condições, com o plástico quase todo rasgado. Há muitos problemas de saúde como desidratação, infecção intestinal e outros, especialmente devido a contaminação da água e a própria deficiência alimentar. A alimentação está sendo feita em cozinha comunitária com vistas a uma melhor organização interna, maior solidariedade e mais economia com as despesas. Pois o consumo de alimentos é grande. Cerca de 60 kg de arroz e 29 de feijão por dia. Em geral não há outros ingredientes nessa alimentação por absoluta falta de recursos'* (Borges 1997:198-199).

Em 11 de junho de 1986, a *Folha de São Paulo* divulgou a relação dos imóveis que poderiam ser considerados prioritários para a reforma agrária: a Fazenda Reunidas estava na lista. O *Grupo dos 44* e os diversos mediadores locais intensificam as mobilizações:

> *'o objetivo das novas articulações e das reuniões é a discussão de táticas para desencadear o processo de desapropriação da Fazenda Reunidas... As reuniões cada vez mais freqüentes e a efervescência das notícias provoca uma assembléia geral entre os trabalhadores e o grupo de apoio, contando com a participação de trabalhadores de outras regiões*' (Paccola 1995:115).

Enquanto os trabalhadores rurais ampliavam suas mobilizações em todo o país, os herdeiros de José Ferreira Ribas ainda não tinham chegado a um acordo para a divisão de suas terras, até que chega o momento da desapropriação, como relata Antônio Correia Ribas:

> *'O tempo foi passando, quando foi em 85, 86, nós fomos surpreendidos com a medição da área pelo INCRA. Mediu, fez o levantamento e... soltou o decreto desapropriando a área toda... Lutei muito... e sempre recebi do INCRA a seguinte comunicação: 'nada poderia ser feito porque a área não estava em meu nome. A área era do espólio'. No começo foi um choque...'* (cf. entrevista concedida a Buim 1996:47-56).

Diante desta fragilidade decorrente de indefinições sucessórias, a desapropriação por interesse social da Fazenda Reunidas foi decretada em 01 de julho de 1986 (processo nº 87.0020165-0). O acampamento montado inicialmente em áreas da CESP em Castilho já completava três anos. A família Ribas procurou invalidar a desapropriação através de interpelações na Justiça, questionando a vistoria que atestou a improdutividade da Fazenda; e chegou a obter uma liminar, que permitiu a formulação de uma estratégia: a de arrendar sete mil hectares para 29 produtores, aumentar o rebanho para seis mil cabeças e solicitar uma nova vistoria do INCRA, para que o laudo de improdutividade que levou à desapropriação fosse considerado sem validade.

> *'Ó, vocês presta atenção: a hora que eu der um tiro, é para cada um acender o rojão e virar pra lá! Cada um com um rojão, a turma tudo e as mulher tudo orando, rezando. E esse gado vinha vindo, vinha vindo... quando tava como daqui naquele milho lá ó, mais ou menos, eu dei um tiro com a minha cartucheira pra cima e a molecada meteu fogo nesse rojão prá lá, virado pro boi...'*

Enquanto transcorria a contestação jurídica movida pela família Ribas contra a validade da desapropriação, o INCRA não podia fazer a *imissão de posse,* documento que autorizaria oficialmente a destinação dos 18.028,10 hectares desapropriados para criação do assentamento. Além da obstrução jurídica, os Ribas procuraram combater qualquer ofensiva proveniente do acampamento, a começar pela contratação de vários jagunços com o objetivo de evitar que os acampados viessem a avançar na efetiva ocupação de parte da Fazenda, o que diminuiria ainda mais a possibilidade de reverter judicialmente a desapropriação. Foi exatamente nesta época que um dos conflitos ali transcorridos chegava ao seu desfecho:

> *'Rapaz, esses bois viraram os pés pra trás, peão e asfalto cobriu tudo de boi. Peão... os boi pisava em cima dos peão. Cavalo... perderam até os cavalo e regaçou tudo pra trás assim, e foi embora. O asfalto tampou de boi e arrebentou a cerca da rodovia. Foi parar boi até dentro de Promissão, perdido. E o nosso grupo... Eu tenho orgulho do meu grupo até hoje...'* (cf. entrevista de sr. Ademar concedida a França 1995)

Várias formas de intimidação, tentativas de expulsão e repressão continuaram a ser exercidas por atores políticos locais, milícias privadas e forças policiais.

> *'no dia 11 de novembro de 1986, o delegado de polícia de Promissão, um representante do prefeito de Promissão e a polícia chegaram armados ao acampamento e trouxeram dois caminhões de carregar bois para obrigar os acampados a voltarem aos seus locais de origem...'* (Paccola 1995:117-118).

Após dezenas de negociações políticas, em 22 de agosto de 1987, exatamente 14 meses após a desapropriação, as 45 famílias que permaneciam no acampamento, totalizando 180 pessoas (110 adultos e 70 crianças) decidiram ocupar uma área da Fazenda Reunidas, em frente ao acampamento. A família Ribas entrou imediatamente com um pedido de despejo na Justiça. Mas desta vez, perderam a batalha jurídica. A imissão de posse em favor do INCRA foi decretada em 30 de outubro de 1987, mais de um ano após à desapropriação; e quatro anos após a chegada em Promissão do grupo que ocupara a área da CESP em Castilho. Os Ribas não desistiram e colocaram em prática suas formas de resistência jurídica e para-militar à imissão de posse. Neste contexto, chegava em Promissão um grupo de famílias ligadas ao MST, procedentes da região metropolitana de Campinas.

> *'Em setembro de 1.985 começou a nossa história de conquista pela terra, na Região de Campinas – SP. Fomos nos conhecendo, aumentando o número de participantes, foram indicados os coordenadores... Fomos negociar terra no INCRA, não tendo resposta satisfatória fomos até Brasília no dia 04 de outubro de 1987, onde disseram que não tinha terra para nós. Voltando às reuniões, tomamos a decisão de OCUPAR terra no Estado de São Paulo. Descobrimos uma área improdutiva e desapropriada, e ocupamos a Fazenda Reunidas no dia 02 de novembro de 1987 em Promissão-SP'* (Copajota 1993).

Agregava-se às disputas em Promissão, portanto, mais um grupo de trabalhadores, formado por aproximadamente 350 famílias, que desembarcavam na rodovia BR-153, defronte à Fazenda Reunidas, na noite de dois de novembro de 1987. Era o *Grupo do MST*, também designado *Grupo de Campinas*, que chegava em nove ônibus superlotados; algumas pessoas vinham na carroceria de caminhões que traziam alimentos, objetos domésticos e ferramentas de trabalho. Barracos de lona plástica foram montados em meio a diversas reuniões e assembléias. Setores da igreja católica contribuíram com o envio de alimentos. A chegada do *Grupo de Campinas* não era prevista pelos acampados que estavam em Promissão havia 48 meses, o que despertou desconfiança e rivalidade; mesmo assim, ofereceram apoio logístico e alimentar às crianças diante da situação emergencial. Os dois grupos de acampados estavam ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores, mas em diferentes bases territoriais e distintas facções partidárias e sindicais.

Durante o período de acampamento que ali se iniciava, ocorreram diversos episódios de conflito social e enfrentamento político. As cenas de confrontação cotidiana envolviam diversos atores sociais na localidade. A relação entre acampados e arrendatários de áreas da Fazenda Reunidas, por exemplo, ilustra o cotidiano do

acampamento, como pode ser observado a partir da narrativa de José 'Benê' Martins, que na época era uma das lideranças políticas dos acampados provenientes de Campinas.

'Houve a colheita mecânica [do milho em áreas arrendadas]*, houve a sobra da colheita, que* [trabalhadores assalariados temporários] *cataram* [manualmente] *e* [os proprietários da fazenda] *soltaram os bois. 'Se é para os bois comer, então vamos entrar na concorrência. Vamos ver quem come mais'. E nós começamos a catar milho. A coisa estava feia. A gente chamava de 'fufuca' a comida. Aí os arrendatários acharam que nós não devíamos re-catar. Da re-cata, nós estava catando a sobra. Aí um dia eu fiquei sabendo que um arrendatário tomou um saco de milho de uma menina de onze anos: 'aqui não é lugar de você catar milho'. Eu fiquei tão revoltado que eu chamei os companheiros do nosso grupo e falei: 'amanhã cedo nós vamos catar milho e quero ver esses caras vim tomar o milho de nós, porque é cata da recata'. Aí saiu eu mais cinco companheiros. O acampamento saiu tudo junto. Ficou uma fila de gente, um formigueiro. Nós entramos e começamos a catar milho e o cara chegou com a máquina: 'todo mundo aí que catou milho, joga aqui na máquina para debulhar porque esse milho é meu'.*

E os bois andando assim... Até tinha um companheiro que chegava a ficar vidrado no boi assim, andando, com vontade de comer o boi. E nós dava risada... Aí todo mundo parou assim, botou o pé em cima do saco de milho e falou. 'Então você vem pegar aqui. Vem pegar'. Eu fiquei revoltado. 'Porque você não vem pegar o milho aqui? Faz como você fez com a menina ontem lá; vem pegar'. Aí saíram dali e chamaram a polícia. Quando a polícia veio, era gente de carriola, outros com saco nas costas. A polícia virou e voltou. Quando foi no outro dia, chegou o delegado e o escrivão de polícia. Aí a gente bateu no sino: téin, téin, téin, téin... Bateu ali podia ter certeza que tinha problema. O povo juntou. O delegado falou assim: que aquilo era ilícito, aquilo era fruto de roubo. Aí cada um falou alguma coisa e aquilo virou um tumulto.

Nisso ia saindo um caminhão carregado de milho nosso. Porque era de todo mundo. Nós estávamos em 288 famílias. Todo mundo que catava, ia juntando e chegava no sábado vendia. Então, dois sacos de um, três sacos de outro, aquilo que fazia dinheiro. Ia saindo o caminhão, o delegado falou assim: 'Está vendo aquele caminhão lá? Ele pode ser preso porque aquilo é fruto do roubo'. Aí o povo juntou. Quando ele falou 'fruto do roubo' o povo fez assim no delegado. E precisou a comissão cercar, sabe, para não deixar linchar o delegado e o escrivão. 'Pára, pára, calma gente, calma gente'. 'Tá chamando a gente de ladrão!'. O caminhão parou lá, a euforia do povo passou, aí ele falou: 'tá tudo liberado! Vamos negociar. Deixa o caminhão que vai, vamos negociar: daqui pra frente, vocês não fazem mais isso'. Aí alguém gritou: 'eu não me responsabilizo: meu filho está passando fome!'. Não tinha jeito, nós precisava daquilo.

Na segunda-feira, eu fui em Promissão, encontrei o delegado. Nós conversava muito, né? Aí ele falou: 'ô Benê: e aquela situação lá, como é que ficou?' Eu falei: 'é... ficou... o senhor liberou o caminhão... o senhor é cúmplice, né?' Estava só nós dois. 'Cúmplice porque?' 'O senhor disse que era fruto do roubo; a partir do momento em

que o senhor liberou o fruto do roubo...' 'Pára! Eu não te dei essas liberdades!' 'Tá bom, delegado, desculpa'... [rs]*'.*

Tendo sido decretada a imissão de posse, o assentamento das famílias poderia começar a ser oficialmente implementado. Formou-se novamente uma *Comissão de Seleção* composta por representante do INCRA, prefeitura e câmara municipal, sindicatos de trabalhadores e patronais, para realizar o cadastramento das famílias que poderiam vir a ser assentadas. A primeira autorização de utilização da Fazenda foi concedida para os acampados do *Grupo dos 44* em 24 de novembro de 1987. Eram 140 hectares para as 44 famílias, que assim puderam iniciar a produção de alimentos com apoio financeiro da igreja católica. Uma primeira Comissão de Seleção já estava iniciando seus trabalhos.

'Compareceram ao cadastramento 3.627 trabalhadores dos municípios da região, sendo selecionadas 800 famílias. Participaram do cadastramento três grupos diferenciados. O primeiro de 44 famílias, constituído pelos acampados, que desde 1987 estavam ocupando partes da Fazenda Reunidas... O segundo grupo, composto por 12 famílias, as quais estavam assentadas provisoriamente no Assentamento Emergencial Promissão I... O terceiro grupo, composto pelas famílias dos municípios vizinhos à área desapropriada, participou do cadastramento, através da seleção, isto é, o fator determinante foi a pontuação obtida no cadastramento...' [6].

Cerca de quatro meses depois, a Comissão de Seleção começou a autorizar a entrada de outras centenas de famílias na Fazenda Reunidas:

'Em março de 1988 começaram a entrar na fazenda as 607 famílias inscritas e selecionadas de dezesseis municípios da região, incluindo neste total as 44 famílias que estavam acampadas. A entrada se deu em áreas provisórias de moradia e plantio distribuídas por toda a fazenda, já que a mesma encontrava-se parcialmente ocupada por gado do ex-proprietário e arrendatários' [7].

Ainda assim, a família Ribas continuava a oferecer resistência física e jurídica à ocupação da Fazenda pelos que haviam sido oficialmente selecionados.

'Enquanto esperávamos o assentamento das famílias prometido pelo governador, as famílias cadastradas pelo INCRA da região de Promissão encontravam resistência pelo fazendeiro que colocou gado na fazenda querendo impedir que as famílias fossem assentadas, tendo vários capangas a seu serviço, armados, para impedir a entrada dessas famílias no lote' (Copajota 1993).

Diante desta situação, os três grupos que reivindicavam a ocupação do assentamento (o *Grupo dos 44*, o *Grupo de Campinas* e as famílias selecionadas oficialmente) realizaram uma primeira ação em conjunto, episódio que ficou conhecido como *Quebra-Porteira,* ocorrido em 29 de março de 1988: *'juntos fizemos as ocupações nos lotes, quebrando as porteiras que eram vigiadas pelos capangas e uma caminhada até Promissão pedindo a retirada do gado'* (Copajota 1993). Em meio a esta situação de conflito e instabilidade, iniciava-se, em caráter provisório, o assentamento na Fazenda Reunidas. O acampamento montado em 1983 completava 64 meses de existência. No entanto, o *Grupo de Campinas* ficou excluído do processo de seleção por não atender

a um dos critérios fixados pela Comissão: o de ser trabalhador rural da região de Promissão.

5.4 Assentamento Fazenda Reunidas: autoconstrução e resistência

> *'Viemos para cá quando saiu esse projeto da reforma agrária, mas no começo eu tinha muito medo, por duas coisas: não tinha força* [energia elétrica] *e eu tinha medo de morar em barraquinho de plástico, porque quando eles veio para cá, era barraquinho de plástico e eu tinha muito medo! O primeiro dia que eu vim aqui o meu marido estava fazendo a casa e eu vim trazer as dobradiças para pôr nas portas. Já estava coberta, só faltava pôr as portas, aí eu falei: 'Ah, hoje nós posa aqui mesmo!' Já tinha colchão, mas não tinha cama, então, eu disse que não ia dormir no chão não, porque de dia eu tinha matado uma cobra. Aí, fizemos umas pilha de tijolo, pusemos a grade da cama e o colchão por cima. Foi chegando de tardezinha, foi ficando escuro, de um jeito ruim, o marido estava pescando e comigo só estava o filho mais velho, os outros tinham ficado na vilinha. Aí o Carlinhos chegou com os peixes para mim limpar, mas eu não achava jeito! Eu estava acostumada com a luz, não tinha televisão, não tinha geladeira, não tinha nada aqui e eu ainda por cima com medo da cama. Quando chegou a hora de deitar eu deitei, mas quem disse que eu dormi?*
>
> *No outro dia levantei bem cedo, mas não tinha o quê fazer: não tinha galinha, não tinha nenhuma porca, não tinha nada! Eu levantei, dei uma olhada por tudo e falei: quer saber de uma coisa? Eu vou embora! O* [ônibus] *Reunidas passa aqui às nove horas, os moleques estavam lá em casa sozinhos, eu vou é embora, não vou ficar aqui não! Juntei a minha sacolinha e fui embora esperar o Reunidas. Cheguei em casa os moleques perguntaram: 'Mãe, como é que é lá?' Eu disse: 'É gostoso, é bom, nós vai acostumar!' Mas só Deus sabia que por dentro eu pensava: 'Nós não vai acostumar, não!' Ai que medo que eu tive! Aquela escuridão toda... Acho que acostumei porque vim com os filhos todos, trouxe galinha, porco'* (cf. entrevista de D. Teresinha concedida a Nabão e Buim 1996:86-87).

As terras da Fazenda Reunidas começavam a ser ocupadas por acampados e pelas famílias selecionadas. Todavia, entre os tempos de acampamento e os de assentamento não houve uma separação inequívoca se levarmos em consideração as condições sociais de vida das famílias. Os momentos iniciais no assentamento foram marcados pela mesma improvisação e precariedade do período de acampamento. A implementação de políticas sociais (habitação, alimentação, saúde, eletrificação, transporte) e as obras para a infra-estrutura produtiva necessárias para a transformação de cerca de dezessete mil hectares de pastagens, florestas e produção de milho em área de assentamento de centenas de famílias acabaram tornando-se objeto de longas e instáveis negociações entre os agora designados assentados e o Estado. No final de 1989, a distribuição dos lotes do Assentamento Fazenda Reunidas já estava em grande parte definida. Persistia incerto, no entanto, o destino do *Grupo de Campinas*, que, diante da indefinição, realizou uma primeira manifestação pública que alcançou repercussão nacional:

> *'No dia 20 de março de 1988, saímos do acampamento em Promissão até São José do Rio Preto com 85 km de distância, de caminhão de boiadeiro por não haver condições de pagar ônibus. De São José do Rio Preto à Limeira fomos de trem e de Limeira à São Paulo fomos a pé, a uma distância de 220 km. Tivemos o acolhimento das comunidades religiosas em todas as cidades onde passamos. Após dez dias de caminhada chegamos a São Paulo no dia oito de abril'* (Copajota 1993).

Após a caminhada de mais de duzentos quilômetros, permaneceram durante três dias na cidade de São Paulo, onde transcorreram intensos conflitos, incluindo a ocupação da sede do INCRA, mobilizações da cavalaria e arremessos de bombas de gás lacrimogêneo; exibições da tropa de choque da Política Militar e ameaças de prisões. Sitiados no interior do prédio, os acampados queimaram várias divisórias de madeira. *'Não houve confronto de pancadaria'*. Obtiveram, após tensas negociações, a concessão de doze ônibus para o retorno até Promissão, uma área provisória de 300 hectares e o compromisso oficial de destinar ao grupo uma parte da Fazenda Reunidas. Foi cogitada uma transferência para o Pontal do Paranapanema, mas os acampados decidiram insistir naquela área. O documento transcrito abaixo, elaborado pelos integrantes do grupo, descreve os desdobramentos da disputa política:

> *'Continuamos a luta cultivando os 300 hectares conquistados, trabalhando em grupos coletivos de 10 famílias cada, sendo que neste período houve muito sofrimento com problemas de saúde, somando com demais...* [o que] *trouxe o desânimo de muitos companheiros, chegando perto de desistir da luta; de 350 famílias, se reduziu a 150 famílias neste período. Com essa experiência, percebemos que a estratégia do INCRA era nos derrotar pelo cansaço e sofrimento (...)*
>
> *Terminado o ano de 1988 e cansados de esperar a promessa que não foi cumprida, em janeiro de 1989 a nossa Comissão de Negociação de nove companheiros foram à São Paulo, no INCRA rever as negociações onde permaneceram por dezesseis dias. Tivemos audiência com o Secretário da Agricultura e o resultado foi insatisfatório. Decidimos ocupar a Secretaria para pressionar a agilização do assentamento das famílias (...)*
>
> *E com esta problemática em uma das assembléias foi aprovado que tomaríamos um novo rumo, que era ocupar uma outra área sem destinação na Fazenda Reunidas, visto que os 300 hectares já eram loteados para outras famílias da região de Promissão. Ocupamos essa área na Fazenda em 30 de abril de 1989. Tivemos o apoio do MST, da CPT, Comunidades e Paróquia local. Os trabalhadores muito animados, organizaram-se em 10 grupos de trabalho e demarcaram glebas de 7,0 alqueires para cada família (...)*
>
> *O INCRA pediu a reintegração de posse da terra que ocupamos, sofremos ameaça de despejo em novembro de 1989, pelo oficial da Justiça Federal, onde a CPT nos apoiou com a necessária assessoria jurídica; no dia 15 de fevereiro de 1990 quanto estava marcado a audiência na Justiça Federal, finalmente, 30 minutos antes da audiência o INCRA retirou a ação de processo contra as famílias. Os trabalhadores permaneceram na área e após 42 negociações conquistamos a demarcação Oficial do INCRA e Secretaria da Agricultura, em outubro de 1990'* (Copajota 1993).

Entre a montagem do acampamento nas imediações da Fazenda Reunidas na noite de 02 de novembro de 1987 e a demarcação oficial dos lotes conquistados foram 35 meses nos quais se mesclaram e alternaram variados e intensos enfrentamentos com longos e cansativos períodos de espera e desânimo. Das 312 famílias que compunham o *Grupo de Campinas* em 1987, 135 resistiram e foram assentadas: 79 formaram uma das agrovilas do Assentamento Reunidas; outras 24 famílias deslocaram-se para lotes sem ocupação efetiva nas outras dez Agrovilas criadas no assentamento; e 32 foram transferidas para o Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, onde foram, de forma similar, hostilizados pelos acampados que ali pleiteavam seu assentamento.

O Assentamento Fazenda Reunidas chegava à sua configuração definitiva. De um total de 17.138,26 hectares, 5.072,02 foram convertidos área de reserva ambiental, como exige a legislação; e 12.066,24 hectares foram divididos em 629 lotes familiares, cada um com 19,3 hectares (com pequenas variações) e áreas de uso comunitário. Várias áreas de florestas foram derrubadas para abrigar o maior número possível de famílias. O *Grupo de Campinas* preferiu ter acesso a lotes um pouco menor (18,1 hectares) para que alguns dos jovens solteiros pudessem também ser assentados. Após alguns anos, a população do assentamento chegava a pouco mais de três mil pessoas, uma média de aproximadamente cinco moradores por lote. As famílias que buscavam o assentamento eram preponderantemente pobres e com baixa escolaridade, como se depreende de relatórios oficiais em 1988:

> *'...85,75% dos selecionados recebem tão somente até um salário mínimo, o que demonstra o grau de pobreza absoluta em que vivem... A instrução escolar restringe-se basicamente a alguns anos freqüentados das primeiras séries do atual 1º grau... Considerando-se o nível destes cursos primários não será exagero afirmar que 97% dos titulares de lote está um pouco além do saber escrever o nome e da realização das primeiras operações aritméticas, e estas mais aprendidas na prática do que na escola'* [8].

O assentamento permitiu uma reversão da dinâmica demográfica verificada em Promissão desde os anos 40, e a população rural, que em 1980 era de 4.323 pessoas, subiu para 5.888 logo após a criação do assentamento, um crescimento absoluto de 36,2%. A população total, que também vinha de um contínuo declínio, cresceu de 20.177 para 27.981 pessoas entre 1980 e 1991. O assentamento levou a uma alteração na dinâmica econômica local, o que pode ser ilustrado a partir de diferentes percepções da população do município, como a de Sérgio Alves Pereira, que durante um período trabalhou como gerente de um posto de combustível:

> *'Antigamente, essa região era tudo pasto; era só gado, pouca gente trabalhava. Houve* [com o assentamento] *um aquecimento da economia na área agrícola toda e do comércio em geral; um aquecimento do comércio devido aos financiamentos que eles recebem e pelo consumo geral: alimentício, vestuário, insumos agrícolas. Eram coisas que não tinha aqui na cidade. A cidade não tinha movimento. Na época, eu tinha um escritório contábil. Aqueceu meu escritório, eu vivi isso. O pessoal falava que viria para cá muito desocupado marginal que gosta de baderna. No começo, tinha muito preconceito. Hoje é bem pouco, dá para desconsiderar o preconceito. Pelo contrário, todo mundo quer vender para eles porque eles pagam direitinho. Eu*

> *mesmo forneci muito óleo diesel e nunca me deu prejuízo. Foi uma surpresa agradável para a cidade'.*

Entre as características da implementação do assentamento está o protagonismo dos assentados na construção de sua infra-estrutura produtiva e social, o que se expressa, por exemplo, no caso da Agrovila de Campinas, na construção de casas, caminhos, estradas, de um barracão comunitário, utilizado como escola e local de reuniões, no abastecimento de água através de criativos e improvisados mecanismos (alguns assentados chegaram a desenvolver uma bomba a gás de cozinha para gerar energia elétrica) e na própria divisão, sorteio e demarcação dos lotes; ou seja, houve um variado processo de autoconstrução do assentamento. Outros itens foram também implementados pelos assentados antes mesmo que o Estado tomasse alguma iniciativa [9]. A primeira e incompleta política habitacional do Estado para o assentamento foi definida apenas após oitos anos de seu início, com a liberação de R$ 2.000,00 por família.

Do ponto de vista político, apenas uma parte das famílias assentadas, aquelas que vieram a formar a Agrovila de Campinas, tinha uma vinculação direta com o MST. Outro grupo de acampados, que formou a Agrovila dos 44, também vinha de uma longa trajetória de embates e negociações políticas. No episódio conhecido localmente como a *Quebra da Porteira*, os dois grupos de acampados agregaram-se ao restante da população selecionada para ocupar o assentamento com o objetivo de romper alguns obstáculos paramilitares criados pela família Ribas para tentar reverter a desapropriação.

Nos anos 90, foram abertos dois novos campos de disputas políticas e jurídicas na localidade: em um deles, os Ribas procuravam aumentar o valor e receber a indenização pela desapropriação: *'de lá para cá estamos tentando receber* [as indenizações previstas em lei]... *O negócio é político. Esse governo* [FHC] *parece que está pondo as dívidas em dia. Os outros governos diziam 'vamos pagar', e nada. Vamos ver agora'* (cf. entrevista de Antonio Correia Ribas concedida a Buim 1996:47-56). O pagamento da desapropriação da Fazenda Reunidas acabou sendo mencionado como um caso exemplar de superindenização:

> *'trata-se da elevação, artificial e exorbitante, dos valores pagos a título de indenização aos proprietários de terras desapropriadas... quase que invariavelmente por meio de ações judiciais, em processos que se arrastam por anos nas diversas instâncias do Poder Judiciário'.*

O valor inicial da indenização arbitrada pelo INCRA foi de R$ 25,8 milhões, ou seja, quase R$ 40.000,00 por família assentada. Isso corresponde a cinco vezes o valor dos financiamentos para investimentos produtivos que cada família receberia nos dez primeiros anos do assentamento (de acordo com os dados apresentados no próximo capítulo). Mesmo assim, os antigos proprietários recorreram na Justiça para elevar a indenização para R$ 385,5 milhões, o que perfazia um total de mais de R$ 600.000,00 por família assentada (Ministério do Desenvolvimento Agrário 1999).

Até2004, continuava incertoo destino dos acampados em Promissão. Assentamento Dandara – Promissão

Uma segunda frente de disputas abria-se com a montagem, em 21 de novembro de 1997, de um novo acampamento em Promissão, na Rodovia BR 153 km 154, com 76 famílias que reivindicavam a desapropriação de mais uma propriedade da Família Ribas, a Fazenda Floresta, ao lado da Fazenda Reunidas. Eram em sua maioria trabalhadores assalariados rurais que vinham obtendo apenas ocupação temporária e mal remunerada nos municípios da região. Passados mais de seis anos, os acampados continuavam aguardando a desapropriação dos 2.813 hectares, em meio a três mortes por atropelamento (até novembro de 2000), dissensões entre acampados e MST (que motivou a divisão do grupo em dois acampamentos), falhas do INCRA e obstruções formais dos Ribas na condução do processo judicial e a sobrevivência em condições de enorme pobreza e privação habitacional e alimentar.

População começa a ocupar o Assentamento Fazenda Coqueirão, 2002

Notas

1 Uma versão mais detalhada sobre o assunto desta seção pode ser encontrada em Bergamasco e Norder (1999).

2 Houve, a partir de 1995, o surgimento de diversos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema, disputando a representação política dos trabalhadores interessados nos projetos de assentamento. Cerca de dez organizações populares, foram se difundindo pelo Pontal, em geral como dissidência do MST (Fernandes 2001). A multiplicação de conflitos e ocupações de terras vem também sendo observada no interior das organizações sindicais e vários outros movimentos sociais em todo país: *'grupos autônomos, com líderes que recorrem à retórica e práticas de extrema esquerda, surgem em diversos pontos do país e se concentram principalmente no Norte e Nordeste'* (*Folha de São Paulo* 24 de setembro de 1995); *'a inexistência do MST no sul do Pará faz com que as invasões de fazendas na região sejam marcadas por improviso e falta de ideologia política'* (*Folha de São Paulo* 29 de março de 1997).

3 Cf. ITESP, *Caderneta de Campo: Assentamento Fazenda Reunidas, safra 97/98 – Tabulações*. Promissão: Instituto de Terras do Estado de São Paulo 1998, pp-31-32. Alguns dados sobre o índice nacional de permanência nos assentamentos do Brasil podem ser encontrados em Guanziroli (1994). Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul o índice de evasão é em geral mais baixo que na região Norte, dada a disparidade na infra-estrutura econômica e nas políticas sociais.

4 No Estado de São Paulo, existiam cerca de 135 mil estabelecimentos rurais em meados dos anos 90. Entre 1970 a 1995, houve uma redução de 1.357.113 para 914.954 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Deste total, boa parte é empregada apenas sazonalmente. O trabalho temporário atinge seu pico nos meses de junho e julho, quando são empregados não mais que 240 mil trabalhadores. Em janeiro e fevereiro, este número cai para até 95 mil trabalhadores.

5 Ver também a importante coletânea de entrevistas reunidas por D'Aquino (1996).

6 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário, *Relatório técnico de avaliação do potencial da área: Assentamento Fazenda Reunidas*. São Paulo: DAF 1988, p. 4.

7 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário. *Projeto Fazenda Reunidas: diagnóstico e metas*, São Paulo: DAF 1991

8 Delegacia da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, *Perfil sócio-econômico dos trabalhadores selecionados para a Fazenda Reunidas*. São Paulo: Delegacia Regional São Paulo, agosto de 1988, p. 21. Estas estimativas referem-se ao grupo de 800 famílias pré-selecionadas para ocupar o assentamento, mas uma parte delas não chegou a ser assentada; e, posteriormente, ingressaram as famílias provenientes dos acampamentos. Os dados indicam, no entanto, as características gerais das famílias que buscavam o assentamento e de parte das que ali permaneceram.

9 Sobre a autoconstrução habitacional no meio urbano, ver Jacobi (1981), Ward (1982), Bolaffi (1983) e vários outros textos publicados no início dos anos 80 nas revistas *Espaço e Debate* e *Projeto*. A discussão pode ser retomada para a análise dos assentamentos rurais.

6 Sistemas de Crédito, Estado e Arranjos Locais

Os assentamentos de reforma agrária têm sido indicados como uma das prioridades de políticas públicas para a geração de empregos e superação da situação de pobreza que atinge a uma larga parcela da população rural brasileira. Já se alertou que as considerações sobre este assunto precisam levar em conta a complexidade, as particularidades e a diversidade das práticas produtivas e reprodutivas conduzidas por uma população caracterizada por uma trajetória histórica e sistemática de exclusão social. As observações podem então enfatizar, entre muitos outros eixos temáticos, a combinação entre atividades produtivas com finalidade mercantil e atividades reprodutivas ao menos parcialmente não-mercantis, como a produção de alimentos para consumo doméstico e a autoconstrução habitacional (Garcia Jr. 1994; Norder 1997); ou ainda a combinação entre atividades agrícolas e não-agrícolas (Graziano da Silva 1997). Este conjunto de possibilidades nos leva a projetar um cenário de grande diversidade na organização sócio-econômica e política dos assentamentos rurais.

No entanto, a produção agropecuária mantém uma importância decisiva para a ocupação da força de trabalho e para a geração de rendimentos monetários entre a população dos assentamentos rurais, o que reafirma sua centralidade nos debates teóricos e políticos da contemporaneidade[1]. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é interpretar a produção agropecuária nos assentamentos como processo historicamente institucionalizado – revisitando a expressão utilizada por Polanyi (1976:176) para destacar, no bojo das atividades econômicas, a relevância do papel desempenhado por domínios institucionais, como religião, governo, legislação, meio ambiente, cultura e outros supostamente extra-econômicos: *'la diversidad de las instituciones de mercado se ha oscurecido en los últimos tiempos en nombre del cencepto formal del mecanismo de oferta-demanda-precio'*. Muitos são os autores que procuraram explorar os desdobramentos deste eixo de análise e observaram a construção histórica das instituições sociais e políticas atinentes à realização de atividades econômicas com base em pesquisas locais e regionais (Bagnasco 1988; Pahl 1985).

A construção institucional através da qual se realiza a produção agropecuária não ocorre de forma estática, automática ou predefinida, mas a partir das interações, negociações e embates entre agricultores, agências governamentais e outros atores sociais. Ganha relevo, como tema de pesquisa sociológica, a dinâmica das políticas públicas nacionais ou mesmo as forças econômicas nacionais/globais e os contínuos rearranjos sociais e políticos efetuados *na localidade*. Uma observação das interfaces entre globalização e localidade permite uma análise do desenvolvimento rural como resultado de uma complexa rede de relações entre atores sociais, nas quais a localidade é palco de uma ativa desconstrução-reconstrução de programas governamentais e

interesses econômicos do capital industrial e agroindustrial. Na localidade são exercidas relevantes interações sociais e políticas que conduzem à criação de determinados *espaços de manobra*, inclusive como parte das relações de poder e resistência que caracterizam a produção agropecuária e as relações de mercado.

> *'O desenvolvimento agrário nunca é apenas um derivativo do mercado: a compreensão de sua dinâmica requer uma cuidadosa análise das relações sociais de produção... (que usualmente envolvem específicos padrões institucionais e vinculações), em cenários historicamente produzidos, com base em características culturais locais, etc. Portanto, o mesmo conjunto de condições de mercado, pacotes tecnológicos e políticas agrárias pode perfeitamente levar a uma considerável variedade de respostas'* (Long e Ploeg 1994:4).

Buscaremos neste capítulo aprofundar e detalhar esta perspectiva através de uma pesquisa de campo no Assentamento Fazenda Reunidas, com ênfase sobre dois temas: a) as disputas e acordos sociais e políticos efetivados na localidade durante a implementação e a desativação do Procera e outros programas governamentais e b) o impacto social das construções institucionais locais sobre os processos históricos de interação comercial e tecnológica. Trata-se, portanto, da reconstituição de um processo de construção e reconstrução institucional *na localidade* em sua vinculação específica com as políticas públicas nacionais e com os atores sociais que representam interesses econômicos também de abrangência supralocal[2]. O principal ponto de discussões deste capítulo refere-se à relação entre Estado e assentamento, uma vez que coube ao Estado a provisão do sistema de créditos e assistência técnica e dos serviços de infra-estrutura social e produtiva – fatores de grande repercussão em qualquer formação sócio-econômica.

O Assentamento Fazenda Reunidas foi apontado em diversas ocasiões formais e informais como um 'assentamento modelo', ou pelo menos como um assentamento no qual algumas condições são relativamente mais favoráveis do que as predominantes na maioria dos demais assentamentos no Estado de São Paulo e no Brasil. Isso devido à sua posição geográfica, na porção central do Estado, que facilitaria o acesso aos mercados de cidades de importância regional em uma distância relativamente curta; a presença de solos cuja fertilidade poderia viabilizar o cultivo de diversos produtos; ou, de um ponto de vista ideológico, e questionável do ponto de vista ético-político, por ter sido o processo de seleção das famílias executado parcialmente pelo Estado, a partir das demandas encaminhadas administrativamente pelos sindicatos da região, e não apenas através da ação incisiva dos movimentos sociais e de suas ocupações de terras como estratégia de pressão e enfrentamento[3]; a disponibilidade de lotes com 19,3 hectares em média, área equivalente ao conceito de *módulo rural*, e que, segundo a definição do *Estatuto da Terra*, deveria permitir a realização de uma produção agropecuária suficiente para a manutenção de uma família.

O assentamento estaria contando, portanto, com diversos fatores positivos para que as famílias ali inseridas pudessem desenvolver a produção agropecuária e assim alcançar melhores condições de vida e de trabalho. Há ainda quem estime uma aplicação de investimentos públicos mais expressiva em alguns poucos assentamentos, dentre os

quais o de Promissão[4]. Além disso, o fato de o assentamento ser composto por 629 famílias e ocupar uma área de 17.138,26 hectares, transformou a experiência em uma referência para a avaliação do impacto da distribuição de terras em um pequeno município, uma vez que o assentamento contribuiu para alterar a composição demográfica e econômica de Promissão, como vimos no capítulo anterior.

No entanto, ao iniciar uma pesquisa empírica no Assentamento Fazenda Reunidas, pode-se deparar com uma certa ambigüidade: por um lado, as famílias manifestam satisfação com a conquista da terra, o avanço da cidadania e a melhoria das condições de vida e de trabalho que o assentamento proporcionou em comparação ao que vivenciaram anteriormente; por outro, logo são expostos os impasses decorrentes dos limites e entraves para o desenvolvimento da produção agropecuária. Um dos aspectos destes impasses na produção afigura-se como uma relação social: o arrendamento de terras.

6.1 Provisoriedade e irregularidade

Em abril de 2001, o coordenador do Grupo Técnico de Campo da Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo, órgão que passou a agrupar, a partir de 1991, o Departamento de Assentamento Fundiário e outras agências estatais relacionadas à questão fundiária) traçava um panorama do Assentamento Fazenda Reunidas nos seguintes termos: entre 10 e 20% das famílias não teria qualquer produção comercial; outro grupo, abarcando cerca de 10 a 15% do total, estaria arrendando integralmente o lote a terceiros, principalmente de fora do assentamento; pouco mais da metade das famílias estaria arrendando pelo menos uma parcela do lote, nas mesmas condições e relações; e apenas algo entre 10 e 20% das famílias estaria produzindo eficazmente em todo o lote.

As cifras são imprecisas, uma vez que inexiste qualquer levantamento de dados oficiais sobre esta relação social de grande relevância no assentamento; nas estatísticas do ITESP, a prática de arrendamento ou de parceria é inexistente ou tratada de forma superficial – e informações quantitativas ou qualitativas mais seguras sobre outros temas também não foram levantadas até o momento. Contamos apenas com suposições formuladas a partir de múltiplas informações cotidianas. No entanto, apesar da imprecisão quantitativa, a avaliação nos permite adentrar no universo de discussões locais sobre os resultados da produção no assentamento. Técnicos estatais e muitos assentados fazem variados cálculos, alguns mais otimistas, outros bastante pessimistas, mas os termos permanecem os mesmos: os arrendamentos expressam a perda, total ou parcial, do controle da produção agropecuária por uma parcela dos assentados. *'Tem assentamento que é bem pior'*, estimava um agrônomo do ITESP em Promissão.

Os arrendamentos, apesar de proibidos pelas agências governamentais, começaram a ser efetuados em Promissão desde o início do assentamento – e expressam o teor das relações entre Estado e assentados. Em 1991, um relatório do ITESP já indicava que, *'basicamente, existem três tipos de irregularidades: a não-moradia no lote, a não-exploração do lote, arrendamento do mesmo, atingindo um total de aproximadamente 15% dos lotes'*. No final da safra 92/93, técnicos do ITESP lamentavam que o

arrendamento de lotes permanecia *'constante'*. A *'solução normalmente adotada'* era a *'notificação por escrito'*, ação de pouca ou nenhuma eficácia, *'pois as medidas de exclusão do beneficiário dependem do INCRA* [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]*"*[5]. Nos anos seguintes, os 'irregulares' arrendamentos continuaram a ser tolerados pelo Estado, e tornaram-se mais freqüentes a partir de 1995; foram aumentando nos anos posteriores e aceleraram consideravelmente a partir de 1999, com a extinção do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

A renda monetária obtida através dos arrendamentos parciais ou integrais do lote agregava-se aos recursos obtidos através de outras atividades, como, principalmente: a) a produção agropecuária em uma outra parte do lote; b) a produção de alimentos em pequena escala para consumo doméstico; c) o acesso a recursos advindos da previdência social, que adquire especial importância para as famílias que abrigam idosos; d) o trabalho assalariado temporário ou permanente nas imediações ou no interior do assentamento. É, no entanto, necessário salientar que muitos dos que arrendavam parcialmente o lote vinham obtendo uma boa produção na área sobre a qual continuam detendo um controle direto. Assim, a prática de arrendamento não pode ser avaliada como único e determinante indicador da condição produtiva de cada produtor.

Como veremos mais detalhadamente no capítulo 8, há no assentamento um certo contraste: uma parte dos assentados pôde alcançar um volume de produção agropecuária que fez desta atividade a principal fonte de recursos para a manutenção econômica da família, com a ocupação produtiva de duas, três ou mais pessoas; outras famílias, ao contrário, '*precisam buscar recursos fora*', como costumam dizer os assentados, seja através do trabalho assalariado temporário ou permanente, do arrendamento do lote ou da parceria na produção. Alguns assentados e assentadas dedicavam-se a atividades não-agrícolas: eram costureiras, artesãs, borracheiros, pedreiros, carpinteiros, empreendedores de pequeno comércio e os mais diversos profissionais semi-especializados. A produção agropecuária continuava sendo, apesar disso, a mais importante fonte de rendas no assentamento (Norder 1988; Bergamasco *et. al*. 2001).

Vejamos como estas condições foram criadas historicamente. As famílias do assentamento obtiveram o acesso a uma área provisória para o cultivo no final de 1988. O DAF (Departamento de Assentamento Fundiário) previa que

> *'para a safra 88/89 deverão ser mobilizados recursos no valor de Cz$ 544.154.905,28 para crédito de custeio... alocado pelas instituições financeiras estaduais como Caixa Econômica e Banco do Estado de São Paulo'* [6].

Estes recursos, no entanto, não foram disponibilizados como parecia estar garantido. Os recursos para o custeio da produção vieram sobretudo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade assistencial ligada ao governo federal, e do apoio das prefeituras dos municípios de onde vinham os assentados. O investimento da LBA foi praticamente repassado a fundo perdido, diante da elevada inflação e da possibilidade de converter o pagamento em inversões no próprio assentamento. A produção auferida

foi comercializada, ficando uma pequena parcela retida para consumo alimentar interno.

Vivendo provisoriamente em barracos de lona plástica, como na época dos acampamentos, os assentados plantaram 3.260 hectares de milho, 1.160 de arroz, 720 de feijão e 257 de algodão, além de mandioca e outros produtos. Os lotes familiares ainda não haviam sido delimitados e a precariedade na infra-estrutura social e produtiva era atenuada através desta produção comunitária (em sete hectares por família, em média), o que permitia a obtenção de rendimentos ainda muito reduzidos. Muitas famílias não haviam se transferido para o assentamento: permaneciam em outras cidades, desenvolvendo outras atividades, enquanto alguém da família conduzia a produção e improvisava sua sobrevivência.

A implementação do assentamento havia criado uma situação política e social bastante conflituosa no município. Os assentados, com determinada organização política, vinham reivindicando linhas de crédito para iniciar uma produção de maior alcance em seus lotes, o que incluía a interdição temporária de agências bancárias, manifestações públicas no município, articulação com órgãos governamentais locais, estaduais e federais, mobilização de representantes partidários. Tratava-se de uma população que vinha resistindo em condições sociais bastante penosas nos acampamentos com o objetivo de conquistar o acesso à terra. Agora, com a terra já conquistada, mas sem recursos para a produção ou mesmo para a garantia da satisfação das necessidades alimentares básicas, iniciavam a reivindicação de financiamento para a produção. Armados de um discurso que articulava reforma agrária, democracia e cidadania, os assentados mostravam-se incisivos e convencidos de que a demanda era justa, bem fundamentada e necessária, a despeito da hostilidade e do preconceito de parte de segmentos locais contra tais 'invasores sem-terra'.

A agência local do ITESP, composta por funcionários que de forma predominante demonstravam certa afinidade política com a proposta de reforma agrária, contava com recursos técnicos e financeiros marcadamente limitados, o que impedia a formulação de um programa de desenvolvimento produtivo com base nas potencialidades econômicas, sociais e ambientais da localidade. Nos planos estadual e federal, havia um notável descaso para com as políticas de reforma agrária e para com o desenvolvimento da produção nos assentamentos, bloqueando a atuação local das agências estatais. As linhas de financiamento para a produção dos assentamentos eram ainda precariamente administradas em todo país. Em 1989, um agrônomo do ITESP/Promissão ponderava que *'o Estado em grande parte é omisso. Existem até órgãos que deliberadamente exercem uma política deliberada de boicote'* (citado por Borges 1997:193). Criados sob pressão popular, os assentamentos passariam a enfrentar o descaso estatal no que se refere ao financiamento da produção.

Tudo isso era traduzido em uma situação de conflito social e político na localidade, mas que transcorria em uma articulação política mais ampla, de dimensão estadual e nacional, conduzida principalmente pelo MST, pela Contag e por setores da Igreja Católica, com o objetivo de criar linhas governamentais de crédito adaptadas às condições dos assentamentos. No Estado de São Paulo, chegou-se a ser esboçada a

criação de um acordo formal entre agências governamentais e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), mas que não chegou a ser efetivado.

Após diversas manifestações políticas e negociações na localidade, as famílias do assentamento conseguiram firmar um acordo envolvendo DAF, INCRA e agências locais do Banco do Brasil, viabilizando a liberação de financiamentos para o assentamento. As agências locais do Banespa e da Caixa Econômica Estadual, espelhando-se na experiência inicial do Banco do Brasil, também vieram a financiar o custeio da produção do assentamento nos anos seguintes. O resultado desse acordo local confere certa especificidade à experiência de Promissão: em poucos assentamentos do Estado de São Paulo houve um arranjo local similar para que as agências bancárias deliberassem pelo *financiamento de custeio* da produção das famílias assentadas.

Foram demarcados os lotes familiares e a produção passou a ser conduzida de forma individual-familiar[7]. A partir de então, a relação entre Estado, agências bancárias e assentados adquiriu um formato cujos desdobramentos, como veremos, foram decisivos para a difusão de determinadas formas de produção agropecuária. Após esses dois primeiros anos de improvisações, iniciava-se uma segunda fase na história do assentamento.

6.2 Condições e contradições do crédito

Inaugurava-se uma articulação entre Estado, agências bancárias e assentados que traria conseqüências decisivas para as relações políticas e institucionais para o desenvolvimento da produção agropecuária no assentamento. Vale lembrar que o *crédito de custeio* tem uma finalidade de curto prazo: a compra de insumos e serviços necessários a um determinado cultivo. Concluída a safra, o crédito deve ser quitado; é distinto do *crédito de investimento*, cujo prazo de pagamento geralmente é maior e visa a compra de máquinas, equipamentos e outros bens de produção utilizados no longo prazo. O Banco do Brasil financiou em 1990 o *custeio* de 4.216 hectares, o que correspondia à metade da área plantada no assentamento; um total de 411 famílias recebeu esse financiamento.

Uma pequena parte dos assentados dispunha de alguns recursos já no início do assentamento. Entre as 629 famílias, 91 possuíam um pequeno trator e alguns implementos; outras contavam com certos recursos provenientes, por exemplo, da venda de uma casa ou da rescisão de contratos de trabalho, convertidos em investimentos produtivos ou habitacionais no novo projeto de vida. Detinham alguma capacidade produtiva obtida anteriormente. Mas estes eram poucos. A maior parte das famílias encontrava-se em uma situação de extrema pobreza, sobretudo as que permaneceram vários anos nos acampamentos, na luta pela terra, como era o caso dos assentados da *Agrovila dos 44* e da *Agrovila de Campinas*. Isso significa que, no início do assentamento, não dispunham de instrumentos de trabalho, tratores, implementos, nem de equipamentos domésticos básicos. Mesmo a alimentação mais imediata não estava assegurada, além das restrições dos programas na área de saúde, transporte e educação. Por outro lado, parte destas famílias em situação de maior pobreza pôde

contar com donativos de organizações não-governamentais internacionais de filiação católica ou luterana, o que atenuou momentaneamente a limitação das condições produtivas.

Em um contexto social como o que se apresenta, no qual um contingente de trabalhadores buscava superar sua situação pobreza através da produção agropecuária, as linhas estatais de crédito para investimento tornam-se decisivas. No entanto, dado o bloqueio macropolítico, foram sendo desenvolvidos diversos embates e estratégias no plano local. Vejamos algumas das características do sistema de créditos criado através destes embates e negociações. Em 1989, o governo estadual concedeu uma primeira linha de crédito de investimento para 454 famílias do assentamento, resultando na aquisição de 45 tratores de pequeno porte, já bastante usados em sua maioria, e alguns poucos implementos mecânicos. Formaram-se grupos com cerca de dez famílias para cada trator. Apesar de ser *'o primeiro e único crédito de investimento'* até o início dos anos 90, estes recursos foram claramente insuficientes: *'a falta de crédito de investimento tem contribuído, de maneira impeditiva na maioria das vezes, para o desenvolvimento sócio-econômico do assentamento'*, na avaliação do DAF/Promissão em 1991. A insuficiência destes recursos para o atendimento das necessidades da produção, bem como as dificuldades para a manutenção deste depreciado e avariado maquinário, além de problemas internos de administração, levaram a uma rápida dissolução dos grupos, que optaram por vender os tratores e distribuir os recursos entre as famílias.

Feitas estas ressalvas, podemos afirmar que o *crédito para o custeio* da safra foi liberado sem que houvesse uma prévia definição de uma linha de *créditos para investimento* no assentamento. Isso fez com que a produção do assentamento fosse direcionada para dois cultivos com elevada *externalização* ou *mercantilização* do processo produtivo: o milho e o algodão. O conceito de *mercantilização*, ponto de partida para uma interpretação das formas endógenas e exógenas de desenvolvimento rural, refere-se à

> *'proporção de recursos mobilizados através do mercado em contraste com o total de recursos aplicados na produção – e reflete o grau em que a mercantilização das relações sociais penetram o processo de trabalho e a produção'* (Ploeg 1986:43)[8].

As relações sociais necessárias à produção de milho e algodão apresentam uma elevada dependência em relação ao mercado de insumos e traz várias conseqüências sociais, culturais e ambientais.

Com a liberação do *crédito de custeio* para o assentamento, as famílias passaram a contratar no mercado local (ou entre os próprios assentados) os serviços de mecanização para o preparo do solo e trataram de adquirir nas casas comerciais locais o conjunto de insumos requisitados para a produção: sementes, adubos e agrotóxicos. Diante do fato de que a produção de milho demanda pouca força de trabalho, ampla mecanização e elevada aquisição de insumos externos de origem agroindustrial, os assentados desempenhavam, em grande medida, o papel de gestores da produção. A principal estratégia para uma redução do custo de produção de milho poderia ser o controle pelos assentados de uma das mais importantes atividades para este sistema de

produção: a mecanização. No entanto, não contavam até aquele momento com linhas de crédito para a aquisição de bens de produção. Tornava-se necessário contratar a prestação deste serviço através de relações de mercado, no próprio assentamento ou fora dele.

Neste período, houve um direcionamento estatal para a produção de milho, através de restrições creditícias, não apenas por tratar-se de uma cultura que poderia ser conduzida por produtores detentores de pouquíssimos meios de trabalho (ficando os serviços de mecanização sob a dependência de relações mercantis), situação em que se encontrava boa parte dos assentados, mas também porque o milho vinha mantendo preços atrativos no mercado e apresentava certa rentabilidade. Nos anos seguintes, esta equação foi sendo alterada: o preço dos insumos industriais, acompanhando as cotações do dólar, foi aumentando sucessivamente, enquanto o preço de venda da saca de milho permaneceu relativamente estável, dado o contexto macroeconômico de importações deste produto, entre outros fatores. Os cultivos eram fortemente dependentes, portanto, das cotações da moeda brasileira e da demanda internacional.

Como a produção de milho requer poucos meios de trabalho no interior da unidade produtiva, já que tal carência pode ser suprida pela compra de insumos e serviços no mercado, sua realização depende do estabelecimento de variadas relações sociais e comerciais, que precisam ser bem construídas do ponto de vista institucional. Considerava-se ainda que tal cultivo levaria a uma ocupação mais ampla do solo e que traria rendimentos monetários no curto prazo, cerca de sete a oito meses. O parâmetro estatal decisivo para a orientação da produção inicial do assentamento foi a ampliação da área cultivada através do emprego intensivo de insumos agroindustriais via crédito de curto prazo, o que não necessariamente coincidia com um aumento da ocupação da força de trabalho familiar ou uma obtenção de maior rendimento por unidade de área.

Tratava-se não apenas de uma prioridade para uma produção em escala, mas de uma restrição, um confinamento das políticas de créditos para a produção de milho. Além disso, a operacionalização deste direcionamento apresentou diversas contradições e desentendimentos. No período inicial de desenvolvimento da produção no assentamento, difundiram-se entre os assentados os rumores de que o DAF estaria exigindo que pelo menos 70% da área de cada lote fosse destinada à agricultura, o que, em termos imediatos, tinha nome certo: a produção de milho. Como os assentados não receberam qualquer título jurídico de posse ou propriedade sobre a área ocupada – o que, segundo relatório do DAF em 1991, *'torna difícil a relação estado-assentado no que diz respeito à direitos e obrigações'* – a exigência passou a ser interpretada pelos assentados como uma ameaça. Pode-se questionar até que ponto, durante quanto tempo ou como tais informações foram efetivamente emitidas. Alguns técnicos procuram negá-las, atenuá-las ou relativizá-las; um fato incontestável é que tais noções povoaram o imaginário dos assentados, e se os técnicos não chegaram a divulgar abertamente esta versão, por sua vez não conseguiram divulgar uma mensagem contrária.

Por outro lado, as agências bancárias liberavam os financiamentos conforme o Valor Básico de Custeio (VBC) definido pelo Banco Central. Era uma estimativa de custo de

produção para os cultivos a serem financiados pela política agrícola oficial. Mas como o contexto era inflacionário, os valores ficavam constantemente subestimados. Além disso, todo o sistema bancário governamental oferecia o financiamento de apenas 70% do VBC estimado para uma determinada cultura. Desta forma, um assentado, ao solicitar um financiamento para uma área de 12 hectares, por exemplo, recebia do banco o equivalente a apenas 8,4 – e com base não nos custos reais de produção, mas nos índices do VBC. Recebia, então, seguramente, menos de 70% do custo de produção[9]. Havia o pressuposto nas políticas agrícolas oficiais de que os produtores rurais deveriam oferecer uma contrapartida ao projeto de produção, algo incompatível com a situação da maioria dos assentados.

A conclusão da operação de crédito era atingida mediante outras duas condições adicionais. A primeira era a de um pagamento de um seguro agrícola, oferecido por empresas estatais (Proagro ou Cosesp), cuja taxa variava de 5 a 9% do valor financiado. O valor de ressarcimento era estipulado de acordo com o custo da proporção perdida, e não com a estimativa de colheita. Os assentados precisariam enfrentar a difícil situação econômica que uma quebra de safra traria para sua reprodução social. Outra exigência bancária e administrativa referia-se à comprovação, através da apresentação de notas fiscais, da aplicação dos insumos agroindustriais em conformidade com o 'receituário agronômico' definido pelo DAF. Após receber o financiamento, os assentados tornavam-se passíveis de uma ampla fiscalização: a do banco, a dos técnicos do DAF e a da companhia estatal de seguros. A área prevista deveria estar plantada e os documentos comprobatórios do uso dos insumos poderiam ser averiguados por estes diferentes órgãos estatais.

Houve um notável direcionamento do sistema de créditos para a produção de grãos, um processo produtivo marcado por elevada dependência com relação ao uso de insumos agroindustriais e financiamentos governamentais, uma acentuada prescrição técnica e uma ampla fiscalização e controle de agências bancárias e estatais. Por outro lado, os recursos disponibilizados eram sabidamente insuficientes para a realização da produção. A inserção dos assentados nas linhas de crédito disponíveis evidenciava suas primeiras limitações e contradições.

6.3 Os impasses da produção em escala

A produção de milho foi realizada até mesmo em áreas cuja fertilidade do solo era inadequada para esta finalidade. É o caso das famílias que ocupam as áreas conhecidas no assentamento como *terra fraca*: aquelas com grande percentual de solo arenoso, nas quais a produção de milho não se desenvolve satisfatoriamente ou, em alguns casos, sequer minimamente[10]. No entanto, estas áreas possuem maior potencial, entre outros, para a produção pecuária: *'Deus não deixou terra fraca para ninguém'*, diz um assentado. Mas a pecuária pressupunha, evidentemente, um programa de investimentos de longo prazo, a começar pela formação ou recuperação de pastagens, a compra de um pequeno rebanho e a construção de cercas e instalações. O DAF permitia a pecuária apenas em uma reduzida parcela do lote, mas para isso não havia qualquer financiamento.

Nos assentamentos implementados em áreas com menor fertilidade do solo, apresentando potencial para pecuária, como freqüentemente ocorre na região centro-oeste do país, os lotes familiares tem maior dimensão (cf. definição do *Estatuto da Terra*). No Assentamento Fazenda Reunidas, os lotes foram divididos em tamanhos iguais, desconsiderando-se fertilidade, acidez, disponibilidade hídrica e outras condições naturais; em seguida foram sorteados entre as famílias, cujo destino no assentamento passou a depender ao menos parcialmente deste acaso probabilístico. Aos integrantes das *Agrovilas* de *Campinas* e *Penápolis*, devido à sua peculiar inserção política no assentamento, foram destinadas maiores porções de *terra fraca*. Outros dados sobre a pecuária no assentamento serão apresentados no próximo capítulo.

As relações entre Estado e assentados pareciam adquirir características contraditórias: o financiamento cobria apenas uma parte dos custos de produção, e os técnicos do Estado, das seguradoras e das agências bancárias deveriam exercer uma fiscalização (na forma que o contexto permitia) sobre o plantio de toda a área prevista no financiamento. Alguns assentados poderiam eventualmente obter notas fiscais 'comprovando', para fins meramente formais, o uso dos insumos exigidos, evitando assim objeções administrativas. No entanto, ainda que a área plantada alcançasse aquela prevista no financiamento, a aplicação de insumos se restringia: o espaçamento entre as plantas era aumentado; a quantidade de sementes e adubos por unidade de área não era aplicada conforme as prescrições. Isso fazia ampliar o custo da mecanização e dos insumos para o conjunto da produção.

Funcionários do banco e técnicos do Estado estavam cientes de que o financiamento era insuficiente para o cultivo planejado; que muitas famílias não dispunham da 'contrapartida' que o financiamento pressupunha; que as comprovações poderiam ser inverídicas; que várias áreas eram inadequadas para a produção de milho. As relações institucionais necessárias à produção agropecuária no assentamento começavam a apresentar contradições inclusive com preceitos jurídicos e administrativos – e a informalidade começava a ganhar múltiplas dimensões.

Parte dos produtores pôde complementar a aquisição de insumos através de duas formas: a utilização de recursos próprios e a compra de insumos a prazo nos estabelecimentos comerciais locais, com o pagamento previsto para a época da colheita, geralmente com uma taxa de juros de 5% ao mês. Todavia, o elevado número de famílias não permitia que esta forma de crédito pudesse alcançar maior abrangência. Além disso, em muitos casos, mesmo estes empréstimos não chegaram a suprir completamente as lacunas deixadas pelas linhas oficiais de crédito de custeio.

Com base nestas variadas negociações com agentes estatais e privados, atingiu-se uma produção em uma vasta *área* do assentamento. E a colheita de milho parecia grande no primeiro ano: caminhões, colheitadeiras, carros e caminhonetes circularam intensamente por toda o assentamento. O volume da produção obtida escondia, no entanto, seu impacto social: uma parcela de assentados teve sua produção completamente perdida; outra parcela obteve uma produção que permitia resgatar apenas parcialmente o valor do financiamento; muitos assentados obtiveram alguma

rentabilidade, mas muito pequena, insuficiente para manter a família até a próxima colheita; apenas uma minoria havia atingido elevados patamares de produtividade e rentabilidade. Concluída a primeira safra, uma parte dos assentados estava endividada.

Para a safra seguinte, foram promovidas novas interdições de agências bancárias, manifestações públicas locais e negociações nacionais para o financiamento da produção. E os procedimentos se repetiam. Com mais uma liberação de recursos do *crédito de custeio*, em condições similares, reiniciava-se a produção de milho, inclusive nas áreas de *terra fraca*. Alguns dos que se endividaram na primeira safra utilizaram parte do financiamento seguinte para pagar o financiamento anterior. O valor do crédito continuava insuficiente para cobrir todo o custo real de produção; para os endividados, a situação começava a ficar dramática. Ademais, já na primeira safra, parte do reduzido *crédito de custeio* foi utilizada por muitas famílias para a compra de alimentos e produtos de necessidade doméstica: *'não dá pra questionar o cidadão'*. Na segunda colheita, o resultado não foi diferente: caminhões, colheitadeiras, carros e caminhonetes circularam por todo assentamento. E uma segunda parcela dos assentados veio a ser agregada ao grupo pioneiro de endividados.

Pode-se depreender dos próprios documentos do DAF os dois principais fatores que estavam levando a esta situação. O primeiro refere-se à limitação na aplicação de insumos e recursos técnicos na produção e o inadequado ou insuficiente atendimento de extensão rural:

> *'a falta de recursos para construção de terraços, correção da acidez do solo, aplicação de material orgânico, adubação química correta, uso correto de defensivos, aliado ao precário acompanhamento técnico... principalmente nas fases de preparo do solo, plantio e tratos culturais, com a regulagem correta dos respectivos equipamentos... têm contribuído para a baixa produtividade das culturas plantadas'* [11].

E um segundo fator, decorrente da baixa disponibilidade de recursos: o direcionamento para uma produção com elevado uso de insumos agroindustriais de curto ciclo, financiados através de uma modalidade de crédito de custeio:

> *'Inserido em região produtora de gado (corte e leite), cana-de-açúcar e café, o Projeto Reunidas vem produzindo, contrariamente a esta tendência, cereais e fibras... Algumas culturas permanentes começam a ser implementadas, como café, maracujá e sericicultura, com perspectiva de outras, como mamão, goiaba e uva, bem como a produção de leite. A falta de crédito de investimento tem dificultado e até impedido a implantação destas atividades que são fundamentais num processo de diversificação'* [12].

As condições para a produção de milho não eram muito distintas daquelas para a produção de algodão, que também requer uma intensa utilização de insumos agroindustriais, além da contratação de grande volume de trabalho assalariado para a colheita. A cultura do algodão implicava em uma circulação maior de recursos financeiros, e pressupunha um universo um pouco mais amplo de relações com outros atores sociais. Com base em algumas experiências bem sucedidas, muitas famílias resolveram apostar em um incremento na cotonicultura, que em 1994 veio a conhecer

uma crise inédita: o *vermelhão*, uma praga pouco conhecida até então, um ataque fulminante contra a produção de boa parte do Estado de São Paulo e outras regiões do país. A produtividade dos cultivos no assentamento despencou e, para reforçar os prejuízos, o preço de venda caiu significativamente naquele ano.

A produção de algodão levou mais um grupo de famílias ao endividamento – e um endividamento ainda mais acentuado do que o gerado pelo milho. Além disso, a cada nova safra, o milho produzia novos endividamentos, isso porque há também um grande risco associado a variações climáticas; ou seja, mesmo nos casos em que os assentados aplicavam corretamente todos os insumos predeterminados, a produção poderia ser destruída por secas prolongadas ou chuvas torrenciais. Nestes casos, o seguro poderia cobrir parcialmente os custos de produção. No entanto, como parte de todo este arsenal de arranjos institucionais precários, obter o ressarcimento das seguradoras estatais não era tarefa das mais fáceis para os assentados. As operações de seguro convertiam-se em um verdadeiro emaranhado burocrático e o resultado não poderia ser outro: *'o seguro poucas vezes beneficiou alguém aqui'*.

Ademais, as quebras de produção também podem ser atribuídas a um componente não secundário no sistema de financiamento: o atraso na liberação de recursos, que prejudicava todo o plantio e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos cultivos e a cobertura do seguro[13]. Além disso, o vencimento dos financiamentos era em geral marcado para final do mês de julho, fazendo com que a produção precisasse ser comercializada em épocas de tendência de queda de preços: *'até 20 de julho não tem outro preço'*. As cotações poderiam, eventualmente, melhorar a partir de setembro, mas com o apertado prazo para o pagamento do financiamento e as limitações para acessar os postos de armazenamento do governo federal, os assentados acabavam por ficar com uma reduzida margem de manobra na comercialização da produção: *'tem que colher e vender'*.

Esta fase do assentamento termina com um grande número de famílias endividadas, após o colapso gradual, em camadas sucessivas, provocado pela produção de milho e de algodão; um colapso que levava a uma desagregação dos precários arranjos institucionais construídos localmente para a liberação de créditos de custeio como resposta ao bloqueio nas políticas nacionais e estaduais para os assentamentos. Portanto, além das restrições próprias da produção de grãos e fibras em pequenos extratos de área, acrescenta-se um outro conjunto de impasses, históricos e conjunturais, decorrentes dos precários arranjos institucionais criados com o objetivo de incrementar a produção em grande escala. Os processos de produção dependentes de uma *externalização* e *mercantilização* da base de insumos, tecnologias e formas de controle têm um diferenciado impacto social, tanto no que se refere ao interior de uma mesma localidade como em unidades territoriais mais amplas.

> *'não apenas o grau de mercantilização [commoditization] nos sistemas agropecuários periféricos é freqüentemente maior que aqueles no centro, mas também o processo de mercantilização na periferia subordina o trabalho agrícola a relações sociais de produção que são muito menos favoráveis do que aquelas no*

centro. Portanto, é freqüente que as conseqüências do processo de mercantilização destas típicas situações de periferia são mais desagregadoras' (Ploeg 1990:281).

6.4 Os descaminhos do Procera

Em 1995 iniciou-se uma terceira fase no assentamento, que se prolongou até 1999. Seu ponto de partida foi a liberação de uma linha de *crédito de investimento* no valor de R$ 7.500,00 para cada família. O contrato previa um subsídio de 50% sobre o valor da dívida e uma taxa de juros fixada em 12% ao ano; o prazo de carência era de três anos. Sua finalidade era a aquisição de bens de produção. Seria o bastante para que um assentado pudesse comprar um pequeno trator usado e alguns implementos; ou um pequeno rebanho leiteiro; a instalação de uma estufa, etc. Era uma ocasião para a elaboração de um novo programa de ação, para o estabelecimento de uma nova interação entre Estado e assentados; para uma reavaliação e reformulação de estratégias produtivas; para se alcançar maior diversidade produtiva, melhor aproveitamento da força de trabalho familiar e aumento na geração de rendas.

No entanto, houve uma realocação de recursos, resultado de um novo acordo local envolvendo assentados, ITESP, INCRA, Banco do Brasil, uma cooperativa de assentados e a companhia elétrica estatal. Dos R$ 7.500,00 do crédito de investimento, um montante de R$ 4.000,00 de cada família foi utilizado para a instalação no assentamento uma rede de energia elétrica. Nada menos que 519 do total de 639 famílias aderiram ao projeto. A energia elétrica certamente auxilia a produção, mas, naquele momento, respondia a uma demanda de ordem nitidamente social. As centenas de famílias que optaram pela eletrificação vinham de difíceis anos nos acampamentos; já estavam no assentamento há mais de seis anos, sem contar com este benefício. Isso estava tornando a vida cotidiana no assentamento bastante incômoda, '*insuportável*', dizem alguns, daí a decisão da ampla maioria no sentido de assim investir os recursos recebidos. Pouco mais que 100 famílias resolveram não participar da iniciativa, seja porque seus lotes estavam situados defronte ou nas imediações da rede elétrica preexistente, ou porque, por motivos diversos, não aceitaram a proposta. São muitos os que ainda hoje criticam esta medida por considerá-la um 'injustificável desvio de finalidade', mesmo entre os assentados que a aceitaram e dela participaram. Muitos consideram que é de responsabilidade do Estado e/ou da companhia de transmissão de energia elétrica, que até então era estatal, promover a construção de uma rede elétrica no interior do assentamento.

A outra parcela dos recursos, no valor de R$ 3.500,00, foi liberada quase um ano depois, em várias parcelas e com uma restrição: os assentados deveriam dispor de plenas condições cadastrais para acessar o crédito, ou seja, deveriam *'estar com o nome limpo na praça'*. Isso significava que as dívidas renegociadas com o banco deveriam ser quitadas, sendo o mesmo válido para os empréstimos contraídos no comércio local. Todos aqueles cujo nome constasse na lista de devedores do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), organizado pela associação local de comerciantes, ou no cadastro de inadimplentes do Banco Central do Brasil, não poderiam ter liberada a parcela restante do *crédito de investimento*. Muitas famílias pagaram suas dívidas

bancárias e comerciais, mas ficaram sem os recursos para o investimento na produção; outras, sobretudo as que tiveram grandes prejuízos com o algodão, tiveram que pagar os financiamentos anteriores com os recursos do *crédito de investimento* e ainda continuaram devedoras. Pouquíssimas famílias puderam efetivamente aplicar integralmente os R$ 7.500,00 do crédito de investimento na produção. Boa parte dos recursos que deveriam ser destinados à intensificação da produção foi, portanto, diluída na eletrificação e no pagamento de dívidas contraídas sobretudo com a produção de milho e algodão.

Neste ponto, é preciso mencionar a importância de um ator social em interface com os assentados e os técnicos do Estado: os comerciantes locais de produtos agropecuários[14]. Quando os recursos do *crédito de investimentos* tornaram-se disponíveis, os gerentes da agência bancária local, responsáveis pela liberação do crédito, consultavam o SPC. É provável que tenha ocorrido um certo *lobby* local. Constatada alguma dívida para com o comércio, o credor era acionado e o crédito ficava bloqueado. Como os créditos de custeio haviam sido insuficientes, os comerciantes locais vendiam parte dos insumos a prazo aos assentados, ficando estabelecido o pagamento para a época da colheita, como já mencionado. Houve, portanto, ao lado do endividamento bancário, um endividamento também para com os comerciantes locais de produtos agropecuários. Essas dívidas vieram a ser cobradas por ocasião da chegada dos créditos de investimento. Há assentados que reclamam de uma cobrança excessiva de juros – e algumas famílias procuraram entrar com recursos judiciais contra os comerciantes, o que não impediu o bloqueio bancário naquele momento.

O balanço que se pode traçar do início daquela nova fase do assentamento é que, primeiramente, poucos puderam converter os recursos governamentais em investimentos produtivos em seus lotes; muitos apenas quitaram parte de suas dívidas de *custeio*; uma parte continuou com débitos pendentes; o assentamento passou a ter eletrificação; ampliou-se ainda mais a difusão da prática da produção em parceria e arrendamento; alguns assentados chegaram a utilizar os recursos de investimento para a compra de equipamentos domésticos, havendo casos, criticados pelos próprios assentados, de compra de velhos e surrados automóveis. Por outro lado, foi possível em certa medida incrementar a diversificação da produção, o que significava a busca de alternativas para o cultivo de milho: *'o milho não traz riquezas'*, avaliava o coordenador técnico do ITESP, opinião que coincidia com a de muitos assentados.

Houve ainda nesta fase uma modificação no sistema de crédito de custeio. O arranjo local para o financiamento da produção do assentamento ficou restrito a apenas um pequeno grupo de famílias que pôde consolidar ou ampliar sua inserção nas políticas agrícolas vigentes. Para a maior parte dos assentados, o custeio da produção passou a ser oferecido exclusivamente através do Procera, que foi então redesenhado. Todas as famílias assentadas no país passavam a contar com um financiamento mínimo para a produção. A agência bancária apenas repassava os recursos aos assentados. Para cada família foi destinado R$ 1.000,00 por ano, em 1995 e 1996, com um subsídio de 50% e uma taxa de juros de 6% ao ano. Estes valores eram acessíveis a praticamente todas as famílias do assentamento. Transcorrido um ano, os assentados receberiam um novo

financiamento no mesmo valor, quitavam automaticamente o débito anterior e ainda restava R$ 430,00 para cada família. Mesmo após a duplicação destes valores a partir de 1997 e a manutenção do elevado subsídio, o *Procera Custeio* continuou insuficiente para que a produção pudesse atingir maior rentabilidade e ocupação da força de trabalho. O valor dos contratos era reduzido demais para poder custear a produção em todo o lote e sua operacionalização expressava uma completa ausência de participação dos assentados no processo decisório.

Criou-se, portanto, uma modalidade de financiamento na qual o Estado concedia um elevado subsídio, mas aplicado a um pequeno e padronizado montante de crédito de custeio, desvinculado da formulação de programas de desenvolvimento da produção com base nas potencialidades econômicas, ambientais e sociais da localidade. Os assentados tinham uma reduzida participação neste processo decisório; e os financiamentos ganhavam contornos paternalistas.

Uma fase seguinte do assentamento iniciou-se com a extinção das linhas de crédito para investimento e custeio do Procera, em 1999, e sua substituição pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em 1999, os assentados puderam receber um crédito complementar de investimento de R$ 2.000,00 através do Pronaf. A partir do ano seguinte já não houve financiamento de custeio da produção: *'foi a primeira vez em onze anos que não veio nada*', constatava um gerente da agência do Banco do Brasil. O reduzido grupo de aproximadamente 30 famílias chegou a receber crédito de custeio através de outro banco do governo estadual, a Caixa Econômica Estadual. Rompia-se a conexão entre localidade e governo federal, ao mesmo tempo em que os arranjos locais para o financiamento da produção haviam sido dissolvidos, o que teve impacto imediato nas relações sociais e econômicas do assentamento.

A parceria, característica de produtores com pouca disponibilidade de recursos produtivos e tênues vinculações institucionais, começou a ser substituída pelo arrendamento de todo o lote para alguns proprietários de casas agropecuárias do município e, em menor escala e proporção, para os poucos assentados com melhor dotação de recursos financeiros[15]. Em algumas ocasiões, o pagamento adiantado pelo arrendamento chegou a ser utilizado pelos assentados para o desenvolvimento da produção em uma outra parcela do lote; em outras, tal receita foi utilizada para a reprodução social do grupo doméstico. Um número bastante reduzido de famílias chegou a arrendar integralmente o lote e passou a morar e trabalhar em Promissão ou outras cidades. Entre as famílias endividadas, sobretudo nos lotes com menor fertilidade natural, encontra-se apenas pequenos cultivos de subsistência alimentar, sem qualquer produção comercial capaz de gerar rendimentos monetários. As vendas irregulares de lotes, bem como o destino incerto das famílias desistentes que abandonavam o assentamento, passaram a compor um cenário de triste inspiração para os que ali permaneciam. *'É nadar contra a correnteza, mas das fortes'*, na fala do agrônomo do ITESP.

6.5 A confrontação jurídica

No final dos anos 90, as diversas irregularidades administrativas e jurídicas da política de créditos de investimento do Procera foram novamente colocadas em discussão política na localidade, uma vez se esgotava o prazo de carência (que já havia sido prorrogado): as primeiras parcelas deveriam ser pagas ou os assentados ingressariam uma vez mais nos cadastros de inadimplência, o que levaria a uma interdição no acesso a novos financiamentos e ao crédito oferecido no comércio local.

> *'Na época em que aconteceu, parecia um bom negócio para a gente que estava no escuro. Então, para ter eletrificação em casa, a gente fazia qualquer negócio, sem analisar as conseqüências no futuro. Então, quem é que tinha que fazer essa análise? Na verdade, é a pessoa jurídica, se estava dentro da lei ou não'* (Zé Carlos).

Mais de 500 famílias assentadas em Promissão decidiram contratar (em julho de 2001) um escritório de advocacia para questionar o conjunto de arranjos efetuados localmente para a utilização dos recursos governamentais. O escritório vinha atuando em outros assentamentos no Estado de São Paulo: Rio Paraná, Timboré, Esmeralda, Promissão, Guarantã, Tremembé: *'a causa de um geralmente é a causa de todos: é o crédito rural'*. O advogado, alegando que a condição das famílias não permitiu pagamento da primeira parcela do *Procera Investimento*, entrou com uma medida cautelar para obter prorrogação do prazo de pagamento e manter a validade do subsídio de 50%. A política de assentamento e o pagamento dos financiamentos transformavam-se em uma confrontação jurídica.

Para pagar estas atividades advocatícias, cada família assentada comprometeu-se em contribuir com uma quantia mensal de R$ 10,00 durante dezoito meses: *'no princípio não houve problema para mobilização; tinha umas 580 famílias, houve uma grande reunião na Agrovila Central, eles estavam todos lá'*. Posteriormente, cerca de 400 famílias também aceitaram remunerar o trabalho de coordenação política realizado por alguns assentados: *'depois, no decorrer, foi diminuindo. Hoje nós estamos com 256 famílias, com tendência a aumentar outra vez'*. Os objetivos mais imediatos do embate jurídico eram o de reverter e evitar a inserção dos assentados no cadastro de inadimplência comercial e resgatar as condições de crédito para as famílias assentadas. O apoio jurídico seria voltado para a contestação das políticas estatais já implementadas e para a elaboração de novas formas de organização local. As dificuldades para o encaminhamento do processo jurídico começavam com a ausência de documentação: os assentados sequer tinham cópia dos contratos de financiamento e outros documentos relevantes.

Este confronto jurídico ilustra a precariedade das políticas de assentamento e a conflituosa relação entre os assentados e as diversas agências do Estado. A dinâmica entre as esferas macro e micro afigura-se aqui como um bloqueio nas políticas nacionais para os assentamentos e como uma desarticulada e instável relação entre diversas agências estatais locais e a população do assentamento. Os procedimentos gerais nas agências bancárias estatais, com destaque para a forma de ação dos gerentes, não apenas para o caso de Promissão, era apresentada pelo advogado dos assentados nos seguintes termos:

'O gerente está acostumado a cometer esses crimes toda hora... Esse é um trambique antigo: faz trinta anos, é o mesmo trambique. Ele te ameaça, ele coloca você na dependência dele, você tem que se sujeitar a tudo porque você tem que plantar e ele não te solta o dinheiro na hora certa, começa colocar subterfúgios. Ele diz que você está com o nome no Serasa, que não pode liberar o dinheiro, quando a lei de regência do crédito rural não tem nada contra isso. Você vai protocolar um documento, a cópia que você tem direito do seu contrato ele não te dá justamente para você não ter como exercer o seu direito pela via judicial. Você pede para ele protocolar uma notificação, ele não protocola. Ele pega o Rural Rápido, que é um cheque especial para o produtor rural, um cheque especial com juros do crédito rural, ele pega esse dinheiro da União e dá um cheque especial comum. Isso é crime. A gestão aqui dele foi uma seqüência de crimes'.

Avaliava-se que as agências bancárias locais e as instâncias hierarquicamente superiores de tomada de decisões mantinham um sistema de diluição de responsabilidades civis e penais na qual havia, primeiramente, uma transferência da responsabilidade para a agência bancária local, seguida de uma transferência da esfera institucional para a esfera pessoal, no caso, o gerente.

'É uma diretriz da superintendência, só que nada por escrito. Só que no crime, o responsável não é a pessoa jurídica; o responsável é a pessoa física. Então se você receber uma ordem superior para fazer determinada coisa, o responsável é você, não seu superior. O Banco do Brasil sempre esteve acostumado com as pessoas entrarem com ações contra o Banco do Brasil, que tem um departamento jurídico muito forte em cada agência, além de um jurídico regional, que é maior ainda. Então, se você entra com uma ação contra o Banco do Brasil, vai anos...'.

Com esta alternância de responsabilidades, da esfera local para a regional, e da institucional para a pessoal, aliada a várias técnicas de obstrução jurídica, os trâmites do questionamento tornam-se complicados e, por isso, extremamente lentos.

'na ação penal vem a seqüência inteira: a explicação, o porquê, a lei, o que ele fez, o composto material e formal de crimes. No Brasil, você soma as penas de cada crime que você faz. Isso tudo recai sobre o gerente. A idéia era a seguinte: não tinha jeito dele se esquivar: ou ele chamava quem mandou, nós sabemos que ele é peixe pequeno, mas através dele nós pegamos o grande. Quem mandou? Ou então ele vai se demitir do banco, porque ele pegou processo criminal e o banco vai mandar embora. Não pode assumir cargo público com processo penal... Mas como ele foi o primeiro aqui e ele duvidava daquilo...'.

As primeiras conseqüências do processo jurídico e administrativo conduzido pelos assentados de fato recaíram sobre o gerente:

'do ponto de vista penal, o gerente geral é o responsável. Ele pediu transferência, emagreceu sete quilos, ficou ruim, disse que não agüentava mais, pediu para ir embora. Ele ficou com muito medo...'.

Um dos mais importantes pontos em disputa referia-se ao 'desvio de finalidade' dos recursos do Procera Investimento para a construção da rede elétrica do assentamento.

A ação jurídica voltou-se não apenas contra o Banco do Brasil, mas também contra a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), privatizada em novembro de 1997.

> *'A CPFL não pagou nada pela rede, que ela devia pagar, mas ela quer cobrar como se ela fosse dona da rede. O que se falou para eles: 'faz uma doação gratuita da rede para a CPFL, que aí nós fazemos a manutenção'. E aí eles doaram. Só que essa doação é nula, porque não era deles. Isso é patrimônio da União. Até quando você não terminou de pagar, é patrimônio da União... Foi feita essa doação, só que a dívida no Banco do Brasil ficou lá. Ora, aí o que os assentados dizem? 'Se eu doei para a CPFL, a CPFL que assuma a dívida no Banco do Brasil'. E a CPFL cobra [tarifas] deles até hoje como se proprietária da rede fosse'.*

Nos autos do processo judicial movido contra a CPFL, havia a consideração de que, persistindo a recusa em assumir o valor da dívida do Procera 'desviado' da produção agropecuária para a construção da rede elétrica, os assentados passariam a imediatamente questionar uma cobrança indevida de tarifas.

> *'a concessionária (CPFL) experimenta desde a doação (1996) um enriquecimento ilícito e sem causa, na medida em que não pagando os encargos que assumiu quando a doação, apropriou-se de coisa que por tudo não lhe pertence, extorquindo mensalmente todos os consumidores da linha de transmissão elétrica... Em permanecendo como está, haverá que a distribuidora atual pagar aos proprietários, os assentados, o preço da superestrutura e das tarifas que desde a construção foram cobradas indevidamente; isso tudo corrigido e com juros inclusive de mora, além de custas do processo, o que será maior que o débito que consta de financiamento subsidiado pela União Federal...'* (cf. documentação do processo jurídico).

A estratégia do advogado dos assentados era a de fazer com que o valor dos financiamentos aplicados na eletrificação fosse pago pela companhia que se tornou a proprietária da rede construída.

> *'os requerentes não vieram pedir perdão da dívida, tampouco alegaram em algum momento a sua inexistência e a concorrente obrigação dela decorrente; outrossim vieram esclarecer quem é o verdadeiro obrigado, que de há muito é conhecido pelo conivente ora requerido Banco do Brasil tanto que ao mesmo tempo o seu gerente participou da mesma solenidade de doação'* (Idem).

O reconhecimento do protagonismo de cada agência governamental na formação do arranjo institucional que levou à eletrificação do assentamento tornava-se um problema jurídico e administrativo. O assentado José Carlos de Azevedo, coordenador político dos assentados no encaminhamento da disputa jurídica, delineava o seguinte panorama das relações entre os assentados e as diversas instituições estatais.

> *'Hoje o Banco do Brasil, principalmente, renega a gente. Primeiro, eles tiram o corpo fora, dizem que não tem qualquer responsabilidade sobre os processos que estão sendo pleiteados; que eles sequer tinham conhecimento desse dinheiro do Procera que foi utilizado para a eletrificação; que eles não foram convidados; que não participaram de discussão – o que é uma inverdade deles. Inclusive, em fevereiro agora, nós temos uma audiência para provar, com o nosso pessoal que vai lá prestar*

> *depoimento, que de fato o Banco participou, assim como a CPFL, a prefeitura, o INCRA, que todo mundo dava amparo; que todo mundo estava sabendo o que estava acontecendo. Mas o Banco nega'.*

As acusações dos assentados, no processo jurídico, ressaltam a ativa participação do Banco do Brasil na tomada de decisões sobre a forma de uso dos recursos públicos.

> *'o requerido Banco do Brasil deixa evidente e implícito que de fato conheceu a doação e até o momento não se manifestou sobre ela porque a verba decorrente do financiamento nunca foi sua, mas da União Federal; por certo é mais cômodo e interessante conspirar pela insolvência dos requerentes, e após, sobre a desgraça destes, levantar o passivo junto ao Tesouro Nacional'.*

Como resposta à contestação jurídica, a agência local do Banco do Brasil rompe informalmente as relações institucionais com os assentados, atitude que passou a ser percebida como uma espécie de retaliação. Assentados alegaram que a agência bancária passou a bloquear o acesso aos recursos do Pronaf e a outras possíveis fontes oficiais de crédito. Como vimos no capítulo 4, o poder deliberativo da agência bancária na gestão do Pronaf tornava-se mais amplo em comparação com a operacionalização do extinto Procera. Segundo alguns assentados, funcionários do Banco chegaram dizer abertamente que *'...'você está na Justiça contra o Banco. Como é que você quer que o Banco dê crédito para você? Enquanto houver ação judicial, vocês não pegam crédito'...'*. A tramitação da ação jurídica ampliou o distanciamento entre assentados e agências bancárias, e entre os assentados e as políticas agrícolas federais, o que, por sua vez, levou à criação de novos pontos para a confrontação jurídica.

> *'Crédito a gente não pega mais. Qualquer crédito que saia lá eles falam que nós estamos em litígio contra o Banco, pelo fato de estar com os processos. A gente já estava ferrado pelo fato de estar inadimplente. Para nós, é indiferente: nós temos que pleitear nossos direitos na Justiça, muito embora com essa nova administração do governo Lula, dependendo da política agrícola, automaticamente resolve esse problema na Justiça. Porque nós não estamos querendo brigar com o Banco e outras pessoas que são empregados. A única coisa que a gente quer é justiça'* (Zé Carlos).

Com isso, o confronto jurídico passou a incluir acusações contra retaliações e irregularidades posteriores:

> *a) 'requerimento ao Ministério Público para denúncia e instauração de ação penal pública incondicionada contra agentes do Banco do Brasil que negaram-se a protocolar os projetos (R$ 2.000,00) relativos ao Pronaf* (out/dez 2001)*' ;*
>
> *b) 'ação indenizatória contra o Banco do Brasil para o recebimento do crédito de custeio de R$ 2.000,00 decorrentes do Pronaf* (out/dez 2001)*'.*

Outras medidas visavam reparar os danos materiais causados pela inadequação das políticas agrícolas anteriores ('*ações indenizatórias para recebimento do Seguro Pro-agro previsto nas operações anteriores, desde 1996*') e renegociar os passivos em nome dos assentados ('*ações cautelares preparatórias para prorrogação de todas as dívidas por 15 anos*'), como consta na documentação do processo.

A partir de então, os episódios de confrontação começavam a se multiplicar: '*não queriam nem protocolar os termos de adesão, que foi outro fato grave, e vêm dizer depois: 'ah... eu mandei a dívida para a União porque ele não veio ao banco'...*', referindo-se o advogado a um termo de adesão à negociação nacional do crédito rural para os assentamentos, conforme legislação aprovada pelo Congresso Nacional. Questionava-se também que o financiamento complementar do Pronaf Investimento, no valor de R$ 2.000,00 (acrescido aos R$ 7.500,00 recebidos anteriormente por cada família assentada), não havia sido aplicado como investimento, mas como custeio de safra. De acordo com o advogado dos assentados, um conjunto de ações governamentais similares vinha ocorrendo em outros assentamentos na região: '*E até hoje continuam fazendo isso. Fizeram isso em Presidente Venceslau o ano passado, em um assentamento*'.

6.6 A precarização na localidade

Podemos, em síntese, salientar algumas das características dos arranjos institucionais constituídos para o encaminhamento da produção agropecuária do assentamento. Dois acordos locais contribuíram para a delineação dos contornos específicos do assentamento: o financiamento do custeio da produção de milho e algodão na primeira metade dos anos 90 e a decisão de investir mais da metade dos recursos do crédito de investimento na eletrificação. Foram tentativas locais de responder a um contexto político nacional claramente desfavorável ao financiamento da produção nos assentamentos, e que geraram novos impasses, para os quais, no plano das políticas públicas, no curto prazo, não havia qualquer previsão de solução.

O DAF/ITESP desempenhou um importante papel no encaminhamento e na montagem dos acordos com as agências bancárias locais para o financiamento de custeio da produção, mas as condições restritivas deste crédito correspondiam à regulamentação da política agrícola definida em esferas supralocais. Diferentes agências estatais foram ativadas localmente: o DAF/ITESP, o Banco do Brasil, o Banco do Estado de São Paulo, a Caixa Econômica Estadual, duas companhias estatais do setor elétrico (Companhia Energética de São Paulo e Companhia Paulista de Força e Luz), duas companhias estatais de seguro, INCRA e prefeitura. No entanto, a atuação do Estado caracterizou-se pela ausência de coordenação, planejamento e adequação com relação à finalidade de fazer do assentamento uma alternativa à pobreza rural através do apoio a produção agropecuária em bases familiares. *'Foi feito para não dar certo, e não deu, é claro'*, afirma o agrônomo. Ademais, houve posteriormente uma espécie de *individualização* dos assentados diante das instituições do Estado: o endividamento resultante da inadequação das linhas de crédito de custeio passou a ser tratado como um problema nas relações entre cliente e banco, na qual o ITESP pouco poderia interferir. Por outro lado, foram tomadas várias iniciativas de organização política no assentamento para levar este embate para a esfera pública, criando frentes jurídicas de confrontação na localidade.

As atividades agropecuárias foram canalizadas para a produção de mercadorias de curto ciclo, principalmente o milho, cujo cultivo depende de elevada aplicação de

insumos externos de origem agroindustrial. Após os episódios de quebra de produção, foram sendo desmontados os precários arranjos institucionais que permitiam a constituição das relações comerciais necessárias a esta produção. A partir de então, a uma parte das famílias restou apenas seguir o caminho dos acordos de arrendamento. Os assentados perdiam o controle de um processo de produção sobre o qual, do ponto de vista tecnológico, já detinham pouca margem de manobra. Uma parte dos assentados obteve, todavia, êxito em escapar desta situação através da implementação de estratégias sociais para conduzir uma diversificação da produção agropecuária, como será analisado no próximo capítulo. Ao longo da formação produtiva do assentamento, houve a criação de uma significativa heterogeneidade nas relações sociais, nas bases tecnológicas e nas estratégias sociais e produtivas elaboradas pelos assentados. Mas apesar da enorme complexidade e heterogeneidade que a situação empírica nos oferece, podemos agora ter uma compreensão um pouco mais ampla acerca daquelas imprecisas estimativas panorâmicas formuladas pelo coordenador técnico do Estado sobre a situação sócio-produtiva e sobre os arrendamentos de terras no assentamento.

Nos anos 80 e 90, cerca de dez mil famílias foram inseridas em mais de cem assentamentos rurais no Estado de São Paulo. A implementação do sistema de créditos traz, como vimos, variadas características locais específicas. A análise exposta acima sobre a constituição das relações sociais e institucionais relacionadas à produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas baseou-se na observação da dinâmica entre o sistema nacional de financiamentos agrícolas para os assentamentos e os arranjos locais construídos por diversos atores sociais e governamentais. Percebe-se que a interação entre as políticas federais e a localidade revela uma notável precariedade institucional, o que reforça, também para o caso dos assentamentos rurais no Brasil, a importância de pesquisas empíricas detalhadas sobre a dinâmica de implementação e os rearranjos locais das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Tal abordagem pode levar à conclusões distintas daquelas traçadas por Rezende (1999), que analisou a '*institucionalidade do Procera*' apenas a partir de utilização de categorias macropolíticas e econômico-comportamentais para identificar problemas como a '*seleção dos projetos',* os '*sistemas de cobrança da dívida e punição/não-punição pela inadimplência*' e as induções aos 'desvios' (particularmente a utilização dos financiamentos para a produção não-comercial de alimentos e para o consumo de bens de uso doméstico), atribuídos à administração centralizada do Procera em Brasília. Ao incluir as ações sociais da localidade na avaliação do sistema de créditos, desvenda-se que a precária organização das agências estatais vai bem além disso e, do ponto de vista político-programático, chega-se a um outro universo de questões sobre a implementação de políticas públicas. Muito mais relevante nos parece a imposição de severas restrições financeiras e a ausência de processos decisórios que permitiriam o estabelecimento de um diálogo mais amplo e adequado dos assentados com as agências estatais durante a elaboração dos projetos de desenvolvimento da produção. A pesquisa de campo aqui apresentada indica a existência de um conflito, de uma dissonância entre a localidade e as políticas públicas nacionais para os assentamentos, sobretudo as políticas de créditos para a produção agropecuária.

Notas

1 Para uma avaliação da importância relativa da produção agropecuária em seis diferentes assentamentos no Estado de São Paulo, incluindo o de Promissão, ver Bergamasco et. al. (2002).

2 A expressão *institucionalização* pode ainda se referir ao processo de incorporação institucional e padronização da produção (Ploeg 2003); uma discussão sobre as interfaces, negociações e embates locais entre diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento rural foi realizada por Long (1997).

3 Para uma análise da luta pela terra conduzida pelos movimentos populares para a conquista da área da Fazenda Reunidas, ver Paccola (1995); Borges (1996); Fernandes (1996); Bergamasco e Norder (1999).

4 Francisco Graziano da Silva, que foi presidente do INCRA durante parte do primeiro mandato governo Fernando Henrique Cardoso, supõe a aplicação de um volume expressivo de investimentos públicos para alguns assentamentos, como, por exemplo, o Assentamento Areia Branca, em Marabá Paulista/SP, cujas famílias '*ficaram doze anos recebendo assistência técnica, crédito, de graça, ninguém nunca pagou nada, o governo injetando, daí deu certo, é verdade, doze anos botando dinheiro público. São clientes do Estado. Promissão também, mas aí a terra era boa, eles chegaram, encontraram tudo... Então é isso, tem alguns exemplos bons, mas que receberam maciço investimento a fundo perdido'* (*Caros Amigos*, nº 6, outubro de 2000, pág. 34).

5 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário, *Projeto Fazenda Reunidas: diagnóstico e metas*. São Paulo: DAF 1991, p. 8.

6 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário, *Relatório técnico de avaliação do potencial da área*. São Paulo: DAF 1988, pág. 6.

7 Houve nesta época a formação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), conforme o modelo coletivista até então preconizado pelo MST, como veremos no capítulo 10.

8 Para o estudo dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, Garcia Jr. (1994) ressalta a importância da observação sobre a produção autônoma dos meios de produção. Esta discussão será retomada no próximo capítulo.

9 Este percentual era eventualmente ampliado de acordo com as negociações entre os assentados, agências bancárias e o DAF/ITESP, tendo em vista, sobretudo, a desatualização dos dados do VBC sobre os custos de produção.

10 Ruy Miller Paiva (1979:52-58) afirmava que '*grande parte da área agrícola do País é constituída de terras agronomicamente impróprias à modernização... [São] solos pobres, de baixa fertilidade natural que não reagem ao emprego de fertilizantes e calcários*'.

11 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário, *Projeto Fazenda Reunidas: diagnóstico e metas*. São Paulo: DAF 1991, pp. 5-6.

12 Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Departamento de Assentamento Fundiário, *Projeto Fazenda Reunidas: diagnóstico e metas*. São Paulo: DAF 1991, p. 5.

13 Entre os formuladores de políticas governamentais evidenciavam-se determinadas concepções sobre a população dos assentamentos. O secretário executivo do INCRA, Eduardo Henrique Freire, por exemplo, afirmava, no final do governo FHC, que *'não dá para liberar os recursos para investimento na agricultura quando não está em tempo de plantio. Para uma família da região Centro-Oeste, por exemplo, que recebeu a terra em junho e está com a terra pronta para plantar milho, a liberação só pode ser feita a partir de setembro, ou seja, meses depois. Porque, para quem passa dificuldades e nunca teve 2,5 mil reais na conta, dá uma coceira nas mãos para gastar. A tendência é que os recursos sejam desviados mesmo. Por isso há um atraso, um atraso necessário'* (cf. entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, n. 67, outubro de 2002, p. 19).

14 Uma detalhada pesquisa sobre os comerciantes de produtos agropecuários nos permitiria elucidar como, em alguns episódios, ocorreu no assentamento uma espécie de nepotismo e clientelismo bastante lesivo a várias famílias.

15 Um outro interessante tema a ser analisado refere-se aos contratos de arrendamento de terras dos assentados pelas cooperativas existentes no interior do assentamento, tema que será abordado no capítulo 10.

Dona Antonia, Alice, Benê, Adriano en Andréia. Assentamento Fazenda Reaunidas, 2003

Fátima, Taís e Toninho Barbosa – Assentamento Fazenda Reunidas, 2003

7 Desenvolvimento Endógeno e Trabalho Rural

Este capítulo analisa a geração de emprego e renda na produção agropecuária e os significados locais da diversificação e intensificação no uso do solo. Levando-se em conta a contextualização exposta no capítulo anterior, destaca-se a relevância da noção de desenvolvimento endógeno, que é discutida através de uma pesquisa de campo que visa identificar suas características e expressões no Assentamento Fazenda Reunidas.

7.1 As transformações na base rural da agricultura

As transformações sociais e produtivas na agricultura brasileira têm sido objeto de um grande número de pesquisas acadêmicas e debates políticos, envolvendo diferentes organizações da sociedade civil e agências governamentais. Um dos mais importantes pontos de discussões recai sobre o papel da agricultura familiar diante da trajetória da modernização agrícola brasileira e sobre a importância atual das atividades não-agrícolas na formulação das estratégias de desenvolvimento rural.

Pode-se identificar duas correntes de interpretação e pesquisas sobre esse assunto no Brasil (Mior 2000). Uma delas atribui maior ênfase ao dinamismo das atividades não-agrícolas no meio rural, chegando inclusive à proposição de uma

> *'reforma agrária não-essencialmente agrícola'* (Graziano da Silva 1996)*: 'no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais'.*

Outras interpretações destacam o papel central do fortalecimento da agricultura familiar tanto para a alteração das bases técnicas e sociais da produção agropecuária como também para a ampliação e multiplicação das relações intersetoriais em uma determinada base territorial.

Se, por um lado, a diversidade sócio-econômica e geográfica do país permite a identificação de situações favoráveis às duas perspectivas, por outro, torna-se relevante salientar que os movimentos populares e sindicais e diversas instituições de representação social têm manifestado maior afinidade política com as propostas que conferem prioridade à modificação do meio rural brasileiro a partir da criação de novas condições de produção agropecuária para as unidades familiares. A crítica aos impactos ambientais e sociais da modernização 'conservadora' da produção agropecuária e à precariedade das políticas governamentais voltadas para a produção familiar ganha destaque nas avaliações das principais organizações da sociedade civil. O desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural não é descartado, mas

avaliado em sua relação com a questão agrária, com o fortalecimento da agricultura familiar e com o processo histórico de modernização da produção agropecuária.

A título de ilustração, apresentaremos nesta seção algumas das principais conclusões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), órgão consultivo ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, formado por dezenas de agências governamentais e representações da sociedade civil. Tomando como *'orientação estratégica do país'* a busca de *'um estilo de crescimento econômico que crie muitos empregos e outras oportunidades de geração de renda'*, o CNDRS atribuiu prioridade à superação da pobreza:

> *'em vez de esperar que o crescimento liquide a pobreza, é preciso virar o jogo: fazer com que a erradicação da pobreza ajude o crescimento econômico'.*

Tal redefinição estratégica das diretrizes de desenvolvimento rural decorre de uma avaliação crítica das características predominantes da produção agropecuária no Brasil, estando o desemprego massivo e o êxodo rural entre suas conseqüências sociais mais notáveis:

> *'a corrida tecnológica exigida por essa necessária redução de custos impõe uma especialização das fazendas, que logo torna redundante a maior parte da mão-de-obra não-qualificada. E outros anéis das cadeias do agronegócio só podem empregar minúscula parcela desse imenso excedente de força de trabalho'.*

O documento do CNDRS chega a traçar dois distintos cenários para o desenvolvimento rural do país, a partir da identificação do tipo de ocupação social do solo e das bases tecnológicas através das quais a produção agropecuária é realizada. O primeiro baseia-se na projeção de uma continuidade do padrão de modernização agrícola verificado nas últimas décadas:

> *'a obsessão por uma agricultura sem homens e mulheres... leva muitos a acreditar que seria uma imposição inescapável o mais completo 'êxodo rural'... São também os que acreditam que a população rural está condenada a minguar devido à completa generalização de imensas pastagens extensivas, ao lado de sistemas de produção de grãos altamente mecanizados, numa combinação que tornaria redundante a maior parte dos quase 20 milhões de pessoas hoje ocupadas em 5 milhões de estabelecimentos agrícolas'.*

Diante de tal cenário, ressalta-se a relevância das políticas governamentais para o fortalecimento do setor familiar da agricultura e dos programas de assentamentos de trabalhadores rurais, levando em consideração *'a importância estratégica de se adotar um estilo de crescimento que abra novas perspectivas para o Brasil rural em vez de esvaziá-lo'*. Uma alteração na direção das políticas agrícolas e agrárias permitiria conduzir a uma nova dinâmica de ocupação do território:

> *'para aumentar as oportunidades de geração de renda, a simbiose dos sistemas 'poliprodutivos' de culturas e criações, mais recorrentes nos sítios familiares, é muito melhor que a monotonia de ilhas monocultoras cercadas de pastagens extensivas por todos os lados... Essa 'agrodiversidade' é infinitamente superior à especialização'.*

Neste sentido, a dimensão territorial e multifuncional do desenvolvimento rural aparece articulada com a promoção da agricultura familiar:

> *'o aproveitamento de sinergias latentes entre a agricultura familiar e atividades dos setores terciário e secundário oferece amplas oportunidades de ocupação e geração de renda… Ela permitirá que as famílias se tornem tanto mais 'pluriativas' quanto mais aumentar a produtividade de suas atividades agropecuárias…'.*

Esta deliberação tem sido reforçada pela situação de decadência demográfica e econômica de grande número de pequenos municípios brasileiros. No Estado de São Paulo, Promissão é um destes municípios. Cláudio Dadásio, agrônomo do ITESP, avalia que

> *'o nosso potencial aqui é a agricultura. Temos que trabalhar com o que a gente tem: terra e gente. É o que tem sobrando: gente desempregada e terra parada. É claro que só isso não basta. Por isso, tem que ter todo apoio e estrutura'.*

O Assentamento Fazenda Reunidas, apesar do bloqueio das políticas governamentais, constituiu-se em um dos principais vetores de ruptura na trajetória de despovoamento da área rural e de decréscimo da população local. As interpretações e perspectivas políticas traçadas pelo CNDRS expressam, sintetizam e reafirmam o conteúdo de muitas análises apresentadas por intelectuais e acadêmicos de todo o país, como, entre tantos outros, a economista Maria da Conceição Tavares:

> *'a reforma agrária tem um conteúdo econômico de uma atualidade dramática, pelo menos para a maior parte da população excluída, para a qual o acesso à terra representa a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda'* ('A questão agrária'*, Folha de São Paulo,* 27 de abril de 1997, p. B4).

A ampliação do interesse de grandes segmentos da população urbana pela problemática rural foi um dos motivos que levaram o governo federal, durante a gestão de FHC, a elaborar algumas políticas fundiárias e, ao mesmo tempo, variadas campanhas publicitárias sobre os programas de apoio à agricultura familiar e à criação de novos assentamentos de reforma agrária. No entanto, as condições sociais e produtivas nos assentamentos e os impasses para a criação de uma nova institucionalidade para o financiamento da produção dos setores de agricultura familiar foram amplamente contestados. As limitações das políticas públicas para os assentamentos foram reconhecidas por integrantes do próprio governo, como o então superintendente do INCRA no Estado do Pernambuco em 2002, Geraldo Eugênio:

> *'sem infra-estrutura e crédito, um assentamento não passa de um monte de pessoas que continuam em baixo de lonas... Há um fosso enorme entre assentar e haver um desenvolvimento da área. Ou corrigimos o que está aí, melhorando a capacitação e a assistência técnica ou a reforma agrária no Brasil será um caos'* (cf. entrevista à revista *Caros Amigos, n. 67*, outubro de 2002, p. 16).

Também na avaliação do CNDRS considera-se que '*a ação governamental resultou freqüentemente na Implantação de assentamentos em áreas de conflitos, onde se acumulavam graves problemas que comprometiam seu desenvolvimento*', ainda que tenha permitido, entre outros aspectos, '*o amadurecimento dos movimentos sociais*

como agentes de mediação política' (p. 11-12). A geração de emprego e renda na agricultura familiar depara-se, portanto, com o desafio de reverter um histórico marcado por políticas estatais abertamente desfavoráveis ao setor. Mas, além deste conjunto de aspectos históricos e políticos, verifica-se que a apropriação industrial dos processos de produção tem levado, nas últimas décadas, a uma redução dos níveis de ocupação de força de trabalho no campo.

> *'A transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologia), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais'* (Goodman, Sorj e Wilkinson 1990:2).

Esta apropriação industrial do processo de produção agropecuária implicou em uma crescente desconexão entre a prática da produção agropecuária e uma série de condições locais, dentre as quais a natureza e a ecologia, a qualidade da força de trabalho, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas autônomas de organização do trabalho. Trata-se de um amplo movimento de *externalização* da produção agropecuária:

> *'uma das suposições centrais do processo de 'externalização' é a transferência de fatores de produção padronizados, o que implica na incorporação de produtividade a partir de agências externas ao agricultor'* (Ploeg 1992:25).

Há com isso uma difusão de processos de produção caracterizados por uma elevada *mercantilização* da base tecnológica, uma acentuada utilização de insumos externos de origem agroindustrial, ou seja, um elevado grau de dependência externa/mercantil. A formação de determinadas redes sócio-técnicas chega a incluir a prescrição e padronização do processo produtivo. Neste sentido, pode ser mencionado o ilustrativo estudo de Tedesco (1999:107-145) sobre as relações sociais e produtivas e as disputas políticas no interior dos 'sistema de contratualização' na avicultura e na suinocultura no Sul do Brasil.

A dissociação entre a produção agropecuária e as localidades foi sendo realizada, histórica e territorialmente, de modo bastante heterogêneo. A mercantilização dos meios de produção na agricultura, na medida em que envolve uma alteração no uso de recursos naturais e a transformação social na ocupação do solo, constituiu-se em um processo heterogêneo não apenas do ponto de vista geográfico e técnico-produtivo, mas também do ponto de vista político e social. Vale ressaltar aqui, resumindo considerações anteriores, que a substituição da organização sócio-econômica das grandes fazendas pelos chamados sistemas modernos de plantio e criação está associada a uma das mais importantes transformações demográficas, políticas, ambientais e econômicas da história do Brasil.

O principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX, foi justamente o fortalecimento do padrão de desenvolvimento agrário caracterizado por um aumento de escala da produção agropecuária e uma acentuada redução na absorção de trabalho por unidade de área. Tais transformações produtivas articularam-se com variados processos sociais e políticos, como a ausência de uma

efetiva regulamentação jurídica e política sobre a posse, o uso e a ocupação da terra e a consolidação de segmentos sociais dispostos a dar continuidade e a replicar a concentração fundiária para a implementação da modernização agrícola, principalmente a partir da segunda metade dos anos 60. Não é sem motivo que o período em que a modernização agrícola foi implementada foi também o que registrou os maiores índices de violência no campo e de crescimento da miséria e pobreza em todo o país. Os obstáculos institucionais, fundiários, sociais e políticos para a implementação da modernização agrícola foram removidos através de uma ampla intervenção estatal, na qual destacam-se:

a) a repressão das liberdades políticas e civis;

b) o estabelecimento de linhas de crédito subsidiado e demais políticas agrícolas voltadas para a produção agrícola em grandes propriedades rurais;

c) a criação de um programa de direcionamento dos fluxos migratórios baseado em projetos de colonização de novas áreas na região amazônica;

d) a formulação de políticas sociais voltadas para a redução do impacto social da rápida formação de grandes centros metropolitanos.

O retorno à democracia parlamentar, a partir do início dos anos 80, permitiu a reorganização política dos trabalhadores rurais e, com isso, o fortalecimento da contestação às conseqüências sociais e ambientais do programa estatal de desenvolvimento rural centrado na expansão da produção em grande escala e no deslocamento populacional para a Amazônia e para os grandes centros urbanos. As demandas de apoio prioritário à agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária tinham como objetivo, com maior ênfase, a criação de novas oportunidades de emprego rural, estimulando uma redução, ainda que de forma limitada, na pressão dos trabalhadores sobre o mercado de trabalho. A reformulação dos sistemas de pesquisa e comunicação e a expansão da rede de serviços sociais e de infra-estrutura são comumente indicadas como medidas articuladas e complementares. Tais concepções de desenvolvimento da produção agropecuária buscavam um incremento na absorção de força de trabalho no campo em um contexto macroeconômico marcado por elevados índices de desemprego, subemprego, baixos salários e precariedade nas condições de vida no campo e na cidade.

No final dos anos 90, as formas de geração de emprego e renda no meio rural passaram a ser discutidas por um crescente número de instituições, como universidades, órgãos de assistência técnica e comunicação rural, organizações não-governamentais, entidades civis de representação social, partidos políticos e outros espaços públicos através dos quais foram sendo difundidos conceitos e terminologias como os de sustentabilidade e desenvolvimento local, muito freqüentemente associados à necessidade de transformação na distribuição fundiária e nas relações sociais e políticas. O MST chegou a uma contundente formulação programática sobre esse assunto, na qual foram identificados como 'inimigos' dos trabalhadores rurais, por um lado, latifundiários e governos afinados com a globalização e, por outro, as agroindústrias multinacionais e o modelo tecnológico:

> *'O complexo agroindustrial multinacional: está aumentando cada vez mais o controle das grandes empresas agroindustriais multinacionais sobre os agricultores, através da produção de sementes, fertilizantes químicos, implementos pesados e caros. Os agricultores familiares ficam dependentes dessas empresas. No modelo de agricultura das elites, um pequeno número de empresas controlará a produção, o comércio e até os financiamentos para os agricultores, que serão peões baratos dessas grandes empresas exportadoras.*
>
> *O modelo tecnológico: este é nosso inimigo porque é o modelo de agricultura que depende de insumos químicos, venenos, máquinas pesadas, sementes transgênicas e recursos científicos caros e sofisticados, e créditos a juros altíssimos, que só interessam às grandes empresas multinacionais, aos agro-químicos e aos bancos. Nesse modelo, os pequenos e médios agricultores serão excluídos. Nossa pressa é impedir a implantação da nova fase desse modelo e avançar na construção de um modelo de agricultura saudável, com os agricultores organizados e donos de sua própria tecnologia. A agricultura dependente de venenos é uma agricultura contra a vida e derrotá-la é um ato a favor da vida'* [1].

Veremos ao longo deste capítulo que tais discussões não se restringem à formulação discursiva das organizações sociais e políticas, mas estão presentes no cotidiano da produção em assentamentos e outros segmentos de produção agropecuária. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990:3) mencionam que o

> *'esforço contínuo de transformar o segredo da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial' deu surgimento a 'estratégias de acumulação e de crescimento específicas e, às vezes, de mútua competição'.*

Além disso, diversos estudos têm questionado a noção de que os agricultores representam meros 'recipientes inertes' diante das transformações estruturais impostas por atores macrossociais (capital e Estado) e demonstram como estes produtores rurais procuram reduzir a dependência ou as relações de subordinação técnica e econômica com o setor agroindustrial, sobretudo no que se refere à produção de insumos e tecnologias utilizados no processo de produção agropecuária.

> *'Os projetos dos agricultores não são apenas simples reações àqueles que são à primeira vista impostos pelos mais poderosos atores externos. Eles são ativamente construídos como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, mas que eles modificam, transformam, adotam e/ou contrariam'* (Long e Ploeg 1994a:74).

Esta abordagem, que enfatiza a importância das interações, embates e negociações entre diversos atores sociais, permite uma compreensão das diferentes respostas locais a um determinado contexto macropolítico – e conduz a uma análise das estratégias que fazem com que o desenvolvimento da produção agropecuária continue sendo um processo significativamente heterogêneo. Assim, a noção de estrutura social não se confunde com a identificação de tendências centrais ou inexoráveis de desenvolvimento econômico no meio rural, mas é compreendida como resultado da construção política (nacional, regional e local) de vinculações, distanciamentos ou confrontações entre os projetos de vários atores sociais e agências governamentais. O

reconhecimento da diversidade de processos sociais e tecnológicos na produção agropecuária nos remete à observação das formas de ampliação da autonomia na produção, ou seja, o desenvolvimento de formas endógenas de produção econômica e reprodução social com base nas condições sócio-ambientais e nos repertórios culturais específicos de cada localidade.

> *'Um dos critérios que podemos utilizar para analisar esta diversidade é o grau de autonomia ou dependência diante do mercado global e do abastecimento de tecnologias. O que as pesquisas empíricas indicam é que os padrões de desenvolvimento contêm um balanço específico entre elementos 'internos' e 'externos'. Isso fica claro não apenas quando comparamos regiões, mas ocorre quando analisamos a heterogeneidade no interior de uma região específica...*' (Long e Ploeg 1994:4).

Esta diversidade no processo de *mercantilização* da produção agropecuária, fruto de embates políticos conduzidos nos planos macro e micro, pode ser apreendida a partir da noção de *estilos de produção*:

> *'a característica de cada estilo de produção agropecuária está em seu resultado produtivo por objeto de trabalho tanto quanto através das inter-relações específicas entre o produtor direto, seus objetos e meios de trabalho'* (Ploeg 1996:11).

Os diferentes balanços entre instrumentos e objetos de trabalho e o volume da produção podem resultar, por exemplo, em um determinado *estilo de produção* caracterizado por um aumento na escala e por uma grande dependência em relação ao uso de insumos e tecnologias externas; em outros *estilos de produção* há uma predominância na produção autônoma de insumos e da base técnica da produção. Cada *estilo de produção* se realiza através de determinados repertórios técnicos e culturais, o que incide na composição da renda monetária, na absorção de trabalho e no estabelecimento de relações sociais:

> *'Um estilo de produção agropecuária é o resultado de um processo de trabalho particular, orientado por certas opções, estruturadas de uma forma específica por uma 'lógica' correspondente, e condicionado por relações sociais de produção particulares. Através do processo de produção agropecuária, as relações sociais de produção e o estilo de produção são reproduzidos'* (Ploeg 1996:126-127).

As práticas de desenvolvimento endógeno podem ser interpretadas como estratégias de resistência à modernização agropecuária, como tentativas deliberadas de alcançar um afastamento sistemático com relação à dependência no uso de insumos mercantis e às relações sociais e políticas que a produção, em tais condições, se apresenta aos agricultores familiares. A diversificada composição dos meios de produção (o balanço específico entre um determinado conjunto de instrumentos de trabalho, a aplicação de força de trabalho, os níveis de rentabilidade e o montante de insumos mercantis de curto ciclo) torna-se um elemento central na análise da dinâmica de geração de emprego e renda na agricultura familiar:

> *'o processo de produção é voltado para a criação de mercadorias, e portanto para o mercado. A reprodução, no entanto, ocorre fora do mercado, pois não depende da*

> *compra de trabalho, objetos e meios de trabalho necessários. Os meios de produção são produzidos de forma relativamente autônoma. Eles não aparecem como mercadorias no processo de produção, mas como valores-de-uso. Portanto, a produção depende não do mercado, mas de uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida'* (Ploeg 1996:14).

A heterogeneidade na produção agropecuária pode ser analisada a partir dos diferenciados processos de utilização de força de trabalho, da particular composição dos meios de produção e das relações sociais estabelecidas. Neste sentido, a noção de desenvolvimento endógeno não se confunde com a de intensificação da produção, uma vez que esta pode estar em grande medida atrelada a uma elevada dependência com relação ao uso de recursos 'exógenos' e prescrições técnicas, como é o caso, entre outros, da avicultura e da suinocultura nos regimes de contratualização com a agroindústria (Tedesco 1999). A intensificação da produção pode, por outro lado, ser realizada com a predominância de recursos produzidos com maior autonomia técnica e social, ou seja, com base em recursos endógenos.

Torna-se interessante para essa discussão retomar alguns conceitos elaborados por Marx sobre o processo de trabalho:

> *'os componentes do processo de trabalho são: 1. a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2. a matéria-prima a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3. os meios de trabalho, o instrumental de trabalho'* (Marx 1980:202).

Tal distinção entre objetos e instrumentos de trabalho não foi utilizada por Marx de modo inflexível, rígido e inequívoco, principalmente quando referida às relações entre natureza e sociedade[2]. Ao contrário, a concepção permitia a observação dos diferentes usos, finalidades e alternâncias do consumo produtivo:

> *'um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso'.*

Ainda assim, Marx chega a um conceito mais preciso sobre a composição dos meios de produção. Os objetos de trabalho foram definidos da seguinte forma:

> *'a matéria-prima constitui a substância do produto, mas muda sua forma. Matérias-primas e materiais acessórios perdem a figura com que entraram no processo de trabalho como valores-de-uso'* (p. 228).

Os objetos de trabalho correspondem aos insumos cujo consumo está diretamente associado à confecção de uma determinada unidade de produto. Já os instrumentos de trabalho, contrariamente, são aqueles utilizados durante um período maior do que o da elaboração de uma unidade de produto.

> *'Uma ferramenta, uma máquina, um edifício de fábrica, um recipiente, são só úteis ao processo de trabalho enquanto conservam seu feitio original, entrando cada dia no processo com a mesma forma... O período de vida de um meio de trabalho compreende um número maior ou menor de processos de trabalho nos quais ele entra continuamente. Sua vida pode ser comparada com a do ser humano'* (Marx 1980:228; 229).

Esta distinção conceitual permanece relevante para uma análise das transformações nos processos de produção agropecuária, sobretudo por chamar a atenção para as diferentes combinações e interações entre o uso de insumos externos de curto ciclo e uma determinada disponibilidade de instrumentos de trabalho. De acordo com Marx, *'a matéria-prima pode ser a substância principal de um produto, ou contribuir para sua constituição como material acessório'* (p. 206). No caso da produção agropecuária, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) mostraram que o 'apropriacionismo' consiste justamente em uma desativação de um conjunto de instrumentos e objetos de trabalho que constituíam a *'base rural da agricultura'*.

Da mesma forma, é preciso salientar que as estratégias de desenvolvimento rural que buscam um melhor aproveitamento das potencialidades sócio-ambientais específicas de cada localidade e a geração de emprego e renda na agricultura familiar através de uma intensificação e multiplicação nas formas de uso da terra deparam-se com a necessidade de recomposição dos *instrumentos de trabalho* no interior da unidade rural. A apropriação industrial do processo de produção agropecuária realizou-se através de uma conversão parcial e gradual de instrumentos e objetos de trabalho em insumos agroindustriais, alterando continuamente as disputas sociais entre agroindústria de insumos e produtores rurais. Nestas disputas, os agricultores e, no caso aqui analisado, os assentados, formulam estratégias visando uma redução gradual e seletiva na dependência com relação ao uso de insumos agroindustriais e, ao mesmo tempo, uma ampliação do aproveitamento do potencial de sua produção agropecuária para a absorção de força de trabalho e geração de renda.

A recomposição dos meios de produção inclui não apenas a aquisição de certas máquinas, implementos e equipamentos, mas também um conjunto de matérias-primas que são convertidas em instrumentos de trabalho por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar ou comunitário, tais como a construção das instalações produtivas e edificações, a formação de plantios permanentes e o desenvolvimento de sistemas de criação animal. Neste sentido, pode-se verificar que o desenvolvimento endógeno da produção agropecuária consiste em uma 'reconstrução' do meio rural. Além disso, como veremos mais detalhadamente a seguir, o aumento na disponibilidade de instrumentos de trabalho viabiliza o estabelecimento de diversas práticas produtivas voltadas para uma redução na utilização de insumos mercantis de curto ciclo. Essa pode ser indicada como a principal motivação da constante reivindicação, por parte de assentados e agricultores familiares, de acesso a linhas governamentais de crédito de financiamento de bens de produção (crédito de investimento): a busca de uma ampliação no grau de autonomia da produção e uma redução na dependência com determinadas relações de mercado.

Esse processo leva a uma contínua redefinição das relações entre agricultores familiares, grupos de interesse e agências governamentais. Para o contexto dos assentamentos rurais e da agricultura familiar no Brasil, a noção de desenvolvimento endógeno pode ser concebida como o conjunto diferenciado de estratégias sociais e produtivas que resultam em uma ampliação na absorção de força de trabalho e na geração de renda por unidade de área e/ou de produto, na reconstituição relativamente autônoma da base de recursos produtivos permanentes no interior dos lotes e na

adequação na forma de uso dos recursos naturais disponíveis. A recomposição dos meios de trabalho na produção agropecuária, que também representa uma redução na proporção de insumos agroindustriais de curto ciclo mobilizados no processo de produção, apresenta-se como um fator decisivo na análise das formas de desenvolvimento endógeno – e, portanto, da geração de emprego e renda nos assentamentos rurais, onde muitas vezes a produção agropecuária é organizada e realizada a partir de uma quantidade extremamente limitada de recursos produtivos.

7.2 Diversificação e intensificação no assentamento

Na formação do Assentamento Fazenda Reunidas, houve uma interação histórica entre os assentados e as agências estatais, com o estabelecimento de determinadas relações sociais com os agentes sociais ligados à produção em grande escala. A produção de milho constituiu-se na principal diretriz das políticas agrícolas para os assentados na Fazenda Reunidas, cultivo que se caracteriza por uma reduzida absorção de força de trabalho no interior do lote; e por um elevado emprego de insumos agroindustriais de curto ciclo, tais como sementes, adubos químicos e venenos, completados pela contratação de serviços de mecanização. Por estar vinculada à compra de grande montante de insumos de curto ciclo, os casos de quebra na produção de milho e algodão levaram a uma elevada inadimplência e, conseqüentemente, a uma redução na capacidade dos assentados em realizar investimentos produtivos e estabelecer relações sociais e institucionais. Além disso, verificou-se uma ausência ou uma inadequação das modalidades oficiais de financiamentos para investimentos de longo prazo, para a aquisição de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas e para a construção de instalações e edificações em geral (cf. capítulo 6).

Tendo em vista esta específica conformação das relações entre as políticas governamentais e a localidade, procura-se analisar aqui a construção da diversificação da produção agropecuária no assentamento através de uma observação sobre as mais freqüentes formas de diversificação e intensificação no uso do solo. Ao colocar em prática suas estratégias, os assentados criaram formas endógenas de produção agropecuária, com uma ampliação na base de recursos produtivos e na ocupação de força de trabalho familiar. Neste sentido, a diversificação pode ser compreendida como um afastamento dos assentados em relação às políticas agrícolas estatais: '*precisa procurar outro meio de agricultura para sobreviver. E para isso tem que haver investimentos para poder começar*', na síntese de um assentado, sr. Nadir.

Alguns técnicos chegaram a argumentar, no período inicial do assentamento, não exatamente de forma sistemática ou oficial, que a diversificação poderia resultar em uma iniciativa perigosa, já que uma dispersão de investimentos e esforços poderia resultar em uma perda de controle das atividades. Posteriormente, foi sendo divulgada a noção de que cada família precisaria desenvolver um 'carro-chefe', uma atividade produtiva principal, que deveria fundamentar o desenvolvimento de atividades complementares, secundárias e terciárias[3]. Todavia, a despeito das supostas alterações discursivas, é preciso ressaltar a dissociação entre as formas de diversificação da produção e as linhas de financiamentos disponíveis; e, igualmente, a dissociação entre

as formas de financiamento da produção e os serviços de extensão rural e assistência técnica. Os assentados que buscavam incrementar a diversificação da produção poderiam contar com algum apoio técnico proveniente da agência estatal, mas as linhas de financiamento dificilmente poderiam ser acionadas para custear estas atividades.

Um levantamento realizado pelo ITESP em 1997 mostra que a maior parte dos instrumentos de trabalho havia sido obtida ou construída pelos assentados sem qualquer financiamento governamental. Do total de 183 tratores no assentamento (cerca de um trator para cada 3,4 lotes), 78% foram obtidos sem financiamento governamental, da mesma forma que 73% dos implementos mecânicos, como pode ser observado na Tabela 7.1. Vale acrescentar que no caso das instalações produtivas, como estábulos, pocilgas, galinheiros, paióis, galpões, sirgarias, cercas e estufas, há a necessidade de intensa aplicação de trabalho (familiar, comunitário ou contratado).

Estes dados reforçam a importância das estratégias produtivas e reprodutivas elaboradas autonomamente pelos assentados visando a superação das limitações e bloqueios impostos pelas políticas governamentais no processo de composição dos instrumentos de trabalho. Para os assentados, assumir o protagonismo sobre as transformações econômicas, produtivas e tecnológicas no processo produtivo tornava-se uma questão de sobrevivência e de permanência no assentamento – contrariamente a um suposto paternalismo e assistencialismo na relação do Estado com os assentados[4]. Aqueles que possuíam, antes do assentamento, pequenas propriedades rurais ou uma casa na cidade, ou os que contaram com empréstimos familiares, isto é, recursos não-bancários/governamentais, puderam realizar a constituição do processo produtivo no assentamento com uma certa disponibilidade de recursos produtivos. Mas estes compunham uma minoria no assentamento.

A diversificação da produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas pode ser observada principalmente através da expansão da pecuária, da cafeicultura e da horticultura. Cada uma destas atividades produtivas realiza-se a partir de diversas possibilidades tecnológicas e sociais, resultantes da elaboração, pelos assentados, de uma complexa equação, em cujos termos estão presentes: o montante de recursos monetários a serem investidos; o prazo para o retorno destes investimentos; a disponibilidade (física, técnica e motivacional) da força de trabalho familiar; a rentabilidade e a forma de remuneração (semanal, quinzenal, mensal, semestral, anual, bianual); a instabilidade nos preços; a área a ser ocupada e outros fatores, como as condições naturais e climáticas do lote e da região; o perfil dos atores sociais envolvidos; o apoio ou as restrições do Estado, etc. Há também uma notável diversidade na composição técnica e social de cada produto, tanto entre os agricultores entre si como no interior de um mesmo lote.

Tabela 7.1 Meios de trabalho e origem dos recursos no Assentamento Fazenda Reunidas/SP (1996/1997)

	Total	*Financiados*	*Recursos próprios*	*% recursos próprios*
Construções				
Estábulo	158	44	114	72,1
Pocilga	9	02	07	77,7
Galinheiro	2	-	02	100,0
Paiol	361	33	331	91,7
Galpão	119	-	119	100,0
Sirgaria	52	40	12	23,0
Tanque – Piscicultura	5	02	03	60,0
Poço Cacimba	595	-	595	100,0
Cerca	569	284	285	50,1
Estufa	8	02	06	75,0
Equipamentos				
Trator	183	40	143	78,1
Arado	179	66	113	63,1
Grade	158	51	107	67,7
Carreta	86	17	69	80,2
Cultivador	76	20	56	73,7
Calcariadeira	6	3	3	50,0
Semeadeira	91	38	53	58,2
Colheitadeira	15	-	15	100,0
Roçadeira	29	03	26	89,7
Pulverizador mecânico	43	16	27	62,8
Pulverizador costal	416	-	416	100,0
Picadeira	137	49	88	64,2
Trilhadeira	19	-	19	100,0
Veículos utilitários	44	2	42	95,4
Veículos de passeio	177	-	177	100,0
Tração Animal				
Animais	923	459	464	50,3
Cultivador	316	109	207	65,5
Semeadeira	100	32	68	68,0
Arado	242	88	154	63,6
Grade	3	-	03	100,0
Carroça	230	74	156	67,8

Fonte: ITESP, *Caderneta de Campo: Assentamento Fazenda Reunidas, safra 96/97 – Tabulações*. Promissão: Instituto de Terras do Estado de São Paulo 1997; não foram inseridas informações sobre a Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares (Copajota).

A fruticultura também apresenta certa relevância econômica no assentamento, ainda que bem menor que a da pecuária, do café e da horticultura. Houve um programa governamental de apoio à fruticultura em todo o Estado de São Paulo, bastante criticado pelos assentados, dado o formato centralizado, precedido por poucas discussões locais e pela baixa qualidade das mudas distribuídas, além da ausência de um acompanhamento técnico e econômico mais sistemático. Em vários casos, era recomendável a instalação de equipamentos de irrigação, mas o programa governamental não incluía o atendimento desta demanda. Diante disso, houve um certo estranhamento dos assentados com relação à fruticultura do programa governamental: *'não considero isso como linha de produção minha'*. Trata-se, em certa medida, de um 'pacote incompleto', da mesma forma que as políticas governamentais para a produção de milho e algodão. Mas a fruticultura expandiu-se não apenas como decorrência do programa estatal, mas também como resultado de iniciativas autônomas dos assentados e da utilização de recursos próprios. De qualquer forma, em 1998, havia 36 produtores de limão e 41 de coco, além de vários outros plantios, menos difusos, como o de goiaba, pinha, manga e acerola. Em outros assentamentos, a importância relativa da fruticultura era bem maior.

Além da pecuária, da horticultura, da cafeicultura e da sericicultura, que serão analisadas na próxima seção, há uma grande variedade de cultivos e criações no assentamento: fruticultura, vassoura, mandioca, batata, eucalipto, arroz, crotalária, suinocultura, etc. – combinados no interior de cada lote das mais variadas formas. Isso faz do assentamento, quando comparamos os lotes entre si, um universo altamente heterogêneo. Este capítulo analisa os principais processos de produção no assentamento; observações adicionais sobre a comercialização da produção serão apresentadas no capítulo 10.

7.3 As práticas endógenas de produção agropecuária

A ocupação de força de trabalho e a ampliação na geração de renda agropecuária estão relacionadas, como vimos, com a composição dos meios de trabalho, isto é, com a reconstituição da base rural da agricultura, o que será analisado neste capítulo a partir de uma dupla perspectiva: a do incremento no uso de recursos permanentes e/ou força de trabalho familiar em relação ao volume de produção (redução relativa no uso de insumos externos de curto ciclo); e a da substituição de recursos agroindustriais de curto ciclo através do estabelecimento de estratégias de substituição destas mercadorias por atividades realizadas no próprio lote (uma redução absoluta no uso de insumos externos em um determinado processo de produção).

Veremos que a formação e a ampliação gradual, passo a passo, dos meios de produção pressupõem a inversão de um certo montante de recursos financeiros; e que sua indisponibilidade pode bloquear o desenvolvimento desta base produtiva. Por esse motivo, parte das famílias assentadas, como será mostrado no próximo capítulo, não vinha absorvendo força de trabalho na produção agropecuária, algo que também se verifica em muitos outros assentamentos. *'Tem várias formas da gente ganhar dinheiro aqui. O difícil é o investimento que precisa'*.

Entre as famílias que puderam desenvolver a produção agropecuária, há uma significativa diversidade: *'tem vários sistemas, tem várias maneiras, tem de todo tipo'*, pondera o agrônomo. Avaliaremos nesta seção as principais *'linhas de produção'*, como dizem alguns assentados, evidenciando a bagagem cultural trazida do meio urbano, para designar a produção de uma determinada mercadoria no interior do lote. As formas endógenas de produção no assentamento serão analisadas com base nas características da pecuária, da horticultura, da cafeicultura e da sericicultura, levando em consideração os seguintes fatores:

a) *a constituição dos recursos permanentes da produção agropecuária*: a construção de instalações e a constituição de plantios permanentes; a combinação entre a aquisição de diversas matérias-primas e a aplicação de força de trabalho familiar e/ou comunitária; a formação do rebanho bovino; a aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios e ferramentas;
b) *a origem e a composição dos recursos temporários utilizados na produção agropecuária*: o balanço entre o consumo de insumos agroindustriais de curto ciclo e as estratégias voltadas para sua substituição pela produção autônoma no lote;
c) *o uso de força de trabalho*: as formas de absorção de trabalho familiar nos diversos cultivos e criações; a distribuição de tarefas ao longo do dia e do ano.
d) *a quantidade e a qualidade da área ocupada*: a oscilação na intensificação da produção conforme a quantidade e a qualidade da área sobre a qual incidem recursos permanentes, insumos de curto ciclo e força de trabalho;
e) *a forma de comercialização*: a estabilidade/instabilidade nos preços, as formas de remuneração dos trabalhos realizados, o perfil das relações comerciais estabelecidas.

7.3.1 A pecuária leiteira

A pecuária leiteira tornou-se uma das mais importantes atividades em muitos assentamentos rurais no Brasil, entre os quais o de Promissão. Dados do ITESP para 97/98 indicam que a pecuária vinha sendo praticada em 466 lotes (73,5% do total), em uma área de 4.916 hectares (quase 40% da área agricultável), com um rebanho de 9.598 cabeças (1,96 cabeças por hectare), do qual praticamente metade se constituía de vacas leiteiras. Quase cinco milhões de litros de leite eram comercializados anualmente, uma média diária de 29,3 litros para os 466 envolvidos na atividade. Foi ainda apurada a venda de 796 bezerros e novilhas no período de um ano. Nos anos seguintes, o rebanho aumentou ligeiramente.

A principal fonte de créditos aplicados na pecuária foi o *Procera Investimento*, que, segundo dados oficiais, teria permitido a aquisição de um rebanho de, em média, 5,63 cabeças por família. Um total de 2.624 cabeças de gado bovino foi distribuído para 472 famílias, ficando o valor médio do financiamento em aproximadamente R$ 2.500,00 por lote – cerca de um terço do total dos créditos de investimento do Procera aplicados no assentamento em 1995. Após três anos, considerando os dados oficiais, o rebanho adquirido por meio do Procera representava 27% do total de animais existentes no assentamento; o restante havia sido adquirido com recursos próprios ou reproduzido no interior dos lotes. Houve ainda um pequeno grupo de 40 assentados

que conseguiu obter um financiamento do Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista (FEAP) para melhoria de instalações, reforma de currais, cercas, salas de ordenha e outras construções: *'nem teve repercussão no assentamento diante do número de famílias que se dedicavam à pecuária'*, estima sr. João Pereirinha, assentado na Agrovila de Campinas. Mas não se trata apenas de focalizar a ausência de incentivo financeiro por parte do Estado. A narrativa abaixo, de um técnico da agência estatal, confirma uma atuação criticada por muitos assentados, já mencionada anteriormente, de contenção do desenvolvimento da pecuária:

> *'Volta lá atrás, Assentamento Reunidas nascendo. Era proibida a criação pecuária! Era uma loucura! Por quê? Não sei… Eu não estava aqui nessa época. Mas eu escuto isso: que era proibido. A situação e a conjuntura aos poucos foram mudando. Até então, um comprava uma vaquinha, o técnico falava 'não pode'. 'Como não pode? Eu não posso dar leite para o meu filho?' 'Então uma vaquinha pode'. Essa vaquinha paria uma bezerra e essa bezerra virava uma vaca. Então uma vaca virava duas, de duas virava três. E a braquiária nascendo sozinha, era só cercar. De repente, tinha cinco, oito, dez. Aí ele precisa de um curral, um triturador. E ele vê que pode ampliar ainda mais, dependendo do histórico, da experiência com a agricultura. Até então o ITESP só tinha agrônomos, não tinha zootecnista, nem veterinário. E os primeiros financiamentos do Procera não financiavam rebanho, era só agricultura: máquinas e insumos'.*

A pecuária é considerada uma atividade cuja implementação requer o investimento de um certo montante de recursos financeiros para a aquisição de animais e para a recuperação da fertilidade do solo e formação das pastagens; e também para a aquisição de alguns equipamentos e utensílios, como um triturador (*'essencial, mas nem todo mundo tem'*), uma carroça e um cavalo. Além disso, é preciso comprar madeira, arames e pregos para a construção de cercas, estábulos e outras dependências, listadas anteriormente, na Tabela 7.1. A construção das instalações baseia-se em na aquisição de um conjunto de matérias-primas e em uma intensa aplicação de trabalho (*'tem que ir fazendo aos poucos, porque se for pagar para fazer...'*); a madeira também pode ser obtida no interior do lote ou coletada nas áreas de reservas florestais no assentamento; os demais materiais precisam ser comprados no mercado local.

Portanto, a pecuária leiteira requer, inicialmente, uma intensa absorção de trabalho na constituição das instalações e, ao mesmo tempo, a aquisição de animais e diversos produtos comerciais. Uma vez em funcionamento, exige uma aplicação constante e diária de trabalho familiar para a ordenha, manutenção das instalações, tratamento e alimentação do rebanho – e passa a utilizar alguns insumos externos, sobretudo farmacêuticos, alguns obrigatórios por lei. A geração de emprego e renda através da pecuária oscila conforme o tipo de animal criado, a finalidade da produção, a forma de alimentação do rebanho, a quantidade de animais no lote e vários outros fatores. A observação apresentada a seguir volta-se para a formação dos principais recursos permanentes de produção (o rebanho, alguns equipamentos e as instalações construídas) e dos recursos de menor temporalidade (sobretudo a alimentação do rebanho).

A ampliação do rebanho representa a formação de um patrimônio, uma poupança a ser utilizada na forma de novos investimentos produtivos, no atendimento de alguma situação emergencial ou na realização de algum projeto familiar[5]. No curto prazo, com a venda do leite, os assentados passam a contar com uma renda monetária mensal: *'é um salarinho regular'*. De forma complementar, ao longo do ano, a produção de novilhas e bezerros constitui uma fonte de rendimento gerada principalmente por uma ampla utilização de pastagens e uma reduzida quantidade diária de trabalho familiar por unidade de área. Parte dos que se dedicam à pecuária não comercializam a produção de leite, que fica reservada para um abundante consumo doméstico e para uma aceleração na reprodução do rebanho. Com isso, há uma redução no consumo de força de trabalho.

> *'O ITESP prega que os assentados têm que partir para um sistema de produção de leite – e na cabeça de todo mundo não é bom negócio. Todo mundo reclama do preço. Eles querem partir para bezerro. Querem um gado de cria, não de leite. Nós estamos pregando uma coisa e eles estão querendo outra. Então, qual é a proposta que eu tenho para o pessoal? É ter os dois'* (zootecnista).

Há uma certa variação no volume de produção entre os assentados. No início de 1996, um total de aproximadamente 200 famílias assentadas vendia leite para uma cooperativa local, a Cooperativa de Laticínios de Promissão (Coopro), que, naquele momento, era a mais importante processadora do leite produzido no assentamento. O volume diário de produção, de janeiro a abril daquele ano, pode ser considerado baixo: a média para o assentamento era de 29,3 litros comercializados ao dia por produtor (53 assentados entregavam, em média, menos de dez litros por dia; outros 55 contavam com uma produção diária de dez a menos de vinte litros; uma produção de 35 a 59 litros vinha sendo alcançada por 50 assentados; onze produziram mais de 60 litros por dia e apenas três ultrapassavam a marca de cem litros). A Tabela 7.2 resume os dados do ITESP para 1998, em termos médios, por lote, o que não irá refletir a diversidade entre os assentados, mas permitirá a elaboração de uma estimativa da abrangência e das características gerais da atividade.

Tabela 7.2 Pecuária no Assentamento Fazenda Reunidas – total e média por produtor (1997/1998)

	Total no assentamento	*Média por assentado*
Área ocupada (hectares)	4.916	10,54
Produção diária de leite (litros)	13.661	29,30
Rebanho (cabeças)	9.598	20,59
Rebanho financiado (cabeças)	2.624	5,63
Bezerros vendidos (em um ano)	796	1,70

Fonte: ITESP, *Caderneta de Campo: Assentamento Fazenda Reunidas, safra 97/98 – Tabulações*. Promissão: Instituto de Terras do Estado de São Paulo 1998. Dados referentes ao universo de 466 produtores.

Para a maior parte dos assentados, a produção de leite passou a ser comercializada em quantidade geralmente inferior a um tambor de 50 litros. Com isso, o custo de transporte e processamento por unidade de produto era maior do que o verificado para os produtores que completavam um tambor. Um produtor assentado que entregava,

por exemplo, a média geral de 29 litros diários, pagava pelo transporte e limpeza de um tambor com capacidade para 50 litros. Posteriormente, foram instalados os primeiros tanques coletivos de resfriamento e esse fator desfavorável no custo de produção começou a ser alterado.

Podemos considerar que o principal insumo de curto ciclo utilizado na pecuária é a alimentação do rebanho, algo que pode ser realizado a partir de diversas possibilidades técnicas e sociais. Os assentados precisam, inicialmente, definir o tipo de capim a ser plantado no lote: a braquiária comum, existente anteriormente na fazenda, que gera maior produção de leite mas que se reduz no inverno; ou o chamado *braquiarão*, menos produtivo e mais resistente. Ambos suportam o pisoteio dos animais, podem ser cultivados em áreas com menores níveis de fertilidade natural e demandam uma capina anual que ocupa cerca de dois dias de trabalho de uma ou duas pessoas por hectare. Para as áreas com maior fertilidade natural, ou naquelas bem adubadas e com redução de acidez, o capim tanzânia permite um aumento da capacidade de alimentação do rebanho, incrementando a produtividade por unidade de área e de animal; mas poucas famílias o adotaram, por tratar-se de um cultivo pouco adaptado às áreas menos férteis, por exigir manejo mais trabalhoso, por resistir menos ao pisoteio, pela difícil rebrota. O capim colonião, outra fonte de alimentação bovina, é utilizado com certa reserva por alguns assentados: *'não vale nada e precisa de calcário'*.

Há assentados que planejam a formação de pastagens com melhor qualidade e com diferentes combinações de espécies de capim: braquiária, braquiarão e acreana ou outras. Mas essas possibilidades não têm sido colocadas em prática senão em apenas alguns poucos lotes. Tampouco é comum a delimitação de piquetes, que permitem alcançar um aumento na qualidade e melhor aproveitamento das pastagens, principalmente porque esta prática demanda um aperfeiçoamento na instalação de cercas, um manejo mais intensivo e um conhecimento técnico não inscrito nas experiências anteriores da maioria dos assentados. *'Eu tocava roça grande, mas nunca possuí nem uma cabrita para tomar leite com café. Eu nem sabia o que era uma vaca. Esses tempos atrás eu estava com 30 cabeças'*. Em alguns casos, os assentados utilizam áreas de reserva florestal situadas nas imediações dos lotes, assunto que, apesar de sua importância, não será abordado aqui [6].

Rações concentradas são utilizadas principalmente com duas finalidades: para substituir o leite na alimentação de bezerros e novilhas, quando o leite é comercializado, e para reforçar a nutrição de algumas vacas durante a lactação. Alguns assentados chegam a ter certa precaução contra o uso de rações e concentrados, temendo que o rebanho venha a se acostumar com seu consumo, e preferem manter a criação com uma alimentação *'mais natural'*: pastagens de braquiária (83,2% do total dos assentados) durante a maior parte do ano, e capim napier, cana, milho e farinha de mandioca no período de seca.

Nas estações com menor disponibilidade hídrica (de maio a setembro), as pastagens vão se ressecando e a produção torna-se semiconfinada, exigindo maior intensificação do trabalho e da utilização de variadas fontes de alimentação animal. A produção de cana geralmente ocupa uma pequena área do lote, cerca de um hectare – e requer cerca

de dez dias de trabalho com o emprego de tração animal. O capim napier e a cana precisam ser cortados, triturados e servidos no cocho: *'para quem tem mão-de-obra, é uma comida barata e nutritiva'*. Uma limitação de força de trabalho familiar dificulta sua utilização: '*com um bom peão ficaria barato, mas sabe como é a legislação trabalhista... não dá'*.

Nos sistemas mais rústicos de criação, chega-se a plantar milho para alimentação do rebanho com semente 'cabocla', em áreas de dois a três hectares, com pouco emprego de adubos químicos e venenos, e muitas vezes sem correção da acidez do solo. Com este limitado uso de insumos externos, a produtividade de milho é conseqüentemente baixa, mas ainda assim vantajosa em comparação com aquilo que é disponibilizado pelas áreas de pastagem, já que desta forma há o fornecimento não apenas de milho, mas também da palhagem, reincorporada ao solo ou consumida pelos animais na época da seca. Outros assentados procuram produzir o milho com maior utilização de insumos externos, obtendo maior produção e produtividade. No entanto, sendo pequena a área plantada, algumas etapas da produção podem ser feitas com tração animal e a colheita pode ser realizada manualmente; os sabugos de milho são armazenados em rústicas tulhas de madeira. Esse plantio, quando realizado em um sistema de rotação, resulta em uma reforma gradual das pastagens: há, simultaneamente, a produção da alimentação do rebanho e a reprodução e ampliação da fertilidade do solo.

Apesar da reduzida utilização de rações e concentrados industriais, a pecuária demanda a utilização de um variado conjunto de produtos farmacêuticos: sais, vacinas, antibióticos, vitaminas, carrapaticidas, pomadas e outros produtos farmacêuticos. Ainda assim, assentados e técnicos consideram que tais produtos têm um custo financeiro relativamente baixo[7]. Uma assentada que se dedicava principalmente à pecuária leiteira calculava que o valor equivalente a dois bezerros era suficiente para comprar todos os insumos externos adquiridos no mercado para seu rebanho de 40 cabeças, incluindo rações, sais e vacinas. Trata-se de mais uma forma de autofinanciamento das atividades produtivas no assentamento: os recursos monetários para a utilização dos insumos externos originavam-se do próprio lote – e não das agências externas de financiamento.

Em consonância com a formação das pastagens, a escolha do tipo de animal a ser criado é também um elemento de grande importância para o desenvolvimento da pecuária. Para a região de Promissão, a raça mais recomendada é a *girolanda* (cruzamento entre as raças gir – de origem asiática – e a holandesa), conhecida por manter elevada produção, por ser pouco susceptível a infestações de carrapatos e por apresentar adaptação e resistência à alimentação fundamentada nas pastagens. O controle genético do rebanho torna-se estratégico para cada produtor:

> *'o jeito é fazer a nossa própria vaca, adaptada às condições que nós temos. Quem quer vaca boa tem que fazer sua vaca boa… se o gado está muito holandês, a gente vai controlando'*.

Os animais cujos cruzamentos são variados e indefinidos são designados 'pé duro':

> *'é o holandês misturado com nelore, com um pouco de gir... não tem raça qualificada, só que é um gado resistente. O pasto está seco, mas a vaca está produzindo'.*

A resistência biológica dos animais permite uma redução na quantidade de trabalho utilizado no manejo diário e um melhor aproveitamento das condições naturais do solo e, ao mesmo tempo, a obtenção de maior produção diante das condições ambientais locais.

No entanto, a pecuária apresenta, para parte dos assentados, o que podemos identificar como formas erosivas de criação em um contexto de utilização de poucos recursos externos (Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer 1992). Há uma redução na qualidade das pastagens e um limitado uso de complementos alimentares e produtos farmacêuticos básicos, causando doenças, perda de animais e redução da produção. A exploração das pastagens sem uma reposição da fertilidade do solo leva a uma queda na produção e a um enfraquecimento do rebanho. As famílias com obtenção de renda monetária bastante baixa, ou aquelas que arrendam a maior parte do lote, muitas vezes ficam impedidas de manter níveis mínimos de sanidade de um pequeno rebanho. Além disso, verifica-se uma considerável incidência de práticas inadequadas de manejo, sobretudo quando a pecuária é relegada a um plano secundário como atividade econômica no lote – e os animais, dispondo de pastagem insuficiente em tempos de seca, emagrecem e diminuem substancialmente a produção de leite até que as pastagens voltem a florescer. É sobretudo entre este grupo de assentados que o zootecnista identifica as maiores dificuldades para a difusão de técnicas básicas de criação e controle sanitário:

> *'pergunta para esse pessoal quantas vacinas ele conhece? Se ele sabe avaliar qual sal é bom para a vaca de leite; sobre mastite, como ele faz para prevenir'.*

Há assentados que colocam em dúvida a viabilidade econômica da pecuária, levando em conta os preços pagos pelo leite, a pequena produção obtida, o valor dos recursos investidos, a ocupação de força de trabalho, o elevado custo das rações e produtos farmacêuticos – e outros fatores. Por outro lado, são muitos os que estimam que os assentados que se dedicam à pecuária *'estão mais equilibrados economicamente'*. Apesar da baixa rentabilidade, ou da rentabilidade obtida no longo prazo, atribui-se certa estabilidade à produção:

> *'não tem contratempo: tendo capim, sal e água, dá uma cria por ano'; 'é uma coisa segura, não tem como dar prejuízo; não é como a lavoura'.*

Nestas discussões, em geral pondera-se que há grande diversidade no desenvolvimento da pecuária no assentamento, considerando a área ocupada em cada lote, a finalidade da produção, os interesses e as particularidades sócio-culturais de cada família, o tipo de animal criado, a densidade de animais por unidade de área, a fertilidade do solo, as técnicas de manejo. Leva-se também em conta que a pecuária raramente é realizada de forma especializada (geralmente é complementada por outros cultivos); que sua formação e desenvolvimento se realizam por intermédio de práticas não-mercantis; que gera um certo patrimônio ao longo do tempo e que sua lógica não se prende apenas a um cálculo estritamente comercial: *'o grande produtor faz mais conta, tem*

mais dinheiro; não é um caipira como nós aqui, que trabalha para comer', na fala bem-humorada de Ronaldo, assentado na Agrovila de Campinas.

Por esses motivos, a pecuária praticada pelos assentados pode ser compreendida como uma produção com reduzida dependência com relação ao consumo de insumos externos (*low external input agriculture*). Uma tal classificação passaria no entanto a abrigar diferentes ou mesmo contraditórios métodos de criação, desde os que melhor aproveitam o potencial endógeno da atividade até as formas mais erosivas, mencionadas anteriormente. Mesmo assim, é possível identificar dois importantes pontos de convergência: a produção interna da alimentação do rebanho e a opção por um gado mestiço, preferencialmente *girolando*. Vale ressaltar que o conjunto de recursos permanentes (instalações e rebanho) apresenta certa intensidade diante das condições naturais (baixa fertilidade), do volume de trabalho mobilizado em sua manutenção e do consumo de recursos externos de curto ciclo.

Cerca de 30 famílias no assentamento ingressaram em sistemas 'intensivos' de criação. Sua principal finalidade era o aumento da escala de produção (por meio de um aumento da quantidade de animal por unidade de área) e a obtenção de elevada produtividade de leite por animal. Para isso, recorre-se à criação de gado de origem holandesa (ou com elevada predominância), que, além de geralmente ter um preço mais elevado, requer variada utilização de medicamentos, manejo mais cuidadoso, elevado consumo de rações concentradas e melhores instalações e equipamentos mecânicos. Estimava-se que o investimento em animais e instalações deveria passar de R$ 70 mil. Portanto, o tipo de animal criado e a forma de alimentação diferem daqueles predominantes no assentamento.

A alimentação dos animais tornava-se dependente da compra de rações vegetais balanceadas (à base de milho e soja, principalmente), algumas vezes complementadas com a aquisição de resíduos industriais, como polpa cítrica, farelo de caroço de algodão e cevada. As pastagens convertiam-se em um complemento de reduzida importância nutricional para o rebanho. Cada vaca passava a consumir, em média, cerca de quatro quilos de ração por dia durante sete meses: atingia-se assim um custo de aproximadamente R$ 336,00 por ano – algo equivalente a 840 litros de leite ao ano. O filho de um assentado que aderiu a este sistema intensivo calculou que somente as rações custavam o equivalente a pelo menos 26% do valor total da produção de leite. Mas, além disso, havia o custo da silagem, do sorgo, das pastagens, das rações e dos produtos farmacêuticos.

O consumo de produtos farmacêuticos (vitaminas, antibióticos, pomadas) tornava-se mais acentuado que nos métodos extensivos. Ao se levar em conta o custo da produção de volumoso através da silagem de milho, a complementação da alimentação ao longo do ano, a depreciação dos equipamentos, o custo dos medicamentos, dos sais minerais e outros insumos externos, chegava-se a uma estimativa de que apenas 20% do faturamento era convertido em renda líquida: *'tem que ser profissional'*. Nos sistemas extensivos, ocorre justamente o contrário: apenas 20% era retido pelos insumos externos. *'O custo é praticamente zero. Capim não é dólar'*. Por outro lado, o volume da produção mais extensiva, na avaliação do zootecnista, era em geral bastante baixo:

> *'a maioria entrega pouco leite. É um sistema muito arcaico, o manejo dele é do tempo da escravidão. Fechar o bezerro, deixar o bezerro de castigo... Tem uma produção tão pequena que é mais uma reserva de capital. Ele não faz girar aquilo'.*

É certo que a produção intensiva apresenta algumas importantes vantagens técnicas e econômicas: viabilização do uso de tanque individual de resfriamento; pagamento de menor frete por unidade de produto; obtenção de melhor preço para a produção (que passava de 0,35 para 0,42 por litro de leite); aumento na quantidade de animal por unidade de área; maior período de lactação por vaca (em média, de cinco para sete meses por ano); substancial aumento, praticamente uma duplicação, da produção de leite por animal; viabilização da mecanização da ordenha; venda de vacas e novilhas com maior valor. Este aumento na escala de produção levaria a uma compensação pela significativa redução na rentabilidade por unidade de produto (devido ao elevado custo das rações e produtos farmacêuticos, bem como o maior consumo de força de trabalho familiar).

Esta produção intensiva teve, no entanto, uma difusão bastante restrita no assentamento: dentre as aproximadamente 30 famílias que iniciaram a produção no sistema intensivo, apenas duas permaneceram. Os demais decidiram voltar a trabalhar no sistema extensivo ou semi-intensivo – e, na maior parte dos casos, com um elevado saldo devedor para com a cooperativa local que financiou este aumento na escala de produção. O afastamento dos assentados com relação a este sistema conta com consistentes motivações:

> *'não tem como entrar em um negócio desse. Só se estiver empolgado. É ilusão. Olha a loucura que eu fiz: troquei três girolandas por uma holandesa. Agora estamos voltando para nosso antigo sistema',*

conta um dos assentados que participaram da experiência de intensificação. A estratégia de aumentar a escala de produção contrasta com a prática da maior parte das famílias assentadas, que buscou uma ampliação da produção através de recursos próprios e com base em um gradual aperfeiçoamento das instalações produtivas, do rebanho e das pastagens[8].

Os sistemas intensivos de produção leiteira caracterizam-se, mais exatamente, por uma intensificação no uso de recursos permanentes de produção (gado holandês, maior rebanho, melhores instalações) e no consumo de objetos de trabalho produzidos externamente (rações, resíduos industriais e produtos farmacêuticos). Há também um aumento no consumo de força de trabalho, mas em uma proporção menor que a intensificação na formação dos recursos permanentes e do consumo de insumos externos. Aumenta-se com isso a dependência com relação ao fornecimento externo de fontes de alimentação e outros insumos. Esta forma de intensificação da produção se constitui como uma das estratégias econômicas para o desenvolvimento da pecuária, mas não a única ou mesmo a mais adequada para a maioria dos assentados. Em geral, os assentados reconhecem que pode ser mais rentável, mas a consideram muito mais arriscada.

As formas endógenas de organização da pecuária são praticadas conforme as condições materiais de cada assentado (*'eu não tenho como ficar fazendo banheiro*

para vaca'), a disponibilidade de força de trabalho familiar, a quantidade e qualidade da área a ser ocupada, o conhecimento técnico socialmente acumulado e as afinidades com o processo de trabalho (*'o gado holandês precisa ter uma enfermeira perto dele...'*). Trata-se de uma outra composição para o processo de produção. A pecuária apresenta-se como alternativa produtiva de acordo com a capacidade dos assentados para selecionar os animais compatíveis com as condições ambientais locais e para explorar com maior intensidade os recursos que podem ser produzidos no próprio lote (pastagens e plantios complementares de napier, cana, milho e mandioca). Não se pode deixar de considerar que, na maior parte dos casos, a pecuária leiteira é realizada em amplos estratos de área com elevada acidez e reduzida fertilidade natural, fator que delimita um certo horizonte de possibilidades de utilização produtiva; e que a base permanente de recursos produtivos é formada com uma ampla utilização de força de trabalho familiar.

Alguns assentados calculam que uma área de 10 hectares (cerca de metade do lote) de pastagens bem cultivadas (preferencialmente divididas em piquetes e complementadas pela produção de cana, napier, milho e mandioca) possa abrigar um rebanho de aproximadamente 16 animais, sendo 14 vacas leiteiras – e gerar uma produção de aproximadamente 100 litros de leite por dia, a um custo de produção bastante baixo em comparação com o custo da produção confinada. Para atingir este potencial, ou ainda aumentá-lo, técnicos e assentados indicavam a cuidadosa e gradual seleção genética do rebanho pelos próprios assentados, o incentivo ao piqueteamento e à reforma de pastagens (recuperação ou ampliação da fertilidade do solo) entre as principais diretrizes de desenvolvimento da pecuária no assentamento.

Boa parte deste potencial da pecuária tem sido aproveitada no sentido de utilizar os recursos naturais disponíveis e aumentar a ocupação de força de trabalho e a geração de renda. Uma pequena família, por exemplo, ocupava metade do lote com 12 vacas, que produziam 40 litros por dia nos tempos de seca, e até 60 na estação das águas. O preço líquido (descontando impostos e o frete) era de R$ 0,30 por litro. Com isso, tinha acesso a uma renda mensal de R$ 360,00; deduzindo-se os gastos com insumos farmacêuticos e rações, verifica-se que a venda de leite permitia à família contar, de forma estável, com uma renda líquida mensal de aproximadamente R$ 300,00 (cerca de 1,5 salário mínimo na época). Além disso, havia a comercialização de bezerros e novilhas, que, de acordo com os cálculos do zootecnista, tinha rentabilidade próxima à obtida com a comercialização de leite.

> *'Vamos fazer uma simulação. Tem o lote de oito alqueires* [19,36 hectares]. *Vamos dividir o lote no meio, metade pecuária, metade agricultura, que é mais ou menos a média. Em quatro alqueires, em um sistema de pouca tecnologia, mais extensivo, você tem 15, 18, 20 cabeças. Se tiver 20 vacas, o máximo que ele vai conseguir é uns 16 bezerros em um ano. Hoje, o bezerro está com um preço bom, por baixo uns 300 reais. Para arredondar, 15 bezerros, a R$ 300,00, são R$ 4.500 por ano'.*

A criação animal nestas bases repete-se, com algumas variações, em muitas outras famílias; seu potencial para reduzir a pobreza no campo é, portanto, bastante significativo. A maior parte das terras do assentamento foi ocupada com a pecuária

leiteira, permitindo às famílias a geração de uma renda monetária capaz de garantir o acesso a necessidades básicas de consumo doméstico, com a utilização de largos estratos de área com baixa fertilidade natural e/ou elevada acidez.

> *'Primeira coisa que ele faz quando pega o lote: a pior terra, a terra fraca, ele já define: ali é pasto, até porque uma pastagem de braquiária nasce naturalmente, basta cercar',* relata o zootecnista.

A mobilização de trabalho familiar no manejo e na produção interna da alimentação do rebanho e uma adequação no tipo e na quantidade de animais por unidade de área estão entre as principais características desta atividade no assentamento. No entanto, como ocupa uma pequena parcela da força de trabalho familiar disponível e gera uma renda monetária estável mas pequena, as famílias, sobretudo as mais numerosas, deparam-se com duas necessidades: a de aperfeiçoar constantemente o sistema de criação, principalmente no que se refere ao tipo de animal criado, à qualidade das pastagens e ao conjunto de instalações; e a de buscar formas de intensificação do uso do solo em outras parcelas do lote para diversificar a produção, aumentar a geração de renda monetária e, ao mesmo tempo, encontrar formas de ocupação produtiva para os filhos; por isso, muitas famílias desenvolvem a pecuária juntamente com outros cultivos e criações.

7.3.2 A horticultura

A horticultura no assentamento abrange a produção de um variado conjunto de mercadorias: tomate, pepino, quiabo, abobrinha, maxixe e, em menor proporção, repolho, berinjela, pimentão, pimenta cambuci. Existem três sistemas de produção de hortaliças: a *plasticultura* (com a construção de estufas e irrigação), o *irrigado* a céu aberto e o *sequeiro* – que apresentam diferenças na composição dos instrumentos e objetos de trabalho, na forma de uso da terra e na ocupação de força de trabalho, além de diferenças na rentabilidade e nos canais de comercialização. Agrônomos e técnicos do ITESP indicavam a horticultura, sobretudo nas estufas (plasticultura), como uma das mais relevantes alternativas de produção econômica no assentamento, por vários motivos: a necessidade de um montante de investimentos iniciais factíveis para parte das famílias ('recursos próprios'), a comercialização relativamente estável, a ocupação do trabalho familiar, o retorno dos investimentos em um prazo médio e a utilização de uma parte muito pequena do lote. O número de estufas aumentou continuamente: *'a tendência é de aumentar ainda mais'*.

Na maior parte das estufas, desenvolve-se a produção de tomates e de pepinos. Os instrumentos de trabalho da plasticultura compõem-se, basicamente, de: estufa com cobertura de plástico (geralmente de 480 m2), bomba d'água, poço artesiano ou cacimba, caixa d'água com capacidade para mil litros, cerca de 500 metros de canos para irrigação e outros poucos equipamentos, como máquina de grampear e pulverizador costal. Este conjunto de materiais necessários à construção e operacionalização de uma estufa tinha um custo de aproximadamente R$ 4.000,00: *'para quem não tem dinheiro, isso é uma fábula'*. De fato, este valor era equivalente, senão superior, à remuneração de um ano de trabalho de um assalariado rural. Por

outro lado, em poucos meses após a construção da estufa, já se conta com os resultados de uma primeira colheita.

O conhecimento necessário ao processo de produção precisou ser constituído socialmente. A imagem de uma suposta transferência vertical e padronizada de conhecimentos e tecnologias não coincide com a situação verificada no assentamento. Dois assentados, José 'Benê' Martins e Adelino Hitter, lideranças políticas desde os tempos do acampamento, visitaram, juntamente com agrônomos do ITESP, um produtor no município de Tupã, após a sugestão de um vendedor de estufas. Ali obtiveram as primeiras informações sobre o processo produtivo. Com o recebimento dos créditos de investimento do Procera, em 1995, compraram uma estufa cada um e passaram a trabalhar de forma associada na produção e na comercialização de tomates e pepinos.

Como poucas famílias puderam contar com apoio financeiro do Estado, o desenvolvimento da horticultura foi sendo realizado com base em recursos familiares e não-governamentais. Algumas famílias receberam uma doação proveniente de um padre católico, Joseph Jansen, que acompanha e incentiva os assentados desde a época dos acampamentos. Três estufas foram inicialmente custeadas sob o compromisso dos beneficiários de repassar o mesmo material recebido para outros vizinhos com os resultados da produção.

> *'Eu conheci gente que estava para vender o lote e começou com a produção em ambiente protegido, a plasticultura, e hoje está implantado, está ficando na terra e tirou até da cabeça o pensamento de vender a terra e ir embora daqui'.*

Neste período, uma rede de supermercados de atuação regional decidiu pela montagem de dezenas de estufas em Promissão para o abastecimento de suas lojas. Após alguns anos, em decorrência de problemas administrativos e financeiros, o empreendimento foi à falência – e as instalações foram vendidas em toda a região. Alguns assentados compraram, reformaram e adaptaram o material descartado.

A construção de uma estufa requer de sete a dez dias de trabalho de várias pessoas – e isso é realizado, em boa medida, através de relações sociais não-mercantis, notadamente quando familiares, amigos e vizinhos organizam um mutirão: *'só na base de cerveja'*. Há assim uma recriação no assentamento de tradicionais práticas camponesas de sociabilidade[9]. Diversas técnicas de construção, adaptação e reforma das estufas já haviam sido testadas e divulgadas no assentamento. Também a constante manutenção da cobertura de plástico é realizada em regime de mutirão, o que reduz o custo de manutenção das estufas. Várias outras formas de solidariedade comunitária foram desenvolvidas na constituição do saber produtivo, na alteração das técnicas de construção das estufas, no combate às mais diversas pragas, na redefinição dos canais de comercialização: *'aprendemos na raça, na vontade, na necessidade'*. O consumo diário de água é de aproximadamente três mil litros em cada estufa, o que, no custo de produção, se expressa na conta de energia elétrica usada para bombear a água do subsolo.

O processo de produção exige o uso de variados tipos de adubos químicos e venenos. As sementes podem ser obtidas no próprio lote ou com vizinhos, mas considera-se que

são menos produtivas que as variedades disponíveis no mercado a um preço relativamente baixo. A adubação química visa sobretudo a reposição sistemática e controlada de seis macro e cinco micronutrientes:

> *'tem que estar aperfeiçoando cada vez mais a produção. A gente adquire habilidade, mas em termos de natureza, de estruturação do solo, vai ficando sempre mais difícil',*

avalia Maria Inês, esposa de Adelino. O intercâmbio de informações técnicas e comerciais entre os assentados que produziam nas estufas se efetuou a partir de grupos informais criados de acordo com afinidades políticas, vicinais e territoriais. Agrônomos e técnicos do ITESP acompanharam os assentados na constituição deste saber produtivo: *'crescemos juntos'*. As interfaces e formas de colaboração afiguram-se como expressão de uma redefinição do sistema de informações e conhecimentos sobre a produção agropecuária, na qual os agricultores passam a desenvolver, adaptar e absorver seletivamente tecnologias (Röling 1991).

Nos primeiros anos de produção, os dois assentados que deram início à plasticultura no assentamento se depararam com uma acentuada quebra de produção provocada por uma infestação de nematódeos, que incidia sobre quase todo o assentamento. Houve quem recomendasse a aplicação de brometo de metila, *'perigosíssimo'*, ou *Temic*, *'também muito perigoso'*. Todavia, recusaram a proposta, preferindo encerrar a atividade caso não houvesse outra solução para o problema. Com esta deliberação, desenvolveram uma série de alterações no processo de produção: encontraram uma variedade de tomate mais resistente (associada à utilização de adubação orgânica à base de torta de mamona) e o enxerto de pepino em abóbora. Essas modificações resultaram em maior produtividade, qualidade e rentabilidade.

> *'Eu não coloco na minha terra nenhum defensivo que seja sistêmico. Uma porque eu gosto muito da terra e outra porque a saúde da minha família e dos meus amigos vale mais que isso. Eu prefiro mudar de cultura'.*

A redução no uso de agrotóxicos se realiza a partir da definição de restrições éticas ao uso de determinados tipos de veneno – e isso desencadeia uma série de alterações no processo de produção. O elevado custo dos agrotóxicos é também um elemento constante na fala dos assentados.

A produção de hortaliças nas estufas caracteriza-se, portanto, por uma acentuada utilização de insumos químicos de origem agroindustrial; e sua difusão exigiu a criação de uma rede de troca de informações e experimentações entre os próprios assentados. Por outro lado, o uso de agroquímicos leva a uma forte instabilidade no processo de produção, uma vez que o controle do fluxo de nutrientes presentes no solo torna-se cada vez mais complexo: *'é aí que está o desafio: não dá para ficar esperando o técnico'*. A adubação química e o uso de agrotóxicos provocam um rápido aumento nos índices de salinização e acidificação do solo, o que torna imprescindível o desenvolvimento de técnicas de adubação orgânica.

> *'A gente é trabalhador, depende disso para viver, não pode ficar fazendo experiências, porque se der um blackout... mas tem que correr atrás de tudo o que é*

novidade, tentar sair do químico, do veneno. Quando não dá certo, pára um pouco, vai atrás de conhecimento', completava Maria Inês.

Há uma significativa participação das mulheres na constituição do conhecimento técnico e na produção de hortaliças nas estufas.

A expansão da produção de hortaliças nas estufas implicava, portanto, em uma constante reconstrução do saber produtivo – dada a necessidade de transformações na combinação entre a utilização de insumos químicos e o emprego de adubação orgânica para a manutenção do equilíbrio físico-químico e da fertilidade do solo.

A primeira experimentação com a adubação orgânica consistiu no emprego de torta de mamona e esterco de galinha, adquiridos, respectivamente, no mercado local e no próprio assentamento. Já nos dois primeiros anos (1995 e 1996), buscava-se a reprodução da fertilidade do solo através de uma combinação entre adubação química e aplicação de esterco bovino cedido por vizinhos. Em seguida, os assentados passaram a usar torta de mamona para manter a fertilidade e combater infestações de nematódeos. O uso de esterco bovino foi sendo reduzido e, posteriormente, suprimido durante um período, com a introdução de outros métodos de adubação orgânica.

A intensa utilização de agrotóxicos se colocava como um dos principais problemas para os assentados que se inseriam na produção de hortaliças nas estufas: *'quem é que coloca uma bomba com 20 litros de veneno nas costas e fica feliz?'* Para prevenir ou combater diversas infestações por vírus, fungos e bactérias, utilizam-se diversos venenos. A proliferação da 'mosca-branca' levou a uma diversificação e duplicação no uso de pesticidas. A substituição destes insumos agroindustriais colocou-se como um dos mais importantes desafios para a realização desta atividade que demanda elevada absorção de força de trabalho e uma recomposição dos instrumentos de trabalho no interior do lote. '*É o veneno que a gente quer eliminar: tem o problema da saúde e o custo é muito alto'*, completava Toninho Barbosa, que passou a produzir em estufas em estreita colaboração técnica e comercial com seus vizinhos-compadres Benê e Adelino.

A utilização dos insumos agroindustriais, sobretudo os agrotóxicos, faz com que os cultivos em estufa, notadamente os de tomate e pepino, apresentem uma característica contraditória: por um lado, promovem um incremento na ocupação de força de trabalho e na reconstituição da base permanente de recursos produtivos; por outro, realizam-se mediante uma intensa mercantilização de alguns componentes do processo produtivo. O endógeno e o exógeno se completam, se interagem e se transformam mutuamente. O que precisa ser destacado neste processo é a busca contínua, por parte dos assentados, de uma redução na utilização (relativa e absoluta) dos insumos agroindustriais, não apenas para alcançar uma redução de custos, mas também para poder manter a fertilidade do solo.

Na concepção de muitos assentados que se dedicavam à horticultura, a produção orgânica certificada figurava como resultado de uma construção política e institucional que precisaria envolver atores sociais e instituições que ainda não se faziam presentes na localidade. Mas isso não impediu a emergência de práticas orgânicas na produção de hortaliças, em combinação com técnicas convencionais: *'queira ou não queira,*

vamos ter que entrar na agricultura orgânica'. As primeiras iniciativas no sentido substituir o uso de venenos pelo controle biológico (com apoio e acompanhamento de agrônomos do ITESP), através da aquisição de *Neem* (cujo preço era menor que o dos pesticidas tradicionais), não surtiram efeitos suficientes para controlar uma forte infestação de mosca-branca. Registrava-se, no entanto, mais uma experimentação, adicionava-se novas informações entre as famílias assentadas.

A substituição parcial e gradual de adubação química por práticas de adubação orgânica pôde ser realizada com menor dificuldade que a substituição de pesticidas. Após seis anos de trabalho nas estufas, Benê e Adelino entraram em contato com um agrônomo especialista na produção de *bokashi*, um adubo orgânico à base de torta de mamona, farinha de osso, farelo de arroz, esterco de galinha, farelo de peixe, terra com pouco material biológico, carvão e fermento (ou outras composições similares). Iniciava-se mais uma experiência de reformulação do processo de produção, que pode ser interpretada no âmbito das estratégias voltadas para a *internalização* na produção de insumos de curto ciclo (objetos de trabalho) no interior do lote, com aumento na absorção de trabalho e na geração de renda por unidade de produto. Com apoio dos técnicos do ITESP, os dois assentados convidaram o especialista para uma palestra, após a qual um dos assentados decidiu produzir e testar o *bokashi* em seu lote. O uso de agrotóxicos continuaria o mesmo. No entanto, o novo método prometia uma diminuição progressiva (estimada em até 50%) na aplicação de adubos na forma de nitratos; para a produção de café, a expectativa era de que o *bokashi* permitiria uma redução similar no uso de adubação química. *'É um adubo riquíssimo'*, avalia Benê, que também passou a produzi-lo no ano seguinte.

A elaboração do *bokashi* é realizada em um período de dez dias, durante o qual o composto precisa ser revolvido três vezes ao dia. Duas pessoas precisam trabalhar em conjunto da seguinte forma: inicialmente, ocupa-se um dia inteiro, oito horas de trabalho de cada pessoa (16 horas de trabalho no total); em seguida, ao longo de uma semana, as duas pessoas se ocupam durante 1,5 hora por dia (21 horas de trabalho) e, na etapa final, meia hora durante três dias (seis horas de trabalho). A produção do *bokashi* requer, portanto, aproximadamente, 43 horas de trabalho, pouco menos que 22 horas de cada pessoa envolvida em sua produção. Em sua preparação, aproveita-se a construção em alvenaria do terreiro de secagem de café: *'se não tiver o terreirão, torna-se difícil durante os dez dias de reviração dele'*.

Conhecidos pela habilidade em cálculos econômicos, os dois assentados faziam um balanço cuidadoso sobre a economia do *bokashi*. Um de seus principais benefícios é que *'mantém a terra viva'*, além de reduzir a salinização provocada pelo uso de nitratos. Mas havia também uma importante redução nos custos de produção. A compra dos ingredientes para a produção de 1.320 kg deste adubo orgânico custava aproximadamente R$ 245,00. Para um plantio de tomate, recomendava-se o uso de 324 kg (um custo de R$ 61,13). Isso permitia uma redução no consumo de adubos químicos (de 25 para 3 kg de nitratos de cálcio e de potássio por plantio) e a substituição da torta de mamona, cujo valor total era estimado em R$ 207,00 por plantio. Com isso, tinha-se uma redução de R$ 145,87 na compra de insumos, ou seja, uma redução de aproximadamente 70% no custo da adubação por plantio. O total de

1.320 kg de *bokashi* poderia ser utilizado em quatro plantios de tomate, substituindo o equivalente a R$ 828,00 em adubos comercializados. Deduzindo-se a compra dos ingredientes (R$ 245,00), havia uma sobra de R$ 583,00, valor correspondente às 43 horas de trabalho: uma remuneração equivalente a R$ 13,55 por hora de trabalho, valor superior a todo um dia de trabalho de um assalariado no corte de cana-de-açúcar ou na coleta de laranja, que recebiam, na época, de R$ 10,00 a R$ 12,00 por oito horas ou mais de trabalho.

A continuidade da experimentação foi, no entanto, bloqueada pela ausência de análise do solo das estufas e de informações sobre a composição dos nutrientes do *bokashi,* o que apontava para a importância da contínua reconstrução e ampliação do sistema social e institucional de conhecimento produtivo na localidade. Houve também o desenvolvimento de outras combinações entre adubação química e orgânica nas estufas, como, por exemplo, a rotação do plantio de tomate/pepino com o plantio de leguminosas (principalmente a vagem, cuja produção pode também ser comercializada); ou ainda o pousio (com o plantio de mucuna). Uma parte das instalações deixa, assim, de produzir mercadorias para poder reproduzir ou recuperar a fertilidade do solo, levando a um aumento na proporção de recursos permanentes neste processo produtivo. A ampliação da *internalização* de etapas do processo de produção inclui várias outras atividades, como a produção das mudas de tomate através de técnicas criadas e adaptadas pelos próprios assentados. Percebe-se que a redefinição de práticas e saberes produtivos desenvolvidos com a finalidade de reduzir o consumo de insumos externos/mercantis de curto ciclo torna-se um elemento constituinte do processo de produção.

Em vista destas observações sobre os recursos mobilizados na produção, torna-se interessante avaliar a absorção de trabalho e a geração de renda nas estufas. O ciclo do plantio de tomates e pepinos dura cerca de 100 dias – e o processo de trabalho é dividido em duas etapas: plantio e colheita. São cerca de 50 dias para o plantio, tanto para o tomate quanto para o pepino, durante o qual é preciso monitorar o crescimento das plantas e retirar os ramos que não produzem e consomem nutrientes (desbrota), o que requer cerca de quatro horas semanais de trabalho por estufa. Além disso, para garantir o fluxo da seiva e controlar seu posicionamento, é preciso fazer o alceamento, também consumindo cerca de quatro horas de trabalho por semana. O controle de pragas e do equilíbrio nutricional das plantas, com a aplicação de agrotóxicos e adubos químicos e orgânicos, exige a dedicação de uma pequena quantidade de horas de trabalho diário – e uma minuciosa e constante observação. Já no período de colheita (e comercialização), que dura cerca de 60 dias no caso do tomate e 45 no do pepino, há maior ocupação de trabalho familiar. Para a colheita em uma estufa são necessárias cerca de quatro horas de trabalho a cada dois dias. Desta forma, um assentado pode produzir em duas ou mais estufas, intercalando os períodos de plantio e colheita, deixando eventualmente uma delas em repouso para recuperação orgânica da fertilidade do solo.

A rentabilidade destes cultivos pode ser estimada com base na forma de cálculo econômico realizado pelos próprios assentados em um ambiente de instabilidade no preço dos produtos comercializados. Um plantio de pepinos pode gerar uma produção

de 150 a 200 caixas de produto, cada uma vendida a um preço médio (em 2002) de R$ 7,00 a R$ 10,00. O custo dos insumos para um plantio em uma estufa era (em 2001 e 2002) de aproximadamente R$ 450,00, ou seja, cerca de 60 caixas, com uma variação de 50 a 70 caixas, conforme os preços obtidos ao longo do ano[10]. Com um aumento na produção e uma melhora nos preços, como verificado ao longo de 2002, os resultados financeiros do plantio de pepino tornavam-se ainda mais favoráveis. Um assentado chegou a colher em uma estufa, para citar um exemplo, 220 caixas, vendidas a um preço médio de R$ 10,00 (em meio a uma variação de R$ 8,00 a 14,00); houve o retorno do custo de produção com a venda de 45 caixas. Pode-se estimar que a rentabilidade de um plantio de pepinos oscilava de R$ 560,00 a R$ 1.500,00 (de R$ 150,00 a R$ 375,00 por mês).

O cultivo de tomate é tecnicamente mais complexo, um pouco mais trabalhoso e economicamente mais arriscado que o de pepino, mas sua rentabilidade tende a ser maior. A produção chega a passar de 200 caixas por plantio; a cotação do produto no mercado local e regional varia muito ao longo do ano e de um ano para outro: em um período de doze meses, o preço da caixa de tomate oscilou de R$ 4,00 a R$ 18,00. Geralmente, os preços são menores no inverno, devido às possibilidades de produção irrigada a céu aberto. Em 2001 e 2002, a maior parte da produção foi vendida por preços que variaram de R$ 12,00 a R$ 16,00. Os insumos de curto ciclo custavam aproximadamente R$ 600,00 por plantio, ou seja, algo em torno de 40 a 50 caixas do produto. No final de 2002, os preços aumentaram consideravelmente (para uma faixa de R$ 15,00 a R$ 20,00), o que derrubou o custo relativo da produção para menos de 40 caixas. Uma parte da produção chegou a ser vendida a R$ 23,00 a caixa: *'tem venda em todos os preços'*. Se tomarmos como referência um custo de produção de 50 caixas e uma produção média de 200 caixas, temos que o trabalho exercido no interior da estufa valorizava em pelo menos quatro vezes o valor dos insumos de curto ciclo ali inseridos. Um plantio de tomate em uma estufa permitia, portanto, o acesso a uma renda mensal de R$ 300,00 a R$ 640,00, aproximadamente, conforme a produtividade e os preços obtidos.

As estimativas médias para a produção de pepinos e tomates em estufas, conforme observações apresentadas acima, podem ser visualizadas mais facilmente através da Tabela 7.3.

Tabela 7.3 Estimativas de produção e rentabilidade da horticultura em estufas no Assentamento Fazenda Reunidas (2001/2002)

	Pepino	*Tomate*
Produção média *	150 a 200	150 a 200
Custo de produção *	50 a 70	40 a 50
Renda *	80 a 150	100 a 160
Média de preços (R$)	7,00 a 10,00	12,00 a 16,00
Renda por plantio (R$)	560,00 a 1.500,00	1.200,00 a 2.560,00
Renda mensal (R$)	150,00 a 375,00	300,00 a 640,00

Fonte: Pesquisas de Campo (2001 e 2002). As estimativas médias foram elaboradas para um plantio em uma estufa com 480 m2, considerando as principais oscilações nos preços e na produção, conforme explicado acima. * Em caixas de 20 kg.

Esta proporção entre custo de produção e rentabilidade aumentava a segurança do produtor em um quadro de instabilidade nos preços, já que o custo de produção, não sendo elevado em termos relativos, poderia ser recuperado com os resultados de novos plantios. A rentabilidade da horticultura em estufas, enquanto remuneração para as diversas tarefas exercidas por várias pessoas da família, de forma parcial e descontínua, tem sido considerada satisfatória para os assentados, o que explica sua rápida expansão não apenas na Agrovila de Campinas, mas também nas demais áreas do assentamento. Pode-se estimar que os plantios alternados de pepino e tomate deveriam geram uma renda mensal de aproximadamente R$ 350,00 mensais em média por estufa. Cada família pode produzir em três ou quatro estufas; e seu processo de produção é compatível com a realização de outras atividades produtivas, como o café, o bicho-da-seda, a fruticultura e a criação animal, de acordo com a disponibilidade de força de trabalho familiar.

Portanto, a horticultura nas estufas apresenta como características gerais: a ocupação de uma pequena quantidade de área, sobre a qual incide a instalação de um conjunto de recursos permanentes de produção; o elevado uso de insumos agroindustriais, mas em combinação com o uso de adubos orgânicos; um custo relativamente baixo dos insumos agroindustriais em vista da aplicação de força de trabalho e do valor da produção obtida. Trata-se, portanto, de uma intensificação na constituição de recursos permanentes no lote, na utilização de força de trabalho familiar e no consumo de insumos externos de curto ciclo.

Uma segunda forma de produção de hortaliças no assentamento consiste na utilização de equipamentos de irrigação e na utilização de áreas a céu aberto entre um e três hectares. Este sistema pressupõe o investimento em maquinários de bombeamento e tubulações, além da proximidade de represas, açudes, rios ou riachos – fator impeditivo para uma parte dos assentados. Assim como nas estufas, a produção irrigada de hortaliças é intensiva no uso de força de trabalho e insumos agroindustriais. No caso da produção de tomates, pepinos e outras hortaliças, a área plantada é bem maior do que nas estufas. Além disso, como o volume de insumos agroindustriais é maior que no ambiente protegido das estufas, os episódios de quebra da produção, que não contam com qualquer operação de seguro agrícola, são mais severos para os produtores. As formas de comercialização são relativamente estáveis com escoamento regional da produção. De acordo com o total da área plantada e o tipo de plantio

(tomate, pimentão, couve-flor, repolho, cenoura, pepino, brócolis, etc.), há a contratação temporária e informal de trabalhadores assalariados, muitas vezes os filhos de vizinhos assentados.

Um terceiro processo de produção de hortaliças consiste no *sistema de sequeiro*, no qual os investimentos em instrumentos de trabalho e recursos permanentes no lote são bastante reduzidos. A análise da horticultura no sistema de sequeiro evidencia como a limitação na disponibilidade de instrumentos de trabalho bloqueia ou reduz a absorção de força de trabalho e a geração de renda na agricultura familiar. Os cultivos de abobrinha e quiabo, favorecidos pelo inverno quente da região, estão entre os de maior freqüência neste sistema. No entanto, sua rentabilidade, quando destituída de irrigação, está entre as mais baixas e instáveis da agricultura.

A produção de abóbora (que, em 1998, envolvia 98 assentados, cerca de 15% do total, apenas parte deles com irrigação) demanda pouco trabalho após a preparação manual das covas; as sementes são obtidas sem custo monetário e com certa facilidade no assentamento. A resistência natural da planta faz com que a dependência das chuvas seja menor, mas há uma grande vulnerabilidade à incidência de pragas. A quantidade de adubo utilizada por unidade de área é bastante baixa: para um cultivo de mil covas, há um consumo de aproximadamente 20 kg ou pouco mais. Além disso, a compra de sementes e alguns agrotóxicos exige a utilização de poucos recursos financeiros, cerca de R$ 50,00. Com isso, pode-se chegar a uma produção de, aproximadamente, 100 caixas do produto. Nos anos em que as secas prolongadas destroem a produção, o prejuízo para o assentado não chega a ser grande, senão no que se refere ao trabalho realizado. Há também a possibilidade de produção de abóboras em áreas ocupadas com o café, aproveitando-se o preparo do solo e adubação:

> *'é mais um quebra-galho em uma área que fica parada; dentro das normas técnicas, dá muito mais trabalho, fica mais caro, só que a produção é outra'.*

O quiabo chegou a figurar como a hortaliça de maior difusão no assentamento (eram 141 produtores em 1998, cerca de 22% dos assentados, a maioria no sistema de sequeiro). Trata-se de um cultivo bastante rústico e simples e que ocupa pequena quantidade de área agricultável. Inicialmente, a terra é mecanizada, para, após o plantio, ocupar o trabalho na colheita. Em certos casos, absorve a força de trabalho de toda a família, incluindo filhos e filhas. O processo produtivo é conduzido com um reduzido consumo de venenos e adubação química, ou seja, é realizada com baixíssima inversão de recursos monetários. As sementes podem ser compradas a um preço considerado bastante baixo, quando não são retiradas do próprio lote ou doadas por vizinhos, amigos ou familiares. No entanto, como há um incremento regional da produção no verão, o seu preço, que varia de R$ 2,00 a R$ 12,00 ao longo do ano, torna-se muitas vezes irrisório, havendo épocas em que sequer há comprador para o produto. O mesmo ocorre com a produção de abóboras.

Entre as características da produção no sistema de sequeiro está uma elevada intensidade no uso de força de trabalho e uma reduzida inversão de recursos permanentes no processo produtivo. A introdução da irrigação promove uma relevante alteração na dinâmica de produção de quiabo: há um aumento na produtividade e na

qualidade da produção, já que há um prolongamento do período de produção de cada planta que permite a comercialização em épocas de melhores preços. Assim, a irrigação faz com que a produção tenha maior rentabilidade, regularidade e estabilidade. *'Há famílias que vivem há anos da produção de quiabo'*, avalia Argeu, agrônomo do ITESP em Promissão. Por outro lado, sem a irrigação, o quiabo tem menor qualidade (devido ao encaroçamento) e deixa de produzir justamente na época em que o produto atinge seus melhores preços. Os equipamentos de irrigação custavam de R$ 3.000,00 a R$ 4.000,00. A comparação entre o sistema irrigado e o de sequeiro para produção de quiabo ilustra como a recomposição dos instrumentos de trabalho no interior do lote adquire um papel central na geração de emprego e renda na agricultura familiar.

7.3.3 A cafeicultura

A produção de café vinha sendo difundida no assentamento a despeito das advertências que apontavam para as desfavoráveis condições climáticas da região, como sua elevada temperatura e baixa altitude, e para a proliferação de nematódeos e outras pragas. Tais condicionantes contribuíram para que a cafeicultura passasse a ter apenas um papel marginal na economia local, ao contrário do que ocorria até meados do século XX, como vimos no capítulo 5. Além disso, os preços obtidos pela produção de café foram, desde o século XIX, altamente oscilantes, o que motivou a implementação de diversos mecanismos governamentais de controle da expansão da produção e de regulação dos preços. Nos anos 90, as políticas estatais para a cafeicultura foram desativadas ou reduzidas em sua capacidade e abrangência. Além da instabilidade comercial, a proliferação de diversas pragas passou a exigir maior aplicação de agrotóxicos, aumentando o custo dos cultivos e o risco financeiro das atividades. É neste contexto que os assentados formularam uma série de estratégias produtivas.

Uma família pode trabalhar com aproximadamente dez mil pés de café, ocupando assim uma área de dois a três hectares (que pode também ser usada, de forma consorciada, para cultivos temporários: feijão, milho, abóbora, quiabo e outros, de acordo com a idade e o adensamento das plantas). A cafeicultura, no entanto, requer a inversão de um certo montante de investimentos financeiros e uma intensa aplicação de trabalho familiar que começam a apresentar retorno econômico após três ou quatro anos. As possibilidades de absorção de trabalho e geração de renda com a produção de café se realizam mediante algumas condições materiais – e variam de acordo com diversos fatores, entre os quais: a constituição do plantio (recuperação da fertilidade e preparo do solo; tipo de muda); a construção de pequenas e rústicas edificações para auxiliar a produção (como um terreiro de alvenaria para secagem dos grãos e uma tulha para armazenamento); a instalação (opcional) de sistemas de irrigação; a utilização de equipamentos mecânicos (microtrator, carretas); as possibilidades técnicas de gestão do processo produtivo (opção pela capina, pelo uso de herbicidas ou pelo plantio consorciado de leguminosas para controle de vegetação concorrente); a diferenciada aplicação de insumos externos de curto ciclo (adubação química, herbicidas e agrotóxicos); a difusão de informações e experiências a respeito da

adubação orgânica (mucuna-anã, crotalária, esterco de gado e/ou de galinha, palha de café e outras); o beneficiamento (coletivo) da produção.

A combinação entre estes vários fatores técnicos e sociais faz com que a constituição dos cultivos de café adquira uma significativa diversidade, o que decorre, em grande medida, da complexa *maleabilidade* que seu cultivo pode apresentar. Ploeg (2003:150) ressalta que

> *'ao longo do tempo, a maleabilidade da produção agropecuária tem sido usada pelos agricultores para moldar e configurar os processos de produção e trabalho de acordo com suas próprias noções, experiências, necessidades e possibilidades'.*

Neste sentido, o afastamento com relação aos vetores agroindustriais de prescrição e padronização resulta no desenvolvimento de uma significativa heterogeneidade na produção agropecuária. A maleabilidade nos processos de produção está associada às condições sociais e ecológicas locais, à forma de organização e gerenciamento das tarefas e com as diversas interações entre trabalho e instrumentos e objetos de trabalho, ou seja, com a criação de um determinado estilo de produção.

Veremos a seguir que, também no caso da cafeicultura, a ampliação na disponibilidade e na qualidade de recursos permanentes no interior do lote pode levar a uma redução (absoluta e relativa) no uso de insumos externos de curto ciclo e, simultaneamente, a uma ampliação na rentabilidade da produção tanto por unidade de área como por unidade de produto.

Um primeiro fator de geração de diversidade produtiva na cafeicultura pode ser identificado na variedade das mudas plantadas, o que repercute no volume da produção, no processo de trabalho e no uso de insumos agroindustriais de curto ciclo. Muitos assentados cultivam as variedades *mundo novo* e/ou *catuaí*. O preço de cada muda, na segunda metade dos anos 90, variou de R$ 0,10 a R$ 0,15. A compra das mudas para um plantio de cinco mil pés, por exemplo, implicava em uma inversão financeira de R$ 500,00 a R$ 750,00. Os investimentos financeiros eram maiores com a aquisição de mudas enxertadas, geralmente com a raiz da variedade *robusta* (resistente a nematódeos) e a copa da variedade *ubatã* (ou outra variedade resistente à ferrugem). O custo de cada muda saltava para R$ 0,40 e requeria maiores níveis de correção da acidez e recuperação da fertilidade do solo. O custo de um plantio de cinco mil pés passava, então, para mais de R$ 2.000,00 – só para a aquisição das mudas. A definição de uma estratégia de longo prazo (com a germinação das mudas no interior do lote) reduz o custo de implementação da cultura, mas posterga as primeiras colheitas e aumenta a demanda (qualitativa e quantitativa) de força de trabalho.

O cultivo enxertado exige maior aporte inicial de investimentos financeiros e apresenta pelo menos duas vantagens: a primeira refere-se a uma redução no uso de agrotóxicos ao longo da vida útil da planta (redução que em alguns casos chega a 70%, dada sua resistência a nematódeos e outras pragas, como a *ferrugem* e o *bicho-mineiro*; ademais, por ser uma planta de menor porte, reduz o total de adubos e agrotóxicos foliares). A segunda vantagem refere-se à obtenção de maior volume de produção. Por outro lado, o plantio enxertado utiliza praticamente os mesmos agrotóxicos para o combate a outras infestações, como as de cochonilhas, pulgões, cigarra-da-raiz e ácaro.

Ao lado do tipo de muda plantada, pode-se indicar a importância de outros investimentos financeiros em máquinas e equipamentos que aumentam a base permanente de recursos produtivos na cafeicultura. A disponibilidade de irrigação, por exemplo, permite um aumento na produção, sobretudo por levar a boas colheitas todos os anos – e não apenas a uma boa colheita bianual. Além da irrigação, um pequeno trator ou um microtrator (de oito ou quatorze hp) permite a alteração de várias etapas do processo de produção, uma vez que pode facilitar o uso de adubação orgânica e uma redução no uso de herbicidas, além de poupar trabalho manual na capina e em outras etapas do processo de produção (estima-se que cerca de três dias de trabalho com um microtrator possam substituir mais de três semanas de capina de uma pessoa). A disponibilidade de um pequeno trator também auxilia na realização de outras atividades e plantios intercalares e em diversas atividades de transporte de produtos em carretas. No entanto, apenas um pequeno número de famílias pôde adquirir microtratores e equipamentos de irrigação para a cafeicultura no assentamento.

Da mesma forma, a perspectiva dos assentados de realizar um beneficiamento da produção (inicialmente com a transformação de café em coco para café em grãos) passaria pela aquisição coletiva de uma máquina cuja capacidade é de aproximadamente 50 toneladas ao mês. Ainda que tenham sido formulados alguns projetos neste sentido, o beneficiamento continuava sendo realizado por atores sociais externos, comprimindo a capacidade de geração de emprego e renda no assentamento e restringindo as possibilidades de comercialização da produção. O valor dos equipamentos e a necessidade de edificações continuavam representando um obstáculo para o beneficiamento da produção no interior do assentamento. Há, portanto, uma dimensão coletiva na formação da base permanente de recursos produtivos.

É possível também notar a elaboração de diversas práticas de adubação orgânica que visavam uma redução no uso de insumos agroindustriais de curto ciclo. Com isso, além da redução no custo de produção, evita-se problemas ambientais como a salinização e acidificação do solo. Entre as formas de adubação orgânica já utilizadas pelos assentados estão: a torta de mamona (*'tem como fazer, mas não é barato'*), a palha do café e o esterco de galinha (*'é o mesmo preço que os adubos químicos; a principal diferença está na matéria orgânica'*); o aproveitamento do esterco de vaca (*'indispensável, mas requer muita mão-de-obra e traz o risco de contaminar com tiririca'*); o cultivo de crotalária, cuja semente pode também ser comercializada (*'falta difundir mais informações'*). Alguns assentados vinham também obtendo bons resultados com o cultivo de mucuna-anã, que melhora os níveis de matéria orgânica no solo, evita o crescimento de ervas concorrentes e reduz o consumo de herbicidas. As famílias que já tinham experimentado a mucuna-anã como forma de adubação orgânica salientam a importância da utilização de um microtrator e de uma pequena máquina especialmente adaptada para o beneficiamento das sementes. Algumas famílias começavam a contar com rendimentos monetários oriundos da comercialização de sementes de mucuna-anã e crotalária produzidas em consorciamento na área de café, como veremos no capítulo 9.

O desenvolvimento da cafeicultura representa, ao lado da pecuária e da horticultura, mais uma forma de ampliação no uso de recursos permanentes no assentamento. Isso

pode ser observado a partir de vários fatores: inicialmente, na formação de um plantio com durabilidade de dez anos ou mais, notadamente com um maior aporte de investimentos na qualidade das plantas (através, por exemplo, do plantio enxertado, que, em comparação com as variedades comuns, permite maior produção e rentabilidade por unidade de área e por unidade de trabalho); na disponibilidade de pequenos tratores ou microtratores, sistemas de irrigação, máquinas para beneficiamento e outros equipamentos, que levam não apenas a um aumento da produtividade e da rentabilidade, mas que também a uma redução no uso de adubos químicos e agrotóxicos. Assim, a cultura de café, intensiva na absorção de trabalho, pode ser realizada com base em uma estratégia de redução no consumo de produtos agroindustriais de curto ciclo, sobretudo com o aumento na qualidade do plantio, com o incremento da adubação orgânica e com a disponibilidade de alguns equipamentos mecânicos.

7.3.4 A sericicultura

As relações sócio-técnicas e comerciais são também bastante diferenciadas no assentamento. A sericicultura (criação de bicho-da-seda), ao contrário da produção de leite, café e hortaliças, caracteriza-se por uma *contratualização* na relação com o setor industrial. Uma agroindústria exportadora, que controlava de forma monopolística o processamento e a comercialização da produção em uma vasta região, fornecia as larvas para a criação nos lotes dos assentados e, posteriormente, comprava os casulos já formados. Essa pode ser identificada como a atividade agrícola realizada no assentamento que mais se aproxima do sistema de contratação por peças:

> *'onde o trabalho do produtor-proprietário é realizado por meio do pagamento de salário por peça, o trabalhador-proprietário torna-se parte do processo de trabalho capitalista. A propriedade privada individual passa a dar suporte a um modo de produção com base em relações capitalistas, e a efetiva propriedade do produtor 'independente' torna-se uma base para o desenvolvimento capitalista, ao invés de uma barreira contra ele'* (Davis 1980:141).

Uma comparação com as análises apresentadas anteriormente deixa claro, no entanto, que esta integração vertical com a agroindústria, da forma monopolizada e centralizada, como se apresenta na sericicultura, não pode ser generalizada para a produção de mercadorias no assentamento.

É importante notar que, até os anos 80, a sericicultura era geralmente realizada em fazendas nas quais os proprietários construíam os barracões, firmavam acordos de parceria com os trabalhadores e ficavam com 40% do resultado da produção; o restante ficava com os trabalhadores. Com o aumento da instabilidade nos preços e o estreitamento na rentabilidade do produto, estes acordos tornaram-se cada vez menos comuns. A agroindústria passou então a incentivar a produção em assentamentos de vários Estados. Nos períodos de elevada demanda pelo produto, a construção de barracões e a aquisição de outros materiais utilizados no processo produtivo chegaram a ser financiadas pela agroindústria.

Os barracões de madeira e/ou alvenaria são construídos com força de trabalho familiar e comunitária, muitas vezes com adaptações arquitetônicas e improvisação no material utilizado. O conjunto de instrumentos de trabalho utilizado na sericicultura é bastante rústico e simples – e o investimento financeiro para iniciar a atividade é relativamente baixo. Por outro lado, o montante de recursos produtivos mantém-se estável, com poucas modificações/acréscimos ao longo do tempo, ao contrário de outros processos produtivos, como a pecuária e a cafeicultura, que levam a uma ampliação gradual dos recursos produtivos. A alimentação das larvas é produzida no lote, com o plantio de amora em uma área de dois a três hectares, incluindo as faixas de menor fertilidade natural. Essas condições motivaram a adesão sobretudo de famílias com abundante disponibilidade de força de trabalho, poucos recursos e disponibilidade de faixas de solo com baixa fertilidade (*terra fraca*). Foram poucos os assentados de Promissão que optaram por investir os créditos de investimento do Procera na produção do bicho-da-seda.

O processo de trabalho é relativamente simples, mas exige uma certa regularidade na realização das atividades: *'o bicho-da-seda tem a fama que o produtor fica preso'*. As tarefas – rotineiras e com horários predefinidos pelo ciclo vital das larvas – podem ser divididas entre várias pessoas da família, desde os mais jovens aos mais idosos; práticas de controle de qualidade no interior do barracão podem aumentar os rendimentos líquidos e a absorção de trabalho; e por utilizar apenas parte da força de trabalho familiar e uma pequena parcela do lote, a sericicultura pode ser combinada com outras atividades, como o plantio de café, a pecuária leiteira e a horticultura.

Se, por um lado, o volume de produção tem certa estabilidade, por outro, os preços deste produto de exportação, fixados verticalmente pela agroindústria, passaram por grandes oscilações. Em 1996 e 1997, entre sessenta e setenta assentados chegaram a ingressar na atividade no assentamento de Promissão, mas apenas vinte deram continuidade, total que ficou reduzido a menos de dez após uma acentuada queda nos preços a partir de 1998. Em assentamentos criados no final dos anos 90, a sericicultura começou a ser realizada em uma conjuntura mais favorável – e a renda monetária chegava a R$ 5.600,00 anualmente, o equivalente a R$ 466,00 por mês (pouco mais de dois salários-mínimos); em contextos excepcionais de produção e preços, a renda líquida da atividade aproximava-se de R$ 10.000,00 ao ano.

A sericicultura apresenta-se como uma atividade capaz de gerar uma ampla ocupação de força de trabalho e um aproveitamento de áreas de baixa fertilidade natural. Este potencial depara-se, no entanto, com o tipo de relação social mantida com o segmento industrial e com as instabilidades monetárias do país. Há, portanto, uma contraditória articulação entre o aproveitamento de recursos endógenos (terra e trabalho) e as relações dependência técnica e comercial com o setor industrial.

7.4 A recomposição do processo de trabalho

A disponibilidade de um lote de quase vinte hectares abre para os assentados a possibilidade de buscar a implementação articulada de processos produtivos com diferentes formas de uso do solo, da força de trabalho e dos recursos disponíveis – e

desta forma alcançar diferentes rentabilidades por unidade de área e de produto. Certos processos produtivos, como a horticultura, caracterizam-se pela utilização de edificações, máquinas e equipamentos, força de trabalho e, simultaneamente, por um acentuado consumo de insumos agroindustriais de curto ciclo (sementes, adubos químicos, agrotóxicos). No entanto, esta composição permite a utilização de apenas uma pequena fração da área disponível. Assim, após ocupar uma parte da área agricultável com esta forma de intensificação, permanece a necessidade e a possibilidade de desenvolver outros processos produtivos no restante do lote. A cafeicultura permite uma intensificação na formação de recursos permanentes e a ampliação na utilização de força de trabalho em um estrato de área maior que o destinado à horticultura. Já a pecuária leiteira caracteriza-se por uma ampliação no volume de recursos permanentes no interior do lote (representado pelo rebanho e pela construção de instalações), por uma intensificação no aproveitamento de áreas com baixa fertilidade e/ou elevada acidez (com o uso pastagens) e por um consumo relativamente baixo de força de trabalho familiar por unidade de área.

Trata-se de um diferenciado processo de intensificação da produção, mas que tem em comum uma reconstituição da 'base rural da agricultura'. A análise apresentada neste capítulo sobre as principais formas de ampliação na absorção de trabalho familiar e na geração de renda no assentamento evidencia o papel central da formação de uma base de recursos permanentes no interior do lote. A reconstituição dos meios de trabalho no assentamento tem sido realizada, em grande parte, através de práticas autônomas de financiamento e de uma ampliação gradual das condições de produção, geralmente por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar. Este processo se realiza a partir de diferentes combinações entre recursos mercantis e não-mercantis, o que pode ser notado na construção de instalações e edificações, na criação de animais, no desenvolvimento de cultivos permanentes; na aquisição de máquinas e equipamentos; e na constituição de saber produtivo. É certo que parte dos recursos produtivos é adquirido diretamente no mercado (máquinas, equipamentos, ferramentas), mas estas aquisições, ao contrário de representarem um aumento na subordinação a atores sociais externos, permitem aumentar a eficiência técnica no uso da força de trabalho e aumentar o grau de autonomia e maleabilidade no processo de produção.

Este conjunto de recursos permanentes permite aos assentados aumentar a capacidade de *internalização* da produção de certos insumos de curto ciclo, sobretudo a substituição da adubação química por técnicas de adubação orgânica, com ganhos na fertilidade de solo, na geração de renda e na absorção de força de trabalho. Há, com isso, uma redução (absoluta e relativa) no consumo de insumos mercantis de curto ciclo (fertilizantes químicos e agrotóxicos). Paralelamente, a substituição destes insumos agroindustriais pela produção de substitutos no interior do lote mostrou-se particularmente intensa na reprodução e/ou ampliação da fertilidade do solo; as estratégias de *des-mercantilização* na obtenção de insumos agroindustriais podem ser observadas, de diferentes formas, na horticultura, na produção de café, na pecuária e em outros produtos.

Com a gradual e proporcional redução na utilização de insumos agroindustriais de curto ciclo, há o desenvolvimento de formas endógenas de produção agropecuária e

uma transformação de relações sociais e institucionais. Da mesma forma, a constituição de um saber técnico e produtivo desenvolve-se de forma gradual e autônoma, conforme a realização das atividades. A interpretação apresentada aqui sobre o processo de desenvolvimento endógeno no assentamento não deixa, no entanto, de reconhecer e analisar seus aspectos contraditórios. A produção de tomate e pepinos, por exemplo, realiza-se mediante a aquisição de diversos insumos agroindustriais, mas ao mesmo tempo há uma ampliação da base de recursos permanentes e na absorção de trabalho. Já na sericicultura, verifica-se uma contradição entre a utilização de recursos endógenos (terra e trabalho) e o controle técnico e comercial externo e vertical pela agroindústria.

A ampliação da base permanente de recursos produtivos refere-se também à disponibilidade de meios de transporte, que pode viabilizar um conjunto de possibilidades técnicas, comerciais e sociais. Um assentado, por exemplo, mantinha vários processos produtivos (café, milho, feijão, pecuária) e também se dedicava à suinocultura através de métodos rústicos e artesanais, em instalações bastante simples, construídas com materiais provenientes do próprio lote e com mão-de-obra familiar-comunitária. A alimentação dos animais era realizada através de semente de vassoura, produzida e triturada no próprio lote – complementada com soro de leite obtido gratuitamente em uma cooperativa local, cerca de 300 litros por dia. Essa opção somente era viável com a disponibilidade de uma pequena caminhonete com um tanque acoplável com capacidade para 600 litros. Além disso, visando reduzir o custo de produção, o assentado utilizava uma quantidade mínima de milho (ainda que produzido no próprio lote) na alimentação dos animais: *'os meus porcos, quando dou ração, ficam doentes'*. A criação de animais de 'raça pura', segundo ele, *'demanda estrutura muito bem feita'*. O ingresso financeiro obtido com a venda de aproximadamente 250 porcos ao ano a R$ 30,00 cada um (em 2001), através de redes informais de comercialização direta ao consumidor, era reinvestido em outros cultivos e criações. A produção era realizada com base em insumos orgânicos internos (complementada por uma relação social não-mercantil) e um acentuado distanciamento com relação às agências estatais (desde as de assistência técnica e financiamento até as de fiscalização sanitária) e setores agroindustriais.

As observações apresentadas neste capítulo sobre a recomposição da base rural da agricultura podem ser remetidas à noção de sustentabilidade, especialmente para o debate político sobre as áreas de assentamento de trabalhadores rurais no Brasil. O vocábulo 'sustentável' se refere, em uma acepção mais ampla, àquilo que se mantém em operação durante um certo período de tempo; ao que se conserva em boas condições; àquilo que é *'capaz de se manter mais ou menos constante, ou estável, por longo período'* [11]. Isso corresponde ao que se denomina, em pesquisas econômicas, o conjunto de bens 'duráveis' – aqueles que podem ser utilizados por vários anos.

Vimos no capítulo anterior que, ao longo da formação do assentamento, as políticas governamentais se concentraram na produção de grãos e fibras, caracterizada por uma reduzida utilização de recursos produtivos permanentes, limitada absorção de força de trabalho, elevada aplicação de insumos externos de curto ciclo e estreita rentabilidade por unidade de área. Esta diretriz de produção em escala, aliada a um precário

conjunto de arranjos institucionais e políticos, levou a uma acentuada inadimplência e a uma estagnação econômica entre muitos assentados. Além disso, o 'desvio de finalidade' (para a eletrificação e para o pagamento dos créditos de custeio da produção em escala) das poucas linhas de crédito produtivo reduziu substancialmente a disponibilidade de inversão financeira na formação dos recursos permanentes necessários ao desenvolvimento das mais importantes formas de geração de emprego e renda na produção agropecuária, sobretudo por tratar-se de uma população que se insere em programas de assentamento rural a partir de situações de miséria e pobreza. Algumas das conseqüências sociais e produtivas desta desconexão entre as linhas de crédito e as estratégias locais de desenvolvimento endógeno da produção, como a evasão de jovens e o arrendamento de terras, serão analisadas no próximo capítulo.

Gidalva, Gideane, Josiane e José Carlos. Assentamento Fazenda Reunidas, 2003

'...tem que correr atrás de tudo p que é novidade, tentar sair do químico, do veneno. Quando não dá certo, pára um pouco, vai atrás de conhecimento'

Maria Inês e Adelino. Assentamento Fazenda Reunidas, 2002

Notas

1 MST, *Levante-se, vamos à luta*, São Paulo, julho de 2000, transcrito pelo Jornal *O Estado de São Paulo* em 07 de abril de 2002. A concepção do MST tem sido a de buscar tanto o desenvolvimento da agroindustrialização cooperativa como a difusão de técnicas agrícolas adaptadas à região e que possam ampliar a geração de empregos no campo e atender a um eventual crescimento do mercado interno. Há adiante, no capítulo 10, uma análise da trajetória dos projetos de coletivização e de agroindustrialização implementados pelo MST no assentamento de Promissão.

2 Em alguns trechos, há uma indicação das alternâncias no uso dos recursos produtivos: *'o mesmo produto pode no processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda do gado, por exemplo, o boi é matéria-prima a ser elaborada e ao mesmo tempo instrumento de produção de adubo'* (Marx 1980:206-207).

3 Em 2002, o ITESP apresentava a diversificação como uma política de desenvolvimento para os assentamentos: *'proporcionar e fomentar alternativas de exploração agrícola e a diversificação da produção dos assentamentos e dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, com atividades que demandem mão-de-obra familiar e que propiciem maior renda por unidade de área, como fruticultura, horticultura, criação de pequenos animais e outros'*.

4 Ao lado das avaliações sobre o 'paternalismo' com relação aos assentamentos, o jornal *O Estado de São Paulo* chegou a publicar alguns editoriais denunciando *'uma grave desigualdade'* no tratamento recebido pelos *'sem-terra do MST'*, que estariam recebendo *'lotes com infra-estrutura, financiamento e assistência técnica. Os agricultores familiares, ao contrário, estão deixados à própria sorte'* ('O abandono da agricultura familiar', 11 de dezembro de 1996, pág. A-3). No entanto, apresentou, também em editorial, uma avaliação dos *'resultados quase nulos'* das políticas de assentamento, *'em função mesmo da política imediatista que tem priorizado a redução das tensões sociais, perdendo de vista a relação indispensável entre as famílias assentadas e a capacidade de produzir'* ('Favelização da zona rural', 01 de novembro de 1998, p. A-3).

5 Slingerland (2000:89-155) destaca a importância da criação animal para a geração de recursos financeiros, particularmente entre a população camponesa pobre que mantém uma precária vinculação com instituições formais de financiamento rural.

6 Diferentes formas de uso de áreas de reserva florestal por populações camponesas no México foram analisadas por Gerritsen (2003).

7 As diversas vacinas preventivas aplicadas anualmente contra epidemias e infestações custavam cerca de R$ 2,00 por animal; antibióticos são utilizados contra infecções ocasionais, juntamente com produtos mais baratos e comuns, como álcool, água oxigenada e mercúrio; vitaminas, sobretudo o ferro, são administradas para evitar a anemia de bezerros e novilhas, e apresentavam um custo de aproximadamente R$ 1,40 por animal; carrapaticidas são pulverizados nos animais em períodos intercalados de 60 a 90 dias, conforme a época do ano e a intensidade da infestação, custando cada aplicação algo em torno de R$ 0,60 por animal; utilizam-se também algumas pomadas. Além destes insumos, alguns serviços especializados precisam ser contratados, geralmente entre os próprios assentados, como, por exemplo, para capar os bezerros (R$ 10,00 cada).

8 Com o aumento na cotação do dólar, sobretudo a partir de 2002, o custo das fontes externas de alimentação aumentou significativamente, e as duas famílias que continuavam operando neste sistema decidiram encerrar as atividades. As demais famílias que, em alguma medida, dependiam da compra de rações também começaram a enfrentar dificuldades econômicas para dar continuidade à produção. As famílias produzindo com base nas pastagens, no entanto, foram beneficiadas por um aumento no preço do leite.

9 Queiroz (1973) mostrou que os mutirões têm grande relevância não apenas para os processo de trabalho mas também para a sociabilidade camponesa: *'Cada bairro rural se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Não podiam, porém, prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição de seus recursos... O*

trabalho rural em comum se tornava assim uma segunda maneira de congregar os habitantes do bairro, além da festa religiosa'.

10 O custo de produção é bastante diversificado, conforme as opções técnicas específicas de cada produtor. Nos cálculos aqui apresentados, não foram considerados o custo da energia elétrica e outros fatores que, em seu conjunto, não chegam a alterar substancialmente as proporções apresentadas. Não foram também calculadas a depreciação e a manutenção das estufas. A constante reparação da cobertura de plástico exige a compra de certos materiais e a organização de grupos informais de trabalho geralmente não-remunerados, com base em um regime de trocas recíprocas, o *mutirão*, praticado nas situações que demandam coletivos de trabalho. Assim, parte da produção de mercadorias, notadamente durante a formação e conservação dos meios de trabalho, se efetua através de práticas comunitárias não-mercantis de troca de prestação de serviços.

11 Cf. Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Portuguesa,* Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1998.

Família Bustos. Assentamento Fazenda Reunidas, 2002

8 A Centralidade da Produção Agropecuária

Vários estudos têm discutido a importância da combinação de diversas estratégias sociais e econômicas para a reprodução e aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho da população rural em muitos países, ou seja, a realização, ao lado da produção agropecuária, de variadas atividades rurais não-agrícolas, como comércio, artesanato, prestação de serviços, processamento agroindustrial, turismo, trabalho assalariado fora da agricultura ou fora do meio rural, além do envio de recursos por familiares distantes e do acesso a aposentadorias, pensões, programas assistenciais e outras fontes de recursos. A articulação entre a produção agropecuária e este conjunto de atividades e fontes de rendimentos não-agrícolas pode ser interpretada a partir da dinâmica entre as esferas micro (as formas de manutenção econômica da família) e macro (processos econômicos estruturais), com a efetivação de diferentes estratégias sociais frente a determinados obstáculos ou incentivos estruturais (Meert 2000).

A produção agropecuária pode manter relações de interação, competição ou complementaridade com as demais fontes de ingressos econômicos. A literatura sobre a diversificação nos meios de vida no campo carrega conflitantes interpretações sobre suas causas (desde as motivações familiares deliberadas até as respostas involuntárias a situações de crise) e conseqüências (redução ou ampliação das desigualdades sócio-econômicas). Em certas abordagens sobre a diversidade de atividades econômicas realizadas pela população rural, a produção agropecuária chega a ser apresentada como uma fonte complementar, secundária ou até mesmo irrelevante de ingressos monetários. Ellis (2000) considera que *'um ponto de partida chave é que, para muitos, a produção agropecuária não oferece meios suficientes para a sobrevivência em áreas rurais'*. Quando se toma a redução do trabalho na agropecuária como um pressuposto, a manutenção econômica das famílias rurais passa a ser analisada em sua articulação, considerada cada vez mais relevante e inevitável, com atividades fora da propriedade e fora do meio rural. A diversificação nas fontes de renda da população rural chega a figurar não apenas como um resultado da criação de oportunidades em atividades não-agrícolas no meio rural, mas como uma decorrência de limitações supostamente inerentes ou estruturais à produção agropecuária.

A reprodução social da população rural é avaliada por Ellis (2000) a partir de uma distinção conceitual entre três fontes de renda: a) a *renda agropecuária*, oriunda da produção, em terras próprias ou arrendadas, voltada para comercialização ou para consumo doméstico; b) a renda das atividades remuneradas (em dinheiro ou espécie) exercidas fora da propriedade familiar, mas relacionadas à agricultura; c) a renda das atividades não-agrícolas, como o trabalho assalariado, o trabalho autônomo e o empreendimento de pequenos negócios, incluindo duas subcategorias: o arrendamento

de terras e outros bens familiares e a remessa de recursos (desde os mais variados programas estatais até as contribuições provenientes de familiares no exterior). A análise não inclui considerações mais aprofundadas sobre a heterogeneidade das formas de produção agropecuária. Além disso, a noção de família para além do *grupo doméstico residente* faz com que a transferência de recursos obtidos com a migração e a proletarização de parte da família venha a ser interpretada principalmente como uma fonte adicional de renda, a despeito das relações sociais e políticas em que se inserem tanto os que permanecem como os que deixam o campo.

É certo que os pobres rurais não podem ser identificados, necessariamente, como 'pequenos agricultores pobres', mas, no caso brasileiro, há uma forte associação entre a pobreza rural (e urbana) e as condições políticas que mantiveram, historicamente, o setor camponês em uma posição marginal (e de exclusão sistemática) no conjunto de políticas governamentais, inclusive com impedimentos para o exercício de direitos civis, políticos e sociais.

Nos assentamentos rurais brasileiros, nota-se a permanência de parte das famílias em lotes com uma limitada capacidade produtiva para a geração de emprego e renda; e que, por este motivo, recebem um suporte financeiro, de natureza emergencial e ocasional, de filhos e filhas, parte deles já casados e geralmente vivendo com salários bastante baixos, mas que, mesmo assim, procuram atenuar a penosidade das condições de vida dos pais e outros familiares em alguns momentos. Os filhos que deixam o campo também remetem recursos para a construção de habitações e aperfeiçoamentos nas condições de produção, muitas vezes programando um retorno ao campo em um futuro próximo. Há também assentados que passam longos períodos trabalhando fora do assentamento para acumular recursos a serem investidos na produção. *'Há casos de todos os tipos'*. No entanto, para além da constatação da ocorrência de transferências como estas, é preciso levar em conta, inicialmente, dois aspectos macropolíticos: sua relação com a precariedade das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e a restrição das políticas sociais.

A ênfase sobre as 'fontes de renda', isto é, sobre os níveis de consumo, pode minimizar a importância da observação das características de suas relações sociais e políticas e das transformações nos processos de produção. A pobreza rural chega a ser interpretada com base na ausência de acesso a um determinado montante de rendimentos, o que pode obscurecer a identificação da historicidade das relações sociais de subordinação e exploração, de poder e conflito político, bem como as transformações técnicas e sociais na agricultura. Justamente por isso, coloca-se em segundo plano tanto as discussões sobre as mudanças na distribuição fundiária como nas políticas estatais voltadas para uma transformação nos processos de produção agropecuária: '*tais 'metanarrativas' não têm mais o mesmo impacto na formulação de políticas de desenvolvimento rural como tiveram no passado'* (Ellis 2000).

Por outro lado, é preciso ressaltar que os diferentes processos de produção agropecuária mantêm diferentes interações com as atividades não-agrícolas, com as práticas de segurança alimentar e com o meio ambiente. Drinkwater e McEwan (1994) indicam as possibilidades de articulação entre produção agropecuária e atividades não-

agrícolas, mas levam em conta as diferentes formas de uso do solo e ressaltam, entre outros aspectos, que uma acentuação na especialização da produção agropecuária pode aumentar a insegurança alimentar entre a população rural e provocar uma deterioração das condições do solo. Mostram também que a diversificação no uso do solo na produção agropecuária pode, simultaneamente, aperfeiçoar a alimentação da população rural, aumentar seus ingressos monetários e incrementar os níveis de fertilidade do solo.

As transformações sociais e tecnológicas nos processos de produção agropecuária podem ser tomadas como ponto de partida não somente para a composição da renda e dos meios de vida entre as famílias rurais, mas também para o desencadeamento de inovações nas relações sociais e econômicas entre o campo e a cidade. Neste sentido, a produção agropecuária pode impulsionar (ou bloquear), de diferentes formas, a realização de atividades econômicas complementares em muitos pequenos municípios. O fortalecimento da produção agropecuária em bases endógenas pode se converter em um vetor na criação de 'empregos indiretos', no comércio atacadista e varejista, nos serviços de transporte, no processamento da produção e na prestação de diversos serviços com maior ou menor especialização técnica. Em outros termos, trata-se de focalizar a multifuncionalidade e a geração de oportunidades de ocupação não-agrícola a partir do fortalecimento do desenvolvimento endógeno da produção agropecuária. As proposições do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, delineadas no capítulo anterior, reafirmam esta perspectiva.

Em vista das especificidades da formação agrária brasileira, a diversidade na produção agropecuária nos remete a duas considerações: a) a crítica aos impactos sociais e ambientais da produção especializada em grande escala, realizada em grandes propriedades, com elevada mercantilização e apoio das políticas agrícolas estatais nas últimas décadas; b) a indicação dos processos produtivos na agropecuária que, com base na agricultura familiar, procuram ampliar a geração de empregos no campo e dinamizar a interação entre o meio rural e sua localidade, ou seja, a promoção de formas endógenas de produção agropecuária e seu impacto no desenvolvimento de localidades, particularmente para um grande número de pequenos municípios em decadência ou estagnação econômica e populacional.

Por outro lado, inúmeros episódios poderiam ser mencionados para ilustrar como as políticas governamentais para os assentamentos rurais restringiram não apenas o desenvolvimento de sua produção agropecuária, mas também um conjunto de atividades não-agrícolas no comércio, no processamento de produtos e na prestação de serviços. No final dos anos 90, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), procurando atender a reivindicações de variados movimentos sociais e sindicais, passou a prever a criação de linhas de créditos específicas para a realização de atividades rurais não-agrícolas. Não se trata, portanto, de refutar aqui a importância das atividades não-agrícolas no processo de desenvolvimento rural, inclusive nos assentamentos rurais, mas de reafirmar a centralidade e anterioridade das políticas voltadas para o fortalecimento de determinadas formas endógenas de produção agropecuária nos programas de assentamentos no Brasil.

Em assentamentos localizados em regiões densamente povoadas e próximas aos grandes centros metropolitanos, as oportunidades de realização de atividades não-agrícolas e não-rurais tornam-se bastante atrativas para as populações rurais. Em muitas regiões, no entanto, as economias urbanas não oferecem o mesmo conjunto de possibilidades econômicas e profissionais. O desenvolvimento da produção agropecuária se destaca então como fonte de emprego e renda para as famílias rurais e como política de desenvolvimento local e regional – e isso não implica, necessariamente, vale ressaltar, em uma relação de exclusão com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas (Carneiro 1995; Alentejano 1999).

As fontes de rendas não-agrícolas estão associadas às particularidades do desenvolvimento histórico da produção agropecuária em cada localidade. Ademais, verifica-se que, em certos casos, há uma relação contraditória entre a produção agropecuária e as demais fontes de renda, ou seja, certas fontes de renda são acionadas diante de situações claramente desfavoráveis ao desenvolvimento da produção agropecuária. Este capítulo procura contribuir para a análise da importância do desenvolvimento da produção agropecuária nos projetos de assentamento rural situados em pequenos municípios com inserção econômica marginal ou secundária na economia regional: essa é situação do Assentamento Fazenda Reunidas e de muitos outros nas mais diversas regiões do país.

Outro assunto a ser abordado neste capítulo refere-se à importância da noção de *família residente* para a análise dos assentamentos rurais. Procura-se, com isso, salientar a relevância da dinâmica de conexão-desconexão econômica entre grupos domésticos de uma família para a definição de fluxos demográficos e para a sucessão familiar na agricultura. O aproveitamento das potencialidades da produção agropecuária tem sido indicado entre as alternativas estratégicas de promoção da cidadania, da segurança alimentar e da geração de empregos, destacando-se a quantia relativamente baixa de investimentos públicos para se alcançar estas múltiplas finalidades. Com este enfoque, resgata-se a articulação entre acesso à terra, políticas estatais e relações de trabalho – elementos centrais da história da questão agrária brasileira.

Na primeira seção deste capítulo há uma apresentação de alguns dados estatísticos sobre a importância relativa da produção agropecuária para a manutenção econômica das famílias assentadas no Brasil e no Assentamento Fazenda Reunidas. Nas demais seções, há uma exposição sobre as características e significados locais dos acordos informais dos arrendamentos de terras (enquanto 'fonte de renda') e sobre as possibilidades e limites para a continuidade do projeto familiar de estabelecimento da produção agropecuária entre as famílias que se defrontam com os imperativos da proletarização; e também sobre o Projovem, um programa educacional que procura fortalecer a sucessão familiar na agricultura; discute-se ainda as condições e contradições na regulamentação governamental sobre a transferência de direitos dos assentados desistentes para novos ocupantes. Com isso, há uma avaliação das condições de reprodução social do grupo de famílias assentadas em situação de maior precariedade. Na seção final, procura-se interpretar a contraditória difusão de atividades não-agrícolas no interior do assentamento.

8.1 A abrangência da produção agropecuária

Em pesquisas de abrangência nacional sobre as condições de vida e de trabalho nos assentamentos rurais, a geração de renda a partir da produção agropecuária tem sido avaliada em sua relação com as múltiplas atividades passíveis de serem realizadas no meio rural, incluindo o assalariamento e as atividades não-agrícolas, como artesanato, turismo, pesca, comércio, processamento de matérias-primas e prestação de serviços, e as tradicionais práticas camponesas de reprodução social. Duas pesquisas procuraram, com distintas metodologias, traçar um panorama da situação sócio-econômica e produtiva dos assentamentos brasileiros. A primeira foi divulgada em 1987 pelo órgão estatal até então responsável pela oferta de crédito para os assentamentos rurais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os resultados do levantamento, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*:

> *'...apontam para o fracasso da reforma agrária... e põem em dúvida a eficácia da reforma agrária como forma de prender o lavrador a sua própria terra... A maioria das famílias assentadas tem renda inferior a dois salários mínimos; parte significativa dos lavradores vive do trabalho assalariado e não da renda de seu próprio lote'.*

O coordenador da pesquisa acrescentava que *'... o nível de concentração de renda em populações que são teoricamente homogêneas é assustador'* [1]. Em sua perspectiva, que recorre a uma miscelânea de noções provenientes do marxismo e da teoria da modernização, a agricultura familiar estaria diante de um impasse de difícil solução, já que a especialização, a capitalização da produção e a mercantilização da economia condenariam os 'pequenos produtores' ao que denominou 'modernização problemática':

> *'...o pequeno produtor tem sua renda comprimida duplamente pelo grande capital: na compra de insumos, pela ação dos oligopólios industriais, e na venda de mercadorias, pela ação dos oligopsônios mercantis... um intenso e extenso processo de extração de excedentes'* (Castro 1992:26)[2].

Uma segunda pesquisa, realizada pela FAO em 1991, partindo de outros critérios, considerava que

> *'o fato mais importante a ser ressaltado não deve ser o surgimento de diferenças – o que são naturais – mas sim o fato de que houve uma melhoria no padrão de renda de uma população pobre em relação à sua situação prévia'.*

A conclusão do trabalho, ao contrário do BNDES, era favorável à continuidade da implementação de novos assentamentos:

> *'o programa de assentamento de populações rurais de baixa renda revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo'* (Guanziroli 1994:42; 65).

A renda familiar (média nacional) nos assentamentos foi estimada em 3,7 salários mínimos mensais, com algumas diferenças regionais e no interior de cada assentamento. As fontes de renda foram estimadas da seguinte forma:

a) *renda agrícola líquida*, oriunda da comercialização de produtos agrícolas, representando cerca de 22,0% da renda total;
b) *renda animal líquida*, oriunda da comercialização de produtos de origem animal: 15,1%;
c) *renda de autoconsumo*, formada pelo conjunto de produtos alimentares consumidos pela família, deduzidos os custos de produção: 37,0%;
d) *valor obtido através do assalariamento permanente ou temporário de parte ou de toda a da família*: 11,2%;
e) *outras atividades*, como extrativismo, pequeno comércio, artesanato: 14,7%.

A soma das fontes de rendas obtidas a partir do uso da terra (itens a, b e c) chegava a 74,1% da renda total das famílias assentadas.

O conjunto de dados, metodologias e conclusões das pesquisas da FAO e do BNDES contribui para se delinear um panorama quantitativo nacional que certamente favorece a realização de pesquisas empíricas locais. São, todavia, diversos os problemas metodológicos destas avaliações estatísticas, sobretudo quando voltadas para o 'cálculo da renda'[3]. Uma análise cuidadosa sobre a ocupação de força de trabalho e a ampliação na geração de renda nos processos de produção agropecuária, considerando as especificidades históricas e ambientais de cada localidade, pode levar a uma melhor compreensão da multiplicidade de estratégias de desenvolvimento da produção entre famílias rurais. As observações etnográficas tornam-se ainda mais relevantes quando se problematiza o

> *'desconhecimento dos órgãos públicos'* que dificulta a *'percepção de práticas culturais e costumes de produção que fazem parte da experiência dos assentados e, por isso, ou são ignoradas ou não recebem um tratamento adequado'* (Bruno e Medeiros 1998).

Há uma significativa heterogeneidade de situações sociais e econômicas nos assentamentos rurais. As particularidades locais, geográficas, históricas e políticas estão relacionadas às inúmeras formas de *institucionalização nas localidades*, isto é, aos conflitos e negociações entre atores sociais que resultam no estabelecimento de acordos e instituições voltados para a ocupação e exploração do meio natural e para o acesso aos recursos externos, principalmente os do Estado.

Do ponto de vista das grandes regiões do país, uma das mais relevantes distinções, tanto no aspecto ambiental como sócio-político, refere-se à ocupação da Amazônia e demais áreas de fronteira agrícola:

> *'trata-se de situações típicas de uma região em que as terras foram sendo lentamente ocupadas, desde a década de 60, por agricultores expulsos de outras áreas do país'*.

Há uma constante migração da população 'assentada', o desflorestamento seguido da ocupação de novas áreas, e com isso a delimitação de renovadas frentes de conflito social (Bruno e Medeiros 1998). Nos assentamentos das demais regiões (Nordeste, Sudeste e Sul), a rígida demarcação social da estrutura fundiária faz com que os fluxos migratórios de populações rurais se destinem notadamente para os médios e grandes centros urbanos e não para a ocupação de outras áreas rurais. Nestas regiões onde a

estrutura fundiária é muito pouco flexível, a evasão nos assentamentos é significativamente menor do que nas regiões Norte e Centro-Oeste, e, por isso, a geração de renda através da produção agropecuária torna-se um elemento central, ainda que não o único, para a permanência da população no meio rural.

Em uma pesquisa realizada em seis assentamentos, em quatro diferentes regiões do Estado de São Paulo (Sumaré, Araraquara, Promissão e Mirante do Paranapanema), foi estimado que a produção agrícola e pecuária representava cerca de 87,1% da renda monetária obtida pelos *moradores* assentados; o assalariamento dos moradores do assentamento somava apenas 4,8% da renda total; outras fontes de ingresso monetário, como a produção artesanal, o extrativismo e outras atividades, mantinham pouca relevância econômica para a grande maioria da população assentada (Bergamasco *et al*. 2002).

A ampliação na absorção de força de trabalho e na geração de renda no interior do Assentamento Fazenda Reunidas ocorre entre as famílias que puderam desenvolver determinados processos endógenos de produção agropecuária, cujas características gerais foram discutidas no capítulo anterior. Os limites e as potencialidades da produção agropecuária, enquanto fonte de emprego e renda, articulam-se, entre outros fatores, com a capacidade de *internalização* de recursos produtivos no interior do lote. Neste sentido, no caso dos assentamentos rurais, fenômenos como o arrendamento dos lotes, o assalariamento de parte dos membros da família e a migração dos filhos para os centros urbanos em busca de trabalho não podem ser deixar de ser compreendidos em sua relação com a construção histórica das instituições locais e nacionais de desenvolvimento da produção agropecuária.

Em um contexto macropolítico marcado por uma oposição mútua e sistemática entre governo federal e organizações representativas dos trabalhadores rurais, as limitações e contradições das políticas públicas de desenvolvimento rural levaram à criação de precárias relações institucionais nos assentamentos rurais, como é o caso de Promissão:

> *'dá a impressão que quando eles fizeram esses créditos para cá, eles tinham consciência clara de que as pessoas iam quebrar a cara e que eles iam poder justificar que a reforma agrária não dava certo',*

na interpretação do assentado José Carlos Azevedo. As restrições (quantitativas e qualitativas) nas linhas oficiais de créditos para produção agropecuária e na prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica podem ser arroladas entre os principais obstáculos para a geração de emprego e renda nos assentamentos. São muitos os assentados que ressaltam as contradições das políticas estatais para a produção agropecuária. Toninho Bustos:

> *'como é que pode um assentado pegar um lote que nem análise de solo foi feita e no primeiro ano pegar um crédito de custeio para plantar milho?'*

As críticas às políticas de crédito e as avaliações de seus impactos sociais têm sido reiteradas por muitos assentados. Toninho Barbosa:

> *'Os assentados foram obrigados a plantar milho porque a política do banco era essa: plantar milho ou algodão. E muitos deles ficaram inadimplentes. Então, hoje, uma parcela destes companheiros estão sem crédito junto às instituições financeiras. Isso para ele, para o pobre principalmente, porque a única coisa que sobra para ele é o nome, e eles estão com o nome sujo na praça… Isso cada vez inviabiliza mais a produção'.*

Apesar do ambiente político-institucional desfavorável, com um reduzido volume de créditos de investimentos e uma inadequada política de custeio da produção de grãos e fibras (cf. capítulo 6), os assentados desenvolveram, gradual e autonomamente, formas de intensificação da produção que ampliam a utilização de força de trabalho, a geração de renda e a utilização de recursos naturais locais. Tais processos, interpretados anteriormente como um fortalecimento de elementos endógenos na produção agropecuária, se caracterizam, entre outros aspectos, pela formação de um patrimônio produtivo permanente: o investimento de determinados recursos não apenas para a compra de máquinas e equipamentos, mas também para a formação de plantios permanentes ou aquisição de animais, para a obtenção de matérias-primas diversas que são convertidas, através do trabalho familiar-comunitário, na construção de cercas e diversas outras instalações e edificações. Os recursos financeiros necessários à produção de uma determinada mercadoria podem chegar a ser equivalentes a vários meses ou a mais de um ano de remuneração de trabalho de um assalariado rural (cf. capítulo 7).

A manutenção econômica das famílias que se tornaram inadimplentes, por motivos já discutidos, passou a depender do que os assentados costumam chamar de 'recursos externos', notadamente o arrendamento da área agricultável do lote e o assalariamento de parte da família: *'são famílias que não vivem em função do lote, senão os filhos não precisariam trabalhar para fora'*, sugere uma assentada, Andréia, que assim sintetiza um relevante critério na interpretação dos assentados sobre o universo comunitário em que se inserem. As famílias que vivenciam esta situação econômica e produtiva continuam morando no assentamento, mas deparam-se com os entraves sociais e materiais para o desenvolvimento das mais importantes formas de intensificação da produção agropecuária: *'estão vivendo como alguém da cidade, não como produtor rural'*.

O arrendamento de parte ou de todo o lote, a redução do tamanho da família com a migração dos filhos e a proletarização dos familiares que permanecem morando no assentamento constituem uma espécie de conformação provisória e emergencial voltada para a permanência de pelo menos uma parte da família no assentamento. Por outro lado, no longo prazo, estes mesmos processos também estão relacionados com a transferência dos direitos sobre o lote para novos ocupantes. Trata-se de diferentes formas de evasão: evasão de recursos produtivos, evasão de força de trabalho e, finalmente, evasão de famílias rurais para centros urbanos.

> *'Ele não tem recurso nem infra-estrutura dentro da propriedade para o filho dele poder dar continuidade ao processo da reforma agrária. A tendência desse que*

arrenda é que os filhos vão crescer, vão trabalhar, vender mão-de-obra – e ele vai vender a propriedade quando ficar velho' (Toninho Bustos).

Avaliaremos a seguir a importância relativa da produção agropecuária para a ocupação de força de trabalho e geração de renda no Assentamento Fazenda Reunidas. Pode-se, de acordo com as ponderações acima, fazer uma distinção entre dois grupos de famílias no assentamento. Um deles tem como característica a realização da produção agropecuária como principal fonte de recursos monetários e de ocupação do trabalho familiar, ou pelo menos do casal principal da família. Isso não é incompatível, como veremos, com o arrendamento de parte do lote e/ou o assalariamento dos filhos. No entanto, pelo menos a força de trabalho que constitui o núcleo da família residente, o casal de titulares do lote, desenvolve uma produção agropecuária capaz de absorver sua força de trabalho e com isso gerar receitas monetárias de forma a mantê-las afastadas do mercado de trabalho.

O segundo grupo vem a ser formado pelas famílias que passaram a ter sua reprodução social, sobretudo naquilo que se refere ao acesso à renda monetária, vinculada preponderantemente a 'recursos externos'**:** o arrendamento da terra, a proletarização e a aposentadoria. Entre as características deste grupo de famílias, podemos mencionar: a) os lotes ocupam, no máximo, uma pessoa em tempo parcial (para vigiar e cuidar da casa e da criação animal ou para a manutenção ocasional de cercas e instalações utilizadas na pecuária); b) a produção agrícola e pecuária é realizada através do arrendamento da terra para terceiros; c) a produção agropecuária comercial não absorve força de trabalho familiar e os filhos, e eventualmente os pais, dependendo da idade e outras condições, ingressam de várias formas no mercado de trabalho.

A distinção entre apenas estes dois grupos não pode, evidentemente, ser estanque e unívoca ou desconsiderar as alterações ocorridas ao longo do tempo. Por este motivo, vale ressaltar, os arrendamentos, a proletarização dos filhos, o direito a aposentadorias, bem como os casos de inadimplência, não ocorrem apenas em um desses grupos. O critério central de classificação, no entanto, foi a geração de renda monetária com a ocupação de força de trabalho familiar na produção agropecuária no interior do lote. Outros critérios poderiam levar a classificações distintas ou mais detalhadas, conforme os propósitos de cada observador.

Para identificar e classificar cada família, partimos de uma listagem dos moradores da agrovila, através da qual foram levantadas informações com vários assentados que conheciam boa parte das famílias; foi então elaborada uma análise quantitativa preliminar, apresentada sinteticamente a alguns técnicos e assentados com o propósito de auxiliar na realização de entrevistas qualitativas. A coleta de informações quantitativas teve, portanto, duas finalidades: traçar um panorama da importância e abrangência da produção agropecuária no assentamento; e utilizar os dados como ponto de partida para a identificação de interpretações formuladas na localidade sobre este assunto e outros a ele relacionados.

Os dados sobre a ocupação de força de trabalho na produção agropecuária entre um universo de 55 famílias da Agrovila de Campinas[4], que passaram, em sua quase totalidade, de dez a vinte anos em centros urbanos, são os seguintes:

a) em 34 lotes (61,8% da amostra), a produção agropecuária absorvia a força de trabalho pelo menos do casal principal e, em parte dos casos, de parte dos filhos. Havia a ocupação de aproximadamente três pessoas por lote, em média. Três destes lotes eram ocupados por famílias pequenas ou com crianças com idade inferior a dez anos, nos quais havia a absorção de apenas uma pessoa na produção agropecuária, além do trabalho feminino dividido entre atividades reprodutivas domésticas e ocupações eventuais e parciais na produção agropecuária; em dez lotes, trabalhavam constantemente duas pessoas; e em nove lotes, três pessoas; nos doze lotes restantes, eram empregadas de quatro a seis pessoas. É preciso considerar que parte das famílias era formada apenas por um casal e crianças, o que carregava ligeiramente a média para baixo. Inversamente, outras famílias eram pequenas devido à saída dos filhos que buscaram ocupações assalariadas fora do assentamento – e esse processo, ainda que relevante, não será analisado aqui. Estas 34 famílias estavam envolvidas em um ou mais processos de produção de mercadorias: dezesseis possuíam estufas; dezoito produziam café; quinze lidavam com a pecuária; sete mantinham a produção de hortaliças em sistemas não-irrigados; apenas nove plantavam milho; dez plantavam arroz e feijão para consumo próprio e/ou comercialização de excedentes. Metade destas famílias arrendava parte do lote para produção de milho, sobretudo para uma cooperativa fundada por 20 destes assentados:

> *'porque produzir nós somos capazes até sem o governo. Agora, se o governo estiver junto com nós e for parceiro, nós vamos produzir muito mais e gerar emprego. E o governo está se batendo tanto para gerar emprego...'* (Toninho Barbosa).

b) nos demais 21 lotes (38,2% da amostra), a produção agropecuária absorvia não mais que uma pessoa em tempo parcial em atividades no interior do lote. Mesmo assim, precisa ser ressaltado que em 2/3 deste grupo havia uma pequena produção agropecuária comercial: a manutenção de alguns poucos pés de café com baixa produção; ou um pequeno roçado de arroz, feijão ou mandioca (com a comercialização eventual de um pequeno excedente); o cultivo de hortaliças sem irrigação (sobretudo quiabo e abóbora); a manutenção de um pequeno rebanho, cuja produção de leite cobria apenas o consumo doméstico da família e a comercialização de pequenas quantias. Estas famílias não se desvinculavam da produção agropecuária mercantil, apesar de sua reduzida absorção de trabalho e insuficiente geração de rendimentos monetários. Em sete destes 21 lotes, os assentados passaram por graves problemas de inadimplência decorrentes da produção de milho ou algodão. Algumas famílias eram incompletas: um dos cônjuges e parte dos filhos já não moravam no assentamento; em outras famílias, todos os filhos haviam deixado o assentamento para morar e trabalhar em centros urbanos distantes. Por outro lado, é também comum a permanência de famílias extensas, nas quais mais de uma família nuclear reside nos lotes: filhas ou filhos casados continuavam morando no lote, procurando garantir sua reprodução através da proletarização, sobretudo no corte de cana, na colheita de laranja, nos serviços domésticos e na construção civil.

Portanto, a produção agropecuária era realizada, de diferentes formas e intensidades, por 87% das famílias assentadas incluídas no plano amostral. A situação da Agrovila

de Campinas não difere das demais agrovilas do assentamento em seu conjunto, como avalia o agrônomo:

> *'eu não vejo grandes diferenças. No momento, talvez esteja até favorecendo esse pessoal pela questão das estufas. Em todas agrovilas tem uma pequena percentagem de pessoas que conseguem sobreviver a toda essa crise. Eles conseguem driblar [a crise], não que estejam em uma situação excelente...'* (Dadásio).

A experiência urbana das famílias da Agrovila de Campinas não se constitui no elemento explicativo para a disparidade de resultados sócio-econômicos apresentados acima. *'Essa questão dos 21 que você colocou, da nossa agrovila, em todas, se você for fazer um levantamento, tem também'* (Benê).

Vários fatores podem ser mencionados para explicar esta disparidade na expansão da produção agropecuária entre as famílias assentadas. Um deles refere-se à disponibilidade de recursos materiais de cada família no início do assentamento. As famílias das Agrovilas de Campinas e da Agrovila dos 44 passaram por um longo período nos acampamentos, na luta pela terra, e ingressaram no assentamento em situação de enorme pobreza: *'esse pessoal chegou aqui na miséria; chegaram aqui esbagaçados'*. Mas entre as famílias cadastradas e selecionadas oficialmente para ocupar as demais agrovilas há também aquelas que se encontravam em situação idêntica à dos acampados, vindas de relações de trabalho assalariado no campo, muitas vezes com alguma experiência urbana.

> *'Nós ficamos quatro anos brigando pelo direito de ficar aqui. Nós era um pessoal que não tinha nada. Quatro anos acampado... Quem tinha alguma coisa, perdeu tudo. Quando chegou na terra, chegou sem nada, chegou a zero. Nas outras agrovilas, quando o pessoal veio para cá, vieram muito mais estabilizados... Tem agrovila que expandiu e tem agrovila também muito ralada, porque também tem muita gente que veio do corte de cana, trabalhador rural assalariado, não tinham nada e vieram para cá. Mediu a terra e botou ele lá. Nem um plástico deram para o coitado do trabalhador. Também estão ralados, muito ralados'* (Benê).

Um segundo fator associado à desigual distribuição da produção agropecuária no assentamento refere-se à trajetória sócio-cultural e política de cada família no período anterior ao assentamento. Pode-se identificar na Agrovila de Campinas uma certa continuidade entre a condição social e urbana de cada família no período que antecede ao assentamento e a situação atual.

> *'Quem morava nas periferias, não tinha um bom emprego, não tinha estudo, esse veio para cá e continuou do mesmo jeito. Antes era pior, agora é menos ruim, digamos assim. Entraram aqui e continuam da mesma forma que entrou. A única coisa que sobrou para ele é um lugar para morar e dali buscar recurso fora'* (Benê).

Assim, apesar da relativa similaridade na situação econômica entre famílias no momento inicial, há uma diversidade na trajetória sócio-cultural anterior que se reproduz e se aprofunda no assentamento:

> *'aquele que tinha mais experiência de vida na cidade, maior participação política, conseguiu decolar, devagar, mas está indo, você vê que está tendo crescimento. Mas*

> *tem aqueles que eram bem marginalizados… tem muitos deles que ainda estão do mesmo jeito'.*

Nas demais agrovilas do assentamento, as condições não chegam a ser diferentes. Os dados sobre as 55 famílias da Agrovila de Campinas mostram que em 61,8 % dos lotes, havia, em média, a ocupação de três pessoas e que, contrariamente, em 38,2% havia a ocupação de no máximo uma pessoa em tempo parcial. Considerando, por um lado, as limitações da representatividade estatística da Agrovila de Campinas, mas, por outro, a avaliação local de que a situação das demais agrovilas não chega a ser significativamente distinta, podemos esboçar uma estimativa de que em aproximadamente 400 lotes do Assentamento trabalhavam entre 1.100 e 1.200 pessoas; e que nos demais 237 lotes estaria ocorrendo uma ocupação bem menor, o equivalente a aproximadamente 120 pessoas ou um pouco mais.

O fortalecimento das formas endógenas de produção agropecuária, como as que foram analisadas no capítulo anterior, pode levar, para os dois grupos indicados acima, a um aumento expressivo na quantidade de empregos e, portanto, a uma alteração nos fluxos demográficos e nas dinâmicas de sucessão familiar. Na avaliação do agrônomo,

> *'o potencial de geração de empregos eu acho que é grande. Precisa ter mais conhecimento, o agricultor e o próprio técnico. Se aliar crédito à prática de treinamento, tem tudo para criar muitos empregos e diminuir o êxodo da juventude, fora os empregos indiretos que acaba gerando'.*

Uma generalização da média de três empregos (já alcançada por cerca de 60% dos assentados) sugere um potencial para a ocupação de um total de pelo menos duas mil pessoas no assentamento. Algo entre 50 e 60% deste potencial havia sido efetivamente aproveitado. Para os assentados inseridos na produção agropecuária, a criação de uma nova institucionalidade para a produção agropecuária pode não apenas ampliar o potencial do assentamento para a ocupação de força de trabalho, mas também para o fortalecimento de toda a economia local do município. *'Não é qualquer um na cidade, nem loja, que tem um capital como esse. São três, quatro pessoas trabalhando, tem um certo volume de dinheiro circulando'* (Toninho Barbosa).

8.2 Arrendamento: o direito achado na roça

A relação histórica de confrontos e rupturas políticas entre assentados e Estado e demais atores sociais tem um impacto contraditório no próprio exercício da cidadania, tantas vezes contrariada pelas 'antipolíticas do governo', como costumam dizer técnicos e assentados. Com isso, forma-se entre o grupo de assentados em situação econômica mais desfavorável uma determinada cultura, um determinado comportamento diante da produção e das relações sociais.

> *'Ele criou um comodismo tão grande que ele acha que tudo é impossível para ele. É muito pessimista diante de tudo… Acha que é impossível dar um estudo melhor para o filho dele; que é impossível ele ter uma produção de gado; que é impossível ele ter um carro; que ele nasceu para ser pobre… Tem que tirar esse pessimismo da pessoa'* (Toninho Bustos).

Mesmo assim, este grupo em situação de maior precariedade teria alcançado, através do assentamento, condições sócio-econômicas ainda melhores que as anteriores, notadamente no que se refere à habitação e à mobilização de recursos:

> *'por muito sofrimento, talvez venha do sofrimento até dos pais. Talvez quando morava com os pais, não construiu nada melhor do que aquilo. Aquilo já está até melhor do que ele tinha antes: 'hoje eu tenho minha casinha, a minha luz elétrica, tenho dinheiro para comer. Eu não tinha isso'...'*

O acesso à terra permite que alguns direitos sociais básicos sejam exercidos, como a habitação, com água e eventualmente energia elétrica; o plantio de milho, mandioca, arroz, feijão e alguns outros produtos em uma pequena área, com tração animal, trabalho manual, sobretudo para o consumo alimentar da família; a possibilidade de conduzir um cultivo que exija poucos investimentos fixos e poucos insumos externos, como o de abóboras e quiabo. No entanto, as condições objetivas desta produção comercial não permitem a absorção de trabalho e a geração de renda monetária, o que torna estas famílias dependentes da busca de 'recursos externos'. O acesso à terra permite também a negociação em torno do direito de arrendar o lote.

> *'O arrendamento é uma alternativa de sobrevivência aqui dentro. Mas por que os arrendamentos? Porque o governo não tem política. A impressão que dá para a gente é que o governo queria que todo mundo ficasse inadimplente'* (Toninho Bustos).

No entanto, o INCRA proíbe expressamente o arrendamento de áreas do assentamento e distribui centenas de cópias de um 'aviso ao público' indicando como punição a perda do direito sobre o lote e o cadastramento do infrator como *'já beneficiário de terras públicas, não podendo receber nenhuma outra parcela/lote em todo território nacional'*. Trata-se, certamente, uma ameaça de exclusão cuja efetivação demandaria a programação de variados e imprevisíveis confrontos sociais e políticos.

A legalidade-legitimidade dos arrendamentos nos remete a um conjunto de reflexões atuais no Brasil sobre as práticas alternativas do direito, como no âmbito do projeto *O Direito Achado na Rua* (Universidade de Brasília). Ao longo do processo de assentamento, há uma contínua disputa em torno da redefinição dos direitos sociais. Os arrendamentos, assim como, em outros momentos, para esta mesma população, as ocupações de fazendas improdutivas, a disputa com os arrendatários na *cata da recata* do milho, a demarcação dos lotes no assentamento (cf. capítulo 5), o desenvolvimento da pecuária, o 'desvio' dos financiamentos para a energia elétrica e vários outros episódios (cf. capítulo 6), se constituem como confrontação social e política pela delimitação de um campo para o exercício dos direitos:

> *'Não é excessivo discorrer a propósito da prática recorrente de saques famélicos em nosso país, sobretudo no Nordeste, a partir da consideração do tema da desobediência civil, uma vez que este modo de comportamento diante da lei provoca o resgate de seu princípio constitutivo: o direito de resistência'* (Souza Jr., s.d.).

Em Promissão, um conjunto de embates levou a uma mudança na concepção dos técnicos governamentais e assentados sobre o arrendamento de terras. De atividade a

ser proibida e combatida, passível de graves punições, os arrendamentos passaram a ser vistos, levando-se em conta a conjuntura macropolítica e as condições locais, como algo justificável, racional e, em muitos casos, recomendável. Essa redefinição valorativa foi simultânea a uma certa perda de eficácia e legitimidade das ações e sanções da agência estatal no assentamento, na medida em que os diversos colapsos ocorridos na produção de grãos, entre outros fatores, foram corroendo o poder de intervenção dos técnicos no assentamento. Os assentados foram ampliando suas formas de resistência-desobediência – e o arrendamento de terras tornou-se uma espécie de direito constituído: 'achado na roça'. É certo que os arrendamentos possuem uma contraditória natureza: por um lado, representam uma forma de resistência, um recurso a ser mobilizado para a permanência da família no assentamento. Por outro, resultam de uma construção institucional precária que impediu a realização dos projetos familiares de produção agropecuária.

> *'Hoje o assentado não tem crédito. Ele tem 7,5 alqueires de terra e não tem recurso para tocar. Ou ele faz um acordo com alguém que vem de fora com uma máquina e passa uma parte do que produz para ele, ou ele fica olhando o colonião subir, porque o mato vai subir mesmo'* (Benê).

Com a permanência do lote sem ocupação, os assentados também ficam formalmente vulneráveis às regulamentações punitivas oficiais. Os acordos informais de arrendamento passaram a ser estabelecidos notadamente para a produção de milho ou para a ocupação de áreas de pastagem. Para a produção de milho, os assentados recebiam o equivalente a cerca de uma tonelada de milho por hectare (40 sacos por alqueire), podendo também optar por receber 20% da produção, em geral mais rentável, mas com a desvantagem de receber o pagamento somente após a colheita. Um eventual arrendamento de toda a área do lote permitiria a obtenção de uma renda monetária um pouco superior a um salário mínimo mensal.

> *'O assentado acomoda, porque, como o Estado está ausente, ele arrenda, e ele não morre de fome, dá para ele sobreviver, mas só para ele. Os filhos vão ter que vender a mão-de-obra. Aí os filhos vão embora, eles ficam velhos e vendem a terra'* (Bustos).

Como são poucos os assentados que possuem recursos financeiros suficientes para arrendar algumas dezenas de hectares e conduzir a produção de milho em escala, estas áreas são arrendadas para dois atores sociais: por um lado, produtores-arrendatários e comerciantes de produtos agropecuários que passam a buscar tais acordos com os assentados; e por outro, duas cooperativas criadas pelos assentados das agrovilas, formadas pelas famílias oriundas dos acampamentos, a dos 44 e a de Campinas. Há uma relevante dimensão política nos acordos de arrendamento de terras pelas cooperativas de assentados, como será visto no capítulo 10.

Com o arrendamento das pastagens, os assentados recebem um valor fixo, equivalente a um salário mínimo mensal por toda a área do lote:

> *'isso dá um certo comodismo para a pessoa, o que é muito ruim porque ele recebe 200 reais por mês pelo aluguel do pasto. Ele não produz mais nada. Então aquilo só dá uma cesta básica por mês. Ele tem uma casa, paga muito pouco a energia…'* (Bustos).

Há também o arrendamento de pasto por unidade de animal (cerca de R$ 5,00 mensais por cabeça). Os que arrendam as pastagens dos assentados são vizinhos envolvidos em sistemas extensivos de criação bovina e também pequenos sitiantes das imediações: *'o grande produtor tem terra à vontade'*. O assentado Antonio Bustos alerta para a possibilidade de impacto negativo do arrendamento sobre as condições ambientais das áreas de pastagem:

> *'A terra que arrenda para pasto fica mais degradada. Ele explora a terra e não repõe nada. A terra de milho, ele aduba, calcareia, planta, fica a palhada. Então, vai melhorando o solo. O arrendatário de milho tem um ganho* [de fertilidade] *com o milho. Agora, quem arrenda para pasto não ganha nada. Tudo o que a terra produz de capim, o animal come e vai embora. Isso vai deixando o solo cada vez mais fraco'.*

Os valores eventualmente aplicados pelo arrendatário na recuperação das pastagens são posteriormente descontados do pagamento ao assentado. Mas há alguns lotes, bem poucos, em que a fertilidade do solo encontra-se tão baixa, ou as pastagens apresentam condições tão desfavoráveis, que deixam de ser atrativos para o arrendamento. Essas áreas começam a ser tomadas pelo mato e, se estes lotes não são transferidos para novos ocupantes, ficam com o aspecto de terem sido abandonados. As considerações presentes nesta seção mostram que o arrendamento de terras, mais que uma mera fonte adicional de renda familiar, está diretamente associado ao tipo de políticas públicas para a produção agropecuária e repercute nos níveis de absorção de trabalho, nos fluxos demográficos, notadamente dos jovens, e na qualidade e na forma de uso dos recursos naturais.

8.3 Proletarização e projetos familiares

A proletarização atinge principalmente os filhos e filhas dos assentados, muitos dos quais deixam o assentamento para morar e trabalhar em ocupações de baixa remuneração em atividades rurais e urbanas. Os titulares de lote evitam exercer atividades assalariadas, principalmente dentro do assentamento. As contratações entre os próprios assentados são geralmente eventuais e sazonais – e de preferência recíprocas. Parte dos jovens trabalha fora do assentamento, de forma temporária e informal, em grandes fazendas nas imediações, no corte de cana, na colheita de laranja ou em outros serviços agrícolas e não-agrícolas; outros partem para distantes centros urbanos e perdem a perspectiva de retornar ao assentamento; as jovens seguem o mesmo destino ou se dedicam muitas vezes ao trabalho doméstico na cidade de Promissão.

> *'É bom lembrar que a massa de jovens adultos no Brasil – entre 20 a 24 anos – atingirá seu ponto máximo justamente a partir de 2003. Em 2005 haverá cerca de 17,5 milhões de pessoas à procura de um novo emprego. Será um contingente 50% superior ao de 1980 e mais do que o dobro do registrado em 1970*' (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável 2002:4).

A difícil situação econômica dos pais é reproduzida na forma de uma proletarização dos filhos em atividades subalternas, instáveis e mal remuneradas.

> *'A gente veio para cá para ter uma vida digna, evoluir e crescer, porque atrás dele vinha vindo filhos que precisavam estudar, ter uma boa alimentação, ter uma roupinha decente… Os filhos cresceram, hoje voltaram para o grande centro arriscar de novo, de onde os pais saiu porque não conseguiu nada. Lá vai o filho fazer a mesma coisa. Parece que a história se repete'* (Benê).

Duas situações distintas precisam ser mencionadas com relação ao assalariamento dos filhos: a dos que continuam morando no lote e a dos que rompem com o vínculo econômico e habitacional com a família. Com o envelhecimento dos pais e a incidência de certas doenças, o afastamento completo dos filhos pode tornar-se um problema para a permanência da família no assentamento. A residência de pelo menos uma parte dos filhos no lote (ou o retorno após um período de proletarização) faz com que os impasses e as potencialidades para o desenvolvimento da produção agropecuária sejam compartilhados pelo conjunto familiar. A possibilidade de intensificação no uso da terra disponível passa a coexistir com um estoque de força de trabalho pressionando contra as formas de ocupação do solo que reduzem a absorção de trabalho familiar e limitam a geração de rendimentos.

São muitos os que reafirmam uma ética de resistência à evasão: *'vou morrer aqui'*, diz um assentado recordando os 'compromissos' firmados na luta pela terra: *'jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras'*. Esses valores são reforçados por uma avaliação de que *'os que lutaram resistem mais'*. A terra é concebida como um patrimônio a ser explorado pela família, e que precisa incluir as gerações vindouras. Isso abre espaço para que os filhos e filhas casados ou solteiros que partiram para os centros urbanos voltem ao campo e tentem conduzir alguma produção no lote, retomando o projeto e a trajetória dos pais. E a história se repete mais uma vez. O assentamento cria, portanto, uma dinâmica alternada de fluxos demográficos no sentido rural-urbano e urbano-rural, ao contrário do fluxo de sentido único de êxodo rural ocorrido no Brasil nos últimos 50 anos. A capacidade de promover a ocupação de força de trabalho na produção agropecuária torna-se um elemento central na orientação destes fluxos demográficos.

Corroborando análises de técnicos do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), os assentados freqüentemente asseguram, mencionando diversas experiências, que muitos filhos e filhas de assentados deixariam de trabalhar fora do assentamento ou a ele retornariam diante da disponibilidade de melhores condições produtivas no lote. A extensão dos lotes (19,3 hectares) permite a ocupação de mais de um grupo doméstico. Mas contra o aproveitamento deste potencial pesa a necessidade de investimentos para o desenvolvimento de atividades que requerem a aquisição de instalações, instrumentos de trabalho e insumos externos, além do 'pessimismo' transmitido de pai para filho. De qualquer forma, a proletarização aparece, de várias formas, aliada às estratégias de manutenção do projeto familiar de inserção gradual na produção agropecuária: *'esse pessoal estava quebrado e agora está começando a engatilhar'*.

A condução da produção agropecuária no lote torna-se um projeto não apenas do grupo doméstico principal, formado pelos pais, mas também daqueles formados pelos

filhos(as) casados(as): *'vamos trabalhar como puder, um ajudando o outro'*. Portanto, em diversos casos, mesmo entre as famílias com menor disponibilidade de recursos produtivos, o lote é habitado por mais de dois grupos domésticos. Em uma destas famílias extensas, por exemplo, dois filhos de um assentado, já aposentado e com problemas de saúde, casaram-se e permaneceram morando no lote, formando três grupos domésticos, distribuídos em três casas bastante simples e inacabadas em um mesmo lote. Estes filhos casados trabalhavam como assalariados fora do assentamento, no corte de cana ou em serviços braçais da construção civil, em contratos temporários e instáveis; e colaboravam com algumas atividades de criação animal, como a ordenha diária e a manutenção das cercas e instalações. Casaram com filhas de outros assentados; uma das filhas, seguindo o mesmo caminho, estava prestes a se casar com o filho de um outro assentado.

Como o assentamento é de grande porte (629 famílias), os casamentos entre os filhos de assentados são bastante freqüentes e um importante fator na permanência das famílias no assentamento. Geralmente são as mulheres que se mudam para o lote dos homens após o casamento. Essa rede de relações interfamiliares pode permitir a criação de uma nova dinâmica de projetos produtivos e de circulação de recursos. A esposa de um dos filhos, por exemplo, contando com suporte familiar, iniciou o plantio de quatro mil pés de café. Outro filho, também casado e com dois filhos pequenos, preferia trabalhar com a pecuária, estimando a necessidade de aquisição inicial de três ou quatro cabeças de gado e um melhor aproveitamento das áreas de pastagens, que vinham sendo arrendadas pelos pais. Pensava também em poupar recursos financeiros para a montagem de uma estufa. Vários outros projetos de produção no lote já haviam sido cogitados. No entanto, a remuneração do trabalho assalariado rural, única fonte de recursos financeiros do núcleo doméstico, mal permitia a reprodução dos níveis mínimos de consumo, inclusive em termos de segurança alimentar.

Um destes projetos familiares era a produção de hortaliças, que começou a ser realizada sem que houvesse sequer um poço cacimba, ou seja, havia uma reduzida disponibilidade hídrica. Foram plantadas 35 covas de dois tipos de abóbora – um plantio de baixo custo, pouca absorção de trabalho e alto risco na comercialização (cf. capítulo 7) – e também aproximadamente 2,5 hectares de quiabo, cujo custo chegou a R$ 260,00 (preparo do solo, R$ 190; compra de sementes, R$ 32,00; venenos, R$ 20,00 e adubos, R$ 20,00), um investimento equivalente a aproximadamente um mês de trabalho assalariado rural temporário na região. Além disso, havia sido iniciado, em pequenas áreas sem irrigação, o plantio de amendoim, vagem, jiló e berinjela. *'Tem que tocar várias culturas, senão vou depender sempre de ficar trabalhando para fora'*. Inicialmente, cavou-se um poço com sete metros de profundidade; tornava-se então necessário poupar recursos financeiros para a compra de uma bomba para trazer a água do subsolo à superfície, substituindo assim um constante, insuficiente e ineficiente trabalho manual.

Esta rudimentar produção de hortaliças somente foi possível após a realização de um acordo entre este filho de assentado e um amigo de fora do assentamento, um trabalhador urbano, que possuía alguns poucos recursos financeiros para investir nesta

produção e interesse e disposição para trabalhar no campo: *'a gente vai indo devagar…'* O filho do assentado forneceu a terra, o trabalhador urbano os recursos financeiros, e os dois passaram a trabalhar em conjunto, mas o trabalho assalariado continuava sendo necessário. Os três grupos domésticos no lote contavam apenas com um rebanho de oito vacas, um reprodutor, cinco novilhas e um bezerro. Vendiam, de forma instável, cerca de quinze litros de leite por dia à cooperativa local – e pelo menos três litros eram reservados diariamente para o consumo familiar, enfatizando-se a preocupação com a nutrição das várias crianças. Essa insistência dos filhos em permanecer no assentamento parece dar continuidade à organização extensa da família praticada pelas gerações anteriores, com uma certa articulação econômica entre grupos domésticos independentes.

Há uma grande diversidade de situações econômicas e familiares no assentamento. Em um contexto político desfavorável à intensificação da produção, a evasão de jovens afigurava-se como um dos mais importantes problemas no assentamento: *'hoje o assentamento está em um momento inverso. Na verdade, tem cada vez menos emprego aí, e o pessoal tem saído mais do que entrado'*, na avaliação do agrônomo. Para famílias com grande número de filhos e filhas, a sucessão na produção agropecuária passa a exigir o acesso a novas áreas. Mas como geralmente a compra de pequenas propriedades sequer é levada em conta pela maioria das famílias, a aquisição dos direitos sobre os lotes das famílias que deixam o assentamento e o ingresso nos acampamentos organizados pelos movimentos sociais colocam-se entre as poucas opções disponíveis para a permanência dos jovens no meio rural.

Não pode ser desconsiderado, no entanto, que a proletarização se insere em um conjunto de estratégias familiares de longo prazo com o objetivo de dar continuidade ao projeto de desenvolvimento da produção agropecuária no lote. Mesmo para os filhos que passaram a morar e trabalhar em centros urbanos, o retorno ao campo não deixava de se apresentar como uma importante alternativa, mesmo para aqueles que chegam a receber salários maiores que os rendimentos que avaliam poder obter no campo. Esta opção é motivada pela busca de determinado modo de vida e pela disposição de manter maior proximidade com os demais membros da família, particularmente os pais com idade mais avançada, que não aceitam deixar o assentamento e chamam pelos filhos e netos, oferecendo a terra subutilizada para um trabalho conjunto mais rentável.

As ilustrações apresentadas aqui evidenciam a importância da noção de *família residente* para a análise da dinâmica demográfica e econômica dos assentamentos rurais. A ampliação na absorção de trabalho (e da família residente) representa uma redução, em escala micro, na pressão sobre o mercado de trabalho.

8.4 Projovem: escolarização e sucessão familiar

Em meados dos anos 90, começou a ser implementado em Promissão um programa educacional que visava reforçar a sucessão familiar no assentamento através da geração de emprego e renda na produção agropecuária. O Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (Projovem) foi criado em 1995 a partir de uma iniciativa

da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (Esalq/Universidade de São Paulo) – e recebeu apoio da Fundação Kellogg e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Considerava-se que a geração de oportunidades de trabalho no interior dos lotes familiares demandaria o investimento de um certo montante de recursos financeiros; e que estes recursos precisariam ser oferecidos de forma institucionalizada, com base na criação de um fundo rotativo de empréstimos aos jovens-produtores. Com isso, a sucessão familiar passaria a contar com suporte institucional e educacional. Projetos de produção passam então a ser elaborados pelos jovens em articulação com atividades educacionais.

Escola no Assentamento Fazenda Reunidas – Agrovila Campinas, 2003

A organização baseava-se na criação de associações locais de pais de alunos e de uma Associação Central do Projovem (ACP), dirigida pelos presidentes das associações locais. A concepção aproximava-se de um formato de organização não-governamental sob responsabilidade das associações de pais de alunos; o Estado não se colocaria como o único provedor de recursos financeiros, nem como coordenador das atividades. Além da Associação para Formação de Empresários Rurais de Promissão (AFERP), foram criadas outras cinco associações em vários pontos do Estado de São Paulo. Previa-se uma ampla descentralização, a começar pela constituição das condições de infra-estrutura:

> *'É responsabilidade das associações de pais conseguir os recursos para equipar os núcleos, prover a alimentação e pagar pelos serviços de utilidade pública. A Linha Básica do Programa requer que a alimentação seja fornecida pelas famílias. Outros*

recursos têm sido conseguidos com prefeituras, organizações não-governamentais, religiosas ou com outras instituições ou pessoas' (Peres 1998:8).

Estudiantes do Projovem – Assentamento Fazenda Reunidas, 2002

O núcleo do Projovem em Promissão chegou a definir alguns 'parceiros locais' para o programa: INCRA, ITESP, CATI, Prefeitura Municipal e Nossa Caixa Nosso Banco. Com isso, foi possível construir uma edificação com uma sala para atividades pedagógicas, alojamento com cinco quartos com suítes, dois banheiros externos e um refeitório. Foram também adquiridos dois computadores, linha telefônica, conexão com internet e um aparelho de fax. Isso permitiria o atendimento (alternado) de 60 jovens (divididos em três turmas). Três jovens-assentados foram contratados como monitores pelo CEETEPS, após terem recebido treinamento e orientações pedagógicas dos professores coordenadores do Projovem; entre suas atribuições estão o acompanhamento pedagógico e a organização das condições de infra-estrutura para o funcionamento das atividades. Uma assentada passou a contribuir voluntariamente como cozinheira e as famílias dos alunos passaram a providenciar o envio de alimentos, complementados por doações dos monitores.

A formação de 'empresários', de acordo com os monitores, visava difundir entre os jovens a noção de que a propriedade rural deveria ser pensada

'como empresa a ser bem administrada, que dá lucro, dá dinheiro; tem que ser administrada para isso. Sendo empresário, corre-se mais riscos, mas tem a vantagem de não precisar cumprir ordens como os empregados'[5].

O fortalecimento de sua 'empresa' permitiria ao jovem criar o seu próprio emprego, ao invés de precisar buscá-lo no mercado de trabalho. A linha didática era norteada pela 'Pedagogia da Alternância':

> *'Nesta pedagogia, o jovem mantém seus vínculos com a família através de sua presença física na propriedade rural durante a maior parte do tempo... A Pedagogia da Alternância exige um enfoque mais construtivista no processo educacional. O jovem precisa aprender a aprender através de uma efetiva problematização do objeto de sua aprendizagem...'* (Peres 1998:7).

Os jovens permanecem nas instalações do programa durante uma semana por mês, quando realizam visitas a outras propriedades, recebem orientações para a formulação dos projetos e desenvolvem várias outras atividades coordenadas. Nas três semanas em que permanecem em suas casas, os estudantes são auxiliados pelos monitores na realização de atividades pedagógicas associadas ao projeto de produção: medição do lote, elaboração de um croqui, identificação de recursos físicos, técnicos e humanos disponíveis, etc. Nesta abordagem construtivista, considera-se que

> *'o eixo curricular do Projovem é o projeto de investimento de capital. Cada jovem desenvolve um projeto de investimento e o implanta ou implementa'* (Peres 1998:9).

Para se chegar à elaboração do projeto de produção, realiza-se previamente, em um período de três anos, um conjunto de atividades de planejamento: diagnóstico da propriedade, estudos de mercado, engenharia e avaliação do projeto. Estudantes de economia da Universidade de São Paulo avaliam a viabilidade técnica e econômica de cada projeto. Em uma segunda fase, inicia-se a implementação do projeto, o que inclui: a) o financiamento do projeto, b) o acompanhamento por parte dos monitores; c) a realização de adaptações.

> *'Uma vez completada a avaliação do projeto e constatada sua viabilidade, o jovem precisa mobilizar os recursos necessários para sua implantação. Aqui, deve ser ressaltada a necessidade de recursos financeiros que, na maioria dos casos, terá que vir de fontes externas à empresa da família. A Associação Central do Projovem elaborou um projeto de formação de fundo rotativo para financiar os projetos individuais dos jovens. Ele está sendo apresentado a potenciais parceiros que poderão prover os recursos monetários para o fundo'* (Peres 1998:9).

Os participantes do programa deveriam encontrar, de forma descentralizada, 'parceiros' para a constituição dos fundos rotativos:

> *'parceiros capazes de prover os recursos para financiar a implantação dos projetos individuais dos jovens precisam ser identificados'* (Peres 1998:8-9).

Como fundo rotativo, os recursos deveriam ser reembolsados em prazos pré-definidos para serem reutilizados no financiamento de outros projetos. No entanto, as primeiras turmas de estudantes não contaram com qualquer fonte de financiamento. A associação central (ACP) chegou a enviar uma solicitação de recursos para algumas agências estatais:

> *'Na hora que fala que está difícil conseguir o recurso, que o BNDES não financia projeto desse tipo... Isso desestimulou muito o jovem e a família, porque a família*

> *também contava com isso. 'Pô, meu filho vai ficar lá três anos e não vai sair o dinheiro para ele implantar o projeto dele?' Realmente desanimou o jovem. Então, é um problema sério'* (cf. entrevista concedida pelo monitor Djalma).

Foi justamente no financiamento para a implementação dos projetos que o programa passou a apresentar seus mais sérios limites. Posteriormente, uma fundação ligada a uma das maiores indústrias de cigarros do país, no âmbito de um programa de 'responsabilidade social', veio a se juntar aos demais 'parceiros' do Programa, e com isso alguns projetos começaram a ser implementados.

> *'Já estava determinado que seria fundo rotativo. Agora, teria que achar quem liberaria o recurso para o fundo. Aí, tentou, em um primeiro momento, principalmente o pessoal da ACP e assessoria, conseguir através do BNDES. Só que não era só eles que deveriam buscar. As associações locais também poderiam estar buscando com as instituições locais de cada núcleo. Só que, na verdade, houve uma acomodação muito grande das associações locais, que acabou não buscando recursos. E a central ficou só em cima de que o BNDES financiaria, e acabou que não deu certo com o BNDES, e foi uma frustração muito grande. Não tem mais recurso, o BNDES chegou ao ponto de falar 'não financiamos projetos desse tipo'. E aí? Cadê o dinheiro para implantar os projetos? Aí a busca ficou mais intensa, principalmente em cima da ACP, e conseguiu-se o recurso, depois de muita briga, de muita procura, através do Instituto Souza Cruz'.*

Na primeira turma (1997-2000), ingressaram doze jovens: quatro concluíram o curso e três puderam implementar o projeto de produção, ainda que após um ano da conclusão. A segunda turma teve início com 21 alunos: sete chegaram à conclusão e quatro tiveram seus projetos implementados. Com a terceira turma não foi diferente: 20 alunos iniciaram o curso, e os quatro que o concluíram aguardavam a liberação de créditos para a implementação dos projetos de produção. Entre 1997 e 2002, passou pelo Projovem em Promissão um total de 71 alunos: quinze concluíram o curso e apenas sete tiveram seus projetos financiados (seis pelo Instituto Souza Cruz e um por Joseph Jansen). Dois projetos voltaram-se para a montagem de estufas para horticultura, três para pecuária leiteira (semi-intensiva), um para a produção de milho e um para a cafeicultura – cada um no valor R$ 3.000,00 (exceto para produção de milho, que ficou em R$ 2.500,00). Estes valores deveriam retornar ao fundo rotativo com prazo de carência pré-definido (de um a oito anos, conforme as especificidades de cada projeto) e juros de 6% ao ano.

> *'Chega na época, os meninos pagam, porque eles já foram criados os três anos em cima disso aí: o projeto é viável, então não tem como ele correr. A gente acompanha através das visitas. A gente está acompanhando a colheita, a produção, tudo. Aí chega em uma data certinha, vai lá no banco, a gente vai junto com ele, e transfere o dinheiro para a conta. Até agora não teve problema'* (cf. entrevista concedida pelo monitor Walcir da Silva).

Ao todo, nos seis núcleos do programa no Estado de São Paulo, foram implementados 24 projetos de produção (até julho de 2002) e outros seis já haviam sido aprovados para financiamento pela fundação ligada à indústria de cigarros. A evasão de alunos do

Projovem em Promissão deve-se também a outros fatores, como a longa duração do curso: *'a elaboração do projeto é muito longa'* – o que motivou algumas discussões sobre as possibilidades de redução no período de duração. Outra adaptação do programa ocorreu no sentido de atuar com os jovens de menor faixa etária.

> *'O público que a gente está atingindo é mais jovem mesmo: treze, quatorze, quinze anos. Tanto é melhor para eles mesmos, porque eles estão em uma fase em que ele ainda não está tão dependente de um trabalho fora, por exemplo. O cara, quando ele tem dezoito anos, ele quer mais é ir atrás do emprego dele, porque ele sabe que se ele ficar ali debaixo da asa do pai dele é difícil. E quando ele vê que o Projovem... 'O Projovem vai levar três anos, ou dois anos que seja, para construir meu próprio emprego...' Com o jovem de quatorze a quinze anos é mais fácil, porque ele pensa assim: 'se eu entrar nisso aqui, em dois anos, quando eu tiver com dezesseis, dezessete eu já estou com meu projeto implantado'...'* (Djalma).

Os monitores notaram que as condições econômicas e produtivas dos pais repercutiam na sucessão familiar e, portanto, na orientação vocacional e profissional dos filhos:

> *'o que falta mesmo é o incentivo do pai. O pai acha que ficou a vida inteira na agricultura e não ficou bem. Ela acha que o filho dele também não vai ficar bem'.*

A diversidade na situação produtiva de cada família relaciona-se com as diferentes formas de sucessão familiar e, portanto, na inserção dos jovens no programa educacional.

> *'Você vai atrás [do jovem] para mobilizar, para estudar no Projovem, para participar e tal. Você chega lá, às vezes ele está para o rio, às vezes está pescando, às vezes está nadando, nem na propriedade está. Quando você chega e o jovem está trabalhando com o pai, você conversa com a família dele, você sente que a conversa é outra. Você sente que ali tem uma linha de produção, que o pessoal está empenhado ali, você sente que eles encaram o Projovem como uma alternativa legal'.*

O Projovem se constituiu como uma importante forma de organização local no assentamento, envolvendo algumas instituições nacionais, várias delas governamentais, com o objetivo de promover a geração de emprego e renda entre os jovens do assentamento. Em uma proposta educacional construtivista, os estudantes-assentados passariam a contar com apoio institucional (e, supostamente, financeiro) no processo de sucessão familiar na agricultura. No entanto, a implementação dos projetos de produção esbarrou na limitação de recursos financeiros para a formação do fundo rotativo previsto na concepção do programa – apresentando-se como mais um fator institucional e político a restringir a geração de emprego e renda no assentamento.

8.5 Evasão e permanência

As famílias deixam os assentamentos por inúmeras motivações, como a incidência de doenças, a velhice ou a perspectiva de se encontrar melhor ocupação, realização profissional ou relações familiares em outros lugares. Os casos de transferência de

direitos de ocupação dos lotes também estão associados à presença de famílias incompletas, sobretudo quando permanecem no assentamento apenas um ou dois integrantes da família, moradores solteiros, viúvos, divorciados ou separados. A despeito desta complexidade, a evasão das famílias está diretamente associada aos arrendamentos, à proletarização da família e à reduzida capacidade de produção agropecuária em parte dos lotes.

As famílias com produção agropecuária bloqueada encontram-se diante de um angustiante dilema: o de permanecer no assentamento sem condições para a realização de uma produção suficiente para garantir a manutenção da família ou o de transferir o direito de ocupação do lote, obtendo um montante de recursos que permitiria não mais que comprar uma pequena casa na cidade e tentar encontrar uma ocupação em um ambiente marcado pela precarização das relações de trabalho, pelos baixos salários e pelo aumento do desemprego: *'se forem para a cidade, não têm emprego, têm idade avançada… Estão atados nos pés e nas mãos'* (Toninho Barbosa). Ao vivenciar tal situação, não é secundária a suposição/constatação, muito comentada por todo o assentamento, de que os assentados que deixaram o lote para arriscar outra forma de vida no meio urbano passaram por grandes dificuldades, se arrependeram, e não podem retornar; muitos teriam passado por restrições econômicas ainda mais intensas que as do tempo de assentamento. Benê:

> *'Eu acho uma tristeza imensa isso daí, porque é ruim com a terra, pior sem ela. O pessoal que saiu daqui, que vendeu os direitos correndo atrás de uma vida melhor, é o mesmo pessoal que saiu de uma periferia. Ele só vai engrossar o número de pessoas desempregadas que tem hoje na cidade'.*

Duas distintas situações precisam ser consideradas: uma delas ocorre quando a família assentada decide deixar a produção agropecuária por motivos familiares para trabalhar e viver em outros lugares. Restaria definir como compatibilizar esta liberdade de locomoção com a indenização sobre as construções, instalações e cultivos permanentes deixados no lote. Outra situação é a das famílias que abandonam o assentamento para reingressar na proletarização nos centros urbanos sem terem contado com um apoio institucional para o desenvolvimento da produção agropecuária. Bustos:

> *'o que aconteceu? Aquele que não tinha crédito ou cultura de subsistência foi embora, porque ficou inadimplente no banco, os filhos foram embora vender mão-de-obra. Ficou o casal de velhos sozinhos, se ficar doente…'*

A proletarização de boa parte da família, incluindo o casal principal, pode provocar uma desconexão entre a família e a manutenção do lote – e a consolidação de novas atividades econômicas e profissionais fora do assentamento pode acentuar esta desconexão.

> *'Vendeu o direito, porque não é vender o lote; dez, quinze, vinte mil pela casa, cerca, alguma outra coisa. Isso por descaso do INCRA. Se tivessem acompanhado, nem os filhos teriam ido embora, nem o casal de velhos teria que vender o lote para ir para outro canto'.*

Nestes casos, a 'venda dos direitos' sobre o lote se constitui em um meio de se recuperar o trabalho e os poucos recursos permanentes ali deixados: '*casa, cerca, alguma outra coisa'*. No entanto, quaisquer que sejam os motivos da evasão das famílias do assentamento, a transferência de direitos de ocupação dos lotes, que não tinham sido convertidos em propriedade privada, precisaria ser realizada através de determinadas regras burocráticas formais. E mais uma vez, constata-se a 'ausência' do Estado:

> *'o INCRA é um abandono total, um descaso. A impressão que dá é que o INCRA quer que aconteça isso. Não tem um critério, porque tinha um critério quando foi feito o assentamento. Existia uma comissão, lista de cadastrados, selecionados, mas o INCRA abandonou a área'* (Bustos).

A ausência de acompanhamento das transferências de lote decorre da forma como foi realizado um convênio entre o governo federal e o estadual para a administração dos assentamentos no Estado de São Paulo. Houve uma distribuição de atribuições entre o INCRA e o ITESP, cabendo a este último a prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica. Mas o INCRA acabou desativando sua agência local, ainda que mantendo algumas atribuições:

> *'A transferência de lotes é uma questão que não foi delegada para o ITESP. É ter a lista de espera, é tudo com o governo federal. Tem coisas que não funcionam, dá problema em todos os projetos. Eles têm problemas lá na São José, em todo lugar tem, Andradina, aqui tem esses novos assentamentos também, P. Alves, Guarantã'.*

Em um documento elaborado pelo ITESP em 1993, há uma indicação dos critérios utilizados até aquela época.

> *'Em janeiro de 1990 foram assentadas as 103 famílias remanescentes do acampamento de 1987, mais as 15 acampadas em 1989. Daí em diante foram assentadas as famílias provenientes da lista de espera dos sindicatos, até dezembro de 1991, quando a mesma perdeu a validade legal. A partir de maio de 1992 passou a vigorar a nova lista elaborada com filhos de assentados que constituíram novas famílias'* [6].

Ao longo do tempo, os casos de compra e venda dos direitos sobre os lotes no assentamento passaram a ser realizados praticamente sem qualquer intermediação ou regulamentação estatal. Diante desta informalidade, os novos ocupantes/moradores passaram a se concentrar entre aqueles que mantinham alguma relação de parentesco com os assentados, o que reduzia a princípio o risco de complicações jurídicas posteriores. Criava-se assim um 'mercado' de terras bastante específico. Alguns dos novos assentados chegam com boa quantidade de recursos. Toninho Bustos:

> *'Os que entram depois estão produzindo mais. Por quê? Porque eles já entraram em um lote estruturado (casa, poço, cerca, curral, café) e entraram com um pouco de recursos. Eles podem fazer uma produção de leite, tocar o café melhor... Enquanto nós estamos aqui há quinze anos sem assistência nenhuma, eles estavam lá fora ganhando seu dinheiro, acumulando algum recurso para entrar aqui agora. Eles entram e compram dez vacas sem o governo'.*

As transferências de lotes no assentamento parecem ter se transformado em algo sistematicamente irregular. Zé Carlos:

> *'era papel do INCRA vim e fazer a vistoria, colocar uma outra família, se tivesse que indenizar aquela pessoa que estava saindo por um valor que ela tinha direito, mas o INCRA nem o governo federal tinha nenhuma verba para esta finalidade'.*

Segundo dados do ITESP, entre 1990 e 1997, o *índice anual de permanência* teria sido de 98%, como mostra a Tabela 8.1. Neste período de oito anos, cerca de 84,5% das famílias permaneceram no assentamento[7].

> *'Todos os que estão aqui, mesmo quebrados, estão mostrando que querem ficar na terra. Se tiver um projeto, esse pessoal ainda produz. É um pessoal que tem vontade'* (José Carlos).

Tabela 8.1 Taxa de permanência no Assentamento Fazenda Reunidas (1990-1997)

Ano	*número de evasões*	*% permanência*
1990	1	99,8
1991	0	100,0
1992	16	97,4
1993	27	95,7
1994	12	98,1
1995	16	97,4
1996	16	97,4
1997	10	98,4
Média: 1990-1997	12,2	98,0
Total: 1990-1997	98	84,5

Fonte: ITESP, Caderneta de Campo: Assentamento Fazenda Reunidas, safra 98/99 – Tabulações. Promissão: Instituto de Terras do Estado de São Paulo 1999.

A formação do Assentamento Fazenda Reunidas caracteriza-se por uma séria limitação nas condições de infra-estrutura social e, sobretudo, por um bloqueio das políticas públicas no sentido de promover o desenvolvimento de formas endógenas de geração de renda e ocupação de força de trabalho. Ainda assim, registrou-se a permanência de 84,5% das famílias nos oito primeiros anos do Assentamento. Esse quadro não se constitui como uma exceção entre os assentamentos brasileiros[8]. Bruno e Medeiros (1998) calcularam o índice de evasão nos assentamentos criados entre 1985 e 1995 com base em uma amostra de 59 projetos em todas as regiões do país. A média nacional ficou entre 26,2 e 29,7% (média aritmética e ponderada). Na região Norte e Centro-Oeste, os percentuais ficaram entre 27,8 e 40,4%. Na região Sul, os índices oscilaram de 25,1 a 27,5%; na Sudeste, de 12,1 a 19,6% e no Nordeste, de 15,1 a 17, 9. A ocupação da região amazônica e a expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste foram amplamente criticadas desde os anos 70 por terem sido concebidas e implementadas como uma substituição para a realização da reforma agrária nas demais regiões do país. Nos anos 90, os assentamentos nestas áreas foram justamente os que apresentaram os maiores índices de evasão.

As autoras ressaltam o impacto das condições de infra-estrutura na ocorrência de evasões:

> *'chama a atenção a precariedade das condições de infra-estrutura nos assentamentos rurais, em particular a falta de escolas, a irregularidade do atendimento médico básico, a má conservação das estradas, a inexistência de transporte e de energia elétrica'.*

A análise da produção agropecuária concentrou-se na identificação dos mecanismos de comercialização através dos quais a ação dos atravessadores *'tende a drenar parte substancial dos recursos gerados'*. As observações sobre a evasão de famílias nos assentamentos fazem ressaltar a relevância das estratégias de permanência.

> *'Dada a precariedade da situação dos assentamentos, que se traduz tanto nas condições de infra-estrutura como na descontinuidade das políticas em relação a eles, muitas vezes lida pelos assentados como 'abandono', talvez devêssemos nos perguntar porque tantos assentados permanecem na terra e porque tantos ainda continuam investindo suas energias na busca de um lote'* (Bruno e Medeiros 1998).

8.6 Atividades agrícolas e não-agrícolas

As atividades não-agrícolas, a proletarização de parte da família, os arrendamentos e as evasões podem ser interpretados a partir da formação institucional e produtiva do assentamento, destacando-se: o acesso a lotes com faixas de terras de baixa fertilidade ('*terra fraca'*); a inadequação das linhas de crédito de custeio para os cultivos de grãos e fibras; a inserção em relações comerciais que resultaram em elevada inadimplência; a ausência ou limitação na dotação de créditos de investimentos para a aquisição e formação de bens permanentes de produção; a reduzida abrangência dos serviços de capacitação técnica e extensão rural. Todos estes fatores impediram um maior desenvolvimento da produção agropecuária em bases endógenas e a geração de empregos e renda no assentamento.

Em vista do bloqueio nacional dos programas governamentais para a agricultura familiar e assentamentos rurais, vários recursos econômicos e estratégias sociais passaram a ser utilizados pelas famílias com menor disponibilidade de recursos com o objetivo de tentar garantir a manutenção dos níveis de consumo familiar e a permanência no assentamento: a espera pela aposentadoria; a redução da família com a retirada e proletarização de parte dos filhos ou o assalariamento ocasional dos que ficam; a obtenção de uma renda monetária com o arrendamento de parte do lote; as variadas formas de solidariedade de vizinhos, amigos e parentes; a produção de alimentos para consumo doméstico; a condução de uma pequena produção com finalidade comercial; a restrição no nível geral de consumo; o envio de recursos por parte dos filhos que trabalham fora do assentamento.

Podem ser mencionados também alguns fatores sócio-culturais, sobretudo os relativos à capacitação técnica dos assentados para a produção agropecuária. Há quem proponha a criação de rigorosos critérios de seleção para fazer com que a população beneficiária dos projetos de assentamentos seja aquela com maior 'vocação agrícola'[9], o que excluiria a maior parte das famílias que formam os acampamentos e que contribuíram para a reinserção da reforma agrária na agenda política nacional, entre outros grupos.

Mas é preciso lembrar que, nas antigas fazendas, o ingresso monetário oriundo da produção de café estava articulado com a produção autônoma de alimentos. Já em meados do século vinte, quando o *colonato* passou a ser substituído pelos contratos de dois ou três anos de arrendamento de terra para os trabalhadores rurais e, em seguida, pela proletarização massiva, foram rompidas as conexões entre trabalho e moradia e entre a produção de mercadorias e a produção para o consumo doméstico. A destruição das relações sociais de dominação nas grandes fazendas implicou também em uma certa destruição do saber e das práticas camponesas.

O atual processo de assentamento de colonos, assalariados rurais, arrendatários ou populações originalmente rurais que migraram para centros urbanos e que decidiram retornar ao meio rural e à atividade agropecuária requer uma ampla reconstituição do conhecimento técnico e produtivo e um fortalecimento do sistema público de capacitação e extensão rural para a produção de mercadorias. Benê:

> *'A maior parte dos assentados nem sabia para que é que servia calcário. Era gente oriunda de bóia-fria, servente de pedreiro, pessoa que morava na favela, nas periferias; não estavam preparados para trabalhar neste campo. Precisava ter uma assistência muito melhor, especial. Ensinar ele a trabalhar e viver no campo'.*

A capacitação técnica, enquanto democratização do saber, não deixa de ser, portanto, também um processo histórico, político e institucional. A reconstituição do saber e das relações sociais, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, contém um resgate de tradicionais práticas camponesas, principalmente o uso múltiplo do solo com a finalidade de garantir o abastecimento alimentar relativamente autônomo da família. No caso de Promissão e de muitos outros assentamentos, a reconstituição do conhecimento social tornou-se desvinculada do acesso aos recursos financeiros necessários à sua realização:

> *'ninguém sai de casa só para ouvir palavra; mas se chegar lá e falar: 'olha gente, vai ter que perder um mês, entre aspas, para aprender, mas tem recurso para vocês trabalhar e viver dignamente', isso é possível. Se tiver uma proposta séria, as pessoas vão levar a sério também'* (Zé Carlos).

As relações entre os assentados e as agências governamentais resultam de processos históricos de *institucionalização nas localidades*, nos quais o Estado e as políticas públicas têm um papel central na oferta de recursos financeiros, na constituição do saber técnico-produtivo e no suporte para a criação de infra-estrutura social (habitação, estradas, saúde, educação, eletrificação). Tem sido muito reduzida a geração de empregos no aperfeiçoamento da infra-estrutura social dos assentamentos, como a prestação de serviços de saúde e educação, nos serviços de divulgação de práticas de segurança alimentar e de divulgação sanitária, em programas de capacitação técnico-profissional – e de qualquer atividade relacionada à recuperação ambiental e divulgação de práticas sustentáveis de uso do solo. Com isso, os jovens com formação educacional secundária ou universitária geralmente não encontram outra ocupação no assentamento que não a produção agropecuária.

Atividades não-agrícolas também despertam o interesse dos assentados, de acordo com suas capacidades técnicas e disponibilidade de recursos. Parte destas atividades volta-

se para o atendimento da demanda dos próprios assentados, como é o caso dos serviços de transporte, de borracharias, oficinas mecânicas, bares, comércio varejista e de alguns serviços especializados relacionados à construção civil. Os assentamentos, na medida em que promovem a diversificação da produção agropecuária e o repovoamento do meio rural, contribuem igualmente para sua diversificação econômica e, portanto, para a ampliação de sua multifuncionalidade. Atividades relacionadas ao transporte pressupõem um certo investimento financeiro (caminhão ou ônibus); os que atuam em reparações mecânicas geralmente trouxeram conhecimento e equipamentos acumulados antes do assentamento. Em alguns casos, as relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança fazem com que parte das prestações de serviço venha a se configurar como relações não-mercantis, com base no princípio da reciprocidade.

As mais importantes experiências coletivas de promoção de atividades não-agrícolas foram organizadas por grupos de mulheres (em parte apoiadas financeiramente pela igreja católica, mais uma vez por intermédio de Joseph Jansen). Uma delas foi realizada na Agrovila Central por dez costureiras-assentadas na Agrovila Central. Trata-se de uma forma de contratação similar ao sistema de assalariamento por peças (*putting out system*). As assentadas precisaram comprar, através de financiamento, as máquinas de costura industrial e construir um pequeno e improvisado barracão em um dos lotes familiares, em regime de mutirão. Estabeleceram então um acordo com empresas de confecção, que entregavam uma quantidade de tecido previamente cortado (por um grupo de mulheres em outro município) para que as assentadas realizassem a costura. Posteriormente, as confecções recolhiam as peças, ainda inacabadas, e as repassavam a um terceiro grupo de mulheres, em um terceiro município, para que fosse realizado o acabamento de cada peça. As assentadas executavam uma das três etapas do processo produtivo, controlado por empresas do setor têxtil que vinham desativando parcialmente suas fábricas para produzirem neste sistema (bastante contestado por organizações sindicais). Uma transformação no tipo de relação social, sobretudo uma maior aproximação com atores sociais locais, pode evidentemente trazer melhor remuneração e menor dependência técnica e comercial: *'a prefeitura poderia encomendar uniformes escolares; o laticínio e outras indústrias poderiam mandar fazer macacões; mas não tem boa articulação'*. A condução desta atividade não-agrícola no interior do assentamento relaciona-se com as limitações no desenvolvimento da produção agrícola, como avalia uma das costureiras-assentadas.

> *'Para trabalhar aqui dentro, a gente tinha que ter um recurso... Só que o governo não tem proposta para o agricultor. Então, o que acontece? Você vai se afundando, se afundando e chega uma época que a gente desanima de trabalhar na roça... Porque se tivesse condições... eu acho que aí teria de optar por estufa... Só que quando a gente busca apoio lá de cima, que seria um dinheiro, um financiamento, a gente não acha... Se você não tem como preparar a terra, não tem como plantar, o que você vai fazer?'* (cf. entrevista de D. Rosa a Sonia Bergamasco em 22 de agosto de 2001).

Outra experiência coletiva de trabalho não-agrícola foi conduzida na agrovila de Penápolis, onde três assentadas passaram a produzir doces em compotas semi-

artesanais. As frutas eram compradas fora do assentamento e o leite era obtido em um laticínio no município, dada a regulamentação governamental que exige pasteurização. A iniciativa mantinha pouco intercâmbio social e econômico com o assentamento e foi motivo de alguns questionamentos, sobretudo devido à reduzida criação de empregos frente ao volume de recursos governamentais investidos. As regulamentações governamentais para atuação no setor alimentício são rigorosas, sobretudo em termos de edificações e condições hídricas e sanitárias: *'o que São Paulo... o ITESP... gastou... investiu... em fábrica de doce para três comadres... você não acredita'*. A atuação concentrada das agências estatais parecia conter uma certa finalidade publicitária, já que a experiência deveria ser divulgada por todo o Estado de São Paulo. Por outro lado, é notável o protagonismo assumido por três mulheres na busca de diversificação de empreendimentos no interior do assentamento e na criação de vinculações alternativas com as agências governamentais e com outro conjunto de atores sociais locais.

As atividades não-agrícolas no Assentamento Fazenda Reunidas, quando comparadas com a quantidade de empregos na produção agropecuária, eram relativamente pouco expressivas em termos econômicos e ocupacionais; e as formas ocasionais, difusas, diversificadas e individuais de prestação de serviços eram em sua maioria voltadas para o atendimento das demandas provenientes dos assentados envolvidos com a produção pecuária. Por outro lado, algumas atividades não-agrícolas são elaboradas como uma estratégia de permanência no assentamento diante dos entraves e limites do desenvolvimento da produção agropecuária. A diversificação afigura-se, em alguns casos, como um produto de forças exógenas de fomento econômico no meio rural, tanto pela atuação do Estado como dos agentes do mercado. De qualquer forma, o processo de articulação ou distanciamento entre as atividades não-agrícolas e a produção agropecuária constitui-se em um dos principais parâmetros para uma análise da diversificação sócio-econômica nos assentamentos rurais.

Em vista dessas considerações, pode-se afirmar que a produção agropecuária, compreendida em sua heterogeneidade técnica e social, representa não apenas a principal fonte de emprego e renda no interior do assentamento, mas também um fator estratégico na geração de empregos não-agrícolas. Destaca-se assim a importância da conexão entre o desenvolvimento endógeno da produção agropecuária e a realização de atividades não-agrícolas. O fortalecimento da heterogeneidade na produção agropecuária é compreendido, então, como um dos principais vetores para a diversificação econômica. Além disso, a produção agropecuária pode ser pensada em sua articulação com a produção de alimentos para o consumo doméstico, ou seja, com a definição de práticas locais, autônomas e endógenas de construção da segurança alimentar, o que pode contribuir ainda mais para a redução na oferta de mão-de-obra pela população assentada. Algumas questões relativas às práticas alimentares no meio rural brasileiro serão abordadas com maior detalhamento no próximo capítulo.

Notas

1 Oscar Valporto, 'BNDES mostra que reforma agrária concentrou renda'. *Jornal do Brasil,* 4 de outubro de 1987, p. 17.

2 A pesquisa do BNDES ilustra algumas das concepções até então vigentes nas agências centrais de planejamento governamental. O sistema de créditos para os assentamentos – *'instrumento poderoso na modernização da produção agrícola'* – apresentava, segundo as conclusões do BNDES, as seguintes características: *'a) não podemos considerar satisfatória a situação da oferta de crédito nos projetos de reforma agrária em termos de volume e cobertura*; *b) os assentamentos com maior renda... tendem tanto a concentrar a maior porção do valor total concedido, como a apresentar maiores parcelas de população com acesso (maior cobertura) além de seu crédito ser mais elevado que os demais... c)...fica evidente que a concentração de crédito nas mãos da população com maior renda tanto agrícola como total'*. Ainda assim, o responsável pela pesquisa incluiu uma segunda explicação para o cenário que delineara: *'... se estamos tratando de uma população com uma considerável parcela de produtores atrasados, podemos esperar por parte deles uma atitude refratária ao sistema de créditos vigente'* (Castro 1992: 94-97).

3 Entre estes problemas, podemos salientar: *'1) a definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo ou alimentar, e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e a previdência social; 2) a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; 3) a valorização patrimonial da área pelo trabalho; 4) a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 5) a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos'* (Norder 1997).

4 Este universo de 55 famílias não inclui as famílias ligadas ao MST e à Copajota (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), moradores da agrovila em formato urbano que continuaram participando de projetos coletivistas até o final dos anos 90.

5 As entrevistas mencionadas nesta seção foram concedidas pelos monitores Djalma Catarino Lima, Everaldo Souza e Walcir da Silva.

6 Instituto de Terras do Estado de São Paulo/Departamento de Assentamento Fundiário, *Questionário Institucional do Assentamento: Assentamento Promissão I*, Promissão: ITESP/DAF 1993.

7 Esse percentual não inclui os dois primeiros anos, de grande adversidade para os assentados, e é possível que tenha aumentado a partir do final dos anos 90; estes dados, no entanto, deixaram de ser coletados/divulgados.

8 Como os assentamentos são criados em épocas distintas, o cálculo do índice de evasão/permanência pode ser realizado através da definição de uma determinada data-parâmetro de criação do assentamento e a formulação de um *índice anual* de evasão/permanência.

9 Esse discurso estava presente inclusive em alguns setores do sindicalismo rural. No Estado de São Paulo, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaesp), Vidor Faita, ponderava em 1995 que *'se você pega famílias da periferia da cidade, que só o pai tem um pouco de tradição de trabalho rural, de trabalhar com a terra, e os filhos já foram criados na periferia da cidade, acostumados a trabalhar de servente de pedreiro, metalúrgico, e que perderam aquela raiz com a terra, e tenta fazer reforma agrária com esse pessoal, não dá certo... Muitos assentamentos não produzem por causa disso: foram feitos com pessoas erradas...'*, cf. entrevista concedida em 15 de abril de 1995.

Família Casemiro, acompanhada por José Jansen. Assentamento Fazenda Reunidas, 2001

9 Produção e Consumo de Alimentos

As práticas autônomas de produção de alimentos para consumo doméstico foram objeto de longas discussões sobre desenvolvimento rural, em grande parte porque estas atividades se inserem no polêmico e impreciso conceito de *subsistência*. Wharton Jr. (1970:13) mostrou que o termo abriga conteúdos e significados contraditórios, sendo que um dos pontos de desentendimento estava na associação mais ou menos implícita entre *produção de subsistência* e *subsistência no nível de vida*. Ele ressaltou que a noção '*produção pura de subsistência*', definida por um *'estreito relacionamento entre agricultura e habitação ou produção e consumo'*, era uma abstração raramente encontrada no mundo real: *'na maioria dos casos, os agricultores têm uma média de produção que pode ser caracterizada por vários graus de subsistência ou vários graus de comercialização'*. Em algumas abordagens, considera-se, como resultado da modernização, uma completa *mercantilização* nos processos de produção de mercadorias e uma completa destruição dos sistemas de produção de alimentos para consumo familiar.

A relação entre produção comercial e produção de *subsistência* foi também bastante discutida por autores marxistas. De Janvry e Garramón (1977:207-216) enfatizaram as relações de exploração e subordinação contidas na *'divisão social do trabalho entre os setores de subsistência e comercial'*, sobretudo quando esta divisão social coincide com a prevalência das relações latifúndio-minifúndio. Os autores chegaram a identificar diferentes formas históricas para esta contraditória articulação entre produção comercial e produção de subsistência nas grandes fazendas. Em uma delas, *'o trabalhador recebe, como pagamento pelo seu trabalho, o usufruto de um pedaço de terra, algumas mercadorias e uma pequena quantidade de dinheiro'*. Em outra, há a combinação entre trabalho assalariado na produção comercial no interior do latifúndio e a permanência dos trabalhadores em pequenas áreas relativamente autônomas: *'uma fonte de trabalho que é ainda mais barata para o grande proprietário do que o trabalho servil'*.

No entanto, como resultado de longos e variados conflitos sociais e de resistência política dos trabalhadores rurais contra essas formas de subordinação, foram se constituindo, de forma gradual e marginal, mesmo em ambientes marcados por uma elevadíssima concentração fundiária e uma restrição das políticas governamentais, como é o caso do Brasil, um setor familiar onde se desenvolve, simultaneamente, produção agropecuária comercial e produção para subsistência. As análises marxistas sobre a produção comercial nestas propriedades familiares fora do latifúndio passaram então a focalizar a subordinação direta ou indireta ao capital urbano-industrial. Uma vez suprimida a divisão social latifúndio-minifúndio, permaneceria o dualismo

estrutural agricultura-indústria – e a produção de subsistência estaria viabilizando uma exploração da agricultura familiar através da compra de insumos e da comercialização dos produtos:

> *'o setor agropecuário em si é caracterizado por um dualismo funcional entre o setor capitalista produtor de mercadorias e o setor não-capitalista produtor de valor-de-uso e algumas mercadorias... Nesta estrutural dual, a extração de mais-valia da agricultura comercial ocorre através do mercado de produtos via deterioração no preço das mercadorias'* (De Janvry e Garramón 1977:210).

As formas de subordinação direta e indireta do trabalho camponês ao capital foram objeto de uma série de importantes pesquisas sociais ao longo dos anos 80 (Tavares dos Santos 1978; Wanderley 1981; Graziano da Silva 1982) – e posteriormente rediscutidas e reavaliadas. A observação das estratégias do capital no sentido de definir a composição dos meios de produção, prescrever tarefas e determinar os níveis de remuneração não pode ofuscar a relevância das estratégias que, por outro lado, permitem à agricultura familiar exercitar diversas formas de resistência e autonomia técnica e produtiva. A heterogeneidade nos processos de produção agropecuária, conforme análise de Ploeg e Saccomandi (1995:11), pode ser retomada e ampliada para uma interpretação da inserção e articulação da produção autônoma de alimentos no contexto da unidade produtiva:

> *'Em termos teóricos, o processo de produção agropecuária consiste na mobilização dos necessários recursos e a conversão destes recursos em valores. Esta mobilização e conversão em valores pode ser realizada a partir de um amplo leque de soluções. A mobilização de recursos pode envolver a reprodução destes recursos através do processo de produção em si. É possível também que quase todos os recursos sejam mobilizados através do mercado. O mesmo é válido para a conversão de recursos em valores. A conversão pode ser dependente da habilidade do produtor ou dependente da tecnologia empregada. Novamente, uma grande diversidade pode ser identificada nesta dimensão...'.*

Vimos no capítulo 7 que esta perspectiva permite a identificação de variadas formas endógenas de desenvolvimento rural e de diversificados *estilos de produção,* caracterizados por uma

> *'construção ativa de respostas aos ecossistemas locais, aos relacionamentos locais entre cidade e campo e às formas de inserção da localidade nos padrões de comercialização, etc'* (Ploeg 1994:17).

A organização da produção agropecuária deixa de figurar tão-somente como determinação externa proveniente do capital ou do Estado para ser situada como um campo de disputas e negociações que resultam na formação de diferentes redes sócio-técnicas.

Este enfoque tem uma clara relevância para os debates sobre a articulação entre produção agropecuária, meio ambiente, emprego e segurança alimentar em áreas rurais de países com elevados índices de pobreza. Omosa (1998:39) avalia o impacto das transformações técnicas e econômicas ocorridas no Quênia nas últimas décadas,

caracterizadas por uma *mercantilização* dos processos de produção agropecuária e dos meios de reprodução social. No entanto, a autora reafirma a atualidade da combinação entre relações mercantis e não-mercantis na busca por alimentos no meio rural, enfatizando a relevância de um conjunto de relações sociais comunitárias e recursos não-mercantis para a construção da segurança alimentar. No mesmo sentido, em pesquisa realizada na Tanzânia, Donge (1993:61) inclui a transformação das práticas alimentares entre os fatores locais relacionados ao declínio dos sistemas de produção agropecuária:

> *'Informantes invariavelmente recordam que a área foi anteriormente auto-suficiente em alimentos, exceto em desastrosos raros anos. Atualmente, virtualmente todas as famílias precisam comprar alimentos. Entretanto, não sabem informar com precisão quando esta segurança alimentar começou a desaparecer. Muito provavelmente, esta segurança alimentar não devia ser universal desde o início dos anos 60, e a partir de meados dos anos 70 tornou-se bastante rara'.*

No Brasil, a formulação de diretrizes políticas para a agricultura familiar tem sido pensada a partir dos debates sobre segurança alimentar – e não apenas pelo prisma do aumento na oferta de alimentos, tendo em vista os elevados índices de pobreza e a necessidade de geração de empregos e de aperfeiçoamento dos padrões de consumo alimentar e habitacional no meio rural. Produção agropecuária, alimentação, habitação e educação são dimensões de um mesmo processo: o de utilização e transformação de recursos naturais e sociais visando a superação da situação de pobreza que atinge a uma elevada parcela da população. Esta perspectiva pode estar associada à identificação dos obstáculos locais ao processo de desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar.

A pesquisa apresentada neste capítulo focaliza a relação entre a produção agropecuária e o múltiplo uso do solo, dos recursos produtivos e da força de trabalho para produção de alimentos para consumo doméstico. A primeira seção destaca algumas interpretações sobre as práticas alimentares no meio rural brasileiro; em seguida, há uma avaliação do impacto nutricional e da organização social da produção e consumo de alimentos no Assentamento Fazenda Reunidas. As seções finais ilustram a articulação entre a produção agropecuária comercial em bases endógenas e a produção de alimentos para consumo familiar, incluindo um estudo etnográfico sobre a organização da produção em uma família assentada que vem realizando esta articulação de forma particularmente intensa – e que, justamente por isso, tornou-se uma das mais conhecidas no Assentamento de Promissão.

9.1 Segurança alimentar e questão agrária

Desde a implementação da modernização agrícola, nos anos 70, os índices de pobreza em todo o Brasil permaneceram praticamente inalterados, como demonstram Barros e Henriques (2001:7; 23):

> *'a análise atenta do período 1977/99 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a*

> *inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos'.*

Paralelamente a uma exclusão massiva, há também uma das maiores concentrações de renda do mundo:

> *'vivemos em uma perversa simetria social em que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda'.*

No final dos anos 90, cerca de 34% da população brasileira foi classificada como *pobre*, de acordo com o seguinte critério: *'famílias com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas'*. A população pobre somava 53 milhões de pessoas, dentre as quais encontrava-se um subgrupo particularmente vulnerável, formado por *indigentes*, cuja renda familiar era insuficiente até mesmo para *'aquisição de uma cesta alimentar regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico'*. Este subgrupo estaria abrangendo cerca de 14% da população brasileira, ou seja, 22 milhões de pessoas.

Algumas das formulações sobre segurança alimentar elaboradas na primeira metade dos anos 90 apontavam para os limites do caráter compensatório e paliativo das políticas de apoio nutricional ou assistencial, cujo objetivo era o atendimento imediato, emergencial, necessário no curto prazo, sobretudo nos chamados 'bolsões de pobreza'. Uma retomada dos debates sobre as políticas de segurança alimentar, enquanto política voltada para promoção de uma transformação na integração da população vulnerável à fome ao universo da produção econômica, procurava evitar que as medidas unicamente emergenciais viessem a terminar em uma utilização política-ideológica, clientelista e provisória. Nesse sentido, a reforma agrária chegou a ser colocada como uma das premissas do conceito de segurança alimentar elaborado em 1994 pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que reafirmava sua importância para a obtenção de transformações simultaneamente estruturais e locais, com especial ênfase, no meio rural, para o fortalecimento da agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária:

> *'A política de Segurança Alimentar deve ser precedida de uma reforma agrária que viabilize o assentamento de famílias rurais sem terra, de famílias acampadas, e das que migraram para as cidades. É fundamental a implantação de infra-estrutura completa para os assentamentos. A reforma agrária deverá atender às particularidades regionais, respeitando as identidades culturais das comunidades. Contemplará uma política agrícola voltada para os pequenos produtores, e à geração de empregos rurais'* (Consea/Ação da Cidadania 1994:17).

A segurança alimentar passou a ser pensada como um objetivo de longo prazo, como resultado de amplas transformações econômicas e sociais no campo e na cidade, bem como do exercício da cidadania. O Partido dos Trabalhadores chegou a estimar a necessidade de promover o assentamento de três milhões de famílias em um período de quinze anos, numa média de 200 mil famílias por ano. Isso levaria a uma

transformação nas condições de vida e de trabalho de aproximadamente 10% da população brasileira (Silva e Gomes da Silva 1991).

Diversos estudos têm demonstrado que os índices de pobreza no meio rural brasileiro são ainda maiores do que aqueles verificados nos centros urbanos (Peliano 1994; Monteiro 1995), o que reforça a importância, sobretudo para a elaboração de políticas públicas, de um aprofundamento do conhecimento sobre as práticas alimentares no meio rural. Torna-se relevante mencionar a contribuição de algumas pesquisas, como a Maria Isaura Pereira de Queiroz, que apontava para a combinação entre processos mercantis e não-mercantis na organização camponesa.

> *'O camponês vive do que produz, e utiliza para troca ou venda aquilo que não emprega no consumo diário; o agricultor produz para o mercado local, regional ou internacional; seu primeiro objetivo é o lucro e em geral se especializa no cultivo de um ou dois produtos; sua própria subsistência não depende do que planta, e sim da venda da colheita, que lhe permitirá adquirir o que não cultiva' (*Queiroz 1973:5).

A inserção em relações de troca era apresentada como característica tanto de *camponeses* como dos *agricultores*, da mesma forma que os agricultores familiares inseridos nos sistemas modernos de produção e comercialização não deixavam necessariamente de produzir parte de sua própria alimentação. Com isso, a autora procurava evitar uma distinção unívoca, estanque e linear entre a atividade camponesa e o mundo das mercadorias.

> *'O fator mais importante de integração de sitiantes e pequenos proprietários, - sejam eles camponeses ou agricultores, - numa zona ou numa região, é a economia, que os obriga sempre a romper o isolamento, se desejam manter um nível satisfatório de vida. Camponeses e agricultores plantam para si e para negociar; seus negócios levam-nos à sede do município, a outras zonas, à cidades grandes, e tais viagens têm periodicidade e regularidade... A independência e autonomia econômicas do roceiro brasileiro são, porém, elementos característicos de toda economia camponesa'* (Queiroz 1973:129).

Da mesma forma, a classificação simbólica dos alimentos é, de acordo com Brandão (1981:95-98), permeada pelas relações destes sujeitos com a cidade e com o meio ambiente, começando pelas possibilidades de caça: *'a comida não obtida na natureza (coleta) e não produzida na fazenda (trabalho) é obtida 'de fora', na cidade (compra). O sal sempre pertenceu a esta categoria'*. Além da coleta direta da natureza, incluindo a pesca, que em algumas regiões do Brasil continua sendo uma das principais fontes de alimentação para a população rural, há também a *comida da fazenda*, fruto do próprio trabalho, e a *comida da cidade*, obtida através das relações de mercado. A *comida da fazenda* apresentava três subdivisões: a *comida do pasto* (gado), a *comida do quintal* (aves, ovos, porcos, banha, frutas, legumes, verduras, mandioca, abóbora, cará, etc.) e a *comida da lavoura* (arroz, milho, feijão, mandioca). A *comida da cidade* era composta basicamente por sal, macarrão, açúcar, enlatados e algumas verduras. As práticas de abastecimento alimentar entre as comunidades rurais são estabelecidas a partir dos recursos naturais, sociais e financeiros disponíveis para cada família. As possibilidades de intercâmbio mercantil, através da comercialização de seus produtos,

são constantemente avaliadas pelos pequenos agricultores, uma vez que uma parte da própria alimentação precisa ser adquirida na cidade.

As combinações entre os *cultivos comerciais* e os *cultivos para o gasto da casa*, como enfatiza Afrânio Garcia Jr., podem gerar diferentes formas de organização social e produtiva. Estas duas esferas, a do *gasto familiar* e a da *comercialização*, ainda que presentes no mesmo sistema agrícola, podem apresentar certa 'segmentação'. Há uma esfera comercial, onde *'tudo é contabilizado a dinheiro; outra em que 'não se conta', 'onde não entram os preços', onde o cálculo, ou as decisões práticas que ocupavam este lugar é se o produto é 'suficiente' ou 'insuficiente' para o consumo da casa'* (Garcia Jr. 1987:118). Estas duas esferas, apesar de distintas, segmentadas, não são estanques: o princípio da *alternatividade* é retomado da obra de Tepicht (1973) para identificar os produtos agropecuários que podem ser comercializados, retidos tanto para o consumo doméstico como produtivo ou armazenados para comercialização ou utilização posterior.

> *'Maior grau de monetarização da produção agrícola não significa sempre melhores condições de vida da população rural... As práticas de autoconsumo estão associadas à maior participação dos agentes na gestão de suas vidas, cujas alternativas reais são a inanição ou a submissão à condição de assistidos, de dependentes, talvez o elemento mais tradicional da vida política brasileira'* (Garcia Jr. 1994:92).

Pode-se perguntar, como Toninho Bustos, assentado em Promissão: *'qual é a tamanho da área destinada para plantar para a subsistência?'*; e supor, não sem motivo, que '*talvez nunca ninguém fez isso'*. Foi, entretanto, exatamente, este o objetivo de uma detalhada pesquisa realizada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão do governo do Estado de São Paulo para assistência técnica e extensão rural. Os autores propuseram o estabelecimento de

> *'...um módulo de exploração comercial que, somado em termos de área a um módulo de subsistência, comporia uma unidade de produção de dimensões mínimas, necessária à existência e progresso de uma família rural média* [cinco pessoas]*'.*

De acordo com o estudo, o *módulo de subsistência* utilizaria relativamente poucos recursos fundiários, pouco trabalho familiar e ainda assim poderia abastecer integralmente as necessidades de consumo alimentar do grupo doméstico. A produção de alimentos para uma família de cinco pessoas ocuparia uma área de aproximadamente 4,77 hectares com o cultivo (consorciado) de arroz (0,6 ha), feijão (0,29 ha), milho (3,82 ha), mandioca (186 m^2), cana (900 m^2) e café (300 m^2); com a criação de galináceos (35 galinhas e 3 galos), suínos (2 fêmeas), caprinos (6 cabeças) e com a formação de uma horta (10 m^2 por pessoa) e de um pomar (50 pés de banana, 30 m^2 para mamão, 06 pés de citros), complementados por outros gêneros alimentícios. Este módulo de subsistência utilizaria 0,73 mão-de-obra por ano, ou seja, a dedicação do equivalente a um integrante da família durante nove meses do ano, desconsiderando a divisão familiar do trabalho. O auto-abastecimento alimentar seria praticamente completo. Este módulo de subsistência teria um funcionamento paralelo a um módulo comercial, através do qual a família deveria obter uma indispensável renda monetária

(Bialoskorski Neto, Lorena Neto e Pereira 1987). A agricultura familiar é compreendida como espaço de produção agropecuária comercial de forma articulada com a tradicional organização camponesa de reprodução autônoma dos meios de vida[1].

É certo que uma parte da alimentação da população rural, mesmo entre os agricultores camponeses mais tradicionais, passa, necessariamente, pelas relações mercantis: *'tem bastante coisinha, arroz, feijão, fruta, galinha… mas e o resto?'*. A necessidade de geração de renda monetária para a garantia até mesmo da alimentação implica no estabelecimento de formas de integração sócio-econômica sistemática por parte das famílias rurais. Nos assentamentos de reforma agrária, sobretudo nas regiões Nordeste e Centro-Sul, as três formas mais comuns de se obter esta renda monetária são: a comercialização de produtos agropecuários; o assalariamento, temporário ou permanente, de parte ou de toda a família; a previdência social. O arrendamento de parcelas do lote, Como vimos no capítulo anterior, também pode se constituir como uma das formas de obtenção de rendimentos monetários. A proletarização das famílias rurais tem na desestruturação dos cultivos de subsistência um marco decisivo. De acordo com Teresa Sales (1982:129-133), as populações camponesas do agreste nordestino:

> *'...só trabalhavam na condição de assalariados na cana-de-açúcar no verão, quando já tinham realizado o ciclo das lavouras no roçado. E o pouco trabalho restante, bem como o cuidado com o sítio, poderia ficar ao encargo dos outros membros da família... O migrante agrestino de hoje não complementa apenas sua subsistência pelo assalariamento temporário, mas sua subsistência é assegurada em grande parte por este assalariamento. Se é um trabalho temporário, é decorrência do próprio ritmo de atividade e da evolução mais recente da economia canavieira'*.

A proletarização e a produção de alimentos para o consumo do grupo familiar nem sempre contém o mesmo significado, a mesma importância relativa, a mesma finalidade e intensidade. Estima-se que o autoconsumo de alimentos nos assentamentos rurais tenha grande relevância e atualidade em todas as regiões do país. O levantamento de dados realizado pela FAO, já comentado no capítulo anterior, constatava que

> *'...no que diz respeito ao autoconsumo, não se verifica nenhuma variação significativa em termos regionais, o que revela que sua importância mantém-se constante para todos os assentados'* (Guanziroli 1994:28).

Identificou-se uma pequena variação na produção de alimentos para autoconsumo entre os assentados das diferentes regiões do país. O menor percentual ocorria nos projetos de assentamento da região Centro-Oeste, com uma média de 32,2% do total da renda. Na região Sudeste, registrava-se a renda de autoconsumo mais elevada, com 42,5% em média[2].

O cálculo econômico envolvido na produção autônoma de alimentos inclui a quantidade de trabalho que a família precisa efetuar, a área a ser ocupada, os insumos e instrumentos a serem utilizados, o preço destes alimentos no mercado, a quantidade e a qualidade dos alimentos assim obtidos e outros fatores. Há, portanto, uma complexa

formação de custos de produção, de mobilização do trabalho familiar e de uso de recursos naturais que precisa ser considerada na avaliação da renda e da organização sócio-econômica nos assentamentos rurais.

9.2 A importância nutricional da produção para autoconsumo

Existem poucas informações nutricionais sobre a população rural brasileira, sobretudo quando se busca identificar os alimentos consumidos em cada região, as formas de obtenção destes alimentos e sua adequação nutricional. Boa parte das estimativas sobre nutrição/desnutrição baseia-se em informações antropométricas ou são derivadas de cálculos com base na renda familiar; algumas avaliações sobre o autoconsumo de alimentos procuram determinar sua importância econômica no conjunto de atividades realizadas pela família. Tendo isso em vista, foi realizada uma pesquisa interdisciplinar no Assentamento Fazenda Reunidas com o objetivo de avaliar a importância nutricional dos alimentos adquiridos no mercado e daqueles produzidos no próprio lote. Apresentaremos nesta seção seus principais resultados[3].

A alimentação das famílias assentadas era formada por produtos adquiridos no mercado e também por diversos alimentos produzidos no próprio lote, além do intercâmbio não-comercial com outras famílias do assentamento, sobretudo produtos perecíveis com abundância sazonal, como frutas e legumes. Entre os produtos que precisavam ser comprados na cidade estavam: sal, açúcar, temperos, cebola, alho, batata, óleo de soja, macarrão e farinha de trigo. Outros alimentos, como arroz, feijão, leite e ovos, podiam ser comprados no próprio assentamento, quando necessário. Os assentados consumiam mensalmente 41 diferentes produtos alimentares, em média, dos quais 27 eram comprados e 15 produzidos no próprio lote. Algumas famílias chegavam a consumir mensalmente 25 produtos ou mais oriundos do próprio lote, enquanto outras não chegavam produzir dez. A importância nutricional dos alimentos produzidos no próprio lote (ou obtidos a partir de intercâmbios comunitários e familiares não-mercantis) pode ser avaliada a partir dos dados da Tabela 9.1.

Os alimentos produzidos no lote são provenientes da formação de pomar e horta, da obtenção de leite e elaboração de derivados, da criação de bovinos, suínos e galináceos; da coleta de ovos, das atividades de pesca e dos cultivos de arroz, feijão, mandioca, milho e outros produtos. Os dados acima indicam a existência de uma disparidade na importância da produção autônoma de alimentos entre as famílias assentadas. Além disso, é interessante ressaltar que, em média, os assentados que viveram por mais de dez anos nos centros urbanos apresentaram um percentual de autoconsumo superior à média geral do assentamento.

Tabela 9.1 Percentual de nutrientes provenientes de alimentos produzidos no lote, Assentamento Fazenda Reunidas (1997)

n.	calorías	proteínas	cálcio	Fósforo	ferro	vit. A	vit. B1	vit. B2	vit. C
1	49,1	67,7	92,7	75,7	68,7	92,8	74,2	85,9	93,3
2	29,1	50,2	90,0	64,8	22,0	70,8	34,3	77,7	89,1
3	23,2	36,4	72,4	42,9	48,3	74,5	53,7	59,3	86,2
4	59,9	82,5	89,2	84,5	84,2	87,1	82,8	88,9	97,0
5	20,6	35,1	83,2	44,1	37,3	49,1	44,1	73,5	61,2
6	39,7	76,4	91,8	84,8	25,9	99,0	42,7	89,1	83,3
7	6,3	12,2	8,9	11,4	23,2	4,9	11,2	14,2	40,4
8	20,8	34,4	80,3	48,2	30,0	84,8	38,8	73,0	94,6
9	50,8	57,4	65,7	60,3	59,0	41,4	63,9	66,6	72,2
10	43,7	50,8	79,0	61,0	30,5	51,2	48,4	75,2	87,0
11	17,3	40,6	81,5	54,4	14,0	80,0	40,7	74,9	42,2
12	24,0	44,6	70,0	49,1	42,5	59,7	67,3	68,0	90,9
13	10,4	13,1	52,9	23,3	15,6	15,4	19,2	35,5	50,3
14	43,1	73,7	93,0	79,1	66,9	99,4	79,7	85,0	94,0
15	30,8	45,7	71,0	51,3	42,4	54,5	49,3	70,5	93,4
16	29,6	33,9	47,1	37,3	46,4	23,7	50,1	43,7	58,9
17	81,7	75,7	79,0	80,1	78,6	76,7	88,7	82,1	98,4
18	11,6	20,6	30,8	24,0	21,4	76,3	36,3	30,8	94,6
19	57,2	69,9	84,3	76,1	79,4	89,3	82,9	77,5	97,5
20	48,5	67,4	84,8	71,8	69,5	84,6	70,9	80,6	86,7
21	46,4	65,7	74,4	69,3	46,9	88,9	49,7	79,5	96,6
22	33,0	61,0	81,6	65,9	53,6	47,1	64,3	83,7	87,8
23	16,3	32,8	79,3	44,3	16,2	37,8	28,2	64,8	51,7
24	13,7	18,0	61,4	34,1	18,0	26,9	28,5	46,7	71,8
25	38,6	62,3	75,4	62,1	45,4	53,5	62,3	78,7	60,8
26	15,0	26,5	76,8	39,4	17,4	70,6	28,6	57,4	87,2
27	34,4	59,9	65,5	57,0	63,5	52,7	79,6	73,9	84,7
28	14,5	42,2	13,1	31,9	49,1	43,8	41,9	32,0	76,7
29	25,9	58,1	87,5	66,8	58,3	89,4	61,3	86,1	94,8
30	5,7	19,9	8,2	15,9	16,2	37,8	8,7	19,9	37,6
31	16,0	25,2	66,3	36,8	15,5	74,3	26,6	61,8	94,0
32	26,7	58,1	81,2	59,6	39,5	56,2	38,5	77,7	82,4
33	15,2	29,9	76,6	42,7	14,9	73,7	28,4	65,9	88,0
34	18,4	45,9	76,4	51,5	36,6	65,8	38,5	75,2	88,0
35	31,6	37,7	70,7	46,4	48,8	69,8	31,3	64,5	88,8
36	43,3	52,3	85,4	57,8	53,3	84,0	74,4	75,6	96,4
37	65,5	78,1	90,6	81,1	67,1	89,9	68,3	90,2	87,1
38	63,4	68,7	87,8	72,7	64,0	58,5	75,2	81,0	94,7
39	24,3	31,9	78,8	47,4	31,2	72,6	40,7	68,4	94,8
40	14,6	30,0	71,7	40,5	20,7	75,8	29,7	62,2	89,3
41	19,7	34,5	65,4	44,7	30,9	65,0	37,2	60,4	78,2
42	13,3	6,3	6,9	9,3	29,5	5,4	17,7	11,7	44,2
Média	30,8	46,0	69,7	52,4	41,5	63,3	48,5	65,9	80,6

Fonte: Norder 1997.

Tabela 9.2 Percentual de adequação nutricional no Assentamento Fazenda Reunidas (1997)

n.	*calorías*	*proteínas*	*Cálcio*	*fósforo*	*ferro*	*vit. A*	*vit. B1*	*vit. B2*	*vit. C*
1	.	.	.	.	.	.	.		.
2	.	.	.	.	.	.	.		.
3	.	.	41,8	.	.	51,3	.	92,8	.
4	.	.	77,4	.	.	57,1	.		.
5	.	.	.	.	.	88,3	.		.
6	.	.	.	.	74,0	93,6	97,4		98,6
7	.	.	41,3	.	.	71,3	.	72,0	.
8	.	.	98,9	.	.	99,9	.		.
9	.	.	67,6	.	.	76,0	.		.
10	.	.	.	.	.	90,1	.		.
11	.	.	.	.	.	87,7	.		.
12	.	.	74,6	.	.	81,1	.		.
13	.	.	41,9	.	.	60,7	.	79,9	.
14	.	.	.	.	.	.	.		.
15	.	.	87,1	.	.	88,3	.		.
16	.	.	67,3	.	.	.	.		.
17	65,3	92,4	33,4	80,3	76,3	13,2	91,6	51,6	.
18	90,3	.	21,3	.	94,7	58,9	.	54,7	.
19	.	.	40,7	.	.	34,5	.	67,7	.
20	.	.	.	.	.	84,3	.		.
21	76,6	87,0	40,4	.	52,3	15,9	67,2	54,6	98,6
22	.	.	84,6	.	.	.	.		.
23	.	.	.	.	.	.	.		.
24	.	.	48,2	.	.	51,9	.	89,7	.
25	.	.	.	.	.	82,0	.		.
26	.	.	82,0	.	.	53,4	.		.
27	.	.	15,5	.	96,2	18,4	.	63,1	.
28	.	.	57,9	.	.	58,8	.	97,2	.
29	.	.	.	.	.	66,6	.		.
30	.	.	37,7	.	.	33,8	.	71,8	91,4
31	.	.	59,9	.	.	40,8	.		.
32	.	.	92,2	.	.	78,7	.		.
33	.	.	65,8	.	.	63,9	.		.
34	.	.	54,5	.	98,2	41,9	.	88,8	.
35	.	.	55,9	.	.	51,3	.	74,2	.
36	.	.	98,3	.	.	82,3	.		.
37	.	.	.	.	.	61,0	.		.
38	76,7	.	58,2	.	75,5	43,1	96,0	84,6	.
39	95,0	.	55,9	.	92,5	35,2	.	87,5	.
40	.	.	74,4	.	.	36,1	.		.
41	.	.	59,9	.	.	92,7	.		.
42	.	.	.	.	.	.	.		.

Fonte: Norder 1997. Dados analisados com base nas recomendações da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN) para a média da população brasileira. Quando em branco, valores iguais ou superiores a 100%. Nestes casos, o consumo de nutrientes situou-se entre a recomendação média para a população brasileira e a recomendação de consumo para famílias que realizam as mais intensas atividades físicas.

Mas o problema da fome no Brasil, como alertava o geógrafo Josué de Castro nos anos 40, não está na completa ausência de alimentos, mas no que denominou *fomes coletivas parciais*, ou seja, a carência persistente e sistemática de determinados nutrientes para grande parte da população de uma região. Após mais de 50 anos, a *fome coletiva parcial* continuava atual tanto quanto o livro que a apontou como um dos mais significativos tabus no país (Castro 1946). A análise da adequação nutricional entre as 42 famílias entrevistadas no assentamento mostrou que proteínas, calorias, fósforo, ferro, vitamina B1 e C foram consumidos em quantidade bastante satisfatória pela grande maioria das famílias, conforme as recomendações da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN) para a média da população brasileira. Já o consumo de cálcio e vitamina A, e, menos freqüentemente, vitamina B2, revelou-se insuficiente para a maioria das famílias. Os dados sobre a adequação nutricional no Assentamento figuram na Tabela 9.2.

Os questionários n. 3, 7 e 13, por exemplo, evidenciam um consumo de cálcio capaz de suprir a aproximadamente 40% do total recomendado pela SBAN. Há um elevado índice de adequação no consumo de calorias, proteínas, fósforo, ferro e vitaminas entre a vasta maioria das famílias assentadas, o que se deve, principalmente, à produção autônoma de alimentos no lote e às trocas familiares e comunitárias. Os dados da Tabela 9.2 indicam, no entanto, que havia no Assentamento Fazenda Reunidas uma incidência de inadequação nutricional no consumo de cálcio e vitamina A e, em menor proporção, de vitamina B2.

A insuficiência no consumo de vitamina A pode ser atenuada pelo acesso a frutas e legumes em outras estações do ano. Assim, a inadequação no consumo de cálcio afigurava-se como o mais grave problema alimentar no assentamento. Este mesmo padrão de deficiência alimentar mostrou-se semelhante ao constatado em várias áreas urbanas do país, conforme estudo em cinco grandes cidades brasileiras (Campinas, Curitiba, Ouro Preto, Goiânia e Rio de Janeiro):

> *'os valores de consumo de cálcio deixam a maior parte dos homens e mulheres abaixo dos valores recomendados, sendo que a prevalência de indivíduos com consumo abaixo da recomendação variou de 50 a 80%'* (Galeazzi 1997:80).

O insuficiente consumo de cálcio está associado, em termos de saúde pública, a uma elevada incidência de atraso severo no crescimento físico infantil. Este problema é gravíssimo no Brasil e em muitos outros países. Com base em dados do IBGE, Monteiro (1995) elaborou a tabela comparativa abaixo, considerando que índices até 2,3% podem ser atribuídos a fatores naturais/genéticos, e que, acima disso, a possibilidade de desnutrição infantil crônica constitui-se na explicação mais provável:

Uma observação sobre o consumo de cálcio no Assentamento Fazenda Reunidas precisa ser ressaltada. Entre as 42 famílias pesquisadas, a média de produção autônoma para consumo doméstico foi de 69,7% em relação ao total efetivamente consumido. Mas a variação em torno dessa média não é aleatória: há uma associação direta e inequívoca entre o incremento das práticas autônomas de abastecimento alimentar e a adequação nutricional das famílias.

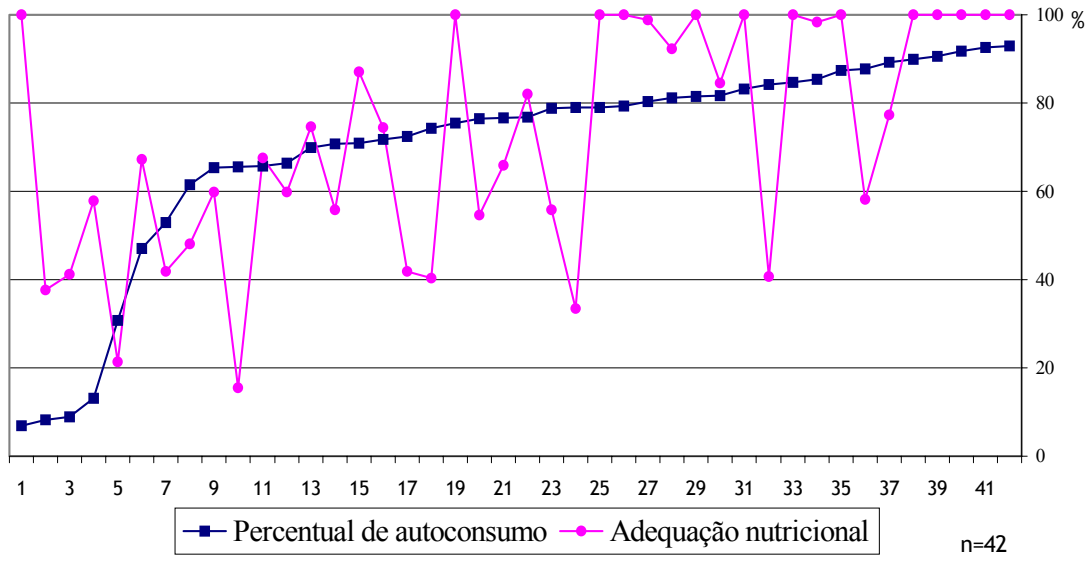
Tabela 9.3 Percentual de crianças com atraso severo de crescimento físico em diferentes Estados brasileiros e em países selecionados (1980-1989)

Estados do Brasil	*%*	*Países*	*%*
Santa Catarina	4,9	Trinidad-Tobago	5,0
São Paulo	5,6		
Mato Grosso do Sul	6,1	Costa Rica	7,8
Rio Grande do Sul	8,2		
Goiás	9,4		
Rio de Janeiro	9,9	Chile	9,6
Minas Gerais	10,6		
Mato Grosso	11,1	Kwait	11,3
Paraná	11,6		
Amazonas	16,7	Costa do Marfim	17,2
Bahia	22,0	Djibuti	22,2
Ceará	27,6	Congo	27,1
Pernambuco	28,6	Zimbábue	29,0
Pará	29,4	Togo	29,6
Alagoas	36,8	Serra Leoa	34,7
Maranhão	37,4	Zâmbia	39,6
		Haiti	40,6

Fonte: Monteiro 1995

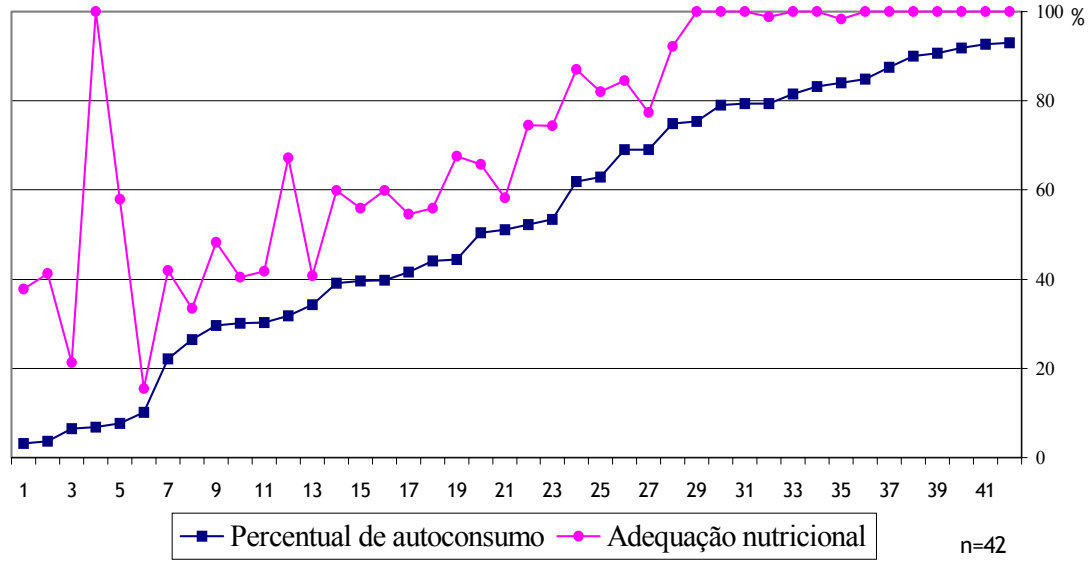
As dez famílias com maior percentual de inadequação nutricional, cuja ingestão ficou entre 15 e 50% do recomendado pela SBAN, apresentaram uma média de autoconsumo de 53,7% do total consumido; contrariamente, as treze famílias cujo consumo de cálcio apresentou plena adequação contavam com o acesso, em média, a praticamente 80% de produção própria. A Gráfico 9.1 permite uma percepção mais clara da correspondência entre adequação nutricional e a produção autônoma de alimentos *frente ao total consumido pelas famílias*.

Gráfico 9.1 Adequação nutricional e percentual de autoconsumo de cálcio em relação ao total consumido - Assentamento Fazenda Reunidas, 1997.



Com um re-ordenamento da seqüência de dados sobre as famílias, ressalta-se adiante, na Gráfico 9.2, a forte correlação entre a adequação nutricional e o percentual de autoconsumo *em relação ao consumo recomendado pela SBAN*. As famílias com os níveis mais adequados de consumo de cálcio eram justamente as que vinham mantendo uma produção para autoconsumo capaz de cobrir pelo menos 80% de suas necessidades alimentares. Inversamente, a inadequação tornava-se bastante freqüente quando a produção autônoma era inferior a 80% do total consumido. Pode-se dizer que a adequação nutricional no consumo de cálcio entre as famílias que não mobilizavam recursos produtivos para a promoção de uma autonomia alimentar (e que, por isso, tornam-se dependentes de um abastecimento comercial) se constitui em uma certa exceção no assentamento. A prática do autoconsumo alimentar está relacionada, portanto, a um aperfeiçoamento na qualidade de vida e na saúde pública – e não com uma suposta 'economia de subsistência'.

Gráfico 9.2 Adequação nutricional e percentual de autoconsumo de cálcio em relação à recomendação da SBAN - Assentamento Fazenda Reunidas, 1997.



Os dados da pesquisa também indicavam que a ampliação no acesso a renda monetária, resultante da soma dos resultados da comercialização da produção agropecuária, da previdência social, do arrendamento de parte do lote e do assalariamento de membros da família, ao contrário de levar a uma redução na produção de alimentos no próprio lote, fez com que o autoconsumo se tornasse ainda mais diversificado e relevante entre o conjunto de alimentos consumidos pela família, o que reforça a importância da inversão de recursos financeiros na produção autônoma de alimentos. Verificou-se assim uma correlação positiva entre a obtenção de renda monetária (agrícola e não-agrícola) e o incremento do autoconsumo alimentar. Os assentados com maior disponibilidade de recursos não dependiam nem do mercado nem da produção própria para garantir sua alimentação; já os agricultores com maior restrição de recursos monetários eram justamente aqueles com menor produção autônoma e com risco alimentar significativamente maior.

As famílias situadas na faixa de menor rendimento monetário vinham comprando em média 21 produtos (com oscilação de dez a trinta), enquanto as famílias com melhor situação financeira (e com maior produção autônoma de alimentos) ocorria a aquisição de cerca de 32 produtos (variando de 21 a 49). Na média geral, cerca de quinze diferentes alimentos eram produzidos mensalmente no interior dos lotes, mas entre as famílias com maior rendimento monetário a média era de 18 produtos, e neste grupo raramente se produzia menos que dez alimentos para consumo doméstico.

Em outros termos, pode-se afirmar que o aumento na disponibilidade de recursos financeiros por parte das famílias assentadas levou a uma ampliação e diversificação do consumo tanto de produtos oriundos da produção própria como dos produtos obtidos no mercado, mas com uma crescente importância relativa, em termos nutricionais, para os alimentos produzidos no próprio lote. O incremento nas formas de intercâmbio mercantil, ao invés de restringir a produção autônoma de alimentos, vem a reforçá-lo ainda mais, uma vez que permite a mobilização dos recursos necessários à sua realização.

Estes dados reafirmam a importância atual e evidenciam o potencial da produção de alimentos para consumo doméstico na construção da segurança alimentar em assentamentos rurais. A produção autônoma de alimentos pode ser indicada como uma importante fonte de recursos: *'pelo menos mandioca tem aqui; mandioca, frango, arroz. Na cidade, é preciso comprar tudo'*. Em um levantamento por amostragem no Assentamento de Promissão, foi observado que 75% dos assentados manifestam a percepção de que houve uma melhora na alimentação em comparação com a situação anterior; apenas uma pequena minoria, menos de 2% do total, afirmava que sua alimentação teria piorado após o assentamento. Em outros cinco assentamentos situados em diferentes regiões do Estado, constatava-se a mesma percepção; nos seis assentamentos, cerca de 72% dos entrevistados acreditavam que a alimentação da família teria melhorado e apenas 2,52% estimavam o contrário. Para um grupo de aproximadamente 25% das famílias, a alimentação teria permanecido em padrões similares aos anteriores (Bergamasco *et al.* 2002).

É certo que, em comparação com áreas urbanas, há nos assentamentos uma grande precariedade na infra-estrutura social, ou seja, o acesso aos serviços de saúde, educação, transporte, comunicações e eletrificação. Por outro lado, além da autonomia na obtenção de pelo menos uma parte da alimentação, há também uma significativa utilização de trabalho familiar e comunitário na construção das condições habitacionais e comunitárias.

9.3 O gasto da casa: cultura e sociabilidade

Os alimentos produzidos para consumo familiar resultam de uma múltipla utilização do solo, dos recursos produtivos e da força de trabalho e têm diversas procedências: a *comida do quintal* (aves, ovos, porcos, banha, frutas, legumes, verduras, mandioca, abóbora, cará, etc.), a *comida do pasto* (carne e leite) e a *comida da lavoura* (arroz, milho, feijão, mandioca), conforme a análise de Brandão (1981). Em geral, os assentados em Promissão quase não compram frutas, devido a manutenção de

pomares, onde encontram-se laranja de vários tipos, banana, limão, goiaba, acerola, manga, mamão, coco, tangerina, etc. Entre os alimentos produzidos no próprio lote, as frutas são as de maior abrangência. São diversas árvores frutíferas em quase todos os lotes. Em geral, foram os próprios assentados que encontraram a muda das plantas e formaram seus pomares. Muitas vezes, no entanto, os pomares são incompletos:

> *'Eu estou produzindo pouco. No futuro eu vou produzir bastante. Tenho goiaba, limão, acerola, maracujá, abacaxi, galinha, ovos, porco, leite, mas quero produzir mais. Um dia eu comecei a me perguntar. Eu vim aqui, eu tanto sonhava em chupar a minha manga, a minha laranja… ô caramba! Eu não tenho nada… Jabuticaba: o tanto que eu queria jabuticaba'.*

Uma das sugestões formuladas pelos próprios assentados é a distribuição organizada de uma 'cesta básica de mudas de frutas'.

> *'Isso nunca teve aqui. Quais são as frutas que produzem bem aqui? Caju, manga, laranja, limão… uma cesta básica, um pé de cada coisa, um pomal, e plantar esse pomal na nossa propriedade'* (Toninho Bustos).

Uma política como esta pode reverter, por exemplo, a inadequação no consumo de micronutrientes como a vitamina A, conforme apresentado acima. Também no *quintal*, uma pequena horta doméstica é muitas vezes adubada somente com esterco bovino, sem adubação química ou venenos. Um pequeno número de hortaliças, como, por exemplo, almeirão, cebola, salsinha, brócolis, vai sendo substituído, ao longo do ano ou conforme a disposição de consumo da família, por outras, como alface, rúcula, beterraba e couve-flor.

Além das frutas e verduras, um incentivo ao consumo de leite e derivados (*comida do pasto*) pode ter grande relevância para reversão de um dos mais sérios problemas alimentares não só nos assentamentos, mas em todo o país: o insuficiente consumo de cálcio. Muitas famílias fazem queijo e requeijão semanalmente e apresentam um elevado consumo de leite e outros derivados. No período da seca, quando a produção diminui, alguns assentados chegam a estabelecer relações informais de troca com parentes e vizinhos que mantêm uma pequena produção não comercializada: *'quem vende não pode ficar doando. É ruim de pegar de quem depende do leite'*. A produção de leite e derivados e a criação de porcos e galinhas, para serem realizadas, precisam estar articuladas com a produção de milho e outros produtos. *'O milho é a riqueza de quem mora no sítio'*, não obstante já ter provocado a ruína de tantas famílias que apostaram nos plantios comerciais em grande escala. A disponibilidade de milho é indispensável para a criação de suínos, bovinos e galináceos. Outras fontes complementares de alimentação animal são também produzidas no lote, como mandioca, frutas e folhagens. As galinhas são criadas soltas ao redor da casa e sua alimentação é em grande parte complementada por capim, sementes e insetos[4].

Boa parte dos assentados não comercializa a produção animal, principalmente de porcos e galinhas, que é concebida e realizada exclusivamente para o consumo familiar. Por outro lado, alguns assentados têm aproveitado as oportunidades comerciais que estes produtos com qualidade específica possuem – e passam a vendê-los em pequenas quantidades de forma regular. Para a criação de porcos e de galinhas,

pode-se, por exemplo, plantar até um hectare de milho, eventualmente com a aplicação de adubos e venenos e com o pagamento pelos serviços de mecanização. É devido a práticas como estas que as famílias com maior renda monetária possuem maior produção autônoma de alimentos. Neste caso, há uma aplicação de recursos financeiros em parte do processo produtivo de milho visando a produção de insumos para a criação animal com finalidade não-comercial.

Pode-se também indicar uma série de produtos elaborados no plano doméstico, como fubá, fermento, pão, farinha de mandioca e derivados de leite: queijo, doces de leite, manteiga, requeijão – produzidos com características específicas para aumentar a qualidade na confecção de pães, bolos e doces. Algumas famílias conservavam frutas (em polpa) e carnes (sobretudo bovina) em congeladores.

A caça de animais silvestres é pouco comum, o que faz com que a *comida da natureza* se concentre na pesca, possível o ano todo, em diversos pequenos rios e riachos que atravessam o assentamento ou em pequenas lagoas e açudes existentes em seu interior, ou ainda no grande represamento da hidrelétrica que banha parte dos lotes. Algumas lagoas são de uso coletivo, outras integram o lote de alguns assentados. *'Sobra um restinho de tarde, pego a varinha, faço a mistura...'*. Em duas ou três horas, em uma atividade de lazer, pode ser obtido um complemento para uma refeição. Algumas famílias contam com um elevado e sistemático consumo de peixe: *'de mistura, é peixe o que a gente mais come'*. A pesca é, todavia, praticada por apenas um pequeno número de famílias e depende da localização do lote. Em uma das agrovilas, isso estimulou um assentado a vender, a alguns vizinhos-assentados, parte dos peixes que vinha conseguindo obter em um pequeno riacho próximo ao seu lote. Ao mesmo tempo, com o produto da pesca, estabelecia relações de troca com base nos princípios de solidariedade e reciprocidade com um vizinho, para quem doou peixes durante um certo período e de quem recebeu, como retribuição, serviços de mecanização para um cultivo comercial de mandioca. Com outro vizinho, trocou peixes por leite na época da seca, quando suas poucas vacas deixaram de garantir o consumo familiar.

A produção de alimentos possui uma relevante dimensão comunitária. Os produtos que não são destinados à comercialização, ou que por algum motivo não chegam a ser comercializados, integram um variado universo de trocas vicinais e familiares. Há casos de cultivos de hortaliças que, não podendo ser comercializados, acabam sendo distribuídos entre diversos vizinhos, amigos e parentes no assentamento. A disponibilidade sazonal de alguns alimentos perecíveis fortalece as relações comunitárias: *'milho verde, quando um tem, todo mundo come'*. Estas relações de troca podem chegar a se tornar regulares e mercantis. Uma família pode comprar leite de um vizinho, ovos de outro e, ao mesmo tempo, vender hortaliças para algumas poucas famílias. Há assentados que possuem apenas dois ou três 'clientes', com os quais estabelecem preços intermediários entre os vigentes no atacado e no varejo. Estas trocas comerciais não deixam de ser estabelecidas com base nos princípios da solidariedade e da reciprocidade comunitária.

Há no assentamento a opção por um determinado modo de vida, no qual se inserem as relações comunitárias e a reafirmação de uma noção de fartura alimentar. A soma de

esforços e a aplicação de recursos são também pautadas por sua eficácia na constituição da sociabilidade: *'o povo leva* [frutas]*, manda para o acampamento, vizinhos, visitas. É um gasto que faço com gosto, pelo jeito de viver. Esse dinheiro não conta'*. A diversificada e farta produção de alimentos é também organizada em função das visitas de amigos e parentes distantes, especialmente os que vivem nos grandes centros urbanos. Para muitos assentados, viver no campo também significa oferecer um certo banquete e lazer para os familiares e amigos que os visitam ocasionalmente, já que os assentados dificilmente dispõem de recursos para viagens e turismo. *'Eu conheço gente aqui que quando os parentes chegam na casa dele, se não tiver um frango caipira para comer, ele acha que ele não é um roceiro'*.

Mas nem sempre este potencial para a produção de alimentos é realizado mesmo minimamente, sobretudo entre aqueles com menor disponibilidade de recursos para a produção agropecuária comercial. *'Nós temos aqui muitos assentados que estão passando necessidade em cima de oito alqueires* [19,36 hectares]*'*. Alguns assentados interrompem a criação de porcos e galinhas por não poderem contar com a produção de milho; e há assentados que compram alguns sacos de milho de outros assentados para manter ao menos uma criação mínima para consumo familiar.

A interpretação delineada aqui é a de que a principal característica da estratégia de produção ampla e variada de alimentos no interior do lote para o consumo doméstico é a sua articulação com a produção agropecuária com finalidade comercial, principalmente com as formas endógenas de produção (analisadas no capítulo 7). Isso contrasta com as análises que apontam para uma segmentação, uma ruptura técnica e social entre estas atividades, como consta, por exemplo, nos textos de Inácio Rangel:

> *'a produção familiar de autoconsumo é, por certo, impraticável sem uma fonte de renda monetária que tome o lugar da pequena agricultura mercantil, deslocada pela grande produção capitalista. Entretanto, essa renda monetária pode ter origem não agrícola, a exemplo do salário auferido pela família, em troca de parte do seu tempo total de trabalho, em atividades não agrícolas ou, a fortiori, em atividades agrícolas temporárias, especialmente nas explorações monoculturais'* (Rangel 1979:184).

É certo que a produção de alimentos para consumo doméstico pode ser realizada sem que haja a organização de uma produção agropecuária comercial. O que precisa ser colocado em questão, no entanto, é o conjunto de implicações desta perspectiva para a formulação de políticas de reocupação social do meio rural. Assim, considerando a possibilidade de segmentação entre cultivos comerciais e cultivos de autoconsumo, foi implementado no Estado do Paraná o programa *Vilas Rurais*, no qual cada família de trabalhador assalariado (em geral os empregados sazonalmente em grandes fazendas) vinha recebendo uma pequena habitação (de 48 m^2) em uma área de meio hectare para que pudesse produzir parte de sua alimentação, ter ocupação no período de entressafra e reduzir os impactos sociais do desemprego sazonal. A renda monetária obtida com o assalariamento seria, portanto, complementada pela produção autônoma de alimentos e por atividades rurais não-agrícolas (Souza 2000). Um dos principais problemas desta iniciativa foi justamente o elevado desemprego e os baixos salários recebidos por estes

trabalhadores. A proposta foi amplamente criticada pelos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais.

A produção de alimentos para consumo familiar permite um uso múltiplo e alternativo da terra, do trabalho, dos equipamentos e dos recursos financeiros. A produção de milho, por exemplo, que requer a aplicação de certo volume de investimentos financeiros, pode viabilizar uma variada criação animal; o preparo do solo dos cultivos permanentes, como o café, permite a consorciação com feijão, abóbora e vários outros produtos alimentares[5]. Da mesma forma, a disponibilidade de irrigação, sobretudo na cafeicultura, que leva a produção de mercadorias com maior qualidade e produtividade, pode também contribuir para uma diversificação da produção de alimentos para consumo familiar; máquinas, ferramentas, instalações e equipamentos podem ser utilizados tanto para uma finalidade quanto para outra.

Produtos como feijão e arroz, fonte de proteínas e calorias em boa parte do país, especialmente na região Centro-Sul, são produzidos para o abastecimento doméstico e, simultaneamente, a comercialização de uma quantidade de duas a quatro vezes superior à que é retida para o consumo familiar e para a reprodução de sementes. Neste caso, a articulação entre produção comercial e produção alimentar para autoconsumo aparece como *produção de excedentes*, cuja finalidade é a redução do custo do abastecimento alimentar. A comercialização de uma parte da produção permite pelo menos o retorno dos recursos financeiros investidos na cultura. Essa ambivalência da produção de alimentos, é analisada pelo agrônomo Cláudio Dadásio da seguinte forma:

> *'Geralmente, uma coisa está ligada na outra. A pessoa que tem uma linha de produção acaba tendo também uma pequena produção de subsistência. Agora, ter só a subsistência e não ter nada* [comercial] *diminui o número. Tem casos de todos os tipos, mas como regra, geralmente, o produtor que conseguiu e consegue ainda sobreviver dentro de uma linha de produção acaba tendo uma pequena subsistência. E eu acho que é importante ter a subsistência'.*

A determinação de concentrar esforços e recursos familiares na realização de um ou mais produtos com finalidade exclusivamente comercial está presente em um pequeno grupo de famílias no assentamento. A maioria, ao contrário, mantém uma valoração positiva acerca da produção autônoma tanto de insumos para a produção comercial como de alimentos para o consumo doméstico. O assunto não deixa de ser amplamente discutido, justamente por tratar-se dos repertórios culturais e sociais que levam à constituição de determinados estilos de produção e reprodução camponesa.

Alguns assentados reafirmam a orientação no sentido de produção unicamente para o mercado. Na Agrovila de Campinas, o assentado José 'Benê' Martins é um dos mais conhecidos divulgadores desta perspectiva. Sua opinião é uma importante referência para muitos assentados, por vários motivos, entre os quais o de ter sido uma das principais lideranças políticas no acampamento e no assentamento e na direção estadual de movimentos sociais e sindicais nos anos 80. Além disso, do ponto de vista produtivo, foi o pioneiro na instalação da produção de hortaliças em estufas no assentamento, processo de produção que se difundiu para várias agrovilas. A ênfase

sobre a importância da avaliação dos custos de produção e sobre a necessidade de uma escolha cuidadosa dos investimentos financeiros a serem realizados no lote é de grande importância cultural no assentamento.

> *'Até que é bonito trabalhar como no tempo dos antigos, dos caboclos, mas ele tem necessidade, ele precisa de dinheiro. Então, ele precisa de pelo menos uma linha de produção para dar sustentação'.*

Em sua concepção, existem duas diretrizes principais na ação econômica dos assentados:

> *'Tem pessoa que tem de tudo, desde pato, galinha, porco, cabrito e planta a agricultura que ele escolhe. Ele leva aquela vidinha tradicional de nem sei quantos anos atrás. E têm outros que tem outra visão. Quem trabalha com a produção para mercado é o pessoal que está tentando acompanhar a evolução. E quem trabalha naquele processo bem antigo, do roceiro camponês, é uma forma mais pacata, mais caboclão, não está muito preocupado com crescimento. É uma forma de vida, opcional dele, a gente não pode criticar. Se ele está se sentindo bem, tudo bem'.*

Segundo ele, a canalização dos poucos recursos disponíveis para atividades de autoconsumo que não geram os rendimentos monetários indispensáveis para a manutenção da família tornaria necessário *'buscar recursos fora'*, e com isso se interrompe toda a organização da produção no lote. A insistência sobre a relevância do cálculo financeiro, da obtenção de renda monetária através da produção agropecuária funciona como um importante vetor cultural na defesa da otimização da produção agropecuária. O desenvolvimento de processos produtivos mais intensivos em absorção de trabalho e geração de renda seria incompatível com a produção de alimentos para consumo familiar:

> *'ao trabalhar com a horticultura, eu jamais vou ter tempo de criar galinha… Mas quem trabalha com café e trabalha com a pinha, por exemplo, tem tempo de sobra para mexer com galinha, porque sobra tempo para ele. Agora, horticultura trabalha todo santo dia. Eu não tenho tempo para isso'.*

Avalia-se ainda que a divisão social do trabalho, a produção em grande escala e a especialização teriam minado as vantagens econômicas da produção camponesa de alimentos.

> *'O custo do porco caipira hoje se torna mais caro do que ele comprar quando ele precisa. Fica mais barato ele ir lá e comprar, porque quem produz, produz em escala, e por mais caro que seja, quando ele vai consumir, só consome aquilo que precisa. Não tem sobra. Compra só o necessário e o resto volta de investimento na propriedade. Eu estou no mercado, vendendo e comprando… Então para mim fica mais barato comprar a carne do porco, comprar o frango, os ovos, do que eu ter que fazer galinheiro, ter comida para a galinha, comida para porco… fica mais caro para eu ter essa fartura do que eu trabalhar com outra linha de produção e comprar o necessário para minha família'.*

Esta concepção tem alguma difusão não apenas entre os assentados da Agrovila de Campinas, que passaram por vários anos nos centros urbanos. No entanto, parte

expressiva dos assentados valoriza positivamente a concepção camponesa de autonomia alimentar. Toninho Bustos, outra liderança política estadual desde antes do acampamento, avalia que antes mesmo da experiência urbana, a mercantilização das relações sociais e a proletarização no processo de trabalho rural vinham promovendo, desde os anos 50, uma separação entre produção comercial e produção autônoma de alimentos. A diversidade nas relações de produção mantém certa conexão com a vigência de determinadas valorações culturais sobre o assunto.

> *'O pessoal trabalhava de assalariado na fazenda. Pegava o salário, ia na venda, fazia a compra e abastecia a quinzena. Ele se criou ali. Depois, foi para a cidade, onde ele recebia um salário e fazia a compra do mês. É uma questão de cultura. Quando voltou para o campo, leva tudo na ponta do lápis. Eu fui criado em outra cultura. Nós produzia a subsistência porque meu pai não tinha dinheiro para comprar no mercado'.*

Esta avaliação leva em conta o processo histórico de dissolução das relações sociais e de subordinação nas antigas fazendas, bem como a destruição simultânea das práticas tradicionais de reprodução social. Estas transformações teriam sido impulsionadas pelo tipo de política governamental de modernização da produção agropecuária.

> *'Os militares aprovaram a mecanização completa. Pagavam pela erradicação do café. Eles pegaram um crédito fácil; aí entrou a soja. Porque a soja? Porque é fácil produzir em escala. O café é difícil. Aí o pessoal ficou desempregado, virou bóia-fria, foram para as periferias, encher as cidades. Quem tinha dinheiro foi para a fronteira agrícola; outros que não tinham dinheiro foram para a Amazônia, para Rondônia'.*

A decomposição das relações sociais nas grandes fazendas após a modernização agrícola provocou uma dissociação entre produção comercial e produção dos meios de reprodução social:

> *'Antes da mecanização, era necessária a mão-de-obra para a lavoura de café e outras culturas, como a produção de leite. Precisavam do operário. O cidadão tocava o café (40% para ele, 60% para o patrão), plantava arroz, criava o porco, tinha uma vaca para beber leite. Ele sobrevivia ali. Não pagava aluguel para morar…'.*

Assim, por um lado, enquanto alguns assentados enfatizam a prioridade da produção comercial, outros buscavam fortalecer e articular a produção agropecuária com a reconstituição de práticas camponesas voltadas para a manutenção do consumo doméstico: *'hoje, tudo o que você produz vende: porco, frango caipira, ovo… Tem para vender? Não tem para vender, nem tem para comer'*. A combinação e interação entre atividades mercantis e não-mercantis apresenta-se de diversas formas. Alguns produtos inicialmente concebidos e destinados para o autoconsumo passam a ser comercializados por algumas famílias que procuram atender a uma demanda do mercado urbano local por produtos com qualidades específicas, como galinhas, ovos e porcos 'caipiras' (orgânicos sem certificação). Bustos identificava ainda uma 'campanha enganosa' contra as tradicionais práticas de subsistência camponesa:

'Quando quiseram desmontar a estrutura de subsistência, diziam que o frango caipira tinha bicho; que o porco caipira tinha peste suína; que ia empraguejar tudo; que a vaca de leite era doente, que não podia beber o leite. Foi uma propaganda enganosa que colocaram para o agricultor a vida inteira. Com essa campanha da produção em escala para comercialização, o produtor desaprendeu a produzir para a subsistência. Todo mundo hoje faz supermercado: compra arroz, compra feijão. Mas é uma política errada. Não é verdade que produzir para comprar você sai ganhando. Você acaba se alimentando mal e gastando muito. Eu acho que isso devia ser uma política de Estado. Porque se o objetivo da reforma agrária é melhorar o nível social da família, então deveria ter como política a subsistência. Não pode fazer um assentamento da reforma agrária só com mercantilismo'.

A organização do *módulo de autoconsumo* pode levar a um amplo e diversificado aproveitamento de recursos naturais, força de trabalho familiar, máquinas, equipamentos, instalações disponíveis e produtos agropecuários em geral. A criação de porcos, por exemplo, permite a utilização de inúmeros produtos orgânicos que muitas vezes deterioram nos lotes sem qualquer aproveitamento.

'O aproveitamento das sobras das mercadorias e do tempo que sobra na propriedade, você produz fruta, produz alimento, produz excedente. Não quer dizer que a pessoa tenha que fazer uma camisa como no tempo do tear a pé, que tem que fazer rede. Não é isso. Muita coisa se produz com o aproveitamento. O café está falhado? Põe um pé de abacaxi ali. Tem um pedaço de terra que você não ocupa? Planta mandioca. O assentado tem que ser educado para produzir para subsistência. Nas sobras, nos cantinhos, e ele não é educado para isso. Ele é educado para produzir mercadoria. Mas para produzir o excedente, fora de seu produto que é a mercadoria, tem que trabalhar todas as horinhas que sobram. A grande questão está aí'.

O fortalecimento da produção agropecuária comercial permite, como opção complementar e articulada, definida culturalmente, a ocupação da terra, dos recursos produtivos e da força de trabalho para uma variada produção de alimentos para consumo familiar. Este é um processo histórico e cultural que de certa forma deixou de ser inserido no conjunto de políticas públicas de desenvolvimento nos assentamentos rurais por ter sido tratado como algo natural e espontâneo entre populações camponesas ou como uma prática a ser superada pelo avanço da modernidade. Nos últimos anos, no Estado de São Paulo, o ITESP passou a incentivar o fortalecimento da produção de alimentos para autoconsumo e promoveu um levantamento de dados em alguns assentamentos, entre os quais o de Promissão. A diversidade entre as famílias do assentamento também se refere à organização da produção de alimentos, havendo muitos casos em que a produção comercial e a produção de autoconsumo se complementam e se reforçam mutuamente.

'Você conheceu os italianos? Eles produzem mercadoria: café e leite. Mas você foi na despensa deles? Você fala: 'eu quero comer romã'. 'Eu tenho'. 'Eu quero comer abacate'. Tem. Tudo, tudo, tudo eles produzem: nas horas vagas... Galinha, porco, tem tudo para comer. Eles têm uma horta… aquilo não é para comer, é para vender!

Um colega me falou: 'eu nunca vi tanta fartura'. E atrapalha de produzir o café e o leite? Atrapalha nada!'.

9.4 Da fazenda ao assentamento

A articulação entre produção agropecuária comercial e produção de alimentos pode ser compreendida a partir de vários aspectos, entre os quais as condições materiais de instalação de cada família no assentamento e o tipo de relações sociais que os trabalhadores rurais estiveram inseridos historicamente, suas tradições e 'raízes rurais': um repertório técnico, social e cultural que cada família recria no assentamento. No entanto, estas tradições foram sendo modificadas e mesmo destruídas ao longo das transformações nas relações de poder e subordinação no interior das grandes fazendas. O *colonato* e a *parceria*, caracterizados por uma autonomia dos trabalhadores na condução do processo produtivo, foram sendo substituídos pela remuneração por tarefas e por uma gradual desconexão entre produção de mercadorias e produção para autoconsumo – um processo acentuado pelas políticas de modernização agrícola. Algumas poucas famílias puderam dar continuidade às relações de parceria na produção de café e mantiveram práticas autônomas de reprodução social - e chegaram ao assentamento com maior disponibilidade de recursos: uma delas é a dos *italianos*, a família Casemiro[6].

'O que nós fizemos em Presidente Alves? Antes do técnico chegar, que nem conhece as pessoas, como é que você vai ganhar a confiança de uma comunidade? Não é com uma reunião ou uma conversa. São várias. O que a gente fez? Antes de começar a 'contar mentira' lá, nós pegamos eles aqui, o sr. Antonio Casemiro, o sr. João Pereira e a Bernardete, cada um na sua vez, e levamos para lá e eles fizeram um bate-papo. Foi a melhor experiência que eu já fiz. Não tem coisa melhor do que trocar uma experiência como essa: pegar quem já está lá na frente e conversar com o outro que está começando. Eu queria que você ouvisse o que os daqui disseram para os de lá' (cf. entrevista com o zootecnista do ITESP/Promissão, José Murilo Rino).

Os avós destes assentados vieram da Itália para o Brasil em 1914, em meio a milhares de outros imigrantes provenientes do Sul da Europa, Japão, países árabes e outras nacionalidades, atraídos pela política estatal de subsídio à imigração, financiada por fazendeiros interessados na produção de café (cf. capítulo 2). Formaram uma pequena comunidade no interior de uma grande fazenda no Estado de São Paulo: *'no começo foi péssimo, péssimo, difícil mesmo. Meu avô sofreu muito, foi terrível. Praticamente foram seduzidos para vim para cá'*. Migrantes de outras partes do país, sobretudo do Nordeste, também se deslocaram para o Estado de São Paulo, e, posteriormente, para o Paraná e outras regiões de fronteira agrícola.

'Sabe o que eles disseram? 'Gente: não esperem nada do governo. Não se iludam de ganhar dinheiro com a terra. Está vendo o técnico aqui? Aproveita bem eles, pergunta, especula, não dá uma de sabichão não. E outra coisa: não façam loteria. Não vai encher o lote de milho ou encher o lote de abóbora ou tomate. Não façam isso. Dividam seus lotes em parcelas e variem, diversifiquem. Bota umas galinhas

caipira, um pomar, uma horta, uma roça, um gado, uma outra coisa. Você tira para comer e se tiver saúde e paz na sua casa'...' .

A decadência da produção cafeeira nas grandes fazendas e sua substituição pela produção de grãos em escala, pela plantação de cana-de-açúcar e pela criação bovina ultra-extensiva transformou completamente a composição demográfica da região e de todo o país. Trata-se, como indicamos, de um dos mais relevantes processos sociais ocorridos no Brasil do século XX. A forma como cada família vivenciou essas transformações é assunto para longos diálogos entre os assentados, não somente pelo exercício da memória, mas também para a compreensão das diferenciadas trajetórias sociais, que repercutem na situação sócio-econômica das famílias no assentamento e nas práticas produtivas e reprodutivas[7]. Nesta seção, será destacada a transformação das práticas alimentares ocorridas ao longo deste processo, a partir das narrativas e interpretações formuladas pelos próprios assentados.

Formadores, parceiros e mensalistas

A produção de café foi realizada nas grandes fazendas do Estado de São Paulo a partir de diferentes relações sociais; criaram-se formas específicas de adaptação da dominação latifundiária às condições históricas do processo de produção do 'ouro verde'. Uma destas relações era estabelecida entre *fazendeiros* e *formadores*, através de contratos para a formação do cafezal que duravam seis ou sete anos. Os *formadores* tinham direito a toda a produção obtida nas duas ou três primeiras colheitas e ao plantio de outros produtos, tanto para comercialização como para o consumo doméstico. Neste sistema, as relações entre fazendeiros e formadores não contavam com intermediação mercantil: *'o fazendeiro não pagava nada: tinha que viver dali'*. A família precisaria dispor de recursos para sobreviver na fazenda até a realização de uma colheita de milho, arroz, feijão ou outro produto, cujo 'excedente' se constituía na principal (senão na única) fonte de renda para manutenção da família até a colheita da futura safra de café.

A produção de alimentos para consumo familiar tornava-se um elemento estratégico para a manutenção deste que se constituía como um dos grupos com as melhores oportunidades de remuneração entre os trabalhadores do sistema cafeeiro. O fazendeiro entregava aos *formadores* uma área de floresta a ser derrubada e, após alguns anos, recebia o cafezal já produzindo; este contava com o acesso à terra na qual plantava para seu próprio consumo e para a comercialização de culturas anuais. Além disso, a comercialização do café a que tinha direito poderia, de acordo com a cotação do produto no mercado internacional e o total produzido, alterar a condição sócio-econômica da família, o que significava, principalmente, a possibilidade de comprar terras. Os resultados destes contratos para as famílias de *formadores* acabavam sendo bastante diversos.

'Meu avô deu sorte. Eles vieram juntos de lá, mas a família do avô dela já não teve a mesma sorte. E era gente que trabalhava igual, mas não deu a mesma sorte. Meu avô conseguiu, teve uma colheita de café boa, acertou os anos [produção e preços]*; ele ainda conseguiu comprar terra… Minha mãe quase não trabalhou, ainda era menina*

> *nova e o pai dela comprou o sítio. Então ela foi criada no que é deles. Até casar. Ela casou e meu pai não tinha terra. A família do meu pai já não deu a mesma sorte: continuou trabalhando de empregado até hoje'.*

Com o cafezal já produzindo, os *formadores* deslocavam-se para novas áreas, e em seu lugar ingressavam outras famílias, com as quais os fazendeiros estabeleciam novas relações sociais, como a parceria: o fazendeiro entregava cerca de dez mil pés de café aos cuidados de uma família camponesa e recebia um percentual da produção, geralmente entre 50 e 60%. Tanto na formação dos cafezais como nos contratos de parceria, o fazendeiro não detinha o controle direto sobre a realização do processo de produção. Ademais, os trabalhadores utilizavam uma área entre três a cinco hectares para produção de alimentos, em parte para comercialização. O consumo de produtos urbanos e industriais era bastante reduzido. No comércio local, os trabalhadores rurais compravam sal, açúcar, soda cáustica (para fazer sabão) e querosene (para iluminação) e outras poucas mercadorias.

Numa época de forte intervenção estatal na comercialização dos produtos de exportação, os trabalhadores rurais, isolados no interior das fazendas, mantinham poucas relações diretas com a esfera pública: *'falar de governo era coisa de outro mundo'*. A partir do final dos anos 50, e sobretudo nos 60, essas relações sociais foram sendo rapidamente transformadas. Os contratos de parceria, que na primeira metade do século XX duravam até trinta, quarenta anos, foram se tornando cada vez mais curtos e chegaram a ser fixados para dois anos, ocasionalmente renovados por mais dois ou três. Além disso, ampliou-se a remuneração por tarefa, implicando em uma dissociação entre o trabalhador e o controle da produção comercial, como conta Bandola, assentado na *Agrovila dos 44* do Assentamento Fazenda Reunidas:

> *'Naquele tempo, era das seis às seis. Era três mil pés de café por enxada: três pessoas, nove mil pés. Aqueles nove mil pés é uma carpa por mês. Isso aí é tanto de mesada. Aquela mesada tinha o pagamento todo mês para o colono fazer compra. Era o ano todo ganhando uma coisa só. Naquele tempo, podia fazer uma roça de um alqueire* [2,42 hectares]*, até onde agüentasse poderia fazer, para plantar arroz, milho para o gasto. No meio do café costumava plantar alguma coisa. Na colheita, o pagamento era por saco'.*

Nesta modalidade de relação de trabalho, mantinha-se a articulação entre produção comercial e produção para autoconsumo, mas a perda da autonomia na realização do processo de produção, com a prescrição hierarquizada das tarefas, limitava o tempo de trabalho e os recursos disponíveis para a produção de alimentos e excedentes comercializáveis. A manutenção do consumo familiar passou a depender mais intensamente da remuneração em dinheiro pelas tarefas realizadas, ainda que conservando uma combinação entre assalariamento e formas autônomas de reprodução camponesa. Os dispositivos na legislação trabalhista, contidos no *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963), aceleraram a proletarização, que ocorreu de forma simultânea a uma crise no preço do café e a uma acentuada redução no montante de população empregada nas fazendas. Iniciava-se o êxodo rural massivo. Benê:

> *'quando chegou aquele movimento de 1960, 61, 62 e até chegar a época do golpe militar, nesse período os fazendeiros queriam que tirasse as famílias do campo. O que se passava era isso: que os fazendeiros não queriam mais ninguém na propriedade'.*

A permanência de famílias cuja força de trabalho se dividia entre atividades comerciais e atividades de autoconsumo resultava em um aumento no número total de famílias em cada fazenda e um aumento nas obrigações trabalhistas definidas pela nova legislação trabalhista. Com isso, a contratação de trabalho passou a ser concentrada ainda mais na produção exclusivamente comercial.

> *'Com a impossibilidade de utilizar na unidade produtiva agrícola a força de trabalho dos membros antes ocupados precipuamente na produção de autoconsumo, o setor agrícola expele por todos os poros essa mão de obra (população) tornada excedente'* (Rangel 1979:180-181).

O *colonato* e a parceria começaram a ser substituídos por relações de trabalho com base na remuneração por tarefas, destinadas, preferencialmente, senão exclusivamente, para a produção de café ou outra mercadoria. Durante este processo, houve maior divisão social do trabalho, padronização e simplificação das tarefas e difusão de formas hierarquizadas de controle da produção, como conta sr. Antonio Casemiro:

> *'A maioria passou a ser mensalista. Como nós, que era arrendatário, foi diminuindo e foi aumentando mais o número de mensalistas. Nessa última fazenda que nós moramos, nós começamos com a parceria, tivemos contrato para quatro anos. Mas só a nossa família, e lá nessa fazenda tinha quarenta e poucas famílias mensalistas; só trabalhavam por mês. Então, chegava de manhã cedo, ia lá na sede, o administrador: 'olha, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo, você vai fazer aquilo'. Eles só sabiam assim. O administrador falava 'hoje você vai capinar aquele café', ele ia lá e capinava. Chegava de tarde, a preocupação dele era ir embora para casa, tomar banho e jantar'.*

Como parte do projeto de modernização social e produtiva previsto no *Estatuto da Terra* (1964), a produção agropecuária deveria ser realizada por 'empresas rurais'. Esta transformação nas bases jurídicas das relações sociais alavancou uma concentração do controle sobre o processo de produção e uma alteração nas formas de exercício de poder e de distribuição do conhecimento. *'Tinha administrador e tinha fiscal. Tinha fazenda que tinha gerente. Fazendeiro era muito rico, muitas vezes o empregado nem conhecia. Colocavam o gerente ou administrador. É a mesma coisa que uma firma'*. Nas grandes fazendas, *fiscais* controlavam a execução das tarefas, supervisionados por um *administrador* ou um *gerente*. A produção de café perdia a flexibilidade dos elementos não-mercantis do colonato e da parceria; e as enormes oscilações nas cotações anuais do produto tornavam o empreendimento financeiramente bastante arriscado. O complexo social da cafeicultura começava a entrar em colapso. Na região em que se insere Promissão, seu lugar foi sendo tomado principalmente pela criação de ultra-extensiva de gado de corte:

> *'o café foi caindo, cada ano caindo mais, e foi melhorando o gado... Tinha que manter as famílias, mesmo que fosse assalariado. Aí começou a aparecer essas leis,*

> *um monte de leis protegendo o assalariado… O gado ia tendo menos despesa e ia melhorando o lucro do fazendeiro. E, como diz o outro, dá bem menos dor de cabeça, porque é mais fácil mexer com mil bois do que com cem pessoas'.*

Além da pecuária de corte, a política governamental de incentivo à erradicação dos cafezais e sua substituição pela produção de grãos, laranja e cana-de-açúcar em grande escala, nos anos 60 e 70, tornou ainda mais inviável a permanência da população rural no interior das grandes fazendas; a parceria na produção de café e outros cultivos foi tornando-se cada vez mais rara: *'hoje esses contratos já quase não existem mais'*. A família Casemiro estava entre um pequeno grupo que continuava trabalhando no sistema de parceria no Estado de São Paulo ainda nos anos 80: *'para a outra parte da família já não tinha: era só para nós'.* A permanência nas fazendas da região já não era mais possível senão para apenas uma pequena quantidade de famílias.

> *'Aí acabou o café. A maioria do pessoal foi embora para a cidade. Da nossa família mesmo, os primos, muita gente, está tudo na cidade. Foi cada vez apertando mais. O último contrato que a gente teve ainda foi parceria e nós saímos da parceria e viemos para cá. Mas foram poucos. O pai dela, os irmãos do pai dela, estes não tiveram mais como, não vieram para cá* [assentamento] *e estão morando na cidade; pegaram uma casinha de cohab, uns estão trabalhando, outros, no caso, o irmão do pai dela, está desempregado já faz muito tempo, não consegue emprego; os filhos e as filhas estão desempregados, passando necessidade. Nós ainda deu sorte'.*

Os contratos de parceria e arrendamento, agora bianuais, tornavam-se cada vez mais restritivos. Com a decadência dos cultivos de café, a migração para os centros urbanos, como aconteceu com todo o restante da família e com milhares de trabalhadores rurais, parecia que se tornava iminente:

> *'poderia conseguir um arrendamento, 30 a 40 alqueires* [70 a 90 hectares]*, a gente até consegue com os fazendeiros, mas aí precisa de dinheiro, e nós não tinha condição; precisava de maquinário mais pesado. Então, nós praticamente estaria na cidade'.*

Pode-se notar como a concentração fundiária leva até os camponeses mais tradicionais à produção mercantilizada em grande escala.

O 'sorteio' dos lotes

Ao longo dos anos 80, a reforma agrária era um dos temas mais controversos na transição política do autoritarismo para consolidação da democracia parlamentar. Muitas famílias de trabalhadores pouco sabiam a respeito da organização dos movimentos sociais e dos acampamentos que pressionavam o Estado pela implementação de assentamentos:

> *'a gente passava por aqui, e via esse pessoal aí, e até perguntava: o que será isso? Está parecendo favela. A gente via isso aí na favela, tinha parente morando na favela em São Paulo, ela tinha visitado. Mas favela aqui? A gente não tinha nem noção'.*

Com a desapropriação e imissão de posse da Fazenda Reunidas em 1987, sindicatos de trabalhadores rurais e prefeituras da região começaram a cadastrar as famílias interessadas no assentamento.

> *'O prefeito de Sabino foi lá em casa, ele era muito amigo da família, estava sempre lá em casa; ele gostava muito do pai, duas ou três vezes por semana ele ia lá em casa. Aí ele falou: 'está acontecendo um cadastramento de pessoal, vocês não quer fazer? Vai sair terra na região, não sei aonde. Quem sabe ganha a terra'.* O meu pai falou: *'imagina, onde é que já se viu um negócio desse? Nunca! Quando nós, desde criança, que era tudo mato, que não tinha o dono, nós não conseguimos, hoje nós vamos conseguir, com esse preço de terra?' Ele achava um absurdo'.*

Para surpresa da família, em pouco tempo receberam um comunicado de que tinham sido 'sorteados' e que receberiam uma área no assentamento. A família começou a chegar no assentamento em maio de 1988. *'Agora nós estamos feitos!'*. Eram dois grupos domésticos: dois casais com filhos entre cinco a dez anos. Inicialmente, improvisaram um pequeno barraco de plástico:

> *'Não tinha nada. Deram a terra e falou: 'você vem e se vira'. Não tinha nada, nada, nada. Não tinha nem uma cesta básica para passar o mês. Tinha que vim, montar o barraco e tentar plantar. 'A terra está aí: se vira'...'.*

No primeiro ano, apenas um membro da família foi para o assentamento. As condições eram bastante precárias e parte das famílias selecionadas acabou desistindo. Os lotes que permaneciam inabitados começaram a ser ocupados pelas 32 famílias provenientes do acampamento do grupo de Campinas que ainda não tinham sido inseridas na listagem oficial de beneficiários do assentamento. *'No nosso grupo de dez, cinco não puderam ficar'*. Muitas famílias não tinham recursos para se instalar, produzir e se manter no assentamento até as primeiras colheitas:

> *'o pai dela não tinha nada, não tinha como vir aqui, até plantar, colher, seria seis, sete meses. O dinheirinho que ele tinha dava para tombar e plantar. São praticamente seis meses para colher'.*

Contando com recursos familiares acumulados ao longo de vários anos de trabalho no sistema de parceria, a instalação dos dois grupos domésticos formados pela família Casemiro *em um lote* do assentamento era distinta daquela predominante entre as demais famílias, formadas por trabalhadores assalariados rurais ou urbanos destituídos de qualquer recurso. Para iniciar a produção no assentamento, venderam quatorze cabeças de vaca e plantaram milho. Um dos pais de família, sr. Antonio, vinha trabalhando como assalariado em uma serraria – e dali passou a enviar recursos para o irmão que conduzia a produção no lote. Atingiram elevada produtividade, cerca de 6,2 toneladas por hectare: *'na época ainda compensava'*, referindo-se à equação entre o custo dos insumos e o preço do produto. Três vacas foram mantidas em uma área de pastagem natural de 2,5 hectares para consumo doméstico. Ao contrário da maioria dos assentados, não dependeram dos precários e contraditórios financiamentos bancários obtidos após os longos enfrentamentos políticos travados na localidade (cf. capítulo 6).

Antes de se dedicar exclusivamente à produção agropecuária no assentamento, realizaram uma colheita de café em um sítio que tinham arrendado. Em outubro de 1989, chegou o restante da família. O segundo grupo doméstico mudou-se para o assentamento em maio de 1990.

'Nós, quando viemos para esse lote, viemos com cara e coragem. Quem vinha visitar nós, ia embora e não dormia pensando em nós que estava aqui. Diziam que a gente não ia conseguir. A gente morou dentro de um barraco de plástico de maio até outubro, daí fez essa tulha de táboa'.

No ano seguinte, fizeram um novo plantio de milho e decidiram plantar cinco mil pés de café, em uma época em que os preços não eram considerados atrativos. Também plantaram arroz e feijão. Os embates políticos nacionais sobre a reforma agrária se traduziam localmente em uma política de assentamento com aspectos repressivos:

> *'O pessoal do DAF queria que plantasse só cultura branca: milho, algodão, coisa assim. Uma das regras do assentamento, eles diziam, era produzir alimentos. 'Gado não. Gado o fazendeiro produzia. Você não: só alimento'. Nos oito alqueires, podia ter no máximo dois alqueires de pasto... Tinha várias famílias aqui que era acostumada a mexer com gado. Trabalhavam de retireiro, assalariado, mas mexia com gado. Aí o pessoal ficou desesperado: 'se vocês deixassem eu plantar capim, ter minha vaquinha, eu ia viver melhor'. E foi uma luta, não podia. O próprio pessoal do DAF foi vendo que não era por aí. Se o governo deu a terra, então acho que o pessoal tinha que ser livre para ele sobreviver da maneira dele'*.

Como eram doze pessoas nos dois grupos domésticos em apenas um lote, os Casemiro receberam uma sugestão de técnicos do governo para se inserir na lista de espera para a obtenção de um segundo lote no assentamento; e no início de 1992 'adquiriram os direitos' sobre a parcela de uma viúva com crianças que pretendia deixar o assentamento: *'ela não tinha condições de viver ali; ia passar fome'*. Após algumas negociações, definiram um valor equivalente a aproximadamente 300 sacas de milho. A transferência do lote somente foi possível porque mais uma vez os familiares de São Paulo ofereceram recursos financeiros. *'Nós tivemos muita ajuda da família, dos meus irmãos, das minhas irmãs lá de São Paulo, meu cunhado'*. Para a construção de duas pequenas casas de madeira nos dois lotes, compraram, com recursos emprestados de familiares, toras de eucalipto, processadas na serraria:

> *'O patrão gostava da gente: 'aproveita ver se você consegue uma madeira, eu te dou a serraria, você vai lá e fica na minha casa; você serra a madeira, eu não quero um centavo'. O cara pediu 100 cruzeiros em quatro toras de eucalipto. E eu não tinha isso. Aí meu cunhado pegou o dinheiro, ele estava aqui, passeando: 'vai lá, compra e faz'. Era uma serra antiga ainda: demorei uma semana para serrar essa madeira'*.

Plantaram milho nos dezenove hectares deste novo lote; os preços declinaram ligeiramente, mas a produtividade foi mantida. Após esta colheita, cinco hectares de milho foram substituídos por pastagens e plantios de café. Ao longo da formação dos lotes, houve uma gradual expansão de cultivos e criações permanentes, com maior volume de investimentos fixos. No primeiro lote, a produção de milho já havia sido integralmente substituída por café, pastagens e frutas (pinha e banana). Alguns

cultivos temporários, como milho, arroz e feijão, ainda que parcialmente comercializados, passaram a ser realizados principalmente para a manutenção do consumo familiar.

As linhas de crédito até então disponíveis para os assentados se limitavam ao custeio (incompleto) de milho e algodão. A família teve acesso a um *crédito de fomento* em 1993, com o qual foi possível adquirir cinco dúzias de madeira e quatro rolos de arame, material suficiente para cercar uma área de pastagem de aproximadamente um hectare ao lado do quintal. Em 1996, houve a liberação do crédito de investimento do Procera, do qual pouco mais da metade foi aplicada na eletrificação (cf. capítulo 6). Para os dois lotes foram destinados R$ 6.060,00, empregados na compra de equipamentos de irrigação para utilização em um terceiro lote que vinha sendo 'adquirido' por mais um grupo doméstico da família. Os equipamentos de irrigação custaram pouco mais do que o valor total do crédito de investimento para dois lotes. Este terceiro grupo doméstico retornava ao campo após ter migrado para São Paulo e trabalhado na construção civil, algo que somente foi possível com a reserva de recursos financeiros, a venda da casa onde viviam e o apoio dos familiares já assentados, que dispunham dos resultados de uma colheita de milho[8]. A família adquiria mais um lote de uma família desistente e passava a produzir hortaliças de forma intensiva. No entanto, duas chuvas de gelo e uma queda nos preços reduziram a rentabilidade da horticultura, que passou a ser realizada em menor escala, juntamente com outras atividades, apenas pelo grupo doméstico do lote onde os equipamentos foram instalados. Neste terceiro lote, além da horticultura, também havia uma diversificada produção de mercadorias e de alimentos para consumo familiar.

9.5 Produção de mercadorias e autonomia alimentar

Esta seção analisa com maior detalhamento a articulação entre o desenvolvimento da produção de mercadorias e uma variada produção de alimentos para consumo familiar, com base na observação da forma de ocupação do solo em um dos lotes ocupados no Assentamento Fazenda Reunidas pela família Casemiro. Como indicado acima, as condições de produção desta família foram favorecidas pelo investimento de recursos provenientes do próprio grupo doméstico e de familiares próximos – situação que contrasta com a da maioria dos assentados. A produção de milho pôde ser realizada com adequação técnica e o plantio de café pôde ser efetuado já no início do assentamento. Houve ainda apoio de familiares para a aquisição do segundo lote, a construção habitacional e eventuais situações emergenciais. A formação produtiva do lote apresentou uma reduzida dependência com relação às precárias políticas governamentais para o assentamento. Além dos recursos materiais, a família trazia um detalhado e experimentado conhecimento produtivo sobre diversos cultivos que conduziam nas fazendas da região, uma vez que puderam estabelecer relações sociais com maior autonomia produtiva mesmo durante o período de intensa proletarização e êxodo rural. A produção agropecuária se expandiu com base na mobilização de diferentes redes sociais informais, comunitárias e familiares. Por outro lado, este universo social e cultural entrava em colisão com as diretrizes governamentais para o assentamento.

> *'Aí nós brigamos: nós vamos plantar café. Não, você não vai plantar café aqui por que essa área tem problema de nematóide; você não vai conseguir tirar café. Tudo bem, Doutor, mas nós vamos tentar: o que a gente pode fazer? Bom, então eu vou pegar vocês, nós vamos para Marília; lá tem a cooperativa que trabalha com mudas enxertadas. É uma alternativa; já que você é teimoso, então eu vou ensinar vocês a plantar café. Tudo bem* [risos]*, então vamos visitar a cooperativa. Chegamos lá, aquelas mudas, coisa linda: olha aqui, Doutor, minha vida é essa! Eu fui nascido dentro do café e vou plantar café. Aí compramos as mudas, plantamos e está até hoje. A nematóide… tudo bem, prejudica, mas não foi tanto. E foi o que segurou aqui, deu para a gente ir sobrevivendo'*.

Após alguns anos, o café havia se transformado na principal mercadoria produzida nos dois primeiros lotes obtidos pela família. Em 2001, eram seis mil pés já produzindo, sendo dois mil enxertados, todos sem irrigação. *'O pessoal do ITESP tem falado isso: que no Brasil, se você conseguir uma média de 60 sacos por mil pés de café, você é campeão de produção. E nós temos conseguido isso. Estamos produzindo dentro da média do país'*. Outros quatro mil pés de café haviam sido plantados e sua primeira colheita era esperada para 2003. Decorridos mais de doze anos no assentamento, a estrutura produtiva dos lotes em posse da família continuava em formação.

No final dos anos 90, o lote abrigava 34 animais (20 vacas, 14 bezerros e novilhas, um cavalo e uma égua) e ocupava uma área (descontínua e parcialmente em rotação com a produção de milho) de treze hectares, com piqueteamento e diferentes tipos de capim, e gerava dois produtos comercializáveis: bezerros e leite. Na estação seca, a alimentação bovina era complementada pela produção de milho, capim napier e cana. Também usavam cana e produziam mandioca em uma área de meio hectare sem qualquer utilização de adubos químicos e venenos, em um processo de produção que demandava pouco trabalho até o momento da colheita. Trituram o tubérculo para complementar a alimentação de porcos, vacas e galinhas. Há, portanto, uma diversificada produção de alimentos voltados para a criação de diferentes animais; um diversificado fluxo interno de insumos.

A pecuária não exige um período longo de trabalho diário, mas uma regularidade na realização de determinadas atividades. O leite é recolhido apenas uma vez ao dia (muitos produtores o fazem duas vezes). A ordenha manual e o trato dos animais consomem pouco trabalho diário. O gado de raça mista, selecionado ao longo dos anos e antes mesmo do assentamento, era rústico e resistente, diminuindo a necessidade de tratos e manejo. Em geral, a pecuária assim conduzida exige a aquisição de poucos insumos externos: vacinas especiais para vacas em lactação e em todo rebanho contra mastite, febre aftosa e outras epidemias. Na parida e no período da seca, a alimentação pode ser eventualmente reforçada com a utilização de concentrados externos a base de soja (para mais detalhes sobre a pecuária bovina no assentamento, ver seção 7.3.1).

O esterco não é retirado do pasto, visando a manutenção da fertilidade do solo; já o do curral é deslocado para várias áreas do lote: café, horta, pinha, banana, cana, pomar, etc. Para a produção de café, aplica-se cerca de um kg de adubo químico e vinte litros de esterco de gado por pé, podendo este último ser substituído por três kg de esterco de

galinha comprado no mercado local. As pastagens são recuperadas gradualmente, aproximadamente dois hectares por ano, prática que não é considerada muito custosa nem trabalhosa, sobretudo porque a família possui um pequeno trator que revolve o solo, nivela, semeia e espalha o calcário. De forma complementar, usam adubo *supersimples*, de menor intensidade e custo. Por se tratar de uma atividade de longo prazo, procura-se evitar a utilização de adubos de ação mais imediata e de maior custo. Com uma pequena adubação anual, as pastagens são conservadas por um período maior, de oito a dez anos sem necessidade de reforma, o que reduz os custos monetários desta produção.

'Se você tem o milho, você tem fartura'

A produção de milho era realizada em uma área de cerca de dez hectares, nos dois primeiros lotes obtidos pela família. Mantendo a produtividade alcançada nos anos anteriores, chegou-se a colher 800 sacos de 60 kg, dos quais 600 eram comercializados e 200 retidos para a alimentação dos animais nos dois lotes. O custo de produção era estimado em aproximadamente R$ 5.000,00 para os dez hectares. A comercialização de 600 sacos permitia o resgate dos valores investidos e a obtenção de uma pequena renda monetária. Mas, além disso, criava-se a disponibilidade de 1,2 toneladas de milho, utilizado como insumo no próprio lote, especialmente para três finalidades:

a) a criação de galinhas *caipiras* no quintal e arredores, mais de 300 em cada lote, gerando abundante quantidade e qualidade de carne e ovos. Em um dos lotes, eram vendidas semanalmente algumas dúzias de ovos e também cerca de 80 galinhas, de janeiro a julho, a um preço de R$ 5,00 cada. Trata-se da comercialização local de uma espécie de produção orgânica sem certificação oficializada, que gerava uma receita de R$ 400,00 a R$ 500,00 por ano - o equivalente ao custo de produção de 60 a 80 sacos de milho (cerca de um terço do total utilizado nos dois lotes, não apenas para a criação de galinhas).

b) a criação de porcos (cerca de 60 cabeças, nos dois lotes), com alimentação baseada não apenas no milho, mas também em outros produtos, como capim, algumas plantas concorrentes retiradas da área de produção de café, restos de comida e alimentos provenientes de várias partes do lote (frutas, verduras, abóbora, mandioca e outros produtos orgânicos). Essa criação consumia apenas alguns poucos antibióticos e antiinflamatórios colocados entre os alimentos para prevenir a incidência de doenças e epidemias. Em dezembro de 2001, justamente na época do ano em que os preços chegam a duplicar, foram vendidas 16 cabeças a aproximadamente R$ 3,20 o kg do porco vivo, cada um pesando de 15 a 20 kg. Ao todo, foram comercializados quase 300 kg de carne suína, gerando uma renda de quase R$ 1.000,00;

c) a complementação da alimentação do gado bovino na estação seca – época em que também são utilizadas a cana e outras fontes de alimentação produzidas no lote. Durante metade do ano, utiliza-se unicamente as áreas de pastagens para quase todo o rebanho.

'*Eu converso muito isso com o Padre Severino. É como ele fala: 'se você tem o milho, você tem fartura. Se você não tiver o milho, você não tem nada'...'*. As famílias em

situação de maior restrição econômica geralmente vendem toda a produção de milho. '*Na época, se vender cem sacos de milho, é mil reais. Até parecia que era dinheiro, mas ele paga uma coisinha aqui, outra coisinha ali, acaba ficando sem nada. E a alimentação dele aqui zerou*'. Em meio a estas considerações, um vizinho, que vinha arrendando quase toda a área do lote, acrescentava:

> *'um dia vai ter que bolar isso daí: plantar meio alqueire só com milho, mas esse meio alqueire não vender, porque senão não tem jeito. Esse meio alqueire tem que ser só para isso'.*

Em relação ao cultivo comercial em escala, a produção de milho consumida no próprio lote apresentava algumas relevantes diferenças técnicas. Algumas etapas do processo produtivo eram substituídas pela tração animal, o que ampliava o uso de força de trabalho familiar, a qualidade da produção e reduzia os gastos com combustíveis e com o desgaste dos equipamentos. A colheita dos 200 sacos (equivalente a cerca de 2,5 hectares) vinha sendo realizada manualmente, e consumia o trabalho de cinco pessoas durante quinze dias. Uma eventual substituição da colheita manual pela mecânica impediria a utilização do sabugo e da palha do milho, importantes volumosos na alimentação bovina. *'Aproveita a palha, o sabugo e tudo, já dá mais volume'.* Após a colheita, a área de plantio de milho era convertida em fonte complementar de alimentação bovina durante alguns meses, o que fazia com que o esterco viesse a ser incorporado diretamente ao solo no qual o milho deveria ser produzido no ano seguinte.

'Não façam loteria'

Ao lado da produção de café, leite e bezerros, a família Casemiro desenvolvia vários outros cultivos cuja produção era em parte comercializada, em parte reconvertida na forma de insumos para a produção animal, como é o caso do milho e da mandioca, e para a manutenção das instalações, com o plantio de eucalípto (em uma área de 0,24 hectare, também utilizada como pastagem). Arroz e feijão eram produzidos para o consumo familiar, mas em uma quantidade que permitia a comercialização de pelo menos o mesmo volume. *'Se a gente conseguir colher a metade para consumir e metade para vender, então cobre o custo'*. Havia ainda a venda de ovos, frangos e porcos, em pequena quantidade, para nichos de mercado local que demandam por produtos naturais, ainda que sem certificação formalizada. São, portanto, até aqui, onze produtos comercializados: café, leite, bezerros, porcos, ovos, galinhas, milho, arroz, eucalíptos, feijão e mandioca.

Algumas frutas eram também cultivadas com finalidade comercial. A produção de pinha tinha uma certa relevância econômica para a família: eram 300 pés nos dois lotes, com utilização de venenos, adubação química e muito esterco bovino, além de uma elevada aplicação de força de trabalho em um período do ano, sobretudo para a poda e polinização; ocupava uma área de meio hectare. Em resumo: pequena área, relativamente poucos insumos externos, muito trabalho sazonal e a geração de uma boa renda monetária, em mais uma cultura permanente, um investimento fixo a compor o patrimônio produtivo no lote. Havia também a comercialização de coco (130

pés), abacate, abacaxi (três mil pés) e banana. O conjunto da produção era escoado através dos diversos comerciantes da região que circulavam pelo assentamento. Ao mesmo tempo, todos estes produtos eram também consumidos diretamente pela família, em proporções bastante variáveis em relação ao total produzido.

No final dos anos 90, doze hectares de milho foram plantados em um dos lotes; mas logo em seguida, apenas seis hectares tiveram esta destinação, passando a área restante a ser ocupada com café e pastagens. Na mesma época, começaram a arrendar uma área de cinco hectares de um vizinho para produção de milho e arroz, com insumos comprados através de crédito oferecido pelas lojas de produtos agropecuários. Em 2002, já não mais precisaram arrendar terras de outros assentados: a irmã de D. Marta, aposentada, após décadas de trabalho nos centros urbanos do Estado de São Paulo, vendeu uma casa e comprou os direitos sobre um lote na agrovila, onde pretendia morar com o marido também já aposentado. A produção neste novo lote começou a ser conduzida pelos jovens da família, que não manifestavam qualquer intenção de deixar o assentamento. O novo lote contava com duas casas bastante simples, um motor de irrigação com capacidade para 2,5 hectares, um plantio de pinha, pastagens e cercas. Com a irrigação, começavam a preparar um plantio de quiabo, ampliando ainda mais a capacidade de absorção de trabalho familiar, sobretudo nos anos com previsão de menor colheita de café. Chegava-se a um total de dezessete produtos comercializados com certa regularidade.

Adubação orgânica

Outros dois produtos eram a semente de *mucuna-anã* e de *crotalária*, leguminosas que têm a particularidade de se constituírem, simultaneamente, como mercadoria e como produção autônoma da fertilidade do solo. A adubação orgânica contribui principalmente para a fixação de nitrogênio e tem sido utilizada por alguns assentados visando uma substituição, ao menos parcial, de adubação química:

> *'além dela segurar a terra para frente, traz muito nitrogênio. Aí não precisa colocar nitrogênio. A crotalária mais ainda, mas já é uma planta alta; então no café não é bom plantar. Vich… mas a mucuna, faz para você ver a diferença'.*

A atividade representava uma ampliação de experiências anteriores realizadas pela família:

> *'a mucuna a gente já tinha plantado lá no outro sítio. Quando o café era pequeno, a gente plantou mucuna. Lá nós não colhemos, nós só fizemos esterco. E a gente viu vantagem nisso daí. E agora a gente plantou aqui também'.*

A partir do final dos anos 90, foram sendo criados novos acordos comerciais entre determinados atores sociais e algumas famílias do assentamento para a produção de mucuna. *'Nós plantamos só um ano, já está fazendo uns dez anos, aí nós paramos, não plantamos mais. Voltamos agora, no ano passado'.* O plantio manual das sementes de mucuna demandava o trabalho de três pessoas durante um dia; para a colheita, o comprador trazia um pequeno implemento mecânico adaptado para esta finalidade – e uma pessoa da família executava as tarefas necessárias durante dois dias.

Como o plantio se realizava na área intercalada do café, há um duplo aproveitamento de algumas atividades: *'a mucuna, a gente planta: a capina a gente tem que fazer a mesma coisa, com ela ou sem ela, tem que capinar; trabalha mais é na colheita dela'*. São mais dois dias de trabalho para cortar, secar e colher. Com a produção de mucuna, há o aproveitamento de parte do processo de trabalho realizado no café, a geração de mais uma fonte de renda monetária, uma redução nos valores gastos com a aquisição de adubos e a ampliação da produção autônoma da fertilidade do solo.

A crotalária também passou a ser difundida no assentamento a partir do final dos anos 90. A comercialização da produção era pré-fixada em um contrato formal entre os assentados e uma empresa.

> *'Esse Renato é representante das Sementes Piraí, que essa firma é de Piracicaba, vai plantar em áreas que ele arrendou, e vai plantar crotalária, tudo para a semente. Tem muita procura na firma dele; vende muito para o Mato Grosso, para Goiás. Está tendo muito plantio, muita procura'*.

Um representante comercial de uma empresa atuando no setor de comercialização de sementes chegou a arrendar 120 hectares para plantio de crotalária no assentamento. Para os assentados, a renda era similar à do arrendamento para o milho, mas este plantio permitia a incorporação de nutrientes no solo.

> *'Eu queria comprar a semente, plantar e incorporar. Aí o Renato falou: 'colhe um pouco de semente porque está difícil, eu pago, a gente faz um contrato, se colher eu pago'*.

No primeiro ano em que conduziram esta produção (2001), os Casemiro venderam 1,8 tonelada de sementes por R$ 900,00; no ano seguinte, o preço passou para R$ 700,00 a tonelada. Cerca de 20 famílias firmaram tais contratos no assentamento. A venda das sementes reduz a incorporação de nitrogênio; todavia, o rendimento monetário viabilizava a compra de adubação química complementar ao nitrogênio já incorporado pela adubação orgânica, ou seja, havia uma combinação entre benefícios de médio prazo na fertilidade do solo e benefícios financeiros no curto prazo.

Um aspecto adicional a ser ressaltado é que a produção da fertilidade do solo com adubação orgânica demanda maior utilização de força de trabalho e melhores instalações produtivas no lote.

> *'Se eu tivesse condições financeiras, eu ia diminuir cada vez mais o químico. Para eu substituir o químico no total, eu vou precisar de mais mão-de-obra. O orgânico dá mais mão-de-obra que o químico. Para o café, eles estavam em três: chegaram de manhã e no mesmo dia terminaram; fizeram toda a cobertura na parte do café; se fosse o orgânico, para espalhar certinho* [o esterco]*, eu vou gastar no mínimo uns três dias de serviço. Aumenta bastante a mão-de-obra. Ou então com condições: ia ter que ter o uso de uma máquina. Aí vem o investimento para facilitar, para diminuir a mão-de-obra: um trator, uma carreta adaptada para jogar o orgânico; usaria menos mão-de-obra manual e ia usar a máquina. No lugar de gastar quatro dias para esparramar o esterco no café, eu ia fazer em um dia com uma máquina*

adequada, um tratorzinho. Não é coisa de outro mundo, mas a gente ainda não tem esse dinheiro'.

A produção da afluência alimentar

A construção da identidade social de muitas famílias rurais passa pela recordação dos tempos de fartura alimentar supostamente vivenciadas no passado, a despeito das relações de subordinação e exploração nas grandes fazendas, como narra o assentado Bandola:

'sempre tinha arroz, milho para o gasto, as vezes engordava porco. Era muita coisa que ajudava. Nós tirava aquela mesada do café, mas muita coisa nós não comprava: arroz, feijão, essas coisas, colhia demais; feijão até perdia naquela época. Nós produzia, heim? Não precisava essa coisa de veneno, nada disso'.

A reconstituição das práticas alimentares no assentamento representa a continuidade de uma determinada forma de organização da produção agropecuária e da reprodução social, mantidas em articulação desde as gerações anteriores. Os Casemiro contam que a família *'colhia o milho, colhia o arroz, o feijão, tinha o porco, neste sistema mesmo. Tinha o porco, tinha a galinha - e a gente vem mantendo até hoje'*. Por outro lado, o acesso à alimentação era instável e inadequado para muitas famílias.

'*– Que nem falam por aí: 'italiano é tudo comedor de polenta'. Muito mentira isso aí* [esposa].

– Ah não é não, heim… [vizinho].

– É que até então… Eu mesmo não fui criado no milho, né, com polenta, mas ela foi [marido].

– Eu fui criada com polenta. Ele, pelo jeito que ele conta, ele nunca passou necessidade de comida, mas eu…

– Não. Eu, graças a Deus, não'.

A construção da autonomia alimentar entre as famílias do assentamento, como mostramos anteriormente, é centrada na produção de milho e em sua interação com uma diversificada criação animal:

'o milho é um ponto chave: se você tiver o milho, você tem o porco, você tem a galinha, você trata a vaca, você tem tudo, faz fubá; tem família que come muito milho ainda hoje'.

Essa produção é complementada por vários plantios, que são parcialmente comercializados; e pela manutenção da horta e do pomar, organizados para uma finalidade exclusivamente não-comercial. Cada grupo doméstico vinha consumindo carne de duas ou três novilhas ou bezerros anualmente, além do consumo de porcos e galinhas; e também de alguns tubérculos: mandioca, batata-doce, cará e outros. O pomar é formado por variados tipos de frutas: goiaba, manga, laranja, abacaxi, acerola, abacate e outras. Com base neste sistema, a família Casemiro não dependia, há vários anos, da compra de arroz, feijão, carnes, frutas, verduras, legumes, leite (120 litros por mês por família), ovos, temperos (salsinha, cebolinha, alho) e outros produtos.

> *'A gente não compra a mistura, que é a carne, porco, frango. Fruta, a gente não compra também. A gente só come fruta da época, não compra no mercado. Verdura também, a gente só come a da época: na época que colhe alface, come alface; depois não tem alface, tem outra coisa: é abóbora, é quiabo. Então a verdura a gente não compra também. Só come o que produz. Arroz a gente não compra, o feijão, café. O óleo não compra, porque a gente tem o porco, só compra óleo mesmo para uma salada'.*

Poucos produtos passíveis de serem obtidos no próprio lote escapam à aplicação sistemática da deliberação de reduzir ao máximo a dependência com relação à compra de alimentos no mercado. Maçã e cebola não vinham sendo produzidas *'por um descuido; às vezes a gente dá uma bobeada'*. Desta forma, há uma significativa redução no dispêndio de recursos monetários com a alimentação da família:

> *'o que a gente compra é açúcar, que é industrializado, sal e produtos de higiene: sabonete, pasta, essas coisas. Alimentação mesmo é bem pouco; a gente não compra quase nada. De vez em quando um macarrão; trigo até tem como fazer, mas aqui não produz. É coisa que não tem como fazer aqui: o açúcar, o vinagre'.*

A interação entre plantios e criações leva a um incremento na renovação autônoma da fertilidade do solo em várias partes do lote e na obtenção de recursos financeiros: *'para manter a família ajuda muito. Isso ajuda muito na produção também, porque a matéria orgânica, você vai aproveitando'*. Com a criação de galinhas, há uma adubação natural do pomar, que acaba se tornando uma espécie de granja a céu aberto. Por esse motivo, a aplicação de venenos torna-se inviável - e alguns frutos que, por algum motivo, não se prestam ao consumo da família, são utilizados na criação de suínos; e uma pequena parte do pomar acaba não produzindo frutos:

> *'o pé de caju não está produzindo porque a gente não passa o veneno. Como chama a doença? Traquinose? Ele dá três, quatro frutos. Tem ano até que dá mais: a praga ataca menos, produz mais'.*

A obtenção de alimentos e a satisfação das necessidades de consumo alimentar realizam-se através de uma divisão familiar do trabalho, do estabelecimento de formas de sociabilidades entre gêneros e gerações. Heredia (1979:77-79) ressalta os limites da 'unidade' entre produção e consumo na agricultura familiar: apesar da participação do trabalho feminino em diversas etapas do *roçado* e das atividades de cultivo e criação *no quintal*, a autora identificou uma certa oposição entre o universo da produção e o do consumo. A *comida da lavoura* e a *comida do quintal*, complementares e necessárias, não são destituídas de simbologias e hierarquias sociais:

> *'...a casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do roçado, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema da autoridade doméstica'.*

Por outro lado, uma ampla e diversificada produção de alimentos e de mercadorias faz com que diversos artigos voltados para a alimentação da família resultem do trabalho

familiar em seu conjunto, não apenas na produção como também no beneficiamento; da mesma forma, o trabalho feminino é também empregado na produção de diversas mercadorias. Uma distinção estanque entre atividades masculinas e femininas tem como pressuposto uma distinção também estanque entre produção para autoconsumo e produção de mercadorias, não obstante a persistência de uma certa segmentação do trabalho familiar. As atividades femininas realizadas no quintal abrangem principalmente a horta, o pomar e a criação de animais, e são realizadas de forma contínua e sistemática.

> *'Eu tenho bastante galinha. O ovo que eu acho no pasto, no eucalipto, eu cato para não estragar, e eu vendo. Teve semana que eu já vendi 29 dúzias de ovos. Toda semana eu vendo; hoje mesmo eu vendi dez dúzias. Se criasse 100%, não cabia mais aqui. Se eu acho, eu cato, eu não deixo chocar'.*

Além disso, há uma variada aplicação de trabalho familiar no processamento de carnes, leite e outros produtos alimentícios:

> *'A gente faz a lingüiça de porco, pura, faz lingüiça de porco com vaca, que é a mista e faz o codeguim. Tem muita gente que faz sarapatel; a gente já faz a lingüiça. Faz o pão, faz a manteiga, faz queijo, requeijão. A manteiga mesmo é muito difícil a gente comprar. A gente faz em casa. O pão tem que comprar o trigo e o fermento. E aqui não tem química nenhuma. Aí, com o ovo, faço bolo, bolacha, essas coisas. Às vezes a gente compra, mas é muito difícil. Então, tem pão, bolo, torta, um monte de coisa. E também com o leite, faz leite condensado, doce de leite. Dá para fazer um porre de especialidades de doces. Coisa enlatada... é difícil a gente comprar essas coisas'.*

O trabalho doméstico tem assim uma grande relevância no aproveitamento de recursos disponíveis no lote e na efetivação da estratégia familiar de produção o mais autônoma possível da reprodução das condições sociais e produtivas. O trabalho feminino tem uma importância central na produção agropecuária comercial, na criação de animais, na manutenção do pomar e da horta e em outras atividades, como a confecção e reparo de parte das roupas utilizadas pela família, além da preparação diária de alimentos e demais serviços no domicílio.

> *'Do porco, a gente faz tudo. A gente faz o sabão, que é o barreado do porco, que a gente não come e faz o sabão. A gente compra a soda cáustica, mas do porco mesmo a gente não perde nada. Se eu fosse comprar eu não conseguia... porque um pedacinho de sabão desse comprado, acho que não dá para lavar roupa um dia. A roupa de roça é terrível para lavar. Esse sabão que a gente faz aqui é uma beleza para limpar a roupa. Limpa melhor que o Comercial'.*

Desenvolvimento endógeno e segurança alimentar

A produção agropecuária pode ser realizada com base em diferentes repertórios culturais e sociais - com base em diferentes *estilos de produção*, como mencionado anteriormente. Um dos *estilos camponeses de produção agropecuária* caracteriza-se por uma forte articulação entre a produção de mercadorias agropecuárias e uma ampla e diversificada produção de alimentos para consumo doméstico. Trata-se de uma estratégia fundada em um uso múltiplo, alternativo e combinado de recursos

produtivos, na qual verifica-se uma complexa articulação entre produção de mercadorias, produção de alimentos para consumo doméstico, produção da fertilidade do solo e das instalações no lote, além da produção autônoma de insumos a serem re-invertidos nos processos produtivos. A variada produção de alimentos para consumo familiar contribui para a ampliação da multiplicidade e alternatividade no uso do solo, bem como da força de trabalho e de máquinas, equipamentos e instalações em geral. Por outro lado, a produção de alimentos demanda o investimento de recursos financeiros e produtivos (*'aqui dentro, se não tiver um tratorzinho para ajudar, complica bastante'*) e uma maior aplicação de trabalho familiar, não apenas diretamente na produção agropecuária, mas também em diversas atividades realizadas sobretudo pelas mulheres no *quintal* e no interior da casa.

Nesta multiplicidade e alternatividade no uso do solo, do trabalho e das instalações produtivas, na qual se insere a produção autônoma de alimentos, verifica-se uma grande absorção de trabalho: *'tem como gastar mais mão-de-obra. Se a gente tivesse mais cinco filhos, teria serviço para eles'*. E como, no caso da família Casemiro, são dois lotes, duas famílias, com diferentes plantios e criações, há uma melhor distribuição no uso da força de trabalho ao longo do ano. Nos períodos de colheita, os membros da família trabalham todos os dias das seis da manhã até o final da tarde. Na entressafra, época principalmente de capina, a jornada é um pouco menor, mas ainda assim bastante longa e intensa. As atividades são realizadas sempre em conjunto pelos membros da família, seja na capina, na colheita ou em qualquer outra fase do processo de produção.

> *'A gente nunca foi da cidade. A gente vem mantendo essa tradição desde criança, que os avós viviam assim, os pais. Tudo bem, a gente tem que ir mudando, acompanhando um pouco a evolução, mas mantendo a nossa tradição'.*

Os assentamentos rurais se constituem como política capaz de levar, simultaneamente, a uma geração de emprego e renda e a um aperfeiçoamento das condições alimentares e habitacionais - em boa medida fora de relações mercantis. As análises apresentadas neste capítulo ilustram as possibilidades de articulação entre os processos de produção de mercadorias em bases endógenas e a produção diversificada de alimentos para consumo familiar. Não se trata, no entanto, de estabelecer uma dicotomia ou um antagonismo entre uma esfera mercantil e outra não-mercantil. Ao contrário, é a partir de uma complexa dinâmica entre atividades mercantis e não-mercantis, tanto na produção comercial como na produção para autoconsumo, que pode ser identificada a construção de uma coerência na prática camponesa de intensificação e múltipla utilização dos recursos produtivos (terra, trabalho, dinheiro, equipamentos, construções, ferramentas, etc). Com isso, há não apenas uma melhoria em termos de segurança alimentar entre a população rural, mas também uma ampliação na capacidade dos assentamentos para absorver força de trabalho, diversificar a oferta de alimentos e as fontes de renda monetária familiar e reduzir a dependência com relação ao Estado e ao mercado no que se refere à reprodução das condições de vida e de trabalho.

Família Casemiro, no preparo artesanal de carne suína. Assentamento Fazenda Reunidas, 2002

Notas

1 Em algumas abordagens, verifica-se uma clara distinção e mesmo uma oposição entre camponeses e agricultores familiares. Abramovay (1993: 27), por exemplo, sugeria uma distinção entre dois tipos de agricultura familiar: *'quais são estes tipos?* Camponeses, *por um lado*, agricultores profissionais, *por outro. Entre eles não existe nenhum* continuum, *mas uma* ruptura *dada fundamentalmente pelos ambientes sociais em que vivem'*. No entanto, entre estas duas situações, a do módulo de subsistência e a da completa especialização comercial, pode-se encontrar inúmeras combinações - e é justamente nesta combinação que pode ser situado o ponto de partida para a formulação de políticas públicas de promoção da segurança alimentar para agricultores familiares e populações de assentamentos rurais no Brasil (Norder 1997).

2 A metodologia utilizada pela FAO foi refutada por Márcio Henrique Castro, então coordenador de pesquisas do BNDES sobre os assentamentos rurais: *'... esta maneira de proceder* [inserir o autoconsumo e o assalariamento nos cálculos da renda nos assentamentos] *leva a uma operação de soma entre coisas conceitualmente distintas, e, até certo ponto, opostas... Foi o desenvolvimento das relações mercantis e da divisão social do trabalho que esteve por trás do progresso econômico do capitalismo nos últimos quatro ou cinco séculos... Bem diferente disso é o autoconsumo que, se bem que possa replicar o milagre da vida em condição de baixos rendimentos, é um fenômeno que indica um processo diametralmente oposto, ou seja, o da não-especialização e inserção no mercado... Achamos que a não observação desta questão trouxe para o trabalho uma certa dose de imprecisão e ingenuidade'* (Castro 1992:72-73).

3 A metodologia da pesquisa, apresentada originalmente como parte de minha dissertação de mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, orientada pela Prof. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, foi delineada com especialistas do Núcleo de

Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA/Unicamp), sob a coordenação da Prof. Dr[a] Maria Antonia Galeazzi, e colaboração dos Engenheiros de Alimentos Rodrigo Pinheiro Toledo Viana e Luís Carlos Fabrini Filho. O levantamento de dados consistiu em uma detalhada anotação dos alimentos consumidos pelas famílias nos 30 dias anteriores à realização das entrevistas. Após processamento de dados pela equipe técnica do NEPA, foi possível avaliar o consumo familiar de macronutrientes (calorias e proteínas), micronutrientes (vitaminas A, B1, B2, e C) e sais minerais (cálcio, ferro e fósforo) em função das recomendações nutricionais da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN). Foram entrevistadas 42 famílias (entre janeiro e fevereiro de 1997), abarcando um total de 227 pessoas de todas as idades. A média de 5,4 pessoas morando e/ou trabalhando em cada lote era superior à do município de Promissão, que em 1991, segundo o IBGE, era de 3,9 pessoas por domicílio. Para maiores detalhes, consultar Norder (1997, capítulo 4). Sobre a metodologia para identificação de risco alimentar, ver Galeazzi (1996).

4 A criação livre de galinhas precisa ser compartilhada, no entanto, com alguns 'sócios': gaviões, gralhas, cachorros selvagens, lagartos e outros animais silvestres que eventualmente atacam plantios e criações, vindos dos mais de cinco mil hectares de reservas florestais espalhados por todo assentamento. Da mesma forma, alguns cultivos de arroz chegam a ser devorados por capivaras; e o rebanho bovino está sob permanente risco de picadas de cobras venenosas.

5 Sobre a lógica camponesa de consorciamento, ver Woortmann e Woortmann 1997.

6 O nome da família foi modificado no Brasil, a partir da designação Bronelli e Ciocca (via paterna) e Mandelli e Biella (via materna).

7 Moraes Silva (2003) analisa os itinerários que resultaram no encontro de três famílias em um assentamento em São Paulo, destacando os processos migratórios, os significados da luta pela terra e as relações de gênero.

8 A reconstituição das relações de parentesco e das práticas de reprodução social em um assentamento no Estado de São Paulo, a partir da trajetória migratória e ocupacional de uma família, é analisada por Antuniassi (2001:222): *'a observação da dinâmica familar que leva em conta os pais já idosos ou a acolhida dos filhos desempregados mostra que a política de assentamento de trabalhadores rurais pode se constituir em uma estratégia de planificação social que multiplica seus efeitos em uma dinâmica muito particular de combate à fome e, portanto, de integração social'*.

10 Estado, Mercado e Organizações Locais

O objetivo deste capítulo é discutir a interação entre agências estatais, movimentos sociais e organizações locais no processo de construção e transformação das relações sociais de produção e comercialização da produção nos assentamentos rurais, levando em consideração a dinâmica entre as especificidades locais e regionais, as políticas governamentais e o processo de mercantilização e externalização da produção agropecuária (conforme exposição nos capítulos 6 e 7). Isso nos remete a uma série de debates sobre a relação entre mercado e política. A noção de organização local refere-se aqui apenas ao *conjunto de organizações formais* criadas pelos assentados com a finalidade de promover alterações na produção e sobretudo nas relações sociais de comercialização de produtos agropecuários.

Diversas perspectivas teóricas têm refutado os preceitos do pensamento econômico neoclássico e liberal acerca do funcionamento dos mercados, notadamente a abstrata concepção de que

> *'o livre jogo de forças econômicas, isento de qualquer interferência, leva à mais eficiente utilização dos fatores de produção para o benefício de toda a comunidade, seja no campo internacional ou no desenvolvimento interno',*

na síntese de Prebisch (1979). Uma redefinição do conceito de mercado, com um foco sobre suas interações históricas com o campo da política, acena para a constituição de um amplo campo de pesquisas: *'o que é o mercado? É um lugar, um processo, um princípio, um poder?'* (Agnew 1986). Dilley (1992:2; 12) acrescenta que *'o funcionamento dos mercados nas sociedades ocidentais é reconhecido hoje como algo pouco estudado'* e ressalta que os debates nos anos 70 em torno das interpretações de Polanyi continham uma distinção entre duas concepções de mercado. Em uma delas, o mercado era identificado como *'locação física de um conjunto de atividades humanas e práticas envolvendo a troca de produtos'*. Esta acepção, presente nas origens históricas do vocábulo, foi progressivamente se convertendo em uma *'abstração teórica sobre um conjunto de atividade e práticas humanas'*, ou seja, uma elaboração metafórica: *'muito já se debateu se uma destas concepções pode ser analisada em termos da outra'*. A retomada desta distinção pode ser particularmente interessante para a análise histórica das experiências locais de desenvolvimento rural.

> *'O modelo da concorrência perfeita também negligencia as considerações sobre o poder, tanto em termos de desigualdade nas relações individuais de troca como em termos de formação de estruturas de mercado a partir das instituições do Estado e da política... O debate sobre o mercado precisa ser politizado em diversos sentidos'* (Dilley 1992:25).

Nos anos 90, em torno da noção de 'boa governança', por exemplo, que refere-se ao*'*

> *'estabelecimento de um relacionamento orgânico entre a economia de mercado, o Estado e a sociedade civil no sentido de gerar um processo de desenvolvimento sustentável e com equidade',*

indicava-se a conexão entre ação do Estado e a formação dos mercados:

> *'na prática, orientação para o mercado, globalização e desregulamentação parcialmente obscurecem a importância das instituições na determinação da direção e da estrutura do desenvolvimento econômico – e particularmente o papel do Estado'* (Berthelot 1997:213-214; 220).

Nesta perspectiva, as políticas governamentais estariam contribuindo para a difusão de 'variedades de capitalismo', constituídas a partir '*dos valores básicos compartilhados pela população de um dado país, bem como das mudanças nas relações de poder entre forças sociais e políticas'*. Entre as formas de ação governamental com impacto na constituição de relações sociais podem ser mencionadas as políticas fiscais, monetárias, sociais, industriais, fundiárias, migratórias, trabalhistas e várias outras, como as políticas de assentamento, além das prioridades na destinação dos recursos públicos para o conjunto da sociedade.

> *'Em qualquer economia moderna e em qualquer país em desenvolvimento, uma significativa parcela de recursos é alocado através do governo, e não dos mecanismos de mercado... Sua característica essencial é que as tomadas de decisões e a alocação de recursos são realizadas em consonância com os processos burocráticos e políticos'* (Nabli 1997:243).

As prioridades de alocação de recursos governamentais e a elaboração de estratégias voltadas para a obtenção de um determinado direcionamento das relações sociais no mercado resultam em inúmeras confrontações e negociações políticas: *'o estabelecimento de novas formas de mercado freqüentemente resultam de conflitos políticos'* (Dilley 1992:25). Por este motivo, a formulação, difusão e efetivação da abstrata noção de mercado carrega um forte componente político e ideológico: *'grupos específicos de interesse, em sociedades ocidentais e não-ocidentais, têm avidamente assimilado a teoria, a retórica e o imaginário do mercado'*; por outro lado, as condenações morais do mercado, recorrentes não apenas no imaginário popular, são mobilizadas instrumentalmente nas disputas sociais e políticas: *'a moralidade é uma arma voltada contra o potencial desequilíbrio nas relações de poder'* (p. 6).

Em algumas interpretações, a política e o mercado são analisados como processos simultâneos e articulados:

> *'a busca pelo poder atravessa o mercado, se realiza no interior do mercado e para além dele, bem como a partir da capacidade de usar outras instituições... O mercado... foi construído através do exercício do poder político e estatal'* (Friedland e Robertson 1990:9).

A relação entre Estado e mercado torna-se ainda mais complexa com a adição de considerações sobre o papel da sociedade civil e das organizações locais. Bagnasco (1988:33) ressalta as características locais e regionais do desenvolvimento econômico

e afirma que 'no novo estado industrial, a mão invisível do mercado deixa espaço para a mão visível da organização'. Emergem então diversificadas formas de organização institucional das atividades econômicas em determinadas bases sociais e territoriais – e com isso constitui-se uma significativa heterogeneidade econômica, social e política.

Elson (1988:9) sugere uma avaliação dos mercados *'como instituição social e material'*, considerando que o processo de distribuição de mercadorias é formado não apenas pela operação de compra e venda, ou seja, por uma relação social, mas também pela realização de atividades de transporte, pré-processamento, armazenamento, etc., que constituem sua dimensão material:

> *'um mercado é um nexo monetário entre compradores e vendedores, mas este nexo não apenas existe: ele precisa ser construído... Construir mercados requer o controle dos meios de comércio, tais como crédito, comunicações, transporte, armazenamento e informação'* (p. 10).

Com relação à produção agropecuária e ao desenvolvimento rural, Long e Ploeg (1994) ressaltam a relevância de se conferir *'especial atenção à teorização sobre mercantilização e incorporação institucional e às inter-relações entre Estado e sociedade civil'*. A interação entre instituições econômicas e políticas no processo de desenvolvimento agrário é também enfatizada por Bates (1989), que mostra o impacto das opções políticas do Estado no fortalecimento de determinadas relações sociais no processo de desenvolvimento rural, notadamente com a priorização da produção em grande escala/agroindustrial.

> *'No Quênia, bem como em outros países em desenvolvimento, políticas públicas e influência política subsidiaram o capital. Em particular, o capital estrangeiro tem sido privilegiado por governos... As instituições têm sido claramente formuladas não apenas para aumentar a produção, mas também para salvaguardar os interesses dos proprietários do capital, das plantas em larga escala e os compradores estrangeiros dos produtos agrícolas locais'* (Bates 1989:78).

Como vimos nos capítulos anteriores, as políticas governamentais de modernização agrícola implementadas no Brasil desde meados do século XX, bem como seu impacto na formação das relações sociais, foram amplamente contestadas nos últimos anos.

Algumas observações gerais podem então ser traçadas no sentido de analisar a interação entre Estado, mercado e produção agropecuária nos assentamentos rurais. Em primeiro lugar, pode ser ressaltado que a dependência dos assentados em relação às atividades realizadas por diferentes atores externos ligados à comercialização e distribuição da produção leva não apenas a uma restrição na rentabilidade e na absorção de trabalho na localidade, mas também a um aumento na instabilidade na comercialização e distribuição da produção. As relações sociais estabelecidas no mercado apresentam fortes elementos de incerteza e imprevisibilidade, o que pode ser observado nas inúmeras narrativas sobre os casos de golpes e estelionatos já ocorridos no assentamento.

Os assentados procuram reduzir esta dependência em relação aos agentes externos através da implementação de diversas estratégias, desde a criação de organizações

locais até a tomada de iniciativas individuais, familiares ou comunitárias. Há com isso uma contínua modificação das relações sociais (com a redefinição de relações entre os atores sociais ao longo do tempo) e materiais (com a modificação da base de recursos materiais disponíveis) que dão forma histórica aos mercados. Os mercados se constituem, nesta perspectiva, como uma construção histórica e social, como um campo de disputas e negociações políticas entre diferenciados agentes locais e extralocais. Destaca-se ainda o papel do Estado no ordenamento e direcionamento das interações entre estes atores sociais. Há um contínuo e complexo processo de interação política entre os diversos agentes sociais e entre estes diversos agentes e o Estado.

As organizações locais podem contribuir para transformar estas relações sociais. A pesquisa de campo mostra, no entanto, que as organizações locais no Assentamento de Promissão não foram criadas de forma espontânea, isolada e autônoma pelos assentados, mas a partir de incentivos e prescrições do Estado e da formulação e implementação de projetos pelo MST, principal mediador político presente no assentamento. Nos primeiros doze anos do assentamento, formaram-se algumas associações de produtores para o uso coletivo de equipamentos mecânicos; uma cooperativa coletivista de produção agropecuária; duas cooperativas estimuladas pelo governo federal através de linhas especiais de crédito; uma cooperativa voltada para a agroindustrialização da produção; e um entreposto comercial.

Veremos que as políticas estatais e as concepções que nortearam a ação dos mediadores no sentido de incentivar o desenvolvimento destas organizações locais parecem ter desconsiderado o significado, a importância e o potencial da heterogeneidade e das práticas endógenas de produção agropecuária, ou seja, houve um claro distanciamento das organizações locais em relação às principais estratégias produtivas elaboradas pelos assentados com o objetivo de aumentar a geração de emprego e renda no interior de seus lotes. A próxima seção procura sumarizar, reforçar e complementar as considerações apresentadas ao longo dos capítulos anteriores sobre a ação do Estado no assentamento; em seguida, serão indicadas as principais relações entre os assentados e os agentes do mercado, sobretudo as interações estabelecidas com arrendatários, lojistas e agentes de comercialização da produção agropecuária. Desta forma, será delineado o contexto de formação e atuação das organizações locais.

10.1 A política do descaso

A implementação de programas de reforma agrária no Brasil está associada historicamente à capacidade de mobilização política dos trabalhadores rurais. Com base em diversas estratégias de enfrentamento e negociações políticas, combinando ações locais e nacionais, os movimentos sociais e sindicais, com apoio de partidos políticos de esquerda e setores da igreja católica, puderam estimular a criação dos assentamentos. Não se trata, portanto, apenas de uma intervenção estatal planejada sobre a estrutura fundiária visando o aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho no campo, mas o resultado de processos históricos de confrontações sociais e políticas. Por outro lado, são inúmeras as interpretações que evidenciam o potencial dos assentamentos rurais para a transformação das relações sociais e políticas, para a

distribuição de renda, geração de empregos, alteração nas relações de poder local, para a efetivação de direitos sociais e para a prática da cidadania. O zootecnista José Murilo Rino, atuando nos assentamentos criados no final dos anos 90 nas imediações de Promissão, narra alguns dos impasses cotidianos para a formação do produtor e do cidadão nos assentamentos:

> *'Eu tive a 'brilhante idéia', em uma reunião, de 'priorizar as coisas'. Quando você chega em um lote, qual é a primeira coisa que você tem que fazer? É você estar documentado. Primeira coisa é conferir os documentos da terra, os documentos pessoais. Porque? Porque com a documentação, você já é um cidadão, pelo menos documental. Aí você vai atrás dos seus direitos. 'Quem está precisando de auxílio doença aqui?' Vich... um monte. 'E auxílio maternidade?' Nossa... mais outro tanto. 'E aposentadoria?' Tinha um monte. Na hora em que eu levantei essa lebre, aí eu parei com tudo, a parte de pecuária, de planejamento, de rebanho: 'pára com tudo e vamos esclarecer toda essa parte de documentação'...'.*

No Assentamento Fazenda Reunidas, verificam-se dificuldades da mesma natureza para a formação do 'cidadão ao menos documental', ainda que a implementação dos assentamentos tenha contribuído para uma ampliação no exercício de direitos civis, políticos e sociais, sobretudo em vista das situações vivenciadas anteriormente. A maioria das famílias no Assentamento Fazenda Reunidas e em outros cinco espalhados pelo Estado de São Paulo avaliava que o assentamento havia levado a um aperfeiçoamento das condições sociais em comparação com os padrões anteriores: quase 80% das famílias entrevistadas consideravam que a forma de habitação no assentamento havia melhorado; cerca de 70% das famílias estimavam uma melhora em sua alimentação, contra apenas 2,5% que afirmavam o contrário; aproximadamente 60% dos entrevistados calculavam que houve um aumento em seu poder de compra (Bergamasco *et al*. 2002).

As políticas de infra-estrutura social para o assentamento de Promissão nas áreas de educação, saúde, comunicações, habitação e eletrificação foram bastante lentas, parciais, descontínuas e incompletas. O acesso a escolas e unidades de atendimento médico-hospitalar vinha ocorrendo mediante um deslocamento até a sede do município. As escolas existentes no assentamento funcionam apenas até 4ª série; a partir de então, os estudantes são deslocados de ônibus para as escolas na área urbana do município[1]; o transporte escolar também implica em uma contínua negociação política entre os assentados e o governo local: são oito ônibus por dia, em dois turnos; em alguns pontos do assentamento, a distância passa de 30 quilômetros. Com relação ao acesso ao sistema público de saúde, técnicos do governo federal passaram, após alguns anos, a atender quinzenalmente aos moradores das agrovilas do assentamento; todavia, como o assentamento não conta com postos de saúde instalados no assentamento, a sede do município torna-se o principal local de atendimento médico-hospitalar. Da mesma forma, o INCRA, o ITESP e outras agências estatais não possuem escritórios ou edificações no assentamento, mas apenas no município.

A construção e a manutenção das estradas constituem-se, em termos jurídicos e administrativos, em obrigações do INCRA até que a escritura da terra venha a ser

registrada como propriedade privada em nome dos assentados, o que não ocorreu nos assentamentos rurais brasileiros. Por isso, governo federal vinha apoiando, parcialmente, a manutenção dos aproximadamente 250 km de estradas não-asfaltadas no assentamento, tarefa que permaneceu, no entanto, em boa medida, sob os encargos do governo municipal. A comunicação telefônica começou a ser instalada somente após dez anos do início do assentamento. Havia poucos telefones públicos e poucas famílias tinham telefones residenciais. Entre as 79 famílias da Agrovila de Campinas, por exemplo, havia apenas três telefones residenciais e um público (em 2002). Além disso, sendo telefonia celular, as tarifas eram bem mais elevadas que a telefonia residencial urbana convencional. Nas demais agrovilas, a situação era praticamente a mesma.

Dentre os componentes da infra-estrutura social, a construção da rede de distribuição de energia elétrica, como já exposto anteriormente, e a limitação das políticas habitacionais provocou os mais graves problemas políticos e institucionais e os mais acentuados impactos sobre as condições sociais e produtivas no assentamento. A primeira linha de crédito para habitação chegou ao assentamento após oito anos do início de sua implementação, época em que o governo federal destinou R$ 2.000,00 a cada família assentada em Promissão, o que permitia não mais que completar ou ampliar (principalmente com mão-de-obra familiar) as construções já realizadas. Por este motivo, muitas famílias investiram, nos anos anteriores, parte dos recursos disponíveis na melhoria das condições habitacionais, certamente em detrimento de investimentos na produção agropecuária. Em várias outras regiões do país, a infra-estrutura social e produtiva mostrava-se ainda mais precária que as predominantes no Estado de São Paulo, o que aumentava os índices de evasão (Bruno e Medeiros 1998). A eletrificação vinha também resultando em confrontos políticos e institucionais não apenas no assentamento de Promissão, mas em vários outros na mesma região, como narra o zootecnista do ITESP a respeito do Assentamento Palmares:

> *'Porque o INCRA faz um assentamento sem as condições mínimas de estrutura? Como é que assenta as famílias sem dar energia? O que adiantou nós termos comprado os trituradores se não tem energia e não dá para preparar uma ração? Na hora em que está tentando a CPFL implantar a energia, o problema é a prefeitura, que está inadimplente. Ah... aí é complicado. A prefeitura está inadimplente, o INCRA que não aprova, não libera, o Banco do Brasil... e vai complicando e vai fechando o clima. O pessoal lá está bravo, bravo, bravo. Vão lá na CPFL brigar. Eu falei: 'vocês estão batendo na porta errada'...'.*

Há, na implementação dos assentamentos, uma precária constituição da infra-estrutura social e uma atuação desarticulada, contraditória e inconsistente de diversas agências estatais. O convênio firmado entre o INCRA e o ITESP em meados dos anos 90 para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos do Estado de São Paulo conduziu a um afastamento do INCRA na administração do assentamento; os assentados reclamam que *'o INCRA não tem escritório por aqui; só em São Paulo – e não funciona; tem que voltar a ter escritório aqui'*. Tendo sido o assentamento de Promissão criado como parte das políticas fundiárias do INCRA, o desmonte de sua agência na localidade levou a uma redução da comunicação com as

demais agências governamentais federais, dificultando o acesso às políticas agrícolas e às políticas sociais, como avalia o agrônomo.

> *'Faz tempo que o governo federal está desvinculado daqui. Esse vínculo realmente não existe. Tem o vínculo fiscalizatório do INCRA. Vêm aqui a cada três meses, fazem uma fiscalização, entregam notificação e fica por isso mesmo. Não tem prosseguimento nem discussão com a comunidade. Então está isolado mesmo. São atuações isoladas e, na maioria das vezes, equivocadas'.*

No entanto, apesar deste distanciamento, o INCRA continuou mantendo alguma de suas atribuições administrativas, parte delas com significativas conseqüências sociais. *'O convênio seria bom se realmente o ITESP tivesse todos os poderes, desde a parte jurídica. O problema é os órgãos quererem fazer'*. Uma destas atribuições refere-se à transferência de lotes, que passaram a ser eventualmente realizadas de modo irregular e informal entre assentados e os novos ocupantes. As famílias que decidem deixar o assentamento, como vimos no capítulo 8, passaram a fazê-lo a título precário, sem respaldo oficial das agências do Estado.

Entre os técnicos do ITESP na região, verifica-se um acúmulo de tarefas, um elevado número de assentados a serem atendidos, a concentração em atividades administrativas e burocráticas, a atuação informalmente seletiva – isso em meio a precárias condições de trabalho, constatada pelos assentados:

> *'nós temos técnicos e agrônomos, e muitas vezes nós telefonamos para eles e eles não podem vir aqui porque nem gasolina no carro tem. Isso é característica de um governo que não quer que a reforma agrária dê certo'* (José Carlos, assentado).

Muitos assentados reconhecem os esforços, a dedicação, o interesse, a capacidade técnica e a militância política de técnicos e agrônomos que chegaram a esboçar uma greve para reivindicar maior disponibilidade de veículos e abastecimento de combustíveis para poder atender aos assentados. *'O ITESP é um zero a esquerda, uma fachada. As pessoas são boas, tentam fazer alguma coisa, mas o Estado não deixa'*. As críticas aos limites da atuação das agências estatais são remetidas à forma de atuação do partido no poder: '*sabe como é o PSDB* [Partido da Social Democracia Brasileira]*: o programa existe, mas não funciona; é muito faxada'*.

O ITESP contava, desde o final dos anos 90, com quatro agrônomos, um veterinário, um zootecnista, cinco técnicos agrícolas, uma secretária e uma assistente social para atender a mais de mil famílias no Assentamento Fazenda Reunidas e em outros assentamentos criados em municípios situados a distâncias que chegam a 100 km de Promissão. Os contratos de trabalho destes profissionais foram sendo constantemente alterados. As políticas governamentais para os assentamentos apresentam também uma precarização na relação de trabalho entre os técnicos e o Estado, o que se converte em um dos elementos para a construção de uma identidade política entre técnicos atuando na localidade e os assentados.

> *'O técnico está igualzinho ao assentado. Ele está preocupado, está reclamando que está com dificuldades, fica sem perspectivas. É um parzinho: o técnico e o assentado. Não tem diferença. Os dois choram, os dois reclamam, os dois não vêem luz no fim*

do túnel. O problema nosso é que nós estamos putos da vida com essa situação: o salário encolhendo, perdendo ticket-alimentação, assistência médica...'.

A precarização das condições de atuação técnica e dos contratos de trabalho estimula a formulação de determinadas perspectivas profissionais e para o futuro da instituição da qual participam:

'A tendência disso aqui é virar uma CATI: o cara vai lá, mas ele tem outro emprego. O serviço dele vira um 'bico'. Ele vem, fica aqui de manhã, a tarde vai fazer outra coisa. Isso só não aconteceu ainda porque não tem mais nada para fazer. Está difícil arrumar um bico também... Não que isso seja correto, eu sempre fui contra, mas acho que chega uma hora que...'.

A relação dos assentados com os técnicos é permeada pela conflituosa relação dos assentados com os governos estadual e federal, o que se traduziu, como vimos, em uma precária e incongruente política de créditos e de infra-estrutura. Pode-se dizer que uma das respostas governamentais à pressão política dos movimentos sociais para o desenvolvimento da produção nos assentamentos veio na forma de uma incompleta política de créditos direcionados para o custeio da produção de grãos em escala.

'Um problema muito sério da inadimplência é que os custeios vinham para uma finalidade sem respeitar o que a pessoa podia realmente utilizar. 'Vai vim para milho. Ou você pega para milho ou não pega nada'. Era só para aquilo. O crédito já vinha definido para ele. Muita gente falava: 'se eu não pegar esse dinheiro eu vou viver do quê aqui?' Pegou o dinheiro e uma parte do dinheiro utilizou para alimentação, com certeza correto porque a barriga fala mais alto que qualquer outra coisa. Nem fiscalização na época tinha. E com parte do dinheiro tentou plantar, até em áreas que não dava nem 50 sacos por alqueire. A pessoa acabou ficando inadimplente' (Zé Carlos).

Uma série de diretrizes para a produção agropecuária no assentamento foi implementada com forte centralização em agências estatais de planejamento – e um planejamento político-orçamentário: a inserção dos assentados na política de crédito de custeio atenuava a força local e nacional das reivindicações dos movimentos populares e sindicais, ao mesmo tempo em que reduzia a necessidade de inversão de recursos governamentais para os assentamentos, já que o crédito de custeio deveria retornar aos cofres do governo após alguns poucos meses, enquanto os créditos de investimento são de montante mais elevado e com uma previsão de retorno apenas no longo prazo. A margem de manobra de técnicos governamentais e assentados tornava-se bastante restrita.

'O problema não era aqui. O problema é nacional... Os técnicos eram obrigados a fazer aqueles projetos para você de acordo com a decisão do projeto lá em cima... Muitas vezes eles se reuniam e falavam para a gente: 'se dependesse de mim, eu não fazia esse projeto, porque em uma área que não vai produzir... não tem condição de plantar. Mas essa é a definição. Você quer fazer? Eu vou assinar o projeto'. Não era definido aqui. Quando chegava aqui os projetos estavam praticamente certos para que finalidade seria' (Zé Carlos).

Por outro lado, a ação dos técnicos no assentamento não se resumiu a uma mera transmissão de determinações das agências governamentais centrais no uso dos poucos recursos disponibilizados. Houve a implementação de certas orientações técnicas e políticas, em parte decorrentes das concepções e projeções sobre produção agropecuária. Alguns técnicos mantiveram uma postura crítica com relação ao projeto central do Estado; outros procuraram executar as prescrições técnicas e políticas traçadas centralmente para os assentamentos, postura enfaticamente criticada pelos assentados.

> *'O ITESP teve muitas falhas no início. Eu tinha alguns questionamentos sobre isso: a forma como impunham para a gente o que a gente tinha que fazer. Por exemplo, quando o pessoal, mesmo sem conhecimento, queria trabalhar com pecuária leiteira, vinha sempre a discussão que o pessoal do assentamento não era para trabalhar com pecuária leiteira. O pessoal queria trabalhar com café, diziam que o café não era para o pessoal do assentamento. O pessoal teria que trabalhar mais com feijão, arroz, milho, algodão. Mas não explicavam para a gente porque não podia. A gente começou a perceber que isso não sustentava ninguém na terra. E aos poucos o pessoal foi rompendo com esse tipo de ideologia. Isso atrasou muito o desenvolvimento nosso'* (Benê).

De qualquer forma, o direcionamento para certos produtos (notadamente milho e algodão) era acompanhado por uma desconexão em relação ao financiamento de longo prazo para os processos produtivos que apresentavam maior absorção de trabalho e geração de renda. Além disso, as linhas de créditos para investimento em recursos permanentes na produção agropecuária foram não apenas bastante restritas e imprevisíveis, mas também aplicadas de forma irregular, com diversos 'desvios de finalidade', notadamente aqueles destinados ao pagamento de dívidas oriundas das operações de custeio da produção em escala e para a eletrificação do assentamento.

> *'Os investimentos aqui foram poucos em termos de crédito de investimento. Uma parte foi para a energia e a outra parte alguns usaram na produção; outros utilizaram para pagar dívidas de custeio e até de outros investimentos pequenos que tinham sido feitos. E não existe um crédito disponível'*, conforme a avaliação do agrônomo.

10.2 Os agentes do mercado

Ao longo da formação produtiva do Assentamento Fazenda Reunidas, os assentados foram estabelecendo diversas relações sociais com fornecedores de produtos agropecuários, com produtores rurais que buscavam arrendar terras no assentamento, com intermediários na comercialização e distribuição de produtos alimentícios, com atacadistas de grãos e fibras, com laticínios e, em poucos casos, com empresas agroindustriais, dando ensejo a inúmeros episódios de negociações, acordos e conflitos. O objetivo desta seção é oferecer uma caracterização das condições sociais e materiais em que se realiza a comercialização da produção agropecuária no assentamento, o que contextualiza a análise posterior sobre a formação das organizações locais.

Como vimos no capítulo 8, parte das famílias assentadas, diante das condições institucionais vigentes, não chegaram a constituir processos produtivos capazes de promover a absorção de trabalho e a geração de renda, o que fortaleceu a ação de produtores-arrendatários de fora do assentamento, ou seja, a criação de uma espécie de mercado informal de locação de terras. Na agrovila de Campinas, um assentado (de uma agrovila vizinha) arrendava cerca de 140 hectares para produção de milho, da mesma forma que um pequeno proprietário da região, que plantava em outros 100 hectares. Isso demandava a mobilização de uma elevada soma de recursos financeiros[2]. Nas demais agrovilas, atuavam vários outros arrendatários, sobretudo de fora do assentamento, uma vez que os assentados dificilmente podiam mobilizar o volume de recursos financeiros necessários ao cultivo de milho em grande escala. Em geral, os arrendatários possuem maquinários e equipamentos próprios – e chegavam a acessar financiamentos governamentais liberados pelas agências bancárias estatais, em transações concretizadas mediante a indicação de propriedades rurais e equipamentos mecânicos como garantia.

Um dos agentes atuando no assentamento era proprietário de uma das lojas de produtos agropecuários em Promissão, que arrendou, na safra 2000/2001, pouco mais que 300 hectares no assentamento (alguns assentados estimam que ele tenha arrendado, em 2001, pouco mais de 120 hectares no assentamento; para a safra seguinte, reduziu a procura por áreas do assentamento após ter arrendado quase 500 hectares em uma das fazendas da família Ribas[3]). Para os assentados, as dificuldades na obtenção de financiamentos para uma cultura que exigia a disponibilidade de uma elevada quantia em dinheiro os empurrava para os acordos informais de arrendamento de suas terras: *'se for para pagar pelo serviço de mecanização e comprar adubo e semente fiado, é melhor arrendar'*.

As restrições e prescrições do sistema oficial de financiamentos agrícolas favoreceram o estabelecimento de determinadas relações privadas de crédito com atores locais. O fornecimento de insumos e produtos agropecuários vinha sendo realizado em Promissão por três lojas de produtos agropecuários e dois estabelecimentos especializados em produtos e serviços veterinários. Os assentados representavam um dos mais importantes grupos na manutenção desta atividade econômica no município; alguns chegaram a recorrer aos créditos oferecidos pelos lojistas, geralmente mediante a cobrança de uma taxa de juros de 5% ao mês – ou outros acordos. Tais empréstimos não se destinavam unicamente à compra de insumos de curto ciclo para pagamento na colheita, mas também, com menor freqüência, para investimentos produtivos de médio e longo prazos.

A produção conduzida diretamente pelos assentados era comercializada com dois tipos de comerciantes: um deles vinculado ao segmento de grãos e fibras, ou seja, à distribuição da produção em grande escala para o setor agroindustrial; o segundo era formado pelos que atuavam na distribuição da diversificada produção destinada ao abastecimento alimentar da população urbana, sobretudo de produtos da horticultura. Os assentados estabelecem distintas relações sociais e materiais com cada um destes tipos de comerciantes. A heterogeneidade no processo de produção leva a uma heterogeneidade no processo de comercialização e no estabelecimento de relações

sociais. Essa consideração tem especial relevância para a análise da relação entre o desenvolvimento dos assentamentos e a dinâmica econômica local.

A comercialização da produção voltada para o consumo de alimentos entre a população urbana, sobretudo hortaliças, frutas e legumes, realiza-se continuamente, com temporalidade regular, e de forma bastante pulverizada e heterogênea. O mercado local de hortaliças, que abrange o município de Promissão e outros nos arredores, permite a absorção de uma parcela da produção do assentamento. A produção de tomates estava entre aquelas passíveis de serem escoadas no comércio local e microrregional. O pepino, por exemplo, era distribuído para outras regiões (como São José do Rio Preto, Marília, Londrina, Campinas e São Paulo), integrando um universo mercantil macrorregional.

O transporte destes produtos é realizado, quase sem exceções, pelos próprios comerciantes, que fazem a conexão entre assentados e a venda no varejo: supermercados, feiras, quitandas, restaurantes, etc. Outra parte da produção é distribuída no atacado, sobretudo nos entrepostos regionais dos Ceasa's (Centrais de Abastecimento S.A.). Dezenas de 'atravessadores' atuavam no assentamento. A *internalização* destas atividades comerciais pelos assentados deparava-se com dificuldades de várias ordens: a quantidade a ser comercializada, pouco viável se realizada individualmente; a disponibilidade de meios de transporte; a organização dos contratos e acordos informais de comercialização: *'precisa ter carga: os atravessadores fazem a coleta e juntam a carga'*. A comercialização é, simultaneamente, uma operação de compra e venda e de transporte. Alguns assentados começaram a atuar no transporte de mercadorias, havendo casos em que a atividade de transporte se agrega à comercialização da produção e ao abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos.

As relações entre os assentados e os agentes de distribuição dos produtos são pautadas pelo temor com relação aos golpes e estelionatos de vários tipos já ocorridos no assentamento. Há inúmeras experiências que reafirmam entre os assentados a convicção de que alguns comerciantes são bons pagadores durante as primeiras transações comerciais, mas que, em muitos casos, após algumas operações de compra e venda, começam a corroer os preços e as condições de pagamento. Para evitar problemas como estes, os assentados procuram manter intercâmbio com os comerciantes que representam maior grau de confiança: *'não adianta ficar mudando; se paga direitinho...'*. Alguns assentados preferem vender a mesma produção, sobretudo de hortaliças, para dois ou três comerciantes, que oferecem preços e prazos com ligeiras variações. Com isso, procuravam estabelecer relações sociais com maior segurança e regularidade – e pulverizavam ainda mais a distribuição da produção.

Os intermediários deste comércio de alimentos nem sempre são identificados como comerciantes ricos e exploradores: *'é gente pobre, trabalhadora, que está lutando para viver'*. De uma forma geral, há uma certa resignação no estabelecimento de uma relação social considerada um mal necessário: *'ruim com ele, pior sem ele'*. A disponibilidade de informações é apresentada como uma das formas de se melhorar a margem de negociação: *'tanto na venda para atravessadores como em outros*

mercados, tem que estar informado'. Isso é indicado como um ponto de partida para que o agricultor-assentado possa ter uma atuação ativa na definição do valor dos produtos: *'o agricultor deve colocar o preço; o lucro dele* [do atravessador] *é problema dele'*.

Alguns assentados conseguiram internalizar a comercialização e distribuição da produção. Os dois assentados da Agrovila de Campinas que montaram as primeiras estufas, por exemplo, procuraram comercializar a produção em Promissão e outras cidades vizinhas – e chegaram a abastecer até 28 clientes, entre supermercados, mercearias, feirantes, quitandeiros e outros comerciantes varejistas. *'Nosso ganho maior é na entrega direta'*. Posteriormente, passaram a vender toda a produção para apenas um supermercado no município de Lins, sede microrregional na qual se insere Promissão – e, com isso, estimavam uma redução no custo das transações e de transporte. Para desenvolver tal atividade, no entanto, foi necessária a aquisição de um veículo para o transporte das mercadorias, o que somente foi possível após a obtenção de recursos financeiros emprestados de familiares: *'rompemos com o intermediário'*. Em certas ocasiões, observaram que enquanto os atravessadores pagavam aos demais assentados R$ 9,00 pela caixa de tomates, com a venda direta chegavam a obter R$ 14,00. *'Aí que está o negócio: não tem organização, tem que passar para o atravessador'*.

A comercialização da produção de milho apresenta características que contrastam com aquelas da comercialização da diversificada produção de alimentos: um pequeno grupo de atacadistas realizava a conexão entre a produção obtida pelos assentados e a agroindústria, as granjas ou os canais de exportação, passando eventualmente pela utilização das instalações de uma empresa estatal de armazenamento, a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). A distribuição da produção é conduzida em meio a uma estrutura comercial centralizada e de grande porte e, geralmente, os assentados vendem toda a produção em uma única ocasião; as operações de colheita e transporte são realizadas de forma especializada, fora da esfera de comercialização da produção, mediante contratação de serviços.

Em 2001, um dos maiores comerciantes atacadistas da produção de milho em Promissão, após vários anos de atuação no município, construiu instalações para secagem e armazenamento. Dois anos depois, nos primeiros meses de 2003, esta estrutura de pré-processamento, armazenamento e distribuição da produção foi vendida para uma empresa maior, sob o controle de dois comerciantes. Grande parte dos assentados vendeu a produção de milho para esta nova empresa, juntamente com outros produtores e arrendatários do município e da região. Surgem então os rumores de um conflito entre os dois responsáveis pelas operações comerciais da empresa – e um deles abandonou a região após ter escoado praticamente toda a produção recebida, deixando para trás um variado grupo de credores: um lojista, que recebera dezenas de cheques repassados por assentados e outros produtores; uma granja, que pagou e não recebeu um carregamento de milho; centenas de assentados, produtores locais e arrendatários, que ficaram sem receber pela produção[4]. O caso começava a ser indicado como um dos maiores golpes comerciais da história de Promissão – uma espécie de crime contra a ordem econômica local. Para os assentados, afigurava-se um

prejuízo de mais de quarenta mil sacas de milho. Tiveram sorte os que venderam a produção para pagamento anterior ao dia 02 de junho de 2003 – e escaparam ao que se assemelhava a um golpe em grande escala[5].

Para finalizar esta exposição sobre os atores sociais relacionados à comercialização da produção no assentamento, segue uma exposição sobre a Cooperativa de Laticínios de Promissão (Coopro), que se constituiu no mais importante canal de processamento e distribuição da produção leiteira do assentamento. Fundada em 1969 por um grupo de grandes produtores do município, a cooperativa foi agregando, ao longo dos anos, pequenos produtores da região, tornando-se uma 'cooperativa mista' (por reunir grandes e pequenos produtores)[6]; a partir dos anos 90, um grande número de assentados ingressou na cooperativa.

No período em que era mantida sob controle de grandes produtores locais, a cooperativa chegou a contrair empréstimos bancários de grandes somas e deixou de pagar vários tributos, incluindo aqueles referentes aos direitos trabalhistas de mais de 70 funcionários; com isso, teve sua falência decretada no início dos anos 90 e suas edificações e maquinários foram penhorados pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Diante deste quadro, os diretores assinaram um contrato de venda da cooperativa para uma das maiores empresas multinacionais do setor no Brasil; uma assembléia nomeou um presidente-liquidante para um período de dois anos, com o objetivo de fazer um balanço financeiro e conduzir a transferência da cooperativa para a empresa compradora. Em um ano, foram estabelecidos diversos acordos para o pagamento das dívidas trabalhistas; e em uma nova assembléia, os cooperados decidiram que a venda para a multinacional deveria ser ao menos temporariamente cancelada.

As negociações com o Estado para o pagamento dos débitos fiscais foram ampliadas – e chegou a ser definido um prazo de 90 meses para o pagamento; após uma série de negociações, as dívidas com setor bancário começaram a ser pagas parceladamente. Já as dívidas com o INSS não puderam ser negociadas. O patrimônio da cooperativa (máquinas, equipamentos, imóveis, automóveis) foi para leilão público, e um irmão do presidente da cooperativa o arrematou por R$ 760.000,00, ficando estabelecido que a maior parte deste valor poderia ser quitada em 48 parcelas mensais. As garantias foram dadas pelo presidente da cooperativa, que afiançou o parcelamento dos débitos com suas propriedades rurais. O patrimônio, formalmente em posse do novo proprietário, passou a ser alugado à cooperativa, que continuou funcionando sem patrimônio registrado em seu nome.

Ao longo deste conturbado processo, chegou a ser anunciado que a dívida da cooperativa deveria ser paga por todos os cooperados, independentemente do volume de produção de cada um, incluindo os assentados-cooperados – e muitos foram se desligando rapidamente da cooperativa. A cooperativa foi reduzindo o número de cooperados e, no final dos anos 90, restava pouco mais que 30 cooperados, sendo a metade formada por assentados que participaram ativamente do conjunto de negociações. Esboçava-se, a partir de então, uma transformação em seu estatuto jurídico: a cooperativa seria transformada em uma empresa de sociedade mista, de

contabilidade aberta, com seu capital dividido entre um empresário, alguns funcionários e um pequeno grupo de produtores e assentados. O presidente da cooperativa passaria a ser o 'sócio-majoritário' (50%+1) e o grupo de cooperados e funcionários que participou dos processos de negociação dividiria o restante do patrimônio.

A política de preços da cooperativa expressa esta trajetória política e administrativa. Nos primeiros anos do assentamento, a cooperativa era a única compradora da produção leiteira dos assentados e sua diretriz era a de pagar o mesmo preço para todos os produtores, independentemente do volume diário de entrega. Entretanto, a partir de meados dos anos 90, a cooperativa resolveu aplicar uma tabela de preços diferenciados, conforme o volume da entrega. Os preços pagos aos maiores produtores chegaram a ser 50% maior do que aqueles vigentes para os menores. Após a reação dos pequenos fornecedores, principalmente os assentados, esta diferença foi atenuada, mas ainda assim continuou em uma faixa de 30%.

O desestímulo na política de preços aos assentados e demais pequenos produtores se inseria em uma estratégia de redução no número de cooperados, tendo em vista as alterações administrativas e jurídicas em curso. A explicação para o escalonamento nos preços era respaldada na legislação cooperativista: indicava-se o capítulo em que se definia que os 'custos administrativos' poderiam ser rateados 'por produto' ou 'por cooperado'. A diretoria da cooperativa decidiu pela segunda opção, e as famílias do assentamento começaram a pagar pela administração o mesmo valor mensal que os maiores produtores. Isso resultava no estabelecimento de uma quantia fixa mensal. O 'custo administrativo' para o grupo de produtores que entregavam 600 litros diários ou mais se tornava irrisório, ocorrendo o contrário com as centenas de famílias que entregavam menos que 50. Em junho de 1997, os preços pagos variaram de R$ 0,23 a R$ 0,30; e em dezembro, de R$ 0,19 a R$ 0,25.

A multinacional e outros laticínios da região, que expandiam seu campo de atuação, atraíram boa parte das famílias com menor produção oferecendo um preço um pouco maior que o da cooperativa. Com a redução no volume de captação, a cooperativa alterou sua política de preços para os pequenos produtores e assentados – e aqueles com entrega diária menor que 50 litros passaram a contar com uma remuneração ao menos equivalente à oferecida pelos concorrentes: R$ 0,35 por litro (em 2002). Para os produtores com entrega diária de 50 a 100 litros, o preço passou para R$ 0,37; de 100 a 200 litros, R$ 0,39; e para uma produção diária superior a 200 litros, o valor era de R$ 0,42. Com a difusão dos primeiros tanques coletivos de resfriamento no assentamento, acenava-se para a possibilidade de se equiparar os preços para os diversos grupos de produtores. A antiga cooperativa, no entanto, havia sido convertida em uma empresa particular.

10.3 As organizações locais

O objetivo desta seção é analisar como os assentados de Promissão buscaram, em interação sobretudo com o Estado e com o MST, transformar a produção e as relações de troca através da criação de organizações locais no assentamento, o que também

significa, em outros termos, uma internalização (social e material) do processo de produção e distribuição de mercadorias. Como resultado de variados arranjos políticos entre assentados, Estado, MST e outros mediadores, foram sendo estabelecidas diversas práticas de gestão coletiva e de reconstrução das relações sociais e comerciais. A análise sobre a trajetória do conjunto de organizações locais criadas em Promissão reforça a relevância da observação das transformações sociais no meio rural com base nas considerações sobre o diversificado processo de *mercantilização* da produção agropecuária.

É preciso acrescentar que, além das organizações locais a serem analisadas nesta seção (quatro cooperativas e um entreposto comercial), foram criadas algumas associações com a finalidade de administrar doações de equipamentos mecânicos a grupos específicos de famílias assentadas – cuja análise não será realizada aqui. Na época em que os assentamentos começaram a ser implementados, a partir da primeira metade dos anos 80, o MST e entidades sindicais, setores da igreja católica e outros atores políticos estimulavam a organização de pequenos grupos informais, reunindo de dez a trinta famílias, com o objetivo de promover o trabalho coletivo ou semicoletivo, para a utilização de máquinas e implementos agrícolas, a compra de insumos e a comercialização da produção, além da formação de hortas e construções comunitárias. Em algumas dessas associações, considerava-se que os serviços deveriam ser prestados aos associados-assentados a um preço inferior àqueles vigentes no mercado (em torno de 70%), o que acabava reduzindo a capacidade financeira da organização e dificultava a manutenção dos equipamentos. Duas cooperativas, como veremos, lidaram de diferentes formas com este problema. Mas as poucas associações criadas no assentamento, apesar de terem contribuído para o aprendizado organizacional dos assentados e de terem permitido uma certa redução na dependência com relação aos serviços prestados por agentes de fora do assentamento, tiveram abrangência social e resultados econômicos bastante restritos no assentamento de Promissão[7].

10.3.1 A cooperativa coletivista

As 105 famílias do *Grupo de Campinas* formaram em 1990 a Associação de Máquinas Padre Josimo Tavares. Cada família produzia em seu próprio lote com tratores e implementos coletivos oriundos de doações internacionais. No ano seguinte, a realização de um curso dirigido principalmente pelo MST visava a transformação da Associação em uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA); avaliava-se a possibilidade de colocar em prática o modelo cooperativista até então idealizado pela direção nacional do MST.

> *'O nível principal é a organização de cooperativas de produção, associações e grupos coletivos, onde cada indivíduo integra sua terra e participa de cotas-partes da cooperativa. O plano de produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. A divisão social do trabalho se dá através de especializações'* (Concrab 1996:6)[8].

Entre as instituições que atuavam junto aos assentados, as propostas de organização coletiva do trabalho continham diferentes significados:

> *'o modelo desenvolvido pelos agentes religiosos, ao incorporar uma dimensão mais solidária, é desqualificado pelo MST como 'cooperação de subsistência'. Em oposição a esse é construído o modelo de cooperativismo do MST, de conteúdo mais produtivista e empresarial'* (Giacobbo 1994:254).

Acreditava-se ainda que vinculação ao projeto coletivista poderia facilitar o acesso a uma série de políticas governamentais:

> *'aos sócios que optassem pela associação e pela agrovila seriam oferecidas as ajudas governamentais e não-governamentais, programadas ou passíveis de programação: luz elétrica, água encanada, escola, posto de saúde, créditos subsidiados, etc.'* (D'Incao e Roy 1995:32; 37).

Nos dois primeiros meses de 1992, o MST promoveu um *laboratório* para planejar a implementação do modelo coletivo de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Giacobbo (1994:238) mostrou que, nestes *laboratórios*, as demais formas de cooperação agrícola eram previamente desqualificadas:

> *'a 'Consciência Organizativa' é, portanto, algo que os 'laboratoristas', ou seja, aqueles responsáveis pela condução do 'Laboratório' possuem, a qual deve ser adquirida também pelos participantes, ao final do processo'.*

Além disso, os procedimentos de experimentos seriam definidos antes mesmo de seu início, conforme avalia Navarro (1995:20):

> *'Era uma 'demonstração' que deveria tornar-se uma 'vitrine' para situações posteriores e, assim, não podendo correr riscos, todos os resultados que, em tese, deveriam ter sido decididos no desenvolvimento do evento, foram, em grande parte, previamente previstos e preparados... Definia-se com antecedência a estrutura organizacional que nasceria do processo, a direção da cooperativa e até mesmo algumas características regimentais'.*

Dentre as famílias do *Grupo de Campinas* que participaram do *laboratório*, cerca de 40 resolveram aderir à iniciativa de montar uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), que previa uma ruptura completa com as bases dos sistemas familiares de produção, tornando coletivo não apenas os meios de produção, mas também a terra, a força de trabalho e a reprodução da força de trabalho[9]. Havia uma forte adesão ao ideário do MST. Em março de 1992 foi criada a Copajota (Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares), mas, em seu primeiro mês, cinco famílias preferiram abandoná-la. Em agosto do mesmo ano, iniciava-se o plantio coletivo da safra 92/93. As principais culturas foram as de algodão, milho e soja. No início de 1993, a cooperativa recebeu uma doação de 9,5 mil dólares canadenses destinados à construção de cozinha e creche comunitárias, o que teve um relevante papel na alocação coletiva da força de trabalho e na organização familiar dos participantes (D'Aquino 1994a)[10].

Na primeira safra, a cooperativa alcançou uma produtividade superior à média geral do assentamento. Entretanto, no ano seguinte, a disseminação das pragas no algodão fez

com que a Copajota tivesse, da mesma forma que muitos outros assentados e demais produtores, uma perda praticamente total em 50 alqueires desta cultura altamente dependente de insumos externos. Explicitaram-se naquele momento os primeiros conflitos internos. A eficácia econômica do modelo tecnológico ao qual se filiava a cooperativa começava a ser reavaliada, não apenas no assentamento, mas também nas organizações e mediadores ligados aos trabalhadores rurais.

> *'As primeiras experiências da forma constitutiva coletivista começavam a apresentar resultados econômicos negativos, o que induzia alguns analistas rigorosos a refletir sobre a inadequação desse modelo de agricultura empresarial – orientado para a intensificação do capital e a redução da mão-de-obra, que era a base da referida produção coletiva – às condições objetivas dos assentamentos, de baixa capacidade de investimento e grande disponibilidade de mão-de-obra. Os resultados dessas análises trariam contribuições significativas à redefinição da assessoria agrícola em questão. Em especial porque confirmariam a exigência de projetos agrícolas em correspondência mais direta com os projetos dos próprios trabalhadores: projetos de agricultura familiar'* (D'Incao e Roy 1995:36).

Os projetos de industrialização da produção agropecuária, entre os quais, o de processamento de carne suína, não tinham sido implementados. A pecuária leiteira contava com um rebanho de apenas 57 cabeças que gerava uma produção de, em média, 280 litros de leite por dia, repassados à cooperativa mista mencionada acima (a Coperativa de Laticínios de Promissão). Com os sucessivos problemas econômicos decorrentes principalmente do plantio de algodão, a Copajota acumulou uma dívida que pesava sobre cada um de seus associados.

O modelo administrativo, definido desde o *laboratório*, foi o de desconsiderar os lotes individuais e computar apenas a força de trabalho de cada indivíduo para a produção coletiva – e cada integrante teria direito a uma quantia monetária proporcional às horas de trabalho efetivamente realizado[11]. Todavia, havendo reduzida absorção de força de trabalho nas atividades até então desenvolvidas, ganhou impulso entre parte dos cooperados a proposta de alteração no estatuto que regia a condição de cooperado. Uma das propostas era a de manter apenas o titular de cada lote como integrante da cooperativa e contratar temporariamente os filhos dos cooperados (ou outros assentados e trabalhadores rurais de fora do assentamento) para executar as tarefas que demandassem maior quantidade de força de trabalho. Esta questão atravessou o primeiro ano da cooperativa, antes mesmo da primeira colheita.

Os resultados iniciais favoráveis permitiram que houvesse a continuidade do funcionamento com as 35 famílias por mais uma safra, ainda que sem uma resolução para o impasse administrativo. Mas os prejuízos da segunda safra, em 1994, acirraram as discussões e aceleraram a ruptura entre os cooperados. Ficou claro para muitas famílias que o total de 83 integrantes da cooperativa era excessivo para uma 'empresa agropecuária cooperativa' sem a necessária dotação de recursos para uma absorção de toda essa mão-de-obra[12]. Retomavam-se as discussões sobre a redução do número de sócios. A possibilidade de colocar os filhos para trabalhar fora do assentamento não era aceita por parte dos pais de família. As mulheres, que vinham participando da luta

política desde a época das ocupações, não admitiam ter que agora deixar a cooperativa e retornar às atividades exclusivamente domésticas, qualificadas previamente como algo 'improdutivo'. Por outro lado, mesmo mantendo dois sócios por lote, a cooperativa totalizaria mais de 70 trabalhadores, um número ainda elevado em vista das condições vigentes. Ademais, a cooperativa estava agora não apenas sem recursos, mas também inadimplente. O impasse se complicava.

O Estatuto Social da Copajota havia determinado que todos os cooperados tinham direito a voz e voto e que a titularidade do lote não seria inserida nos processos decisórios. Todos aceitaram esta condição desde o *laboratório* e contra ela agora parte deles se emergia. Em uma assembléia, cerca de metade dos titulares de lotes votou pela redução do número de cooperados, mas a maioria dos sócios votou pela manutenção dos critérios estabelecidos – e pela sua própria manutenção na cooperativa. Após longos e intensos debates entre as 35 famílias, dezessete resolveram abandonar a organização coletivista, acompanhadas, pouco depois, por outras duas. Ficaram então dezesseis famílias, num total de 45 sócios maiores de 16 anos – e com fortes relações de parentesco.

A quantidade de força de trabalho disponível continuava superior às necessidades da produção, já que os projetos de intensificação da produção, sobretudo a agroindustrialização, não haviam sido implementados. Durante o período em que a proposta de formação da cooperativa foi aceita, o grupo acreditava na possibilidade de contar com novos recursos para uma intensificação das atividades agropecuárias, e mesmo seu processamento e agroindustrialização. Em 1994, os que permaneceram na Copajota decidiram financiar a produção de milho, mas a queda em seus preços fez aumentar ainda mais o seu déficit financeiro. A produção de milho passou então a se restringir à demanda estimada para o consumo de seus animais. A produção de soja havia alcançado a média de produtividade da região em 1993; mas em 1995 os resultados econômicos foram menos favoráveis, e, ainda que não tenha gerado prejuízo, por precaução, deixou de ser realizada a partir da safra seguinte. A produção coletiva de grãos em grande escala havia entrado em uma acentuada crise. E como a quantidade de força de trabalho disponível continuava superior à necessária, a jornada de trabalho na CPA foi reduzida e a cozinha comunitária limitou-se ao café da manhã e ao almoço; o jantar retornava à esfera doméstica.

Com a liberação dos recursos do *Procera Investimento*, em 1995, a cooperativa construiu um poço semi-artesiano, montou algumas estufas e comprou equipamentos para irrigação de uma área de seis hectares, abrindo uma nova frente para ocupação de força de trabalho e geração de renda entre as famílias cooperadas. Todavia, os cooperados passaram a organizar a produção das hortaliças em bases familiares, com comercialização eventualmente coletiva. No final dos anos 90, a cooperativa encerrava suas atividades, persistindo, no entanto, um conjunto de problemas jurídicos, fiscais e administrativos a serem solucionados para que este encerramento pudesse ser realizado em conformidade com os preceitos legais. As famílias assentadas em todas as agrovilas do assentamento passaram a manifestar uma rejeição aos ideais cooperativistas e às propostas de organização produtiva provenientes do MST.

A principal estratégia de desenvolvimento rural delineada pelos integrantes do MST em Promissão foi a de desenvolver a produção em grande escala (algodão, soja e milho) juntamente com a agroindustrialização. Há, por um lado, um forte planejamento externo, centralizado e padronizado da organização coletiva dos assentados e, por outro, a manutenção dos pressupostos tecnológicos da modernização agrícola, ainda que propondo uma transformação das relações sociais, via coletivização das atividades de beneficiamento agroindustrial, compreendida esta como a mais importante fonte de emprego e renda para os assentados. No entanto, a agroindustrialização demandaria um pesado aporte de recursos externos, isto é, recursos do Estado – com o qual o MST mantinha conflituosas relações políticas e institucionais. Algumas experiências com as mesmas diretrizes foram desenvolvidas em outros assentamentos no Estado de São Paulo e chegaram a situações similares[13]. Os aspectos tecnológicos e sociais dos processos coletivistas de produção contrastavam com as estratégias dos assentados de incrementar a produção a partir de uma ampliação gradual da base familiar de recursos permanentes no próprio lote, da diversificação dos cultivos e criações, do desenvolvimento de práticas endógenas de produção. A dissonância tecnológica e organizacional entre os projetos coletivistas do MST e os projetos familiares, que foi reafirmada e ampliada posteriormente, como veremos adiante, ajuda a compreender progressiva perda de influência do MST na formação produtiva do assentamento.

10.3.2 As cooperativas do Procera

Em meados dos anos 90, o governo federal anunciou a criação de uma linha de créditos para as cooperativas de assentados. Era o denominado *Procera Teto Dois*, através do qual cada assentado vinculado a uma cooperativa poderia receber um total de R$ 7.500,00 para o fortalecimento de suas cooperativas, ou seja, o mesmo montante de recursos financeiros até então destinado a cada assentado individualmente. Os recursos desta linha de crédito eram, no entanto, de acesso bastante restrito, e poucas famílias contaram com a liberação de tais financiamentos. No Assentamento Fazenda Reunidas, apenas 64 famílias (10% do total), divididas em duas cooperativas, receberam recursos do *Teto Dois*. Veremos nesta seção que estas duas cooperativas se constituíram com base em uma determinada interação com as prescrições fixadas pelo Estado para a liberação de recursos, o que resultou em uma transformação na inserção social dos assentados na produção de grãos em escala. No entanto, as diferentes relações entre cada uma destas cooperativas e seus cooperados levaram a diferenciados resultados financeiros.

Cooperativa dos Assentados de Promissão (Coap)

Entre as dezenove famílias que abandonaram a produção coletivista da Copajota, dezessete criaram, juntamente com outras sete, a Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas (Apronor), que prontamente se constituiu como uma contraposição política e organizacional à Copajota e ao MST: *'em primeiro lugar nós mudamos tudo em relação ao regimento e ao Estatuto...'*. A associação possuía apenas um pequeno trator e alguns poucos implementos coletivos oriundos da partilha de bens da

Copajota, com os quais foi plantado feijão, coletivamente, em 72,6 hectares, que alcançou boa produtividade e rentabilidade. Houve, desde o início, uma grande preocupação em fazer com que a utilização do patrimônio coletivo fosse eqüitativa; para isso, foi estabelecida uma determinada forma de gestão:

> *'o maquinário que trabalha em nossa associação a gente paga 100% pra ele como se a gente tivesse pagando 100% para qualquer maquinário lá de fora. Por que essa maneira de trabalhar? Porque nós entendemos o seguinte: que se o maquinário da organização não atender a todos, e ele tem que pagar os 100%, ele pode pegar o maquinário lá fora e ele não está levando prejuízo... Todo o dinheiro que a gente paga, no caso, os 100%, para a associação, o dinheiro ao invés de ir para o bolso de alguém lá fora, fica dentro da própria associação, de forma que nós estamos passando da associação para a cooperativa e estamos operando em verde com 1,5 ou 1,6 mil reais no positivo'* (Zé Carlos, em entrevista concedida em 1996).

Em maio de 1996, a Apronor, respondendo ao estímulo estatal para o financiamento de cooperativas por meio do *Procera Teto Dois*, transformou-se em uma cooperativa, formada inicialmente por 24 assentados. Por se tratar de um grupo com longa experiência de organização política, foi possível formular e encaminhar um projeto de financiamento, com apoio de técnicos do ITESP.

> *'Nós fundamos a cooperativa pensando em pegar o dinheiro, porque nós precisávamos e muito desse crédito de investimento. E acreditando que esse dinheiro viesse na nossa mão, nós corremos e fundamos uma cooperativa. A hora que chegasse aqui, repassaria para todos os sócios aquela soma, que era de R$ 7.500,00. Quem não queria para investir na terra naquele momento?'*

Em setembro de 1996, a Cooperativa dos Assentados de Promissão (Coap) recebeu um total de R$ 152.000,00 em nome de vinte cooperados, com a pré-condição de destinar tais recursos para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

> *'Qual foi nossa frustração? Quando veio o dinheiro, não podia ser distribuído. Veio para a cooperativa. E veio para máquinas e implementos. Foi mais uma política para a cultura de grãos... Se falasse que o dinheiro não ia para a mão do sócio, eu duvido que nós íamos fundar uma cooperativa. Depois que fundou e veio o dinheiro é que falou: 'não pode'. Nós não tínhamos condições de pegar um capital como esse, na época, R$ 152 mil e administrar. Nós não tinha essa capacidade... A cooperativa só saiu porque o pessoal acreditou que o dinheiro vinha na mão dele'* (Benê).

Os recursos financiados foram aplicados na aquisição de um conjunto completo de equipamentos mecânicos novos: um trator, diversos implementos mecânicos e uma colheitadeira[14], com os quais a cooperativa passou a prestar serviços para os cooperados, oferecendo inicialmente um desconto de 7 a 8% com relação aos preços de mercado. Mas logo em seguida, foi definido que tais descontos não continuariam sendo concedidos: os cooperados teriam apenas a vantagem de se colocar como usuários prioritários dos equipamentos, o que incentivava o plantio em épocas mais adequadas.

> *'A Coap é um filho que veio sem ser planejado. E aí veio com seus problemas e você tem que agüentar: é filho. A nossa cooperativa foi fundada mais ou menos assim. É simplesmente pela vontade de ver uma organização funcionar, porque se fosse analisar certinho, ela acabava no primeiro dia. 'Ah... o dinheiro é assim? Cancela, acabou'. Mas a turma resolveu pegar a criança e criar'* (Benê).

O financiamento do *Procera Teto Dois* estabelecia a cobrança de uma taxa de juros de 11,3% ao ano em 1996 e de 6,36% a partir de 1997, além de um subsídio de 50% sobre o valor da dívida e uma carência de três anos para iniciar o pagamento (em oito parcelas anuais de aproximadamente R$ 12.000,00). Com a compra dos equipamentos, foi contratado um pequeno grupo de assentados: uma secretária com dedicação de vinte horas semanais; um tratorista, filho de assentado, que operava os equipamentos, recebendo 8% do valor dos serviços prestados; o presidente/tesoureiro recebia uma ajuda de custo mensal de pouco mais que um salário-mínimo. Esta destinação de recursos públicos gerava poucos empregos diretos no assentamento, ao contrário dos projetos familiares de intensificação e diversificação que vinham sendo pleiteados pelos assentados (cf. capítulo 7).

No primeiro ano agrícola (safra 97/98), a cooperativa prestou serviços para cooperados e outros assentados contando com o recebimento na colheita, o que resultou em uma inadimplência de aproximadamente R$ 30.000,00. A partir de então, a cooperativa passou a prestar serviços mediante pagamento a vista ou com cheques pré-datados para 30 dias, chegando a obter, nos anos seguintes, uma sobra de caixa de aproximadamente R$ 38.000,00. A cooperativa decidiu então distribuir parte destes recursos para que os cooperados pudessem investir na pecuária, na compra de pequenos tratores e outros investimentos produtivos[15]. Os cooperados com dívidas para a cooperativa tiveram ao menos parte de seus débitos (indiretamente) quitados.

A cooperativa começava a programar o uso dos recursos financeiros em caixa para o plantio de milho em áreas arrendadas, levando em conta os problemas de inadimplência e uma experiência bem sucedida de plantio em uma área de seis hectares de um cooperado. Em 1999, ano em que o *Procera* foi extinto, os assentados ficaram sem qualquer crédito de custeio para a produção de milho – e a cooperativa deparou-se com a previsão de uma redução na utilização das máquinas e equipamentos financiados. E dispondo de recursos provenientes dos serviços prestados, os cooperados decidiram ampliar o arrendamento de terras de cooperados e não-cooperados para o plantio de milho. *'Se não arrendar, como pagar o maquinário financiado?'* Alguns assentados passaram a ceder seus lotes para quitar as dívidas perante a cooperativa; outros arrendavam para a cooperativa da mesma forma que vinham fazendo com arrendatários de fora do assentamento. Na safra 99/00, a cooperativa conduziu o plantio em uma área de 83 hectares.

Um elemento central neste processo é que a cooperativa começava a substituir a atuação de um agente externo ao assentamento ligado à produção de milho em grande escala. O arrendamento de terras para a produção de milho permitiu a ampliação dos recursos financeiros da cooperativa, que estendia suas atividades para além da prestação de serviços de mecanização.

> *'A cooperativa funciona como uma empresa. Se eu precisar do maquinário, eu pago igual ao que eu pago para um particular. A vantagem de estar dentro de uma empresa é que se eu cedo a terra para um terceiro, ele colhe o milho, me dá 40 sacos e vai embora. E dentro da minha empresa, ela me paga os 40 sacos, colhe o milho e põe lá no bolão para nós dividir outra vez. Nós temos uma outra divisão. Então, nós acaba ganhando mais. Não é uma cooperativa assistencialista, paternalista, que tenha que 'ajudar o pequenininho'...'* (Bustos).

A produção cooperativa de milho reduz os riscos associados ao cultivo em pequenas áreas individuais, o que se deve, entre outros fatores, à realização do plantio em diferentes épocas. A partir de uma área de 70 hectares, conforme cálculos de alguns assentados, há uma diluição da destruição causada por fortes tempestades, secas prolongadas e outros fenômenos climáticos. É interessante notar que essa é, aproximadamente, a capacidade de utilização dos equipamentos.

> *'Como a área plantada é maior, o risco é menor... é menos prejudicial arrendar para a cooperativa e depois contar com a distribuição das sobras. Da forma como está hoje, é melhor a produção ficar com a cooperativa'* (Barbosa).

Por outro lado, a produção da cooperativa não contava com seguro agrícola, causando apreensão entre os cooperados.

Há assentados que chegaram a aplicar o dinheiro recebido pelo arrendamento na intensificação da produção em outra parcela do lote. Para a cooperativa, os resultados econômicos vinham sendo considerados bastante satisfatórios. Na safra 2000/01, foram cultivados 87 hectares (36,2 de cooperados e 50,8 de outros assentados). A produtividade média ficou em 4.462 toneladas por hectare (180 sc/alq) e o valor médio obtido por saca de 60 kg ficou em R$ 9,10 – algo ligeiramente superior ao obtido pelos demais assentados.

Com estes resultados, a cooperativa passou a ter dinheiro em caixa e crédito no comércio local para pagamento de alguns insumos na colheita. Chegou-se a uma estimativa de que a produção em áreas arrendadas havia sido de 30 a 40% mais rentável que a prestação de serviços. Os cooperados voltaram a desfrutar de um desconto de 10% sobre o preço de mercado para os serviços de mecanização.

Na safra 2000/2001, de um total de R$ 51.359,94 investidos no plantio, apurava-se uma renda líquida de R$ 6.884,19. Alguns assentados consideraram a margem 'muito estreita' e o risco muito alto, gerando uma série de discussões internas na cooperativa, a partir de uma proposta de se vender os equipamentos, liquidar os débitos para com o Estado, distribuir os ativos financeiros entre os cooperados e fechar a cooperativa, atingindo assim o objetivo inicial dos assentados de realizar investimentos no próprio lote. O barracão em alvenaria deveria ser desmanchado e seu material dividido entre os cooperados.

No entanto, outra parte dos assentados conseguiu aprovar a proposta de vender apenas a colheitadeira (que vinha exigindo uma manutenção bastante dispendiosa). Com a venda da colheitadeira, a cooperativa amortizou o valor da dívida do Procera; outra parte dos recursos foi investida na produção de milho, em uma área de 101,6 hectares

(sendo 40% de não-cooperados), que alcançou uma produtividade média de 4.960 toneladas por hectare (200 sc/alq, com uma oscilação de 140 a 240); o preço médio da saca subiu naquele ano para R$ 11,57. Outros dados sobre a produção de milho na Coap na safra 2001/2002 podem ser observados na Tabela 10.1.

Tabela 10.1 Balanço da produção de milho na Coap (safra 2001/2002)

	Total	*por hectare*	*por alqueire*
Custo de Produção			
Arrendamento de terras (R$)	12.908,57	127,00	307,35
Insumos agroindustriais (R$)	26.247,00	258,23	624,93
Mecanização [(a)] (R$)	12.060,60	118,66	287,16
Colheitadeira alugada (R$)	7.140,00	70,25	170,00
Frete (R$)	5.946,65	58,51	141,59
Funrural (R$)	1.965,68	19,34	46,80
Total de Custos de Produção	66.268,50	651,99	1.577,82
Área Total	-	101,64	42,0
Produção (kg)	504.272	4.961,3	12.006,5
Produção (sc 60 kg)	8.404,53	82,7	200,1
Produtividade média	-	4.961,5 kg	200,1 sc
Maior produtividade	-	7.487,6 kg	302,0 sc
Menor produtividade	-	3.557,8 kg	143,5 sc
Custo em unidade de produto [(b)]	-	3.384,0 kg	136,48 sc
Custo por saca (R$)	7,88	-	-
Preço médio (R$ por saca) [(c)]	11,567	-	-
Receita bruta (R$)	97.221,84	956,50	2.314,81
Renda líquida (R$)	30.953,34	304,51	736,90

Fonte: Pesquisa de Campo e tabulação de dados da Cooperativa Agropecuária de Promissão 2002. (a) serviços mecânicos calculados com base em uma dedução de aproximadamente 30% em relação ao preço de mercado, contabilizando basicamente óleo diesel, reparos e remuneração do tratorista; considerando-se os preços de mercado, o custo total da mecanização seria de R$ 17.229,40; (b) valor calculado a partir da divisão do custo de produção pelo preço médio da unidade do produto comercializado; (c) houve uma variação de R$ 10,90 a R$ 12,30.

Os dados mostram claramente que a produção de grão em escala tornava-se viável, rentável e relativamente segura para os assentados-cooperados, sobretudo naquela safra 2001/02, cujos preços foram bem superiores àqueles vigentes nos anos anteriores, devido principalmente à uma alteração na política monetária do país. A produção de milho na cooperativa atingiu uma produtividade média de 4,961 toneladas por hectare, enquanto média do país, naquela mesma safra, foi de 3,085 toneladas por hectare; na safra seguinte, a produtividade média no Brasil foi de 3,537 toneladas por hectare (cf. dados da Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura).

A inadimplência de cooperados e assentados vinha aos poucos sendo reduzida e evitada. Avaliava-se então que a cooperativa poderia em breve pagar toda a dívida para com o Estado e manter os equipamentos em operação. Mas como a taxa de juros

era baixa, os cooperados concluíram que era preferível manter o saldo financeiro para dar continuidade à produção e utilizar o prazo de quinze anos para pagamento (a 4% ao ano e subsídio de 70% do valor financiado; em 2002, o percentual de subsídio passou de 50 para 70%, reduzindo a dívida da cooperativa para pouco menos de R$ 30.000,00). A produção de milho, contando com uma política de fortes subsídios, havia sido eficazmente absorvida pela organização coletiva dos assentados e a situação econômica da cooperativa, após alguns anos de funcionamento, era avaliada de forma positiva pelos cooperados:

> *'É a única cooperativa que não deve; está com seus créditos em dia, está beneficiando os sócios com o trabalho que está sendo feito e tem futuro... E está dando certo, está ajudando alguns sócios que entraram na plasticultura e também ajudou muito quem estava na pecuária, adiantando dinheiro para aumentar o plantel. E não era função nossa, era função do governo'* (Benê).

Para a safra 2002/03, o cenário continuou o mesmo: a produção foi realizada em uma área um pouco maior: 104,06 hectares; o custo de produção aumentou em relação ao ano anterior, ficando em R$ 882,61 por hectare (total R$ 91.845,05), e a produção chegou a 478,5 toneladas em média (185,46sc/alq), cada saca vendida em média por R$ 18,97. Mas a cooperativa, criada a partir de certas prescrições e incentivos estatais no sentido de promover a produção de milho, não controlava a comercialização do produto. No tumultuado processo de comercialização da produção de milho em Promissão pela empresa graneleira instalada no município, mencionado anteriormente, a cooperativa precisou atuar durante vários meses para recuperar o pagamento de mais de cinco mil sacas de milho (cerca de 68% da produção).

Além disso, as atividades da cooperativa, concentradas na produção de milho, não incluíam a comercialização da produção de hortaliças na agrovila, que naquele período era a principal fonte de emprego e renda para a maior parte das famílias cooperadas. Entre os vinte cooperados da Coap, oito vinham produzindo em dezessete estufas; seis cooperados trabalhavam com a horticultura em sistema de sequeiro (abóbora e quiabo, principalmente) e cinco pretendiam montar estufas no curto prazo. Dos seis restantes, dois vinham lidando com a pecuária e dois com outros produtos agrícolas; dois cooperados não estavam produzindo mercadorias em seus lotes (apenas arrendavam a terra e conduziam poucos cultivos não-comerciais). Eram dezessete estufas entre os cooperados, cada uma produzindo três safras por ano, gerando, em média, cerca de 180 caixas de produto (de tomate ou pepino); chegava-se a uma produção de mais de nove mil caixas por ano (média de 175 por semana). Além dos cooperados, havia na Agrovila de Campinas um total de quase 60 estufas distribuídas entre quinze produtores. Pouco depois, outros assentados e assentados-cooperados construíram estufas e aumentaram ainda mais a produção de hortaliças.

Para uma eventual promoção da comercialização da produção de hortaliças, seria preciso redefinir as diretrizes políticas e administrativas da cooperativa e redirecionar o investimento de seus recursos financeiros para a aquisição, por exemplo, de um caminhão e ampliação da estrutura física e organizacional da cooperativa – e os cooperados começavam a formular as primeiras propostas concretas nesta direção[16].

Cooperativa dos Produtores do Projeto Agrário Reunidas (Coopar)

A Cooperativa dos Produtores do Projeto Agrário Reunidas (Coopar) foi fundada em 1994 por 40 assentados da Agrovila dos 44, que passaram a organizar eventos lúdicos para arrecadar fundos para a manutenção de um pequeno escritório. Sua finalidade inicial era realizar uma intermediação nas operações de compra de insumos e/ou venda de produtos, mas em seus dois primeiros anos, permaneceu inativa, sem maquinários e equipamentos. Em setembro de 1996, a cooperativa recebeu os recursos do *Procera Teto Dois* em nome de 32 famílias para a compra de cinco tratores, conjuntos completos de implementos mecânicos e um caminhão. De acordo com as determinações governamentais, os recursos deveriam ser utilizados para a aquisição de equipamentos novos. Em janeiro de 1997, outros 12 assentados ingressaram na cooperativa, e recursos adicionais foram empregados na compra de uma colheitadeira. Assim como para a Coap, o financiamento previa a cobrança de taxa de juros (de 11,3% ao ano em 1996 e de 6,36% a partir de 1997) e um subsídio de 50% sobre o valor da dívida. Posteriormente, o caminhão e alguns equipamentos foram trocados para melhor adequação às necessidades dos cooperados.

Os equipamentos passaram a ser utilizados principalmente de setembro a fevereiro, com a contratação de até cinco tratoristas (em alguns momentos de plantio em dois turnos); os equipamentos permanecem praticamente sem utilização regular durante uma parte do ano. A cooperativa também contratou um operador de colheitadeira (cuja remuneração era de 10% do faturamento com os serviços prestados) e uma secretária (com dedicação em tempo integral, recebendo um salário-mínimo por mês). O presidente da cooperativa contava com uma ajuda de custo mensal de 1,5 salário-mínimo.

No primeiro ano agrícola, a cooperativa começou a prestar serviços oferecendo aos cooperados um desconto de 25% sobre o preço vigente no mercado local. Essa foi uma das principais diferenças na gestão desta cooperativa em comparação com a Coap, que cobrava dos cooperados os preços vigentes no mercado. Os equipamentos foram utilizados principalmente para o cultivo de milho em lotes de cooperados e eventualmente em lotes de outros assentados, um público com acesso a um precário, instável e contraditório sistema de créditos de custeio para aquisição dos insumos necessários.

Para manter os equipamento em funcionamento e atender a demanda dos cooperados, a cooperativa decidiu prestar serviços com a definição de que os pagamentos poderiam ser efetuados com o resultado da colheita. Isso fez com que cerca de quinze cooperados contraíssem um débito de mais de R$ 35.000,00; oito não-cooperados acumularam dívidas de aproximadamente R$ 10.000,00. A cooperativa decidiu então interromper a prestação de serviços para recebimento na colheita, e começou a buscar meios de resgatar o valor destas dívidas; mas, ao mesmo tempo, precisava manter os equipamentos em funcionamento. O caminho para se atingir este duplo objetivo (o de recuperar o valor das dívidas e o de manter os equipamentos em funcionamento) foi o mesmo que o da Coap: arrendar terra de assentados e investir os recursos disponíveis na produção de milho. Os cooperados e assentados com débitos na cooperativa começariam a pagá-los através do arrendamento de suas terras para a produção

coletiva. Também assentados e cooperados sem recursos financeiros para produzir em seus lotes passaram a procurar a cooperativa para manter seus lotes ocupados e para receber pelo arrendamento.

Em 1999, a cooperativa conduziu a produção em uma área de 96,8 hectares, investindo os recursos arrecadados com os serviços prestados, complementados com o crédito oferecido por uma das lojas de produtos agropecuários em Promissão (para pagamento na colheita). Com a obtenção de uma boa produtividade e rentabilidade, os resultados demonstravam-se economicamente satisfatórios para a cooperativa. Para a safra 2000/2001, a cooperativa conduziu um plantio de milho em uma área de aproximadamente 150 hectares (2/3 de cooperados e 1/3 de assentados não-cooperados). No entanto, com uma produtividade relativamente baixa (média de 3.968 ton/ha; 160sc/alq) e uma queda nas cotações do milho (R$ 7,00 a saca de 60 kg, já descontado o valor da colheita e do transporte), a rentabilidade da produção foi considerada insatisfatória e arriscada. Ainda assim, a cooperativa registrava um saldo de R$ 41.000,00.

Naquele contexto, vencia uma primeira parcela do financiamento dos equipamentos. A cooperativa fez então um pagamento no valor de R$ 33.000,00 para evitar que o subsídio de 50% fosse cancelado, mas com isso ficou sem recursos financeiros para dar continuidade à produção. As agências bancárias estatais se recusavam a financiar a produção da cooperativa, alegando que oito cooperados constavam em seu cadastro de inadimplentes e que, além disso, os equipamentos, por serem ainda financiados, não poderiam ser oferecidos como garantia para operações de crédito de custeio: *'não tem lei que faz o banco emprestar'*. O Procera havia sido extinto – e os assentados, bem como a cooperativa, não dispunham de crédito para o custeio da produção.

Na safra 2001/2002, a cooperativa realizou o plantio em uma área de 72,6 hectares (60% em área de cooperados e 40% em área de assentados), mas a rentabilidade da produção permitiu apenas o pagamento pelas áreas arrendadas e dos empréstimos oferecidos pelas lojas de produtos agropecuários, além de uma redução na dívida de alguns cooperados e assentados. A rentabilidade foi praticamente nula. Em meio a estas dificuldades, os cooperados decidiram pela venda de uma colheitadeira para pagar o equivalente a metade da dívida efetiva da cooperativa com o Estado (considerando o subsídio de 50%). Na safra seguinte, a cooperativa arrendou uma área de 120 hectares para a produção de milho (treze cooperados arrendaram 85 hectares e outros cinco assentados arrendaram o restante). Uma pequena elevação na produtividade e um aumento na cotação do produto fizeram com que a cooperativa aumentasse a rentabilidade em relação ao ano anterior. A ausência de recursos financeiros, de créditos governamentais de custeio e a necessidade de utilizar os equipamentos para pagar os financiamentos concedidos pelo Estado levou a cooperativa a buscar o crédito oferecido pelas lojas de produtos agropecuários, que cobravam uma taxa de juros de 4% ao mês acima da inflação.

Como resultado das atividades realizadas em seus primeiros anos de funcionamento, a cooperativa não tinha dívidas a pagar, mas tampouco contava com recursos suficientes para dar continuidade à produção em escala; um total de 22 cooperados e três

assentados continuavam mantendo um débito de mais de R$ 21.000,00. As negociações nacionais em torno das dívidas dos assentados levaram, em 2002, a uma redução na taxa de juros para 1,15% ao ano, a um aumento do subsídio de 50 para 70% e uma ampliação no prazo de pagamento para quinze anos.

10.3.3 A agroindustrialização cooperativa

A criação da Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão (Corap) foi esboçada por integrantes do MST (e da Copajota) no final de 1996 e registrada formalmente em janeiro 1997, tendo o objetivo de promover a organização coletiva da produção no Assentamento Fazenda Reunidas e nos novos assentamentos que vinham sendo implementados na região. Um dos parâmetros centrais para a realização das atividades da cooperativa era a agroindustrialização da produção: *'Ela foi na idéia de ser uma cooperativa para buscar a industrialização, a agroindústria. A idéia inicial era uma usina de leite e uma farinheira'*. A maior parte dos que aderiram à proposta eram assentados das áreas de baixa fertilidade nas Agrovilas de Campinas e de Penápolis (*terra fraca)*.

> *'Ela surgiu com o intuito de ser uma organização que ajudasse o pessoal da terra fraca... Chegou a ter 120 famílias. Ficamos cinco meses fazendo inscrição. Era basicamente o pessoal que tinha a terra fraca. Era com o pessoal mais fraco do assentamento. Foi na intenção de gerar uma renda para essas terras mais fracas, que não tinham uma produção, onde você planta milho e não dá uma plantação muito boa. Você tem que investir muito. Tem que usar o calcário muito forte'* (cf. entrevista de Geraldo de Fátima de Oliveira)[17].

A definição do projeto de organização coletiva da produção se desenvolveria sem que os assentados tivessem constituído, previamente, um conjunto de recursos produtivos no interior de seus lotes. A estratégia coletiva de desenvolvimento agroindustrial era fundamentada, em grande medida, em atividades que deveriam ser realizadas fora dos lotes. Por este motivo, a cooperativa planejava difundir suas atividades entre um universo de assentados maior que o de seus cooperados: *'Em dois turnos, a microusina tinha capacidade para oito mil litros. A idéia era pegar não só dos associados, mas do pessoal em volta...'*. A iniciativa agroindustrial permitiria, conforme estimativas iniciais, a criação de aproximadamente 160 empregos diretos e era inspirada nas experiências do MST na região do Pontal do Paranapanema:

> *'a idéia nossa era nos moldes da Cocamp... A Cocamp tem um parque industrial, tem um laticínio pronto para funcionar, tem uma fábrica de polpa de frutas, de doces, uma cerealista, toda a construção terminada...'.*

Um dos projetos de agroindustrialização consistia na construção de uma mini-usina para processamento de leite e produção de iogurte, queijo e outros derivados. Considerava-se que desta forma seria possível 'agregar valor' e ampliar a geração de emprego e renda entre os assentados. Após uma avaliação sobre o funcionamento de uma mini-usina no município de Atalaia/PR, foi montado um projeto de financiamento e, em meio a uma série de negociações e intermediações políticas, foi possível captar recursos do governo federal, com apoio técnico do ITESP e gerenciamento financeiro

da Caixa Econômica Federal. O financiamento contava com um subsídio de 40% do valor concedido, acrescido de juros e correção monetária, ou seja, algo similar aos créditos do Procera, mas com carência de dois anos para começar a efetuar os pagamentos, permitindo a aquisição da mini-usina (R$ 40.000,00), uma perua nova (R$ 18.000,00) e um caminhão usado (R$ 20.000,00).

Para conduzir a administração da produção coletiva, a cooperativa decidiu alugar um imóvel no centro de Promissão para montagem de um escritório, o que foi interpretado por alguns assentados como *'um gasto desnecessário e antecipado'*. Outra parte do financiamento foi utilizada para o pagamento de dívidas anteriores de cooperados, pré-condição para a liberação de financiamentos para a cooperativa.

> *'O projeto da miniusina foi aprovado. A prefeitura ia ceder o material de construção e a mão-de-obra para o barracão. A parte da mini-usina, que era a mini-usina, um caminhão e uma perua... foi feito através do ITESP, com verba do Finsocial'.*

É interessante notar que as políticas governamentais para os assentamentos, normalmente muito lentas e incertas, em vários casos, eram liberadas em um período bastante curto, suprimindo etapas de discussão e planejamento local das atividades.

> *'Esse projeto da usina chegou muito rápido. Quando foi em fevereiro veio um comunicado do ITESP dizendo o seguinte: 'tem a linha do Finsocial, tem o dinheiro, o que vocês querem?' O técnico do ITESP foi para lá e em três dias fez o projeto. Como é que você vai fazer um projeto perfeito em três dias? Tinha que entregar em um prazo de uma semana. Foi um troço meio atropelado. Foi muito corrido, não tinha muito tempo para pensar'.*

Além disso, houve uma atuação contraditória e descoordenada entre as diversas agências estatais envolvidas na implementação dos projetos da Corap. Após a compra da mini-usina e demais equipamentos, tornavam-se necessárias a construção de um prédio e a aquisição de equipamentos complementares, a um custo estimado de R$ 60.000,00 a R$ 80.000,00. O financiamento para a compra da mini-usina foi liberado sem que houvesse a aprovação de envio de verbas para a construção do prédio no qual a mini-usina deveria ser instalada.

> *'Saiu o dinheiro, nós compramos a usina, compramos o caminhão, compramos a perua. Na hora de construir, a prefeitura disse que não tinha condições de construir. Quatro ou cinco meses depois, a gente começou a cobrar. A prefeitura não cumpriu a parte dela. Essa foi nossa primeira queda'.*

Os entendimentos da cooperativa com a prefeitura foram mantidos em uma dimensão unicamente política – e foram realizados sem qualquer vínculo formal ou contratual: *'era verbal; era uma reunião da diretoria da cooperativa com a prefeitura. Esse foi um problema também. Teria que ter um contrato feito'*. Diante do entrave, cogitou-se solicitar os recursos do *Procera Teto Dois*, mas o programa foi extinto naquele período.

> *'Depois é que a gente viu: tem a parte elétrica, a parte hidráulica e a construção do prédio, que chegava a R$ 100.000,00, mais cara que a própria usina. O pessoal da vigilância* [sanitária] *exigiu isso. A parte elétrica era caríssima. Aí, o que a Cetesb*

> [Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental] *falou para nós? 'se vocês não tiverem o registro não aprova. Vocês não vão ter a liberação da vigilância sanitária nem liberação do SIF* [Sistema de Inspeção Federal]. *Então nós tivemos que elaborar um outro projeto baseado nisso'.*

Buscou-se então a obtenção de recursos em outras agências federais de financiamento, que não chegou a ser aprovado:

> *'Nós tentamos fazer financiamento da parte de construção, via BNDES, nós tentamos buscar várias linhas para tentar reerguer a cooperativa. Nós não tínhamos aprovação dos projetos. A gente chegou a encaminhar para o BNDES, não enquadrava nos critérios do BNDES. Então não foi possível construir o prédio e botar para funcionar... Aí nós chegamos a conclusão que a gente não ia conseguir, que não tinha condições'.*

Com o vencimento da primeira parcela da dívida, os cooperados foram inseridos no cadastro de inadimplentes, provocando indignação entre os assentados.

> *'Tinha dois anos de carência. Nesse rolo de 'faz projeto', passou um ano. E no outro ano, já ia ter uma parcela para pagar no mês de agosto. Isso desestruturou um pouco a cooperativa... Nós chegamos à conclusão, em conjunto com a nova turma que estava reunindo para fazer essa discussão, que não ia ser possível tocar'.*

Diante da inadimplência, a cooperativa decidiu vender os equipamentos (caminhão, perua, plantadeira de mandioca) para reduzir o valor da dívida e iniciou uma série de negociações com a Caixa Econômica Federal, gestora da aplicação dos recursos públicos federais. Era preciso também tentar reverter a inadimplência dos cooperados e definir uma destinação para a mini-usina que continuava sem utilização.

> *'Vamos fazer o que? Vamos negociar com a Caixa e com o ITESP e a gente vende o patrimônio, acerta o financiamento no banco, quita o financiamento, livra as famílias do Serasa, porque a essa altura já tinha vencido algumas prestações. Então, a gente fez esse acerto, vendemos o caminhão e a perua, e o dinheiro foi depositado em uma conta da Caixa, foi descontado o pagamento, e ficou a mini-usina para ser vendida'.*

As negociações políticas entre os integrantes do MST e as agências estatais locais voltaram-se então para a redefinição dos prazos de vencimento das parcelas da dívida, a comercialização dos equipamentos da mini-usina e a formas de se evitar que as famílias continuassem cadastradas como inadimplentes:

> *'Quando a gente fez a primeira negociação, retirou todos os 54 do Serasa... Nesse momento está entrando de novo, porque tinha o período para vender a microusina'.*

A inadimplência tornava-se, para as famílias assentadas, a mais imediata conseqüência das atividades da cooperativa. O valor do financiamento era de aproximadamente de R$ 104.000,00, mas, com o subsídio de 40% e os juros, ficava em pouco mais que R$ 62.000,00. Esse valor deveria ser pago em cinco anos.

> *'O problema da mini-usina é que o valor dela é R$ 40.000,00. Então não é muito fácil de vender. Nós já tentamos várias vezes e não conseguimos. A dívida está negociada, mas nós precisamos concluir a venda ou vamos ter fazer um outro*

esquema para devolver para a Caixa novamente.... Então, nós vamos ter que resolver essa situação da microusina. Vamos ter que fazer alguma coisa; ou a Caixa faz um leilão dela e quita a dívida, vamos ter que ter alguma situação dessa'.

Como as condições de crédito eram definidas exclusivamente para os assentados, vinham sendo estudadas as possibilidades de se repassar os equipamentos e a dívida para assentados de outros municípios.

'Para falar a verdade, nós estamos passando ela pelo valor do financiamento... A nossa idéia é pagar o financiamento e o ITESP pode renegociar essa mini-usina para outras famílias assentadas que se interessem'.

Após mais de seis anos do início do projeto, a mini-usina não havia sido retirada do fabricante '*até para não depreciar'*. A trajetória da Corap revela diversas contradições na atuação dos atores envolvidos em seus projetos, seja nas relações entre assentados e integrantes do MST, entre as agências do Estado e a cooperativa ou entre as diversas agências do Estado entre si (ITESP, banco estatal, prefeitura, Cetesb, INCRA). A interação entre as agências do Estado e o MST na formulação e implementação do projeto apresentou um 'acelerado' e centralizado processo de tomada de decisões e um afastamento com relação ao desenvolvimento da produção no interior dos lotes familiares.

Outra experiência conduzida pela Corap, que também levou a resultados desfavoráveis aos assentados, corrobora para o delineamento de um certo padrão de atuação do MST em Promissão. Trata-se da tentativa de construção de uma fecularia, outro projeto de produção agroindustrial. Mais uma vez, a solução para os assentados da *terra fraca* situava-se fora de seus lotes. Foi comprada uma plantadeira (no valor de R$ 3.000,00) e definida a utilização do crédito de custeio do Procera em 1998 para o plantio de mandioca. Cerca de cem assentados aderiram ao projeto, em uma área de quase 250 hectares.

A obtenção das ramas, um dos mais relevantes insumos neste cultivo, foi realizada com base em uma completa mercantilização, acompanhada de uma pré-definição e centralização na implementação do processo produtivo:

'a gente buscou as ramas para o pessoal plantar e deu um período de seca. A chuva começou só depois. Nós perdemos parte dessas ramas. O pessoal que plantou, nasceu falhada, porque a rama ressecou, algumas apodreceram. Com isso, as famílias foram se desligando da cooperativa'.

Outras decisões técnicas e produtivas foram também realizadas fora do controle direto dos assentados; o gerenciamento dos plantios em escala rapidamente começou a apresentar algumas inadequações:

'A gente colocou [as ramas] *debaixo de umas árvores. Para ela ser plantada, tem que ser no máximo 15, 20 dias, não pode passar disso. Ela ficou dois meses. Então o problema não foi nem na compra, nem no transporte. Nós compramos as ramas em agosto, veio a chover no final de outubro. Tudo é uma questão de momento. Tinha dado uma chuva no mês de agosto e o pessoal falou: 'vamos comprar as ramas*

porque vai continuar chovendo'. O pessoal preparou a terra e a chuva parou. Estragou bastante, 50% ou mais. O prejuízo foi grande'.

O processo de produção também apresentou inadequações de ordem geográfica e ambiental:

'teve um problema também na rama, porque ela veio de Palmital, é outra região: o pessoal acha que teve problema de adaptação da rama. Então, quando a mandioca produziu, o pessoal começou a arrancar, cerca de 20% das raízes no pé estava podre. Tem muitos casos assim'.

Como resultado, os cooperados começaram a ingressar, individualmente, no cadastro de inadimplentes:

'bastante gente teve prejuízo... O pessoal não conseguiu pagar os financiamentos. Mesmo sendo Procera [custeio]*, tinha 50% de rebate, com esse negócio, não conseguiu pagar. Alguns ficou no Serasa nessa época; agora está renegociado de novo'.*

O financiamento da fecularia, estimado em mais de um milhão de reais, não foi aprovado pelas agências governamentais, que apresentou justificativas técnicas e ambientais, entre as quais a necessidade de incluir no projeto uma pequena estação de tratamento d'água e de indicar um rio com vazão (de pelo menos 70 mil litros por hora) capaz de absorver os resíduos da produção, conforme determinação da Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb).

É preciso acrescentar que a Corap também formulou um projeto voltado para o fortalecimento da produção no lote de seus cooperados: *'tinha o projeto das vacas, o projeto de R$ 80 mil, que era para a compra das outras matrizes'*. No entanto, em vista da dinâmica política de formulação dos projetos e de liberação de recursos, os investimentos que seriam revertidos para a ampliação da pecuária acabaram por não se constituir como prioridade, ou mais precisamente: os problemas ocorridos nos projetos de agroindustrialização bloquearam o acesso aos financiamentos previstos para a pecuária.

'Nós fizemos um projeto para a pecuária, R$ 80.0000. Na época, dava para comprar uma quantidade de vacas por família, que era o leite, matéria-prima para a usina. Esse crédito não chegou a sair. Chegou a ser aprovado, mas não foi liberado. Deu problema no banco, e o pessoal não pegou. Como a usina estava com o problema da dívida... teve uns problemas assim'.

Isso colocava em questão a motivação para a realização da agroindustrialização antes mesmo e, de certa forma, em detrimento da produção no interior dos lotes: *'é isso que o pessoal xinga nós'*. O planejamento das atividades produtivas havia sido realizado com base em um levantamento quantitativo de informações, de forma exterior aos projetos e conhecimentos dos cooperados: '*nós fizemos um levantamento na época: os associados, o pessoal que tinha as vacas lá, dava uns 500 litros de leite. Tinha uma produção que dava para começar a usina'*. Difunde-se ainda mais a percepção hostil e refratária dos assentados em relação ao MST, cujos militantes tornavam-se

numericamente reduzidos em meio a necessidade de organização política dos acampamentos na região e da produção nos assentamentos.

> *'Nós* [do MST] *temos muito pouca gente. E a maior parte vai para os acampamentos: Dandara, Ângela Maria, Guarantã, Palmares, Laudenor de Souza, quer dizer, é uma região muito grande. Nós não conseguimos cobrir o assentamento neste período. Culminou com o período das experiências fracassadas e a gente ficou sem gente para trabalhar; e o pessoal que ia trabalhar também encontrava resistência. Então teve bastante desânimo'.*

A desestruturação da Corap parecia seguir o mesmo rumo de seu modelo original, o da Cocamp, que foi objeto de inúmeras objeções, divulgadas ampla e insistentemente na imprensa[18]. *'Tem a estrutura, mas eles têm problemas de funcionamento também. Porque tem que ter o capital de giro'*. A experiência da Corap se insere em um conjunto de outras iniciativas conduzidas pelo MST e pela Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) no sentido de implementar uma estratégia de economia de escala, que, de acordo com Wilkinson (1998:13), resultou em problemas ambientais e em uma reduzida rentabilidade e absorção de trabalho:

> *'a estratégia de produção em escala, baseada na mecanização e na monocultura que, em uma lógica de mercado, implica no deslocamento de trabalho e no êxodo rural, é inaceitável no contexto dos assentamentos rurais'.*

10.3.4 O entreposto comercial

Mesmo após a desestruturação de suas duas cooperativas, militantes do MST continuaram a buscar a organização coletiva no assentamento, com a criação de um entreposto visando efetuar a comercialização da produção familiar dos assentados:

> *'a idéia inicial era eliminar o atravessador, fazer venda direta, vender para os feirantes, para o pessoal das quitandas. A idéia era que esse pessoal fosse buscar o produto lá e não ser o cabra que pega lá e traz para o mercado'.*

Os integrantes do MST promoveram algumas reuniões com assentados de diversas agrovilas e, com a participação de técnicos do INCRA e do ITESP, conseguiram angariar recursos financeiros de agências estatais e de organizações não-governamentais internacionais, gerando empolgação, discursos de lideranças, canto de hinos, pintura de bandeiras no chão e outros elementos da 'mística' inventada pelo MST. O INCRA e o ITESP viabilizaram o financiamento do material e a prefeitura cedeu a mão-de-obra para a construção de um barracão de alvenaria com 600 m^2 (15x40m), contendo dois banheiros, uma cozinha, uma sala de recepção e um escritório. A prefeitura forneceu ainda uma balança com capacidade de 60 toneladas para facilitar a comercialização da produção dos assentados e de outros produtores do município.

Construído o barracão, iniciava-se sua operacionalização comercial, com o apoio de uma organização não-governamental inglesa, que custeou o pagamento do salário dos profissionais para a gestão do empreendimento durante dois anos e a compra de um carro e vários outros equipamentos: computador, fax, telefone e internet: *'a idéia é que*

o entreposto fizesse só o repasse; não tinha lucro: a atividade era só a administração do projeto'. O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), organização central das cooperativas ligadas o MST, coordenou as negociações e intermediações com a ONG inglesa. Dois filhos de assentados militantes do MST foram contratados para trabalhar no entreposto durante dois anos. A instalação do entreposto contava ainda com recursos para a contratação de uma secretária e um gerente. Inicialmente, a equipe realizou um cadastramento e um balanço da produção de todos os produtores do assentamento. Um dos técnicos fazia o contato com os assentados, elaborava uma estimativa de produção e procurava chegar a um entendimento com o assentado no sentido de escoar a produção através da nova organização. Para o serviço de transporte de mercadorias, contratavam-se os serviços de um assentado que dispunha de um caminhão.

O entreposto passou a comercializar a produção dos assentados nos Ceasa's (Centrais de Abastecimento S.A.) da região, procurando desta forma incorporar a atividade realizada pelos intermediários do comércio varejista. No entanto, por não dispor de uma câmara fria, o entreposto deixava de lidar com hortaliças, da mesma forma que a falta de condições de pré-processamento e armazenamento impedia a comercialização de grãos. As atividades de comercialização abrangiam apenas frutas, legumes e outros produtos, o que mesmo assim oferecia uma certa variedade de produtos passíveis de serem comercializados: mandioca, pepino, maxixe, manga, pimenta, tomate, vagem, limão, maracujá, goiaba, pimenta cambuci, berinjela, abóboras e outros. A comercialização chegou alcançar um volume de 75 a 100 caixas diárias de produtos, que eram repassados para dois ou três varejistas (sacolões) em municípios da região; ou para um comprador-intermediário que atuava no município de Marília no abastecimento de alguns supermercados da região.

Com base neste rearranjo de relações sociais para comercialização da produção, os preços pagos aos assentados tornaram-se ligeiramente melhores do que aqueles pagos pelos atravessadores.

> *'O frete descontava no produtor, e o preço vendido lá repassava integralmente para o produtor. Estava dando certo. A gente conseguia até vender em um preço melhor que o que os atravessadores pagavam ali dentro'.*

O entreposto chegou a fornecer legumes embalados para um supermercado. No entanto, com o desenvolvimento das atividades, a organização do entreposto começou a deparar-se com uma série de adversidades comerciais.

> *'A gente entrou em um problema que é o seguinte: nestes Ceasa's tem muito caloteiro. Nós ficamos em uma situação complicada. Tivemos um prejuízo de quase R$ 3.000,00 no Ceasa de Marília. O cara deu um cheque, o cheque era sem fundos, voltamos lá, ele deu outro cheque, o cheque era sem fundos; protestamos o cheque e não deu em nada. E ele sumiu. Nós assumimos o prejuízo; não ficou divida com ninguém do assentamento'.*

Além deste episódio, outros obstáculos comerciais vinham sendo enfrentados pelos profissionais do entreposto:

'o problema maior mesmo é você entrar nesse campo. A hora que você chega no Ceasa, é um negócio fechado, um negócio estranho para você entrar. Tem toda uma relação complexa. É difícil de explicar – e de entender, na verdade'.

Em meio a estas dificuldades, os preços foram decaindo, chegando a gerar certa instabilidade, em alguns momentos, no pagamento e na continuidade dos serviços de transporte. Ao lado destes impasses comerciais, começam a ser verificados alguns problemas administrativos. A 'profissionalização' das atividades continha uma certa segmentação entre a gestão e a participação direta dos assentados na organização coletiva.

'a gente teve problema com o pessoal que foi contratado. A gente não teve um corpo técnico capaz de organizar isso. A gente chegou a trocar três vezes de coordenador. O cara assumia, um curriculum bom, trabalhou em Ceasa em Marília; chegava ali e falava: 'e agora? Vamos vender para onde? Vamos procurar mercado, ver como é que faz...' E ele não dava conta. Passou por três pessoas. Não conseguiam vender, teve o problema de cheque, duas vezes em Marília'.

Após quatro meses de funcionamento, o entreposto começou a alterar os prazos de pagamento e a reduzir o preço dos produtos, despertando a desconfiança e o descrédito de parte dos assentados, o que veio a ser alimentado por boatos sobre a falta de transparência na administração financeira da organização coletiva.

'Se o atravessador, o cabra que vem com aquele caminhãozinho, compra do assentado e não paga ele, o assentado fica bravo, fala com o cara, mas acaba vendendo para ele de novo e espera os trinta, quarenta dias que ele quer. Se você vem, não digo só o MST, se você cria uma associação de pessoas que queiram comprar o produto e fazer essa comercialização, ele não vende; ou se tiver algum problema na entrega do produto, se tiver algum problema, ele não te entrega mais, ele vira um inimigo seu'.

E após mais alguns poucos meses, o projeto de entreposto foi desativado, principalmente para evitar o endividamento da organização frente aos assentados, o que poderia causar sérios problemas políticos para o MST.

'a parceria com a Inglaterra era por período limitado. O entreposto ia funcionar por dois anos. O negócio teria que se auto-bancar. A gente chegou a conclusão que nós não ia ter condição de fazer o negócio se auto-bancar. E o problema de poder ficar com dívidas com os assentados produtores. Então chegamos a conclusão que era melhor encerrar...'.

Entre os fatores apontados pelos que participaram da experiência está a resistência política e ideológica de parte dos assentados contra o MST, a falta de capital de giro, a gestão por jovens militantes, a eficiência e regularidade dos atravessadores, a inexperiência na administração técnica e comercial do entreposto.

'Nós entramos com a credibilidade lá em baixo. E nós conseguimos reverter um pouco isso. Nós tivemos em torno de 100, 120 produtores cadastrados e que forneciam os produtos para o entreposto comercializar. Estes produtores dizem que tiveram uma boa relação com nós: 'pena que não conseguiu ir para frente, que não

conseguiu desenvolver', é isso que o pessoal fala. O importante é que a gente terminou o projeto e o barracão está lá'.

Com o encerramento do entreposto, a posse do barracão retornou à prefeitura, que chegou a manifestar a intenção de repassá-lo para o atacadista local (que posteriormente viria a construir um silo graneleiro, como exposto anteriormente). Mas diante da oposição dos assentados, sobretudo do grupo reunido em torno da Coap, a prefeitura decidiu utilizar a edificação, provisoriamente, como escola primária.

Em vista do esgotamento de sua atuação no assentamento, o MST realizou um 'mutirão' com dezenas de militantes vindos de vários pontos do Estado para identificar as demandas dos assentados e para redefinir suas estratégias de ação política na localidade.

'Na verdade, tem que haver uma retomada, e ver de que forma pode ser feita essa retomada, com uma outra forma, porque [o MST] *não atinge mais... O mutirão foi para isso: para ouvir o que o pessoal quer dizer, o pessoal que quis receber, porque muita gente não quis receber não, o pessoal que está magoado; foram alguns casos assim. Teve gente que aproveitou para desabafar também, aproveitou para falar o que estava entalado já há alguns anos'.*

10.4 Mercados e políticas

A pesquisa apresentada neste capítulo analisou as múltiplas formas locais de ação política e as transformações na interação dos assentados com o Estado, com os mediadores políticos e com os agentes do mercado – uma abordagem que procurou evitar a concepção do mercado como algo abstrato e anti-histórico. Vimos que as interações sociais e políticas entre assentados, agências estatais, movimentos sociais e organizações locais repercutem na constituição de determinados processos de produção e comercialização e, por conseqüência, nos níveis de emprego e renda, na dinâmica de sucessão familiar e nos fluxos migratórios. Alguns aspectos podem ser salientados desta complexa dinâmica política, social e comercial na formação do assentamento de Promissão:

a) *os assentados estabelecem diferentes relações com diferentes agentes do mercado*. A análise apresentada neste capítulo mostra, por exemplo, que atacadistas da produção de grãos em grande escala atuam com base em relações sociais e materiais que contrastam com aquelas praticadas por intermediários do comércio varejista de alimentos – e outros canais de escoamento da produção, como as cooperativas mistas, no interior das quais desenrolam-se relevantes disputas sociais. Com a produção de grãos e fibras, há o fornecimento de matéria-prima para o setor agroindustrial e, com isso, um determinado tipo de relação social e material: a produção é comercializada em grandes quantidades, geralmente em uma única operação de compra e venda. Já na produção de hortaliças e outros alimentos, a produção desloca-se para os mercados locais e regionais; a comercialização é realizada de forma pulverizada e fragmentada e se constitui, simultaneamente, como uma atividade de transporte. Um incremento na

diversificação da produção pode favorecer as atividades econômicas de um elevado número de pequenos comerciantes que atuam no município e na região;

b) *as relações estabelecidas entre os diferentes agentes do mercado (incluindo os assentados) oscilam conforme as relações de cada agente com o Estado*. A orientação do sistema de créditos para a produção de grãos e fibras conduziu os assentados ao estabelecimento de relações com os agentes de comercialização de insumos e produtos em grande escala; por outro lado, com a diversificação e intensificação da produção, os assentados passaram a estabelecer relações com outros agentes de comercialização da produção. Todavia, este tipo de produção contou com poucos recursos governamentais. Além disso, observa-se que alguns agentes do mercado mobilizavam recursos governamentais (financiamento e estrutura de armazenamento, por exemplo) e os utilizavam, direta ou indiretamente, no interior do assentamento;

c) *a formação de organizações locais contribui para transformar as relações entre agentes que compõem o mercado.* A deliberação de transformar as cooperativas prestadoras de serviços em cooperativas de produção modificou as relações dos assentados com determinados agentes do mercado: os arrendatários de terras para produção de grãos, os prestadores de serviços de mecanização, as agências bancárias estatais e os fornecedores de insumos agroindustriais;

d) *as organizações locais são formadas a partir das negociações, interações e disputas políticas entre assentados, Estado e mediadores políticos* (sobretudo o MST0). A pesquisa de campo mostra que os assentados priorizaram a realização de investimentos na ampliação da base permanente de recursos no interior de seus lotes. No entanto, o Estado e o MST atuaram em outra direção. No caso das cooperativas financiadas pelo governo federal, através do *Procera Teto Dois,* houve uma prescrição extralocal do tipo de investimento que deveria ser realizado: a aquisição de máquinas e implementos para produção de grãos. O MST também estimulou, com base em um inconsistente e contraditório apoio do Estado, a implementação de projetos de produção em grande escala, ainda que prevendo sua coletivização e agroindustrialização. Tanto os projetos do Estado como os do MST foram orientados por concepções que minimizavam o potencial da diversificada produção endógena realizada pelos assentados;

e) *diferentes relações políticas são constituídas entre os assentados e as organizações locais*. A transferência de recursos das organizações coletivas para seus integrantes efetua-se a partir de diferentes critérios. Em alguns casos, as cooperativas ofereceram preços subsidiados aos cooperados durante a prestação de serviços de mecanização, provocando sérios problemas financeiros e administrativos. Em outros casos, a relação entre cooperativa e cooperados pautou-se pela cobrança dos mesmos preços vigentes no mercado pela prestação dos serviços de mecanização. O referencial mercantil foi identificado como uma forma de gestão mais eqüitativa entre os cooperados e mais eficaz para a cooperativa – e a transferência de recursos passou a figurar não como um subsídio à realização da produção individual, mas como distribuição de rendimentos financeiros decorrentes da organização coletiva dos serviços de mecanização;

f) *os objetivos e as formas de ação das organizações locais não necessariamente se articulam com as principais atividades produtivas realizadas pelos assentados no interior de seus lotes.* As cooperativas, que concentraram suas atividades na produção de grãos e fibras, deixaram de promover alterações nas relações sociais de distribuição de um variado conjunto de produtos, principalmente os da horticultura, que vinham apresentando maior rentabilidade e maior ocupação de trabalho familiar. Da mesma forma, as organizações locais não chegaram a promover o beneficiamento coletivo da produção de café e de outros produtos.

Pode-se, em síntese, afirmar que a relação dos assentados com o Estado foi marcada por um bloqueio no financiamento de recursos produtivos de longo prazo (créditos de investimento), justamente aqueles capazes de levar à uma recomposição da base de recursos produtivos no interior dos lotes familiares e, desta forma, a uma ampliação na absorção de força de trabalho e geração de renda. Houve, paralelamente, um contraditório e incompleto direcionamento para um determinado tipo de cultivo, o de milho em escala industrial, que pressupõe uma acentuada mercantilização do processo produtivo. Este direcionamento, que reduziu o poder decisório local de assentados e técnicos, pode ser constatado tanto nas linhas individuais como coletivas de financiamento da produção agropecuária. Além disso, observou-se um distanciamento (enxugamento, sucateamento) das agências do governo federal, que, ainda assim, continuaram mantendo (formalmente) importantes atribuições políticas, jurídicas e administrativas; e uma precarização das condições de trabalho e dos termos contratuais de técnicos, agrônomos, veterinários e demais profissionais vinculados às agências estatais constituídas na localidade.

Algumas importantes observações podem ser traçadas a respeito da atuação local da principal organização política de representação nacional dos trabalhadores rurais e de negociação de fundos públicos para os assentamentos, o MST. A partir da desestruturação da experiência de organização cooperativa de produção agropecuária, que visou a coletivização da terra, do trabalho, dos meios de produção e da reprodução social, seguiram-se outras experiências que vieram a reforçar entre os assentados uma rejeição a seus projetos produtivos. A geração de emprego e renda, na concepção do MST, deveria ocorrer através da agroindustrialização coletiva e, portanto, fora dos lotes individuais. Assim, por exemplo, o plantio de mandioca para a fecularia, concebido como um meio para a obtenção de matérias-primas que deveriam ser posteriormente remetidas à agroindustrialização coletiva, caracterizou-se por uma elevada dependência quanto à obtenção de insumos mercantis, notadamente a aquisição das ramas em outras regiões do Estado. Esse procedimento contrasta com a formação gradual, relativamente autônoma e estrategicamente não-mercantil de outros processos produtivos conduzidos pelos assentados. A centralização nos processos decisórios, a conflituosa relação política com o Estado e as contradições no interior das agências estatais levaram os projetos do MST (e também do Estado) à insolvência – e os assentados à inadimplência.

Reunião de assentados em Promissão com representante do governo federal em 2001

Criou-se assim um ambiente institucional que favoreceu o estabelecimento de vinculações comerciais entre assentados e determinados agentes do mercado, sobretudo lojistas-distribuidores de insumos agroindustriais, atacadistas da produção em escala e agiotas. No entanto, foram sendo desenvolvidos diferentes projetos de produção agropecuária e estabelecidas outras relações sociais com os agentes do mercado, entre os quais: comerciantes-distribuidores de alimentos, arrendatários-produtores de milho e agroindústrias (bicho-da-seda). As relações entre os assentados e estes diferentes agentes do mercado foram sendo continuamente transformadas, tanto através do aumento na disponibilidade de recursos produtivos e meios de transporte entre os assentados, como através da criação de organizações coletivas. Por outro lado, ainda que algumas experiências cooperativistas tenham alcançado relevantes alterações nas relações dos assentados com os agentes do mercado (sobretudo com a internalização da produção de grãos e a substituição dos arrendatários), verifica-se uma desconexão entre a formação das organizações locais e o fortalecimento dos processos endógenos de produção agropecuária conduzidos pelos assentados.

Notas

1 Diversos pesquisadores têm analisado as particularidades do processo educacional nos assentamentos (Andrade 1993; Caldart 2000).

2 A aquisição de insumos agroindustriais e os serviços de mecanização para um plantio de milho em uma área de cem hectares custava, em 2001, mais de R$ 37.000,00 (cf. dados apresentados a seguir na Tabela 10.1).

3 Trata-se de um certo intercâmbio entre a grande propriedade rural vinculada à pecuária de corte ultra-extensiva e a produção mecanizada em grande escala. Proprietários de grandes áreas rurais envolvidos na pecuária arrendam parte de suas fazendas para fazer uma reforma das pastagens através do plantio de milho, que é plantado juntamente com a semente de capim. Após a colheita, a área é prontamente convertida em pastagem. Os proprietários rurais recebem também cerca de uma tonelada de milho por hectare arrendado. Assim, ao arrendar 500 hectares, os proprietários deveriam receber aproximadamente R$ 80.000,00, um valor equivalente a 400 salários-mínimos. Além disso, a área arrendada tinha sua fertilidade renovada.

4 *'A fonte do que é seguramente a mais irrealista suposição da teoria econômica moderna, ao menos até as décadas passadas* [é] *a suposição de que pessoas e empresas apenas perseguem seus próprios interesses através de meios relativamente honestos, ao invés da força e da fraude. Os atores supostamente atomizados em nossos mercados têm tão amplamente internalizado as regras do jogo que a fraude é inconcebível...'* (Alexander 1992:91).

5 Esta situação permaneceu indefinida até meados de 2003; parte dos débitos para com os assentados continuou sem quitação até a conclusão da pesquisa de campo.

6 Sobre as cooperativas mistas, Fleury (1983:83-89) mostrou que *'grupos dominantes de associados (grupos responsáveis pela eleição da Diretoria) são privilegiados por um tratamento especial, que lhes permite aumentar a rentabilidade de suas explorações leiteiras... É a nível portanto dos produtores capitalistas e grandes produtores mercantis que se encontram geralmente os maiores índices de participação na vida política da cooperativa, com conseqüências evidentes em sua participação na vida econômica'*.

7 A associação educacional Projovem, que visa o fortalecimento da produção agropecuária entre os jovens do assentamento, foi analisada no capítulo 8.

8 A criação da Copajota fazia parte deste projeto mais amplo de fortalecimento institucional do MST. *'Obedecendo a legislação cooperativista, partiu-se para criar três cooperativas de produção em alguns Estados, visando uma Central Estadual. Após a criação de três centrais estaduais, a legislação permite a criação de uma Confederação Nacional de Cooperativas. Esse processo se firmou em maio de 1992, com a criação de uma Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab). Em nível nacional, podem filiar-se à Concrab apenas as Centrais Estaduais. Mas em nível de Estado, podem filiar-se à Central as cooperativas de produção agropecuária (CPAs), as associações e outros tipos de cooperativas'* (Concrab 1996:6).

9 Uma avaliação mais detalhada sobre a experiência da Copajota pode ser encontrada em Bergamasco e Norder (1996).

10 O então presidente da Cooperativa, João Francisco de Carvalho ponderava que *'dentro da Cozinha* [Comunitária] *você tem uma economia muito grande. Primeiro que na cozinha você envolve três mãos-de-obra, ou duas diárias. Se fossem todas as mulheres cozinhar... é muita mão-de-obra, não é? Quando a gente vivia sozinho, a mulher tinha que ficar em casa cuidando das crianças e cozinhando e você ia sozinho para a roça... É claro que isso envolve mais a creche, que ocupa mais duas mãos-de-obra'*. Ele ressaltava também a importância da creche para a convivência entre as 12 ou 13 crianças que a freqüentavam, '*também por entenderem o processo desde criança, de viver junto, de dividir os brinquedos, até mesmo discutirem. As perguntas que eles fazem sobre o trabalho da gente, as crianças já entendem um pouco... Até mesmo a confiança das mães estarem trabalhando sossegadas na roça,*

ou na horta, e as crianças ficarem bem cuidadas na creche... tem todas as brincadeira deles, tem até a coordenação motora... As crecheiras têm os cursos para lidar com as crianças...' (cf. entrevista concedida em 1995).

11 *'A forma de rateio segue o caminho normal que sempre fizemos nas CPAs: somado os resultados (sobras), dividirá pelas horas trabalhadas incorporadas nesta atividade; multiplicaremos o valor obtido por hora pela quantidade de horas prestadas por cada grupo ou núcleo da atividade da Cooperativa'* (Oliveira 1996:6). Surgiram inúmeras queixas e discussões sobre os critérios para aferição das horas trabalhadas não só na Copajota, mas nas diversas CPA's criadas em vários Estados (D´Incao e Roy 1995).

12 Esta situação de sub-utilização da força de trabalho era bastante comum em várias cooperativas, conforme estimativa do MST: *'estima-se que, atualmente, este problema de ociosidade de mão-de-obra chegue a 40%, e que, além de não produzir, há um custo fixo interno porque estas pessoas têm que comer, ter saúde, etc... na maioria de nossas CPAs o principal problema é a ociosidade de mão-de-obra que, em alguns casos, chega até 50%...*' (Concrab/MST 1996a:42; 58).

13 Para uma comparação com a trajetória das cooperativas coletivistas nos assentamentos de Pirituba/SP, ver Olegário da Costa e Bergamasco (2003).

14 Um trator no valor de R$ 38.000,00; uma colhedeira (para milho, soja, arroz, trigo) no valor de R$ 78.000,00; uma calcariadeira, R$ 4.000,00. Implementos: arados, niveladora, tanque para diesel, tombador, plantadeira, tanque para passar veneno, grade niveladora, subsolador, cultivador.

15 Nesta época, com a distribuição de dividendos e empréstimos da cooperativa, sete famílias apostaram na criação de escargô, investindo R$ 5.000,00 cada uma. No entanto, o provedor da tecnologia e dos canais de comercialização desapareceu do assentamento no momento em que a produção deveria seguir para o abate, deixando para os assentados uma dívida que levou vários anos para ser quitada. Este caso pode ser incluído na lista de estelionatos e golpes ocorridos no assentamento e é mais uma evidência dos problemas decorrentes do controle do processo técnico e comercial da produção por agentes externos ao assentamento.

16 Em 2003, os cooperados decidiram interromper a produção de milho e vender os equipamentos. Passaram, no entanto, a promoção a comercialização coletiva das hortaliças produzidas pelos cooperados e, para isso, adquiriram um caminhão e redefiniram as finalidades e as condições de atuação da cooperativa.

17 As citações apresentadas nesta seção sobre a Corap e na seguinte sobre o entreposto comercial resultam de entrevistas concedidas por Geraldo de Fátima de Oliveira, assentado e militante do MST em Promissão.

18 O jornalista Josias de Souza apresentou uma série de denúncias contra a forma de utilização dos recursos públicos nas cooperativas ligadas ao MST: *'...é preciso submeter essas entidades a um choque de transparência. Em respeito ao bolso do contribuinte e à emergência do assentado humilde, convém acelerar o processo de abertura dos porões do M$T. Quanto mais rápido for o processo, menor será o mau cheiro'* ('Mais um facho de luz nos porões do M$T', *Folha de São Paulo,* 04 de fevereiro de 2001, p. A2). A Cocamp, pelo montante de recursos utilizados e pela atuação direta de lideranças nacionais do MST, tornou-se um de seus alvos mais freqüentes.

11 Considerações Finais

A pesquisa apresentada neste livro procurou avaliar a reconstituição da produção agropecuária e do trabalho nos assentamentos rurais no Brasil, com ênfase para seu potencial para a superação da pobreza que atinge a uma grande parcela da população brasileira. Inicialmente, é preciso destacar o protagonismo dos trabalhadores rurais na luta pelo acesso à terra, com a instalação de acampamentos e a ocupação das áreas em disputa como forma de enfrentamento social e pressão política. A situação de tensão no campo levou o Estado a efetuar diversas medidas de distribuição fundiária, como a desapropriação para fins de reforma agrária; a recuperação da posse e redefinição no uso de terras públicas e empresas estatais; a aquisição de propriedades rurais para, em seguida, financiá-las à pequenos grupos de trabalhadores; a delimitação de reservas extrativistas em regiões florestais; a regularização de áreas em conflito; o reassentamento de populações atingidas por barragens. Até o final dos anos 90, um total de aproximadamente 500 mil famílias havia sido inserido em diferentes programas de assentamentos rurais em todo o país.

Isso pode ser tomado não exatamente como uma ruptura com a elevadíssima concentração fundiária que caracteriza a sociedade brasileira, mas como uma ruptura, ainda que parcial, com o histórico e sistemático bloqueio social e político no acesso a terra para a grande maioria da população rural. Os capítulos 2 e 3 indicam as principais características da formação agrária brasileira, desde os tempos coloniais até a modernização agrícola ocorrida a partir de meados do século XX. Vimos que a concentração fundiária manteve estreita relação com o controle e a subordinação dos trabalhadores rurais e com a reprodução de formas autoritárias de exercício do poder político nacional e local; e que a transição da escravidão para o trabalho livre foi permeada pela redefinição do estatuto jurídico da posse da terra e pela decadência do poder monárquico, em um período no qual o Estado passou a formular alguns programas de atração de imigrantes com o objetivo de expandir, principalmente, a cafeicultura nas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O estabelecimento de relações de trabalho livre nas grandes fazendas foi precedido pela conversão das *sesmarias* e apossamentos irregulares em grandes propriedades rurais reconhecidas oficialmente: uma espécie de cercamento fundiário antecedendo sua efetiva ocupação.

A interação entre terra, trabalho e poder passava a assumir uma nova configuração em comparação com o sistema colonial-escravista, apesar da manutenção da concentração fundiária, da subordinação social e do poder político de oligarquias agrárias locais e regionais, entre outros aspectos. Já a modernização da agropecuária, a partir de 1950, foi marcada pela manutenção da concentração fundiária e pela difusão da produção em

grande escala, em articulação (*porteira adentro* e *porteira afora*) com o setor agroindustrial e com apoio político e financeiro do Estado. Isso provocou um acelerado êxodo rural e a emergência de uma *crise agrária*: o descompasso, notadamente a partir dos anos 70, entre a redução na ocupação de mão-de-obra no campo e a capacidade de geração de empregos no meio urbano-industrial. O país passou por uma rápida transformação social, política e demográfica: o complexo social e econômico das grandes fazendas começava a ruir e a ceder espaço para a produção mecanizada e agroindustrial - com uma notável redução na absorção de força de trabalho por unidade de área. Formaram-se então grandes centros metropolitanos, onde passou a se concentrar uma grande quantidade de pobres e miseráveis, ao mesmo tempo em que boa parte dos pequenos municípios entrou em decadência econômica e populacional – situação que perdura até os dias atuais.

O bloqueio no acesso à terra para a população rural e a disseminação dos conflitos agrários tornou-se um dos principais pontos de discussão na agenda política brasileira a partir do processo de redemocratização iniciado nos anos 80. Uma parcela da população em situação de miséria e pobreza, tanto nas grandes metrópoles como nos pequenos municípios, procurou retornar à condição camponesa através de sua inserção nos acampamentos e assentamentos. A luta pela terra, a formação dos acampamentos, as 'ocupações' de áreas em disputa e, posteriormente, as políticas fundiárias estatais visando a criação dos assentamentos representam uma nova expressão da questão agrária no Brasil. As estratégias de ação política das organizações sindicais e populares e a formulação de políticas fundiárias nos anos 80 e 90 foram analisadas no capítulo 4.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado em 1985 após a condução de algumas experiências nos anos anteriores, difunde gradualmente sua atuação para todas as regiões do país, reforçando reivindicações como a realização de medidas de distribuição fundiária, a formulação de políticas sociais e a criação de programas de créditos para o financiamento da produção nos assentamentos. Boa parte das organizações populares passou a defender o fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais como uma prioridade de políticas públicas para o campo. No entanto, tal diretriz, apesar de incorporada ao discurso governamental, não chegou a ser efetivamente institucionalizada e operacionalizada. O Programa Especial de Créditos para a Reforma Agrária (Procera), por exemplo, foi extinto em 1999 sem que o seu substituto, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tivesse encontrado solução para uma série de limitações em sua abrangência e cobertura. Ao mesmo tempo, o Estado passou a implementar programas de crédito fundiário, com amparo do Banco Mundial e a oposição, as críticas e as denúncias de dezenas de organizações populares e sindicais.

O capítulo 5 examinou o processo político de confrontação social que levou à implementação de aproximadamente 140 assentamentos no Estado de São Paulo até o final da década de 90, envolvendo um total de quase dez mil famílias. Diversas políticas fundiárias foram elaboradas pelos governos federal e estadual: reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas, desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, recuperação da posse

de terras públicas utilizadas irregularmente por grandes fazendeiros, distribuição de áreas pertencentes a empresas estatais. A região do Pontal do Paranapanema tornou-se um dos mais importantes pontos de disputa agrária no país: milhares de hectares de terras públicas ocupadas irregularmente por fazendeiros começavam a ser disputadas e conquistadas pelos integrantes do MST e de várias outras organizações populares criadas na região. O capítulo 5 também ofereceu um histórico do processo sócio-político e dos conflitos agrários locais que resultaram na criação do Assentamento Fazenda Reunidas, em Promissão. As condições de vida e de trabalho nos anos iniciais do assentamento continuaram praticamente as mesmas do que as do longo período de acampamento. Trata-se do retorno ao campo de segmentos populares rurais e urbanos em situação de miséria e pobreza em um contexto político local e nacional abertamente desfavorável. Mesmo assim, o assentamento permitiu reverter a tendência de redução na população rural e total do município, cujo meio rural vinha sendo ocupado basicamente com a pecuária ultra-extensiva em grandes propriedades.

De forma geral, os assentamentos foram sendo criados no Brasil mais como medida governamental com a finalidade de atenuar situações de conflito social do que como um deliberado projeto estatal de desenvolvimento rural. A relação dos assentados com o Estado foi marcada por uma confrontação política e por uma precariedade institucional e jurídica. Mesmo assim, o surgimento dos assentamentos de trabalhadores rurais engendrou a formulação, pelo governo federal, de linhas especiais de crédito e a montagem de agências locais encarregadas da administração e desenvolvimento da produção nas áreas de assentamento. Os programas estatais definidos nacionalmente para os assentamentos foram implementados a partir de um complexo processo de negociação e redefinição política *nas localidades*, considerando as interações entre assentados, agências estatais, instituições bancárias, organizações não-governamentais, entidades religiosas, movimentos sociais, cooperativas, atores do mercado e vários outros mediadores. Neste sentido, as *políticas de assentamento* se caracterizam pela construção de múltiplas relações sociais e institucionais que expressam as dinâmicas entre processos decisórios nacionais e locais. Isso acena para o relevante papel das *localidades* tanto na operacionalização de políticas públicas como para a definição de determinados processos de produção agropecuária.

As transformações no âmbito local – pensadas em suas interações com as instâncias nacionais e estaduais de deliberação política – têm grande relevância para a análise do potencial dos assentamentos para a geração de emprego e renda, o que nos remete ao debate sobre o significado da heterogeneidade na produção agropecuária, ou seja, para o estabelecimento de processos produtivos que representam um distanciamento em relação aos parâmetros tecnológicos, políticos e sociais da modernização agrícola. Neste sentido, a pesquisa avaliou a ocupação de força de trabalho e o desenvolvimento da produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas a partir das interfaces entre os assentados e o Estado. As linhas estatais de crédito para o Assentamento de Promissão, como mostrou o capítulo 6, foram voltadas para o fortalecimento de uma modalidade específica de produção agropecuária: a produção de grãos através da oferta de crédito de curto prazo (custeio). No entanto, as inconsistências e as contradições das políticas governamentais para este cultivo (com elevada

mercantilização do processo produtivo, reduzida absorção de trabalho e estreita margem de rentabilidade por unidade de produto) levou parte dos assentados à inadimplência, entre outros resultados.

Além disso, as linhas de crédito de longo prazo para investimento produtivo foram liberadas somente após sete anos do início do assentamento – e acabaram sendo parcialmente 'desviadas' para a construção de uma rede de transmissão de energia elétrica e para o pagamento de dívidas anteriores. A maior parte dos assentados não pôde acessar as linhas de crédito de investimentos previstas no projeto de assentamento. Com isso, a geração de emprego e renda entre as famílias assentadas precisaria se deparar com um precário ambiente político e institucional e com a tendência de redução na absorção de trabalho e de estreitamento na margem de rentabilidade nos processos de modernização agrícola. A análise da relação entre os assentados e o Estado, com destaque para a relevância dos processos decisórios locais na alocação de recursos provenientes do governo federal, evidencia uma trajetória de precarização das relações institucionais construídas na localidade.

A ampliação na geração de emprego e renda no assentamento foi interpretada, no capítulo 7, a partir da observação das diferentes composições do processo de produção agropecuária, levando em conta a constituição da base permanente e os recursos temporários utilizados no processo de produção, bem como o uso de força de trabalho, a quantidade e qualidade da área ocupada e as relações sociais estabelecidas. Esta abordagem permitiu identificar algumas *práticas endógenas de produção agropecuária* que contrastam com as principais características da modernização agropecuária. Há, em vários cultivos e criações, uma ampliação na rentabilidade e na ocupação de força de trabalho *por unidade de área e/ou de produto*. Esse processo efetua-se mediante uma reconstituição da base permanente de recursos produtivos no interior dos lotes, não somente na forma de uma transferência de tecnologias (agroindustriais), isto é, através de relações mercantis (máquinas, implementos, sementes, adubos químicos, etc), mas a partir da conversão de variadas matérias-primas em instrumentos de trabalho através da utilização de força trabalho (preponderantemente familiar e comunitário). A construção de edificações (currais, cercas, depósitos, terreiros para secagem de café, tulhas, estufas), a formação de plantios permanentes (fruticultura, horticultura), o desenvolvimento de sistemas de criação animal, a instalação de equipamentos de irrigação e a aquisição de máquinas e equipamentos ilustram o diversificado processo de reconstituição da base permanente de recursos produtivos nos assentamentos.

O desenvolvimento endógeno da produção agropecuária representa, portanto, uma transformação na relação dos produtores com o universo das mercadorias, uma vez que a composição dos meios de produção passa a incorporar força de trabalho, em associação com o consumo de um diversificado conjunto de matérias primas, insumos e equipamentos. Além disso, ao contrário do modelo de transferência vertical e completamente mercantilizado, representado pela imagem de um 'pacote tecnológico', verifica-se uma formação gradual dos meios de produção e uma combinação entre recursos mercantis e não-mercantis (exógenos e endógenos). Um segundo aspecto nesta recomposição dos meios de trabalho na agricultura familiar refere-se ao

desenvolvimento de técnicas de produção com o objetivo de substituir a aquisição de insumos agroindustriais de curto ciclo, sobretudo aqueles relacionados à fertilidade do solo. Com isso, o desenvolvimento da produção agropecuária amplia a ocupação de força de trabalho tanto na formação da base permanente de recursos produtivos (nos instrumentos de trabalho, conforme a terminologia marxiana) como na reposição dos insumos de curto ciclo (objetos de trabalho), o que corresponde a uma redução (absoluta e relativa) no consumo de insumos agroindustriais.

O estabelecimento destas práticas endógenas de produção conduz, portanto, não apenas a um aumento na geração de emprego e na margem de rentabilidade por unidade de área e/ou produto, mas também a um aumento na autonomia técnica dos agricultores familiares na reconstituição do processo de trabalho. As atividades agrícolas passam a apresentar maior diversidade, característica que contrasta com a padronização e a especialização da produção em escala. Isso não significa que as práticas endógenas de produção se realizem de forma isenta de contradições e de co-existências com elementos exógenos. Isso reforça a importância da hibridização de conhecimentos e processos produtivos e das políticas de crédito de investimento. A análise da formação do Assentamento Fazenda Reunidas evidencia uma clara dissociação entre os projetos traçados pelos assentados para o desenvolvimento da produção e as linhas oficiais de crédito agrícola. Isso pode ser notado tanto no direcionamento dos créditos de custeio para a produção de grãos (sem mencionar aqui suas contradições e inadequações, apontadas no capítulo 6) como nas restrições (qualitativas e quantitativas, previstas e imprevistas) na oferta de créditos de voltados para o fortalecimento das práticas endógenas de desenvolvimento da produção agropecuária.

Estas considerações sobre a trajetória das políticas estatais de crédito para os assentamentos reforçam a relevância da promoção de um fortalecimento na política de *créditos de investimento* voltados para a reconstituição de um patrimônio produtivo de caráter permanente, em lugar da ênfase até então conferida às linhas de *crédito de custeio* concebidas e implementadas sob o referencial da modernização agrícola predominante no país. Algumas informações provenientes de agências governamentais mostram que boa parte dos recursos produtivos utilizados pelos assentados havia sido adquirida ou construída sem qualquer financiamento estatal. Este protagonismo técnico e produtivo contribui para refutar as interpretações que retratam os assentados como objetos inertes frente ao avanço da modernização e da agroindustrialização da produção – ou ainda como populações dependentes de programas assistencialistas.

As precárias, irregulares e instáveis linhas de créditos para a produção agropecuária trouxeram uma série de conseqüências sociais e econômicas para os assentados. Ou ainda, de forma mais precisa, pode-se afirmar que o descolamento entre as estratégias produtivas delineadas pelos assentados e as condições impostas pelas linhas governamentais de crédito para a produção trouxe como conseqüência uma redução no aproveitamento do potencial do assentamento gerar emprego e renda. Parte das famílias assentadas passou a arrendar total ou parcialmente a terra para a produção de grãos, ao mesmo tempo em que grande parte dos jovens começava a buscar ocupação fora do assentamento. Para uma boa parcela das famílias assentadas, quase de 40% do

total, de acordo com estimativas elaboradas na pesquisa de campo, a recomposição dos meios de trabalho foi obstaculizada pelas contradições e inconsistências das políticas estatais de crédito – e também pela dissociação entre o sistema de crédito e a reconstituição do saber produtivo no assentamento. As atividades agropecuárias não chegavam a ocupar uma pessoa em tempo integral no lote. Outra parte dos assentados em Promissão, pouco mais que 60% do total, conseguiu desencadear uma intensificação da produção agropecuária, ampliando a ocupação de força de trabalho e a geração de renda. Estas atividades empregavam, em média, cerca de três pessoas por família, em cada lote – e foram, em boa medida, realizadas de forma isolada, sem apoio financeiro das agências estatais (cf. capítulo 8).

Esses dados indicam que uma eventual alteração nas políticas estatais pode levar a pelo menos uma duplicação no total de pessoas ocupadas com a produção agropecuária no assentamento. Isso requer, no entanto, entre outras medidas, a definição de novas linhas de crédito de investimento e o fortalecimento de processos decisórios locais como diretrizes prioritárias, complementadas pelo desenvolvimento de um sistema de conhecimento voltado para a produção relativamente autônoma dos meios de trabalho e dos insumos de curto ciclo.

No contexto político-institucional até então vigente, algumas famílias decidiram abandonar o assentamento, outras procuraram o mercado de trabalho ou começaram a desenvolver atividades semi-industriais para continuar permanecendo. Algumas atividades não-agrícolas vinham sendo realizadas no assentamento com o objetivo de atender às demandas criadas por outros assentados: eram borracheiros, mecânicos, eletricistas e profissionais diversos, além de pequenos comerciantes varejistas e prestadores de serviços de transporte. Outras atividades respondiam às demandas do setor industrial. Estas diferentes formas de diversificação nas fontes de renda nos assentamentos precisam ser pensadas em sua relação com a construção histórica das relações institucionais para o desenvolvimento da produção agropecuária. Isso permite arrolar certas atividades (a confecção para o setor têxtil, por exemplo) como decorrência dos precários arranjos políticos e institucionais vigentes na localidade. Esta abordagem procura enfatizar a centralidade da produção agropecuária para a geração de emprego e renda nos assentamentos e também para o desencadeamento e fortalecimento de atividades não-agrícolas.

Isso nos leva a analisar os fluxos demográficos no interior dos assentamentos a partir da noção de *família residente*, levando em conta a evasão de jovens que, diante dos limites para sua ocupação produtiva e permanência no assentamento, passam a buscar ocupações no mercado de trabalho regional ou nacional. Em muitos casos, estes jovens contribuem para a manutenção econômica dos familiares que continuam residindo no assentamento. De qualquer forma, os assentamentos apresentam uma dinâmica demográfica alternada, do campo para a cidade e da cidade para o campo, ao contrário do fluxo unilateral inaugurado pela modernização 'conservadora'. As experiências no sentido de articular formação educacional e o fortalecimento da produção agropecuária entre os jovens do assentamento depararam-se com diversas restrições financeiras (conforme informações sobre o Projovem, no capítulo 8), mas evidenciam o potencial dos assentamentos para oferecer oportunidades de trabalho que, em geral, são mais

rentáveis do que aquelas obtidas pela grande maioria dos jovens que seguem o caminho da proletarização.

A pesquisa de campo procurou avaliar a atualidade da produção de alimentos para consumo familiar e sua relação com a geração de renda na produção agropecuária. A observação de informações nutricionais coletadas por amostragem no assentamento de Promissão mostrou, no capítulo 9, que a grande maioria das famílias vinha obtendo acesso a uma alimentação capaz de satisfazer às necessidades de consumo de calorias, proteínas e vários outros nutrientes. Isso reforça a consideração de que os assentamentos contribuem para reduzir a gravidade do problema alimentar no país. No entanto, foi verificado que a maioria das famílias assentadas pesquisadas, da mesma forma que a boa parte da população urbana do país, apresentava um consumo insuficiente de cálcio. Os dados da pesquisa de campo sugerem a existência de uma forte correlação entre a adequação no consumo de cálcio e a organização da produção autônoma para consumo doméstico. A intensificação na produção de alimentos para autoconsumo mostrou-se diretamente associada a um aumento nos índices de adequação nutricional no assentamento: poucas famílias deixaram de organizar a produção para seu próprio consumo e conseguiram manter níveis adequados de consumo de cálcio.

Verificou-se também que a produção de alimentos para consumo familiar vinha ocorrendo principalmente entre os assentados com maior disponibilidade de recursos financeiros, especialmente aqueles com melhores condições para o desenvolvimento da produção agropecuária. Isso se deve à múltipla utilização da terra, do trabalho familiar e dos instrumentos e objetos de trabalho mobilizados na produção comercial. Como a variada produção de alimentos requer a inversão de recursos financeiros, sua realização constitui-se, associada ou alternativamente, como uma produção de mercadorias. Assim, a diversificação na produção para consumo familiar pode levar a uma diversificação na produção de mercadorias. Pelos mesmos motivos, as famílias cuja produção comercial permanecia bloqueada, diante das limitações na disponibilidade de recursos produtivos, eram justamente aquelas que deixavam de produzir seus alimentos, tornando-se, com isso, mais susceptíveis à inadequação nutricional.

A produção autônoma de alimentos foi interpretada como um conjunto de atividades passíveis de serem realizadas de forma articulada com a diversificação da produção com finalidade comercial, como estratégia para incrementar a utilização múltipla e alternativa da terra, do trabalho e dos recursos produtivos. Entre as vantagens desta forma de organização produtiva está a redução no dispêndio de recursos financeiros com alimentação, o aumento da qualidade de vida e a ampliação na ocupação de força de trabalho. Desta forma, o desenvolvimento endógeno da produção agropecuária pode articular-se com o fortalecimento da segurança alimentar no meio rural.

A difusão de diferenciados padrões de produção agropecuária e o estabelecimento de determinadas relações sociais, políticas e institucionais repercute na criação de organizações locais no assentamento. Isso nos remete às transformações nas formas de interação dos assentados com os agentes do mercado, com a modernização agrícola,

com o Estado e com as organizações de representação social e política. A pesquisa de campo procurou analisar as interações entre os assentados, agentes do mercado, Estado e outros mediadores como uma complexa construção histórica que envolve disputas e negociações sociais e políticas entre diferenciados agentes locais e extralocais, ou seja, como *'como instituição social e material'*.

A trajetória do assentamento de Promissão evidencia que, em meio a um conjunto de precárias políticas estatais, a instalação de uma rede de transmissão de energia elétrica e as restrições nas políticas habitacionais provocaram as mais sérias conseqüências sócio-econômicas na formação do assentamento; os contratos de trabalho firmados entre os técnicos e o Estado apresentaram forte instabilidade; várias atividades sob responsabilidade do Estado, como a administração das transferências de direitos dos assentados para eventuais novos ocupantes, compõem aquilo que veio a tornar conhecido no assentamento como uma 'política do descaso'. Além disso, a ação do Estado foi caracterizada a partir de sua relação com o processo de mercantilização da produção e com as estratégias dos assentados visando ampliar a geração de emprego e renda, o que corresponde, indiretamente, ao fortalecimento de relações sociais com determinados agentes do mercado. Vimos no capítulo 6 que as linhas de crédito para o assentamento foram marcadas por uma forte centralização nos processos decisórios e por um direcionamento para os cultivos de grãos, ao mesmo tempo em que as linhas de financiamento de longo prazo para vários outros cultivos e criações foram bastante restritivas. Esta diretriz também se manifesta nas linhas de crédito cooperativo.

Tendo em vista tal perfil de relações entre os assentados e o Estado, pode-se compreender o universo de relações sociais dos assentados com diversos agentes do mercado operando no âmbito local. Além de arrendatários ligados à produção de grãos e fornecedores de insumos, os assentados foram estabelecendo diferentes relações sociais e materiais para a comercialização e distribuição da produção: por um lado, há um pequeno grupo de atacadistas associado ao escoamento da produção de grãos e fibras; a produção é distribuída através de organizações de maior porte e toda a produção é comercializada em uma ocasião; por outro lado, há um numeroso conjunto de pequenos comerciantes atuando junto à distribuição de variados produtos destinados ao comércio varejista local ou regional (supermercados, feiras, quitandas, restaurantes, etc); a produção de alimentos (hortaliças, frutas, legumes e outros produtos) é distribuída de forma descontínua e pulverizada. Esta distinção pode contribuir para aprofundar a avaliação dos impactos locais e regionais da implementação dos assentamentos.

De qualquer forma, a dependência em relação às atividades de comercialização e transporte realizadas por estes diferentes agentes econômicos externos reduz a rentabilidade obtida na produção e restringe o potencial do assentamento para a geração de empregos. Além disso, os muitos casos de golpes e estelionatos tornam as relações de troca instáveis, imprevisíveis e arriscadas. Diante disso, os assentados procuram absorver tais atividades através de diferentes iniciativas individuais-familiares e/ou através da criação de organizações locais. A modificação nas relações estabelecidas com os agentes do mercado pressupõe, no entanto, uma alteração nas condições materiais de comercialização e distribuição da produção, notadamente a

disponibilidade de meios de comunicação e transporte, ou seja, apresenta, simultaneamente, um custo financeiro e a necessidade de redefinição de relações sociais e políticas entre os assentados.

Alguns pontos precisam ser salientados a respeito da formação das organizações locais no assentamento, especialmente as experiências cooperativistas. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que algumas cooperativas foram montadas a partir de incentivos, direcionamentos e prescrições estatais. A liberação de créditos estatais para investimento cooperativo, por exemplo, continha uma pré-definição para a aquisição de tratores e equipamentos mecânicos (que ampliavam o direcionamento para a produção de grãos em escala). As demais atividades realizadas pelos assentados, que apresentavam maior potencial para geração de emprego, deixaram de ser financiadas pelas linhas estatais de crédito cooperativo.

Além disso, verificou-se que os projetos formulados por integrantes do MST visaram o desenvolvimento de atividades produtivas que previam a geração de emprego e renda através de atividades agroindustriais coletivas, conduzidas *fora dos lotes individuais*, com elevada utilização de insumos externos, especialização e padronização. O colapso das várias experiências de organização promovidas pelo MST está relacionado com a centralização no planejamento da organização coletiva e seu afastamento em relação às práticas endógenas de desenvolvimento da produção agropecuária. O ambiente de confrontação política com o Estado dificultou ainda mais a efetivação dos projetos coletivistas delineados pelo MST – e, com isso, suas possibilidades de atuação no assentamento tornaram-se significativamente reduzidas.

As prescrições estatais e os projetos do MST para o fortalecimento do cooperativismo no assentamento caracterizam-se por um distanciamento em relação às estratégias dos assentados visando incrementar a produção de forma gradual e com maior autonomia técnica e institucional. Pode-se dizer que as políticas governamentais e os projetos do MST deixaram de contribuir para o fortalecimento dos processos produtivos que vinham apresentando maior potencial para a geração de emprego e renda no assentamento. Os variados arranjos políticos e institucionais entre assentados, Estado, MST e outros mediadores levaram, todavia, a diferentes formas de gestão das atividades coletivas, o que aponta para mais uma dimensão do protagonismo dos assentados no processo de desenvolvimento rural. As organizações locais, apesar de suas contraditórias relações institucionais, puderam promover algumas importantes alterações nas relações de parte dos assentados com agentes do mercado, notadamente com uma incorporação da produção de grãos até então conduzidas por arrendatários de fora do assentamento.

A observação sobre as *políticas de assentamento* como interação, negociação e confrontação entre trabalhadores rurais, agências estatais, organizações populares e sindicais de abrangência nacional, organizações não-governamentais, igrejas e outros mediadores evidenciam a relevância da tomada de decisão nas *localidades*. Isso nos leva a considerar os assentados como protagonistas na forma de utilização dos recursos públicos e na definição de estratégias de desenvolvimento da produção agropecuária.

Vale acrescentar que as *políticas de assentamento* têm efeitos multifuncionais, uma vez que representa, simultaneamente, uma política habitacional, uma política de geração de emprego e distribuição de renda, de fortalecimento da segurança alimentar e de desenvolvimento local e regional. Na medida em que sua realização implica em um fortalecimento do poder decisório dos assentados e outros atores presentes nas localidades, há uma ampliação da diversidade produtiva e a emergência de diferentes práticas locais de desenvolvimento endógeno da agropecuária. Isso representa uma ruptura em relação à trajetória modernização da agricultura e da pecuária ultra-extensiva, que vêm provocando uma redução na absorção de trabalho e o despovoamento do campo, a decadência econômica e populacional de muitos dos pequenos municípios e uma acentuada destruição ambiental.

Referências Bibliográficas

Abramovay, R. (1993), As armadilhas da pequena produção. *Informações Econômicas*, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 22, Suplemento 1/93, pp. 23-30

Agnew, J. C. (1986), Worlds apart: the market and the theater in Anglo-American thought 1550-1750. Cambridge: University Press.

Albuquerque, R. H. P. (1983), Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Alentejano, P. R. R. (1999), Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: Tedesco, J. C. (org.), Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf (Universidade de Passo Fundo), pp. 147-173

Alexander, P. (1992), What´s in a price? Trading practices in peasant (and other) markets. In: Dilley, R. (org.), Contesting markets: analyses of ideology, discourse and practice. Edinburgh: University Press, pp. 79-96

Almeida, L. F. e F. R. Sánches (1998), Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. Lutas Sociais, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n. 5.

Andrade da Silva, E. R. (1999), *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/98*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Andrade, M. R. O. (1993), *O destino incerto da educação entre assentados rurais do estado de São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Faculdade de Educação, Dissertação de Mestrado.

Antuniassi, M. H. (2001), Les noyaux de la reforme agraire comme espace d´intégration sociale: le cas de la famille Pereira. In: Zanoni, M. e H. Lamarche (org.), *Agriculture et ruralité au Brésil.* Paris: Katharla, pp. 209-223

Bagnasco, A. (1988), *La construzione sociale del mercato: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia.* Bologna: Il Mulino.

Barbosa, M.V. e S. P. Leite (1990), *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. Jaboticabal: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências Agrárias.

Barone, L. A. (2002), *Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária.* Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras, Tese de Doutorado.

Barros, R. P. e R. Henriques (2001), A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *Textos para Discussão*, n. 800, Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Bates, R. H. (1989), *Beyond the miracle of the market: the political economy of agrarian development in Kenya*. Cambridge: University Press.

Beiguelman, P. (1968), A grande imigração em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, pp. 99-157

Belik, W. (1997), Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. *Sociologia Ruralis*, 37 (3): 405-424

Belik, W. (1999), *Pronaf: avaliação da operacionalização do programa*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia; Núcleo de Economia Agrícola.

Bergamasco, S. M. e L. A. Norder (1995), A trajetória do Estatuto da Terra e o paradoxo agrário dos anos 90. *Reforma Agrária*, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 15 (1): 169-195

Bergamasco, S. M. e L. A. Norder (1996), Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias. *Texto apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Caxambu: Anpocs, 22 a 26 de outubro de 1996, 32 pp.

Bergamasco, S. M. P. e L. A. Norder (1996a), *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense.

Bergamasco, S. M. P. e L. A. Norder (1999), Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In *Medeiros, L. e S. P. Leite (org.), A formação dos assentamentos rurais no Brasil.* Porto Alegre: Editora da Universidade, pp. 69-116

Bergamasco, S. M., L. A. Norder, L. B. Pinto, R. Oliveira (2002), *A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Convênio Feagri/UFRRJ/CPDA, Relatório Final, 107 pp.

Bergamasco, S. M. P., V. L. B. Ferrante e T. D´Aquino (1991), *Assentamentos rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente.* Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Vértice; Anpocs, pp. 253-280

Berthelot, Y. (1997), The role of institutions in economic development. In: Székely, I. P. e R. Sabot (org.), *Development strategy and management of the market economy*. Oxford: Clarendon Press, vol. II, pp. 213-230

Bioloskorski Neto, S., B. Lorena Neto, L. Pereira (1987), *Módulo de subsistência na pequena agricultura*. Campinas: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, Documento Técnico 71, 28 pp.

Bolaffi, G. (1983), Produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho. *Projeto*, n. 51, pp. 43-49

Borges, Mª S. L. (1997), *Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra.* São Paulo: Anita Garibaldi.

Brandão, C. R. (1981), *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal.

Brandenburg, A. (1998), Colonos: subserviência e autonomia. In: Ferreira, A. F. e A Brandenburgo (org.), *Pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Brass, T. (2000), *Peasants, populism and postmodernism: the return of the agrarian myth*, London: Frank Cass.

Bruno, R. e L. Medeiros (1998), *Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.

Buarque de Holanda, S. (1995), *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Buim, P. H. (1996), A outra face da história da Fazenda Reunidas. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 4, pp. 47-56

Caldart, R. S. (2000), *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais que escola*. Petrópolis: Vozes.

Cano, W. (1975), *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia, Tese de Doutorado.

Cardoso, F. H. e G. Muller (1977), *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

Carneiro, M. J. (1995), Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? *Anais do XVII Encontro Nacional da APIPSA*, Porto Alegre: Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vol. 1, pp. 50-58

Carone, E. (1970), *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel.

Carone, E. (1991), *Memórias da Fazenda Bela Aliança.* Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Carvalho, J. J. (1999), A 'Nova Reforma Agrária' de FHC. *Reforma Agrária,* Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 28-29 (1): 67-76

Castro, J. (1946), *A Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

Castro, M. H. (1992), *Reforma agrária e pequena produção*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia, Tese de Doutorado.

Chiavenato, J. J. (1994), *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna.

Commandeur, M. (2003), *Styles of pig farming: a techno-sociological inquiry of processes and constructions in Twente and the Achterhoek*. Wageningen University: PhD Thesis.

Concrab/MST (1996), *Concrab: quatro anos organizando a cooperação*. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 28 pp.

Concrab/MST (1996a), *Cooperativas de produção: questões práticas*. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 89 pp.

Consea/Ação da Cidadania (1994), *I Conferência Nacional de Segurança Alimentar.* Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Relatório Final.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2002), *Desenvolvimento sustentável do Brasil*. Brasília: CNDRS, Segunda versão de PNDRS aprovada pelo Conselho em 28 de agosto.

Copajota (1993), *Histórico da Copajota*. Promissão: Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares.

Costa Porto, J. (1965), *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.

CPT/MST (1999), *Violências, prisões e arbitrariedades: a volta à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: Comissão Pastoral da Terra; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Cristovão, A., H. Oostindie, e F. Pereira (1994), Practices of endogenous development in Barroso, Northern Portugal. In: Ploeg, J. D. e A. Long (org.), *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: van Gorcum, pp. 38-58

Daniel, F-J. (2003), *Les politiques de développement rural en France et aux Pays Bas: eléments de comparaison de l'application du règlement européen de développement rural, en France et aux Pays Bas.* Paris : Institut National Agronomique de Paris Grignon; Université de Paris X-Nanterre. Ecole Doctorale Economie, Organisation, Sociétés.

D'Aquino, T. (1994), Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. *Retratos de Assentamentos,* Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 1, pp.183-245

D'Aquino, T. (1994a), O 'laboratório de campo' e os bairros rurais no assentamento das terras de Promissão/SP. *Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA*, Campina Grande: Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura.

D'Aquino, T. (1996), Apresentação. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 4, pp. 5-7

D'Incao, M. C. e G. Roy (1995), *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Davis, J. E. (1980), Capitalist agricultural development and the exploitation of the propertied laborer. In: Buttel, F. e H. Newby, *The rural sociology of the advanced societies.* Mointclair: Osmun, pp. 133-153

De Janvry, A. e C. Garramón (1977), The dynamics of rural poverty in Latin America. *The Journal of Peasant Studies,* 4 (3): 206-216

Dilley, R. (1992), Contesting markets: a general introduction to market ideology, imagery and discourse. In: Dilley, R. (org.), *Contesting markets: analyses of ideology, discourse and practice*. Edinburgh: University Press, pp. 3-34

Donge, J. K. (1993), *Trapped in decline: a sociological analysis of economic life in Mgeta, Uluguru Mountains, Tanzania.* Wageningen Agricultural University: PhD Thesis.

Dries, A. (2002), *The art of irrigation: the development, stagnation and redesign of farm-maneged irrigation system in Northern Portugal.* Wageningen University: PhD Thesis.

Drinkwater M. e M. A. McEwan (1994), Household food security and environmental sustainability in farming system research: developing sustainable livelihoods. *Journal for Farming System Research-Extension*, 4 (2): 111-126

Ellis, F. (2000), *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: University Press.

Elson, D. (1988), Market socialism or socialization of the market? *New Left Review*, n. 172, pp. 3-44

Esman, M. J. e N. Uphoff, (1984), *Local organizations: intermediaries in rural development.* London: Cornell University Press.

Fachin, L. E. (1993), Depois da lei agrária: o que muda no campo brasileiro? *Democracia na Terra*, n. 10, Rio de Janeiro: Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Fachin, L. E. (1995), O Estatuto da Terra no Brasil: trinta anos ou cinco séculos? *Reforma Agrária,* Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 15 (1): 127-135

Faria, V. E. (1991), Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, pp. 98-119

Fernandes, B. M. (1996), *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.

Fernandes, B. M. (2001), *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

Fleury, M. T. L. (1983), *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global.

França, A. A. (1995), Determinação e sofrimento: a história da luta do grupo dos 44. *Retratos de Assentamentos.* Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 4, pp. 9-32

Friedland, R. e A. F. Robertson (1990), Beyond the marketplace. In: Friedland, R. e A. F. Robertson (org.), *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter, pp. 3-49

Furtado, C. (1964), *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Galeazzi, M. A. et al. (1996), Inquérito de consumo familiar de alimentos: metodologia para identificação de famílias de risco alimentar. *Cadernos de Debate*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, vol. 4, pp. 32-46

Galeazzi, M. A., coord. (1997), *Estudo multicêntrico sobre consumo de alimentos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Relatório Final.

Garcia Jr., A. R. (1987), *Sul: o caminho do roçado*, Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico).

Garcia Jr., A. R. (1994), Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária do Brasil (1985-1989). In: Romeiro, A. et. al. (org.), *Reforma agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, pp. 87-98

Gerritsen, P. R. W. (2002), *Diversity at stake. A farmers' perspective on biodiversity and conservation in western Mexico*. Wageningen University: PhD Thesis.

Giacobbo, E. O. (1994), *A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado.

Giddens, A. (2001), *Em defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas*, São Paulo: Edunesp (Universidade Estadual Paulista).

Goldsmith, W. (1994), São Paulo, cidade mundial: indústria, miséria e resistência. In: Kowarick, L. (org.), *As lutas sociais e a cidade - São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra; CEDEC; UNRISD.

Gomes da Silva, J. (1987), *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República.* São Paulo: Busca Vida.

Gomes da Silva, J. (1996), *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Gonçalves Neto, W. (1997), *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.* São Paulo: Hucitec.

Goodman, D., B. Sorj e J. Wilkinson (1990), *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus.

Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Economia e Planejamento; Fundação SEADE; Universidade de São Paulo (1991), *Atlas da população do Estado de São Paulo*. São Paulo: SEP; SEADE; USP.

Granovetter, M. (1992), Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. *Acta Sociológica*, 35: 3-11

Graziano da Silva, J. (1982), *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar.

Graziano da Silva, J. (1996), Por uma reforma agrária não-essencialmente agrícola. *Agroanalysis,* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 16 (3): 8-11

Graziano da Silva, J. (1997), O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva,* São Paulo: Fundação SEADE, 11 (2): 50-64

Grindle, M. S. (1986), *State and countryside: development policy and agrarian politics in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Guanziroli, C. H., coord. (1994), Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: Romeiro, A. et al. (org.), *Reforma agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE; FAO, pp. 13-86

Guimarães, A. P. (1963), *Quatro séculos de latifúndio.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Guivant, J. (1997), Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, vol.14, n.3, set/dez., pp. 412-447

Hall, M. M. (1989), Trabalhadores imigrantes. *Trabalhadores*, Campinas: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, pp. 2-15

Hamel, J. (1997), *Étude de cas et sciences sociales.* Montréal: Harmattan.

Hebinck, P. e J. D. Ploeg (1997), Dynamics of agricultural production: an analysis of micro-macro linkages. In: Haan, H. e J. D. Ploeg (org.), *Images and realities of rural life: Wageningen perspectives on rural transformations*. Assen: van Gorkun.

Heredia, B. M. A. (1979), *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ianni, O. (1979), *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

IBGE (1960), *Recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE (1981), *Sinopse preliminar do Censo Demográfico: IX recenseamento geral do Brasil – 1980*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Jacobi, P. (1981), Autoconstrução: mitos e contradições; Liberdade para construir: John Turner e suas idéias, *Espaço e Debates*, nº 3

Jorge, W. J. e J. G. Souza (2003), Programmes speciaux de financement pour l'integration sócio-economique des familles assentadas (SP): les intentions et les faits. *Cahiers du Brésil Contemporain,* Paris: Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine (Paris III), numero 51/52, pp. 163-182

Kageyama, A. (1997), *O subemprego agrícola nos anos 90*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia.

Kohl, B. A. (1981), *The political economy of Brazilian agriculture*. Ohio State University: PhD Thesis.

Lafer, B. (1997), O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas, 1956-1961. In: Lafer, B. M. (org.), *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

Leal, V. N. (1997), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Long, N. (1986), Commoditization: thesis and antithesis. In: Long, N. et. al. (org.), *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Papers of the Departments of Sociology 17, Wageningen: Agricultural University.

Long, N. (1996), Globalization and localization: new challenges to rural research. In: Moore, H. L. (org.), *The future of anthropological knowledge*. London: Routledge. pp. 37-59

Long, N. (1997), Agrarian change, neoliberalism and commoditization: a perspective on social value. In: Haan, H. e J. D. Ploeg (org.), *Images and realities of rural life*: *Wageningen perspectives on rural transformations.* Assen: van Gorkun.

Long, N. e J. D. Ploeg (1988), New challenges in the Sociology of rural development. *Sociologia Ruralis,* 28 (1): 30-41

Long, N. e J. D. Ploeg (1989), Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, 29 (3-4): 226-249

Long, A. e J. D. Ploeg (1994), Endogenous development: practices and perspectives. In: Ploeg, J. D. e A. Long (org.), *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: van Gorcum, pp. 1-6

Long, N. e J. D. Ploeg (1994a), Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstituition of the concept of structure. In: Booth, D. (org.), *Rethinking social development: theory, research and practice*. Essex: Longman Scientific and Technical, pp. 62-89

Long, N. e J. D. Ploeg (1995), Reflections on agency, ordering the future and planning. In: Frerks, G. E. e J. H. B. Ouden (org.), *In search of the middle ground: essays on the sociology of planned development: liber amicorum Dirk van Dusseldorp*. Wageningen: Agricultural University.

Machado, P. P. (1996), *Colonizar para atrair: a montagem da estrutura imperial de colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado.

Maluf, R. S. e S. Bilbao (1988), *Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Brasília: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico).

Martine, G. e R. C. Garcia (1987), *Os impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo: Caetés.

Martins, J. S. (1979), *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec.

Marx, K. (1980), *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Medeiros, L. S. (1989), *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Meert, H. (2000), Rural community life and the importance of reciprocal survival strategies. *Sociologia Ruralis*, 40 (3): 319-338

MEPF - Ministério de Estado de Política Fundiária; INCRA; Ministério da Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Rural (1999), *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*. Brasília: MEPF; INCRA; MA; SDR.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1922), *Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de setembro de 1920: synopse do Censo da Agricultura.* Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, Typ. da Estatística.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (1999), *O livro branco das superindenizações*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mior, L. C. (2000), A agricultura familiar e o rural não-agrícola como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. *Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

Monteiro, C. A. (1995), A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados,* São Paulo: Instituto de Estudos Avançados; Universidade de São Paulo, vol. 9, número 24, pp. 195-207

Moraes Silva, M. A. (2003), Mémoire des travailleurs en quête de la terre. *Cahiers du Brésil Contemporain,* Paris: Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine (Paris III), numero 51/52, pp. 15-38

Motta, M. M. (1998), *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado.

Mueller, C. C. (1983), *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais.

Müller, G. (1989), *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec.

Murdoch, J. e T. Marsden (1994), *Reconstituting rurality: class, community and power in the development process*. London: University College London Press.

Nabão, M. T. e P. Buim (1996), Apesar do medo, o amor pela terra venceu: entrevista com Teresinha Paulino Baresi. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 4, pp. 71-90

Nabli, M. K. (1997), Planning: between mitigation market and government failures. In: Székely, I. P. e R. Sabot (org.), *Development strategy and management of the market economy*. Oxford: Clarendon Press, vol II, pp. 231-254

Navarro, Z. (1995), *Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais: o caso do Assentamento 'Nova Ramada' (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Relatório Final de Pesquisa, 57 pp.

Navarro, Z. (1997), Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: Stédile, J. P. (org.), *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

Navarro, Z. (2002), 'Mobilização sem emancipação': as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B. S. (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 189-232

Norder, L. A. C. (1997), *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado.

Norder, L. A. C. (1998), A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate*, Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, vol. 5, pp. 40-58

Norder, L. A. e S. M. Bergamasco, (2001), Question agraire, politiques publiques et mouvements sociaux au Brésil. In: Zanoni, M. e H. Lamarche (org.), *Agriculture et ruralité au Brésil.* Paris: Katharla, pp. 107-130.

Oberthür, F. (2002), *Survival of the fitting: the social construction of NGO-NARS relations in agricultural technology development for family farming in Southern Brazil.* Wageningen University: MSc Thesis.

Oliveira, J. P. (1996), *A massificação da cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 13 pp.

Oliven, G. O. (1980), *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Omosa, M. (1998), *Re-conceptualising food security: interlocking strategies, unfolding choices and rural livelihoods in Kisii District, Kenya*. Wageningen Agricultural University: PhD Thesis.

Osório Silva, L. (1996), *Terras devolutas e latifúndio*: *efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Edunicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Paccola, S. (1995), *Assentamento na Reunidas: a reforma agrária é um projeto viável?* São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Dissertação de Mestrado.

Pahl, R. E. (1985), The restructuring of capital, the local political economy and household work strategies. In: Gregory, D. e J. Urry (org.), *Social relations and spacial structures*. London: MacMillan, pp-243-264

Paiva, R. M. (1979), Modernização agrícola e processo de desenvolvimento econômico: problema dos países em desenvolvimento. In: Veiga, A. (org.), *Ensaios sobre política agrícola brasileira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, pp.37-86

Peliano, A. M. T. (1994), *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Documento de Pesquisa, n. 14

Peres, F. C. (1998), Projovem: uma alternativa para o jovem rural. In: Peres, F. C. (org.), *Projovem: a experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais*. Piracicaba: Universidade de São Paulo; ESALQ; DIBD; Exagri, pp. 1-10

Pessoa, J. M. (1999), *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG (Universidade Federal de Goiás).

Petras, J. (1997), Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: Stédile, J. P. (org.), *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

Piasentin, F. (2003), *The production of milk through 'glocal' flows: a study about global and local perspectives for endogenous developments within land reform settlements at Rio Grande do Sul, Brazil*. Wageningen University: MSc Thesis.

Pinto, L. C. G. (1981), Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. *Revista de Economia Rural*, vol. 19, número especial, pp. 65-83

Ploeg, J. D. (1986), The agricultural labor process and commoditization. In: Long, N. et. al. (org.), *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Papers of the Departments of Sociology 17, Wageningen: Agricultural University, 1986, pp. 24-57

Ploeg, J. D. (1990), *Labour, markets and agricultural production*. Oxford: Westview Press; Boulder.

Ploeg, J. D. (1992), The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: Marsden, T. P. e S. Whatmore (org.), *Labour and locality: uneven development and the rural labour process*. London: David Fulton, pp. 19-43

Ploeg, J. D. (1994), Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: Ploeg, J. D. e A. Long (org.), *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: van Gorcum, pp. 7-30

Ploeg, J. D. (2003), *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: van Gorcum.

Ploeg, J. D. e V. Saccomandi (1995), On the impact of endogenous development in agriculture. In: J. D. Ploeg, J. D. e G. Dijk (org.), *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Assen: van Gorcum, 1995, pp. 10-27.

Ploeg, J. D., A. Long e J. Banks, org. (2003), *Living countrysides. Rural development process in Europe: the state of the art.* Doetinchem: Elsevier.

Poker, J. G. A. (1995), Lembranças da conquista: a memória dos bastidores de um movimento de luta pela terra. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 4, pp. 97-112

Polanyi, K. (1976), El sistema económico como proceso institucionalizado. In: Godelier, M. (org.), *Antropologia y economia*, Barcelona: Anagrama, pp. 155-178

Porto, M. I e L. A. Norder (1995), *O tema da reforma agrária entre a população urbana: uma pesquisa de opinião pública em Campinas/SP*. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Prado Jr., C. (1947), *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira.* São Paulo: Brasiliense.

Prebisch, R. (1979), *The neoclassical theories of economic liberalism*. Cepal Review, Santiago.

Queiroz, M. I. P. (1973), *Bairros rurais paulistas: a dinâmica bairro rural-cidade.* São Paulo: Livraria Duas Cidades.

Queiroz, M. I. P. (1988), Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: Simson, O. M. (org.), *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais.

Ragin, C. C. (1997), Introduction: cases of 'what is a case?'. In: Ragin, C. e H. Becker, *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. New York: Camdbridge University Press, pp. 1-17

Rangel, I. (1979), Questão agrária e agricultura. *Encontros com a civilização brasileira,* Rio de Janeiro, n. 7, pp. 172-192

Rattner, H. (1980), *Industrialização e concentração econômica em São Paulo.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Reijntjes, C., B. Haverkort e A. Waters-Bayer (1992), *Farming for the future: an introduction to low-external input and sustainable agriculture*. London: Macmillan.

Remmers, G. (1998), *Con cojones y maestría: un estudio sociológico-agronómico acerca del desarrollo endógeno y procesos de localización en la Sierra de la Contraviesa (España)*. Wageningen studies on heterogeneity and relocalization; Amsterdam: Thela Publishers.

Reys, M. R. A. (1972), *Promissão: sua história e sua gente*. Promissão: Prefeitura Municipal.

Rezende, G. C. (1999), Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): institucionalidade, subsídio e eficácia. *Textos para Discussão*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, n. 648, 17 pp.

Röling, N. (1991), Institutional knowledge systems and farmer's knowledge. Lessons for technology development. In: Georges Dupré (org.), *Savoirs paysans et développement.* Paris: Karthala; l'Orstom, pp. 491-514

Saboya, V. E. T. (1995), A Lei de Terras (1850) e a política imperial: seus reflexos na Província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, 15 (30): 115-136

Sales, T. (1982), *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sallun Jr., B. J. (1982), *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades.

Sanjek, R., org. (1990), *Fieldnotes: the making of Anthtopology.* New York: Cornell University Press.

Santos, M. (1996), *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec.

Schmidt B. V., D. N. Marinho e S. C. Rosa (1998), *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. UnB (Universidade de Brasília).

Silva, L. H. O. (2001), *Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição, 1888-1926*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado.

Silva, L. I. L. e J. Gomes da Silva (1991), *Política Nacional de Segurança Alimentar.* Brasília: Governo Paralelo; Partido dos Trabalhadores.

Silva, L. R. O. (2002), *Crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos textos pecebistas.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado.

Silva, S. (1985), *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.

Silveira, F. R. (1994), Conflitos de terra, reforma agrária e assentamentos no Pontal do Paranapanema. *Cidadania-Textos,* Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Faculdade de Educação; GEMDEC , texto n. 2

Simon, C. G. B. (1998), *Os campos dos senhores: UDR e elite rural – 1985-1988*. Londrina: Ed. UEL (Universidade Estadual de Londrina).

Slingerland, M. (2000), *Mixed farming: scope and constraints in West African Savanna*. Wageningen Agricultural University: PhD Thesis.

Smith, R. (1990), *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da formação da propriedade da Terra e transição para o capitalismo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense.

Soares, A. C. e S. Sauer (1999), A estratégia do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para o campo brasileiro. In: Vianna Jr., A. (org.), *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil; Institutos de Estudos Sócio-Econômicos.

Sorj, B. (1980), *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Zahar: Rio de Janeiro.

Souza Jr. J. G. (s.d.), *Fundamentos ético-jurídicos do direito de comer: a propósito de saques e do estado de necessidade*. Brasília: UnB (Universidade de Brasília).

Souza, M. (2000), *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia, Tese de Doutorado.

Stédile, J. P. (1997), A reforma agrária e o MST: entrevista. *Crítica Marxista,* São Paulo: Xamã, 5(1): 81-96

Stolcke, V. (1994), A família que não é sagrada: sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: Arantes, A. A., B. et. al. (org.), *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pp. 61-114

Stolcke, V. e M. M. Hall (1983), Introduction of free labour on São Paulo coffee plantation. *The Journal of Peasant Studies*, 10 (2-3): 170-230

Takes, A. P. (1975), *Land settlement and resettlement projects: some guidelines form their planning and implementation.* Wageningen University: International Institute for Land Reclamation and Improvement, Bulletin 14

Tavares dos Santos, J. V. (1978), *Os colonos do vinho.* São Paulo: Hucitec.

Tavares dos Santos, J. V. (1995), Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República. *Reforma Agrária*, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 25 (1): 39-64

Tavares, V. P., C. M. Considera e M. T. C. Silva (1972), *Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, Relatório de Pesquisa nº 8

Tedesco, J. C. (1999), Contratualização e racionalidade familiar. In: Tedesco, J. C. (org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ediupf (Universidade de Passo Fundo), pp. 107-145

Teixeira, G. e H. Hackbart (1999), *A Nova (Anti) Reforma Agrária*. Brasília: Assessoria Técnica da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

Tepicht, Z. (1973), *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin.

Tolentino, C. A. F. (1990), *A revisão agrária paulista: a proposta de modernização do campo do Governo Carvalho Pinto*. Itaguaí: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Dissertação de Mestrado.

Valcárcel-Resalt, G. (1995), Desarrollo rural com enfoque local: desarrollo sustentable. In: Marin, A. C. (org.), *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

Veiga, J. E. e R. Abramovay (1999), Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Textos para Discussão*, n. 64, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Verbole, A. (1999), *Negotiation rural tourism development at local level: a case study in Pisece, Slovenia*. Wageningen Agricultural University: PhD Thesis.

Vianna, F. J. O. (1987), *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP (Universidade de São Paulo).

Viotti da Costa, E. (1987), Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: Viotti da Costa, E., *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense.

Wagner, R. (1989), Os parceiros de Ibicaba. *Trabalhadores,* Campinas: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, pp. 30-35

Walton, J. (1997), Making the theoretical case. In: Ragin, C. e H. Becker, *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. New York: Camdbridge University Press, pp.121-137

Wanderley, M. N. B. (1981), *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ward, P. (1982), *Self-help housing: a critique*, London: Mansell.

Wharton Jr., C. R. (1970), Subsistence agriculture: concepts and scope. In: Wharton Jr., C. R. (org.), *Subsistence agriculture and economic development*. London: Frank Cass.

Wieviorka, M. (1997), In: Ragin, C. e H. Becker, *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. New York: Camdbridge University Press, pp. 159-172

Wilkinson, J. (1998), Socio-economic approaches to agroindustrial innovation: illustrations from the Brazilian small farming and land reform sectors. *Debates CPDA*, n. 6, Rio de

Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade.

Wissenbach, M. C. C. (1995), Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, 15 (30): 137-155

Woortmann, E. F. e K. Woortmann (1997), *O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB (Universidade de Brasília).

Resumo

A consolidação das instituições democráticas no Brasil dos últimos vinte anos foi acompanhada pelo fortalecimento das organizações populares que passaram a reivindicar a implementação de projetos de reforma agrária e assentamentos rurais através da instalação de acampamentos de trabalhadores nas imediações das áreas em disputa. A eficácia destas estratégias de disputa fundiária levou à criação de assentamentos rurais para cerca de 500 mil famílias, o que, por sua vez, reforçou ainda mais a multiplicação dos acampamentos e dos conflitos pela terra. Este livro avalia os principais aspectos da formação agrária brasileira, salientando as conexões entre distribuição fundiária, relações de trabalho e poder político, e analisa a recomposição do trabalho e da produção agropecuária no Assentamento Fazenda Reunidas, criado em 1987 no município de Promissão (Estado de São Paulo). As recentes políticas estatais de distribuição fundiária no Brasil são interpretadas como uma nova expressão histórica na questão agrária, isto é, como uma transformação, ainda que parcial e relativa, na dinâmica entre os fatores terra, trabalho e poder político.

Os capítulos 2 e 3 enfatizam a dimensão demográfica da questão agrária e mostram como as políticas de importação trabalho escravo nos tempos coloniais foram seguidas, no século XIX, por diversas experiências visando o estabelecimento de relações de trabalho livre, sobretudo com imigrantes europeus, no interior das grandes fazendas de café situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A continuidade da concentração fundiária afigurava-se como forma de controle social e político. Por outro lado, a expansão da cafeicultura, cultivo que demanda intensa utilização de força de trabalho, estimulou o desenvolvimento do sistema de transporte ferroviário e a diversificação da economia, notadamente com a formação de um incipiente mercado interno para produtos industrializados. Verifica-se um incremento populacional no campo e na cidade, algo que, em meados do século XX, começa a ser revertido: o *complexo rural* vai sendo desativado e em seu lugar passa a se instaurar o *complexo agroindustrial*, com a modernização da produção agropecuária e um rápido e massivo êxodo de trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos regionais e nacionais.

O descompasso, a partir de meados do século XX, entre a redução na ocupação de trabalho no campo e a capacidade de geração de empregos no setor urbano-industrial resultou na formação de um grande contingente urbano em situação de pobreza, cuja proporção permanece a mesma até os dias atuais. Após o golpe de Estado que deu origem ao regime militar, em 1964, a modernização agrícola e a concentração fundiária foram acentuadas; e um programa de colonização da Amazônia foi concebido e executado com a finalidade de substituir a realização da reforma agrária nas regiões até então ocupadas.

O capítulo 4 mostra que na transição do regime militar para o democrático-parlamentar houve a manutenção do processo de modernização, não obstante o arrefecimento da intervenção estatal na produção agropecuária. Por outro lado, a emergência de organizações populares, a difusão dos acampamentos e a ocorrência de episódios de confrontação social levaram à criação de variadas políticas estatais de distribuição de terras. Com isso, uma parte da

população rural, ainda que representando não mais que 5% da população rural, passou a resgatar as oportunidades de estabelecimento de formas camponesas de produção agropecuária e reprodução social. As condições e os limites das políticas de distribuição fundiária e de crédito para a agricultura familiar e assentamentos rurais são analisadas em sua relação com os conflitos sociais e políticos decorrentes das mobilizações populares. O capítulo 5 avalia as políticas fundiárias que levaram ao assentamento de aproximadamente dez mil famílias no Estado de São Paulo até o final dos anos 90, com destaque para as disputas locais que deram origem ao assentamento na Fazenda Reunidas, no município de Promissão. A criação dos assentamentos é interpretada como uma *desmercantilização* da força de trabalho e das condições sociais de vida.

A trajetória de cada assentamento pode ser compreendida a partir da interação, negociação e enfrentamento entre as políticas estatais e as estratégias locais elaboradas e praticadas pelos assentados e suas organizações de representação social. Destacam-se as diferentes interfaces dos assentados com o processo de modernização da produção agropecuária e com as agências governamentais. Algumas considerações teóricas e políticas sobre as formas locais de atuação individual e coletiva frente à modernização da produção agropecuária e sobre o significado da heterogeneidade sócio-técnica e das práticas de desenvolvimento endógeno na produção agropecuária em bases familiares estão entre os assuntos discutidos no capítulo 1 e retomados ao longo dos demais capítulos, sobretudo naqueles que trazem os resultados da pesquisa de campo.

O capítulo 6 salienta que as linhas estatais de crédito para o Assentamento de Promissão apresentaram um certo encaminhamento para a modernização da produção agropecuária, através da produção de grãos e fibras em grande escala, na qual há uma dependência em relação ao fornecimento de tecnologias e insumos externos/mercantis de origem agroindustrial. A inconsistência e as contradições na implementação de tais políticas, fundamentadas na oferta de *crédito de custeio* (de curto prazo), provocaram uma elevada inadimplência entre os assentados. Após alguns anos, os *créditos de investimento* (de longo prazo) liberados para o assentamento acabaram sendo 'desviados' para a quitação deste endividamento e para a construção de uma rede de distribuição de energia elétrica – em um conflituoso ambiente institucional que se desdobrou na condução, pelos assentados, de contestações jurídicas contra algumas agências estatais encarregadas de executar as políticas governamentais na localidade.

Em vista deste contexto político e institucional, os assentados procuraram desenvolver determinados processos de produção que incrementaram a absorção de trabalho e intensificaram a geração de renda por unidade de terra e/ou de produto. Estes processos produtivos são analisados no capítulo 7 a partir do conceito de desenvolvimento endógeno. Há uma ênfase para a importância da observação sobre as diferentes formas de recomposição dos meios de trabalho na produção agropecuária, especialmente a formação de uma base permanente de recursos produtivos. Isso se expressa, por exemplo, na constituição de plantios permanentes (cafeicultura, fruticultura) e na criação animal (notadamente a pecuária leiteira), ou seja, em processos produtivos que incluem a construção de edificações e instalações (cercas, estábulos, estufas, depósitos, terreiros para secagem de café) e demandam não apenas uma intensa aplicação de trabalho familiar, mas também a aplicação de certo volume de recursos financeiros para a aquisição de matérias-primas, maquinarias e equipamentos (irrigação, trituradores, microtratores, sistemas de bombeamento hidráulico, meios de tranporte). Trata-se, enfim, de uma transformação no balanço de recursos sociais e materiais mobilizados no processo de produção.

A pesquisa de campo analisa com maior detalhamento as principais características da pecuária leiteira, da horticultura, da cafeicultura e da sericicultura. Estes processos produtivos também comportam a elaboração de diversas iniciativas visando a substituição do consumo de insumos agroindustriais de curto ciclo por atividades relativamente autônomas desenvolvidas no interior dos lotes, sobretudo durante a reprodução ou ampliação da fertilidade do solo. No entanto, as políticas governamentais continuaram mantendo as instáveis e inconsistentes políticas para a produção de grãos em escala, ao mesmo tempo em que deixaram as alternativas de desenvolvimento endógeno praticamente sem apoio financeiro. As restrições (qualitativas e quantitativas) das linhas de crédito (e seu distanciamento em relação à reconstituição da base permanente de recursos produtivos) são apontadas como um componente central para a compreensão da trajetória social e econômica do assentamento. O capítulo 8 indica alguns dos impactos sociais deste processo histórico de interação e confrontação entre as políticas governamentais e os projetos de produção traçados localmente pelos assentados em Promissão.

Um levantamento de informações empíricas, a partir de uma amostra de 55 famílias, demonstra que houve, em média, a geração de aproximadamente três empregos diretos na produção agropecuária para um grupo que representa pouco mais que 60% do total das famílias assentadas. Para o restante das famílias, quase 40% do total, a absorção de trabalho no interior de cada lote não chegava a uma pessoa em tempo integral. A pesquisa acena para a possibilidade de se promover um substancial acréscimo na quantidade de trabalhadores ocupados no assentamento. A partir destas estimativas é possível interpretar fenômenos como os arrendamentos de terras no assentamento (principalmente para atores externos ligados à produção de grãos e fibras ou à pecuária bovina), a evasão de jovens e a proletarização de parte das famílias. A diversificação nas fontes de renda (o acesso a rendas agrícolas e não-agrícolas, obtidas no interior do assentamento ou fora dele) é avaliada a partir das históricas relações institucionais estabelecidas localmente entre os assentados e o Estado com o objetivo de desenvolver as condições de produção agropecuária.

O desenvolvimento de práticas endógenas de produção agropecuária pode manter uma relevante articulação com a produção autônoma de alimentos. As observações do capítulo 9 mostram que as famílias com maiores possibilidades de produção agropecuária com finalidade comercial eram justamente as que vinham obtendo maior intensificação e diversificação na produção de alimentos para consumo familiar. A disponibilidade de recursos financeiros entre as famílias assentadas permite, como opção definida social e culturalmente, o investimento em diversos cultivos e criações que se constituem, alternativamente, como mercadoria, como insumo a ser reinvestido na produção ou como alimento para consumo doméstico. A organização da produção autônoma de alimentos viabiliza não apenas uma redução na mercantilização das condições sociais de vida, mas também a diversificação das fontes de ingresso monetário e a multiplicação das formas de uso da terra, dos meios de trabalho e da força de trabalho familiar. Informações coletadas no assentamento evidenciam ainda que o incremento na autonomia alimentar aumenta substancialmente os índices de adequação nutricional entre as famílias assentadas.

O capítulo 10 focaliza a interação entre a criação de organizações locais, as políticas estatais e as relações dos assentados com os agentes do mercado. Nota-se que as políticas estatais para o fortalecimento das cooperativas no assentamento também foram marcadas por um forte direcionamento para a produção de grãos em grande escala, através da prescrição da aquisição de máquinas e equipamentos. No mesmo sentido, a formulação de projetos de desenvolvimento pelo principal mediador político de alcance nacional presente no assentamento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apresentou uma

centralização no planejamento das atividades e uma aproximação com o padrão tecnológico da modernização agrícola, ainda que propondo a coletivização e a agroindustrialização das atividades. Desta forma, as políticas estatais de crédito para os assentados e para as cooperativas, bem como os projetos coletivistas do MST, mantiveram um distanciamento com relação aos processos de produção que vinham sendo elaborados, experimentados e reivindicados pelos assentados. A pesquisa de campo examina a trajetória das organizações locais criadas no assentamento, destacando suas interações políticas e seu potencial para transformar os processos de produção e as relações entre os assentados e os agentes do mercado.

Samenvatting

Gedurende de afgelopen twintig jaar gaat de bestendiging van de democratie in Brazilië hand in hand met de opkomst van een emancipatoire volksbeweging gericht op landhervormingen en landbezettingen in de nabijheid van omstreden gebied. Deze beweging heeft inmiddels geleid tot de ontwikkeling van nieuwe rurale nederzettingen (*assentamentos*) voor zo´n 500 duizend families en een voortdurende uitbreiding van het aantal landbezettingen en grondconflicten. Dit boek evalueert de belangrijkste aspecten van de Braziliaanse landvorming, met de nadruk op de samenhang tussen toegang tot grond, arbeidsverhoudingen en politieke machtsverhoudingen. Ook wordt de landhervorming geanalyseerd aan de hand van de agrarische productie in de "Fazenda Reunidas", een *assentamento* opgezet in 1987 in de gemeente Promissão in de deelstaat São Paulo. De recente Braziliaanse grondpolitiek zal worden geïnterpreteerd als een nieuwe expressie van de historische landbouwkwestie, dat wil zeggen als een transformatie, hoewel gedeeltelijke en relatief, van de dynamiek in de factoren grond, arbeid en politieke machtsverhoudingen.

Hoofdstuk 2 en 3 beschrijven de demografische aspecten van deze landbouwkwestie aan de hand van een historische analyse die teruggaat naar de slavenarbeid in het koloniale tijdperk en de beleidsexperimenten in de 19e eeuw met vrije arbeidsverhoudingen op grote koffieplantages in de deelstaten Rio de Janeiro, Minas Gerais en São Paulo. De concentratie van grondbezit weerspiegelde gedurende deze periode een vorm van politieke en sociale controle. Tegelijkertijd droeg de expansie van de arbeidsintensieve koffieteelt bij aan de ontwikkeling van een spoorwegstelsel en economische diversificatie via de ontwikkeling van een binnenlandse markt voor industriële producten. Aan de bevolkingstoename op zowel platteland als in de stad begint midden twintigste eeuw een eind te komen: het *rurale ontwikkelingscomplex* begint af te brokkelen en wordt geleidelijk aan vervangen door een *agro-industrieel ontwikkelingscomplex* met bijbehorende agrarische modernisering en massale uitstroom van landarbeiders richting de stad.

Vanaf het midden van de twintigste eeuw raakt de balans tussen afnemende werkgelegenheid op het platteland en nieuwe industriële werkgelegenheid in urbane gebieden verstoord met als resultaat een grote stedelijke armoede die tot de dag van vandaag voortduurt. De staatsgreep van 1964, die het begin inluidde van het militaire regime, versterkte de agrarische modernisering en grondconcentratie. Zo werd een kolonisatieprogramma voor het Amazonegebied ontwikkeld en uitgevoerd met als doel om eerder door de landbouwhervorming 'bezette' gebieden weer vrij te maken

Hoofdstuk 4 laat zien dat bij de overgang van het militaire regime naar een parlementaire democratie het moderniseringsproces zich heeft voortgezet, ondanks afnemende overheidsinterventies in de landbouwsector. De beweging van landlozen, de uitbreiding van het aantal tijdelijke nederzettingen en bijbehorende sociale confrontaties leidden tegelijkertijd tot een meer gevarieerde grondpolitiek. Een klein deel van de plattelandsbevolking, naar

schatting 5%, wist gebruik te maken van de nieuwe politieke mogelijkheden en haar sociaal-economische positie te verbeteren, ondermeer via de oprichting van boerenorganisaties. De analyse van de sociale en politieke conflicten illustreert echter de beperkingen van zowel de grondpolitiek als de kredietverlening aan de families binnen de nederzettingen.

Hoofdstuk 5 bevat een evaluatie van de grondpolitiek tot eind jaren 90 aan de hand van de ontstaansgeschiedenis van een specifieke nederzetting met ongeveer tienduizend families in de deelstaat São Paulo. Daarbij gaat de aandacht in het bijzonder uit naar de lokale conflicten die aanleiding hebben geven tot de oprichting van de *assentamento* "Fazenda Reunidas" in de gemeente Promissão. De ontstaansgeschiedenis van deze nederzettingen wordt geïnterpreteerd als een proces waarin de reproductie van arbeid en sociale levensomstandigheden meer afstand neemt tot de markt.

Het ontstaan van elke nederzetting laat zich begrijpen als de uitkomst van interactie, onderhandelingen en confrontaties tussen overheid, landbezetters en hun sociale organisaties. De specifieke aandacht voor de raakvlakken tussen landbezetting, het proces van agrarische modernisering en overheidsbeleid bouwt voort op enkele theoretische en politieke overwegingen over individuele en collectieve lokale actievormen ten aanzien van agrarische modernisering, de betekenis van sociaal-technische heterogeniteit en endogene ontwikkeling zoals in hoofdstuk 1 besproken. Deze thema's komen ook terug in de overige hoofdstukken, in het bijzonder het hoofdstuk met de resultaten van het veldonderzoek.

Hoofdstuk 6 illustreert dat overheidskredieten voor de nederzetting van Promissão zich deels richten op agrarische modernisering in de vorm van grootschalige graan- en vezelproductie met een grote afhankelijkheid van externe technologie en agro-industriële inputs. De inconsistentie en contradicties die de implementatie van dit moderniseringsmodel oproepen leiden ertoe dat veel landbezetters hun kredieten niet kunnen afbetalen en lange termijn kredieten voor de nederzetting 'doorsluizen' voor de afbetaling van schulden en aanleg van elektriciteit. Dit alles binnen een sterk conflictueuze institutionele omgeving met ondermeer juridische procedures tegen enkele lokale autoriteiten verantwoordelijk voor de uitvoering van het regeringsbeleid.

Als antwoord op deze politieke en institutionele context ontwikkelen landbezetters arbeidsintensieve productiemethoden die meer inkomen genereren per eenheid grond en/of product. Hoofdstuk 7 analyseert deze productiemethoden aan de hand van het begrip endogene ontwikkeling met de nadruk op de relevantie van de reorganisatie van beschikbare arbeidsmiddelen binnen het agrarische productieproces, in het bijzonder door de ontwikkeling van meer duurzame productieve hulpbronnen. Het laatste wordt ondermeer geïllustreerd door de komst van meerjarige gewassen (koffie- en fruitteelt) en veehouderij (in het bijzonder melkveehouderij). Deze agrarische productie gaat gepaard met de bouw van gebouwen en installaties (omheiningen, stallen, kassen, opslagruimtes, koffiedroogplaatsen) en veronderstelt een intensieve inzet van familiearbeid en de nodige financiële investeringen in de vorm van aankoop van grondstoffen, machines en materialen (irrigatie, hakselaars, kleine tractoren, waterpompsystemen, transportmiddelen). Het betreft dus een transformatie van de balans tussen de inzet van sociale en materiële hulpbronnen in het productieproces.

Het veldonderzoek analyseert gedetailleerd de karakteristieken van de melkveehouderij, de tuinbouw, koffieteelt en de zijdeteelt. Deze productieprocessen bevatten verschillende initiatieven gericht op de vervanging van agro-industriële inputs voor de ontwikkeling van

relatief autonome activiteiten, in het bijzonder gericht op de reproductie en verbetering van de bodemvruchtbaarheid. De overheid houdt echter vast aan het instabiele en inconsistente beleid gericht op grootschalige graanproductie, terwijl er voor endogene ontwikkelingsalternatieven vrijwel geen financiële steun beschikbaar is. De (kwalitatieve en kwantitatieve) beperkingen van de overheidskredieten (en de afstand van deze kredieten in relatie tot mogelijk langduriger gebruik van productieve hulpbronnen) worden beschouwd als een centrale component om de sociale en economische ontwikkeling van de nederzetting te kunnen begrijpen. Hoofdstuk 8 beschrijft de sociale impact van dit historische proces van interactie- en confrontatie tussen overheidsbeleid en de lokaal afgebakende productieprojecten van de landbezetters in Promissão.

Een empirisch onderzoek gebaseerd op een steekproef onder 55 families illustreert dat iets meer dan 60 procent van het totaal aantal families in de nederzetting gemiddeld drie banen genereert binnen de landbouw. Voor de overige 40 procent geldt dat de agrarische arbeidsinzet minder dan een voltijds arbeidskracht bedraagt. Het onderzoek veronderstelt dat er mogelijkheden bestaan voor een substantiële groei van de agrarische werkgelegenheid binnen de nederzetting. Aan de hand van deze inschattingen worden bijzondere verschijnselen verklaard als het verpachten van land in de nederzetting (hoofdzakelijk voor externe actoren verbonden aan de graan- en vezelproductie of de extensieve veehouderij), het wegtrekken van jongeren en de proletarisering van een deel van de families. De verscheidenheid aan inkomensbronnen (de toegang tot agrarisch en niet-agrarisch inkomen, binnen of buiten de nederzetting) wordt geëvalueerd aan de hand van lokaal ontstane historische institutionele verhoudingen tussen landbezetters en de staat met het doel om de voorwaarden voor agrarische productie te ontwikkelen.

Endogene ontwikkelingspraktijken kunnen in belangrijke mate articuleren met voedselproductie voor eigen gebruik. Uit hoofdstuk 9 blijkt dat de meest succesvolle families wat betreft het vermarkten van agrarische producten degenen zijn met eveneens een meer intensieve en gedifferentieerde voedselproductie voor eigen gebruik. De financiële middelen waarover deze families beschikken maken het, als een sociaal-culturele keuze, mogelijk om te investeren in teelten en rassen waarvan de opbrengsten deels kunnen worden aangewend in voedselproductie voor eigen gebruik. Deze zelfvoorziening in de voedselproductie leidt niet alleen tot een reductie van de marktafhankelijkheid van de sociale levensomstandigheden maar ook tot een grotere verscheidenheid van de geldelijke inkomensbronnen en een meervoudige inzet van grond, arbeidsmiddelen en familiearbeid. Uit de binnen de nederzetting verzamelde informatie blijkt bovendien dat een toenemende zelfvoorzieningsgraad gepaard gaat met een hogere score op de essentiële nutriënten indexen.

Hoofdstuk 10 belicht de interactie tussen de ontwikkeling van lokale organisaties, overheidsbeleid en de verhoudingen van de landbezetters met marktpartijen. In het overheidsbeleid gericht op het versterken van de coöperaties binnen de nederzetting blijkt de sterke oriëntatie op grootschalige graanproductie samen te gaan met de strikte voorschriften wat betreft de aankoop van machines en materialen. Ook uit de ontwikkelingsprojecten opgesteld door de belangrijkste aanwezige landelijk organisatie binnen de nederzetting, o *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (Beweging van Landloze Boeren) spreekt een sterke centralisatie van de activiteitenplanning en een benadering in overeenstemming met de technologische patronen van agrarische modernisering, hoewel binnen een collectieve aanpak. Zowel de overheidskredieten voor landbezetters en

coöperaties als de collectivisatie projecten van de MST stemmen dus niet overeen met reeds ontwikkelde en beproefde productiemethoden en de behoeftes van landbezetters. Het bijbehorend veldonderzoek richt zich op het ontstaan van lokale organisaties binnen de nederzetting, met bijzondere aandacht voor de interactie met de politieke omgeving en de potentie van deze organisaties in relatie tot de mogelijke transformatie van productieprocessen en bestaande verhoudingen tussen landbezetters en marktpartijen.

Summary

The consolidation of the democratic institutions in Brazil in the last twenty years has been followed by the empowerment of the popular organisations that started to demand the implementation of projects of land reform and rural settlements by means of the installation of *camps* [*acampamentos*] in the vicinity of the areas in dispute. The effectiveness of these strategies led to the creation of rural settlements for nearly 500 thousand families, which intensified the multiplication of the settlements and the disputes over the land. This book evaluates the main aspects of the Brazilian agrarian history, highlighting the connections between land distribution, labour relations and political power; and analyses the restoration of work and agricultural production in the Settlement *Fazenda Reunidas*, started in 1987 in the municipality of Promissão (São Paulo State). The recent state policies of land distribution in Brazil are interpreted as a new historical expression of the agrarian question, i.e., as a transformation, although partial and relative, in the dynamics among the factors land, labour and political power.

Chapters 2 and 3 underline the demographic dimension of the agrarian question and evaluate the policies of slave importation during the colonial period and some experiences, in the nineteenth century, aiming at the underpinning of free work relations, especially with European immigrants, in large coffee plantations located in the States of Rio de Janeiro, Minas Gerais and São Paulo. The permanence of land concentration was associated to a kind of social and political control. On the other hand, the expansion of the coffee production, a culture that demands intensive use of labour force, stimulated the construction of the railroad system and the diversification of the economy, notably with the rise of an incipient domestic market for industrialised products. A population increase in the countryside as well as in the city is noticed. This began to change in the midst of the twentieth century: the *rural complex* was being gradually decreased and an *agroindustrial complex* took place, together with the modernisation of agricultural production and a rapid and massive exodus of rural workers towards regional and national urban centres.

The unbalance between the reduction in rural employment and the capacity to generate employment in the urban-industrial sector, resulted in a rapid increase urban poverty and misery, the proportions of which remain the same up to now in.

After the coup that originated the military regime in 1964, agricultural modernisation and land concentration were accelerated; and a program for colonising the Amazon region was conceived and carried out with the finality of substituting the effectuation of the land reform in the main agricultural regions.

Chapter 4 shows that in the transition from the military regime to the democratic-parliamentary one, the modernisation process was maintained, despite the attenuation of the State intervention in agricultural production. On the other hand, the emergence of popular organisations, the spread of the *camps* and the occurrence of social confrontations led to a broadening of state policies for land distribution. Consequently, a part of the rural population, although representing no more than 5 percent of it, recovered the opportunities of establishing peasant forms of agricultural production and social reproduction. The conditions and limits of

land distribution and credit policies for family farming and rural settlements are analysed in their relation to the social and political conflicts resulting from popular mobilisations.

Chapter 5 evaluates the land policies which resulted in the settlement of nearly ten thousand families in the State of São Paulo till the end of the 90's, with an emphasis on the local disputes which originated the Settlement Fazenda Reunidas, in the municipality of Promissão. The expansion of the settlements is interpreted as a *decommoditisation* of the labour force as well as of the social conditions of life.

The history of each settlement can be understood taking into account the interaction, negotiation and confrontation between the state policies and the local strategies conceived and practised by the settlers and their social representation organisations. The different interfaces of the settlers with the process of modernisation of agricultural production and with the government agencies, are emphasised. Some theoretical and political considerations on the local forms of individual and collective action as related to modernisation of the agricultural production as well as to endogenous development practices in the agricultural production, are among the subjects introduced in Chapter 1 and rediscussed along the other chapters, especially in those that bring the results of the field research.

Chapter 6 emphasises that the state-owned credit lines for the settlement of Promissão imply a certain channelling into the modernisation of the agricultural production, through the production of grains and fibres on large scale, in which there is a dependence in relation to the supply of external/mercantile technologies and inputs originating from agro-industry. The inconsistencies and contradictions of such policies, founded on the specific short-term credit lines, caused a high insolvency among the settlers. After a few years, the *investment credits* (in the long term) released for the settlement were 'embezzled' for the payment of that debt and for the construction of a grid of electricity supply. This occurred in a highly conflictive institutional environment. The Promissão settlement started several juridical pleas against state agencies responsible for accomplishing the government policies in that place.

In this problematic political and institutional context, the settlers developed production processes that increased the absorption of labour and intensified the generation of income per unit of land and/or of product. Chapter 7 analyses these productive processes through the concept of endogenous development. There is an emphasis on the importance of different means of labour within the agricultural production process, special attention is given to the accumulation of a permanent basis of productive resources. This is illustrated, for example, by the growth of permanent crops (coffee and fruit) and animal breeding (notably dairy farming), and the making of buildings and installations (fences, stables, greenhouses, warehouses, a farmyard for drying coffee), that demand not only an intensive use of family labour, but also the investment of a certain amount of financial resources for the acquisition of raw material, machinery and equipment (irrigation, grinders, micro-tractors, hydraulics systems, means of transportation).

The field research analyses more particularly the main features of dairy farming, horticulture, and the production of coffee and silkworm. These productive processes also admit the elaboration of several initiatives aiming at the substitution of the use of short cycle agro-industrial inputs for activities carried out with relative autonomy inside the lots, especially regarding the reproduction or improvement of soil fertility. However, government policies conserved the unstable and inconsistent policies for the large scale production of grains, while letting the endogenous development alternatives practically without financial support. The restrictions (qualitative and quantitative) of the credit lines (and their distance in relation to the re-composition of the permanent basis of productive resources) are considered a central component for the comprehension of the social and economic characteristics of the settlement. Chapter 8 indicates some of the social impacts of this historical process of

interaction and confrontation between the government policies and the production projects delineated locally by the settlers in Promissão.

Empirical information derived from a sample of 55 families lead to estimate that there is, on average, the generation of approximately three direct jobs in agricultural production for a group that represents somewhat more than 60% of the total of the settled families. As for the other families, almost 40% of the total, the absorption of work inside each lot did not reach one person full time. The research suggests that there is a possibility of promoting a substantial increase in the quantity of workers occupied in the settlement. Through these estimates it is possible to interpret phenomena such as the lease of land in the settlement (mainly for the external actors connected to the production of grains and fibres or to the extensive cattle breeding), the evasion of youngsters and the proletarianisation of part of the families. The diversification in the sources of income (the access to agricultural and non-agricultural income, obtained inside the settlement or outside it) is evaluated considering the historical institutional relations established locally between the settlers and the State to manage the conditions of agricultural production.

The development of endogenous practices of agricultural production articulates in an inteeresting way with the production of food for self consumption. Chapter 9 demonstrates that the families that are most successful in commercial agricultural production are also those that are obtaining high yields and consederable diversification in the production of food for family consumption. The availability of financial resources among the settlers allows, as a socially and culturally defined option for the investment in several productions and breeds. The organisation of the autonomous production of food implies not only a reduction in the mercantilisation of the social conditions of life, but also a diversification of the sources of monetary income. Information gathered in the settlement proved that the improvement in food autonomy increases substantially the indices of nutritional adequacy among the settlers.

Chapter 10 focuses on the interaction of the local organisations with state policies and the relations of the settlers with the market agents. It is noted that the state policies for the strengthening of the co-operatives in the settlement were also marked by a strong guidance on the large scale production of grains, through a prescription of the acquisition of machinery and equipment. Similarly, the formulation of development projects by the most important organisation at national level (also present the settlement), the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST), evidenced a centralisation in the planning of the activities and an alignment with the technological patterns of agricultural modernisation, although proposing at the same time the collectivisation and the agro-industrialisation of the activities. Thus, the state policies of credit for the settlers and for the co-operatives, as well as the collectivist projects of MST, kept a distance in relation to the production processes that were being elaborated, experimented and demanded by settlers. The field research examines the creation and transformations of the local organisations in the settlement, highlighting their political interactions and their potential for transforming the production processes and the relations between the settlers and the market agents.

Curriculum Vitae

Luiz Antonio Cabello Norder nasceu em 05 de junho de 1968 na cidade de Campinas/SP, Brasil; concluiu bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1994, tendo participado de pesquisas de iniciação científica sobre a história das populações indígenas de língua Aruác no Grande Chaco e sobre as políticas de racionalização do trabalho industrial nos anos 30; fez mestrado em Sociologia, também na Universidade Estadual de Campinas, com dissertação sobre o tema da segurança alimentar em assentamentos rurais, aprovada em 1997; trabalhou como pesquisador na Associação Brasileira de Reforma Agrária, no *I Censo Nacional da Reforma Agrária* (convênio INCRA-UnB-Unicamp) e no Projeto *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões sociais, econômicas e políticas,* realizado em seis diferentes regiões do país, financiado pela Finep (convênio CPDA/UFRRJ-Feagri/Unicamp). Para a elaboração do trabalho que resultou neste livro, recebeu bolsas de estudo do Programa Alfa (União Européia) e do Mansholt Graduate School of Social Sciences (Universidade de Wageningen). É professor assistente no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina desde fevereiro de 1999. Suas pesquisas têm focalizado as múltiplas dimensões do repovoamento do meio rural através das políticas públicas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, principalmente nos Estados de São Paulo e do Paraná.

Luiz Antonio Cabello Norder
Universidade Estadual de Londrina
Departamento de Ciências Sociais
Campus Universitário - Caixa Postal 6001
CEP 86051-990 Londrina PR - Brasil
E-mail: norder@uel.br

Lista de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
Ceasa	Centrais de Abastecimento SA
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CAN	Confederação Nacional da Agricultura
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Coap	Cooperativa dos Assentados de Promissão
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Copajota	Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares
Corap	Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAF	Departamento de Assentamento Fundiário
Fepasa	Ferrovias Paulistas SA
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Procera	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Projovem	Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SBAN	Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
Unesp	Universidade Estadual Paulista
VBC	Valor Básico de Custeio